

CARTOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS PERIFÉRICAS:

DIRETRIZES PARA AS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL



DISSERTAÇÃO PPG-FAU/UNB

GABRIEL RIBEIRO COUTO / PROF^a. DR^a LIZA MARIA SOUZA DE ANDRADE



Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

GABRIEL RIBEIRO COUTO

**CARTOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS PERIFÉRICAS:
diretrizes para as Ocupações Culturais do Distrito Federal**

Brasília

2023

GABRIEL RIBEIRO COUTO

**CARTOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS PERIFÉRICAS:
diretrizes para as Ocupações Culturais do Distrito Federal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liza Maria Souza de Andrade

Brasília
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RC871c Ribeiro Couto, Gabriel
Cartografia das insurgências periféricas: diretrizes para as Ocupações Culturais do Distrito Federal / Gabriel Ribeiro Couto; orientador Liza Maria Souza de Andrade. -- Brasília, 2023.
356 p.

Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. movimentos sociais urbanos. 2. planejamento insurgente. 3. conflitos fundiários. 4. políticas culturais. 5. patrimônio cultural. I. Maria Souza de Andrade, Liza, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, que sempre me deram todo apoio para seguir adiante, em especial à minha mãe, Silvânia, professora batalhadora, que sempre me incentivou a estudar. Sem vocês nada disso seria possível.

À minha incansável orientadora, Liza Andrade, que me recebeu de braços abertos, mudou os rumos da minha pesquisa e me mostrou uma outra ciência, socialmente engajada, cidadã e solidária. Sua presença é fundamental na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Às minhas eternas professoras de graduação, Simone Buiate e Luiza Antunes, que sempre me apoiaram na minha trajetória. Aprendi e aprendo muito com vocês.

Aos meus queridos amigos, que sempre me deram força nesse percurso, com os quais partilhei momentos de muita alegria.

Ao meu amigo Lucas Chiconi, profissional tão importante para o campo das ciências sociais, pelas várias conversas sobre cidade e política, que foram centrais para a elaboração desta pesquisa.

À banca examinadora, Thiago Trindade e Paolo Colosso, pelas importantes contribuições para esta pesquisa.

Aos pesquisadores colegas do Grupo Periférico, em especial, Valmor Pazos, por me auxiliar em dúvidas e processos burocráticos durante o período de mestrado.

Aos artistas, coletivos e territórios e seus integrantes, em especial à Dani Rueda, Fábio Souza, Verona, Pádua, Alex Martins, entre tantos outros, por compartilharem seus múltiplos saberes e lutas.

Por fim, agradeço à CAPES, por ter concedido a bolsa de fomento, que foi muito importante para a elaboração desta pesquisa.

PERCURSO E ATUAÇÃO

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Anápolis (2019).

Participou do nascimento da Campanha Despejo Zero DF¹ (abril/2021) junto a lideranças de movimentos sociais e ao BrCidades Núcleo DF Metropolitano, na qual faz parte da coordenação e vem atuando junto à Defensoria Pública (DPDF-NDH), ativistas, coletivos e movimentos populares, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa², na luta pelo direito à cidade e proteção dos direitos de famílias vulneráveis que vivem nas ocupações.

Na CDZ DF, coordena a mobilização das denúncias de violações de direitos nas redes sociais e atua junto aos movimentos sociais e Defensoria Pública, no mapeamento e monitoramento dos conflitos fundiários no Distrito Federal.

Ingressou no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), na área de concentração Projeto e Planejamento na linha de pesquisa Projeto e Planejamento Urbano e Regional (julho/2021).

Foi eleito no Instituto de Arquitetos do Brasil DF (IAB/DF), como Diretor de Articulação Institucional (gestão 2023-2025).

Cursou as disciplinas:

- **Geoprocessamento**, ministrada pelo Prof. Dr. Rômulo Ribeiro: contribuiu para o aprendizado e aperfeiçoamento da análise, interpretação e manipulação de dados georreferenciados para construção de mapas temáticos e cartografias utilizando o ArcGIS/Qgis; Amadurecimento metodológico desta pesquisa;
- **Brasília: história e crítica**, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Rossetti: contribuiu para a compreensão da construção/formação de Brasília, suas diversas faces, disputas e narrativas envolvidas numa perspectiva histórica;
- **Seminário em Arquitetura e Urbanismo**, ministrada pelo Prof. Dr. Benny Schvarsberg e Prof. Dr. Rômulo Ribeiro: contribuiu para o desenvolvimento e amadurecimento estrutural, teórico e metodológico do projeto de pesquisa;

¹ A CDZ DF surgiu logo após o episódio de derrubadas violentas da Ocupação CCBB em março/2021, executadas com apoio das tropas de choque, Polícia Militar e DF Legal, desrespeitando a Lei Distrital 6657/2020, aprovada em agosto de 2020, que proibia ordens de despejo durante a pandemia, com o apoio do BrCidades Núcleo DF.

² A CDZ DF foi premiada (dezembro/2021) no II Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos promovido pela Comissão de Direitos Humanos da CLDF.

- **Planejamento Urbano e Regional no Brasil**, ministrada pelo Prof. Dr. Benny Schvarsberg: contribuiu para a compreensão do processo da urbanização brasileira, atravessando seus diversos momentos, disputas, reestruturações e novos arranjos;
- **O Direito Achado na Rua**, ministrada pelo Prof. Dr. José Geraldo de Souza Junior: contribuiu para uma visão crítica e contra-hegêmica do Direito que se constrói a partir – e junto – das lutas e movimentos sociais;
- **Estudos Especiais em Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade 2**, ministrada pela Prof. Dra. Liza Maria Souza de Andrade: contribuiu para a compreensão da transversalidade e interdisciplinaridade das práticas de planejamento (Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica).

Realizou estágio docente 1 e 2 na disciplina:

- **Projeto de Urbanismo I, integrada ao Projeto de Extensão REURB-POP: assessoria sociotécnica em projetos urbanos e periurbanos participativos mais sustentáveis para contribuir no processo de regularização fundiária nos territórios populares**, oferecida no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, ministrada pelas professoras Dra. Liza Maria Souza de Andrade e Dra. Vânia R. T. Loureiro. Tal estágio contribuiu para a compreensão e desenvolvimento de metodologias participativas de planejamento contra-hegemônico e popular, fundamentais para a elaboração desta pesquisa-ação.

Pesquisador-colaborador no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas no Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Pesquisador-colaborador dos projetos de pesquisa:

- A PRODUÇÃO DO HABITAT NO TERRITÓRIO DO DF E ENTORNO, OS ECOSISTEMAS URBANOS E RURAIS E A ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA: tipologias e padrões espaciais, informalidade, redes solidárias, tecnologia social, agroecologia e lugares saudáveis e sensíveis à água.
- Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica: Vivências Territoriais.

Colaborador do Projeto de Extensão: SANTA LUZIA RESISTE: a luta pelos direitos à cidade, à água e ao saneamento PEAC Periférico – 2022.

Coordenador Adjunto do Projeto de Extensão: SANTA LUZIA RESISTE: a campanha continua na luta pelos direitos à cidade, à água e ao saneamento – 2023.

RESUMO

Na conjuntura de lutas urbanas globais travadas na última década, que demarcaram um ciclo de insurgências latino-americanas, houve uma explosão de Casas de Cultura e Ocupações Culturais nas periferias do Distrito Federal, protagonizadas por movimentos sociais e coletivos culturais, que posicionaram a Periferia no centro da questão urbana, formulando um projeto contra-hegemônico de cidade, elaborado a partir da potência inventiva e emancipatória de suas práticas, saberes e formas de gestão cotidianas, que têm apontando novos rumos e horizontes para um planejamento insurgente e popular. No entanto, há ainda um vazio teórico-metodológico no que diz respeito à conjuntura de explosão destas insurgências periféricas no DF, que dificulta avaliar e compreender suas capacidades, demandas, reivindicações e analisar seus efeitos. Assim, esta pesquisa buscou cartografar as Ocupações Culturais e Casas de Cultura que surgiram nos territórios periféricos do DF a partir de 2010, de modo a sistematizar e compreender suas expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas, além de conflitos territoriais que as atravessam, com o objetivo de sistematizar diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência. Para tanto, esta dissertação incorporou a metodologia da pesquisa-ação, que foi realizada em quatro fases – permeadas pela cartografia: (1) análise e avaliação dos instrumentos das políticas culturais e do PDOT/2009; (2) cartografia dos territórios (práticas, conflitos e demandas gerais); (3) Encontros de articulação nas Ocupações Culturais (levantamento dos problemas/demandas específicos); (4) diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações no PDOT. Tal processo revelou como os coletivos e Ocupações Culturais vêm dando visibilidade pública às suas pautas e demandas comuns, que explicitam uma lacuna central do planejamento urbano no DF: a inexistência de instrumentos urbanísticos voltados à valorização, regularização e permanência de seus territórios, marcados pela condição de invisibilidade e ameaça permanente, legitimada pela aplicação seletiva da legislação urbanística. Assim, foram realizados seis Encontros que ocorreram mensalmente em diferentes Ocupações, onde grande parte das demandas giraram em torno do mapeamento, levantamento e sistematização de informações sobre estes territórios. Neste processo, a cartografia atuou como instrumento de mobilização social e incorporou parte das demandas levantadas, visando contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade dos coletivos. Por fim, visando incidir nas demandas levantadas e fomentar, fortalecer e valorizar as práticas socioculturais das Ocupações, aglutinadas nas seis frentes de ação que foram decodificadas nesta pesquisa, tais como: expressões artísticas e culturais; educação popular; saúde e autocuidado; redes de solidariedade; prática socioambiental; e economia popular/geração de renda; foram gerados cinco eixos temáticos de diretrizes de planejamento, que inserem e incorporam as Ocupações Culturais no PDOT, de modo intersetorial e transversal, nos variados aspectos que compõem e orientam o planejamento territorial, como: (1) Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo; (2) Desenvolvimento Econômico Sustentável; (3) Equipamentos comunitários e sociais; (4) Regularização Fundiária; e (6) Sistema de Informações. Tais diretrizes reconhecem as Ocupações Culturais como vetores de transformação socioespacial, inserindo-as como indutoras da política de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Distrito Federal.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; planejamento urbano; planejamento insurgente; conflitos fundiários; políticas culturais; patrimônio cultural.

ABSTRACT

In the context of global urban struggles fought over the last decade, which marked a cycle of Latin American insurgencies, there was an explosion of Houses of Culture and Cultural Occupations on the outskirts of the Federal District, led by social movements and cultural collectives, which positioned the Periphery in the center of the urban issue, formulating a counter-hegemonic city project, drawn from the inventive and emancipatory power of its practices, knowledge and forms of daily management, which have pointed out new directions and horizons for insurgent and popular planning. However, there is still a theoretical-methodological void regarding the explosion of these peripheral insurgencies in the DF, which makes it difficult to evaluate and understand their capabilities, demands, demands and analyze their effects. Thus, this research sought to map the Cultural Occupations and Houses of Culture that emerged in the peripheral territories of the Federal District from 2010 onwards, in order to systematize and understand their sociocultural expressions, forms of action and resistance, agendas of struggle, demands, as well as conflicts. territories that cross them, with the aim of systematizing planning guidelines for inserting Occupations into the PDOT, in order to contribute to its valuation, regularization and permanence processes. To this end, this dissertation incorporated the methodology of action research, which was carried out in four phases – permeated by cartography: (1) analysis and evaluation of cultural policy instruments and PDOT/2009; (2) cartography of territories (practices, conflicts and general demands); (3) Articulation meetings in Cultural Occupations (survey of specific problems/demands); (4) planning guidelines for entering Occupations into PDOT. This process revealed how collectives and Cultural Occupations have been giving public visibility to their common agendas and demands, which explain a central gap in urban planning in the DF: the lack of urban instruments aimed at the valorization, regularization and permanence of their territories, marked by the condition of invisibility and permanent threat, legitimized by the selective application of urban legislation. Thus, six Meetings were held monthly in different Occupations, where most of the demands revolved around mapping, surveying and systematizing information about these territories. In this process, cartography acted as an instrument of social mobilization and incorporated part of the demands raised, aiming to contribute, instrumentalize and enhance the struggle for the collectives' right to the city. Finally, aiming to address the demands raised and encourage, strengthen and value the sociocultural practices of the Occupations, grouped into the six fronts of action that were decoded in this research, such as: artistic and cultural expressions; popular education; health and self-care; solidarity networks; socio-environmental practice; and popular economy/income generation; five thematic axes of planning guidelines were generated, which insert and incorporate Cultural Occupations in the PDOT, in an intersectoral and transversal way, in the various aspects that make up and guide territorial planning, such as: (1) Zoning, Use and Occupation of Land; (2) Sustainable Economic Development; (3) Community and social facilities; (4) Land Regularization; and (6) Information System. These guidelines recognize Cultural Occupations as vectors of socio-spatial transformation, inserting them as drivers of the urban, social, economic and environmental development policy of the Federal District.

Key words: urban social movements; urban planning; insurgent planning; land conflicts; cultural policies; cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Faixa de Segurança Sanitária (delimitada pela rodovia DF-001).....	27
Figura 2: Mapa pôster sobre os conflitos político-territoriais na região Amazônica – PNCSA.....	41
Figura 3: Diagrama dos referenciais teóricos condutores e temáticas centrais da pesquisa.....	49
Figura 4: Classificações metodológicas aplicadas à pesquisa.....	50
Figura 5: Estratégia aninhada concomitante de abordagem.....	51
Figura 6: Síntese das quatro fases da pesquisa-ação sistematizadas por Hugues Dionne (2007).....	52
Figura 7: Protestos das Jornadas de Junho de 2013.....	87
Figura 8: Ocupação Povo sem Medo em São Bernardo do Campo/SP – MTST.....	90
Figura 9: Mapa do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera (periferia noroeste de São Paulo).....	101
Figura 10: Postagem do Edital de Premiação (SMC) com o mapeamento das ocupações culturais de SP como “faróis” produzido pelo MCP.....	103
Figura 11: Cruzamento do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário (1957).....	109
Figura 12: Jornal da época da construção de Brasília tratando os trabalhadores como “escravos”..	110
Figura 13: Vista da Vila Amaury.....	112
Figura 14: Vista da Vila Amaury.....	112
Figura 15: Campanha de Erradicação de Invasões noticiada no Correio Braziliense (1970).....	114
Figura 16: Cartaz do Documentário A cidade é uma só? (2013).....	115
Figura 17: logo da Exposição Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal.....	115
Figura 18: Hélio Prates expondo o mapa de Zoneamento Sanitário do DF.....	116
Figura 19: Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010.....	120
Figura 20: Mapeamento dos despejos e ameaças de despejos ocorridos no DF durante a pandemia (abril de 2021 a dezembro de 2022).....	125
Figura 21: Vetores de expansão urbana em 2019 (período 2010-2019).....	126
Figura 22: Zoneamento Sanitário do Distrito Federal no PLANIDRO.....	133
Figura 23: Áreas propostas pelo Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT/1977).....	134
Figura 24: Zoneamento do PDOT (1997).....	136
Figura 25: Centro Regional entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.....	137
Figura 26: Estratégias de Dinamização propostas pelo PDOT/2009.....	139
Figura 27: Estratégias de implantação de Polos Multifuncionais propostas pelo PDOT/2009.....	140
Figura 28: Mobilidade diária entre núcleos urbanos do Distrito Federal em 2010.....	143
Figura 29: Capa do Jornal A Voz da Ceilândia.....	147
Figura 30: Pautas do Boletim informativo da ASSIMOC – Jornal A Voz da Ceilândia.....	148
Figura 31: Painéis da exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal” (2019).....	149
Figura 32: “Gangues contrastam violência e diversão”.....	150
Figura 33: “Polícia inicia operação para identificar gangues”.....	150
Figura 34: Bailes funk e break no Quarentão.....	152
Figura 35: Bailes funk e break no Quarentão.....	152

Figura 36: Mapa "Quarenta gangues espalham terror no Distrito Federal".....	154
Figura 37: Zoneamento proposto pelo PDOT/2009.....	162
Figura 38: Áreas de Diretrizes Especiais estabelecidas pelo Zoneamento do PDOT/2009.	163
Figura 39: Mapa dos Territórios de Preservação propostos na minuta do PPCUB.	167
Figura 40: Distribuição de entes e agentes culturais em cada RA do Distrito Federal (2018).	172
Figura 41: Concentração de Espaços Culturais em comparação às RAs do grupo de baixa renda do DF.....	173
Figura 42: Mapa das Macrorregiões definidas pelo FAC Regionalizado.....	177
Figura 43: Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para cada RA.	177
Figura 44: Distribuição geográfica das áreas da Lei de Fomento à Cultura das Periferias de São Paulo.	178
Figura 45: Mobilização da Frente Unificada da Cultura do DF.	184
Figura 46: Mobilização social de artistas e movimentos culturais em defesa da cultura.	184
Figura 47: Batalha do Relógio em Taguatinga.....	190
Figura 48: Acampamento Cultural pela destinação da área para implantação do Centro Cultural Complexo.	192
Figura 49: 109° Sarau Complexo com apresentações de Mamulengo.	192
Figura 50: Mapa das ocupações informais e Índice de vulnerabilidade social para cada RA.....	197
Figura 51: Mapa de delimitação territorial das Áreas e periferias, proposto para o Distrito Federal..	197
Figura 52: Práticas e expressões culturais das Ocupações e Casas de Cultura periféricas do DF. .	200
Figura 53: Aulas de cursinho, fotografia realizadas pelo JEX.	205
Figura 54: Aulas de DJ e dança realizadas pelo JEX.	206
Figura 55: Antes e depois da ocupação no Galpão Cultural do JEX.....	207
Figura 56: Vigília Cultural #oJEXFICA.....	209
Figura 57: Programação da Vigília pela Cultura em defesa do Jovem de Expressão.	209
Figura 58: Praça do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.	211
Figura 59: Edição 2020 da Rebelião Cultural Transformação.....	212
Figura 60: Edição 2019 da Rebelião Cultural Transformação.....	212
Figura 61: Derrubada do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.	213
Figura 62: Derrubada do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.	213
Figura 63: Bloco de Carnaval Menino de Ceilândia.....	214
Figura 64: Bloco de Carnaval Menino de Ceilândia.....	214
Figura 65: Educação sobre cultura popular e frevo para crianças.	215
Figura 66: Antes e depois da Ocupação do Espaço Imaginário Cultural.	216
Figura 67: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Imaginário Cultural.	216
Figura 68: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Imaginário Cultural.	217
Figura 69: Programação Eixo Imaginário.....	217
Figura 70: Eixo Imaginário no Jornal Destak.	217
Figura 71: Antes e depois da ocupação do Centro Comunitário pelo Galpão do Riso.	219
Figura 72: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Galpão do Riso.....	220

Figura 73: Antes e depois do edifício ocupado pela Cia de Teatro.	223
Figura 74: Aulas e espetáculos teatrais realizados pelo Espaço Semente Cia de Teatro.	224
Figura 75: Antes e depois da ocupação do edifício pelo coletivo Família Hip Hop.	225
Figura 76: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Cultural Moinho de Vento.	226
Figura 77: Projeto Fortalecendo a mobilidade urbana e geração de renda.	227
Figura 78: Organização da horta na área do Espaço Cultural Moinho de Vento e Feira Orgânica. ...	229
Figura 79: Antes e depois do território após a ocupação do movimento Mercado Sul Vive.	232
Figura 80: Práticas socioculturais construídas na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.	233
Figura 81: Práticas socioculturais construídas na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.	234
Figura 82: Arraiá do Beco 2017.	235
Figura 83: EcoFeira Mercado Sul – Economia Solidária, Cultura Popular, agroecologia e afeto.	235
Figura 84: A <i>Ball Trans</i> na Ocupação MSV – Produção Centro Oeste Ballroom TV (@cob.tv) e Mercado Sul Vive.	236
Figura 85: Secretaria de Cultura do DF enfatiza o potencial das ZEPECs estabelecidas pelo PDE/SP.	239
Figura 86: Assembleia para mobilização popular do Mercado Sul.	241
Figura 87: Oficina para mobilização popular do Mercado Sul.	241
Figura 88: Quatro caminhos de colaboração coletiva elencados pelo MSV.	242
Figura 89: Audiência Pública Mercado Sul: Patrimônio Material e Imaterial.	243
Figura 90: Antes e depois da ocupação do Centro Cultural RIA.	244
Figura 91: Práticas socioculturais realizadas no subsolo do Centro Cultural RIA.	246
Figura 92: Práticas socioculturais realizadas no subsolo do Centro Cultural RIA.	246
Figura 93: <i>Flyer</i> do 2º Festival de Cine <i>Punk y Anarquista</i> do DF.	247
Figura 94: Práticas socioculturais realizadas no Batalhão das Artes.	248
Figura 95: Práticas socioculturais realizadas no Batalhão das Artes.	249
Figura 96: Antes e depois do espaço após a ocupação do movimento Olga.	250
Figura 97: Depredação da Casa à mando da Administração e remoção dos bens das integrantes do movimento, após operações de despejo truculentas.	252
Figura 98: Imagem aérea do Parque Distrital de São Sebastião (PDSS).	253
Figura 99: Cartazes de divulgação do Domingo no Parque – revitalização já!	254
Figura 100: Práticas socioculturais realizadas na Ocupação Cultural Domingo No parque.	255
Figura 101: Mapa da situação dos conflitos fundiários das Ocupações Culturais do DF.	258
Figura 102: Atuação principal – número de Ocupações Culturais em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.	263
Figura 103: Atuações transversais – número de Ocupações Culturais em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.	264
Figura 104: Atuação principal – número de Casas de Cultura em relação a cada	266
Figura 105: Atuação transversal – número de Casas de Cultura em relação a cada	266
Figura 106: Mapa das Casas de Cultura (porção Sol Nascente–Ceilândia).	267
Figura 107: Curso a Renda Delas e cineclube na antiga Padaria Pão Nosso.	269

Figura 108: Festa do dia das crianças na Cozinha Comunitária do MTST.	270
Figura 109: Mutirão na horta comunitária Cozinha Comunitária do MTST.	270
Figura 110: Fachada da Casa Akotirene, 2019.	271
Figura 111: Roda de conversa e autocuidado entre mulheres na Casa Akotirene.	272
Figura 112: Roda de capoeira da Casa Frida.	273
Figura 113: Mulheres da Casa Frida.	273
Figura 114: Agrofloresta Comunal autogerida do território.	274
Figura 115: Exposição/Leilão da Galeria.	275
Figura 116: 1ª <i>Ballroom</i> de São Sebastião “TIANA Ball”.	275
Figura 117: Desenvolvimento do processo de pesquisa-ação.	283
Figura 118: Síntese das quatro fases da pesquisa-ação sistematizadas por Hugues Dionne (2007).	284
Figura 119: Flyer do I Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	289
Figura 120: Flyer do II Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	289
Figura 121: <i>Flyer</i> do V Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	290
Figura 122: <i>Flyer</i> do IV Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	290
Figura 123: <i>Flyer</i> do III Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	290
Figura 124: <i>Flyer</i> do VI Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.	290
Figura 125: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Centro Cultural RIA.	291
Figura 126: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Centro Cultural RIA.	292
Figura 127: Roda de conversa entre Ocupações Culturais na Casa Kaluanã/MSV.	293
Figura 128: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Espaço Cultural Moinho de Vento.	295
Figura 129: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Batalhão das Artes.	297
Figura 130: Roda de conversa para construção da Carta Manifesto e	299
Figura 131: Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização e Caderno.	306
Figura 132: Eixos temáticos de diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações Culturais no PDOT.	308

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Referenciais teórico-metodológicos condutores.	46
Quadro 2: Resistências latino-americanas ocorridas após 2005.	80
Quadro 3: Cartografia das Ocupações Culturais e Casas de Cultura periféricas do DF que surgiram a partir de 2010.	201
Quadro 4: Sistematização da situação de posse legal e do conflito das Ocupações Culturais periféricas do DF.	257
Quadro 5: Sistematização do Uso e Ocupação do solo das Ocupações Culturais periféricas do DF.	259
Quadro 6: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.	292
Quadro 7: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.	294
Quadro 8: levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.	295

Quadro 9: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.....	297
Quadro 10: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.....	299
Quadro 11: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.....	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de operações realizadas em cada RA (janeiro 2021-março 2023).	129
Gráfico 2: Região Administrativa de exercício de trabalho principal (comparação PDAD 2011-2021).	143
Gráfico 3: % de projetos aprovados por macrorregião (2011-2018) do FAC Regionalizado.	179
Gráfico 4: Número de territórios culturais e remoções/ameaças de remoção sofridas pelas Ocupações, que surgiram a partir de 2010 no Distrito Federal.....	276
Gráfico 5: Número de Ocupações e Casas de Cultura que surgiram nas periferias do DF por ano (2010- 2023).	309
Gráfico 6: Zoneamento das Ocupações Culturais no PDOT/2009.	309
Gráfico 7: Zoneamento das Casas de Cultura no PDOT/2009.....	309

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIC – Áreas Especiais de Interesse Cultural

AIC – Áreas de Interesse Cultural

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AJUP – Assessoria Jurídica Universitária Popular

APA – Área de Proteção Ambiental

APC – Áreas de Proteção Cultural

APM – Áreas de Proteção de Manancial

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ARINE – Área de Regularização de Interesse Específico

ARIS – Área de Regularização de Interesse Social

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

ASSIMOC – Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CASAS – Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável

CDDHCEDP – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

CDZ/DF – Campanha Despejo Zero DF

CEAC – Cadastro de Entes e Agentes Culturais

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões

CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF

CONDEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal

CONSEA/DF – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF

CRC – Conselho Regional de Cultura

CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília
DePHA – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
DF Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
FAU-UnB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB
FCC – Fórum de Cultura de Ceilândia
FCZL – Fórum de Cultura da Zona Leste
GDF – Governo do Distrito Federal
GEB – Guarda Especial de Brasília
IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IVS – Índice de Vulnerabilidade Social
JEX – Jovem de Expressão
JUVESOL – Rede Juventudes e Economia Solidária
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOC – Lei Orgânica da Cultura
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo
MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
MCP – Movimento Cultural das Periferias de São Paulo
MinC – Ministério da Cultura
MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSV – Movimento Mercado Sul Vive
MTD-DF – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Por Direitos
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OR – Observatório de Remoções
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCDF – Plano de Cultura do Distrito Federal
PDAD – Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios
PDE/SP – Plano Diretor Estratégico de São Paulo
PDL – Plano Diretor Local
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial
PLANIDRO – Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PNCSA – Projeto Cartografia Social da Amazônia

POT – Plano de Ocupação Territorial
POUSO – Plano de Ocupação do Uso do Solo
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Prodema – Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
PT – Partido dos Trabalhadores
RA – Região Administrativa
RESF – Rede de Economia Solidária e Feminista
Reurb-S – Regularização Fundiária de Interesse Social
SECEC – Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
SERIS – Secretaria de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal
SIIC-DF – Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Distrito Federal
SITURB – Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal
SNP/MCidades – Secretaria Nacional de Periferias
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUOP/DF Legal – Subsecretaria de Operações
SUPHAC – Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal.
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília
TICP – Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TOC – Territórios de Ocupação Cultural
UC – Unidade de Conservação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UT – Urbanismo Tático
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social
ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural
ZUC – Zona Urbana Consolidada
ZUCT – Zona Urbana do Conjunto Tombado
ZUEQ – Zona Urbana de Expansão e Qualificação
ZUUC II – Zona Urbana de Uso Controlado II

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
PROBLEMÁTICA	21
Contextualização do tema de pesquisa.....	21
Recortes analíticos e territoriais.....	27
DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	36
JUSTIFICATIVA	40
Estado da arte e revisão da literatura.....	40
OBJETIVOS	45
Objetivo geral.....	45
Objetivos específicos.....	46
REFERENCIAL TEÓRICO	46
METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	50
CAPÍTULO 1	58
1.1 A GUINADA NEOLIBERAL: ENTRE CRISES, VIOLÊNCIAS E RECESSÕES DEMOCRÁTICAS	59
1.2. A ESQUIZOFRENIA DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	62
1.3 O PÓS-GOLPE: DESMONTES E INFLEXÃO ANTIDEMOCRÁTICA	66
1.4 CIDADE EM DISPUTA: O LUGAR DAS PERIFERIAS	71
1.4.1 Mutações e disputas do termo/conceito Periferia.....	71
1.4.2 Nas fronteiras do legal e ilegal: entre conflitos e jogos de poder.....	75
1.5 DESPONTAM AS INSURGÊNCIAS URBANAS: OUTROS HORIZONTES E MUNDOS POSSÍVEIS	77
1.5.1 As múltiplas insurgências latino-americanas.....	79
1.5.1.1 Tecendo redes de solidariedade na pandemia.....	82
1.5.1.2 A reinvenção do território: territorialidades subalternas insurgentes.....	84
1.5.2 Ocupar, resistir e construir: inflexão de lutas populares no Brasil.....	87
1.5.2.1 A periferia é o centro: uma produção cultural contra-hegemônica.....	91
1.5.2.2 Insurgências em rede: construindo o protagonismo periférico.....	95
1.5.2.2.1 Construindo um planejamento insurgente: o Movimento Cultural das Periferias de São Paulo.....	96
1.5.2.2.2 Planejamento insurgente: construindo alternativas de baixo para cima.....	104

CAPÍTULO 2	107
2.1 BRASÍLIA: TERRITÓRIO DE EXPULSÃO, EXCLUSÃO E EXCEÇÃO	108
2.1.1 O colonialismo como projeto	108
2.2 A ERRADICAÇÃO COMO PRÁTICA ORDENADORA DE APAGAMENTO	110
2.2.1 Dos acampamentos e vilas às satélites: entre políticas de contenção e segregação (1958-1971)	110
2.2.2 Entre discursos, práticas e contradições: instrumentalização e radicalização do planejamento sanitário (1971-1985)	113
2.2.3 Rumo às bordas e entorno: reedição das políticas de contenção e avanço das ocupações informais (1985-2019)	122
2.2.4 A política do trator avança nas periferias: novos vetores de remoções forçadas (2019-2023)	123
2.3 O ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO POLÍTICA DE APAGAMENTO: DIREITO À CIDADE PARA QUEM?	131
2.4 A FARSA DA DESCENTRALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL DO PDOT/2009 ..	138
2.5 PERIFERIA EM DISPUTA: ENTRE ESTIGMAS E APAGAMENTOS	142
2.6 A REVANCHE DO GUETO: EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO CULTURAL NAS PERIFERIAS DO DF	145
2.6.1 A luta das associações de moradores e a formação de uma cultura política periférica.....	146
2.6.2 Novas subjetividades em cena: a construção de uma consciência periférica protagonizada pelo <i>hip-hop</i>	149
2.6.3 A luta pela memória nas satélites: mobilizações e movimentos populares por tombamentos.....	155
2.6.3.1 O povo se organiza e reivindica: os casos de Taguatinga e Ceilândia.....	157
2.7 O LUGAR DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO NO PDOT: CONFLITOS, LACUNAS E IMPASSES	160
2.7.1 Reproduzindo invisibilidades.....	160
2.7.2 PPCUB: entre possibilidades e seletividades.....	165
2.8 POLÍTICAS CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES	169
2.8.1 Reproduzindo desigualdades socioespaciais.....	171
2.8.2 As Políticas de descentralização e regionalização da Cultura (2011-2018)	174
2.8.3 O projeto de desmonte da Cultura e as frentes de resistência popular (2019-2022)..	182
CAPÍTULO 3	188
3.1 EXPLODEM AS INSURGÊNCIAS CULTURAIS NAS PERIFERIAS DO DISTRITO FEDERAL	189

3.2 PERIFERIA NO CENTRO: POR UMA OUTRA CARTOGRAFIA DO DF	192
3.2.1 Cartografias insurgentes: desvelando potências, conflitos e resistências.....	193
3.2.2 Delimitando Periferia: uma cartografia em disputa.....	195
3.3 CARTOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS PERIFÉRICAS: TECENDO REDES SOLIDÁRIAS DE CULTURA, SAÚDE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO POPULAR	199
3.3.1 Mapeando territórios e decodificando suas múltiplas práticas.....	199
3.3.2 As Ocupações Culturais insurgentes: entre potências e conflitos	204
Jovem de Expressão.....	204
Espaço Cultural Filhos do Quilombo.....	211
Instituto Cultural Menino de Ceilândia.....	214
Espaço Imaginário Cultural.....	215
Espaço Galpão do Riso.....	219
Espaço Semente Cia de Teatro.....	222
Espaço Cultural Moinho de Vento – Núcleo de Formação Popular Hip Hop.....	225
Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.....	230
Centro Cultural RIA.....	244
Batalhão das Artes.....	247
Casa Ieda Santos Delgado.....	249
Casa de Cultura Carlos Marighella.....	252
Domingo no Parque – Movimento Supernova.....	253
3.3.3 Síntese das Ocupações Culturais: práticas, conflitos e múltiplas frentes de ação	256
3.3.4 As Casas de Cultura insurgentes	266
Cozinhas populares no enfrentamento às desigualdades no Sol Nascente/DF.....	268
Quilombos urbanos como territórios de afeto, empoderamento e autocuidado.....	270
Práticas socioculturais e ambientais em São Sebastião/DF.....	274
3.3.5 Análises e pistas sobre a explosão de coletivos e territórios culturais periféricos	275
 CAPÍTULO 4	 282
4.1 CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DE BAIXO PARA CIMA: A PESQUISA-AÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO	283
4.1.1 Identificação das situações/problemas.....	284
4.1.2 Projeção das ações.....	285
4.1.3 Realização das atividades previstas.....	289
A construção da Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno: colocando a Periferia no centro das decisões	289

I Encontro das Ocupações Culturais do Distrito Federal: desafios, perspectivas e potências – Centro Cultural RIA.....	291
II Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal: Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.....	293
III Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal: Espaço Cultural Moinho de Vento – Família Hip Hop.....	294
IV Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal: Batalhão das Artes.....	296
V Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal: Jovem de Expressão.....	298
VI Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal: Ocupação Cultural Mercado Sul Vive – 76º Ecofeira.....	300
4.1.4 Sistematização dos problemas e demandas da Rede de Ocupações Culturais	301
Problemas.....	301
Demandas.....	302
4.1.5 Avaliação do processo da pesquisa-ação.....	303
4.2 DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO PARA AS OCUPAÇÕES CULTURAIS	307
4.2.1 Objetivos gerais para a Política Cultural.....	308
4.2.2 Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.....	310
4.2.3 Desenvolvimento Econômico Sustentável.....	313
4.2.4 Equipamentos comunitários e sociais.....	315
4.2.5 Regularização Fundiária.....	317
4.2.6 Sistema de Informações.....	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS	333
ANEXOS – COMPILAÇÃO DAS CARTOGRAFIAS E LEVANTAMENTOS PRODUZIDOS SOBRE AS CASAS DE CULTURA E OCUPAÇÕES CULTURAIS	344
Anexo 1 – Sistematização dos territórios culturais mapeados	
Anexo 2 – Sistematização do zoneamento dos territórios culturais no PDOT/2009	
Anexo 3 – Sistematização dos levantamentos realizados sobre as Ocupações Culturais	
Anexo 4 – Catálogo das práticas cartografadas e decodificadas	
Anexo 5 – Catálogo das práticas cartografadas em cada Ocupação Cultural	
Anexo 6 – Catálogo das práticas cartografadas em cada Casa de Cultura	

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa-ação se lança na elaboração de uma cartografia das Ocupações Culturais e Casas de Cultura que surgiram nas periferias do DF na última década, de modo a sistematizar e compreender suas expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas, além de conflitos territoriais que as atravessam, com o objetivo de sistematizar diretrizes de planejamento territorial para inserir estes espaços no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência. Tendo isso em vista, podemos discutir seus fios condutores.

PROBLEMÁTICA

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

Está em curso uma persistente crise urbana global, forjada pelas formas perversas de apropriação e dominação capitalistas, que operam uma urbanização conduzida pela “acumulação por despossessão/espoliação” (Harvey, 2004), ou de capitalização do espaço e da vida, que reproduz crescentes desigualdades e captura, transforma e coloca em xeque bens comuns, territórios, identidades e modos de vida coletivos e ancestrais. Esse processo colonial-extrativista de urbanização, capitaneado pelo neoliberalismo na sua forma “austeritária” (Dardot; Laval, 2019), tem o planejamento tecnicista como o seu principal instrumento de dominação ideológica, social, econômica e política, necessário à manutenção do poder hegemônico. Além de escancarar a crise de identidade e legitimidade do planejamento, este cenário joga luz às suas potencialidades e possibilidades emancipatórias e transformadoras, que exigem descolonizarmos suas práticas a partir de uma práxis democrática e popular, que pode apontar e criar outros rumos e cidades possíveis. **É este compromisso que esta pesquisa assume.**

Historicamente, o planejamento urbano no Brasil, cristalizado nas heranças clientelistas e colonialistas do seu processo de urbanização fundadas no patrimonialismo/rentismo e no controle da propriedade privada, revela um abismo entre seu discurso e sua prática, forjada na aplicação arbitrária e seletiva da sua legislação urbanística; na desvinculação das políticas públicas; e no descolamento das realidades e demandas territoriais concretas, por meio da ocultação e dissimulação dos conflitos e problemas urbanos (Villaça, 1999; 2005; Maricato, 2003).

Esse planejamento urbano, cristalizado hegemonicamente na figura do Plano Diretor – ou, segundo Villaça, o plano-discurso de caráter salvacionista –, foi destinado e aplicado apenas

à uma parte das cidades brasileiras: na cidade “formal” ou “legal” (Maricato, 2002), ao mesmo passo que o crescimento urbano se dava “fora da lei”. Tal descompasso gerou extensas periferias precárias e autoconstruídas, reproduzindo um espaço urbano desigual, marcado pela evidente separação entre duas cidades: a “oficial”, comprometida com o urbanismo e suas legislações, e a cidade “ilegal”³, representada pela extensa ocupação ilegal do urbano, alvo de estigmas e atributos formulados de cima para baixo, e excluída, negligenciada e ignorada nas políticas públicas e representações da cidade oficial (Maricato, 2003).

Essa cidade “ilegal” representada pelos assentamentos populares e periferias urbanas, está imersa em um estado crescente de exceção e de “transitoriedade permanente”, composta por ambiguidades e indiferenciações entre o legítimo e ilegítimo, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção, entre planejado e não planejado, dentro e fora do mercado, permanentemente conflitantes e mutáveis (Rolnik, 2015; 2019; Telles, 2010). Essa condição ambígua se constitui como elemento central da relação entre o planejamento urbano brasileiro e esses territórios, que permanecem sob constante ameaça de espoliação e remoção legitimada pela construção de um estigma territorial, que restringe estes territórios à posição de anomalias urbanas, ineficientes, improdutivas (clandestinas) e socialmente perigosas e violentas (carentes e marginais).

Assim, o modelo de gestão e planejamento urbano no Brasil, feito por e para setores restritos e privilegiados, com todo seu aparato legal “tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é ‘ilegal’ e o que não é, assim como quais formas de ‘ilegalidade’ poderão subsistir e quais devem desaparecer” (Rolnik, 2015, p.184). Esse planejamento, *locus* onde se definem as formas permitidas e proibidas de organizar o espaço, consagra como lei os produtos imobiliários e espaços das elites ofertados e legitimam uma política urbana discriminatória que define uma geografia de invisibilidade e exceção às periferias urbanas.

Essas “fronteiras de tensão” (Feltran, 2008) ambíguas nas periferias são suspensas e desativadas, onde fica anulada a diferença entre a lei e a transgressão da lei, junto a formas cada vez mais territorializadas e militarizadas dos dispositivos de controle e gestão dos conflitos e problemas urbanos, que contam com um forte aparato de contenção e repressão de condutas e práticas sociais que oferecem “ameaça à ordem urbana” inscritas nesses territórios ditos “de risco” (Telles, 2015). No centro destas disputas e conflitos está o Estado, que emprega tanto a violência legal quanto a ilegal para a manutenção e controle das

³ Caracterização utilizada nos discursos hegemônicos em relação aos assentamentos populares e periferias urbanas. Não se trata aqui de reproduzir dicotomias urbanas, mas tal termo se adequa à seletividade e arbitrariedade das legislações urbanísticas no processo histórico de urbanização brasileira, levando em consideração seu caráter essencialmente ideológico e político, como apontado por Villaça (1999).

fronteiras de acesso à legitimidade social, como prática de repressão legítima, negando o direito à cidade às classes e territórios populares.

Diante desta escalada conservadora e neoliberal atrelada à crise de identidade e legitimidade do planejamento tecnicista forjado numa matriz colonialista, que criminaliza e deslegitima as práticas e formas de ocupação e organização subalternas desenvolvidas fora dos aparatos formais e estatais excludentes, sujeitas e sujeitos periféricos vêm ocupando e disputando espaços de decisão e poder – antes restritos às classes e setores dominantes – desvelando e dando visibilidade pública aos conflitos socioespaciais e às propostas/demandas coletivas vindas de suas comunidades e territórios, incorporando-as ao planejamento hegemônico, de modo a pressionar o Estado a redefinir sua agenda política.

Essa ruptura da “esquizofrenia do planejamento” (Miraftab, 2016) protagonizada pelas práticas periféricas e subalternas têm apontado para a construção de um “planejamento insurgente”, pois se constituem como práticas contra-hegemônicas que subvertem o *modus operandi* das formas neoliberais de dominação pela inclusão (Miraftab, 2009) inscritas no planejamento oficial e configuram-se como resistências coletivas organizadas que visam reivindicar e expandir seus direitos, reinventando e reconfigurando os processos hegemônicos de urbanização. Assim, como aponta Faranak Miraftab, o planejamento insurgente avança ao abrir a teorização do planejamento às diversas formas de ação social populares construídas coletivamente fora dos processos formais, que o Estado e as corporações sistematicamente criminalizam, reconhecendo-as como práticas insurgentes transformadoras e emancipatórias que confrontam o *status quo*, fortalecendo o protagonismo popular.

Essas territorialidades insurgentes explodem a partir da virada da última década instaurada sob a sombra da crise financeira global de 2008 – que se insere como um divisor de águas para as classes populares –, quando emerge uma conjunção mundial de lutas e mobilizações e despontam uma enorme variedade de rebeliões, levantes, resistências e ocupações por terra, em resposta à escalada dos efeitos perversos e predatórios decorrentes da persistente crise urbana planetária atrelada à inflexão antidemocrática e à consolidação do neoliberalismo austeritário, necropolítico e colonial-extrativista. Tais processos demarcam um novo ciclo global de insurgências alternativas e antissistêmicas protagonizadas por movimentos feministas, antipatriarcais e antirracistas; estudantis e ambientalistas; resistências anticoloniais como as dos povos indígenas, tradicionais e periféricos pela permanência e preservação de seus territórios e identidades contra o colonialismo extrativista (Gohn, 2014, 2016; Zibechi, 2020).

No contexto latino-americano, as lutas e movimentos populares enunciam e produzem múltiplas territorialidades e identidades próprias, que incorporam as opressões mais

expressivas derivadas do extrativismo colonialista, traduzido na dominação e genocídio dos povos originários, quilombolas, camponeses, favelados, dos feminicídios, da violência e do racismo estrutural. Nesse sentido, abrangem uma pluralidade de subjetividades e relações solidárias inscritas nas tradições revolucionárias, traduzidas em seus modos de vida e costumes contestadores, que convertem seus territórios em espaços de ação política, assegurando a sobrevivência material e simbólica cotidiana, de modo a oferecer alternativas anticapitalistas, emancipadoras e contra-hegemônicas, que agem no enfrentamento à crise ambiental, climática e urbana em curso, apontando caminhos para a superação das desigualdades e violências estruturais.

Esta explosão de insurgências na última década emerge em plena conjuntura de inflexão de lutas populares no Brasil, marcada pela reconfiguração do ativismo social ancorada na fissura do campo participativo engendrada pela crise da política representativa. Tal reconfiguração é intensificada pelas Jornadas de Junho de 2013, quando explode massivamente um *tsunami* de coletivos periféricos e populares com formas de ação e organização transformadoras, ancoradas nas culturas juvenis, como o *hip-hop*, gestadas pela nova cultura política de lutas construída no país durante a primeira década do século XXI (Zibechi, 2013; 2020; Gohn, 2020a).

As periferias urbanas têm sido o epicentro deste recente ciclo de lutas e insurgências, onde vem sendo gestadas as bases de um projeto contra-hegemônico de cidade, elaborado a partir da potência inventiva e emancipatória de suas práticas, saberes e formas de gestão cotidianas, que têm lançado desafios ao sistema capitalista, expondo e subvertendo suas fraturas. Nestes territórios observam-se formas sociais e estéticas inéditas, de condutas e procedimentos coletivos culturais cujas implicações incluem o reposicionamento e deslocamento de marcos e fronteiras sociais significativas, que provocam rupturas e distúrbios nos poderes dominantes (Pallamin, 2017).

Neste contexto de insurgências, os territórios periféricos “vieram para o primeiro plano de análise”, o que implica em “assumir a centralidade analítica que de fato a periferia tem na sociedade, tomando-a como ponto de partida” na compreensão da nossa própria condição urbana (Velloso, 2020, p.158-163). É prioritário reconhecer a potência crítica e emancipatória das múltiplas práticas e subjetividades produzidas nestes territórios – historicamente estigmatizados e excluídos –, compreendendo-os como o caminho da luta pela transformação radical da sociedade, porque ali r-existem fazeres e relações sociais, culturais, ambientais e econômicas forjadas na ancestralidade, solidariedade e na coletividade, nas quais estão os novos horizontes para o saber urbano – em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento (Velloso, 2020).

Foi a partir dos anos 1990, que o termo *periferia* passou a se ressemantizar e se alargar, incorporando um sentido mais crítico a partir das próprias narrativas e ações políticas de “sujeitos periféricos”⁴ (D’Andrea, 2013) em coletivos juvenis, que passaram a “falar a partir de dentro” e a pautar publicamente como suas periferias deveriam ser narradas e abordadas, ao mesmo tempo que agiam no combate às violências e desigualdades estruturais que atravessavam seus territórios. Assim, a ação sociopolítica destes coletivos culturais mudou a forma como se enxerga e se define *periferia*, protagonizando a construção de novas subjetividades baseadas no orgulho em ser periférico e em suas potencialidades, tendo a produção artística e cultural como elemento central na formulação desses novos significados sobre seus territórios. Portanto, esse alargamento de significados superou os estigmas de violência e pobreza, incluindo também cultura e potência (D’Andrea, 2022).

Está em curso nas periferias uma explosão cultural e artística crescente nos últimos trinta anos. Neste cenário insurgente, houve um crescimento exponencial de coletivos culturais, onde emergiram casas de cultura, cineclubes audiovisuais, galerias periféricas, grupos de circo, teatro e de dança (como cultura popular e afro-brasileira), literaturas marginais, o pixo e o grafite, a música com as batalhas de MC’s, o samba, *funks*, *punk* e o *hip-hop*, além de novas estéticas e expressões que explodiram na última década como os *saraus* e *slams* de poesia, coletivos culturais feministas e LGBTQIAP+, que passaram a ocupar e ressignificar ativamente espaços e edifícios públicos ociosos.

A ocupação e transformação massiva de espaços ou edifícios públicos abandonados em territórios de emancipação e reprodução da vida comunitária, ancorados na potencialização e defesa de práticas e culturas, explodiu na última década e vêm se multiplicando nas cidades brasileiras por meio de intervenções de coletivos culturais e movimentos sociais sem-teto, muitas vezes em alianças estratégicas. Estas ocupações aglutinam práticas socioculturais subalternas e diversas frentes de ação que incorporam as agendas populares e as múltiplas pautas em torno do direito à cidade, acionando/explicitando conflitos de ordem política, econômica e cultural e dando visibilidade pública a demandas, fissuras e lacunas estruturais do planejamento hegemônico – como o direito irrestrito de propriedade das classes dominantes –, que seriam ocultados no âmbito da institucionalidade (Trindade, 2014; 2017).

Desse modo, por meio da cultura e da arte ancoradas às múltiplas pautas de luta dos movimentos populares e coletivos juvenis feministas, *queer*, negros, LGBTQIAP+, sujeitas e sujeitos periféricos gestaram uma cultura política potencialmente subversiva e combativa,

⁴ Segundo Tiaraju D’Andrea (2013; 2020), os sujeitos periféricos são portadores de três elementos: (1) assume a condição de periférico (de periférico em si a periférico para si); (2) tem orgulho dessa condição (do estigma ao orgulho); e (3) age politicamente a partir dessa condição (da passividade à ação). Segundo o autor, sua maior expressão se encontra nas ações políticas dos movimentos sociais populares e coletivos culturais da periferia. Portanto, a subjetividade expressa no sentir-se periférico é condição básica, mas é a ação política a partir dessa subjetividade que define o sujeito periférico.

sobretudo na última década, se inserindo como protagonistas e chave central para avançar na questão urbana. Nesta conjuntura, passaram a disputar o debate público e a ocupar espaços na arena política e institucional, explicitando as contradições e conflitos do planejamento hegemônico, que historicamente agiu na dissimulação e ocultação destes processos.

Com o golpe de 2016, que culmina na ascensão da extrema-direita no Brasil atrelada à inflexão ultraneoliberal, houve uma guinada da ideologia pública de criminalização das periferias pela coalizão das mídias hegemônicas ligadas às classes dominantes junto ao aparato cada vez mais repressor, racista e violento da gestão do Estado contra a população negra e periférica. Tal cenário tem ampliado os conflitos territoriais⁵ e as “guerras de narrativas” acopladas ao estigma da violência, orquestradas pela política de ódio e o discurso da “guerra contra o crime” – travadas há décadas – que tendem ao esvaziamento e transfiguração dos sentidos – políticos e semânticos – do termo *periferia*, por parte de atores hegemônicos que atuam na ocultação e dissimulação das relações de dominação/subordinação que relegam estes setores urbanos a uma posição periférica.

Tais processos mostram como a produção cultural periférica tem se colocado no centro dos conflitos da guerra civil e cultural travada no cenário político do Brasil dos últimos anos, pois condensa e incorpora temas antirracistas, anticoloniais e antipatriarcais, como o empoderamento e representatividade feminina e LGBTQIAP+, diversidade/equidade étnico-racial e de gênero, justiça racial e ambiental, a denúncia das violências de gênero, a crítica à violência policial, o confronto ao genocídio da juventude negra, entre outros. Estes são conteúdos fundantes dos circuitos da cultura e dos movimentos periféricos, como também, são os mais combatidos e confrontados pela ofensiva conservadora do país dos últimos anos (Almeida; Jesus, 2021).

Assim, esta pesquisa realiza um deslocamento teórico-analítico contra-hegemônico, que busca colocar as periferias urbanas – e sua produção cultural – no centro das decisões, inserindo-as como chave central para a compreensão dos conflitos sociais e reconhecendo-as como territórios de potências, que elaboram e abrigam múltiplas práticas, saberes e formas de gestão coletivas críticas, subversivas, inventivas e emancipatórias, que têm protagonizado e apontado horizontes e possibilidades para a construção efetiva de um planejamento insurgente e popular.

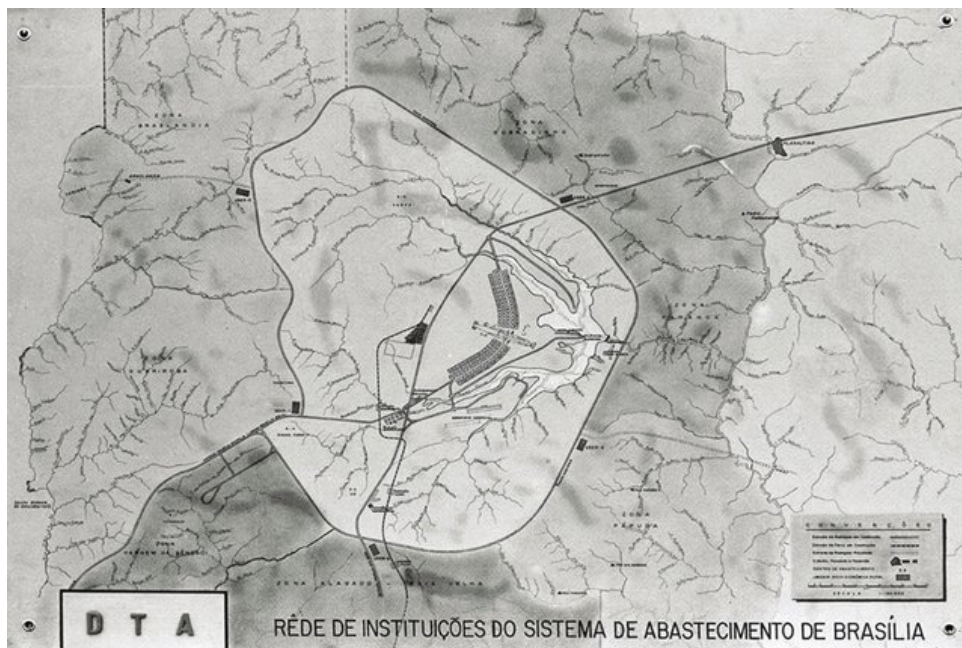
⁵ Dois exemplos recentes são o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes em 2018, e um dos maiores massacres da história recente do estado Rio de Janeiro: a operação policial na favela do Jacarezinho que deixou 28 mortos em 2021.

RECORTES ANALÍTICOS E TERRITORIAIS

Durante seis décadas, o Governo do Distrito Federal (GDF) reproduziu as contradições e marcas fundantes do seu planejamento urbano seletivo, centralizador e repressor, por meio de tecnologias de controle e segregação forjadas na condição político-ideológica seletiva de preservação do Plano Piloto sob discursos sanitaristas, que permaneceu como território de expulsão-exclusão-exceção legitimado no tripé da preservação ambiental-funcional-patrimonial, manejada para garantir a manutenção das práticas violentas de apagamento e negação da classe trabalhadora negra e periférica.

No decorrer das décadas, sob o discurso sanitário de contenção do suposto processo de poluição do Lago Paranoá causado pela explosão demográfica de “invasões” em torno do Plano Piloto, houveram sucessivas políticas violentas de controle de migração junto à não-oferta de moradias, além de políticas de erradicação de vilas e acampamentos de trabalhadores migrantes e de suas famílias que ocupavam o Plano e suas adjacências, que eram removidas para as cidades-satélites recém-criadas a dezenas de quilômetros ou até mesmo para fora dos limites do DF, sem qualquer infraestrutura básica – como água, luz, saneamento, postos de saúde e energia. Dessa forma, o Estado implantou as cidades-satélites – hoje Regiões Administrativas (RAs) – a dezenas de quilômetros para fora dos limites da “Faixa de Segurança Sanitária” da Bacia do Paranoá, como na criação de Taguatinga, Gama, Sobradinho e Ceilândia.

Figura 1: Faixa de Segurança Sanitária (delimitada pela rodovia DF-001).



Fonte: ArPDF, Fundo Novacap, Nov D.4.4.B-19, 1975.

Foi por meio destes discursos sanitaristas e eugenistas, que em 1970 – em plena ascensão do regime ditatorial –, foi instituída a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) sob o lema “A CIDADE É UMA SÓ”, que entre 1970 e 1976 erradicou e expulsou violentamente 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto (Gouvêa, 1995), dando origem à Ceilândia⁶. Criado no mesmo ano (1970), o Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO) agiu simultaneamente à CEI, como um instrumento de legitimação técnica e construção da política higienista do Estado, embasada em diagnósticos supostamente técnicos e de aplicação completamente arbitrária.

Tais processos demonstram como o planejamento urbano no DF visou, desde o início da concepção da capital, moldar uma segregação sociorracial e espacial, erradicando e excluindo apenas as ocupações da classe trabalhadora negra de baixa renda das áreas localizadas no interior da Faixa Sanitária. Nas décadas seguintes, estas mesmas áreas anteriormente “intocáveis”, passaram a ser destinadas à produção do complexo imobiliário-financeiro e a ser ocupadas por moradias e condomínios das classes médias e altas ligadas à ocupação informal proveniente da grilagem de terras, asseguradas por legislações permissivas e instrumentos legais aplicados arbitrariamente, que facilitaram o surgimento, registro e regularização destes parcelamentos (Freitas, 2013). Assim, o planejamento urbano agiu como instrumento de indução e legitimação da segregação socioespacial das ocupações de famílias de baixa renda para regiões distantes do Plano Piloto, enquanto naturalizava e tolerava a formação de condomínios de média e alta renda no interior da Faixa Sanitária, reforçando o caráter seletivo, arbitrário e ambíguo da aplicação da sua legislação urbanística.

Esse processo de naturalização, inação e tolerância seletiva do Estado, induziu e incentivou nos últimos trinta anos, sobretudo na última década, um aumento significativo da ocupação informal do território e de áreas ambientalmente sensíveis, onde o planejamento se dedica à regularização fundiária de condomínios de média e alta renda e atua cedendo espaço para a iniciativa informal, mas não consegue se antecipar às demandas sociais por moradia ou promover a integração e democratização dos territórios entre as diversas faixas de renda (Rocha, 2021).

Os Planos Diretores de Ordenamento Territorial⁷ (1977 a 2009) ancorados aos Planos Diretores de saneamento (1970 a 2010), agiram como instrumento de efetivação, legitimação e manutenção desse *modus operandi* sanitarista, eugenista e concentrador, imerso no processo de planejamento do DF, que operou, e ainda opera, como máquina de apagamento

⁶ Conforme o relatório da SEDES-DF (1973), uma das justificativas para a escolha da área de implantação de Ceilândia, foi sua localização fora da Faixa de Segurança Sanitária.

⁷ São eles: o Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT (1977), o Plano de Ocupação Territorial – POT (1985), o Plano de Ocupação do Uso do Solo – POUZO (1986) e os Planos Diretores de Ordenamento Territorial de 1992 (PDOT 1992), de 1997 (PDOT 1997) e de 2009 (PDOT 2009).

e invisibilização de territórios e suas práticas subalternas. O Ordenamento territorial ancorado ao Zoneamento Sanitário – que ao longo das décadas se mostrou contraditório e socialmente/territorialmente seletivo –, estruturou e balizou a ocupação da mancha urbana e as transformações socioespaciais da capital (Conserva; Derntl, 2023), passando a estar presente e enraizado em todas as propostas de planejamento territorial das décadas seguintes (Oliveira, 2021).

As propostas contidas no PEOT (1977) foram diretamente influenciadas pelo PLANIDRO e serviram de base para o POT (1985) e para o POUZO (1986), pois possuíram uma questão fundamental: a criação de assentamentos distantes e o não adensamento do Plano Piloto e de suas áreas próximas como as inseridas no polígono do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, definidor da área tombada; e a ausência da criação de novas centralidades (Coelho, 2017). Já em 1992 o primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/1992) foi editado, visando atualizar a espacialização da ocupação urbana, adequando-a à realidade territorial do DF. No entanto, como nos planos anteriores, também não avança em estratégias para o desenvolvimento de novas centralidades (Coelho, 2017).

Posteriormente, o PDOT (1997) inova ao sugerir a criação de um “Centro Regional” entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, com a intenção de desenvolver uma centralidade regional (Coelho, 2017); e considera dois eixos de expansão urbana, reforçando o eixo sudoeste como frente de ocupação prioritária e reconhece o eixo nordeste/sudeste como novo vetor de expansão a ser monitorado, devido à presença de condomínios irregulares (Rocha, 2021).

Já o PDOT (2009) traz estratégias de intervenção territoriais para afirmação e promoção de centralidades fora do Plano Piloto, por meio da criação e desenvolvimento de áreas urbanas de Dinamização e Polos Multifuncionais, que reconhecem RAs como Ceilândia e Taguatinga como centralidades regionais, que vêm protagonizando e apontando transformações nas relações funcionais do sistema urbano (Coelho, 2017). No entanto, mesmo sugerindo novas estratégias de descentralização, o PDOT/2009 carece de uma abordagem que entrelace essas centralidades como um único sistema e costure as diversas porções territoriais da capital de modo transescalar, de modo que articule escalas locais, intermediárias e globais (Coelho, 2017).

Apesar dos esforços, os planos diretores tratam o Zoneamento de maneira muito ampla e macroescalar, impedindo a efetivação de suas ações que são descoladas das demandas territoriais concretas e das práticas desenvolvidas nos diversos territórios que compõem o DF. Em suma, os discursos de “descentralização” das ações de planejamento adotados pelos planos diretores se limitaram, em geral, ao reconhecimento de centralidades e polarizações

de núcleos periféricos, ancoradas a estratégias e diretrizes desarticuladas das potencialidades e demandas comunitárias destes territórios. Assim, os instrumentos de planejamento formulados sem participação popular efetiva e diálogo com formas de ocupação inscritas em práticas subalternas, atuaram no apagamento de territórios periféricos, reproduzindo diacronicamente um planejamento fragmentado e centralizador forjado na hegemonia do Plano Piloto.

Dessa forma, o reconhecimento de centralidades e polarizações periféricas não se traduziu em práticas de planejamento que as legitimassem e potencializassem efetivamente. Historicamente, as relações de “dependência” das periferias em relação ao Plano Piloto – que concentra 41,1% dos postos de trabalho do DF (PDAD, 2021) –, foram utilizadas como narrativa por parte das mídias hegemônicas, do Estado e do campo acadêmico, para restringir as satélites periféricas à posição de dependência, incapacidade e vulnerabilidade, limitando-as ao lugar de “cidades-dormitórios”. Essa condição forjada no estigma territorial da violência e da pobreza, nutriu e legitimou uma política urbana de invisibilização das potencialidades e do protagonismo dos territórios periféricos na produção do espaço urbano, que se reflete diretamente nos instrumentos de ordenamento territorial.

Recentemente, o cinquentenário de Brasília fez detonar e emergir um amplo movimento de produções acadêmicas nas ciências humanas, além de dossiês, periódicos e programas pela grande mídia articulada ao GDF, na tentativa de contar a “história” da capital. Entretanto, mesmo frente ao levante de novas perspectivas historiográficas insurgentes sobre a cidade, nessa explosão de narrativas predominou a romantização e apagamento das contradições e perversidades ocorridas ao longo dos primeiros 50 anos de Brasília pela historiografia Estatal-Oficial (Oliveira, 2021).

Em 1990, Aldo Paviani (2010, p.13) já afirmava em sua obra “A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília”⁸, que “a produção do conhecimento a respeito da urbanização no Distrito Federal ressentia-se de avanços sobre a problemática social” e que seria preciso agir na superação dessa lacuna, que “poderia ter sido preenchida com anterioridade, não fosse a primazia dada ao conhecimento da própria formação da cidade, ou melhor, de sua estruturação e relações socioespaciais”, pois as análises e estudos sobre a “questão do espaço foi proeminente sem aprofundar o papel que os movimentos populares e lutas sociais exerceram na formação e na estrutura de Brasília”.

Mesmo com a intenção de construir outras perspectivas críticas sobre o processo de urbanização do DF, as produções acadêmicas sobre sua urbanização se dedicaram

⁸ A obra “*A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*” (1991) coordenada por Aldo Paviani, teve sua 2ª edição (2010) publicada em homenagem aos 50 anos da capital.

excessivamente às análises patrimonialistas sobre o Plano Piloto e ao estudo das territorialidades hegemônicas (provenientes das ações do Estado e das corporações), que resultaram no processo de segregação socioespacial da classe trabalhadora para as cidades-satélites, enquanto omitiam e/ou ocultavam as territorialidades contra-hegemônicas e as múltiplas potencialidades e práticas socioculturais produzidas pelas lutas sociais e resistências periféricas. Tais processos revelam como as práticas subalternas e periféricas não possuem espaço de protagonismo nas memórias hegemônicas do Distrito Federal.

Como as periferias tensionaram os estigmas, representações e discursos hegemônicos sobre seus territórios? Como elas vêm resistindo e enfrentando as desigualdades socioespaciais?

As políticas culturais no DF vêm reproduzindo o mesmo *modus operandi* concentrador dos instrumentos de planejamento urbano. Segundo lideranças de movimentos culturais, o Plano Piloto sustenta uma posição hegemônica culturalmente – pelas ações e gestão do Estado –, cercado pelo dinamismo, pluralidade e potência cultural das demais RAs, que emergem com suas formas, práticas e circuitos artístico-culturais alternativos, invisibilizados pelas ações e instrumentos das políticas culturais (Silva; Ziviani, 2020). Esta reprodução de desigualdades dificulta a descentralização territorial das políticas culturais, entendidas como direito à cultura de maneira mais ampla.

No Distrito Federal, os recursos das políticas culturais se concentram nas regiões onde há maior renda, escolaridade e equipamentos culturais públicos (auditórios, bibliotecas, cinemas, espaços culturais, museus e teatros), que estão majoritariamente localizados no Plano Piloto, que concentra em relação a todo o DF, 70% dos equipamentos culturais existentes; 47% dos edifícios e monumentos tombados; 84, 85% dos Centros Culturais públicos; e 74,19% dos Museus (Distrito Federal, 2009).

Esse processo histórico de centralização (econômica, cultural e simbólica) dos recursos e equipamentos, tensionou e induziu, principalmente na última década, o debate sobre a necessidade da regionalização e descentralização das políticas culturais, diante de um cenário de fortalecimento da noção de democracia e cidadania cultural, ancorada na construção de uma perspectiva de política pública voltada ao fortalecimento da justiça social e de mitigação das desigualdades e exclusões historicamente reproduzidas e naturalizadas no DF.

Foi somente a partir de 2011, com o modelo de Pontuação Diferenciada (2011-2014), que foram implementados novos instrumentos que visavam combater as desigualdades estruturais e a concentração de recursos culturais nas áreas centrais, sobretudo no Plano Piloto. Esse processo de descentralização dos fomentos culturais se intensifica na gestão

Rodrigo Rollemberg (PSB) (2015-2018), que se constituiu num período de inflexão⁹ de avanços e transformações normativas e instrumentais das políticas culturais, que possibilitaram uma significativa ampliação e potencialização da produção cultural da capital nas suas mais variadas linguagens.

Assim, a partir de 2015, a gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) se assentou na ampliação do diálogo com a sociedade civil e no reconhecimento e valorização dos diversos grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas que compõem o Patrimônio Cultural do DF. Em 2016, a SECEC lança o FAC Regionalizado, que se destina exclusivamente à descentralização dos recursos, valorização e empoderamento das potencialidades e produções socioculturais locais. Nesse sentido, o Edital Regionalizado propôs um novo modelo de descentralização, dividindo o DF em macrorregiões, excluindo-se o Plano Piloto, Lago Sul e Norte, e garantindo a cada região um número mínimo de projetos e recursos que não só ocorram como sejam realizados por produtores locais (Makiuchi et al., 2019).

Entretanto, verifica-se que a instrumentalização do processo de regionalização dos recursos do FAC dependeu exclusivamente do edital Regionalizado, que somado ao montante insuficiente de recursos vindos do Fundo, revela como as políticas culturais do DF carecem de outros mecanismos de descentralização. Na prática e para além dos discursos, o Regionalizado ainda sinaliza diversas incongruências e limites que dificultam uma efetiva distribuição equitativa dos fomentos.

Nesse período, também foram implementados diversos programas de promoção e valorização da diversidade de manifestações culturais do DF, como o Programa Cultura Educa (2017); o Programa Território Criativo (2017); e o Programa Lugar de Cultura (2017). Também foram instituídas diversas políticas para promoção e defesa dos direitos culturais, como a Política Cultural de Ações Afirmativas (2017); Política Brasília Junina (2017); Política de Equidade de Gênero na Cultura (2018); como também, a Política Distrital Cultura Viva (2018) que viabiliza o lançamento de editais exclusivos, prêmios, garantia de cotas ou outras estratégias de ações afirmativas direcionadas a agentes culturais de bases comunitárias, dando prioridade aos grupos culturais historicamente excluídos e de maior vulnerabilidade social; entre outras.

Esse período (2015-2018) de inflexão de transformações normativas somadas ao montante significativo de Programas e Políticas culturais indutoras de ações afirmativas de valorização

⁹ Houveram diversos avanços e transformações normativas e instrumentais das políticas culturais nesse período (2015-2018). Em 2015, foi instituído um processo de construção participativa da política cultural distrital denominada "Diálogos Culturais", com o objetivo de retomar a elaboração coletiva do Plano de Cultura; em 2016, foram reestruturados os Conselhos Regionais de Cultura, criados para fortalecer os processos de participação social e atuar no desenvolvimento de políticas públicas nas Regiões Administrativas; e em 2017, é aprovada a Lei Orgânica da Cultura (LOC), que uniformiza a legislação cultural e instrumentaliza instâncias de participação social.

e reconhecimento de grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas, impactou diretamente a produção cultural do DF. Apesar das limitações e incongruências dos mecanismos e instrumentos de descentralização dos recursos – que ainda se concentram nas áreas centrais –, esta inflexão pode ter estimulado e possibilitado o surgimento de diversos grupos e coletivos culturais periféricos.

Esse acúmulo de avanços institucionais e normativos das políticas culturais ocorridos durante duas gestões (2011-2018), que também se articularam e dialogaram com as ocupações culturais, coletivos e movimentos sociais do DF, foi interrompido bruscamente pela política agressiva de desmonte e sucateamento das políticas culturais e sociais implementada pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB) (2019-atual).

Situado numa conjuntura de inflexão antidemocrática engendrada pela ascensão da extrema-direita no país (pós-golpe de 2016), que culminou na paralisação de uma série de políticas públicas, Ibaneis vem instituindo uma política agressiva de interrupção dos espaços de participação e diálogo com a sociedade civil criados nas gestões anteriores; de criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações culturais periféricas; e de aumento vertiginoso de remoções forçadas e conflitos fundiários nas periferias por meio de operações militares truculentas, ancoradas a vetores de expansão imobiliária.

Tais processos ocorreram em plena crise sanitária provocada pelo covid-19, que intensificou e escancarou o caráter higienista da gestão, ampliando as desigualdades no DF, que já registrava o maior aumento da pobreza no país durante a pandemia (FGV Ibre, 2021). Neste período de isolamento social, os territórios culturais independentes tiveram suas ações e atividades paralisadas, e conseqüentemente, ficaram sem recursos para manutenção de seus espaços e tiveram que se reinventar. A ampliação do grau de vulnerabilidade destes territórios provocada pela pandemia, somada ao esfacelamento das diversas linhas de apoio e editais que tiveram seus valores reduzidos ou deixaram de existir; e ao progressivo desmonte do FAC, que teve nos anos de 2019 e 2020 a menor execução de recursos desde 2015¹⁰, provocou o fechamento de vários espaços culturais periféricos, que também passaram a ser atacados e perseguidos pelo GDF.

Além do sucateamento de equipamentos culturais nas periferias, espaços autogeridos como o Imaginário Cultural (Samambaia) tiveram que fechar as portas, depois de sofrerem reiterados furtos e/ou perderam serviços de segurança e manutenção que eram oferecidos pelas Administrações Regionais. Também há ameaças iminentes de reintegração de posse em ocupações culturais consolidadas, como as 17 lojas ocupadas do movimento cultural

¹⁰ Segundo a Carta Aberta dos movimentos culturais, em 2019, menos de R\$ 25 milhões foram liquidados. Ver Carta em: <https://timesbrasil.com.br/politica/cartaaberta-prioridades-da-cultura-df-2021/>

Mercado Sul Vive (2015) em Taguatinga – com reintegração temporariamente suspensa –, que também luta pelo registro oficial como patrimônio histórico e cultural do DF. Como também do Galpão Cultural do Jovem de Expressão (2018) em Ceilândia, onde o despejo foi suspenso após a luta e mobilização de coletivos e movimentos culturais, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que exigiu a regularização do espaço, que até hoje não possui termo de cessão de uso. E mais recentemente, o Ponto de Cultura Filhos do Quilombo localizado em Ceilândia, que foi alvo de despejo pelo GDF, que destruiu todo o espaço cultural. Tais exemplos escancaram a falta de instrumentos jurídicos e urbanísticos voltados à valorização, preservação, regularização e permanência destes territórios, que estão imersos numa condição de ameaça permanente, diante dos ataques sistemáticos do Estado.

Portanto, na prática, percebe-se um duplo movimento (contraditório): de um lado, todos os discursos e estratégias do Estado têm apontado para uma perspectiva de descentralização e regionalização das políticas culturais/orçamentárias e no fortalecimento dos processos de participação social. Do outro, e ao mesmo passo, ele reforça e reproduz uma política urbana discriminatória de apagamento, desmonte e ataque às ocupações e coletivos culturais periféricos, imersos em um estado crescente de exceção e transitoriedade permanente (Rolnik, 2015), onde o Estado emprega tanto a violência legal quanto a ilegal para a manutenção e controle das fronteiras de acesso à legitimidade e reconhecimento social destes territórios (Feltran, 2008).

Como a produção cultural periférica e as políticas culturais se inserem no PDOT? Quais estratégias e instrumentos de planejamento, gestão e ordenamento territorial podem ser adotados para a inserção, valorização, regularização e permanência das Ocupações e espaços culturais periféricos? Como suas demandas e tecnologias sociais podem ser incorporadas aos instrumentos de planejamento hegemônico? Como as Ocupações Culturais têm pressionado e confrontado o Estado nesse sentido?

Em resistência à política de *apartheid* e aos violentos processos de urbanização por apagamento, implementados desde a concepção da capital pelo GDF, emergiram e se organizaram intensos levantes e movimentos populares e periféricos, que protagonizaram espaços de ação política, construindo outras formas de planejamento e gestão fundamentais no processo de formação e estruturação urbana do Distrito Federal.

Foram mobilizações contra remoções forçadas e reivindicações populares por serviços e infraestrutura urbana no começo da década de 1960; movimentos populares pró-fixação de Vilas e núcleos; mobilizações de associações de moradores pelo acesso ao transporte, moradia, cultura e cidadania nas satélites a partir da década de 1980; além das lutas

antirracistas do movimento cultural periférico protagonizadas pelo *hip-hop*, contra a segregação sociorracial e o genocídio da juventude negra a partir da década de 1990.

Como reação à política de silenciamento e perseguição aos movimentos e organizações sociais do regime ditatorial, houve uma explosão de associações de moradores em diversas satélites periféricas do Distrito Federal na década de 1980. Esta confluência de organizações conseguiu explicitar as desigualdades existentes entre o Plano Piloto e as periferias, por meio da promoção de espaços de mobilização, educação e empoderamento popular protagonizados por “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013), que passaram a construir uma cultura política contestatória que contribuiu para subverter os estigmas de “incapacidade” dos discursos hegemônicos, por meio do desenvolvimento de propostas e soluções de planejamento e gestão elaboradas com ampla participação popular, a partir de suas demandas e problemas concretos. Tais resistências aglutinaram uma diversidade de pautas de luta transversais que envolvem o direito à cidade, como moradia, cultura, mobilidade, segurança pública, saúde, violência, antirracismo e participação popular nos espaços de decisão.

A Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) (1979) foi uma das associações de moradores que protagonizou um amplo movimento de resistência sociopolítica e cultural junto a outras associações de bairro, políticos, militantes, sindicatos e jornais da grande imprensa, criando “espaços de ação inventados” (Miraftab, 2016) fora dos processos formais de planejamento e gestão, que conseguiu estruturar frentes de combate às práticas de segregação desenvolvidas pelo GDF. Por meio de seminários desenvolvidos com a comunidade, a ASSIMOC criou espaços de diálogo e formação popular sobre educação, saúde, saneamento básico e violência, discutindo coletivamente seus problemas enfrentados e possíveis saídas e soluções (Santos, 2020).

Outra ferramenta de luta utilizada pela ASSIMOC foi o jornal “A Voz de Ceilândia”, que funcionou como um instrumento de mobilização política e cultural por meio de denúncias, incentivo à participação em eventos culturais e debates sobre direitos e cidadania, dialogando diretamente com as demandas e realidades concretas da cidade e visibilizando as várias lutas e potencialidades protagonizadas pela população ceilandense em seus territórios. Essa cultura política contestatória e legitimamente periférica conduziu e gestou a formação de uma consciência crítica que viria a se consolidar na década de 1990 por meio dos movimentos culturais protagonizados pelo *hip-hop*.

Houve um processo de invisibilização e criminalização da produção cultural negra e periférica do DF. Até os anos 1990, os registros jornalísticos sobre as atividades de lazer e a produção cultural da capital se restringiam aos eventos que aconteciam no Plano Piloto, enquanto que

os acontecimentos relacionados às periferias e à sua juventude ligada ao movimento *hip-hop* eram restritos aos cadernos policiais e aos estigmas da grande mídia, que associava estes grupos juvenis apenas à violência e à formação de gangues urbanas (Tavares, 2009).

Paralelamente a este processo de apagamento, ao longo da década de 1980, as periferias do DF passaram a criar e a produzir gradualmente uma diversidade de subjetividades, estéticas e territórios culturais voltados ao *funk* e ao *rap*, que se fundiram ao DNA da cultura popular nordestina presente nas satélites, traduzida no samba, forró, baião; e se convergiam nas festas, bailes *blacks*, ruas de lazer e nos “sons” das diversas quebradas da capital.

Esta efervescência gestou novas dimensões urbanas de representatividade e a formulação de uma consciência crítica protagonizada pelo *hip-hop* a partir do início dos anos 1990, que possibilitou a estruturação de um projeto político contra-hegemônico de cidade vindo dos grupos e movimentos culturais periféricos – principalmente de Ceilândia –, que passaram a disputar e a ocupar espaços de produção e difusão cultural local, regional e nacional, incorporando narrativas críticas e antirracistas sobre seus problemas sociais e conflitos vividos, denunciando a violência, o racismo, a repressão policial e o genocídio sofrido pela população negra do DF.

Até que ponto essa produção cultural periférica foi capaz de tensionar e subverter o projeto de exclusão reproduzido no DF? Qual o papel e impacto destas práticas na disputa, criação e afirmação de outras centralidades urbanas na capital?

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Mesmo submetidas a violentos processos de segregação e apagamento, as periferias do Distrito Federal enunciaram, por meio da ação política de coletivos e movimentos culturais, uma diversidade crescente de práticas e estéticas próprias, forjadas em múltiplas identidades e relações socioculturais emancipatórias traduzidas em seus modos de vida e costumes contestadores. Emergiram quilombos urbanos, casas de cultura, ocupações culturais, saraus, cineclubes audiovisuais, grupos de teatro, circo e de dança, literaturas marginais, *slams* de poesia, o pixo e o grafite, a música com as batalhas de rima, o samba, *funk*, *punk* e o *hip-hop* com o *break* e o *rap*, dentre outras estéticas e expressões subalternas, que mostram, e sobretudo, propõem¹¹ outras formas alternativas de planejamento e gestão coletivas.

¹¹ Para muito além dos discursos que limitam as práticas periféricas apenas ao lugar de “resistência” aos processos de urbanização capitalistas, ressaltamos aqui, que as periferias não só resistem, mas sobretudo, produzem propostas de enfrentamento às desigualdades a partir de tecnologias sociais desenvolvidas em seus territórios.

Essa produção cultural insurgente vem à tona a partir de 2010¹², quando explode massivamente uma onda de coletivos, **Ocupações Culturais e Casas de Cultura** nas periferias do Distrito Federal, que emergem em plena conjuntura de inflexão de lutas populares no Brasil, marcada (1) pela reconfiguração do ativismo social com renovados modos de ação e mobilização em rede; (2) pela ocupação ostensiva de espaços urbanos com amplas mobilizações sociais junto à transformação/ressignificação de terras e imóveis ociosos em territórios de emancipação; (3) pelo uso massivo de mídias sociais ancoradas num ciberativismo disruptivo, que fizeram emergir novas esferas públicas de participação e de sociabilidade com uma enorme diversidade de pautas de luta e demandas (Gohn, 2019; Faria, 2020); (4) pela evidenciação e protagonismo de coletivos juvenis, que passaram a ocupar ostensivamente espaços urbanos, dando mais visibilidade a corpos dissidentes – como corpos negros, mulheres periféricas, nativos, LGBTQIAP+; (5) pelo protagonismo e afirmação dos povos negros insurgentes, com caráter mais jovem e feminino, mais autônomo e combativo (Zibechi, 2020); (6) pela guinada e protagonismo do movimento feminista, emergido e enraizado nos setores populares e periferias, nas favelas e quilombos, com caráter potencialmente mais subversivo, mais combativo e antissistêmico (Zibechi, 2020); e (7) pelo ativismo pulsante e subversivo nas periferias urbanas, onde coletivos culturais juvenis combinam denúncia, ação política, arte e música (D’Andrea, 2013) e fazem explodir novas estéticas e expressões culturais próprias na última década.

Portanto, esta dissertação se volta para estes territórios culturais protagonizados pela ação política de “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013), definida aqui como táticas insurgentes (Certeau, 2014; Miraftab, 2016)¹³, pois se caracterizam como práticas cotidianas subversivas que liberam as forças de transgressão dos territórios na sua potência emancipatória; são contra-hegemônicas e subversivas às normas e práticas inscritas no planejamento oficial; e são inventivas na luta pelo direito à cidade, como resistências coletivas organizadas que buscam reinventar e reconfigurar os processos hegemônicos de urbanização (Lefebvre, 1968; Harvey, 2014).

Assim, essas táticas instituem um planejamento insurgente (Miraftab, 2016), no qual, sujeitos periféricos vêm ocupando e disputando espaços de decisão e poder com propostas e demandas vindas de suas quebradas por meio de um planejamento participativo, cooperativo e afetivo. Assim, estes sujeitos têm buscado reivindicar e expandir seus direitos, incorporando

¹² Período de virada da última década (2010-2020) instaurada sob a sombra da crise financeira de 2008 – colocada como um divisor de águas para as classes populares –, que provocou uma persistente crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária (Harvey, 2015), traduzida num processo de consolidação do neoliberalismo extrativista na sua forma “austeritária” (Dardot; Laval, 2019), que engendrou o cenário de inflexão antidemocrática e necropolítica no decorrer dos anos seguintes.

¹³ Aqui mesclamos o conceito de “táticas” formulado por Michel de Certeau (2014) junto ao conceito de “planejamento insurgente” desenvolvido por Miraftab Faranak (2016). Ambos trabalham com a ideia de subversão do planejamento hegemônico.

ao planejamento institucional suas “práticas de ruptura e criação”, construídas coletivamente em seus territórios e espaços de ação criados fora dos aparatos formais do planejamento. Portanto, estas táticas insurgentes enunciam tecnologias sociais subalternas capazes de driblar e subverter os espaços excludentes do planejamento hegemônico, que criminaliza e deslegitima práticas subalternas desenvolvidas fora do seu aparato estatal.

Nesse sentido, **esta dissertação trabalha com a premissa de que a potência subversiva, inventiva e emancipatória destas práticas, saberes e formas de gestão coletivas têm contribuído para a formulação de um projeto/planejamento contra-hegemônico e insurgente no DF, e tem atuado na transformação socioespacial e enfrentamento das desigualdades nas periferias da capital.** Assim, realizamos um deslocamento teórico-analítico contra-hegemônico, inserindo as periferias urbanas no centro das decisões¹⁴, reconhecendo-as como protagonistas na produção e reconstrução de um espaço urbano mais justo, e chave central para avançar na questão urbana no DF.

Qual o papel e impacto destas Ocupações Culturais e Casas de Cultura em seus territórios e comunidades? Como e até que ponto estas práticas socioculturais contribuíram no enfrentamento e diminuição das desigualdades nas periferias do DF? A permanência destes espaços modifica seus entornos e constroem redes colaborativas/solidárias de apoio e formação/educação popular? Quais pautas de luta elas aglutinam? Elas vão além da Cultura?

Como estas insurgências vêm subvertendo e confrontando o planejamento repressor e centralizador capitaneado pelo Estado? Quais estratégias e alternativas de planejamento elas têm fornecido? Como elas vêm induzindo e pressionando a descentralização das ações do planejamento urbano e das políticas públicas?

Quais as relações entre a explosão de coletivos e territórios culturais nas periferias do DF e a inflexão de transformações normativas e instrumentais das políticas culturais ocorridas na última década? Quais os motivadores desta explosão de insurgências?

Quais instrumentos jurídicos e urbanísticos – além dos que já existem no DF – podem ser utilizados na valorização, proteção e permanência destes territórios? Quais caminhos e soluções essa produção cultural periférica insurgente tem apontado no DF, frente à escalada dos conflitos fundiários¹⁵ e à inflexão ultraneoliberal e conservadora?

¹⁴ Como o Max Maciel sempre aponta: “a periferia é o centro [...] de criatividade, de superação, de tecnologias sociais. A Nossa periferia é que faz toda essa cidade se movimentar”. Ver: <https://jornalistaslivres.org/rede-urbana-de-aco-es-socioculturais-ja-ajudou-mais-de-3-mil-familias-na-periferia-do-df/>

¹⁵ O art. 3º da Resolução nº 87/2009 do Conselho das Cidades conceitua os conflitos fundiários como “disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade”.

Compreender as lutas e insurgências na capital, também implica em delimitar e conceituar espacialmente quais territórios esta dissertação considera como “periferias”. No capítulo 3, definimos e delimitamos conceitualmente e espacialmente quais territórios consideramos como “periferias” no Distrito Federal. A partir das definições e critérios estabelecidos por Tiaraju D’Andrea (2020), que define periferia em dimensões **quantitativas** e **qualitativas**, delimitamos os territórios do DF em quatro Áreas: **Área 1 (Área central); Área 2 (Entorno do CUB); Área 3 (Entorno do CUB expandido); Área 4 (Periferias, Bolsões e Territórios de Ocupação).**

Portanto, **esta pesquisa se insere apenas nos territórios e práticas localizadas na Área 4:**

- **Periferias (Área 4):** Áreas distantes do centro, com grandes porções de ocupações informais; baixo acesso à renda, recursos, infraestrutura e equipamentos públicos, como Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Brazlândia, Recanto das Emas, Água Quente, Samambaia, Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, Planaltina, Arapoanga e Fercal;
- **Bolsões (Área 4):** Áreas próximas ao centro, com altos índices de vulnerabilidade social, como Varjão, Itapoã e SCIA-Estrutural;
- **Territórios de Ocupação (Área 4):** Porções territoriais próximas ao centro ou localizadas no centro, com altos índices de vulnerabilidade social, que reúnem um conjunto de imóveis e logradouros públicos que concentram ocupações ou apropriações sociais de espaços públicos com manifestações, práticas e saberes subalternos protagonizados por “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013). Estes territórios também acumulam vulnerabilidades socioeconômicas e violências – como ameaças de remoção –, e tensionam a rigidez das configurações fixas do conceito de “periferia”, demonstrando que existem territórios periféricos em áreas centrais. Portanto, periferia é também um conceito móvel, não apenas geométrico (distâncias), mas sobretudo, social. É o caso da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (Taguatinga); Batalhão das Artes (Taguatinga); Centro Cultural RIA (Taguatinga); Casa Ieda Delgado (Guará); e da Vila Cultural (Plano Piloto).

Assim, esta pesquisa-ação se lança na elaboração de uma cartografia das Ocupações Culturais e Casas de Cultura que surgiram nos territórios periféricos do DF a partir de 2010, de modo a sistematizar e compreender suas expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas, além de conflitos territoriais que as atravessam, com o objetivo de sistematizar diretrizes de planejamento territorial para inserir as Ocupações no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.

Portanto, esta pesquisa insere a cartografia como instrumento analítico-crítico, que além de visibilizar a potência cultural dos territórios periféricos do Distrito Federal, visa **(1) fornecer um panorama desta produção cultural insurgente; (2) atuar como instrumento contra-hegemônico de planejamento territorial e de mobilização/articulação política de sujeitos periféricos; e (3) contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade destes territórios.**

JUSTIFICATIVA

ESTADO DA ARTE E REVISÃO DA LITERATURA

Essa explosão de territorialidades insurgentes forjadas em múltiplas relações socioculturais tem enunciado um momento de inflexão teórica e política, que recupera o conceito de “território” a partir de uma perspectiva “periférica” ou latino-americana (Haesbaert, 2014; 2018; 2020a; 2020b), expandindo-o como ferramenta de luta/resistência, mobilização e transformação social, principalmente por parte de grupos subalternos e movimentos sociais. Essas mudanças teórico-metodológicas enunciadas pelas lutas urbanas latino-americanas na última década, têm tensionado o campo das representações socioespaciais e renovado¹⁶ o campo cartográfico, que aponta o surgimento de “cartografias sociais” (Acselrad, 2010; 2013), “cartografias participativas”, “cartografias da ação social” (Ribeiro et al. 2001, 2012), “contra-cartografias”, entre outras.

Nessa conjuntura de “ativismos cartográficos” (Santos, 2011), a cartografia tem se colocado como instrumento de luta e resistência de movimentos sociais e grupos historicamente excluídos dos processos de representação e tomada de decisão. Renato Santos aponta que diversos atores vêm se inserindo em disputas que articulam cartografias e relações de poder – como no controle e/ou defesa de seus territórios e visibilização de suas práticas e territorialidades. Tais processos inserem a cartografia no centro das disputas e jogos de poder, que vem sendo utilizada como “leituras (sociais) do território que são confrontadas às leituras oficiais e/ou de atores hegemônicos, mas também como instrumentos de (fortalecimento de) identidade social e de articulações políticas” (Santos, 2011, p.3-4).

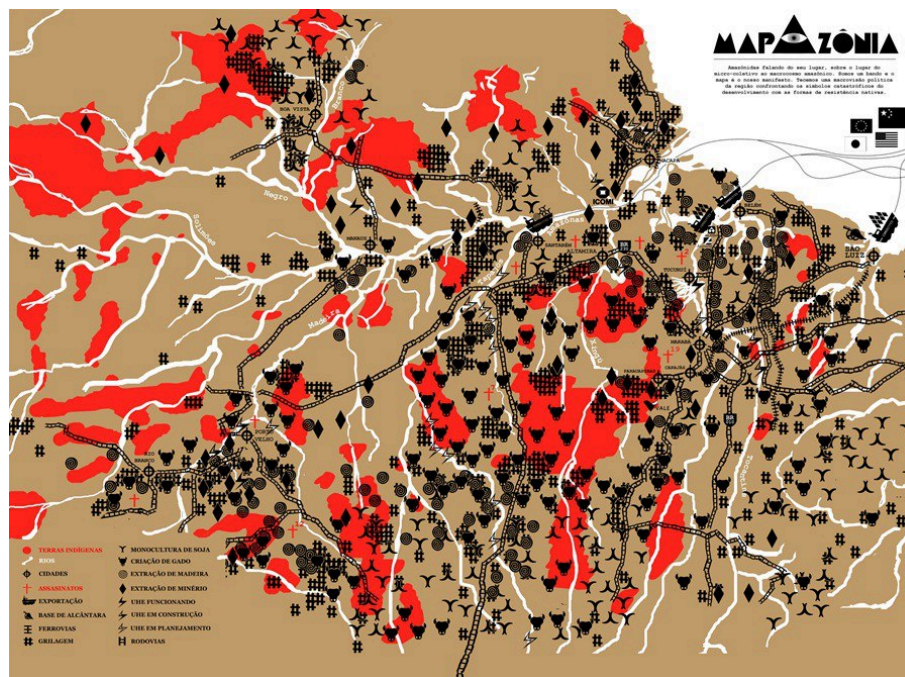
Iniciativas como o **Projeto Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)**¹⁷ – uma das maiores articulações/experiências de mapeamento no Brasil e na América Latina –, utiliza a cartografia como instrumento de auto-afirmação e luta por direitos de povos e comunidades tradicionais

¹⁶ Paralelamente a esse movimento, as tecnologias de representação espacial se multiplicaram e se difundiram, reunindo distintos tipos de usuários, grupos sociais, produtores de tecnologia e grandes empresas como a ESRI (Santos, 2011).

¹⁷ Coordenado pelo antropólogo Anfredo Wagner Almeida e vinculado ao PPGSCA/UFAM (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia). Ver site do projeto: <http://novacartografiasocial.com.br/>

na Amazônia, articulando processos de fortalecimento identitário e denúncia de conflitos fundiários e socioambientais, invisibilizados nas cartografias oficiais-estatais. Podemos elencar alguns dos mapas produzidos pelo PNCSA: Complexo Madeira: conflitos sociais, áreas reservadas e territorialidades específicas; Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná – Terras tradicionalmente ocupadas e conflitos socioambientais; Guerra ecológica dos Babaçuais: conflitos socioambientais; Desmatamento e conflitos em territórios quilombolas na Baixada Maranhense – Formoso, Sansapé, Monte Cristo e Enseada da Mata; Impactos socioambientais nas terras indígenas de Roraima ocasionados pela invasão da *Acacia Mangium*; entre diversos outros.

Figura 2: Mapa pôster sobre os conflitos político-territoriais na região Amazônica – PNCSA.



Fonte: Dossiê Por uma Cartografia crítica da Amazônia, Giseli Vasconcelos (Org), Belém/PA, 2012.

Outro grupo importante no contexto latino-americano é o *Laboratório de comunicación y recursos contrahegemonicos de libre circulación – Iconoclassistas*¹⁸. Desde 2008, o coletivo formado por artistas argentinos, desenvolve continuamente oficinas de mapeamento coletivo com diversos movimentos e organizações sociais, ambientais, educacionais e culturais insurgentes, feministas e LGBTQIAP+, comunidades indígenas, agricultores; cartografando uma percepção crítica dos territórios e potencializando os processos de subjetivação e produção de significados coletivos. O coletivo produziu uma série de cartografias, que abordam redes e projetos de agricultura familiar e agroecológica e suas alternativas populares frente ao modelo extrativista poluente; conflitos territoriais e socioambientais engendrados

¹⁸ Ver site do Iconoclassistas: <https://iconoclasistas.net/>

pela monocultura transgênica; redes de práticas de cuidado e transformação territorial protagonizadas por mulheres; entre outras.

Atuando nesta frente de ação desde 2012, o **Observatório de Remoções**¹⁹ (OR) nasce com o objetivo de monitorar, analisar, compreender e incidir sobre os processos coletivos de remoções forçadas em curso, em diferentes regiões metropolitanas do Brasil, como também fortalecer os processos de resistência e de luta pelo direito à cidade, travados nas ocupações culturais e de moradia. Uma das atividades centrais do OR é o **Mapeamento das Remoções e das Ameaças de Remoções**²⁰, que atualiza periodicamente informações sobre processos de remoção ou ameaças de remoções e deslocamentos forçados, captadas com diferentes metodologias, para publicizar uma problemática social pouco explorada e invisibilizada historicamente nas cidades e regiões metropolitanas pesquisadas.

Tangente a estas iniciativas, Aluizio Marino (2016; 2017; 2019) se destaca na produção de pesquisas sobre resistências subalternas e ocupações culturais periféricas insurgentes, utilizando a cartografia – e/ou contra-cartografia – como suporte analítico-crítico de embate e de subversão ao planejamento oficial. No artigo “As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal”²¹, Marino e Silva tensionam interseccionam o debate sobre a potência das Ocupações Culturais na construção de alternativas frente aos conflitos fundiários e processos de privatização e especulação engendrados pelo urbanismo neoliberal. Tal cartografia joga luz aos processos de apagamento e criminalização de territórios periféricos nas políticas urbanas e evidenciam a importância do mapeamento como forma de denunciar e questionar tais conflitos. A compreensão desta transversalidade de processos/conflitos em torno dessas Ocupações é essencial para esta pesquisa.

Existem iniciativas recentes de mapeamento alternativos por grupos e coletivos culturais no DF, como o “**Mapeamento de Cultura LGBTI+**” idealizado e desenvolvido pelo coletivo cultural Casa Roxa, com o objetivo de abordar a realidade e as condições de vida e trabalho, diversidade de expressões e linguagens artísticas de entes e agentes culturais LGBTI+, inseridas na cadeia produtiva cultural, como também, elaborar, refletir e dar visibilidade e

¹⁹ O Observatório das Remoções é composto pelos laboratórios LabCidade (USP), Praxis (UFMG), Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB (UFC), Lugar Comum (UFBA), Grupo de Pesquisa Labá – Direito, Espaço & Política, da FND (UFRJ), Laboratório de Justiça Territorial – LabJuta (UFABC), Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais – LEPUR (UFABC) e Observatório de Conflitos Fundiários do Instituto das Cidades (UNIFESP).

²⁰ O mapeamento é desenvolvido a partir de dados oficiais e, também, de forma colaborativa, em diferentes escalas, mobilizando diferentes metodologias e contando com a participação em rede de diversos atores, especialmente, instituições públicas atuantes na prevenção, denúncia e acompanhamento dessas situações, como: Defensoria Pública e Ministério Público do Estado de São Paulo, organizações não governamentais de defesa de direitos humanos, movimentos sociais e profissionais engajados na luta pelo direito à moradia. As informações obtidas são sistematizadas e compartilhadas nesta plataforma.

Ver site: <https://www.labcidade.fau.usp.br/observatorio-de-remocoas/>

²¹ Ver “As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal”: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32764>

representatividade à cultura LGBTI+ realizada no DF, observando a pluralidade e os pontos convergentes para pensar estratégias para que a população LGBTI+ acesse direitos dentro das políticas culturais.

A obtenção de dados sobre nosso setor facilita a criação de projetos e propostas que desinvisibilizem nossos entes e agentes culturais e criem novas oportunidades para todos. [...] Por meio do mapeamento será possível oportunizar a formação de redes, pleitear e fortalecer políticas públicas, ter informações para fortalecer identidades coletivas em contraposição às opressões Lgbtifóbicas cotidianas.²²

Essa iniciativa faz parte do projeto Territórios Culturais, que busca fortalecer os territórios das periferias do DF, por meio de políticas públicas que sejam incisivas e capilarizadas. A partir dele, vários coletivos e grupos culturais periféricos da capital estão realizando mapeamentos de grupos culturais independentes, como o Coletiva Pretinhas em Samambaia, o Casa Roxa sobre entes e agentes LGBTI+, entre outros. Essas iniciativas tentam superar e preencher as lacunas deixadas pelo Mapa nas Nuvens²³ e os mapeamentos estatais, nos quais, muitos espaços, ocupações e coletivos culturais periféricos estão invisibilizados.

Para nós, é fundamental mostrar que existe uma diversidade de grupos coletivos e de narrativas sobre a negritude, sobre pessoas pretas, especialmente mulheres produzindo arte e cultura nos seus territórios. Então, quando propomos esse mapeamento e damos visibilidade, é nesse sentido, de identificar, de reconhecer e valorizar.²⁴

Já o conceito de “**táticas**” – estruturante nesta pesquisa –, passou a ser retomado no recente ciclo de lutas e insurgências da última década, devido à efervescência do “urbanismo tático” (UT), termo atribuído por Mike Lydon (2012), para designar as práticas urbanas criativas (Rosa, 2011) e intervenções coletivas temporárias elaboradas de “baixo para cima”, experimentais e de certa forma, contestadoras. Considerando a emergência do UT, Neil Brenner (2016) propõe uma análise crítica dos seus discursos, contradições, limites, possibilidades, e aponta para a **necessidade destas táticas irem além de ações parciais/pontuais, de tal modo que se aproximem das políticas estratégicas, afim de contribuir efetivamente para uma justiça urbana e na luta pelo direito à cidade**. Brenner destaca a necessidade de as pesquisas investigarem e compreenderem “**como, onde, sob que condições, por quais métodos, quais consequências e para quem?**” essas táticas operam no enfrentamento ao urbanismo neoliberal e às desigualdades urbanas contemporâneas.

²² Ver “Coletivo vai mapear cultura LGBTQI+ do DF – A iniciativa tem como objetivo a formação de redes, pleitear e fortalecer políticas públicas”: <https://www.brasildefatodf.com.br/2021/09/30/coletivo-vai-mapear-cultura-lgbtqi-do-df>

²³ Ver plataforma: <http://mapa.cultura.df.gov.br/>

²⁴ Ver “Coletivos de cultura farão mapeamento artístico de regiões do DF”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/09/4952280-coletivos-de-cultura-farao-mapeamento-artistico-de-regioes-do-df.html>

Partindo dessa provocação, Carol Farias (2018) realizou uma pesquisa que propôs compreender esse campo de práticas insurgentes, reconhecendo que **“há ainda um vazio teórico e metodológico no que diz respeito aos movimentos táticos da produção urbana, que dificultam compreender suas capacidades e analisar seus efeitos”**. A partir desta lacuna, Carol Farias elaborou uma Taxonomia do Urbanismo Tático (TUT) combinada à cartografia, sistematizando onze categorias de análise, com o objetivo de fornecer uma leitura e um panorama para tais táticas, articulando suas ideias, agentes e objetivos.

Por meio da TUT, a autora reconheceu que as táticas relacionadas ao Urbanismo Tático apresentam arranjos e bases ideológicas frágeis como alternativas ao Urbanismo Neoliberal, e que, no máximo, limitam-se a amenizar seus efeitos prejudiciais, ao invés de combater e enfraquecer seus tentáculos. Assim, Carol Farias constatou que **as práticas mais potentes na promoção do direito à cidade se alinham essencialmente às lutas por justiça social protagonizadas pelas populações subalternas e vulneráveis, que elevam a tática para além da tática**. São para essas práticas de contestação e resistência contra-hegemônicas que essa pesquisa se volta, contidas essencialmente no cotidiano das periferias urbanas.

Em relação às pesquisas sobre coletivos e territórios culturais no DF, realizadas no recorte temporal da última década, existe uma vasta produção protagonizada pela juventude, como em Santos (2016), Queiroz (2017), Ramos (2018), Souza (2018), Mesquita (2019), Brito (2020), entre outras, que demonstram a produção cultural destes espaços, enfatizando os territórios localizados em Taguatinga (Mercado Sul) e Ceilândia (como o Jovem de Expressão). Outras pesquisas, como em Oliveira (2018) e Coêlho (2019) abordam uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2018) destes espaços, enfatizando suas relações e práticas socioculturais voltadas à diversidade de gênero e sexualidades.

Sobre a temática cultural, diversas *lives* e Audiências Públicas²⁵ vêm sendo realizadas, como o **Papo de Quebrada**²⁶, apresentado por Max Maciel, que tem a missão de dar centralidade às periferias e mostrar outras perspectivas sobre a cena cultural construída ao longo dos 62 anos do Distrito Federal, com o objetivo de trazer memórias e registros dos fazedores das múltiplas ações culturais urbanas do DF, consolidando e sistematizando as narrativas periféricas. Como também o Encontro do 19º IFestival Dança com Roda de conversa “Políticas Públicas, Território e Cultura no DF”²⁷ (2022) que convidou o Jovem de Expressão (Ceilândia), o Espaço Imaginário Cultural (Samambaia) e o Invenção Cultural (Vila Cultural/Plano Piloto), para discutirem sobre seus desafios e problemas em comum, que giraram em torno de

²⁵ Audiência Pública - Políticas Culturais do Distrito Federal – 25/06/2021: <https://youtu.be/ksS13BTpQ3I>

²⁶ Papo de Quebrada – Episódio com X Câmbio Negro: <https://youtu.be/u62JnyFIU2k>

²⁷ Roda de conversa “Políticas Públicas, Território e Cultura no DF: <https://youtu.be/9HyEWJ25kc8>

ameaças iminentes de despejo, conflito fundiários e insegurança de posse, além das desigualdades e contradições da política cultural.

Em relação a este campo de pesquisa no Distrito Federal, identificamos uma aparente lacuna²⁸ na produção científica emergente, que ainda **carece de uma abordagem conjuntural e uma cartografia panorâmica que sistematize e compreenda as expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta e demandas das Ocupações Culturais e Casas de Cultura periféricas que explodiram na última década**, como também a multiplicidade de conflitos, violências e disputas travadas nestes territórios, engendradas por uma ofensiva conservadora de crescente militarização do Estado e da gestão urbana, que culminou na criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações; no recrudescimento dos conflitos fundiários e desmonte das políticas públicas. Portanto, **há ainda um vazio teórico e metodológico no que diz respeito à conjuntura de explosão de insurgências culturais nas periferias do DF ocorrida na última década, que dificulta avaliarmos e compreendermos suas capacidades, demandas, reivindicações e analisar seus efeitos.**

Podemos apontar outras duas lacunas no contexto do Distrito Federal: (1) falta de estudos que compreendam a diversidade de pautas e frentes de ação interseccionadas à produção cultural periférica protagonizada pelas Casas de Cultura e Ocupações Culturais, que abrangem práticas socioculturais e redes de solidariedade voltadas à soberania alimentar, educação popular, assistência social, dentre outras; (2) falta de estudos que incidam e contribuam na construção coletiva de instrumentos jurídicos e urbanísticos voltados à valorização, proteção, regularização e permanência destes territórios culturais periféricos. **São nestas lacunas que esta dissertação visa atuar.**

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Cartografar as Ocupações Culturais e Casas de Cultura que surgiram nos territórios periféricos do Distrito Federal a partir de 2010, para sistematizar diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.

²⁸ Como afirma Paviani (2010), esta lacuna sobre as lutas sociais e movimentos populares no Distrito Federal é histórica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir e compreender as insurgências urbanas contemporâneas e o papel/protagonismo da produção cultural periférica na construção de um planejamento insurgente frente à escalada da crise urbana;
- Compreender e discutir o processo de urbanização do Distrito Federal e suas contradições; os limites e lacunas dos instrumentos de descentralização das Políticas Culturais; e avaliar/analisar como as periferias e seus territórios culturais se inserem nos instrumentos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2009);
- Compreender e analisar o processo de formação e desenvolvimento dos movimentos culturais periféricos do Distrito Federal; os motivadores da explosão de coletivos culturais na última década; e as demandas, potencialidades, práticas e expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta e conflitos territoriais das Casas de Cultura e Ocupações Culturais que surgiram nas periferias a partir de 2010;
- Definir diretrizes de planejamento para promover o reconhecimento, valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais periféricas do Distrito Federal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A realização desta pesquisa permeia, incorpora e articula os seguintes conceitos e temáticas estruturantes/condutores do quadro e diagrama abaixo:

Quadro 1: Referenciais teórico-metodológicos condutores.

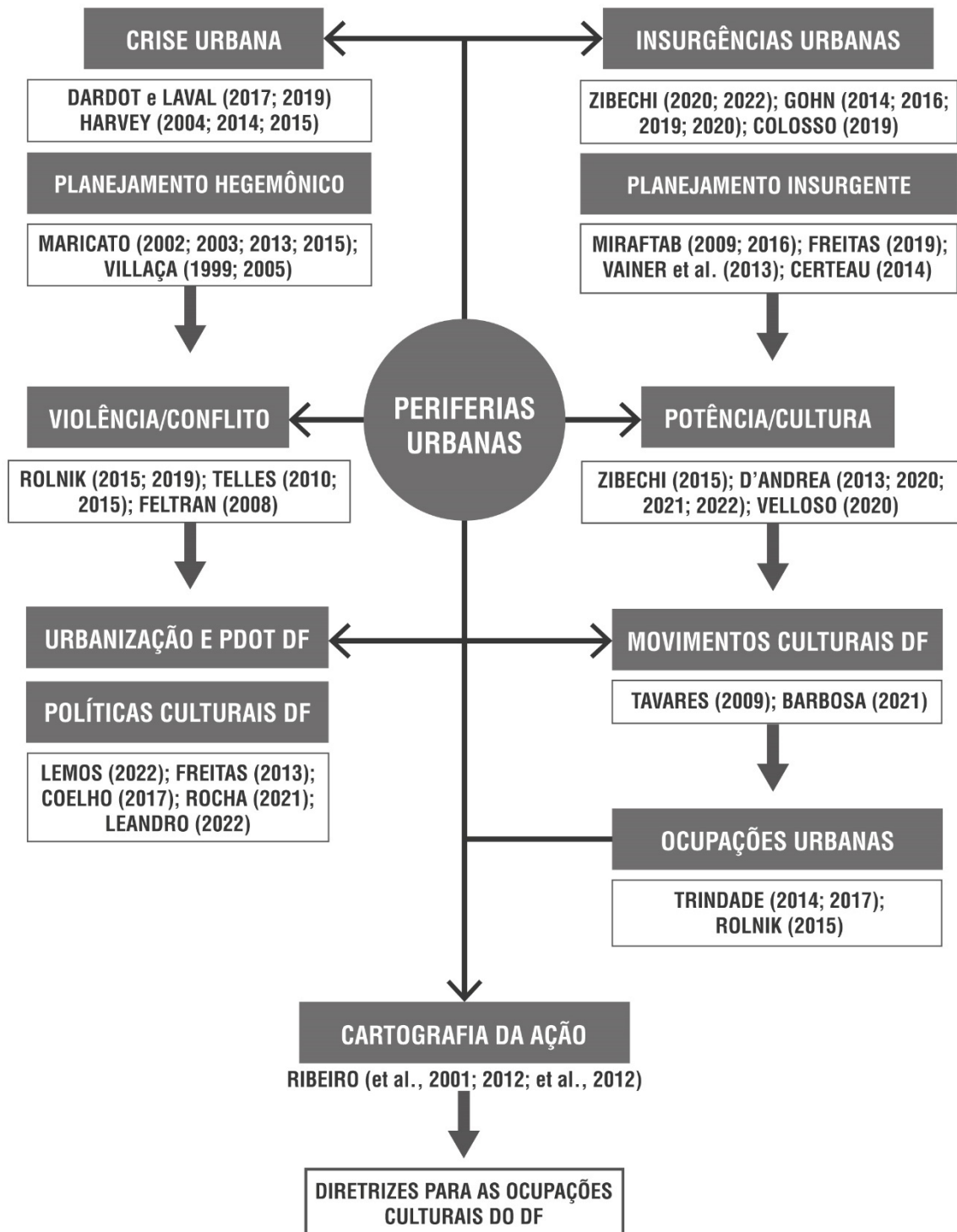
AUTOR	CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA
DARDOT e LAVAL (2017; 2019)	As múltiplas formas de acumulação e dominação contemporâneas do “novo neoliberalismo”; relações entre neoliberalismo, crise urbana e ascensão de governos autoritários de extrema-direita.
David HARVEY (2004; 2014; 2015)	Conceito de acumulação por despossessão; conjuntura da crise urbana global contemporânea; a produção do espaço capitalista e o neoliberalismo; conceito de direito à cidade.
Miraftab FARANAK (2009; 2016)	Esquizofrenia e falência do planejamento hegemônico neoliberal; conceito de Planejamento Insurgente como ruptura a partir das práticas subalternas populares.
Raúl ZIBECHI (2015; 2020; 2022)	Deslocamento epistemológico e analítico (decolonial) contra-hegemônico a partir das periferias urbanas; abordagem crítica/analítica que reconhece as potências e resistências subalternas das periferias como as bases e o caminho para a reconstrução/emancipação urbana; sistematização das características e especificidades das lutas e movimentos sociais latino-americanos da última década.

Maria Glória GOHN (2014; 2016; 2019; 2020)	Lutas urbanas no recorte latino-americano; sistematização, características e conceito de ciclos de lutas urbanas no Brasil; leitura/análise dos movimentos e lutas sociais no Brasil da última década: pautas, demandas, mudanças e renovações teórico-metodológicas.
Clarissa FREITAS (2019)	Discussão crítica sobre o Planejamento insurgente.
VAINER et al. (2013)	Conceito de Planejamento conflitual.
Paolo COLOSSO (2019)	Caracterização das insurgências urbanas no Brasil e seus novos personagens.
Ermínia MARICATO (2002; 2003; 2013; 2015)	Panorama da crise urbana no Brasil; os impasses, contradições e dilemas da urbanização e da política urbana brasileira.
Flávio VILLAÇA (1999; 2005)	As contradições do planejamento urbano brasileiro cristalizado nos planos diretores; os “planos-discurso”; conceito/processo de segregação.
Raquel ROLNIK (2015; 2019)	A condição de “transitoriedade permanente” dos territórios periféricos; a aplicação arbitrária, seletiva e discriminatória da legislação urbanística.
Tarcyla RIBEIRO (2021)	A inflexão ultraneoliberal e o marco regulatório legal da regularização fundiária; a mediação entre a dominância financeira e a terra urbana no Brasil.
Thiago TRINDADE (2014; 2017)	Perspectiva teórica/analítica que joga luz aos conflitos e disputas em torno das ocupações urbanas e seus distintos atores envolvidos – o embate sobre a legitimidade e legalidade; as ocupações como ações disruptivas de acionamento e visibilidade pública dos conflitos.
Gabriel FELTRAN (2008)	Abordagem que situa a violência nas periferias urbanas no centro do debate do campo social; o uso de estratégias de gestão social e de violência legal/ilegal/extralegal para a manutenção e controle das fronteiras de acesso à legitimidade social.
Rogério HAESBAERT (1997; 2014; 2018; 2020)	Abordagem periférica e latino-americana de território: ferramenta de luta/resistência, mobilização e transformação social por parte de grupos subalternos e movimentos sociais; conceito de multiterritorialidade e “corpo-território”; território como <i>continuum</i> entre relações de poder político-econômicas e simbólicas produzidas por múltiplos sujeitos/atores envolvidos; o papel “des-reterritorializador” do Estado.
Vera TELLES (2010; 2015)	Abordagem transversal dos territórios periféricos: vai além de binaridades analíticas e explora a produção do espaço num jogo de atores e campos multifacetados de conflitos e tensões; a transgressão e indiferenciação entre o legal e o ilegal, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção e os mecanismos/dispositivos de poder do Estado nas periferias urbanas.
Tiaraju D’ANDREA (2013; 2020; 2021; 2022)	Conceito de sujeitos periféricos; persegue abordagem de uma epistemologia periférica que supera a binaridade violência/pobreza incluindo cultura e potência; conceito de periferia em duas dimensões: quantitativa e qualitativa – abordagem se contrapõe à homogeneização e estigmas hegemônicos sobre esses territórios e supera a rigidez do conceito geográfico; subjetividade/orgulho/ação política;

	sistematiza motivadores do aumento de coletivos culturais periféricos em São Paulo.
Rita VELLOSO (2020)	Abordagem contra-hegemônica que reconhece e insere as práticas de urbanismo, gestão e planejamento desenvolvidas por sujeitos periféricos, como os novos horizontes para o saber urbano.
Michel de CERTEAU (2014)	Conceito de táticas; contesta as abordagens das estruturas sociais hegemônicas deslocando a chave analítica para as práticas do cotidiano vivido e antidisciplinar.
Carolina FARIAS (2018)	Sistematização/panorama de táticas urbanas com categorias de análise; demonstração da fragilidade do “urbanismo tático” emergente e da potência das táticas voltadas essencialmente à luta por justiça social protagonizadas pelas populações subalternas e vulneráveis.
Ana Clara RIBEIRO (et al., 2001; 2012; et al., 2012)	Conceito e metodologia da “cartografia da ação”; considera e visibiliza/desvela o espaço praticado/vivido/construído socialmente, as resistências sociais, conflitos, reivindicações e apropriações (hegemônicas e contra-hegemônicas); abordagem analítica/metodológica que considera a multiplicidade de agentes e processos no território.
Guilherme LEMOS (2022)	Segregação sociorracial e <i>apartheid</i> no DF; influência da “Faixa de Segurança Sanitária” no planejamento/ordenamento territorial do DF.
Breitner TAVARES (2009)	Processo de formação dos movimentos culturais periféricos protagonizados pela juventude das cidades-satélites, durante as décadas de 1980 e 1990.
Daniela BARBOSA (2021)	Mobilizações e movimentos populares por tombamentos nas cidades-satélites do DF.
Giuliana FREITAS (2013)	Produção imobiliária e políticas públicas de regularização fundiária do DF.
Juliana COELHO (2017)	Demonstra a hegemonia do Plano Piloto forjado na condição político-ideológica seletiva de preservação sob o discurso/justificativa sanitarista e patrimonial, e a ausência da criação efetiva de novas centralidades a partir dos Planos de Ordenamento territorial do DF.
Marecilda ROCHA (2021)	Sistematiza e caracteriza as etapas/ciclos de urbanização do DF com os Planos de Ordenamento territorial; sistematiza o número de projetos feitos pelo Estado para cada RA durante os ciclos de ocupação – demonstra a hegemonia do Plano Piloto; novo ciclo de ocupações informais na última década (recorte temporal desta pesquisa), junto à menor expressividade do Estado que cede espaço para a iniciativa informal e se dedica à regularização (para quem?).
Thiago LEANDRO (2022)	Avanços e fragilidades dos mecanismos de regionalização e descentralização dos recursos do FAC (2011-2018); sistematização dos recursos distribuídos e dos projetos aprovados para cada macrorregião no edital FAC Regionalizado (2011-2018).
Liza ANDRADE et al. (2022)	Metodologia transdisciplinar da Assessoria Sociotécnica e da pesquisa-ação do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos Emergentes (FAU/UnB).

Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 3: Diagrama dos referenciais teóricos condutores e temáticas centrais da pesquisa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

“Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (Gil, 2008 [1987], p.2). Desse modo, esta pesquisa incorpora/aplica as classificações a seguir tomadas de acordo com Silveira e Córdova (2009) e Creswell (2007):

Figura 4: Classificações metodológicas aplicadas à pesquisa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Considerando as classificações e procedimentos listados, esta pesquisa se utiliza de procedimentos de análise mista, que segundo Creswell (2007) empregam aspectos tanto dos métodos quantitativos quanto dos procedimentos qualitativos devido a necessidade de utilizar formas múltiplas de coleta e análise de dados de diferentes fontes.

Assim, utiliza-se mais especificamente a “Estratégia aninhada concomitante” de análise mista, que segundo Creswell (2007), coleta dados quantitativos e qualitativos simultaneamente que são reunidos durante a fase de análise do projeto, tendo um método predominante que o guia. No caso desta pesquisa, o método qualitativo é tomado como predominante, pois se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p.32).

Figura 5: Estratégia aninhada concomitante de abordagem.



Fonte: elaboração própria, adaptado de Creswell (2007).

Esta pesquisa incorpora a metodologia de “pesquisa-ação” desenvolvida pelo Grupo de pesquisa e extensão “Periférico, trabalhos emergentes”²⁹ (Andrade et al., 2022) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB) – no qual esta dissertação se insere –, por meio do uso de metodologias ativas e de inclusão social ancoradas numa visão transdisciplinar e transescalar, que envolvem e integram dialogicamente os códigos técnicos dos sujeitos do conhecimento científico às tecnologias sociais e saberes populares desenvolvidos por sujeitos periféricos em seus territórios, visando transformar a realidade social de suas comunidades. Por meio desse “interacionismo pedagógico e sociotécnico”³⁰, o Grupo Periférico tem contribuído para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais (que engloba a luta pela moradia, água, saneamento e regularização fundiária) das populações excluídas no processo de planejamento do território (Andrade et al., 2019; Couto; Andrade; Lenoir, 2023).

Segundo Thiollent (1986), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Um dos seus principais objetivos consiste em “dar aos pesquisadores e grupos participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora” (Thiollent, 1986, p.8), de modo a contribuir para o equacionamento dos problemas relevantes dentro da situação social.

Assim, os procedimentos metodológicos a serem adotados devem obedecer às prioridades estabelecidas pelo diagnóstico das situações concretas, somado à intervenção ou a ação

²⁹ O Grupo Periférico (FAU/UnB) atua por meio da **Assessoria Sociotécnica da resistência** em Audiências e Reuniões Públicas junto aos parlamentares na Câmara Legislativa do DF; muitos dos trabalhos desenvolvidos pelo Periférico servem como ferramenta de luta e têm sido utilizados pelos órgãos governamentais, como a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Codhab, ADASA, CAESB, TERRACAP, IPHAN, INCRA, Defensoria Pública e Administrações Regionais do DF, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), entre outros.

³⁰ No qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados e assimilam o conhecimento sociotécnico existente na comunidade, dando origem ao “interacionismo pedagógico freiriano e sociotécnico”.

orientada em função da resolução destes problemas efetivamente detectados. Thiollent afirma que uma das especificidades da pesquisa-ação consiste na relação dialógica entre o objetivo prático e o objetivo de conhecimento:

a) Objetivo prático: contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes às "soluções" para auxiliar o agente (ou ator) na sua atividade transformadora da situação. É claro que este tipo de objetivo deve ser visto com "realismo", isto é, sem exageros na definição das soluções alcançáveis. Nem todos os problemas têm soluções a curto prazo;

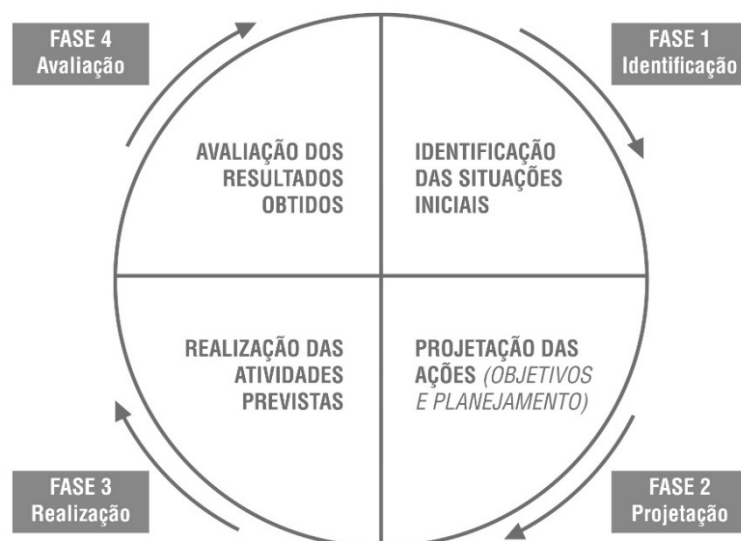
b) Objetivo de conhecimento: obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização, etc.). (Thiollent, 1986, p.18)

Considerando isso, Thiollent (1986) aponta que a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação social, sendo necessário definir com precisão qual é a ação, seus agentes, objetivos e obstáculos. Assim, é "possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação" (Thiollent, 1986, p.19). O autor ainda destaca que esse tipo de pesquisa também pode possuir objetivos voltados para a tomada de consciência dos agentes implicados na investigação. Portanto,

[...] não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político ou cultural a respeito dos problemas importantes que enfrenta, mesmo quando não se vêem soluções a curto prazo [...]. O objetivo é tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados. (Thiollent, 1986, p.18)

Nesse sentido, realizamos esta pesquisa-ação em **quatro fases**:

Figura 6: Síntese das quatro fases da pesquisa-ação sistematizadas por Hugues Dionne (2007).



Fonte: elaboração própria, adaptado de Hugues Dionne (2007).

Assim, estas 4 fases que compõem a pesquisa-ação são incorporadas às 4 etapas desta dissertação, que se desenvolvem por meio de distintos procedimentos metodológicos, sistematizados e concatenados num fluxo, da seguinte maneira:

ETAPA 1

Pesquisa bibliográfica e documental (levantamento, organização e sistematização de dados empíricos).

Esta etapa se caracteriza por consultas aos seguintes materiais: artigos, dissertações, sítios eletrônicos, pareceres e relatórios técnicos, estudos de casos, dissertações, teses, livros, etc.

A pesquisa documental se desenvolve por meio das seguintes fontes: **Shapes do Geoportal**³¹ e **SISDIA**³²: Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/2009) – estratégias e zoneamentos; ocupações informais – compreensão do processo de ocupação e irregularidade fundiária; evolução Urbana – processo de ocupação do território; estratégias de regularização fundiária e oferta de áreas habitacionais; Espaços culturais (Mapa das Nuvens); **Relatório – PDAD 2018/2021**³³: dados sobre equipamentos e espaços culturais; distribuição de renda *per capita* e concentração territorial da população negra nas RAs; **Observatório territorial (Seduh-DF)**³⁴ - **Relatórios de metodologia e resultados detalhados dos dados e indicadores**: Índice de Vulnerabilidade social³⁵ (Dipos/Codeplan, 2020) – delimitação das RAs periféricas junto a D’Andrea (2020); lotes vagos e subutilizados; vacância imobiliária urbana – imóveis públicos/institucionais inativos e desocupados – dados da CAESB (2016); **Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)** – mapas e fotografias; Biblioteca Nacional Digital – mapas e matérias jornalísticas sobre a temática da pesquisa; **Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural (SUFIC/SECEC)** – dados sobre políticas públicas culturais e cadastros de agentes culturais; **Dados da Campanha Despejo Zero DF**: ameaças/remoções e conflitos fundiários ocorridos durante a pandemia; Webnários, *lives*, audiências públicas remotas sobre os temas estruturantes da pesquisa; Redes sociais dos coletivos, casas e ocupações culturais; Matérias jornalísticas; **Documento técnico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2009)**;

³¹ <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>

³² <https://sisdia.df.gov.br/home/dados-e-informacoes/>

³³ <http://pdad2021.codeplan.df.gov.br/>

³⁴ <http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>

³⁵ <http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/indice-de-vulnerabilidade-social/>

ETAPA 2

Após o levantamento, organização e sistematização dos dados empíricos e referenciais teóricos, é realizado a:

- (1) Discussão e análise do processo de urbanização do DF, articulando o debate sobre as políticas de erradicação de favelas, vilas e ocupações e o caráter sanitaria e seletivo dos Planos de Ordenamento Territorial;
- (2) Avaliação e análise do zoneamento e das estratégias de intervenção territorial do PDOT/2009 voltadas à descentralização das ações de planejamento territorial e ao fortalecimento de centralidades urbanas;
- (3) Avaliação dos limites e lacunas dos instrumentos das Políticas Culturais do DF, voltados à descentralização/regionalização dos recursos;
- (4) Análise do modelo de distribuição dos recursos culturais e da divisão territorial das macrorregiões do edital FAC Regionalizado;
- (5) Mapeamento inicial dos territórios culturais periféricos e levantamento da situação dos conflitos fundiários das Ocupações.

O mapeamento dos territórios culturais se deu a partir de (1) informações obtidas com lideranças de movimentos sociais e culturais de diferentes territórios periféricos do DF; (2) levantamento em *sites*, *blogs* locais e redes sociais; (3) levantamento em matérias jornalísticas regionais; (4) e seleção dos espaços culturais inseridos no Mapa nas Nuvens³⁶ – considerando apenas os espaços culturais objetos desta pesquisa.

Já o levantamento da situação dos conflitos fundiários se deu a partir de (1) informações obtidas com lideranças e integrantes dos territórios mapeados; (2) e dados da Campanha Despejo Zero DF, que foram compilados a partir de denúncias e informações vindas da Defensoria Pública (DPDF-NDH), ativistas, coletivos e movimentos populares do DF.

FASE 1 DA PESQUISA-AÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS INICIAIS

- (1) Sistematização e formulação dos problemas levantados nas análises e avaliações dos instrumentos do PDOT/2009 e das Políticas Culturais (etapa 2).
- (2) Elaboração das problemáticas e lacunas centrais do planejamento urbano voltadas às Ocupações Culturais periféricas, com vistas à ação.

³⁶ Mapa nas Nuvens disponível em: <http://mapa.cultura.df.gov.br/>. No entanto, podemos afirmar que esta Plataforma invisibiliza a grande maioria dos territórios mapeados nesta pesquisa.

FASE 2 DA PESQUISA-AÇÃO: PROJETAÇÃO DAS AÇÕES

- (1) Formulação do problema/demanda transversal/central das Ocupações, visando equacioná-lo;
- (2) Utilizar a cartografia como instrumento de mobilização e articulação dos territórios mapeados;
- (3) Promoção de encontros em diferentes Ocupações Culturais para levantar, decodificar e sistematizar seus principais problemas e demandas, visando equacioná-los.

ETAPA 3

Após a avaliação e análise dos limites, lacunas e contradições dos instrumentos do PDOT/2009 e das Políticas Culturais do Distrito Federal (Etapa 2), é realizado a:

- (1) Compilação, organização e sistematização dos territórios culturais mapeados;
- (2) Compilação, organização e sistematização da situação dos conflitos fundiários das Ocupações Culturais;
- (3) Mapeamento das práticas e expressões socioculturais das Ocupações e Casas de Cultura por meio de postagens feitas em suas redes sociais³⁷;
- (4) Identificação³⁸ de categorias, sistematização e decodificação das práticas e expressões socioculturais mapeadas.

Considerando tais procedimentos, os territórios culturais mapeados são sistematizados e classificados da seguinte maneira:

- **Região Administrativa;**
- **Tipo:** Casa de Cultura; Ocupação Cultural;
- **Ano de surgimento;**

³⁷ Todas Ocupações e Casas de Cultura mapeadas possuem redes sociais (*Instagram e/ou Facebook*), o que nos permite ter acesso a todos eventos, produções e projetos realizados e promovidos por estes territórios, desde o momento que surgiram. É importante ressaltar que os coletivos surgem junto com suas redes sociais, que são utilizadas como principal ferramenta de divulgação de seus fazeres, mobilização e articulação em rede com outros territórios. Essa é uma característica/condição das insurgências urbanas da última década.

³⁸ A sistematização e categorização das práticas e expressões culturais dos territórios foi gerada após todo processo de compilação e organização das informações levantadas. Ou seja, após identificarmos todas as expressões desenvolvidas pelos territórios, as ordenamos e sistematizamos.

- **Território de ação:** imóvel privado; edifício público ocioso³⁹; praça; parque; lotes ociosos; lojas ociosas;

- **Situação do conflito**⁴⁰: inativo; ameaça; remoção parcial; remoção total; suspensão definitiva; suspensão temporária.

(5) Elaboração de mapas, cartografias e gráficos:

(5.1) mapa de delimitação dos territórios periféricos (Periferias, Bolsões e Territórios de Ocupação), considerando as definições e critérios estabelecidos por Tiaraju D’Andrea (2020) e o Índice de Vulnerabilidade Social (Dipos/Codeplan, 2020);

(5.2) gráficos do quantitativo de territórios em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada;

(5.3) mapas temáticos cruzando e interrelacionando os dados levantados;

(5.4) gráfico relacionando o número de Ocupações e Casas de Cultura; ano de surgimento dos territórios; número de conflitos fundiários (ameaças e remoções);

(6) Discutir, avaliar e analisar as demandas, potencialidades, práticas e expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta e conflitos fundiários dos territórios mapeados;

(7) Fornecer pistas de por que houve o aumento e explosão de coletivos, Ocupações Culturais e Casas de Cultura nas periferias do Distrito Federal a partir da última década, relacionando esta produção insurgente à conjuntura sociopolítica (avanço do autoritarismo, pandemia, etc.) e às diferentes gestões das políticas culturais e urbanas do período;

FASE 3 DA PESQUISA-AÇÃO: REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS

(1) Realização dos encontros em diferentes Ocupações Culturais, com uso de debates abertos em formato de rodas de conversa;

(2) Sistematizar, incorporar e equacionar parte das demandas à cartografia e à pesquisa, a medida em que os encontros territoriais forem ocorrendo, visando contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade das Ocupações Culturais;

(3) Decodificação e sistematização dos problemas e demandas elencadas pelos coletivos, movimentos e territórios nos encontros.

³⁹ Aqui, definimos como edifício ocioso, aquele que está desocupado, inativo ou subutilizado, sem cumprir sua função social.

⁴⁰ Categorização utilizada no “Mapeamento Nacional de conflitos pela terra e moradia”:
<https://mapa.despejozero.org.br/formulario/>

ETAPA 4

A partir dos limites, lacunas e contradições verificadas e analisadas nos instrumentos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e nas Políticas Culturais do Distrito Federal (etapa 2); dos conflitos, práticas e potencialidades levantadas pela cartografia dos territórios culturais (etapa 3); e dos problemas e demandas elencados nos encontros (etapa 3); nesta etapa, é realizada **a sistematização das diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.**

Visando equacionar suas demandas e problemas, além de fomentar, fortalecer e valorizar as práticas socioculturais destes territórios, são gerados eixos temáticos de diretrizes de planejamento, que buscam inserir as Ocupações de modo intersetorial e transversal, nos variados aspectos que compõem e orientam o planejamento territorial. Conclui-se assim, o objetivo geral desta pesquisa.

FASE 4 DA PESQUISA-AÇÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO

- (1) Avaliação de todo o processo de pesquisa-ação e seus resultados;
- (2) Incorporar aos anexos desta pesquisa-ação, os levantamentos, sistematizações e mapeamentos realizados, inserindo-os como instrumento contra-hegemônico de planejamento territorial e de mobilização/articulação política das Ocupações Culturais, visando contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade destes territórios.



GAP 1

1.1 A GUINADA NEOLIBERAL: ENTRE CRISES, VIOLÊNCIAS E RECESSÕES DEMOCRÁTICAS

A guinada neoliberal das últimas décadas tem se assumido cada vez mais imperativa e voraz na transformação e remodelação das paisagens urbanas, relações sociais e da subjetividade, ao mesmo tempo que tem sedimentado e aberto caminho para amplas condições de confrontos com forças contrárias e adversas em escala mundial.

A lógica predatória e perversa da urbanização capitalista conduzida pela “acumulação por despossessão/espoliação”, conceito de Harvey (2004) que explica a ampla gama de processos e efeitos resultantes da forma de expansão e acumulação permanente do capital que vem se aprofundando no seu estágio contemporâneo de neoliberalização, como: a mercantilização e privatização da terra e expulsão violenta de populações; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, patrimônio cultural e social coletivo, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; novas formas de exploração da mão de obra e precarização do trabalho; a supressão dos direitos e formas alternativas de produção e de consumo; processos de dominação neocoloniais e imperialistas de apropriação intensiva de ativos, como recursos naturais e moradia, dentre outros efeitos. Nessas condições, a urbanização desempenha papel ativo na absorção de excedentes⁴¹ de produção que são extraídos de maneira desigual, se configurando na “incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (Harvey, 2014, p.156).

Esse movimento de reestruturação urbana provocada pela formação capitalista crescentemente globalizada e financeirizada (Brenner, 2018), é apontado por Carlos (2015, p.14) como uma “virada espacial”, na qual a urbanização aliada às formas diferenciadas de apropriação e dominação fundadas na propriedade privada, traz um novo momento de despossessão e se efetiva como “fonte de privação: a do sujeito destituído das condições da vida, em suas possibilidades criativas e em sua alteridade”. Segundo a autora, essa condição forja uma “produção amnésica” do espaço urbano, que transforma – e sequestra – de modo constante e irreversível a memória e identidades contida nele.

Na mesma linha que Harvey, Dardot e Laval (2017) acrescentam que no estágio atual do capitalismo financeiro de superacumulação articulado ao Estado empresarial (a partir do começo do século XXI), a despossessão é, mais do que nunca, um modo dominante de acumulação. Entretanto, os autores avançam ao observar que no estágio neoliberal, o modo de funcionamento do capitalismo implica em novas relações de dependência e submissão que transformam drasticamente os vínculos sociais e identidades dos indivíduos, favorecendo

⁴¹ Segundo Harvey (2004; 2014), para produzir mais-valia (lucro), a classe capitalista tem de produzir excedentes de produção/mercadoria.

uma “acumulação por subordinação ampliada e aprofundada de todos os elementos da vida da população: consumo, transporte, lazer, educação, saúde, uso dos espaços e do tempo, reprodução social e cultural e, por fim, as subjetividades” (Dardot; Laval, 2017, p.109). Essa forma de acumulação também envolve a captura de informações, códigos, conhecimento, imagens e afetos, além do livre acesso aos indivíduos nas suas formas sociais, a exemplo das redes de comunicação, dos bancos de informação e dos circuitos culturais (Hardt; Negri, 2016 [2009]), acarretando fenômenos intensos e crescentes de alienação, exclusão, segregação socioespacial e desigualdade urbana.

Segundo Dardot e Laval (2019), trata-se fundamentalmente de uma racionalidade política mundial de poder que combina autoritarismo antidemocrático e nacionalismo econômico, que se nutre e se radicaliza por meio de suas próprias crises econômicas e sociais e impõe em governos, economia, sociedade e Estado, a lógica capitalista, convertendo-a em subjetividades e normas de existências. Ou seja, uma forma de governo dos comportamentos. Para Neil Brenner (2018), esse “governo de crise” – expressão utilizada por Dardot e Laval – dos processos de neoliberalização é seu *modus operandi* exploratório que utiliza as falhas endêmicas nas políticas para se proliferarem e se reinventarem de modo acelerado e contínuo em múltiplas escalas, de modo a desencadear reinvenções sucessivas de repertórios amplamente neoliberais e austeros, além de utilizar a crise para facilitar suas atividades predatórias baseadas na apropriação privada dos bens comuns, como uma pré-condição necessária à retomada do crescimento e desenvolvimento (Harvey, 2014).

Para Dardot e Laval (2019), o projeto político do neoliberalismo tem engendrado nos últimos anos, uma crise profunda da democracia liberal-social – tanto no âmbito econômico e social, como no terreno judicial e policial –, que se manifesta de modo mais evidente na forte ascensão dos regimes autoritários e dos partidos de extrema-direita que assumem seu caráter absolutista e hiperautoritário. Ele adota um estilo populista para reforçar e radicalizar seu domínio, utilizando como uma de suas principais alavancas as vias da legalidade constitucional moldada aos interesses das classes dominantes para se legitimar.

já não há freio ao exercício do poder neoliberal por meio da lei, na mesma medida em que a lei se tornou o instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra a democracia. O Estado de direito não está sendo abolido de fora, mas destruído por dentro para fazer dele uma arma de guerra contra a população e a serviço dos dominantes. [...] Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente (Dardot; Laval, 2019).

Em entrevista⁴² recente, Laval comenta que a “governamentalidade de crise” tomou um rumo reacionário, brutal e autoritário com a ascensão dos governos de extrema-direita, que se aproveitam dos efeitos catastróficos da crise urbana – nas suas múltiplas formas de precariedade e exclusão –, e exploram a crise da representação política e da democracia liberal ancorada nos sentimentos de raiva, exclusão, de abandono e ameaça dos indivíduos, resultantes da perda de mobilização da ação coletiva e do senso de coletividade, solidariedade e igualdade ligados ao enfraquecimento da unidade da classe trabalhadora. Segundo o autor, esse processo forja o “novo neoliberalismo” que consegue compor uma coalizão sociopolítica, que une parte das elites econômicas, segmentos das classes médias ameaçadas e setores amplos das classes populares, organizados em torno de valores tradicionais, fanatismos identitários e nacionalistas.

Sob estas condições e processos multifacetados, Harvey⁴³ declara que “estamos em meio a uma enorme crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária sem que, aparentemente, consigamos conhecê-la ou mesmo delimitá-la”, e:

Nada desse novo desenvolvimento poderia ter ocorrido sem despejos e desposseções massivas, onda após onda de destruição criativa que tem cobrado não só um preço físico mas também destruído solidariedades sociais, varrido qualquer pretensões de governança urbana democrática, e tem cada vez mais recorrido ao terror e à vigilância policial militarizada como seu modo primário de regulação social. (Harvey, 2015 [2014])

Diante desse cenário, o planejamento hegemônico tem se inserido como parte constituidora e catalisadora das crises globais, engendrando cenários urbanos cada vez mais corrompidos e remodelados. Nessa esteira, Faranak Miraftab (2016, p.363-366) argumenta que ele “está se defrontando com sua própria crise de identidade e legitimidade, que emerge de sua esquizofrenia profissional, razão pelo que sua própria imagem e ideia da profissão não se encaixam”, e “suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades”.

Neil Brenner (2016) argumenta que apesar da abundância de variações interterritoriais, de resistência social, de contestação política, essa tendência da urbanização neoliberal tem persistido e se intensificado, especialmente desde a mais recente crise financeira de 2008, mesmo após suas persistentes falhas de governança com consequências socioambientais destrutivas e de suas evidentes vulnerabilidades ideológicas. Posto isto, o autor aponta para a centralidade e importância das contribuições do planejamento para construção de futuros

⁴² Entrevista à Revista Aurora (Amorim; Chicarino; Segurado, 2021).

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/55959>

⁴³ David Harvey, “The crisis of planetary urbanization,” em *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, ed. Pedro Gadanho (New York: The Museum of Modern Art, 2014), p. 29. Tradução do artigo disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>

urbanos alternativos, mas se operado de modo muito mais combativo frente à aparente resiliência e elasticidade das formas neoliberais de governança urbana.

Diante de tantas constatações e efeitos dessa lógica perversa e predatória vigente, Dardot e Laval (2017, p.15) apontam que a postura mais comum é lamentar a “ausência de alternativas políticas, a ruína dos ideais coletivos, ou então a pequena ressonância das utopias concretas”. Entretanto, como Harvey (2004; 2015 [2014]) aponta: “há possibilidades e potencialidades populares emergindo da crise da urbanização planetária e seus múltiplos mal-estares”. Para Harvey, é preciso cultivar assiduamente a conectividade entre lutas e resistências contra a acumulação por espoliação e a partir delas, vislumbrar e construir outros cenários alternativos possíveis. Nessa esteira, Dardot e Laval apontam que “chegou a hora de produzir visões alternativas sobre o além do capitalismo, pensar as condições e as formas possíveis do agir comum, esclarecer os princípios que podem orientar as lutas”. Esse é um convite para refletirmos sobre o rumo que as práticas de planejamento precisarão de perseguir frente aos desafios urbanos impostos.

1.2. A ESQUIZOFRENIA DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

A história do planejamento urbano no Brasil revela um abismo entre seu discurso e sua prática, forjada no descolamento da realidade concreta e ocultação dos conflitos e problemas urbanos (Villaça, 1999; 2005). As raízes da herança clientelista e colonialista calcadas no patrimonialismo e no controle da propriedade fundiária marcada por intensos conflitos sociais, vêm forjando o processo de urbanização brasileiro, que teve no planejamento urbano modernista-funcionalista aliado à aplicação arbitrária de sua legislação urbanística, importante instrumento de dominação político-ideológica (Maricato, 2003). O direito à cidade então se torna um privilégio: “parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real” (Maricato, 2002, p.165).

Desde a década de 1930, o planejamento, historicamente cristalizado na figura do plano diretor de cunho técnico e “integrado”, foi tomado como a solução para o caos urbano, tratado como resultado do crescimento descontrolado das cidades – que utiliza o discurso da suposta “falta de planejamento” –, dissimulando assim os conflitos e as verdadeiras origens deste caos (Villaça, 1999; Maricato, 2002). Segundo Villaça (2005, p.21), essa perspectiva tecnocrática salvacionista – e falaciosa – coloca os planos em um pedestal – inseridos num contexto de supremacia do conhecimento técnico-científico – ao mesmo tempo que funciona como “cortina de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante em resolver os problemas urbanos”. Segundo ele, várias disciplinas acadêmicas de arquitetura, profissões, órgãos públicos, conceitos e definições reproduziram ao longo do tempo essa ideologia dominante.

Nesse sentido, Villaça (1999) argumenta que as classes dominantes utilizaram constantes mudanças de nomenclatura, conteúdo e metodologias de elaboração dos planos ao longo da história, como manobras de renovação ideológica para manutenção de sua hegemonia e poder.

Diante dessas mudanças, Villaça (1999) identifica e sistematiza três períodos dos planos no Brasil: 1) Urbanismo e do Plano Diretor (1930-1965); 2) Superplanos (1965-1971); 3) "Planos sem Mapa" (1971-1992). Já no primeiro período, o autor constata a passagem do planejamento que conseguia ser executado para o planejamento essencialmente de discurso, ficando a partir daí, evidente o descolamento dos planos em relação à realidade urbana e à participação da população, acoplados às ideias de globalidade (integração na escala macro), tecnicismos e interdisciplinaridade. O auge desta sofisticação técnica é atingido no período seguinte, com os Superplanos.

A partir dos anos 1970, Villaça aponta que os planos saem da esfera da complexidade e rebuscamento técnico para planos simplórios e generalistas, quase ausentes de mapas e com diagnósticos técnicos bem reduzidos. Nesse período nascem o que o autor chama de "planos sem mapa", que continham apenas princípios e diretrizes associados à ideia de posterior detalhamento – que não ocorre. Paralelamente aos planos e considerando o cenário marcado fortemente pela irregularidade fundiária junto ao crescimento extremamente acelerado da urbanização, foi a partir da década de 1970⁴⁴ que as iniciativas político-jurídicas sobre a questão fundiária brasileira tomaram força, com a lei 6.766⁴⁵, denominada Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Brasil, 1979) (Ribeiro, 2021).

Desse modo, Villaça (1999, p.191) constata desde os primeiros planos elaborados, o caráter do planejamento como uma atividade desvinculada das políticas públicas, que se constitui como "uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la". Entretanto, essa história do planejamento representada hegemonicamente pelos planos, foi destinada e aplicada apenas à uma parte das cidades brasileiras: na cidade formal ou legal (Maricato, 2002). Enquanto técnicos elaboravam planos distantes da população, grande parte do crescimento urbano cada vez mais acelerado, se dava "fora da lei".

⁴⁴ Segundo Tierno (2022) é a partir dos anos 1970 até 2001 – com a promulgação do Estatuto da Cidade – em que se dá a 1ª fase (1970-2001) dos conflitos urbanos no Brasil. Foi marcada pela ausência de política habitacional, ausência de política pública com normas claras de regularização fundiária e pelas remoções como política de Estado como estratégia de mitigação da irregularidade fundiária.

⁴⁵ A lei 6.766 foi a primeira regulação federal que trouxe expressamente o tema da regularização fundiária, prevendo em seus dispositivos aspectos urbanísticos, sanções administrativas e penais. A lei avança ao reconhecer formas diversas de ocupação do território, com ênfase na regularização de moradias precárias já existentes. Depois dessa regulação, houve um hiato de décadas sobre o tema até o ano de 2009, com a edição da Lei 11.977 (Brasil, 2009) (Ribeiro, 2021, p.175).

Tal descompasso entre as ideias fundantes do planejamento brasileiro e o rumo que vinha sendo gestada a produção do espaço urbano concreto, com suas extensas periferias autoconstruídas e precárias, reproduziu – e ainda reproduz – uma evidente separação entre duas cidades: a “oficial”, comprometida com o urbanismo brasileiro e a cidade “ilegal”, representada pela grande ocupação ilegal do espaço urbano, excluída dos circuitos do mercado imobiliário privado, alvo da grilagem predatória de terras comandada por milícias e pelo crime organizado, negligenciada nas políticas públicas e ignorada nas representações da cidade oficial – que miram as centralidades hegemônicas –, reproduzindo desigualdades e privilégios (Maricato, 2002; 2003; 2021).

Toda trajetória de farsas dos planos veio a ser combatida fortemente com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana⁴⁶ (MNRU) no processo de articulação e levante popular da constituinte de 1988, que uniu movimentos populares e entidades sociais para a construção de uma nova e democrática política urbana. A partir daí, “teve início a rejeição não só do plano diretor pretensamente todo-poderoso, como também de sua suposta missão de ‘integração’ ou ‘coordenação’” (Villaça, 1999, p.236), de modo a superar seu discurso ineficaz destacando a gestão democrática das cidades e incidindo diretamente no nó da terra: o controle sobre a propriedade fundiária visando sua função social (Maricato, 2002).

Fruto da luta popular, o capítulo da política urbana da nova Constituição Federal situou o plano diretor como nexos central para a aplicação da função social da cidade e da propriedade, mas a regulamentação – complexa e prolongada – dos seus artigos 182 e 183, foi aprovada mais de uma década depois, com o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001). Também houveram importantes avanços na questão fundiária com dispositivos fundamentais que irão compor a construção e definição das políticas urbanas e fundiárias anos depois, como o parcelamento, edificação e utilização compulsória, e a usucapião especial urbana.

Foi inaugurado um novo período histórico de redemocratização e politização, frutos do avanço da consciência e organização populares, que se caracterizou por intensos debates e negociações em diversas esferas políticas, nas quais a população passou a disputar interesses, acionar e desvelar conflitos e dar visibilidade às suas reais demandas, que durante décadas foram abafadas e ocultadas. É nesta mesma conjuntura que a gestão urbanística – situada na ofensiva neoliberal globalizada – passa a ser regida pelo complexo imobiliário-

⁴⁶ O movimento produziu uma Emenda Popular de Reforma Urbana, na época da redemocratização e da elaboração da nova Constituinte (1988). Com muita luta e mobilização popular, conseguiram aprovar em 2005, a primeira lei de iniciativa popular, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. O movimento vem construindo um diagnóstico em torno da produção e gestão das cidades e propondo uma agenda centrada: (a) na institucionalização da gestão democrática das cidades; (b) na municipalização da política urbana; (c) na regulação pública do solo urbano com base no princípio da função social da propriedade imobiliária e (d) na inversão de prioridade no tocante à política de investimentos urbanos (Santos Junior, 2009).

financeiro que exercerá daí em diante enorme influência nas câmaras municipais e conselhos da sociedade civil.

Inúmeros foram os avanços institucionais da luta popular que permitiram conquistar um amplo arcabouço legal ao longo dos anos – na política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos – que culminou em prefeituras democráticas e participativas, conquista de conselhos institucionais de políticas setoriais, além da criação de novas instituições, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007, 2010 e 2013), o Estatuto da Cidade (lei n. 10.257/2001), aprovado após treze anos de luta e pressão popular. Esse ciclo democrático permitiu a renovação da “utopia” do plano diretor, com a criação de instrumentos legais mobilizados pelas lutas sociais: o solo criado; as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que se aplicariam à urbanização e regularização fundiária de assentamentos, além da produção de moradias de interesse social; o direito de preempção; os Estudos de Impacto Ambiental e de Vizinhança (EIA; EIV); entre outros (Maricato, 2013).

No entanto, apesar de todos avanços e acúmulos de lutas envolvidos, “a efetividade da aplicação do avançado aparato legal não aconteceu, nem mesmo antes do golpe de 2016” (Maricato, 2021, p.21). Nessa esteira, o período entre 2007 e 2016 pode ser denominado de um “neodesenvolvimentismo anti-urbano” (Colosso, 2019), no qual o Governo Federal e seus instrumentos estatais, sobretudo depois da crise econômica global de 2008, teve papel ativo na recuperação do crescimento econômico que se deu de forma contraditória⁴⁷: ao mesmo tempo que implementaram políticas contracíclicas – para estabilização econômica – com investimentos maciços em setores estratégicos, deterioraram fatores centrais para as condições de vida nas cidades (Maricato; Colosso, 2019).

O marco de 2007, se deve ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – central para investimentos em infraestruturas econômicas e sociais. Ele federalizou o Programa de Urbanização de Favelas, introduzindo e reconhecendo – finalmente – a cidade ilegal no programa da agenda urbana, visando regularizar e requalificar áreas ocupadas informalmente. No entanto, o PAC caiu em armadilhas históricas, catalisando uma urbanização desigual, que ampliou a segregação socioespacial das cidades.

Em 2009⁴⁸, é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com a finalidade explícita de enfrentar a crise, retomando a visão empresarial da política habitacional, na qual as

⁴⁷ Segundo Ribeiro (2021), no período de governo do PT (2002-2016), assumiu-se uma postura de ambiguidade quanto ao nível de comprometimento com a pauta neoliberal e financeirizada, nos âmbitos econômico e social. Pois, ao mesmo tempo em que o governo mantinha a abertura e os lucros financeiros, promovia uma espécie de momento neodesenvolvimentista com implementação de políticas sociais.

⁴⁸ Em 2009, também foi instituída a política nacional de regularização fundiária pela Lei 11.977 (BRASIL, 2009), abrangendo diversas dimensões do direito à moradia adequada e do direito à cidade, ou seja, como instrumento

camadas populares foram lançadas para as periferias extremas das cidades sem infraestruturas dignas. Maricato (2015) aponta o seguinte paradoxo⁴⁹ deste cenário: quando finalmente os investimentos em habitação, saneamento, transporte foram retomados, um intenso processo de especulação fundiária (patrimonialista) e imobiliária promoveu um aumento vertiginoso do preço da terra – que se manteve com precário controle estatal – e da moradia. Nesse contexto de financeirização, Maricato afirma que por meio de uma simbiose entre governos municipais e estaduais, parlamentos e capitais de incorporação, foram flexibilizadas legislações para favorecer empreendimentos privados com iniciativas ilegais. Dessa forma, “o nó da terra continua como trava, revisitada na globalização, para a superação do que podemos chamar de subdesenvolvimento urbano” (Maricato, 2015, p.39). Nesse sentido, os acúmulos da política urbana nos anos 1980 e 1990 foram ignorados:

nenhuma instância de governo tocou nas propostas da Reforma Urbana, sequer em discurso. Em relação ao poder local, houve um retrocesso. [...] A centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram os investimentos. [...] os interesses do mercado imobiliário, o interesse de empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade deram o rumo para aplicação dos recursos. (Maricato, 2015, p.40)

1.3 O PÓS-GOLPE: DESMONTES E INFLEXÃO ANTIDEMOCRÁTICA

Com o golpe de 2016⁵⁰ que culmina na ascensão da extrema-direita no Brasil, sob uma ofensiva ideológica em torno do combate à corrupção, a retórica da crise econômica, a necessidade de “austeridade fiscal” e o “enxugamento do Estado” se tornam pretextos fundamentais para o abandono de uma agenda urbana transformadora que vise minimamente o direito à cidade (Maricato; Colosso, 2019, p.61). A política urbana passa a ter como pacote discursivo a desestatização, assumindo uma agenda neoliberal agressiva com fortes impactos nas relações de trabalho e desemprego estrutural – com a crescente uberização –, ataque⁵¹ às políticas públicas e direitos sociais, desmonte e flexibilização dos marcos regulatórios⁵² e normas de uso e ocupação do solo junto à crise ambiental, combinados a ataques à democracia e aos direitos humanos (Maricato, 2021).

de garantia de direitos. Esta lei traz a regulamentação do MCMV, além de dispositivos destinados exclusivamente à regularização fundiária com foco em moradias de baixa renda.

⁴⁹ Segundo Maricato e Colosso (2019), mesmo depois da produção de mais de 5 milhões de unidades, o déficit habitacional no país continuou em mais de 7 milhões, o mesmo patamar anterior ao MCMV.

⁵⁰ Golpe jurídico-parlamentar que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, culminando na ascensão da extrema-direita a partir de Michel Temer e depois Jair Bolsonaro.

⁵¹ O Ministério das Cidades é extinto em julho de 2019, por exemplo.

⁵² Como o Marco Temporal que ameaça e destrói as terras indígenas e beneficia o *lobby* do agronegócio e da exploração mineral. Ver sobre: <https://apiboficial.org/marco-temporal/>

Esse contexto tem conduzido um cenário de inflexão ultraneoliberal e aprofundamento da dominância financeira no Brasil, que marcou o novo modelo nacional de regularização fundiária a partir do golpe de 2016 – que se torna uma pauta prioritária do Governo – como principal instrumento de homogeneização das terras e imóveis sob o regime da propriedade privada plena (Ribeiro, 2021).

A partir da edição da Medida Provisória 759⁵³ (Brasil, 2016) – que deu origem à Lei 13.465 (Brasil, 2017) –, houve uma alteração política e social brusca no conceito legal e sentido da regularização fundiária estabelecidos pela Lei 11.977⁵⁴ (Brasil, 2009) – revogada de modo integral. A mudança de maior expressão foi a retirada do seu objetivo principal, trazido no seu art. 46 que dizia: “de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.” A retirada deste trecho representa o desejo e o compromisso do novo modelo de regularização em desvincular a regularização fundiária da garantia do direito à moradia, da função social da propriedade urbana e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Ribeiro, 2021, p.198).

Esta inflexão trazida pelo novo marco normativo estabelecido pela Lei 13.465/2017 representa um processo de esfacelamento e destruição das gramáticas protetivas⁵⁵ – dos marcos normativos anteriores – para construir um arcabouço legal voltado somente para a mercantilização e transformação da terra em ativo financeiro, saindo de um modelo que priorizava melhorias das condições dos moradores, envolvendo aspectos legais, registrais, urbanísticos, sociais e ambientais com a finalidade da garantia de direitos (Ribeiro, 2021). A partir deste marco, uma série de regulações aprofundam esse processo de homogeneização. Portanto, trata-se de um movimento da coalizão das forças financeiras junto ao executivo e legislativo federal⁵⁶ que visa promover uma privatização desregrada do patrimônio imobiliário, cultural e ambiental nacional, marcado pela irregularidade fundiária e pela multiplicidade de relações sociais estabelecidas com a terra (Ribeiro, 2021).

Assim, a regularização fundiária tem atuado como principal instrumento de mercantilização e transformação do estoque fundiário brasileiro em ativo financeiro, estimulando dinâmicas de acumulação por despossessão e remoção nas cidades – das camadas mais vulneráveis da

⁵³ Foi uma das medidas prioritárias assumidas pelo governo de Michel Temer após o golpe.

⁵⁴ As mudanças foram muito drásticas, visto que o caráter protetivo e participativo da Lei 11.977 (Brasil, 2009) que dava ênfase à ampla participação popular na gestão da cidade, foi desmontado e revogado.

⁵⁵ Soma-se o claro declínio das ZEIS, utilizadas por 53% das cidades brasileiras, pois envolvem participação popular (Tierno, 2022).

⁵⁶ Como no PL 2.633/2020 ou “PL da grilagem”, que permite regularizar terras griladas, inclusive onde habitam povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Ler sobre em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/entenda-como-a-boiada-vai-passar-se-o-pl-da-grilagem-for-aprovado-no-congresso>

população –, além do aprofundamento das desigualdades socioespaciais junto à escalada dos conflitos urbanos fundiários (Ribeiro, 2021).

Esta inflexão de conflitos⁵⁷ (Tierno, 2022) e violações se intensificou ainda mais com a pior crise sanitária da história do país provocada pelo covid-19⁵⁸, que aliada à política de promoção da morte do Governo Jair Bolsonaro, compôs o quadro da necropolítica brasileira dos últimos anos. Houve um aumento vertiginoso da pobreza extrema, que em 2021 sobe bruta­mente chegando a 23,7%⁵⁹ da população metropolitana – maior valor da série histórica; o Brasil volta ao mapa da fome⁶⁰ e tem 33 milhões⁶¹ de pessoas na fome extrema; a população em situação de rua cresceu 38%⁶² entre 2019 e 2022, atingindo 281.472 pessoas; houve um aumento explosivo de 901% do número de famílias ameaçadas de despejo – representando quase 190 mil famílias –, e 453% do número de famílias despejadas no país – mais de 35 mil – em comparação com o início da pandemia (março de 2020), segundo dados do balanço⁶³ trimestral da Campanha Despejo Zero (CDZ)⁶⁴.

Simultaneamente à esta conjuntura alarmante, houve a substituição do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pelo programa Casa Verde Amarela que aplicou um corte perverso de 98%⁶⁵ nos recursos da Faixa de Renda 1 – destinada às famílias de baixa renda –, paralisando também as obras das casas que estavam em construção. Ou seja, a única política habitacional

⁵⁷ Rosane Tierno (2022, p.10-11) sistematiza três fases distintas dos conflitos urbanos no Brasil: 1ª fase (1970-2001) que se refere ao período em que a regularização fundiária é compreendida como “anistia da ilegalidade” e é quando o controle do solo urbano se dá através da repressão das forças policiais do Estado, como estratégia de mitigação da irregularidade fundiária. Essa primeira fase é marcada pela ausência de política habitacional, ausência de política pública com normas claras de regularização fundiária e pelas remoções como política de Estado; 2ª fase (2001-2016) corresponde à implantação, consolidação e operacionalização da política pública de regularização fundiária, integrada a um conjunto de políticas setoriais, habitacionais e gestão urbana e à concepção de direito à cidade e dignidade humana; 3ª fase (2016-atual) marcada por um período de desmonte intenso de políticas setoriais e da gestão popular, com o retorno do controle do solo urbano pela repressão e violência, além do acirramento das tensões e despejos dos territórios vulneráveis com a pandemia de 2020 e 2021.

⁵⁸ Desde 2020, vitimou mais de 700 mil pessoas no Brasil.

⁵⁹ SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/desigualdade-nas-metropoles-pobreza-e-extrema-pobreza-alcancam-os-maiores-valores-da-serie-historica/>

⁶⁰ Segundo o Mapa da Fome da ONU, o Brasil tem cerca de 60 milhões de pessoas com subalimentação entre 2019 e 2021.

⁶¹ Segundo dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede PENSANN, 2022). Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

⁶² Segundo estudo “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)” do IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf

⁶³ Dados do Balanço de março/2020 à outubro/2022 da Campanha Despejo Zero:

<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Balanc%CC%A7o-Despejo-Zero---outubro-2022.pdf>

⁶⁴ É uma articulação nacional que já reúne mais de 175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos para atuar contra os despejos e remoções forçadas em todo o Brasil. Foi lançada em julho de 2020, durante a pandemia da Covid-19, mas aborda um problema crônico das cidades brasileiras: a falta de moradia adequada para todas e todos. É constituída por 3 grupos de trabalho – mapeamento, comunicação e incidência – além de núcleos estaduais, regionais e grupo facilitador nacional.

⁶⁵ Dados do estudo “Impactos Econômicos do corte do programa Casa Verde Amarela em 2021”, realizado pelo Dieese. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/governo-federal-corta-98-do-orcamento-do-programa-habitacional-casa-verde-e-amarela>

brasileira foi desmontada ao mesmo tempo que milhares de famílias eram sucessivamente despejadas de suas casas, em plena crise sanitária.

Mesmo situada neste contexto de escalada dos conflitos e múltiplas crises acentuadas pelo covid-19, a luta popular conquistou expressivas vitórias. Depois de inúmeros projetos de lei enviados com medidas de mitigação da crise humanitária no país que caíam na queda de braço com a bancada conservadora de extrema-direita, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828⁶⁶ foi proferida pelo STF em junho de 2021, se colocando como marco na luta pelo direito à terra e à moradia no Brasil. Fruto do acúmulo e incidência construída pela ampla rede de movimentos sociais e entidades articulados na Campanha Despejo Zero, a decisão garantiu a suspensão dos despejos e desocupações em todo território nacional, bem como determinou a necessidade de fornecimento de alternativa de moradia às ocupações mais recentes. Para além disso, é preciso reconhecer que o acúmulo dos processos históricos de luta pela terra no Brasil é fortalecido com tal decisão.

Em razão disso, a Lei nº 14.216/2021⁶⁷, que durante sua tramitação ficou conhecida como PL dos Despejos (PL 827/2020) foi promulgada meses depois, após a derrubada, pelo Congresso Federal, do veto integral do Presidente Jair Bolsonaro ao texto da lei. Esse movimento demonstra como “as coalizões populares são capazes de furar o cerco ultraconservador e anti-pobre de governos e instituições, em arranjos criativos que combinam ferramentas político-jurídicas, comunicação contra-hegemônica e atuação em rede” (Ribeiro; Franzoni, 2022).

Esta inflexão profundamente antidemocrática, também se caracteriza pela destruição do modelo de governança fundado na participação direta dos movimentos sociais em espaços públicos deliberativos por um modelo de gestão baseado na perseguição, criminalização e silenciamento dos movimentos sociais e liberdade da organização e manifestação social das classes populares; fechamento e ataque massivo aos espaços de participação social na discussão das políticas públicas; captura e aparelhamento de órgãos e instituições públicas. Nesse sentido, tramitavam na Câmara e no Senado mais de 70 projetos de lei⁶⁸ – alguns em caráter de urgência – que buscavam limitar e criminalizar a ação de manifestantes, catalisando a militarização e uso de violência pelo Estado contra tais condutas. Um exemplo em destaque

⁶⁶ O marco temporal da ADPF 828 abrangeu apenas as áreas que estivessem ocupadas antes de 20 de março de 2020 – quando foi decretada a pandemia de Covid-19 no Brasil.

⁶⁷ A lei traz um marco temporal protetivo mais extenso, pois protege ocupações surgidas até 31.03.2021, reconhecendo que são um reflexo da crise econômica e social e que a resposta estatal não pode ser o despejo. Sua tramitação se deu a passos lentos, pois mesmo em caráter emergencial (crise sanitária), levou mais de um ano e meio para virar lei, após seu reconhecimento no Senado e na Câmara.

⁶⁸ Ver notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/explode-numero-de-projetos-de-lei-que-restringem-direito-a-protesto.shtml>

é a proposta contida no PLS 272/2016⁶⁹, que busca alterar e desmontar a lei antiterrorismo⁷⁰, abrindo diversas brechas pra enquadrar movimentos sociais como terroristas, além da CPI do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁷¹ construída pela bancada de extrema-direita à mando do *lobby* ruralista.

Neste contexto de pandemia do covid-19 junto à ofensiva antidemocrática, está em curso um ataque predatório massivo às revisões dos planos diretores de várias cidades brasileiras. Utilizou-se o cenário de recessão democrática, política e social para alargar ainda mais os abismos entre os planos e as demandas sociais, reforçando seu caráter ideológico e dissimulador dos conflitos (Villaça, 1999; Maricato, 2002), promovendo uma avalanche de “boiadas urbanísticas”⁷². Segundo Maricato (2021), além da ausência ou inoperância de conselhos municipais previstos em leis, foram utilizados diversos discursos e artifícios nas constantes violações de exigências legais – estabelecidas pelo Estatuto da Cidade e ConCidades:

1) a pressa e a pressão para fazer mudanças em plena pandemia, quando a participação democrática está prejudicada; 2) as tentativas de delimitar os participantes das audiências públicas; 3) o controle da composição dos conselhos municipais ligados aos planos diretores ou à política de uso e ocupação do solo; 4) as iniciativas (ilegais) visando aprovar mudanças nas leis de forma fragmentada e sem passar por debates públicos e; 5) a definição de prazos curtos para as manifestações da sociedade. (Maricato, 2021, p.23-24).

Considerando essa trajetória de farsas das políticas urbanas, forjadas em uma “matriz postiça” ou “fora do lugar”, e a conjuntura de retrocessos e disputas da última década, Maricato (2002) argumenta que a construção de uma nova matriz urbanística frente à crise urbana que se alastra, passa prioritariamente pela destruição da representação ideológica hegemônica da cidade a partir das demandas populares, engajada a uma práxis democrática. Portanto, “trata-se também de ousar apontar caminhos, mesmo em meio à tormenta” (Maricato, 2002, p.188).

⁶⁹ Tem como relator o Senador Magno Malta (PR-ES), da base governista do ex-presidente Bolsonaro.

⁷⁰ Aprovada em 2016 e sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Ver notícia sobre: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/20/mudanca-na-lei-antiterrorismo-opoe-representantes-de-movimentos-sociais>

⁷¹ Ver sobre a CPI do MST: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/23/cpi-do-mst-comeca-nesta-terca-sob-controle-da-oposicao-entenda>

⁷² Em reunião ministerial (2020), Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente do Brasil, defendeu que o Governo Federal deveria aproveitar a atenção da imprensa com a Pandemia de COVID-19 para promover alterações na legislação, em suas palavras, para “passar a boiada”. Ver sobre: <https://www.brcidades.org/post/boiadas-urbanisticas>

1.4 CIDADE EM DISPUTA: O LUGAR DAS PERIFERIAS

O rompimento com as representações, atributos e estigmas hegemônicos sobre as periferias – a “cidade ilegal” –, historicamente, vindos de cima para baixo e formulados quase sempre “fora do lugar”, representa o processo de construção de uma nova consciência e subjetividade periférica que se deu a partir dos anos 1990, por meio de uma intensa luta para se colocar no mundo e se perceber por meio do orgulho. Nessa luta, a arte e a cultura assumiram centralidade não só para subverter essas representações, mas fundamentalmente, para mudar a realidade concreta desses territórios (D’Andrea, 2013; 2022).

1.4.1 MUTAÇÕES E DISPUTAS DO TERMO/CONCEITO PERIFERIA

Nesse campo em disputa, houveram mutações do entendimento do fenômeno e conceito *periferia* no decorrer das décadas, a partir de distintos atores⁷³. Ao mesmo tempo que o problema da urbanização e da periferização avançava e passava a ser uma questão social emergente, o Brasil estava imerso na intensa repressão e vigilância social (principalmente de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e classe artística) do período ditatorial entre os anos 1960 e 1980. Tal cenário restringiu o debate sobre a cidade ao campo acadêmico, que detinha privilégios e abertura maior para formulações críticas, conseguindo desenvolver e publicar pesquisas que tratavam a periferia através de um cunho crítico, denunciando sua pobreza como decorrente de um sistema político-econômico falho (D’Andrea, 2013).

Nesses anos, segundo Tiaraju D’Andrea, a antropologia passou a fazer parte da questão urbana ao discutir modos de vida, práticas e o imaginário social de moradores periféricos, “mergulhando no real” ao invés de estudos globalizantes e macroestruturais descolados da realidade, tão comuns nos planos tecnicistas e reducionistas do período. Tal debate abriu caminhos para novas definições sobre o termo periferia, dando ênfase na diversidade de fenômenos existentes nestes territórios, sendo “essa a questão que se enuncia e se formula nas definições da periferia como espaços de representações, práticas e interações sociais moldando formas de vida e experiências vividas” (D’Andrea, 2013. p.43).

A partir das trocas de saberes cíclicas entre movimentos sociais, intelectuais e moradores das periferias no correr dos anos, coletivos periféricos juvenis se apropriaram desse acúmulo teórico, potencializaram a utilização desse termo e passaram a lançar outras bases e

⁷³ Segundo D’Andrea (2020), foi a partir dos anos 1990, que o caminho percorrido por periferia se divide em pelo menos três: a academia, que perde a preponderância da explicação quase no mesmo momento em que passa a relativizar o termo; a indústria do entretenimento, que abusou de uma estética da pobreza e depois foi abandonando-a; e os moradores da periferia, que seguiram ressignificando o termo.

figurações de suas próprias quebradas, conforme avançavam na luta por seus direitos frente à intensificação dos problemas urbanos (D’Andrea, 2013). Assim, a partir da década de 1990, como forças de resistência ao avanço do neoliberalismo, surgiu uma série de coletivos artísticos e culturais nas periferias das grandes cidades, que tiveram como motivadores:

a possibilidade de fazer política em um contexto de descenso dos movimentos sociais e dos partidos políticos; a luta por pacificação; a possibilidade de organizar atividades no bairro, rompendo com a segregação socioespacial; a necessidade de sobrevivência material, da qual a produção artística se revelou como uma possibilidade e; a arte como emancipação humana. Por sua ação e discursividade, estes coletivos exaltam o orgulho periférico do mesmo modo que são fenômenos decorrentes desse orgulho. (D’Andrea, 2022, p.113)

Tal contexto histórico da década de 1990, representou uma curva de descenso dos movimentos sociais de base clássicos junto à falta de representatividade política e descrença em relação às instituições públicas, desemprego recorde, políticas de remoções de populações vulneráveis cada vez mais violentadas capitaneadas pelo Estado (Tierno, 2022), crescimento demográfico das periferias e favelização, intensificação da violência expressada por massacres e chacinas marcantes contra setores sociais marginalizados – como o do Carandiru em 1992 – e taxas de homicídios recordes. Todos esses processos conflituivos, assentados em uma sociedade de matriz escravista, patrimonialista e autoritária forjaram um caldeirão extremamente explosivo no plano social do período (D’Andrea, 2013; 2022).

Nesta conjuntura, a produção cultural periférica foi um elemento fundamental na formulação de um novo significado para o conceito de periferia, tendo como o epicentro desse processo o movimento *hip-hop* (D’Andrea, 2022). Dessa forma,

o movimento artístico foi um dos que melhor catalisou as impossibilidades da política, passando a fazer política por meio da atividade artística, consolidando periferia como um modo compartilhado de estar no mundo, um posicionamento político e um discurso ressemantizador sobre o que venha a ser periferia. (D’Andrea, 2013, p.45)

Assim, a exclusividade do discurso acadêmico começou a perder espaço e preponderância para outras visões e vivências, quando “a periferia reivindicou a palavra periferia, começando um processo histórico de modificação de seus significados” (D’Andrea, 2020, p.21). Segundo Tiaraju, uma série de artistas e produtores culturais periféricos começaram a “falar a partir de dentro” e pautar publicamente como suas periferias deveriam ser narradas e abordadas, incorporando sentido mais crítico a partir das próprias narrativas, rompendo o cerco de invisibilidade e colocando seus produtos culturais, ideias sobre o mundo e modos de viver em cena. Assim, houve um deslocamento cognitivo e epistemológico do termo periferia a partir dos anos 1990, por meio da cultura periférica e seus coletivos juvenis, que passaram a se consolidar como campo discursivo de enunciação, ressemantização e reinvenção do discurso crítico sobre a cidade e a própria condição periférica. Ou seja, a ação sociopolítica desses

coletivos culturais, mudou a forma como se enxerga e se define periferia, ao mesmo tempo que combatem as violências que atravessam esses territórios (D'Andrea, 2013).

Para D'Andrea (2013; 2020), o grupo de rap Racionais MC's se constituiu na principal expressão dessa guinada periférica, condensando expectativas, sentimentos e os anseios difusos entra a população periférica. A partir da denúncia da violência e solidariedade do cotidiano, da narração da cidade enquanto caos, "os Racionais enunciavam em seus discursos uma ética regulatória e auxiliavam no aumento da autoestima da população periférica", sendo fundamentais na publicização da repressão policial, miséria, do genocídio em curso e racismo, incidindo na missão de pacificação e união desses territórios assolados pela violência (D'Andrea, 2020, p.22). Desse modo, enquanto o discurso hegemônico que tinha o planejamento urbano como seu instrumento legitimador, dissimulava a realidade e ocultava os conflitos e as verdadeiras causas do caos urbano, afirmar o conceito crítico (contra-hegemônico) de periferia era:

apresentar o conflito, quando o pensamento hegemônico só apresentava consenso. Era nomear a contradição. É por esse motivo que os ouvintes de rap justificavam suas escolhas musicais argumentando que o gênero falava a verdade e mostrava a realidade. Implícito a esse discurso, havia uma crítica a outros discursos, justamente aqueles que negavam a verdade e a realidade, atributos que, na construção periférica do conceito periferia, se expressavam no binômio pobreza e violência. (D'Andrea, 2020, p.24)

No entanto, ao mesmo tempo que o conceito trazia o binômio violência e pobreza, também o negava. Pra além da denúncia dos fenômenos sociais vividos, o processo de enunciação e ressemantização do conceito em curso, visava a superação de tais fenômenos. Portanto, esse alargamento de significados, superou a binaridade violência e pobreza, incluindo também cultura e potência no correr dos anos, se construindo pelo compartilhamento de costumes, modos de vida heterogêneos e condições sociais (D'Andrea, 2013; 2020).

Paralelamente à ascensão de ideias vindas das periferias com críticas à violência e negligência do Estado, houve um recrudescimento dos conflitos sociais. A política militar passa a participar ativamente das disputas na arena política visando reverter discursos críticos por meio de programas na mídia hegemônica (Cidade Alerta, Polícia 24 Horas), além de Filmes como Tropa de Elite (D'Andrea, 2022). Tal disputa colaborou para a ascensão do discurso do medo e necessidade de segurança, que se desdobrou no aprofundamento da criminalização das periferias e na militarização da gestão urbana dos conflitos nas décadas seguintes.

Nessa esteira, outros atores entram em cena e a indústria do entretenimento assume a preponderância do campo discursivo sobre o que seria periferia. Tiaraju aponta que entre 2002 e 2013, partindo do filme a Cidade de Deus, uma série de filmes, seriados, novelas e programas de televisão contribuíram para a captura, docilização e mercantilização do

conceito. A indústria e o mercado “usou e abusou de uma estética da pobreza” (D’Andrea, 2022, p.86). Cabe ressaltar que a partir desse período, os coletivos culturais e movimentos sociais periféricos por meio de sua produção artística, disputa política institucional e formulações na universidade, seguiram defendendo e ressemantizando o conceito nessa arena política. Seguiram reivindicando seu caráter crítico contra visões pasteurizadas, superficiais e docilizadas construídas externamente às periferias, na construção de uma “epistemologia e consciência periférica” que leva em conta sua multiplicidade de camadas históricas, culturais e sociais (D’Andrea, 2022).

Essa trajetória de disputas semânticas e políticas demonstra como a coalizão do mercado e da mídia ligados às classes dominantes junto ao aparato repressor da gestão do Estado, agem no esvaziamento do sentido crítico e afirmativo contido na condição de periferia e do ser periférico, utilizando o discurso de negação e docilização dos problemas e dramas vividos nesses territórios e do estigma da “guerra contra o crime”, como manobra de dominação ideológica para manutenção de hegemonia e poder.

Segundo Raúl Zibechi (2015), essa estigmatização também decorre da “miopia epistemológica” adotada pelas próprias ciências sociais, que reproduziram uma posição analítica de “mão única”, do centro para as periferias, embaralhando suas interpretações, que tendem a negar o protagonismo dos sujeitos periféricos na produção do espaço urbano, além de considerar e analisar esses territórios como um subproduto das relações hegemônicas, como “algo marginal, e, portanto, economicamente menos eficiente ou improdutivo (informal, ilegal, clandestino), socialmente perigoso (marginal ou, nas leituras assistencialistas, carentes)” (Zibechi, 2015, p.11).

Desse modo, a noção de urbanização resultante desta posição epistemológica esconde as relações de dominação e subordinação que relegam vastos setores urbanos a uma posição periférica. Esses territórios são analisados pelas dinâmicas das territorializações dominantes, que insistem em considerar os bairros de baixa renda como uma anomalia problemática, enquanto que as práticas de resistência aparecem ou nem aparecem, em segundo plano, e sequer são consideradas como potenciais emancipatórios (Zibechi, 2015).

Segundo o autor, esse olhar colonizador acaba homogeneizando e reduzindo a multiterritorialidade (Haesbaert, 2014) de relações vividas, nutrindo as propostas do planejamento e gestão hegemônicas, o que “gera um conflito permanente entre a imposição de uma violência redutora, simbólica, discursiva [...], física, destruidora da vida, vinda dos de cima, e a multiplicidade de propostas e caminhos vigentes entre os de baixo” (Zibechi, 2015, p.12). Segundo Vera Telles, neste campo em disputa movediço que se arma, estão em jogo:

as fronteiras do formal-informal, do legal-ilegal. E no centro desse conflito está o Estado com suas prerrogativas de poder; poder soberano de definir ou

suspender as regras que permitem ou interditam uns e outros de exercer suas atividades, colocando uns (e não outros) no universo da ordem e da lei, jogando outros tantos no limbo social e também jurídico, no terreno incerto entre a ilegalidade e o crime, sob suspeita e sujeitos ao controle e à repressão. (Telles, 2015, p.30)

1.4.2 NAS FRONTEIRAS DO LEGAL E ILEGAL: ENTRE CONFLITOS E JOGOS DE PODER

Nessa trama movediça, está a cidade dita “ilegal”, representada pelos assentamentos populares e periferias, imersa em um estado crescente de exceção e de “transitoriedade permanente”, composta por ambiguidades e indiferenciações entre o legítimo e ilegítimo, autorizado e não autorizado, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção, entre planejado e não planejado, dentro e fora do mercado, permanentemente cambiantes (Rolnik, 2015; 2019; Telles, 2010). Considerando essa ambiguidade seletiva entre legalidades, Maricato enfatiza:

não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois, constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos. (Maricato, 2002, p.147)

Assim, o modelo de gestão e planejamento urbano no Brasil, feito por e para setores restritos e privilegiados, com todo seu aparato legal “tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é “ilegal” e o que não é, assim como quais formas de “ilegalidade” poderão subsistir e quais devem desaparecer” (Rolnik, 2015, p.184). Esse planejamento, *locus* onde se definem as formas permitidas e proibidas de organizar o espaço, consagra como lei as morfologias dos produtos imobiliários e espaço das elites ofertados e legitimam uma política urbana discriminatória que define uma geografia de invisibilidade e exceção aos territórios populares e periferias, imersos em grande parte nos circuitos da economia informal.

Essa condição ambígua se constitui como elemento central da relação entre o planejamento urbano brasileiro e esses territórios, que permanecem sob constante ameaça de espoliação e despossessão legitimada pela construção de um estigma territorial – que transforma a população de baixa renda em criminosos violadores da “ordem urbanística” – aliado à hegemonia da propriedade individual sobre as demais formas de posse. Assim, considerando

a atual fase neoliberal rentista, as periferias urbanas “convertem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro” (Rolnik, 2015, p.161), capturadas no “momento certo”.

Essas zonas de indiferenciação ambíguas e conflitantes imersas nas periferias urbanas, são os mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de “transitoriedade permanente” constituída por meio de pressões e violências, ameaças constantes, mediações políticas e camadas de legalidades (Rolnik, 2015). Telles (2010) aponta que pra além de porosidades e fronteiras incertas entre o legal e ilegal, entre o direito e o não-direito, entre a norma e a exceção, trata-se, sobretudo, da suspensão e desativação total da lei, onde se anula a diferença entre a lei e sua transgressão, junto a formas cada vez mais territorializadas dos dispositivos de controle integradas a lógicas militarizadas da gestão dos conflitos e problemas urbanos.

Esses processos contam com um forte aparato de contenção e repressão de condutas e práticas sociais que oferecem “ameaça à ordem urbana” inscritas nesses territórios periféricos ditos “de risco” (Telles, 2015). No centro dessas disputas e conflitos está o Estado – com seu monopólio da violência –, que redefine seus modos de governar e legislar, empregando tanto a violência legal quanto a ilegal para a manutenção e controle das fronteiras de acesso à legitimidade social, como prática de repressão legítima, restringindo o acesso universal ao “direito a ter direitos” (Feltran, 2008). Se trata, portanto, de como o Estado legitima sua soberania pelo poder de suspender sua própria lei, o que Agamben (2007) chama de “Estado de exceção”.

Nessa esteira, Gabriel Feltran (2008) utiliza a noção de “fronteiras de tensão”⁷⁴ para compreender essas clivagens e relações que conectam as periferias às diversas instâncias do mundo social e dos debates públicos:

o descompasso entre a norma igualitária e a desigualdade social, o paradoxo entre os modos de vida popular e sua figuração pública, a contradição entre a lógica do direito e a repressão da polícia, a distância entre a pretensão normativa de pluralismo e os bloqueios seletivos no acesso à legitimidade pública (Feltran, 2008, p.25-26)

Feltran argumenta que as soluções militarizadas da gestão dos conflitos⁷⁵ acopladas ao estigma da violência contra o crime nas periferias – enraizado no debate público e no planejamento urbano –, são utilizadas para manutenção e legitimação oficial do ilegal e

⁷⁴ Segundo Feltran (2008, p.340), “a metáfora da fronteira interessa, analiticamente, por preservar ainda a noção de conflito, latente em condições de estabilidade da linha que a demarca, mas passível de se tornar violência caso ela seja passível de disputa efetiva”.

⁷⁵ Segundo D’Andrea (2022, p.175-176), aliada à gestão militarizada dos conflitos está a gestão da pobreza, que visa docilizar a população periférica apresentando possibilidades de consciência política e trabalhos precarizados com projetos assistencialistas cujos objetivos/discursos seriam o “combate à pobreza”, “inclusão social” e a “pacificação de territórios violentos”.

negação do direito à cidade, abrindo espaço para a naturalização da “violência legal” como repressão legítima e modo de resolução dos conflitos sociais. Feltran (2008, p.341) elenca três processos sociais que contribuem para a reprodução da demarcação dessas fronteiras e clivagens entre as periferias e o mundo público: 1) a “expansão do mundo do crime” nas periferias como marco de disputa de legitimidade na sociedade; 2) a “expansão da gestão do social” nas periferias como forma de regular o conflito político que ela expõe; 3) as distinções e correlações entre a violência social e política. Tais processos são os principais responsáveis pela restrição e controle da legitimidade social e negação do direito à cidade aos sujeitos e práticas periféricas.

Tais fronteiras ambíguas nas dobras do legal-ilegal abrem caminho para se compreender o jogo entre atores e campos multifacetados de conflitos e tensões cotidianas que compõem a luta e disputa pelo/no território periférico. Como aponta Vera Telles (2010, p.189), não se trata de se ater a essa binaridade como chave explicativa, mas de prospectar seus efeitos, o modo como os jogos de poder se configuram, a distribuição diferenciada dos controles, e em torno deles, os agenciamentos práticos e resistências que escapam aos dispositivos de poder.

Margens: não se trata de um fora do Estado e da lei, lugar de anomia, desordem, estado de natureza. São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares, práticas que produzem as figuras do *homo sacer* em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. No entanto, são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações, poderíamos dizer, ancoradas nas condições práticas da vida social. (Telles, 2010, p.29)

Assim, Vera Telles sugere que, é nesse embate entre atritos e conflitos com a lei e o poder, que precisamos identificar as transversalidades e ressonâncias presentes nas diversas territorialidades urbanas que compõem e operam a condição de “margem” destes territórios.

1.5 DESPONTAM AS INSURGÊNCIAS URBANAS: OUTROS CAMINHOS E MUNDOS POSSÍVEIS

Como reação aos efeitos perversos do cenário global da persistente crise urbana, inflexão antidemocrática, ecocídio necropolítico (Mbembe, 2016) e consolidação do neoliberalismo na sua forma “austeritária” (Dardot; Laval, 2019), estamos diante de uma “guerra dos/pelos lugares” (Rolnik, 2015) junto a uma conjunção mundial de lutas e mobilizações, onde despontam e emergem uma enorme variedade de rebeliões, levantes, resistências e ocupações, em resposta aos efeitos predatórios do neoliberalismo, que colocam em xeque modos de vida coletivos e ancestrais.

Está em curso uma “guerra contra os povos” (Zibechi, 2022), que se traduz no extrativismo colonial, que se apropria dos bens comuns excluindo e aniquilando as classes populares e povos originários que se constituem como obstáculos para esse modo de acumulação. Assim, na mesma medida em que “avançam a espoliação e a extrema-direita, os povos intensificam sua inflexão autônoma – simplesmente porque eles não têm outro caminho para se defender e continuar a ser povos” (Zibechi, 2022, p.18).

É neste cenário de guerra que a partir da virada da última década instaurada sob a sombra da crise financeira de 2008 – colocada como um divisor de águas para as classes populares –, que vem explodindo um novo ciclo de insurgências alternativas e antissistêmicas que demarcam o protagonismo dos movimentos feministas, antipatriarcais e antirracistas; das resistências anticoloniais como as dos povos indígenas, tradicionais e periféricos pela permanência e preservação de seus territórios e identidades contra o colonialismo extrativista; estudantis e ambientalistas; entre outros (Gohn, 2014, 2016; Zibechi, 2020). Estas lutas têm construído e apontado caminhos de superação das ruínas do sistema-mundo e alimentado esperanças de outros mundos possíveis, com formas experimentais de efetivar a democracia e de reimaginar o político, reivindicando o “comum” como princípio de luta (Dardot; Laval, 2017; Holston, 2016), herdando repertórios e ancestralidades de suas lutas passadas e compartilhando saberes e experiências entre si. Nesse sentido, Zibechi aponta três fontes de aprendizagem dos movimentos antissistêmicos:

a história das resistências, a reflexão sobre as lutas que protagonizam em cada período histórico e as experiências de outros movimentos em outras partes do mundo. Em síntese: o passado, o presente e as experiências dos outros de baixo. Assim sempre tem sido a história dos movimentos. (Zibechi, 2014, p. 165).

Eles também reivindicam fundamentalmente o direito à cidade (Lefebvre, 1968), que vai além de reivindicar um acesso individual ou coletivo a recursos, mas “um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p.28). Harvey introduz esse conceito como poder e resistência coletiva capaz de configurar e subverter os processos hegemônicos de urbanização, e aponta que “o direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (Harvey, 2009, p.269).

As insurgências travadas no Norte global, como os “movimentos das praças” e dos Indignados que despontaram na Grécia, Espanha, Portugal e o movimento *Occupy Wall Street* (2011) nos Estados Unidos contra a desigualdade econômica e social sob o lema “somos 99%”⁷⁶; e as “primaveras” dos povos no Oriente Médio contra regimes autoritários, ocorridos na Tunísia,

⁷⁶ O lema refere-se à crescente desigualdade de renda nos Estados Unidos, na qual os 1% mais ricos e corruptos dominam e exploram os 99% restantes da população.

Egito, Turquia etc., são citados constantemente pelas ciências sociais no Brasil para compreender o ciclo de movimentos global que despontou a partir da última década. Embora os efeitos destas rebeliões tenham se espalhado e reverberado nos países do Sul Global – que também funcionaram como fonte de inspiração e aprendizagem (Zibechi, 2014) –, esta postura analítica é limitada e homogeneizadora, e revela uma “miopia epistemológica” (Zibechi, 2015) que invisibiliza as lutas latino-americanas, fruto de visões coloniais que vêm “de fora”, como também de uma enorme lacuna⁷⁷ editorial de obras traduzidas de autores latino-americanos que não apenas falam sobre, mas lutam e pensam com os pés na terra as resistências do nosso continente.

O genocídio de povos originários, quilombolas, camponeses, favelados como forma de dominação colonial tendo a violência como norma é a genealogia que diferencia a história da América Latina da europeia (Zibechi, 2022). Neste contexto, as lutas e movimentos dos povos latino-americanos incorporaram as opressões mais expressivas derivadas do extrativismo predatório colonialista, dos feminicídios, da violência e racismo estrutural forjando múltiplas territorialidades e identidades próprias, como afirma Zibechi:

[...] na América Latina, existem muitos movimentos sociais, mas, junto a eles, sobrepostos, entrelaçados e combinados de formas complexas, temos sociedades outras que se movem não só para reivindicar ou fazer valer seus direitos perante ao Estado, mas que constroem realidades distintas das hegemônicas (ancoradas em relações sociais heterogêneas frente à homogeneidade sistêmica), que abrangem todos os aspectos da vida, desde a sobrevivência à educação e à saúde. Isto tem sido possível porque os povos organizados recuperaram terras e espaços e neles se territorializaram, o que é uma das principais diferenças em relação ao que acontece em outras partes do mundo, particularmente no Norte. (Zibechi, 2020, p.27)

1.5.1 AS MÚLTIPLAS INSURGÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

Os movimentos latino-americanos⁷⁸ tiveram papel central na década de 1990 e começo dos anos 2000 – momento que alcançaram seu pico mais alto –, quando modificaram o equilíbrio de poder⁷⁹ no continente, instaurando uma onda progressista contra-hegemônica de governos inspirados pelas lutas dos movimentos populares, que colocou os governos conservadores

⁷⁷ Na apresentação do Livro “Territórios em Rebelia” (Zibechi, 2022), Moraes, Keese e Hotimsky, apontam essa lacuna editorial no Brasil, para a qual esta obra visa contribuir, composta de artigos jornalísticos, prefácios e capítulos de livro escritos por Raúl Zibechi nas últimas décadas.

⁷⁸ Segundo a cartografia das lutas descrita por Zibechi (2020, p.43), em 1999 o Março Paraguai derrubou o governo Raúl Cubas mostrando a potência dos movimentos camponeses. Em 2000, a Marcha dos *Quatro Suyos*, em Lima, pôs fim ao regime de Alberto Fujimori. Em 1997 uma enorme marcha Nacional Pela Reforma Agrária do MST no Brasil contra os massacres e violência ocorridos no campo. Em 2001, o movimento piqueteiro na Argentina derruba o governo Fernando de la Rúa. Os movimentos populares venezuelanos revertem o golpe de Estado contra Hugo Chávez em 2002. Indígenas equatorianos protagonizaram intensos levantes e insurreições que derrubaram o governo de Jamil Mahuad em 2002. A lutas feministas também avançam nesse período, como a Marcha das Margaridas, realizada desde o ano 2000 no Brasil.

⁷⁹ Segundo Zibechi (2022), entre o Caracazo de 1989 e a segunda guerra do gás em 2005 (na Venezuela e na Bolívia), os setores populares derrubaram mais de dez governos conservadores na América do Sul.

neoliberais na defensiva, mas que durou até 2005, quando se fechou o ciclo de lutas com a “segunda guerra do gás na Bolívia” e o início do governo de Evo Morales (Zibechi, 2020).

A partir de 2005 houve uma reconfiguração do mapa das resistências, onde surgem novos atores, enquanto outros se renovam, se dispersam e deixam de impactar a agenda política, num cenário de consolidação do neoliberalismo extrativista, que implica na “recolonização de territórios e povos” (Zibechi, 2020). O quadro 2 a seguir mostra as principais resistências latino-americanas cartografadas por Raúl Zibechi após 2005:

Quadro 2: Resistências latino-americanas ocorridas após 2005.

Acontecimento	País	Ano	Características
EZLN Sexta e La outra	México	2005	Sexta declaração da Selva Lacandona
Comuna de Oaxaca	México	2006	Indígena, popular urbano e mulheres
Mutirão pela vida	Colômbia	2008	Indígena, negra e popular
Baguazo	Peru	2009	Levantamento indígena amazônico
Gasolinaço	Bolívia	2010	Semilevantamento popular
Parque Indoamericano	Argentina	2010	Setores populares urbanos por moradia
Greves Mapuche	Chile	2010	Greve de fome pela liberdade de presos
Luta pela educação	Chile	2011	Secundaristas e setores populares
Marcha Tipnis	Bolívia	2011	Indígenas com apoio urbano
Cherán	México	2011	Indígenas urbanos contra máfias
Resistência Conga	Peru	2012	Estado de Sítio por uma mina em Cajamarca
Jornadas de Junho	Brasil	2013	20 milhões nas ruas de 353 cidades
Paralisação agrária	Colômbia	2013	Camponeses, caminhoneiros, estudantes
Acamp. Malvinas	Argentina	2013	Acampamento e luta contra a Monsanto
Ayotzinapa	México	2014	Amplio movimento pela vida
Nenhuma a Menos	Argentina	2015	300 mil em Buenos Aires, Chile e Uruguai

Fonte: Zibechi (2020, p.66).

A partir disso, Zibechi (2022, p.45-55) sistematiza algumas peculiaridades dos movimentos antissistêmicos latino-americanos insurgentes em relação aos do “Primeiro Mundo” (mais especificamente do Norte), agrupadas em três grandes eixos: 1) as correntes políticas em que os movimentos se inspiram; 2) suas principais características; 3) e as tradições que influenciam sua conformação.

Em relação ao primeiro eixo, Zibechi descreve quatro grandes correntes políticas de resistência nascidas na América Latina, que conformam e configuram a estrutura ideológica e cultural de seus movimentos:

comunidades eclesiais de base, ligadas à teologia da libertação; a insurgência indígena, portadora de uma cosmovisão diferente da ocidental; e

o guevarismo, inspirador da militância revolucionária. Essas correntes de pensamento e ação convergem, dando origem a uma enriquecedora "miscigenação", que é uma das características distintivas dos movimentos latino-americanos. (Zibechi, 2020, p.101)

A teologia da libertação, como corrente de pensamento e ação comprometida com as classes populares ligada à práxis das comunidades eclesiais de base, forneceu um olhar crítico sobre a realidade de exploração e opressão vivida pelos povos, contribuindo para superar ideologias coloniais hegemônicas, inspirando diversos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, indígenas e periféricos. Para Zibechi (2022), esse processo fomentou a organização popular e o compromisso coletivo das comunidades nos territórios.

Já as cosmovisões indígenas latino-americanas se contrapõem às ocidentais, por incorporarem uma pluralidade de relações distintas entre o meio ambiente e os povos, subjetividades e formas de vida ancestrais, que oferecem alternativas anticapitalistas amplas frente à crise climática e ambiental em curso e constituem um aparato singular que aponta caminhos de superação das desigualdades no continente (Zibechi, 2022).

A educação popular construída pela pedagogia Freiriana tem desempenhado papel central na resistência e está presente em todos os movimentos populares desde a década de 1980. Se enraizou por meio de formas criativas, integrais e descolonizadoras de (auto)educação popular e autoformação criadas pelos movimentos, incorporando a diversidade social e cultural, teorizando suas dinâmicas e estratégias de ação, além de preservar suas histórias, modos de vida e identidades próprias. Assim, constroem formas alternativas de entender o mundo e de transmitir saberes, afim de formar sujeitas e sujeitos coletivos e revolucionários que fortaleçam as lutas em suas dimensões emancipatórias (Zibechi, 2020). Esse compromisso e potência ética e militante das classes populares, conformam o guevarismo latino-americano como uma das correntes dos movimentos, seguindo a tradição revolucionária de Che Guevara (Zibechi, 2022).

Quanto ao eixo dois, os movimentos apresentam diversas características comuns que os diferenciam dos existentes no Norte Global. Segundo Zibechi (2022), boa parte delas derivam das novas territorialidades criadas, conduzidas no enraizamento em territórios físicos recuperados ou conquistados por meio de prolongadas e violentas lutas, se constituindo como o traço diferencial mais importante. Este enraizamento territorial "se produz depois da tomada/ocupação da terra, de forma organizada e às vezes de modo capilar por uma somatória de ocupações familiares", que passa a ser propriedade coletiva das comunidades em luta (Zibechi, 2020, p.47). Esta é a trajetória percorrida por trabalhadores sem-terra na agricultura familiar; indígenas na reconstrução de seus territórios ancestrais tomados pelo extrativismo; pela tomada e ocupação de imóveis por populações nas periferias e centros

urbanos; os quais, criam “micropoderes territoriais” que convertem seus territórios em espaços de ação política que asseguram a sobrevivência material e simbólica cotidiana (Zibechi, 2022).

Segundo Zibechi, as outras características consistem na busca pela autonomia política e material dos movimentos frente ao Estado⁸⁰ e aos partidos políticos, que se configura como prática imprescindível para a sobrevivência e defesa da terra/território, na qual os movimentos passaram a construir “territórios-refúgio” e formas de autodefesa comunitária de poder popular que resistem e criam outros mundos e relações alternativas (Zibechi, 2022); na tomada da educação e formação popular a partir de seus próprios integrantes, criando um processo de pertencimento, empoderamento e afirmação de suas identidades; no protagonismo das mulheres e das famílias que forjam o caráter de movimentos construídos a partir de formas de organização que “tendem a reproduzir a vida cotidiana, familiar e comunitária, configurando-se muitas vezes em redes de auto-organização territorial” (Zibechi, 2020, p.50).

Quanto ao terceiro eixo, Zibechi (2022, p.53) aponta que as tradições que influenciam os movimentos latino-americanos são plurais, múltiplas e não unificadas, e enriquecem a historicidade das lutas e revoluções globais, além das formas de fazer de lutas anteriores, e são inscritas nas tradições revolucionárias indígenas e populares, configuradas num conjunto de referenciais éticos e simbólicos traduzidos em seus modos de vida e costumes rebeldes e contestadores. Estas tradições se aglutinam na luta essencialmente anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal, baseadas em relações sociais heterogêneas postas em ação que se deslocam/deslizam do lugar anterior para sobreviver e reproduzir a vida (Zibechi, 2020, p.82). Assim, estas insurgências assumem o compromisso de criar e nutrir outros mundos possíveis, como afirma Zibechi:

As mudanças são produzidas pelos movimentos antissistêmicos, não porque modifiquem somente a relação de forças na sociedade – e eles modificam de fato –, mas porque neles nascem/crescem/germinam formas de laço social que são a argamassa do mundo novo. Não mais “o” mundo novo, mas embriões dele. (Zibechi, 2022, p.55)

1.5.1.1 TECENDO REDES DE SOLIDARIEDADE NA PANDEMIA

Diante do cenário de pandemia do covid-19 junto à ofensiva antidemocrática e conservadora dos últimos anos, de inflexão de conflitos territoriais e resistências no campo e na cidade; perseguição e criminalização dos movimentos sociais; de uma política de morte e genocídio de povos negros, periféricos e originários; de desmonte de políticas sociais e marcos

⁸⁰ É importante ressaltar que não se trata de ignorar a importância das articulações e incidências dos movimentos junto ao Estado, mas de enfatizar a relevância das práticas autônomas como processo coletivo de luta que assegura a sobrevivência dos povos e de suas identidades, frente à crise sistêmica de espoliação e captura dos bens comuns.

regulatórios; fechamento e ataque massivo aos espaços de participação social; de inflexão ultraneoliberal extrativista com a mercantilização e transformação da terra em ativo financeiro; aumento vertiginoso da fome e da pobreza; as organizações e territórios populares tiveram que modificar e reorientar suas formas de ação. Zibechi (2020) sistematiza algumas dessas mudanças em quatro pontos que se entrelaçam: 1) “uma virada para dentro” baseada no fortalecimento das relações comunitárias; 2) aprofundamento e/ou a busca da autonomia alimentar; 3) intensificação dos vínculos entre os de baixo, rural-urbanos, como abertura à autonomia; 4) e potencialização dos valores de uso e de formas alternativas de produção ancoradas em práticas solidárias.

Segundo Zibechi, esta “virada para dentro” se traduz na ampliação da coletivização dos espaços públicos e fortalecimento das relações comunitárias, nas suas dimensões materiais e simbólicas, baseadas em uma maior autonomia alimentar; no fortalecimento das autoridades e integrantes internos ancorados em práticas de assembleias e tomadas de decisão; potencialização das práticas e redes de solidariedade baseadas na reprodução da vida, como o autocuidado e a construção do afeto.

Articulado a essas práticas, observa-se o aprofundamento e busca da autonomia alimentar como prática coletiva de sobrevivência no enfrentamento ao aumento da fome e das desigualdades, principalmente nas periferias urbanas. Durante a pandemia, houve uma ampliação e multiplicação de hortas orgânicas coletivas e autogeridas – que já era uma prática de subsistência comum nos territórios populares – e proliferação de cozinhas comunitárias e solidárias construídas em territórios periféricos, que no Brasil, foram uma ação criada pelo MTST durante pandemia. Hoje, o movimento já soma mais de 32 cozinhas espalhadas em 11 estados e no Distrito Federal que já serviram mais de 1,3 milhões de marmitas. Mas além do combate à fome, funcionam como espaços de vivência, cultivo de hortas comunitárias, e “têm um papel importante de acolhimento, de formação, trazem rodas de conversa, atendimento jurídico, psicológico, saraus, cursos de alfabetização para adultos e EJA”⁸¹ para a comunidade, além de promoverem geração de renda.

Essa condição dos territórios populares e periferias como espaços de produção e reprodução da vida nas suas várias dimensões, têm reforçado e fortalecido os vínculos e laços entre territorialidades rurais e urbanas e suas formas coletivas de saberes, cooperativas e solidárias. Em meio à crise social, climática e sanitária, diversos coletivos, movimentos e ocupações, têm construído circuitos alternativos – e contra-hegemônicos – de produção alimentar, cultural e de economia popular ancoradas nas redes de solidariedade e apoio mútuo em suas comunidades.

⁸¹ Financiamento coletivo das cozinhas solidárias: <https://apoia.se/cozinhasolidaria>

Tais laços socioculturais e ambientais derivados do enraizamento e enunciação de territorialidades emergentes, têm engendrado rupturas epistemológicas que enunciam um momento de reconfiguração da cartografia das relações de poder e de “reinvenção do território” (Porto-Gonçalves, 2006) a partir das lutas e movimentos latino-americanos, que forjam/criam outros mundos e incorporam múltiplas identidades próprias, subvertendo as geografias coloniais e hegemônicas.

1.5.1.2 A REINVENÇÃO DO TERRITÓRIO: TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS INSURGENTES

A explosão de insurgências latino-americanas, com suas múltiplas formas de se apropriar da terra por meio de culturas distintas forjadas em múltiplas relações socioculturais emancipatórias e novas conflitividades – expressas no componente étnico-racial de nossa formação social –, têm enunciado um momento de inflexão teórica e política, na qual “novos sujeitos se insinuam instituindo novas territorialidades” (Porto-Gonçalves, 2001, p.208). Esta inflexão implica na luta por uma nova, e sobretudo, diferente distribuição do poder, que emana no seio das lutas e resistências subalternas. Isso pressupõe deslocar a análise dos movimentos, focando em suas relações sociais e múltiplas territorialidades emancipatórias, superando interpretações limitadas às territorialidades dominantes e à “perda de controle” sobre o espaço ou à precarização social dos grupos subalternos (Zibechi, 2015; Haesbaert, 2018). Nesse sentido, Zibechi afirma que:

[...] não podemos nos limitar a observar os modos de dominação, pois isso seria como nos dizer que não há saída, que as muralhas que cercam o campo de contenção onde nos prenderam são inexpugnáveis. As análises são úteis na medida em que mostram as fissuras, as formas de derrubar as paredes que nos aprisionam. Mostrar as resistências é central, se pretendemos percorrer os caminhos da emancipação. (Zibechi, 2020, p.40)

Essa outra cartografia coloca em xeque modos de pensar eurocêntricos-coloniais, retomando, e sobretudo, recuperando o conceito de território a partir de uma perspectiva “periférica” ou latino-americana⁸² (Haesbaert, 2014; 2018; 2020a; 2020b; Porto-Gonçalves, 2006) ancorada numa concepção integradora/contra-hegemônica⁸³ em contraponto à concepção universalizante e funcional/tecnicista de território estatal. Essa “reinvenção do território” (Porto-Gonçalves, 2006), busca um diálogo mais próximo com os movimentos e lutas sociais

⁸² As condições e heranças histórico-geográficas da América Latina levaram à emergência e à centralidade do “território”, construído no bojo de uma realidade profundamente marcada por movimentos populares com forte compromisso “territorial” (Haesbaert, 2018).

⁸³ Haesbaert (2014) define dois grandes “paradigmas” territoriais: o hegemônico, capitaneado pelas grandes empresas (com frequente apoio do Estado) que vê o território como recurso funcional e substrato de exploração e o contra-hegemônico liderado pelos grupos subalternos que veem o território como espaço vivido pelas múltiplas relações socioculturais enunciadas.

e suas múltiplas territorialidades, como também as relações de poder que as conformam, sobretudo, as de caráter simbólico/cultural.

Segundo Haesbaert (2018; 2020a; 2020b), enquanto nas geografias anglo-saxônicas o território ainda adquire forte conotação estatal e/ou técnica das ações de grupos hegemônicos, na América Latina ele se expande para um “modo/espaço de vida” que parte da esfera do vivido e incorpora as práticas e identidades dos diversos grupos sociais, compreendendo um expressivo valor simbólico em diversas escalas, que marca a multiplicidade das condições histórico-geográficas latino-americanas. Isso se deve à força do território como categoria da prática⁸⁴ de um espaço integralmente vivido e como ferramenta de luta/resistência, mobilização e transformação social, principalmente por parte de grupos subalternos e movimentos sociais.

Nesse sentido, Haesbaert (1997, p.42) define território⁸⁵ como um *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação que incorpora “ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica/cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais”. Assim, ele “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p.95-96).

Dessa forma, Haesbaert (2018) enfatiza o caráter múltiplo do território – e das territorializações – e a importância de transitarmos na imbricação de seu uso analítico, prático e normativo para o diálogo com outras formas de concebê-lo e vivenciá-lo. Assim, “não se pode limitar à concepção de poder hegemônico (ou político-estatal), que durante tanto tempo foi o alicerce das conceituações sobre território (Haesbaert, 2018, p.284). É preciso ampliá-la a ponto de incluir as resistências e o poder simbólico subalternos, incorporando e acionando suas culturas e identidades, de modo a reconhecer as múltiplas territorialidades presentes nestes espaços de vida (Haesbaert, 2018; 2020a). Por isso, “mais que a idealização de qualquer territorialidade, é preciso verificar as relações que as conformam” (Porto-Gonçalves, 2006, p.179).

Assim, o território deve ser trabalhado na sua “tensão de territorialidades” ancorada na multiplicidade de suas manifestações e poderes, incorporados através de múltiplos sujeitos envolvidos⁸⁶, que se constituem duplamente entre a lógica hegemônica e as lógicas e/ou saberes subalternos de “r-existência”⁸⁷ (Porto-Gonçalves, 2006; Haesbaert, 2014). Essa

⁸⁴ Segundo Haesbaert (2018) o território pode ser tratado a partir de três modalidades: categoria da prática, categoria normativa e categoria de análise.

⁸⁵ Utilizando Lefebvre (1986) e o “território usado” de Milton Santos (1999).

⁸⁶ A grande empresa, Estado, instituições, grupos étnico-culturais, de gênero etc.

⁸⁷ Para Porto-Gonçalves (2006, p.165), “dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde de que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim,

existência efetiva de múltiplos territórios e territorialidades em diferentes dimensões e escalas, gestado por grupos que se territorializam em territórios-rede multifuncionais, multigestionários e multi-identitários definem uma multiterritorialidade (Haesbaert, 2014), que se constitui como o traço diferencial mais importante dos movimentos e comunidades latino-americanas em relação aos do Norte.

Esta multiterritorialidade se ancora no “corpo-território”, como categoria emanada principalmente do seio dos movimentos feministas e indígenas das últimas décadas, que colocam no centro o comunitário como forma de vida, ressaltando a escala mais íntima do corpo como “primeiro território de luta” que se desdobra em territórios de vida e de cuidados, moldados pelos afetos e espaços de vivência cotidiana (Haesbaert, 2020a).

Nessa escalada de territorialidades insurgentes, observa-se três movimentos em ascensão: o das mulheres, povos originários e negros. Está em curso uma guinada do movimento feminista, que vem assumindo protagonismo das lutas, em todos espaços da vida coletiva, emergido e enraizado principalmente dos/nos setores populares e periferias, nas favelas e quilombos, onde começam a formar uma nova geração de jovens (Zibechi, 2020; Gohn, 2020b). Zibechi aponta que na última década registra-se uma ampla trajetória de luta do feminismo que se coloca como o “movimento mais importante” e “o que mais avançou” (Gohn, 2020a). Ele se diversifica – atravessando todas as pautas da luta popular – e se pluraliza em feminismos comunitários, negros, indígenas, populares e autônomos, bem como feminismos anticoloniais, ecofeminismos, entre outros, conduzidos por jovens periféricas e de setores populares, o que torna o feminismo atual “potencialmente mais subversivo, mais combativo e antissistêmico” (Zibechi, 2020, p.60).

O feminismo popular tem construído uma “política comunitária própria, ancorada nos trabalhos coletivos e na defesa dos bens comuns” (Zibechi, 2020, p.59). As famílias que giram em torno as mulheres, estão nos centros dos movimentos, que vêm assumindo formas de organização comunitária antipatriarcais, ancoradas no tripé comunidade-reprodução-mulheres, que enfatiza a importância do trabalho coletivo na reprodução da vida cotidiana nas suas diversas dimensões e relações sociais (Zibechi, 2020).

Zibechi ainda destaca o protagonismo e afirmação dos povos negros insurgentes que acumulam as lutas das décadas anteriores, mas assumem um forte ativismo na última década, sobretudo no Brasil, onde um novo movimento negro começa a ser moldado, a partir do começo dos anos 2000, de caráter mais jovem e feminino, mais autônomo e combativo (Zibechi, 2020, p.73).

sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas”.

1.5.2 OCUPAR, RESISTIR E CONSTRUIR: INFLEXÃO DE LUTAS POPULARES NO BRASIL

Tal insurgência vem à tona nas Jornadas de Junho de 2013, que se constituem como marco de inflexão⁸⁸ das lutas populares no Brasil, quando explode massivamente um tsunami de coletivos periféricos e populares com novas formas de ação e organização transformadoras, ancoradas nas culturas juvenis, como o hip hop, gestadas pela nova cultura política de lutas construída no país durante a primeira década do século XXI (Zibechi, 2013; 2020; Gohn, 2020a). Esta inflexão, provocou uma “abertura societária” de indignações difusas com “classes e ideologias cruzadas” (Colosso, 2019), gerando ao mesmo tempo, uma ofensiva conservadora – consolidada no golpe de 2016 –, como também de um ativismo renovado e pulsante nas periferias e quilombos urbanos, onde coletivos culturais juvenis combinam denúncia, ação política, arte e música (D’Andrea, 2013) a partir de “territórios-de-resistência-rede” (Bartholl, 2015).

Figura 7: Protestos das Jornadas de Junho de 2013.



Fonte: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil, 2013.

Junho de 2013 representa um processo de reconfiguração do ativismo social e de seus modos de ação e mobilização, marcado pela busca de repertórios autonomistas com a rejeição da política representativa e na evidenciação e protagonismo de coletivos juvenis que passaram a ocupar ostensivamente espaços urbanos, dando mais visibilidade a corpos dissidentes – como corpos negros, mulheres periféricas, nativos, LGBTQIAP+. Junto ao uso massivo de

⁸⁸ Gohn (2020a) sistematiza cinco ciclos histórico-políticos distintos no Brasil: :1º na década de 1970; 2º transição democrática dos anos de 1980; 3º pós Constituição de 1988; 4º década de 2000; e 5º pós junho de 2013 (inflexão das lutas no país).

mídias sociais traduzido no ciberativismo, fizeram emergir novas esferas públicas de participação e de sociabilidade com uma enorme diversidade, multiplicidade de formas, temáticas, pautas e demandas (Gohn, 2019; Faria, 2020). Para além da ampliação de direitos e recursos existentes, essas resistências vêm desafiando e contestando o Estado visando proteger e reivindicar a legitimidade e implementação⁸⁹ dos seus direitos, práticas e modos de vida alternativos desenvolvidos a partir de suas lutas cotidianas vividas e construídas coletivamente nos territórios (Holston, 2016).

Esta rejeição da política representativa – que passa por um processo de criminalização e descrença – denuncia a sub-representação nas instituições, partidos e movimentos sociais, assim como a hierarquia de gênero, racial e classista das organizações internas e ações coletivas. Assim, a interseccionalidade e a decolonialidade são fortemente mobilizadas por coletivos feministas, queer, negros, culturais periféricos, LGBTQIAP+, estudantis, etc., e se constituem como potência emancipatória para radicalizar a democracia e lutar contra as opressões (Faria, 2020).

A explosão emergente da ocupação ostensiva de espaços urbanos com amplas mobilizações e manifestações territorializadas como as Jornadas de 2013, convive com outras formas de protesto e resistência negra e popular: marchas do campo para as cidades, bloqueios de estradas, levantes, insurreições, recuperação de terras, e sobretudo, a ocupação simbólica ou permanente de espaços ou prédios públicos, ancorada na defesa ou afirmação do território e cultura dos povos, que muitas vezes enfrentam sucessivos conflitos extrativistas e despejos (Zibechi, 2020). Segundo Zibechi, “trata-se de transformar a terra em território ou reterritorializar-se como um povo” (Zibechi, 2020, p.35).

As ocupações promovidas por movimentos sociais e coletivos culturais criam territórios próprios e trazem novos componentes nessa insurgência: uma geografia simbólica com novas subjetividades e a dimensão do confronto, acionando conflitos de ordem política, econômica e cultural, dando visibilidade pública a demandas, fissuras e lacunas centrais e estruturais do planejamento hegemônico e da democracia brasileira (Trindade, 2014; 2017). Libertam o território das amarras e tramas político-burocráticas, liberando suas forças de transgressão, para dar vida a diversos modos de fazer e existir, geralmente cerceados e invisibilizados na cidade, além de prefigurarem alternativas possíveis de organização coletiva e agenciamentos espaciais. Esta é uma marca dos atuais movimentos: trata-se não apenas de uma tática de empoderamento para reivindicações ao Estado, mas também de processos coletivos de construção de contraespaços (Rolnik, 2019). Assim, “transformam-se em territórios em resistência, que, em alguns casos, caminham rumo a territórios de emancipação, onde as

⁸⁹ Segundo Trindade (2014), este ponto explica porque os movimentos sociais investiram numerosas fichas nos espaços de participação institucional.

mulheres e os jovens têm um papel destacado na configuração do que é novo” (Zibechi, 2022, p.230).

Ao ocupar terras e imóveis ociosos, os movimentos contribuem para acirrar o debate entre diferentes atores e representam um ataque simbólico ao direito irrestrito de propriedade das classes dominantes, expondo o centro do conflito social: o “nó da terra” (Maricato, 2002) forjado na propriedade privada e na concentração fundiária; conseguem escancarar conflitos e processos que seriam ocultados ou escamoteados no âmbito da institucionalidade. Segundo Trindade, a natureza conflitiva e disruptiva das ocupações pelos movimentos, tem contribuído para a construção de estratégias discursivas contra-hegemônicas na luta pela terra/território:

os movimentos sociais de sem-terra e sem-teto estão desenvolvendo, recentemente, uma estratégia discursiva que reivindica explicitamente o direito e a legalidade, buscando estabelecer um contraponto com a perspectiva da criminalização de sua luta estabelecida pelo discurso hegemônico, sobretudo através dos grandes meios de comunicação⁹⁰. Nos parece que estes movimentos sociais estão tentando realizar uma espécie de “inversão semântica” no discurso hegemônico. (Trindade, 2014, p.197)

Para Trindade (2014, p.200-201), a principal função dos movimentos hoje “tem sido a de romper o silêncio e explicitar os conflitos”, pois são eles que “tencionam [sic] a opinião pública e escancaram os problemas estruturais da nossa sociedade”. Um exemplo disso é a Ocupação Povo Sem Medo⁹¹, composta por 30 mil pessoas (8 mil famílias) organizadas em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)⁹², que ocuparam o terreno de propriedade da empresa MZM Construtora – que estava parado há 40 anos, acumulando uma dívida de 500 mil reais – de setembro de 2017 a março de 2018, na zona urbana de São Bernardo do Campo/SP, uma das maiores da América Latina. Depois de intensa luta e mobilização, com marchas e paralisações em Avenidas⁹³, as famílias conquistaram a cessão de quatro terrenos na região do ABC Paulista para a construção de moradia populares.

⁹⁰ Nos últimos anos tem emergido um forte movimento de comunicação e mídias alternativas voltado às lutas e movimentos populares. Ele tem oxigenado e ampliado o alcance das pautas populares, sufocadas e cerceadas pelas mídias hegemônicas – que também são financiadas pelos grandes *lobbys* de oposição, como o do agronegócio.

⁹¹ Documentário do Mídia Ninja que acompanhou toda a trajetória da Ocupação: <https://youtu.be/CDv4luISKw0>

⁹² Em 25 anos de luta, o MTST mobilizou mais de 150 mil famílias em ocupações, comunidades e núcleos territoriais, e organizaram mais de 58 mil famílias na luta por moradia, das quais 25 mil conquistaram o sonho da casa própria.

⁹³ Paralisação da Avenida Faria Lima pela Ocupação Povo Sem Medo: <https://mtst.org/mtst/dia-de-luta-em-sao-bernardo-do-campo/>

Figura 8: Ocupação Povo sem Medo em São Bernardo do Campo/SP – MTST.



Fonte: Ricardo Stuckert, 2017.

Desde 2011, o movimento feminista Olga Benário⁹⁴, tem realizado ocupações de mulheres em vários estados do Brasil, como “uma forma de pressionar o poder público a criar mais locais de atendimento para as mulheres que sofrem violência e a fazer uso dos espaços abandonados nos centros urbanos”⁹⁵. Ou seja, busca “pressionar o Estado a criar mecanismos e políticas⁹⁶ para o enfrentamento à violência e, em última instância, assumir parte desses mecanismos” (Cegatti, 2019, p.92). Já são treze ocupações espalhadas em variados estados, que para além de contestar a legalidade da propriedade, funcionam, sobretudo, como casas de acolhimento que atendem mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, prestando apoio jurídico e psicossocial humanizado e individualizado por meio de profissionais voluntárias organizadas.

As casas também promovem diversas capacitações e geração de renda para as mulheres, servem de espaço para reuniões e assembleias de organização da luta, além da realização de formações políticas, cine debates, eventos culturais e rodas de conversa. Assim, estes territórios funcionam como uma rede de acolhimento, fortalecimento e empoderamento a partir da construção do afeto e autocuidado entre mulheres, abrangendo pautas e lutas transversais como moradia, cultura, soberania alimentar, geração de renda, entre outras.

⁹⁴ O Olga Benário está presente em mais de 20 estados do Brasil e se conecta a outras organizações latino-americanas, como as suas correspondentes na Argentina, no Uruguai, na Colômbia e na Costa Rica (Cegatti, 2019).

⁹⁵ Ver notícia: “Pela primeira vez me senti acolhida”: as ocupações que acolhem vítimas de violência doméstica e correm risco de despejo”: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61487111>

⁹⁶ Bolsonaro cortou 94% do orçamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Apesar do apoio e reconhecimento de diversas entidades e movimentos, do papel que desempenham para a comunidade, da função social cumprida na qualificação do território com mutirões e usos diversos, várias de suas ocupações têm sido alvo de despejos sucessivos ou estão em risco iminente. Tais conflitos expõem a condição de transitoriedade permanente destes territórios em resistência (Rolnik, 2015; Zibechi, 2022), e revelam como a dita “violação” da propriedade privada se sobrepõe ao direito à cidade das populações mais vulneráveis, sobretudo de mulheres⁹⁷, que se encontram cotidianamente na linha de frente das lutas e resistências.

Assim, para além do questionamento da legalidade e do ataque à propriedade privada no acionamento de conflitos, as ocupações evidenciam o mundo da reprodução da vida cotidiana ancorada na “política do feminino”, que revela o problema da própria manutenção da vida, dos vínculos e dos cuidados como eixos centrais da mobilização e ação coletiva (Moraes, 2017, p.63). Como aponta Moraes, a sobrevivência e a mobilização das lutas só são possíveis a partir de uma ecologia de práticas de reprodução da vida, que se dão a partir da “coletivização das formas de reprodução antes encerradas nos contornos da domesticidade: alimentação, limpeza, formas diversas de cuidados”. É nesse sentido que as mulheres, não mais em escala doméstica, mas coletivamente, assumem protagonismo da vida comunitária, tecem práticas de pertencimento e empoderamento e desempenham papel central da existência – e resistência – dos territórios em emancipação.

1.5.2.1 A PERIFERIA É O CENTRO: UMA PRODUÇÃO CULTURAL CONTRA-HEGEMÔNICA

As periferias urbanas têm sido o epicentro destas energias insurgentes que despontam e constroem um projeto político alternativo de sociedade no Brasil, elaborado a partir da potência inventiva e emancipatória de suas práticas, saberes e formas de gestão cotidianas na construção das lutas por reconhecimento e justiça social. Nelas observa-se a construção de formas sociais e estéticas inéditas, de condutas e procedimentos coletivos culturais cujas implicações incluem o reposicionamento e deslocamento de marcos e fronteiras sociais significativas, como também põe em jogo modos de subjetivação e espacialização contra-hegemônicos que provocam rupturas e distúrbios nos poderes dominantes (Pallamin, 2017). Há assim, nas periferias, “uma condição de emergência que faz com que modos diversos e dissidentes de apropriação do meio urbano obriguem à reflexão renovada sobre os fundamentos do urbano no Brasil” (Velloso, 2020, p.167).

⁹⁷ De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro é feminino: a população feminina responde por 60% do déficit habitacional de 5,8 milhões de moradias (Dados referentes a 2016 a 2019). Portanto, são as mulheres – em grande parte, mães solo – que mais sofrem com os despejos.

Na conjuntura do recente ciclo de lutas e insurgências, as periferias “vieram para o primeiro plano de análise”, o que implica em “assumir a centralidade analítica que de fato a *periferia* tem na sociedade, tomando-a como ponto de partida” na compreensão da nossa própria condição urbana⁹⁸ (Velloso, 2020, p.158-163). É prioritário reconhecer e compreender esses territórios, historicamente estigmatizados, na sua potência emancipatória, não mais como espaços de encapsulamento, mas de multiplicidades e subjetividades em resistência, onde se dão os “contrapoderes dos de baixo” (Zibechi, 2015). Essa perspectiva nos convida a “refletir as periferias não como lugar de materiais circunscritos, mas como uma distribuição social, um conjunto de relações, uma condição e uma coexistência” (Pallamin, 2017, p.10).

[...] no último meio século as periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação a velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às novas economias contestatórias. Do meu ponto de vista, não se tem refletido sobre este longo processo em toda sua complexidade, e ainda não descobrimos todas as suas potencialidades. (Zibechi, 2015, p. 91).

Assim, Zibechi propõe compreender a questão urbana através de um olhar capaz de captar os processos subterrâneos e “reexaminar, rever e repensar periferias urbanas no Brasil”, as compreendendo como a esperança e caminho na luta pela transformação radical da sociedade, porque ali r-existem relações sociais que podem ser as bases para essa reconstrução. Elas são territórios em que “as classes subalternas têm lançado os mais formidáveis desafios ao sistema capitalista” (Zibechi, 2015, p.26), por meio da abertura de espaços-brechas, espaços físicos e simbólicos de resistência que se convertem em espaços de sobrevivência, se transformando em “cenários decisivos” da questão urbana.

Rita Velloso, argumenta que há nas periferias uma potência para elaborar respostas críticas por meio de formas de luta e resistência, nas quais estão “os novos horizontes para o saber urbano – em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento” (Velloso, 2020, p.155). Dessa forma, esses territórios têm lançado e preparado as bases de um projeto político alternativo gestado a partir da “compreensão das potencialidades e subjetividades de seus moradores, assim como da realidade concreta (D’Andrea, 2022, p.251).

Por meio da ação política da cultura periférica e seus coletivos juvenis que têm como principal potência o enraizamento e capilarização de suas práticas nos territórios, as periferias ressemantizaram e subverteram os discursos e narrativas sobre a cidade e sua própria condição periférica, enfatizando o orgulho e as potencialidades dessa condição sem a

⁹⁸ Velloso (2020, p.164) aponta que essa subversão analítica e histórica da nossa condição urbana (latino-americana/brasileira) a partir da compreensão das periferias, significa fazer uma crítica à colonialidade, pois os movimentos e protagonistas periféricos “podem ser compreendidos a partir do pensamento de/descolonial por meio de suas lentes que enxergam a fratura do nosso sistema capitalista: raça, etnia, gênero e classe”.

necessidade de mediadores (D'Andrea, 2013; 2020). Assim, a posse do orgulho periférico foi a expressão da existência e formação de uma nova subjetividade gestada a partir dos anos 1990, que auxiliou na superação dos estigmas e dilemas de sua população, enfatizando sua cultura e potência (D'Andrea, 2013), na construção de uma “epistemologia e consciência periférica” (D'Andrea, 2020) que leva em conta a multiplicidade e historicidade desses territórios.

Estas novas subjetividades em resistência foram engendradas por “sujeitas e sujeitos periféricos”⁹⁹ (D'Andrea, 2013), portadores de três elementos: (1) assume a condição de periférico (de periférico em si a periférico para si); (2) tem orgulho dessa condição (do estigma ao orgulho); e (3) age politicamente a partir dessa condição (da passividade à ação). Segundo o autor, sua maior expressão se encontra nas ações políticas dos movimentos sociais populares e coletivos culturais da periferia. Portanto, a subjetividade expressa no sentir-se periférico é condição básica, mas é a ação política¹⁰⁰ a partir dessa subjetividade que define o sujeito periférico.

As multiterritorialidades expressas e produzidas por sujeitas e sujeitos periféricos demonstram como a produção artística e cultural periférica, que teve como epicentro¹⁰¹ o movimento hip-hop¹⁰², condensada nas diversas territorialidades insurgentes ancoradas nas múltiplas pautas de luta dos movimentos populares e coletivos juvenis feministas, queer, negros, LGBTQIAP+, essencialmente anticoloniais, antipatriarcais e antirracistas, gestou uma nova cultura política potencialmente subversiva e combativa nas últimas décadas.

⁹⁹ D'Andrea (2020, p.30-31) sistematiza cinco precondições na formação de sujeitas e sujeitos periféricos: o (1) assujeitamento às condições socioespaciais; (2) formação de subjetividades a partir de relações sociais produzidas, calcadas em experiências de socialização na família, no bairro e na escola, que se entrelaça com a experiência racial, de gênero e de classe; (3) códigos culturais compartilhados a partir de experiências e modos de vida contra-hegemônicos; (4) consciência de pertencimento que permite a compreensão de uma posição urbana compartilhada a partir de um dado território e de suas territorialidades; e o (5) agir político a partir da ação em prol do território.

¹⁰⁰ D'Andrea (2020, p.31-32) aponta treze características próprias das sujeitas e sujeitos periféricos que embasam sua ação política: (1) utilização da periferia como classe, sendo uma expressão da classe trabalhadora; (2) Periferia, periférica, periférico e favela como posicionamento político-territorial; (3) organização em coletivos, que explodem na cena urbana; (4) arte e cultura como atuação política; (5) de sujeitos objeto de estudo a sujeitos do conhecimento, que passam a “falar a partir de dentro” e produzir conhecimento sobre si mesmos; (6) sistematização de sua própria história ancoradas ao acesso à universidade e crescimento de atividades culturais e jornalísticas; (7) fim da necessidade de mediadores na política, na academia, no jornalismo, na arte; (8) subversão do estigma ao orgulho, da fragilidade à potência; (9) relevância dos debates sobre opressões raciais e de gênero de forma mais sistemática, principalmente na última década; (10) consciência ecológica e por direitos LGBTQIAP+; (11) a diferença como bandeira da luta por igualdade; (12) intensificação da utilização de meios digitais e tecnológicos; e por fim, (13) interação e atravessamento com agentes e processos sociopolíticos multifacetados, como o neoliberalismo, o lulismo e a ascensão da extrema-direita dos últimos anos;

¹⁰¹ É importante ressaltar que a Periferia sempre produziu cultura. O teatro, dança, circo, samba, forró, baião, entre outros, sempre se fizeram presentes nas periferias, muito antes da década de 1990.

¹⁰² Como aponta Porto-Gonçalves (2006, p.184), o hip-hop pode ser entendido como uma das melhores expressões das territorialidades emancipatórias latino-americanas, que emergem no contexto da colonialidade de poder, pois reinventam modos de vida multiterritorializados que apontam para outras conformações territoriais já em curso. Nesse viés, Raimundo (2017) aponta que o hip-hop é herdeiro de uma tradição de luta e resistência e tem como sua gênese a diáspora africana e a cultura negra. Nesse sentido, expressa a gênese do colonialismo e a ancestralidade das lutas latino-americanas.

Está em curso nas periferias uma explosão cultural e artística crescente nos últimos trinta anos. A partir da segunda metade da década de 1990, houve um crescimento exponencial do número de coletivos culturais, paralelo ao aumento da visibilidade dessa produção com o crescimento de financiamentos culturais públicos e privados (D’Andrea, 2013; 2022). Emergiram casas de cultura com cineclubes audiovisuais, galerias periféricas, grupos de circo, teatro e de dança (como cultura popular e afro-brasileira), literaturas marginais, o pixo e o grafite, a música com as batalhas de MC’s, o samba, funks, punk e o hip-hop, além de novas estéticas e expressões que explodiram na última década como os *saraus* e *slams* de poesia, coletivos culturais, feministas e LGBTQIAP+.

Para D’Andrea (2013; 2022), foram cinco os principais motivadores do aumento do número desses coletivos nos últimos trinta anos¹⁰³: (1) Produção cultural como pacificação dos territórios, fomentando o encontro, a utilização e ocupação ostensiva dos espaços comuns, além da produção de novas sociabilidades ancoradas às redes de solidariedade como alternativas às atividades ilícitas e violentas; (2) Produção cultural como sobrevivência material, a partir da própria auto-organização, com cursos de capacitação e editais de incentivo à produção artística nos diversos ramos da cadeia da economia cultural como forma de profissionalização, catalisada pela emergência e consolidação das produções de artistas independentes¹⁰⁴.

O (3) motivador gira em torno da produção cultural dos coletivos como tática de “refúgio” e forma subversiva de se organizar politicamente por meio da arte e da cultura em meio à crise de representatividade das formas político-partidárias duras aliadas ao desmonte e fragilidade das estâncias institucionais de participação popular. Já o (4) motivador implica na promoção e valorização da produção cultural e das tecnologias sociais desenvolvidas, pelas próprias sujeitas e sujeitos periféricos em suas comunidades, nutrindo redes de solidariedade, empreendimentos e circuitos comunitários alternativos de economia solidária. Esse fator ancorado às redes de educação popular autoconstruídas por coletivos, casas de cultura e ocupações culturais, que visam a geração de renda e capacitação dos moradores, é um dos traços motivadores fundamentais das insurgências periféricas, que passaram a buscar soluções e respostas práticas às dificuldades e demandas cotidianas, forjadas na prática do “*é nós por nós*” (D’Andrea, 2022).

Para D’Andrea (2022), o “*nós por nós*” enuncia um conjunto de práticas e narrativas construídas pelas sujeitas e sujeitos periféricos que demonstram não depender de nenhum agente externo para resolver seus problemas. Tais práticas ressaltam a importância de se

¹⁰³ D’Andrea sistematiza e analisa o contexto das periferias da cidade de São Paulo. Aqui, compreendemos que tais motivações e características também estão presentes nas periferias das grandes cidades brasileiras.

¹⁰⁴ A produção cultural de artistas independentes foi impulsionada por estúdios de gravação e edição de música e vídeo construídos nos espaços de coletivos organizados, ocupações e casas de cultura periféricas.

construir a autonomia diante do abandono das periferias pelo Estado, pelo *establishment* e pelos partidos políticos, que se utilizaram dos discursos neoliberais do “faça você mesmo” e do “empreendedorismo periférico” para escamotear políticas públicas e diminuir suas presenças. Dessa forma, o *nóis por nós* funciona como catalisador de práticas econômicas e políticas por seus moradores, e é uma resposta das periferias aos discursos hegemônicos de pobreza e incapacidade e à falta de capilaridade e descentralização das políticas públicas.

Por fim, o (5) motivador de explosão de coletivos culturais nas periferias se enuncia na “produção cultural como emancipação humana”, no qual sujeitas e sujeitos periféricos em meio à crise civilizatória e desesperança generalizada, impedidos de estudar e trabalhar, enxergam a arte como possibilidade emancipatória de se expressarem e saída para driblar as dificuldades da vida e seguir com seus sonhos e objetivos.

As territorialidades periféricas emergentes vêm criando novos mundos possíveis com renovados arranjos sociopolíticos contra-hegemônicos a partir de suas subjetividades e potencialidades. Portanto, apontam para outras formas insurgentes de planejamento e se colocam como protagonistas e chave central para compreender, e sobretudo, avançar na questão urbana.

1.5.3 INSURGÊNCIAS EM REDE: CONSTRUINDO O PROTAGONISMO PERIFÉRICO

A partir da inflexão de lutas e insurgências da última década, houve um novo ciclo de explosão de coletivos juvenis e quilombos urbanos periféricos ancorados em um pulsante ativismo e ciberativismo disruptivo¹⁰⁵, com renovados modos de ação e mobilização em rede, junto à ocupação e transformação/ressignificação massiva de espaços ou prédios públicos abandonados/inativos, em territórios de emancipação e reprodução da vida comunitária.

Do ponto de vista ideológico e político, a produção cultural periférica tem se colocado no centro dos conflitos da guerra civil e cultural travada no cenário político do Brasil nos últimos anos, carregando temas como a representatividade, a denúncia sobre questões raciais, relações e violência de gênero, a crítica à sociedade patriarcal, a valorização da diversidade e identidades LGBTQIAP+, direitos humanos, a crítica à violência policial, o confronto ao genocídio da juventude negra, as várias formas alternativas de pensar a vida etc. Esses são conteúdos fundantes dos circuitos da cultura e dos movimentos periféricos, como também, são os mais combatidos e confrontados pela ofensiva conservadora do país dos últimos anos (Almeida; Jesus, 2021). Como afirma Oliveira (2021, p.36), para além de um conjunto de

¹⁰⁵ Esse caráter disruptivo e subversivo – gestado na cultura hip-hop – via *internet* e mídias sociais alternativas, permitiu uma ampla circulação da produção dos coletivos culturais e de suas narrativas. Assim, a luta periférica vai além da reivindicação pela sua visibilidade, e passa, sobretudo, pela sobrevivência, autonomia e reconhecimento de suas práticas.

práticas simbólicas construídas, a cultura periférica representa um complexo de ações e práticas simbólicas de resistência a mecanismos de opressão mobilizando a resignificação da paisagem periférica e de sua estrutura social.

Nessa esteira, a partir da inflexão de lutas das Jornadas de junho de 2013, percebe-se um amadurecimento do movimento cultural periférico e a necessidade de aglutinar as iniciativas de protagonismo popular dispersas nos territórios para avançar na luta (D'andrea, 2022). A partir daí explodem e se ampliam redes, coalizões e frentes unificadas multi e transescalares que articulam coletivos culturais, feministas, negros de diversas periferias e territórios, construindo “territórios-de-resistência-rede”¹⁰⁶ (Bartholl, 2015), nos quais compartilham entre si aprendizados e saberes, processos de luta e organização coletiva visando construir possibilidades e estratégias de enfrentamento aos seus desafios e demandas em comum.

A partir da inflexão de insurgências da última década, iniciativas (em movimento/construção) no Brasil, como os Fóruns Culturais e o Movimento Cultural das Periferias de São Paulo, formadas por sujeitas e sujeitos periféricos e artistas-militantes, demonstram um novo momento/arranjo da organização e mobilização das lutas periféricas e resistências culturais, que para além da forte articulação virtual e ciberativista, têm realizado encontros, reuniões, fóruns e formações populares em seus territórios, visando criar políticas públicas vindas das periferias – de baixo para cima – e incidir institucionalmente, ocupando variadas instâncias de poder para implementá-las, pressionando o Estado a redefinir sua agenda política.

1.5.3.1 CONSTRUINDO UM PLANEJAMENTO INSURGENTE: O MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

A partir de 2013 – em pleno ano de Revoltas – emerge em São Paulo o Fórum de Cultura da Zona Leste (FCZL) que logo depois culmina no Movimento Cultural das Periferias¹⁰⁷ (MCP). Compostos por uma conjunção de movimentos, coletivos, redes, agentes e artistas culturais periféricos, que passam a se organizar, discutir e sobretudo, propor políticas culturais para e a partir de suas quebradas, afim de disputar o orçamento público. Essa junção de redes insurgentes une o acúmulo de táticas e potencialidades desenvolvidas há décadas nas periferias da cidade, trazendo e aglutinando o histórico de todos os outros movimentos e

¹⁰⁶ Segundo Haesbaert (2011, p.79), “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. [...] antes vivíamos sob o domínio da lógica dos 'territórios-zona', que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos 'territórios-rede', espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si”. Pra o autor, com as plataformas e redes sociais, podemos participar e constituir múltiplos territórios-rede ao mesmo tempo.

¹⁰⁷ Agradecemos ao Marcello de Jesus (2017) e à Silvia Raimundo (2017) pela sistematização da memória e trajetória de luta e resistência dos movimentos culturais periféricos de São Paulo nessa incidência, tão importantes para inspirar e organizar outras lutas pelo Brasil afora.

articulações realizadas anteriormente, como o Movimento Cultural de Guaianases e o Movimento Popular de Artes de São Miguel Paulista (Raimundo, 2017).

Em fevereiro de 2013, após um Encontro da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) que reuniu cerca de 500 artistas e agentes culturais de várias regiões da cidade, integrantes da Rede Livre Leste, IMCITA (Integração dos Movimentos Culturais de Itaquera) e Cultura Zona Leste (ZL), que viram ali a necessidade de se organizarem coletivamente, decidem marcar um encontro organizado por eles mesmos para debater sobre os problemas das quebradas da Zona Leste. Conforme os Encontros aconteciam, ficava evidente que para além das pautas comuns, o que unia todos coletivos e movimentos era a busca por melhores condições dos seus fazeres artísticos (Jesus, 2017).

Em meio a junção de coletivos de diversas regiões da ZL e a tantas demandas levantadas, surge a ideia de se criar uma política pública em Lei voltada para as Periferias e o nome Fórum de Cultura da Zona Leste, com o objetivo de fomentar um debate coletivo e permanente entre os mais diversos segmentos da cultura com o intuito de fomentar a ampliação de políticas públicas para coletivos de Periferia visando a distribuição e descentralização de recursos, a participação popular na construção e deliberação das políticas públicas e a transparência nos repasses dos recursos (Jesus, 2017).

A partir das várias demandas e propostas levantadas nos Encontros em várias periferias de São Paulo, o FCZL cria um grupo de trabalho para elaboração de uma Carta de reivindicações, posteriormente enviada ao Secretário de Cultura. Após o sétimo Encontro, foi realizado o “1º Seminário de Políticas Públicas para a Periferia”¹⁰⁸, no qual o FCZL conseguiu aglutinar e sistematizar todos os acúmulos da luta e construir uma Carta coletiva de princípios com as demandas e propostas amadurecidas para apresentar ao Secretário de Cultura, além das diretrizes da Lei de fomento. Assim, o Seminário foi fundamental para que as periferias chegassem organizadas e propositivas para a 3ª Conferência Municipal de Cultura da SMC, quando os movimentos culturais “roubaram a cena”, espalhando suas ideias e propostas para todos os cantos da cidade (Jesus, 2017). A Conferência “foi a primeira vez que a periferia, na sua diversidade de grupos, se organizou e compareceu de forma afinada e propositiva” (FCZL, 2014, p.74)

Dentre as propostas prioritárias¹⁰⁹ da Conferência, a Lei de Fomento à Periferia foi a segunda mais votada (210 votos). Esse grande avanço do FCZL na luta evocando toda a potência de

¹⁰⁸ Informes gerais do Seminário: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2013/07/1-informe-do-1-seminario-de-politicas.html>

¹⁰⁹ As dez prioridades da Conferência em ordem de número de votos são: 1. Reestruturação da Secretaria de Cultura (215); 2. Lei de fomento à periferia (210); 3. Prêmios para o teatro (186); 4. Mapeamento e ocupação de espaços ociosos (181), 5. Casas de Cultura (162), 6. Cultura e educação (145), 7. Financiamento à cultura (140), 8. Programas de fomento (134), 9. Orçamento da cultura (127), 10. Cultura digital (119) (Val et al., 2014).

reivindicação, mobilização e protesto das periferias conferiu “um movimento de territorialização das propostas, evocando também a questão mais ampla do direito à cidade” (Val et al., 2014, p. 67). Além disso, a presença do MCP trouxe mudanças de paradigma, “pois coloca o território como dimensão de disputa da política cultural, subvertendo a lógica presente até então, ancorada nas disputas entre linguagens artísticas, muitas vezes com cunho corporativista” (Marino; Silva, 2019, p.348)

Estamos ocupando espaços disputados por organizações hegemônicas consolidadas no cenário da produção cultural. Queremos pautar a agenda política no sentido de reconhecer a periferia como parte integrante da cidade, sendo necessário reivindicar e ocupar estas esferas de participação política historicamente negadas a determinadas parcelas da população. Propomos outro modo de agir politicamente, buscando uma formação consistente, cobrando diálogos coerentes aos nossos princípios, os quais não compactuam com a recorrente política de bancada, e reivindicando ações mais diretas e estruturais (FCZL, 2014, p.74)

[...]

Existe uma hegemonia historicamente organizada para permanecer nos espaços de poder e os movimentos periféricos são o contraponto, quiçá o único capaz de transformar essas estruturas e práticas que fazem da participação política um privilégio (FCZL, 2014, p. 76)

Depois de intensos processos de mobilização e vários encontros, em 2014 a junção de redes e frentes passam a se denominar oficialmente como “Movimento Cultural das Periferias”¹¹⁰, que começam o ano de 2015 lançando uma Carta narrando o histórico de luta e reivindicação, convocando as várias quebradas a apresentar, discutir e aprimorar a proposta da Lei¹¹¹ de Fomento em encontros em suas macrorregiões – a citação¹¹² é longa, mas revela todo processo realizado até então a partir das vozes das sujeitas e sujeitos periféricos envolvidos:

SALVE, SALVE PERIFAS!

UM POUCO DO HISTÓRICO DA LEI DE FOMENTO À CULTURA DA PERIFERIA

Desde o início de 2013 diversas coletividades culturais periféricas vêm se juntando pela cidade para lutar, discutir e reivindicar políticas públicas pras Periferias.

Em um primeiro encontro convocado pela articulação de movimentos culturais da zona leste formada por Rede Livre Leste, IMCITA e Cultura ZL foram levantadas quais eram, de forma integrada, as pautas de política de cultura mais urgentes nas quebradas. E um segundo momento juntou-se aos encontros o movimento cultural de Guaianases e diversos outros artistas e agentes culturais. Em várias quebradas a certeza de que somos muitos. Foi o tempo de começar a se juntar.

¹¹⁰ Nesse estágio de formação, O MCP era composto pelo Fórum de Cultura da Zona Leste, a Rede Popular de Cultura M'Boi Campo Limpo (Zona Sul), a Rede Viva Periferia Viva (Zona Oeste/Noroeste) e o CAP – Coletivos Culturais Cidade Ademar Pedreira (Zona Sul) (Jesus, 2017).

¹¹¹ Segundo Raimundo (2017), para além da escrita e reivindicação da Lei, o MCP continuou na campanha pela transferência das Casas de Cultura e incidiu na pauta das ocupações culturais.

¹¹² Carta disponível em: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2015/07/lei-de-fomento-periferia-historico-e.html>

Em Ermelino colocou pessoas de Itaim Paulista, São Miguel, Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera, Vila Nhocuné, Artur Alvim, Penha, São Mateus ... Depois começou a migração, um rolê em várias sedes de grupos e espaços públicos na Cidade Tiradentes, Guaianases, São Miguel, Sapopemba, Carrão, Cohab II, e várias. Dá-lhe quebrada! Nesse histórico de caminhada é que se forma o Fórum de Cultura da Zona Leste. O fórum cresceu e ganhou apoio de outros grupamentos da cidade. É aí que cola a Rede Popular de Cultura M'boi Campo Limpo, CAP - Coletivos Culturais de Cidade Ademar e Pedreira e a Rede Viva Periferia Viva.

Juntos fizemos uma frente periférica na 3ª Conferência Municipal de Cultura (2013) e emplacamos vários temas das Periferias como prioridade na cidade. Até o Secretário de Cultura foi num encontro nosso em 2013, na ZL, pra entender o assunto. Fizemos uma mostra de arte da Periferia envolvendo todas as quebradas, o bagulho ficou monstro!

Muitas tretas pra resolver e, então, fizemos vários grupos de trabalho pra desenrolar. Um dos grupos era o da LEI DE FOMENTO À PERIFERIA. Em cada região tinha um GT do fomento Periferia. Depois juntava no centro pra comparar os debates dxs parças da Noroeste, Leste e Sul. Mais de 20 manos e minas trampando pra tentar criar uma Lei vinda da quebrada.

Tudo isso em meio a ações artísticas e lutas pela valorização da cultura periférica, 2% pra cultura, casas de cultura, bloco de ocupações culturais de espaços públicos, festas, atos, reuniões, saraus, etc. Em 2015 chegaram pesado os movimentos regionais Fórum de Cultura de São Mateus e Movimento Cultural de Ermelino Matarazzo para puxar a Frente pelas Casas de Cultura juntamente com diversos coletivos. Pow!

2013, 2014 e 2015 envolvidos em juntar as quebradas numa só força. De lá da Sul vem o nome Movimento Cultural das Periferias (em construção) pra tentar batizar tantas frentes. Os movimentos seguem se encontrando em formações, seminários, conferências e mostras. Segue chamando mais quebradas pra colar, a cidade é gigante! E vem amadurecendo a proposta e esboço da LEI DE FOMENTO À PERIFERIA.

Agora, com um pouco mais confiança sobre o que queremos e como queremos, apresentamos a síntese do que poderá ser a LEI DE FOMENTO À PERIFERIA. Resultado de muito trampo de guerreiras e guerreiros que fecharam num corre pra coletividade. Leia e discuta na sua área, com grupos e coletivos culturais essas ideias que dizem respeito a todos nós. Em breve faremos uma chamada pública em cada zona periférica para discutir e aprimorar, aí sim, o projeto de Lei. O debate continua.

É nós por nós!

[Movimento Cultural das Periferias] São Paulo, julho/2015. (FCZL, 2015)

Nos meses seguintes, o MCP apresenta a proposta de Lei à Secretaria Municipal de Cultura, Câmara Municipal e à Prefeitura de São Paulo em vários encontros, que tomaram rumos conflituosos, quando a SMC elaborou uma nova proposta de lei totalmente descolada da redação apresentada pelos movimentos (Jesus, 2017). Para além dessa queda de braço com o executivo, os movimentos pressionaram o Estado com uma campanha massiva nas ruas e redes sociais, nas ocupações, saraus, encontros e audiências públicas. Após intensa pressão e mobilização ao longo dos meses, a Lei municipal 16.496/2016¹¹³ que institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia é finalmente sancionada.

¹¹³ Lei disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16496-de-20-de-julho-de-2016>

Durante o processo de delimitação das áreas para distribuição e proporção dos recursos de fomento nos territórios, a noção de periferia foi fundamental. O Grupo de Trabalho composto por vários artistas-militantes e lideranças de movimentos culturais de várias quebradas, buscaram informações e conceitos em diferentes materiais e documentos, como leis, diagnósticos, dissertações, índices de vulnerabilidade, dados do Censo do IBGE/2010, entre outros. Optaram por definir Periferia segundo critérios sociais e geográficos; utilizaram o mapa e os critérios geográficos de seleção do edital do Agente Comunitário de Cultura (SMC), baseados em índices de renda per capita e de população, para definir a distribuição geográfica das áreas da Lei (Jesus, 2017; Raimundo, 2017).

Segundo Raimundo (2017) a Lei reconhece pela primeira vez a importância da dimensão territorial para a distribuição dos recursos públicos visando distritos ou bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas, a partir de uma contra-cartografia construída pelas periferias e suas multiterritorialidades insurgentes. Por meio de sua potência inventiva e subversiva, a Periferia propôs uma outra cartografia da cidade, mais adequada às suas realidades e demandas concretas, visando “potencializar a capacidade criativa das sujeitas e sujeitos periféricos e, ao mesmo tempo, valorizar, fortalecer e articular os coletivos artísticos periféricos e suas práticas” (Raimundo, 2017, p.243).

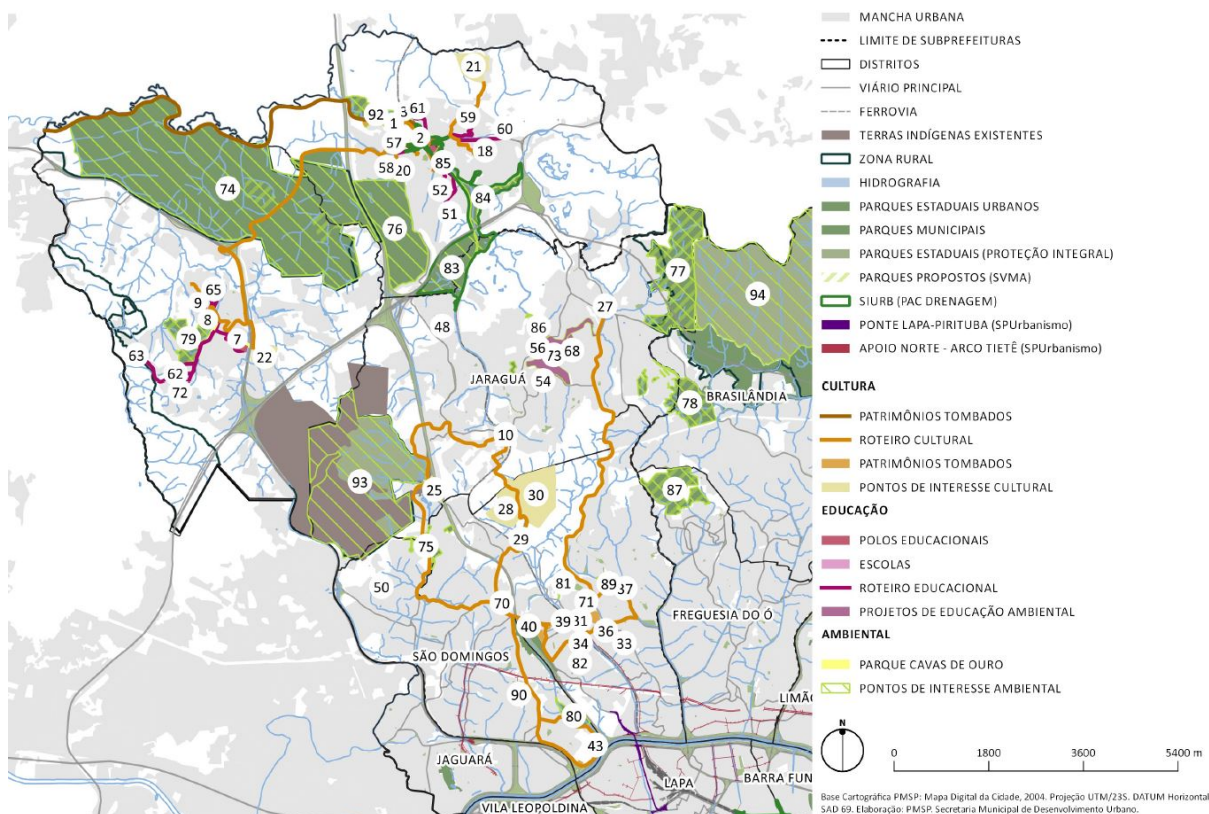
Paralela à intensa mobilização e resistência do Movimento Cultural das Periferias nas quebradas, que oxigenou o debate sobre o patrimônio cultural e o direito à cidade e abriu espaços de diálogo com a gestão municipal, também ocorreu a Revisão do Plano Diretor de São Paulo (PDE/SP) (aprovado em 2014), no qual os movimentos culturais periféricos também tiveram protagonismo na construção coletiva e reivindicação do instrumento urbanístico denominado “Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem” (TICPs). Tal instrumento é fruto da articulação popular e trocas de saberes entre a Universidade Livre e Colaborativa (FAU/USP), a Comunidade Cultural Quilombaque, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, que luta pelo uso público, educativo e cultural da antiga Fábrica e seu complexo paisagístico, e demais atores sociais e artistas-militantes da região (Justiniano, 2022).

Aprovado em 2014¹¹⁴, contemplou dois territórios da cidade: Paulista-Luz (região central) e os três distritos Jaraguá-Perus-Anhanguera (Periferia Noroeste), que se configura como um território potente ancorado às lutas e memórias operárias, matrizes indígenas Guarani e uma intensa produção cultural de movimentos e coletivos culturais, que têm como prática a

¹¹⁴ Além da aprovação do TICP, o PDE/SP, a partir das demandas da sociedade civil, incorporou as áreas de Proteção Cultural (APC) dentro da Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), criadas em 2002.

integração entre educação, cultura, meio ambiente, patrimônio material e imaterial, e saúde numa perspectiva do bem viver (Justiniano, 2022).

Figura 9: Mapa do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera (periferia noroeste de São Paulo).



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo.

Considerando tais redes e multiterritorialidades, o TICP assume a perspectiva de cidade como um espaço educativo e colaborativo, reconhecendo seu potencial afetivo, cultural e de produção de conhecimentos e experiências, articulando equipamentos, patrimônio cultural e natural e lugares de memória, estimulando formas de participação e diálogo e a produção cultural local (Sandeville; Manfré, 2014). Entretanto, o instrumento ainda necessita de regulamentações para sua efetiva implementação nos territórios. Essa pauta vem mobilizando e potencializando os movimentos culturais tanto em audiências públicas e seminários, quanto na criação de práticas inspiradas no potencial integrador do instrumento, como o: Projeto Território Jaraguá; Casa de Cultura do Jaraguá; Museu Territorial *Tekoa Jopói*; *Lives* do coletivo Geografizando na Rua; Centro de Memórias Queixada; Plano Diretor – críticas à revisão da Lei; Inventário Participativo das Referências Culturais (Justiniano, 2022, p.99).

Outra pauta central dos movimentos é o reconhecimento¹¹⁵ cultural e social das ocupações culturais, representada pelo Bloco de Ocupações Culturais que integra o MCP. Em 2015, o

¹¹⁵ A pauta foi a 4ª mais votada na 3ª Conferência de Cultura com 181 votos e consistia em: “Mapear e regularizar os espaços públicos, privados (e/ou tombados) ociosos, para serem ocupados e revitalizados por grupos culturais,

Bloco enviou uma Carta¹¹⁶ ao Prefeito e ao Secretário de Cultura com suas principais reivindicações, que vão além da regularização dos espaços por instrumento jurídico, como: o reconhecimento das ocupações culturais como Áreas de Proteção Cultural (APCs) nas ZEPECs, conforme o plano diretor da cidade; autonomia na gestão dos espaços pelos coletivos que fazem a ocupação; condições para formação continuada dos trabalhadores culturais e condições dignas de trabalho; dentre outras.

Apesar de todo acúmulo de diálogos e incidências institucionais, a pauta não avançou em uma política e/ou instrumento concretos para as ocupações que lutam diariamente para permanecer em seus territórios, imersos em um estado crescente de exceção e transitoriedade permanente (Rolnik, 2015), condicionados a ameaças e despejos constantes, que aumentam significativamente no decorrer dos anos.

Em meio à guinada autoritária¹¹⁷ pós-golpe de 2016, houve uma transformação radical no perfil da gestão da cultura em São Paulo a partir da mudança da gestão¹¹⁸ municipal em 2017, que inicia um desmonte das políticas culturais, aparelhamento e interrupção dos espaços de participação social e diálogo junto à uma política massiva de privatizações, concessões e parcerias público-privadas destinadas a reduzir a participação dos órgãos do Estado na regulação dos espaços públicos, acirrando os conflitos nas periferias e ameaças de remoção das ocupações culturais (Marino; Silva, 2019). As negociações e audiências foram ampliando os conflitos e tensões entre os movimentos e a Secretaria, que não avançavam em políticas concretas.

Tal cenário provocou a intensificação da organização e mobilização do MCP e do Bloco de Ocupações, que além dos encontros territoriais, continuaram pressionando a gestão com ações de proposição e tensionamento político. A partir daí realizaram um mapeamento das ocupações para alinhar uma estratégia comum de luta (Marino; Silva, 2019) que culmina na entrega do “Dossiê das Ocupações Culturais¹¹⁹” à Secretaria em 2019, elaborado pelos coletivos e agentes dos territórios mapeados, com o objetivo de “subsidiar ações e políticas públicas de reconhecimento, segurança jurídica e apoio financeiro a esses espaços de modo a garantir sua existência, autonomia e fortalecer o papel que desempenham nos territórios em que atuam”. A partir desse documento feito a várias mãos em articulação com a SMC, o Bloco

com fins de utilização, através de concessão de uso, desapropriação ou instrumento jurídico pertinente” (Val et al., 2014).

¹¹⁶ Carta do Bloco de Ocupação Cultural de espaços públicos. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias/posts/1640615959485192/>

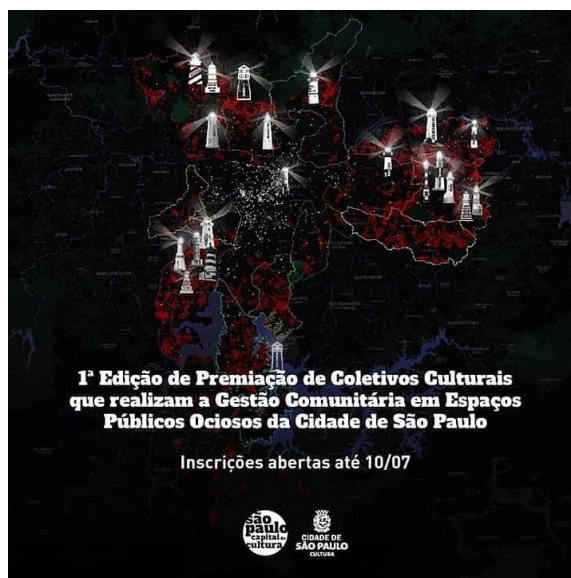
¹¹⁷ A pasta da cultura foi completamente desmontada. O Ministério da Cultura (MinC) foi extinto pelo governo Bolsonaro em 2019 e reativado em 2023 com a vitória de Lula.

¹¹⁸ Após assumir a gestão municipal, João Doria (PSDB) reduziu em 43,5% o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

¹¹⁹ Ver: <https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias/photos/pb.100064867563034.-2207520000./2682563265290451>

de Ocupações escreveu e implementou dois editais: o de Premiação das Ocupações e o Edital de Mapeamento e Credenciamento¹²⁰ de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos (previsto no Plano Municipal de Cultura).

Figura 10: Postagem do Edital de Premiação (SMC) com o mapeamento das ocupações culturais de SP como “faróis” produzido pelo MCP.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/MCP.

Diante da inflexão antidemocrática e fissura do campo participativo com a crise de representatividade política pós Jornadas de Junho de 2013, coletivos periféricos e populares veem a necessidade de incidir e intervir diretamente nas esferas da política institucional como outra frente de luta e resistência, fazendo explodir candidaturas coletivas¹²¹ no Brasil, que saltaram de 12 (em 2018) para 213 em 2022, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em resposta à recessão democrática e ausência de participação popular nos espaços de decisão, os mandatos coletivos periféricos protagonizados por pessoas LGBTQIAP+, mulheres pretas do movimento negro e coletivos culturais, apontam novos caminhos para a criação de tecnologias de organização política de baixo para cima, buscando fortalecer e potencializar a participação ativa dos movimentos e comunidades por meio da construção coletiva e inclusão de suas pautas e reivindicações. São coletivos que transitam entre o dentro e o fora do Estado, constroem fora dos gabinetes propostas e projetos com suas quebras e os colocam em pauta, pressionando e mobilizando internamente e externamente sua aprovação.

¹²⁰ Ver: “Secretaria Municipal de Cultura abre chamamento público para 1ª Edição de Mapeamento e Credenciamento de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos”.

Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=27666>

¹²¹ Nos legislativos federal, nos estados e no DF.

Todos esses avanços e conquistas das periferias frente à crise urbana e aos ataques da escalada autoritária e seu projeto de genocídio do povo preto e periférico, demonstram a potência subversiva e contra-hegemônica do projeto alternativo de cidade formulado pelas periferias, que enunciam uma nova cartografia das disputas e relações de poder e posicionam a Periferia no centro da questão urbana, colocando em xeque as representações oficiais e coloniais de cidade. Por meio de suas próprias tecnologias sociais, saberes e formas de gestão articuladas a redes de solidariedade, sujeitas e sujeitos periféricos têm elaborado propostas e respostas críticas para suas demandas e problemas concretos, que parecem apontar novos rumos e horizontes para um **planejamento insurgente** (Miraftab, 2016), essencialmente antirracista, antipatriarcal e anticolonial.

1.5.3.2 PLANEJAMENTO INSURGENTE: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DE BAIXO PARA CIMA

Diante da crise de identidade e legitimidade da farsa do planejamento tecnicista¹²² inclusive com suas “formas neoliberais de dominação pela inclusão” (Miraftab, 2009) forjadas na criminalização e deslegitimação das práticas e resistências subalternas desenvolvidas fora do aparato estatal, as sujeitas e sujeitos periféricos vêm ocupando e disputando espaços de decisão e poder – antes restritos às classes e setores dominantes – com propostas e demandas vindos de suas quebradas por meio de um planejamento participativo, cooperativo e afetivo. Essas formas insurgentes de planejamento são extensão de seus próprios territórios e práticas que se enraízam nos espaços institucionais, tornando-os uma estratégia e ferramenta potente de fortalecimento e protagonismo popular.

Dessa forma, as práticas dos sujeitos periféricos têm apontado para a construção de um “planejamento insurgente”¹²³ pois constituem-se como práticas contra-hegemônicas, transgressivas e imaginativas (Miraftab, 2016). Liberam as forças de transgressão dos territórios na sua potência emancipatória, são contra-hegemônicas e subversivas às normas e práticas inscritas no planejamento oficial e são inventivas na luta pelo direito à cidade, constituindo-se como resistências coletivas organizadas que buscam reinventar e reconfigurar os processos hegemônicos de urbanização e dominação (Lefebvre, 1968; Harvey, 2014).

¹²² Cristalizado na aplicação arbitrária da legislação urbanística e nos “planos-discurso”, utilizados como instrumentos de colonização e dominação político-ideológica pelas classes dominantes (Maricato, 2002; Villaça, 1999).

¹²³ Miraftab (2016, p.370) sistematiza três princípios do potencial transformador das práticas insurgentes: “(1) Transgressão no tempo, lugar e ação: elas transgridem falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo; elas transgridem fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais e movem-se além dos laços do tempo através de uma consciência historicizada; (2) Contra e anti-hegemonia: as práticas de planejamento insurgente são anti e contra-hegemônicas. Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas; (3) Imaginação: práticas de planejamento insurgente são imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa”.

Segundo Miraftab (2016), o planejamento insurgente¹²⁴ desafia o controle, confinamento e a conformação das ações populares às normas do Estado democrático liberal, e avança ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação social, para incluir não apenas formas selecionadas e sancionadas pelos grupos dominantes, que segundo ela, são os “espaços de ação convidados”, mas também abre para os múltiplos centros de poder, meios de ação e linguagens das resistências, que o Estado e as corporações sistematicamente criminalizam, os quais a autora designa de “espaços de ação inventados”, que são criados ou reapropriados pelos próprios sujeitos periféricos “que confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo*” (Miraftab, 2009, p. 39). Assim, o planejamento não é apenas uma atividade estatal tecnicista, mas sobretudo, uma prática realizada e construída coletivamente por cidadãos fora dos processos formais. É preciso reconhecê-las.

O planejamento insurgente volta-se para a democracia participativa e descentraliza o papel da representação política e do campo de ação do planejamento, alterando o sujeito-alvo de sua teorização: do planejador “profissional” e seu campo tecnicista de ideias, para as práticas sociais subalternas e suas múltiplas territorialidades e formas de saberes (Miraftab, 2016; Latendresse; Cunha, 2019). Entretanto, o planejamento insurgente não se baseia na noção liberal de “inclusão” por meio de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos), mas sim em uma “inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados” (Miraftab, 2016, p. 368).

Assim, os sujeitos periféricos têm criado espaços de resistência se movendo entre e através do *continuum* de espaços convidados e inventados onde o planejamento hegemônico e insurgente constituem-se mutuamente. Portanto, mesmo com a ruptura proposta pelo planejamento insurgente em relação ao Estado, ele não se constitui completamente fora dele. É nessa coexistência que os sujeitos periféricos usam de táticas (Certeau, 2014) para reivindicar e expandir seus direitos.

As táticas se caracterizam como práticas cotidianas subversivas que agem nas brechas da do planejamento hegemônico, nas quais os sujeitos periféricos a todo momento, se utilizam das regras e normas estabelecidas para recriá-las, reinventá-las e contorná-las (Certeau, 2014). Dessa forma, as práticas e contrapoderes antidisciplinares de sujeitas e sujeitos periféricos (Zibechi, 2015; D’Andrea, 2013) se constituem como tecnologias sociais capazes

¹²⁴ Freitas (2019) critica o ceticismo e descrença acadêmica em relação ao planejamento, visto apenas como instrumento de manutenção das ordens dominantes. A autora argumenta que o planejamento insurgente rompe com as concepções tecnicistas elaboradas de cima para baixo, trazendo uma perspectiva contra-hegemônica do planejamento (elaborado a partir das práticas insurgentes subalternas) que joga luz às suas potencialidades emancipatórias e transformadoras. Como Miraftab afirma, uma práxis democrática de planejamento “requer descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro”. Trata-se de apontar e criar outros rumos e mundos possíveis. A produção cultural periférica vem contribuindo efetivamente nesse sentido.

de driblar e subverter os espaços hegemônicos, induzindo uma ruptura do planejamento institucional.

Nesse sentido, “a insurgência não é uma condição formal/rígida de um conjunto de práticas, mas ao invés disso uma atitude fluida e complexa que responde à natureza cambiante de poder das relações Estado/sociedade civil” (Freitas, 2019, p. 6). Desse modo, os sujeitos periféricos têm buscado reivindicar e expandir seus direitos, incorporando ao planejamento institucional suas “práticas de ruptura e criação” (Miraftab, 2016) construídas coletivamente em seus territórios por meio de *espaços de ação inventados*. Eles não se limitam aos *espaços convidados* e aparatos excludentes do planejamento urbano.

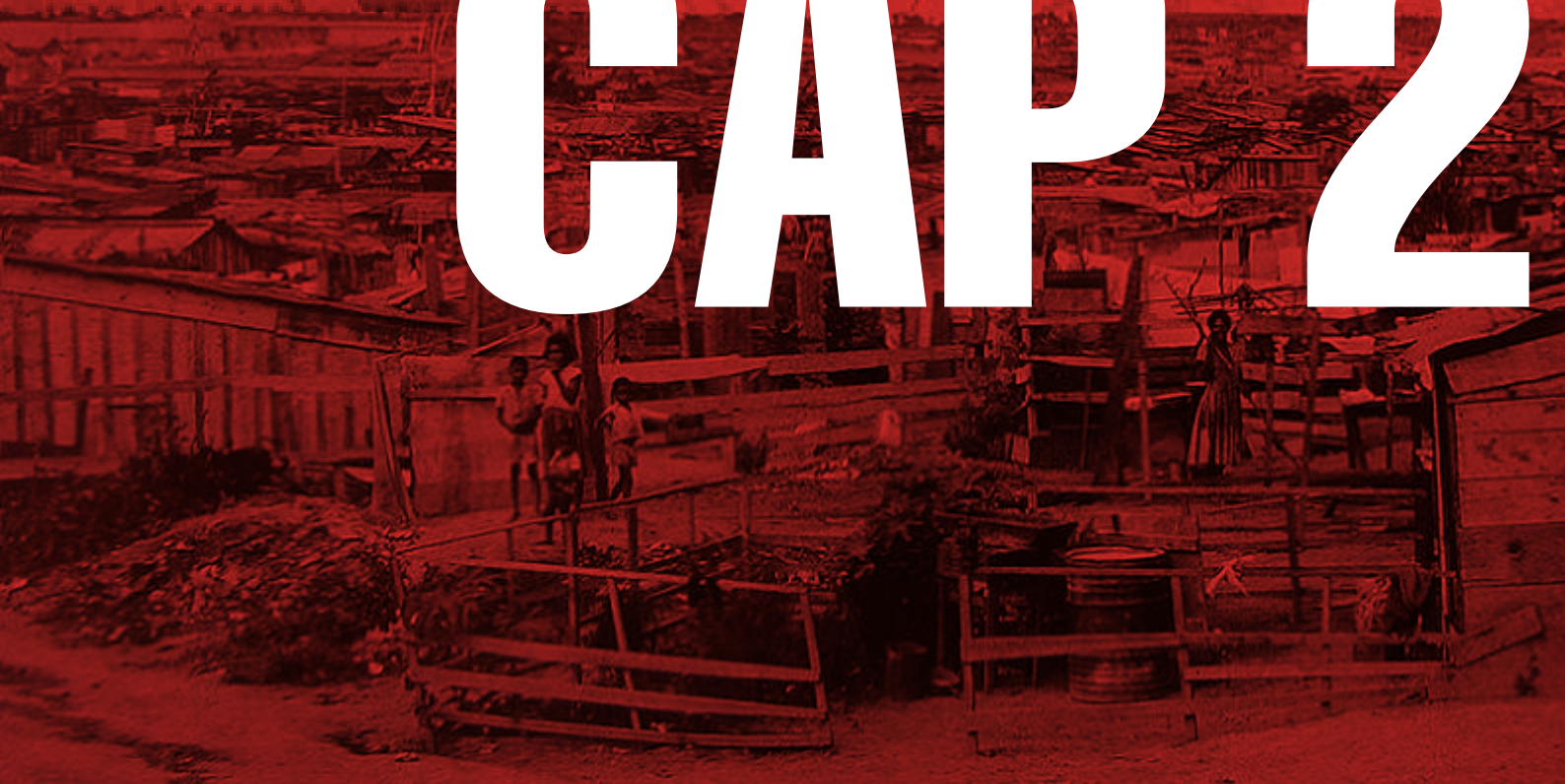
Essa subversão das relações de poder nas práticas do planejamento institucional implica não apenas em desvelar os conflitos presentes, mas incorporá-los ao processo de planejamento. Sobre isso, Vainer et al. (2013, p.17) definem a noção de “planejamento conflitual”, que no mesmo viés insurgente, parte do “reconhecimento de que a conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas”. Segundos os autores, ele aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. Dessa maneira, o planejamento conflitual rompe com o caráter político-ideológico do planejamento urbano em dissimular e ocultar os conflitos urbanos, acionados e tensionados pelas práticas insurgentes que “acabam por equilibrar o jogo político em favor dos setores sociais tradicionalmente marginalizados, na medida em que obrigam o Estado a negociar e a redefinir sua agenda política” (Trindade, 2014, p.173-174), reivindicando o direito à cidade a partir de suas demandas e potencialidades.

CIDADE É UMA SO

SEU RADIO OU SEU TELEVIS

CIDADE É UMA SO

CAP 2



2.1 BRASÍLIA: TERRITÓRIO DE EXPULSÃO, EXCLUSÃO E EXCEÇÃO

2.1.1 O COLONIALISMO COMO PROJETO

Durante seis décadas, a “memorialização do colonialismo”¹²⁵ enraizada no processo de formação e construção de Brasília¹²⁶ e em suas narrativas oficiais tem sido disputada, contestada e subvertida por movimentos e práticas contra-hegemônicas, que buscam traçar outras cartografias memoriais a partir de suas lutas e resistências, invisibilizadas na história oficial da capital.

Brasília nasce do discurso de “refundação” moderna entendido “como o projeto de extensão colonial que vem desde o século XVIII, tomando forma no século XIX, para se concretizar no século XX [...], fundada para apagar a presença quilombola e indígena recriando um novo Brasil” (Lemos, 2022, p.25), forjado na promessa de superar e romper com o “atraso” rumo à modernização e integração nacional, sendo construída a partir da “estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernistas de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova” (Holston, 2010, p.208).

Força motriz da continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista¹²⁷ e da Marcha para o Oeste, a capital é forjada no discurso colonialista de “vazio demográfico” do Planalto central, que durante sua construção – imagética e territorial –, operou como máquina de colonização e apagamento de territórios e povos originários e ancestrais que ocupavam a região muito antes de Kubitschek declarar-se como “bandeirante fundador” de suas terras. Desse modo, Juscelino se apropria da imagem do novo bandeirante e logo na “Primeira Missa em Brasília”, em 1957, escreve:

Escolhi a data de 3 de maio por me parecer a mais expressiva, já que recordava a missa mandada dizer por Pedro Álvares Cabral. As duas cerimônias se equivaliam em simbolismo. A primeira assinalara o descobrimento da Nova Terra; e a segunda, quatrocentos anos mais tarde, lembraria a posse efetiva da totalidade do território nacional. (Kubitschek, 2000, p.87)

JK celebra assim a reencenação da imagem do evento de 3 de maio de 1500 representada na pintura de Meirelles (1861), que após 457 anos foi revisitada, “chanfrando na terra o signo

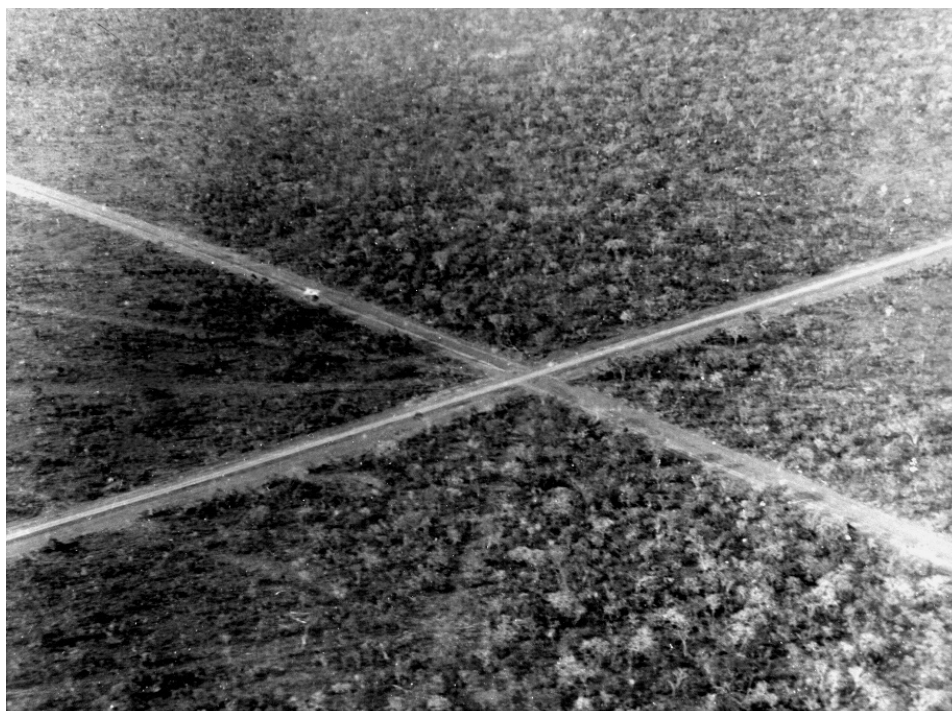
¹²⁵ TAVARES, Paulo. A capital colonial. Revista ZUM, Instituto Moreira Salles, 28 jul 2020. Disponível em: <https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>

¹²⁶ Brasília aqui é entendida como o Plano Piloto (RA I); e o Distrito Federal como o conjunto das 35 Regiões Administrativas (RAs).

¹²⁷ Durante sua trajetória, especialmente nos anos 1940 e 1950, a Revista O Cruzeiro – uma das mídias impressas mais importantes da época e pioneira na formação do jornalismo fotográfico moderno no Brasil – documentou as investidas “civilizatórias” do Estado brasileiro nos sertões indígenas como uma marcha em direção ao “progresso” (Tavares, 2020). Segundo Tavares, as fotografias funcionavam como efetivos “instrumentos operativos” para o processo de colonização e legitimação da violência das práticas coloniais.

da cruz”¹²⁸. Lucio Costa se apropria do mesmo gesto para conceber a nova capital, como “um ato deliberado de posse, [...] um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. [...] Dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.” (Costa, 1991, p. 20).

Figura 11: Cruzamento do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário (1957).



Fonte: Mário Fontenelle - ArPDF.

Quando observamos a intenção de situar Brasília como uma continuidade da invasão das Américas, fica difícil ceder à interpretação patrimonial sobre a modernidade e a integração nacional-racial que a nova capital supostamente representa, da mesma forma que é impossível dissociar o imperialismo europeu do genocídio de povos ameríndios. E, no entanto, em sua paisagem material e imaterial, Brasília segue memorializando os feitos do colonialismo, alinhando a história da conquista com o sentimento da nacionalidade, ao mesmo tempo que silencia a violência que isso representa. (Tavares, 2020)

É com esse *modus operandi* de apagamento de identidades e sujeitos e ocultação de suas reais intenções por meio da colonização das memórias e imaginários que a capital forjou nas décadas seguintes seu processo de urbanização, que desde o início, esteve calcado na condição político-ideológica seletiva de preservação do Plano Piloto sob o discurso e justificativa sanitaria e patrimonial – que carrega uma prática urbana social e racialmente excludentes (Coelho, 2017; Lemos, 2022).

¹²⁸ Como descreveu Mário Pedrosa.

2.2 A ERRADICAÇÃO COMO PRÁTICA ORDENADORA DE APAGAMENTO

2.2.1 DOS ACAMPAMENTOS E VILAS ÀS SATÉLITES: ENTRE POLÍTICAS DE CONTENÇÃO E SEGREGAÇÃO (1958-1971)

Dessa forma, o Estado se utilizou de variadas manobras de controle social para legitimar sua política higienista. No decorrer das décadas, houveram sucessivas políticas violentas de controle de migração, de erradicação e remoções forçadas de ocupações e vilas operárias de trabalhadores migrantes e suas famílias¹²⁹ que surgiram nas proximidades do Plano Piloto e seus canteiros de obras, como a Vila IAPI constituída pelo Morro do Querosene, Vila Bernardo Saião, Vila Tenório, Vila Esperança, a Vila Amaury próxima à Vila Planalto, Vila Sara Kubitscheck, assim como a Sacolândia, Lonalândia, entre outras. A construção da capital estimulou um intenso fluxo migratório de famílias nordestinas pretas e pardas, com expressiva presença de mineiros e goianos das áreas rurais (Castro, 2010), que se fixaram sem nenhuma infraestrutura e posteriormente foram sendo removidas com políticas de “realocação” e erradicação conforme as construções foram avançando (Lemos, 2017).

Figura 12: Jornal da época da construção de Brasília tratando os trabalhadores como “escravos”.



Fonte: *Frame 1h 55 min 57s* do filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1992).

No decorrer das obras, os candangos¹³⁰ eram forçados a deixar a capital, nos sucessivos programas de retorno de migrantes implementados a partir de 1963, integrados à políticas de não-oferta de moradias nas décadas seguintes¹³¹, ou eram removidos para localidades

¹²⁹ Já na inauguração, Brasília já contava com 127 mil habitantes (Paviani, 1985, p.60) e era composta pelo núcleo bandeirante e 14 acampamentos (Bicalho de Souza, 1989, p.34).

¹³⁰ Como aponta Guilherme Lemos (2017), a categoria e a imagem do “candango” agenciou e ocultou os corpos negros e de mulheres na construção da história de Brasília, destinados a ocupar os limites da não-vida no DF. James Holston (2010) argumenta que houve uma clara estratificação social definida por meio dos conceitos “pioneiro”, aquele funcionário de Estado escolarizado, e o “candango”, trabalhador braçal estereotipado, não-escolarizado e pobre.

¹³¹ Segundo Gouvêa (2010), o Estado incrementou a política de não-oferta de moradias como uma equivocada medida de contenção do fluxo migratório (de maioria negra) para a capital, visto pelo Governo como um “problema

distantes do Plano Piloto, entre 12 e cinquenta quilômetros, ou até mesmo para fora do Distrito Federal, nas áreas próximas à cidade de Luziânia/GO, em assentamentos desenvolvidos a partir de 1958, que originaram e/ou expandiram as várias cidades-satélites (Gouvêa, 2010, p.92-97).

Um exemplo destes processos foi a “Operação Retorno”, uma das primeiras ações instituídas logo após o golpe militar de 1964. Como aponta Marcos Santos (2020, p.11-12), esta operação patrocinada pelo GDF, buscava não apenas realocar cerca de 6 mil trabalhadores para suas regiões de origem, como também inibir a vinda de pessoas em situação de desemprego. Segundo Santos, a operação visava realizar a remoção de sujeitos que estavam na condição de “mão de obra ociosa” e que poderiam gerar “problemas futuros”. Assim, fica claro como “a presença dos candangos é lida como uma incubação de marginalidade e incivilidade e um empecilho para a sociedade brasiliense”.

O que se percebe é a existência de uma política organizada que visava manter a ordem da cidade de Brasília, através da classificação de populações e regiões, exercendo, então, a função de categorizar os sujeitos que poderiam representar uma ameaça à segurança da capital, diagnosticando, assim, o território negro e o corpo negro como um inimigo a ser combatido em prol do progresso da cidade de Brasília. (Santos, 2020, p.12)

Segundo Marcos Santos (2020, p.12-13), os jornais foram a plataforma em que o caráter psicológico de naturalização e legitimação dos processos eugenistas e separatistas apareceu por meio do agenciamento de discursos e narrativas tensionadas e veiculadas sobre corpos indesejados e “danosos” ancorados no “medo dos territórios negativamente racializados saírem do controle”. Desta maneira, o Estado adotou processos e tecnologias urbano-segregacionistas violentas, lançando as classes populares e trabalhadores¹³² do Plano para cidades-satélites distantes, desassistidas de infraestruturas básicas de sobrevivência – como água, luz, saneamento, postos de saúde e energia –, desenvolvendo uma política de controle/repressão social ancorada em mecanismos de confinamento e expulsão de mão de obra “ociosa”, aliados a reprodução de estigmatizações e subalternizações nos discursos oficiais (Santos, 2020; Gouvêa, 2010).

Antes mesmo da inauguração da capital, como sabemos, as remoções de assentamentos e favelas em torno do Plano ocorriam a todo vapor. Os candangos foram removidos para as satélites recém-criadas de Taguatinga (já em 1958), Sobradinho e Gama; em 1970 em plena ascensão do regime ditatorial, é instituído um duro e violento episódio, a *Campanha de Erradicação de Invasões* (CEI) de moradores da Vila IAPI que originou Ceilândia; e num *continuum* temporal 1985-1989, o Estado age em três direções: “erradicação” de favelas do

social crônico”. Essa pseudossolução faz parte de um processo de patologização de territórios negros e periféricos tratados como um empecilho ao avanço da suposta “modernidade”.

¹³² Trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda majoritariamente negros e negras.

Plano Piloto e Taguatinga, fixação da Vila Paranoá e ocupação cooptada de nova localidade, a Samambaia (Paviani, 2010, p.141). No entanto, durante tais processos, também houveram intensas mobilizações e resistências populares, contrariando narrativas que visam ocultá-las e negá-las sob o prisma da repressão social dos *anos de chumbo*:

o movimento popular sempre se posicionou contrário à ação governamental, pois ficava patente a defasagem entre o que era ofertado pelo poder público e as necessidades habitacionais da população. [...] Foram as lavadeiras de Taguatinga, protestando contra a retirada da bomba d'água, em 1960, os comerciantes do Núcleo Bandeirante lutando pela sua fixação em 1961, foram os incansáveis moradores de Ceilândia na década de 1970 e os moradores da Vila do Paranoá em 1980 lutando pela urbanização da vila. Todos obtiveram do governo alguns ganhos nas suas lutas (Gouvêa, 2010, p.101)

Esses processos de apagamento e remoção atravessavam os candangos por diferentes dispositivos de violência e exclusão. O massacre da construtora Pacheco Fernandes ocorrido em fevereiro de 1959, pouco antes da inauguração de Brasília, é considerado uma das maiores tragédias da capital. A chacina expressa no documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” de Vladimir Carvalho, foi marcada pela extrema violência da Guarda Especial de Brasília (GEB) que assassinou e ocultou os corpos de trabalhadores metralhados no alojamento, que se revoltaram contra as precárias condições de trabalho oferecidas no acampamento da construtora. O caso foi abafado e ocultado por todas as mídias brasileiras. Outro episódio ocorreu no ano da inauguração de Brasília. A Vila Amaury¹³³ que abrigava mais de 15 mil moradores¹³⁴ foi inundada – ou melhor, afogada – para dar lugar ao Lago Paranoá – demarcado no projeto do Plano Piloto de Costa –, criado artificialmente a partir do represamento do Rio Paranoá.

Figura 14: Vista da Vila Amaury.



Fonte: Instituto Moreira Salles/RJ.

Figura 13: Vista da Vila Amaury.



Fonte: Acervo Paulo Manhães.

¹³³ Ver vídeo do projeto “Brasília Submersa” (2010) de autoria do fotógrafo e mergulhador Beto Barata, que resgata a memória da Vila Amaury a partir de seus vestígios submersos no Lago e depoimentos de trabalhadores envolvidos nas obras da barragem.

¹³⁴ “Vila Amaury, uma cidade submersa”. Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/vila-amaury-uma-cidade-submersa-9b3e48dc8d12>

Tais conflitos demonstram como o Estado carimbou o ordenamento territorial do Distrito Federal na lógica centro-periferia, destinando as cidades-satélites – hoje Regiões Administrativas (RAs) – a dezenas de quilômetros para fora dos limites da “Faixa de Segurança Sanitária” ou “Faixa Sanitária” da Bacia do Paranoá (delimitada pela rodovia DF-001), como a criação de Taguatinga, Gama, Sobradinho e Ceilândia. Assim, o argumento ambiental e patrimonial era, e ainda é manejado de forma a garantir a segregação¹³⁵ sociorracial e espacial da capital (Lemos, 2022).

O discurso sanitário de contenção do suposto processo de poluição causado pela explosão demográfica de “invasões”¹³⁶, foi utilizado para proibir e frear o processo de ocupação de trabalhadores migrantes em torno do Plano. Dessa forma, a Faixa Sanitária foi definida exatamente no mês da chegada de famílias nordestinas fugidas da seca de 1958, e que no mês seguinte Taguatinga, seria criada fora de seus limites para abrigar os moradores da Vila Sarah Kubitschek (Lemos, 2017). Como aponta Lemos (2022), segundo documentos da NOVACAP, uma das principais funções da Faixa seria a preservação das nascentes por meio da contenção de ocupações com o pretexto de assegurar a saúde e segurança da população do Distrito Federal.

2.2.2 ENTRE DISCURSOS, PRÁTICAS E CONTRADIÇÕES: INSTRUMENTALIZAÇÃO E RADICALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO SANITARISTA (1971-1985)

Foi por meio desse discurso que em 1970, em plena ascensão do regime ditatorial, é instituído um duro e violento episódio, a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), no governo de Hélio Prates (1969-1974), que removeu e erradicou 82 mil habitantes das “invasões” da Vila IAPI, maior aglomerado de vilas-favelas do Distrito Federal (Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Querosene), dando origem a Ceilândia. Criado no mesmo ano (1970), o Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO) agiu simultaneamente à CEI, como um instrumento de legitimação técnica e construção da política higienista e sanitária do Estado embasado por diagnósticos supostamente técnicos e de aplicação completamente arbitrária.

A CEI, entre 1970 e 1976 erradicou e expulsou 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto (GOUVÊA, 1995, p.71). Essa face perversa da CEI, é exposta no documentário “A

¹³⁵ Segundo Villaça (2001, p.142), a segregação é o processo no qual “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Para Villaça, é o processo mais marcante das cidades brasileiras e definidor da sua estrutura espacial intraurbana, que se dá através da luta e disputa social e de classes por localidades, como também, pelo domínio das condições de deslocamento e vantagens produzido pela classe dominante, que utiliza o espaço urbano como um mecanismo de exclusão, necessário à dominação social, econômica e política.

¹³⁶ Termo constantemente utilizado pela mídia e o GDF para se referir aos assentamentos e ocupações de trabalhadores de baixa renda.

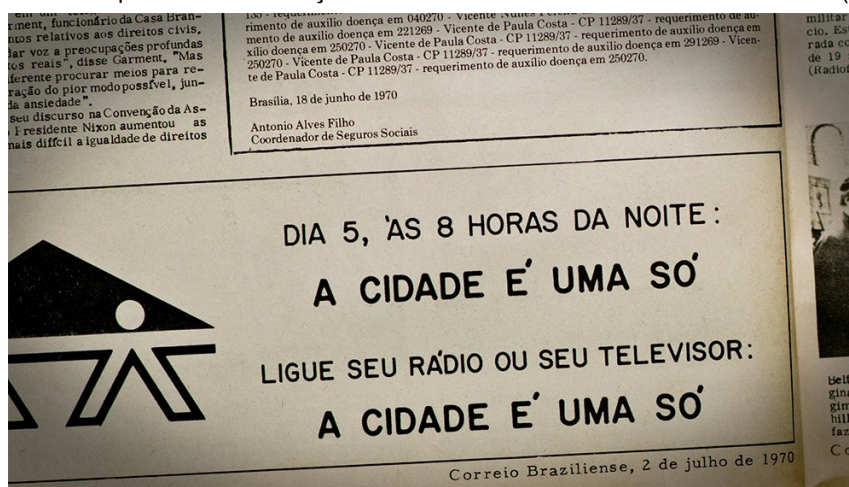
cidade é uma só?” de Adirley Queiroz, título do *jingle* da Campanha publicitária do Governo do Distrito Federal (GDF) para convencer a população que a mudança seria positiva com a promessa de um “lugar melhor”. Por meio do *slogan* “A CIDADE É UMA SÓ” amplamente divulgado, a Secretaria de Comunicação elaborou um vídeo com crianças cantando: “Vamos sair da invasão, você que tem um bom lugar pra morar, nos dê a mão, ajude a construir nosso lar. Para que possamos dizer juntos ‘A cidade é uma só!’”. Nancy, selecionada para o coro do *jingle* na época e removida da Vila IAPI, conduz a narrativa do documentário, e relata emocionada:

tava você lá, no seu barraco, tranquilamente. Aí, de repente, chegava uma equipe e fazia um “X” no seu barraco. E não tinha muita explicação, né? Você não entendia muito bem o porquê daquele “X”. E esse “X” era pra indicar que o barraco já estava, de fato, legalizado dentro da Vila do IAPI, pra ser transferido pra Ceilândia. Então, quem tinha um “X” no barraco é porque tinha sido “sorteado” pra ir pra Ceilândia.

[...]

Se tinha opção de ficar lá? Não. Não tinha opção. Eles queriam limpar o lugar. Então, ou era pra Ceilândia, ou cada um se virava para ir pra outro lugar.¹³⁷

Figura 15: Campanha de Erradicação de Invasões noticiada no Correio Braziliense (1970).



Fonte: *Frame* do Documentário “A cidade é uma só?”, Adirley Queirós, 2013.

Há então uma enorme carga de violência simbólica nessas remoções forçadas. Mais uma vez é evocada a memorialização do gesto colonialista da cruz com o X marcado nos barracos, legitimando a tomada de posse e apagamento da Vila IAPI. Tal gesto de “refundação” da capital é utilizado/resgatado criticamente na construção imagética do documentário “A cidade é uma só?” (2013) e na recente exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença

¹³⁷ Nancy, em 31 min e 8s. Documentário “A cidade é uma só?” de Adirley Queiroz. Disponível em: <https://youtu.be/vVlqCVKdIXA>

negra na história do Distrito Federal”¹³⁸ (2019), que enfatizam o colonialismo enraizado nos processos de urbanização do DF a partir de narrativas contra-hegemônicas.

Figura 16: Cartaz do Documentário A cidade é uma só? (2013).



Fonte: Adirley Queirós, 2013.

Figura 17: logo da Exposição Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal.



Fonte: PPGHIS/UnB, 2019.

Nesse sentido, houve uma ampla campanha de naturalização e legitimação da violência sofrida pela população “transferida” nos jornais e meios de comunicação, que visava dar um tom de “sensibilização” e “assistência permanente aos favelados” com campanhas de arrecadação¹³⁹ voluntárias de materiais para reconstrução dos barracos da população removida para Ceilândia, “visando a sua integração social”¹⁴⁰ e “valorização da pessoa humana”¹⁴¹. Dessa forma, a Campanha de Erradicação de Invasões construiu com discursos sanitaristas, eugenistas e assistencialistas sob o lema “A CIDADE É UMA SÓ”, ocultando as intenções dos responsáveis pela segregação, que se saíram como os “agentes da inclusão social”, como aponta documentos oficiais do executivo:

A remoção atende a dois objetivos: primeiro, acaba com as favelas que se situam dentro do anel sanitário da cidade, ameaçando de poluição as águas do lago; segundo, permitirá população favelada melhores condições de vida.

Inspiradas por esse esforço do Governo do Distrito Federal, numerosas senhoras decidiram, voluntariamente, organizar uma ação paralela de apoio, conclamando a população de Brasília a dar também sua parcela de ajuda às 100 mil pessoas que serão removidas.

Essas pessoas precisam muito de madeira, tábuas, pregos, telhas, tijolos, cimento, para reconstruírem seus barracos, em melhores condições, nos lotes que lhes serão destinados.

¹³⁸ Ler sobre a exposição em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/exposicao/fotos-refletem-sobre-presenca-negra-no-df-em-mostra-no-museu-nacional>.

Materiais disponíveis em: <https://www.instagram.com/historianegradf/>

¹³⁹ Segundo Jornais e meios de comunicação da época, foram implantados pelo GDF postos de arrecadação de materiais no Plano Piloto e seu entorno imediato.

¹⁴⁰ Diário Oficial. Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, ANO III – N°. 105, 4 de setembro de 1970, p.2.

¹⁴¹ Diário Oficial. Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, ANO III – N°. 101. 8 de julho de 1970, p.1.

A Campanha de Erradicação de Invasões - CEI - conta, pois, com sua ajuda. Sabe que você não deixará de colaborar para que desapareçam as favelas da cidade e seus habitantes tenham uma vida melhor, pois, afinal, a CIDADE É UMA SÓ.¹⁴²

Nessa esteira, após institucionalizar a CEI, o Governador Hélio Prates, apresenta “um mapa do Zoneamento Sanitário do Distrito Federal, por alguns denominado a ‘Nova Bíblia do DF’, em face da grande importância que estes estudos representam para o futuro da Nova Capital, ponto altamente prioritário em seu Governo”¹⁴³.

Figura 18: Hélio Prates expondo o mapa de Zoneamento Sanitário do DF.



Fonte: Fonte: Diário Oficial do DF, 1971.

Paralelamente à CEI, o GDF cria em 1973 a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), que utilizou a prerrogativa do monopólio de terras do Estado e sua exclusividade nas ações de planejamento para reproduzir uma prática de estocagem de terras próximas e no entorno do Plano Piloto utilizando três premissas que forjaram um consenso artificial/ideológico sobre como deveria ser realizado o planejamento e a expansão da capital: (1) que Brasília corria risco de perder suas características originais de quatro escalas (Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica); (2) que Brasília corria riscos de perder seu caráter de cidade administrativa; (3) e que a bacia do Lago Paranoá estaria em eminente risco ambiental (reforçada pelo PLANIDRO) (Oliveira, 2021, p.18-19).

Esse *modus operandi* sanitaria do planejamento urbano fica mais evidente quando uma das justificativas para a escolha do local de Ceilândia no relatório de 1973 é: “área localizada fora

¹⁴² Diário Oficial. Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, ANO III – N°. 105, 15 de julho de 1970, p.2.

¹⁴³ Diário Oficial. Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, ANO IV – N° 57. 20 de abril de 1971, p.2. A denominação do Zoneamento Sanitário instrumentalizado no PLANIDRO como a “Nova Bíblia do DF” pelo executivo, sugere seu caráter rígido, inexorável e central no planejamento urbano da capital. Torna-se um “guia obrigatório”.

da faixa de segurança sanitária” (SEDES-DF, 1973, p.24). No entanto, tal justificativa ancorada na proteção do lago e das nascentes, com o decorrer dos anos se torna contraditória, pois até 1984, não havia preocupação alguma por parte do GDF com os dejetos da população da Asa Sul e da Asa Norte que eram lançados no Lago Paranoá (Lemos, 2022). Tais processos demonstram como o planejamento urbano molda a segregação sociorracial do DF, selecionando quem possui acesso ao direito à cidade:

os argumentos ambientais de proteção da Bacia do Paranoá valeram como suporte para o discurso enganador, na tentativa de justificar a erradicação e valorização de área nobre, pois o mesmo espaço de remoção seria ocupado, pouco tempo depois, com moradias voltadas para a classe média e alta (Setor de Mansões Park Way, Guará II e diversos condomínios, inclusive o novíssimo Setor de Mansões IAPI). Cabe ressaltar que, a proteção da Bacia do Paranoá era sustentada pelo PLANIDRO, que visava proteger a saúde da população do Distrito Federal. (Oliveira, 2008, p.72-73)

Conforme aponta Rocha (2021, p.264), “o projeto do então denominado Setor de Mansões Suburbanas Park Way teria começado a ser esboçado no final de 1956, por Lucio Costa, a pedido do Departamento de Terras e Agricultura (DTA), para ser o ‘cinturão verde’ do Plano Piloto”. Tal afirmativa demonstra como o GDF foi seletivo quanto à ocupação das áreas do entorno do Plano, destinadas apenas às classes médias altas. Além disso, segundo Lemos (2022) e Derntl (2020), o movimento para construção das cidades-satélites ocorreu quase que concomitantemente ao concurso que elegeu o Plano Piloto de Lúcio Costa. Segundos os autores, isso pode ser constatado nas decisões tomadas pela NOVACAP desde 1957, antes mesmo das remoções para Taguatinga (1958). Portanto, as ações de planejamento do GDF visaram desde o início da concepção da capital excluir e segregar apenas a classe trabalhadora negra de baixa renda.

Os espaços contidos no interior da Faixa, que foram alvo de intensos conflitos e disputas travadas pelo GDF com candangos, passam a ser destinados à produção do complexo imobiliário-financeiro para as classes médias e altas ligada à intensa ocupação informal de condomínios resultantes da grilagem articulada à inação e tolerância seletiva do Estado. Como aponta Marcilda Rocha (2021, p.254-260), o período de 1958-1975 representa a implantação e consolidação do Plano Piloto, onde foram destinados (neste período) 44,83% dos projetos elaborados no DF pelo Estado, paralelamente à inserção de assentamentos fora dos limites da Faixa Sanitária – com exceção do Guará¹⁴⁴ I (1967) e II (1969) destinados principalmente a militares e servidores públicos.

A partir do período da Campanha de Erradicação de Invasões, Rocha (2021) indica que o planejamento estatal se volta para as demais RAs, principalmente Taguatinga, Ceilândia e

¹⁴⁴ O Guará foi criado no interior da Faixa a poucos quilômetros da Vila IAPI, que nos anos seguintes foi removida para dar lugar a Ceilândia.

Samambaia, ao mesmo tempo que despontam ocupações e parcelamentos irregulares de baixa renda (Paranoá Velho, Varjão, Itapoã, Fercal, São Sebastião) que foram objeto de poucos projetos governamentais no decorrer das décadas. Durante intensas campanhas de erradicação de ocupações, também surgem (fora dos limites da Faixa) os primeiros condomínios do DF – todos localizados em Áreas de Proteção Ambiental (APA) –, que em 1988, já somavam cerca de 170 parcelamentos irregulares¹⁴⁵, sendo que apenas 20 possuíam processo aberto junto ao Poder Público, decorrente de ações de fiscalização (Freitas, 2013).

Em meio ao crescimento desenfreado de condomínios irregulares neste período, principalmente na porção sudoeste-nordeste do território do DF, é promulgada a Lei nº 54/89, a qual permite que os parcelamentos de solo sejam registrados e reconhecidos pelo Poder Público, além da criação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/1992), que age fortemente no processo de desenvolvimento de ações de regularização destes parcelamentos existentes, que a partir daí passam a ser reconhecidos pelo GDF (Freitas, 2013). Tal avanço das ocupações demonstra no decorrer das décadas a inexistência de uma política habitacional ampla e inclusiva pelo Estado, que se mostra incapaz de suprir as demandas por moradia e passa a tolerar a ocupação desenfreada de áreas ambientalmente sensíveis, enquanto age na centrifugação violenta de favelas e ocupações de baixa renda.

Ao permitir a consolidação de inúmeros assentamentos em áreas sensíveis e sem maior planejamento oficial ao nível local ou global, o Poder Público declina da sua prerrogativa de ator principal na antecipação de pensar a cidade e passa a buscar a regularização desses empreendimentos, sendo corresponsável. Nesse local vago que surge pelas limitações do Estado, a iniciativa privada vem cada vez mais atuando indiretamente no planejamento urbano com o parcelamento de terras particulares ou em terras públicas implantando condomínios fechados informais, muitas vezes sem autorização governamental. (Rocha, 2021, p.260)

Na esteira, o estudo Brasília Revisitada¹⁴⁶ (1987) passa a propor o adensamento de áreas interiores da zona de contenção sanitária sob a pressão para construção de novas áreas habitacionais centrais para abrigar as classes médias. Lúcio Costa que em 1974¹⁴⁷ se posicionou contra a construção de novos bairros na Bacia do Paranoá para evitar a “descaracterização” do Plano original, afirma que “uma vez assegurada a proteção de que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação – predominantemente residencial – em áreas próximas ao “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá” (Costa, 1987, p. 26).

¹⁴⁵ Conforme aponta Freitas (2013), 60% dos parcelamentos irregulares neste período estavam localizados no Jardim Botânico e os demais em Sobradinho, Santa Maria e Gama.

¹⁴⁶ DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 14 out 1987.

¹⁴⁷ No I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília do Senado Federal.

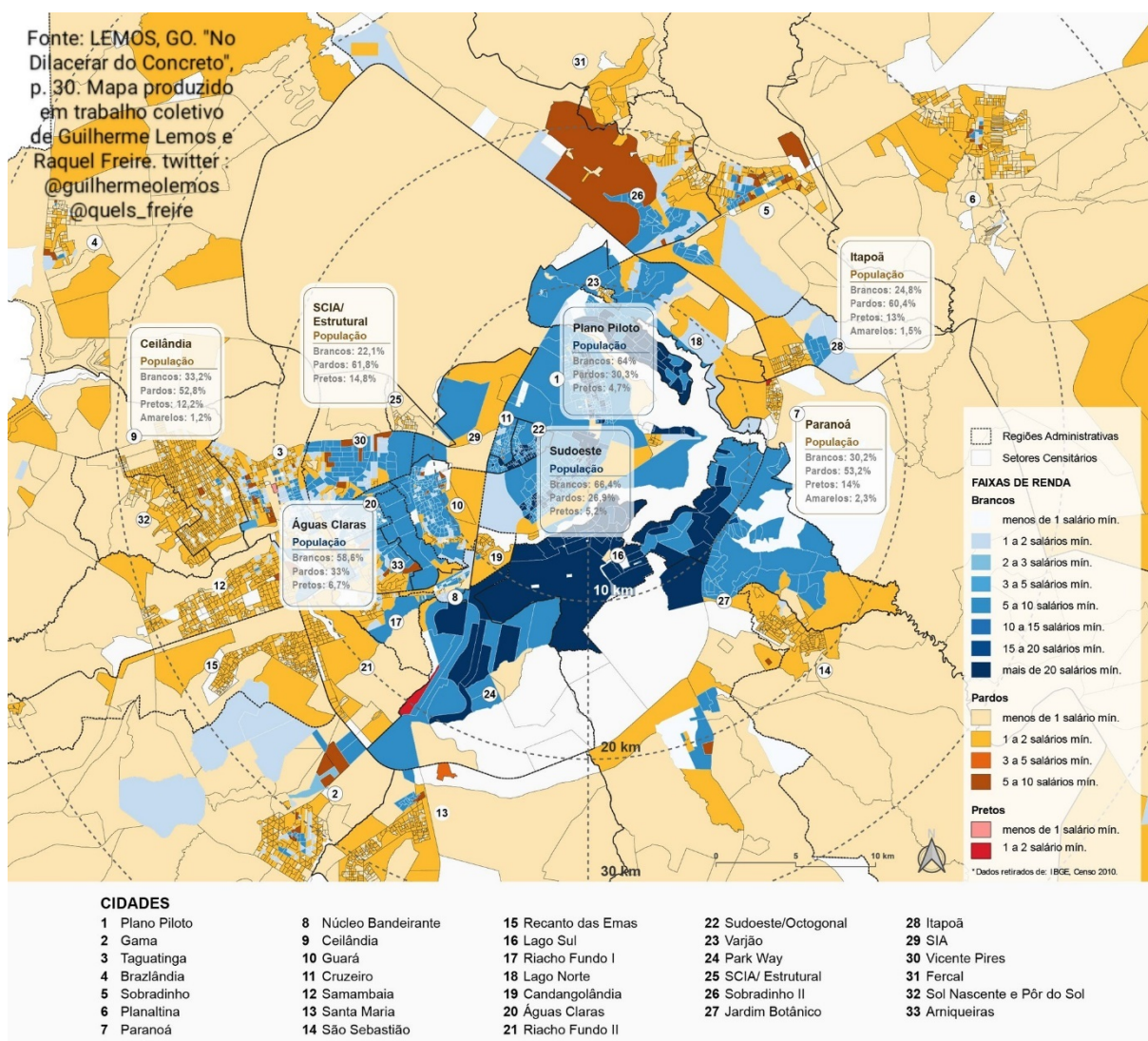
Assim, Costa propõe, contraditoriamente, a criação de seis novos bairros no entorno do Plano e do Lago, como os atuais Sudoeste e Noroeste que atenderam à demanda do mercado imobiliário de alto padrão construtivo, a Nova Asa Sul (Setor de Mansões Dom Bosco) que foi convertida em grandes residências unifamiliares de alta renda e Nova Asa Norte (não implantada), além do adensamento do Setor de Mansões Park Way por meio de condomínios. Definiu, ainda, a fixação das Vilas Planalto e Paranoá e diretrizes para a orla do lago.

Antes de caráter “intocável”, tais áreas passariam então a ser o reduto das elites locais/nacionais, asseguradas pelo Estado paternalista que age na erradicação de ocupações de baixa renda qualificadas como “invasões” e naturaliza no decorrer das décadas condomínios de média e alta renda e suas frentes de ocupação irregular articuladas à grilagem de terras que permaneceram intactas. Dessa forma, as áreas propostas por Lúcio Costa se tornaram chamariz para a especulação imobiliária, enquanto outras nem sequer foram ocupadas, e mais tarde, se tornaram alvo de ocupação irregular por condomínios fechados, assegurados por legislações permissivas e instrumentos legais utilizados arbitrariamente, que facilitaram o surgimento, registro e regularização destes parcelamentos (Freitas, 2013).

No mesmo período, foi criado o Setor Habitacional Riacho Fundo com o objetivo de abrigar famílias removidas de ocupações do Acampamento da Telebrasilíia e Núcleo Bandeirante. Também surge Águas Claras (1992) maturada sob o avanço da especulação imobiliária, que foi incentivada pela nova possibilidade da iniciativa privada de parcelar o solo e ofertá-lo, o que era até então atribuição exclusiva do Poder Público, quebrando pela primeira vez o monopólio da TERRACAP em comercializar lotes urbanos (Freitas, 2013, p.101). Nesse sentido, Águas Claras nasce com o objetivo de preencher¹⁴⁸ e conectar os espaços intersticiais entre o Plano Piloto e Taguatinga atendendo e autorizando a classe média branca do DF a ocupar áreas antes destinadas ao “cinturão verde” de Brasília (Rocha, 2021; Lemos, 2022), como apontam os mapas abaixo:

¹⁴⁸ Mesmo com as novas ocupações irregulares de média e alta renda, principalmente na forma de condomínios horizontais, que foram preenchendo vazios abastecidos de infraestrutura nas proximidades do Plano, o tecido urbano continuou fragmentado e sem articulação entre as partes (Coelho, 2017), constituindo uma espécie de urbanização por “enclavização”.

Figura 19: Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010.



Fonte: Lemos, Guilherme. "No Dilacerar do Concreto", 2022, p.30. Produzido por Raquel Freire, 2021.

O mapa (figura 19) elaborado com dados do último censo do IBGE de 2010 apontam um centro fortemente embranquecido (Lemos, 2022) concentrando alta renda, com destaque para a população autodeclarada branca do Sudoeste (66,4%), Plano Piloto (64%) e Águas Claras (58,6%).

Dados das últimas Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios (PDAD)¹⁴⁹ têm demonstrado que o Distrito Federal é território negro, com 57,4% de sua população

¹⁴⁹ Segundo o estudo "Retratos Sociais DF 2018 – O perfil sociodemográfico da população negra do Distrito Federal" (p.14) com dados da PDAD 2018: "A população negra encontra-se em maior proporção nas Regiões Administrativas dos grupos de RAs de renda baixa (69,6%) e média-baixa (66,6%). Já no grupo de RAs de renda alta, apenas 33,1% da população é composta por pretos ou pardos. As RAs com maior proporção de população negra são Fercal (81,3%) e SCIA-Estrutural (76,6%), ambas do grupo de menor renda. E as Regiões Administrativas com menor proporção de população negra são Lago Sul (23,1%), Jardim Botânico (30,0%), Park Way (30,2%) e Sudoeste/Octogonal (32,2%), todas do grupo de renda alta". Tais dados demonstram como raça e renda se sobrepõem no espaço urbano.

autodeclarada (PDAD, 2021). A Figura 19 demonstra como as desigualdades de renda e raça se sobrepõem¹⁵⁰ no espaço urbano. As RAs SCIA-Estrutural (75,4%), São Sebastião (74%), Fercal (73%) e Paranoá (70,6%) possuem as maiores concentrações de população negra no DF (mais de 70%) e estão no grupo de menor renda domiciliar da capital. Enquanto que as RAs Lago Sul¹⁵¹ (32,7%), Park Way (34,3%), Sudoeste/Octogonal (36,3%) e Plano Piloto (37,5%) apresentam as menores proporções de população negra autodeclarada (menos de 40%) e fazem parte do grupo de maior renda, com as maiores concentrações territoriais acima de 20 salários mínimos.

Os territórios mais negros também são aqueles menos assistidos por infraestrutura básica, recursos e os mais atingidos pelo racismo socioambiental. As RAs que mais sofrem com esgoto a céu aberto são Fercal (53,8%), Estrutural (41,9%) e o Sol Nascente/Pôr do Sol (34,9%) e as três possuem mais de 50% da população negra. Na Fercal, apenas 20% de moradias possuem esgoto tratado, enquanto Plano Piloto e Sudoeste possuem 100% de suas residências com esgoto tratado (INESC, 2023).

Para sustentar esse projeto de exclusão, o GDF reproduziu a partir da década de 1980, reedições violentas das políticas de erradicação e remoções forçadas de trabalhadores e suas famílias a partir de moldes discursivos renovados. Pois a partir de 1987, com o tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e o *Brasília Revisitada* por Lúcio Costa, a ideia de “preservação” se reforçou na tríade “Preservação Ambiental-Funcional-Patrimonial” que serviria de base para legitimar a manutenção do modelo urbanístico segregado e higienista de urbanização, e a partir de então qualquer modificação que representasse alguma ruptura com esse modelo excludente, seria atacado como um risco ao Patrimônio Cultural da Humanidade (Oliveira, 2021). Nesse sentido, passam a predominar nas justificativas de remoção pelo GDF o discurso do controle e contenção da “ameaça à ordem urbanística” com seletividade social e arbitrariedade.

¹⁵⁰ É importante ressaltar que mesmo esses processos não sendo exclusivos do Distrito Federal, mas comuns ao processo de urbanização capitalista das cidades em diferentes níveis, a dimensão racial e as questões de segregação/desigualdade e produção do espaço urbano precisam estar correlacionadas. A tradição acadêmica, historicamente, escamoteia as dimensões raciais nas análises dos processos de segregação socioespacial.

¹⁵¹ Segundo dados divulgados pela FGV em 2023, o Lago Sul é o bairro com maior renda média por habitante no Brasil, alcançando R\$ 23.241. A pesquisa aponta ainda que o patrimônio por habitante no Lago Sul é de R\$ 1,4 milhão, seguido pelo Jardim Botânico, cujo patrimônio por habitante é de R\$ 588 mil. Em terceiro lugar, vem o Lago Norte, com R\$ 505 mil por morador. Ler sobre em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/02/5073753-lago-sul-e-o-bairro-mais-rico-do-brasil-com-renda-media-de-rs-23-mil.html>

2.2.3 RUMO ÀS BORDAS E ENTORNO: REEDIÇÃO DAS POLÍTICAS DE CONTENÇÃO E AVANÇO DAS OCUPAÇÕES INFORMAIS (1985-2019)

Utilizando a tríade da Preservação Ambiental-Funcional-Patrimonial, o governo de José Aparecido¹⁵² (PMDB) (1985-1988) reforça os discursos “mitológicos” da necessidade de preservação do Plano Piloto como “cidade-monumento”, enfatizando as narrativas de que o congelamento do espaço físico conseguiria conter as aglomerações informais. Isso se dá por meio de uma política de expulsão a partir de mecanismos de contenção e ausência de oferta de lotes, que sustentaram a expansão informal das cidades-satélites existentes. Além disso, visando “resolver” a questão habitacional no DF, Aparecido cria duas campanhas: “Retorno com Dignidade” e o “Entorno com Dignidade”, baseadas na expulsão dos recentes migrantes para seus locais de origem (com oferta de passagens de volta) e remoções forçadas de favelas do Plano Piloto para Brasília/GO a mais de 54 quilômetros de Brasília (Quinto Junior; Iwakami, 2010).

Por meio de um controle e fiscalização rígida dos assentamentos com a instrumentalização da TERRACAP, José Aparecido capitaneou a remoção violenta com um forte aparato militar com cavalarias e helicópteros, de quinhentos barracos da Superquadra 110 Norte (1987), ao mesmo tempo que realizava sem licitação concessões de áreas públicas localizadas às margens do Lago Paranoá, como as cedidas ao Clube de Golfe (Gouvêa, 2010).

Na gestão seguinte, Roriz (PMDB) (1988-1990) viabilizou uma grande reedição da Campanha de Erradicação de Invasões de perseguição às vilas operárias – como a Vila Telebrasília que sofreu duros ataques – junto à uma ampla doação de lotes¹⁵³ sem infraestrutura adequada, como forma de angariar votos, tendo Samambaia como espaço-receptáculo das populações removidas. Nesse sentido, a irregularidade se configura como um campo fértil para práticas de clientelismo, especialmente nas áreas mais pobres, reduzindo a necessidade de ações e promessas em troca de votos (Ribeiro, 2021).

Cristovam Buarque (PT) (1995-1998) seguiu a mesma política de expulsão. No mesmo ano (1996) que inicia a regularização da Vila Telebrasília, Cristovam ordena a remoção da Vila Estrutural¹⁵⁴ com amplo aparato policial e bombas de gás lacrimogênio, episódio denominado como o “Massacre da Estrutural”. Nesse sentido, apesar de terem nascido no mesmo contexto histórico, o “apelo patrimonial” da Vila Telebrasília como acampamento de operários que trabalharam na construção de Brasília foi reconhecido e legitimado, enquanto que a Estrutural

¹⁵² José Aparecido foi reverenciado pelas mídias como o Governador que transformou Brasília em Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987.

¹⁵³ Roriz ofereceu lotes para 184 mil famílias, a fim de fazer das satélites um grande “curral eleitoral”.

¹⁵⁴ A Vila Estrutural surge com a inauguração do Lixão em 1960. Seus moradores passam a atuar como catadores, e sem moradia, iniciam a vila ao lado do Lixão, que até seu fechamento em 2018 era considerado o segundo maior da América Latina.

construída por trabalhadores “precarizados”, foi tratada apenas como “invasão”, e que, portanto, deveria ser removida. Tal fato revela como a memória operária e o “pioneirismo” também foram utilizados como instrumento de discurso e legitimação do histórico caráter patrimonialista de exclusão do DF.

Pode-se apontar que a partir dos anos 1990 e começo dos anos 2000, a ocupação urbana informal teve aumento significativo nos espaços intersticiais do território e em áreas sensíveis, apresentando um processo de conurbação urbana, que se estabeleceu como “um chamariz para a ocupação patrocinada pelo Estado para os mais pobres e uma ocupação irregular tolerada para a classe média em seus novos enclaves socioespaciais” (Rocha, 2021, p. 253) ou “enclaves de autosegregação”¹⁵⁵. Assim, a não-ação por parte do Estado também atuou gerando uma estrutura urbana informal e um mercado paralelo de terras com a grilagem, ancorada à normalização de enclaves de média e alta renda e regularização/doação de lotes periféricos como estratégia político-eleitoreira.

Assim, na última década (2010-2019) ocorre um novo ciclo de ocupações informais no DF, onde o planejamento urbano se dedica à regularização e atua cedendo espaço para a iniciativa informal, mas não consegue se antecipar às demandas sociais por moradia, ou promover a integração e democratização dos territórios entre as diversas faixas de renda (Rocha, 2021). Com a ampliação das possibilidades de regularização fundiária em terras públicas proporcionadas pela Lei 13.465 (Brasil, 2017), ignorar a grilagem e depois regularizar os condomínios, mediante o pagamento das famílias de classe média, tornou-se uma prática estatal comum.

2.2.4 A POLÍTICA DO TRATOR AVANÇA NAS PERIFERIAS: NOVOS VETORES DE REMOÇÕES FORÇADAS (2019-2023)

Com a Gestão de Ibaneis Rocha (MDB) (2019-2022)¹⁵⁶, a histórica política higienista de exclusão do DF assume seu DNA mais perverso, violento e repressivo no pós-ditadura. Situado na conjuntura de inflexão ultraneoliberal ancorada na ascensão da extrema-direita no país (pós-golpe de 2016). Ibaneis instituiu uma agenda neoliberal agressiva de desmonte e sucateamento de políticas sociais e serviços públicos; aparelhamento e militarização dos espaços deliberativos de participação social direta; ataque e criminalização dos movimentos sociais e liberdade de manifestação das classes populares; e de aumento vertiginoso de despejos e conflitos fundiários com perseguição truculenta às ocupações de baixa renda.

¹⁵⁵ Para Frey e Duarte (2006) os “enclaves de autosegregação” se constituem quando as classes médias e altas se agrupam em condomínios fechados, distantes dos centros urbanos. No Distrito Federal, podemos observar que estes enclaves de autosegregação também são formados em regiões próximas do Plano Piloto.

¹⁵⁶ Ibaneis (MDB) foi reeleito no 1º turno para seu segundo mandato (2023-2026).

Tais processos acorreram em plena crise sanitária provocada pelo covid-19 (que surge em fevereiro de 2020), que intensificou e escancarou o caráter higienista da gestão. Ao mesmo tempo que o GDF instituiu uma verdadeira política de guerra com operações de despejo cada vez mais violentas, o DF registrava o maior aumento da pobreza no país durante a pandemia (FGV Ibre, 2021)¹⁵⁷ – mesmo se mantendo com o maior¹⁵⁸ PIB per capita do país, com um valor 2,4 vezes maior que a média nacional¹⁵⁹ –, além de um aumento massivo da população em situação de rua, estimada em quase 3 mil pessoas¹⁶⁰ (Codeplan, 2022), diante de uma conjuntura nacional de desmonte de políticas habitacionais com a instituição do Casa Verde Amarela que aplicou um corte perverso de 98% nos recursos da Faixa de Renda 1 (destinada a famílias de baixa renda), somada ao enorme déficit habitacional do DF de mais de 130 mil domicílios. Dessa forma, os históricos moldes segregacionistas da capital foram reproduzidos e catalisados em plena crise social e sanitária. O projeto político higienista continuou a todo vapor.

Mais de 9 mil famílias (cerca de 31 mil pessoas) foram removidas de seus locais de moradia ou estão ameaçadas de remoção desde o início da pandemia no Distrito Federal, segundo dados do mapeamento e monitoramento dos conflitos fundiários da Campanha Despejo Zero DF¹⁶¹ (CDZ/DF). Foram removidas 2576 famílias de 19 ocupações e, outras 4145 famílias de 20 ocupações permanecem ameaçadas ou com o despejo suspenso temporariamente. E apenas dois territórios conquistaram suspensão definitiva: a Ocupação Cultural Jovem de Expressão (Ceilândia) por meio de intensa mobilização e resistência da juventude periférica, e o Dorothy Stang (Sobradinho), que passou a ser inserido nas áreas passíveis de regularização fundiária, como “ARIS Dorothy Stang” mediante o projeto de Lei complementar (SEDUH – PLC da Reurb, 17/11/2020), graças à luta e organização das famílias e trabalhos de extensão do Grupo Periférico (FAU/UnB).

¹⁵⁷ De acordo com a pesquisa, o DF foi a unidade federal que mais empobreceu entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021. A pesquisa aponta que os percentuais de pobreza passaram de 12,9% para 20,8% da população.

Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/31/df-registra-maior-crescimento-da-pobreza-no-paisdurante-pandemia-diz-fgv.ghtml>

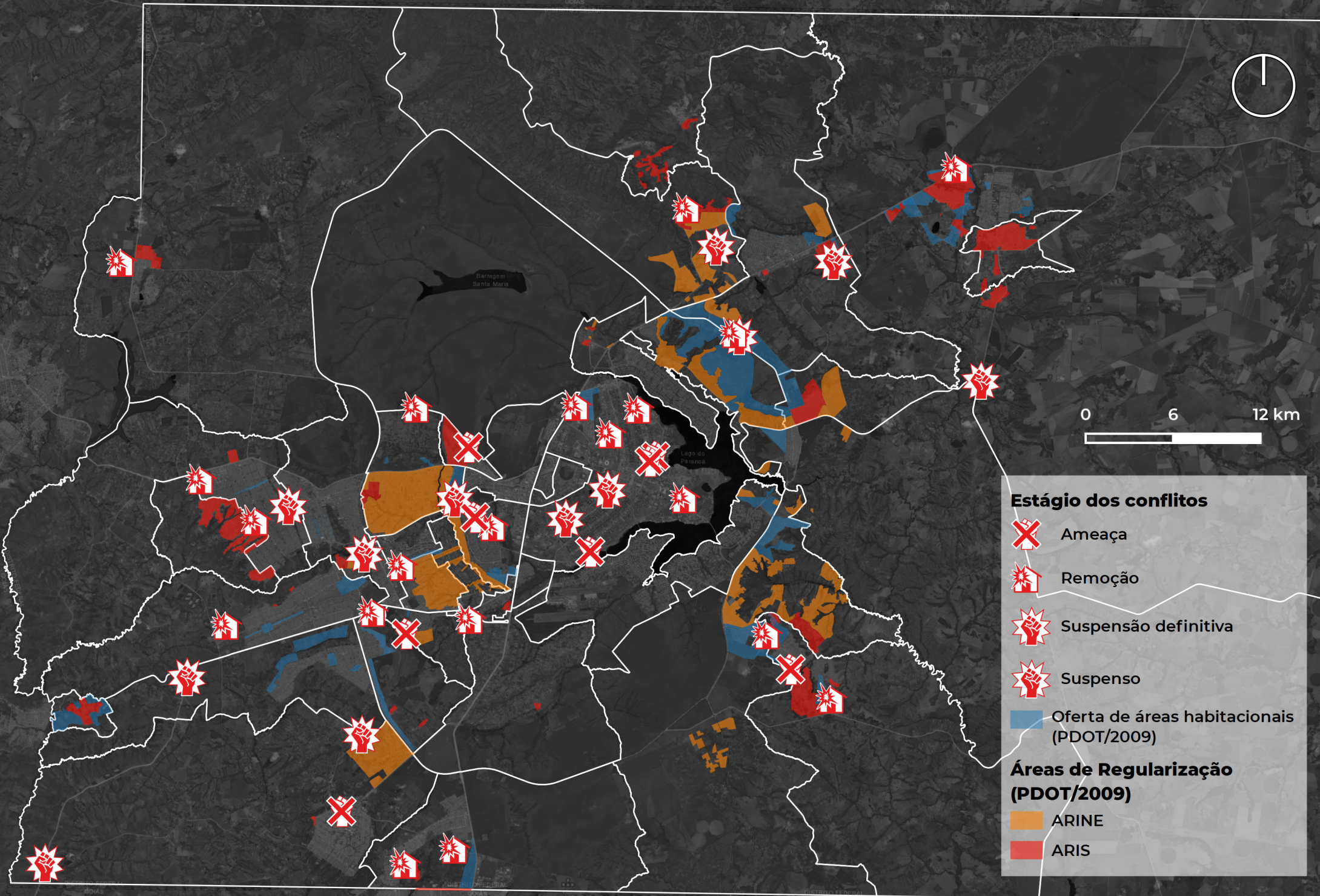
¹⁵⁸ Dados compilados pelo IBGE em 2020. Ler sobre em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs>

¹⁵⁹ Dados divulgados em 2023 pela FGV, indicam que entre os 27 estados brasileiros, o Distrito Federal conta com a maior renda média per capita, no valor de R\$ 3.148,00. Isso se deve à extrema concentração de renda nas áreas centrais, como no Lago Sul. Tais dados revelam as desigualdades abissais no DF. Durante a pandemia, as periferias se empobreceram e as áreas centrais se mantiveram ricas.

Ver sobre em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/14/distrito-federal-lidera-ranking-de-maior-renda-e-patrimonio-por-habitante-veja-a-lista.ghtml>





¹⁶⁰ A pesquisa da Codeplan “Perfil da População em situação de rua no DF”, aponta que a maior parcela da população em situação de rua se concentra no Plano Piloto, com 24,78%.

¹⁶¹ O autor faz parte da coordenação da CDZ/DF e atua no mapeamento e monitoramento dos conflitos fundiários na capital, que é um trabalho feito a muitas mãos, realizado junto à Defensoria Pública (DPDF-NDH), ativistas, coletivos e movimentos populares, com apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF.




0 6 12 km

Estágio dos conflitos

-  Ameaça
-  Remoção
-  Suspensão definitiva
-  Suspensão

Oferta de áreas habitacionais (PDOT/2009)

-  Oferta de áreas habitacionais (PDOT/2009)

Áreas de Regularização (PDOT/2009)



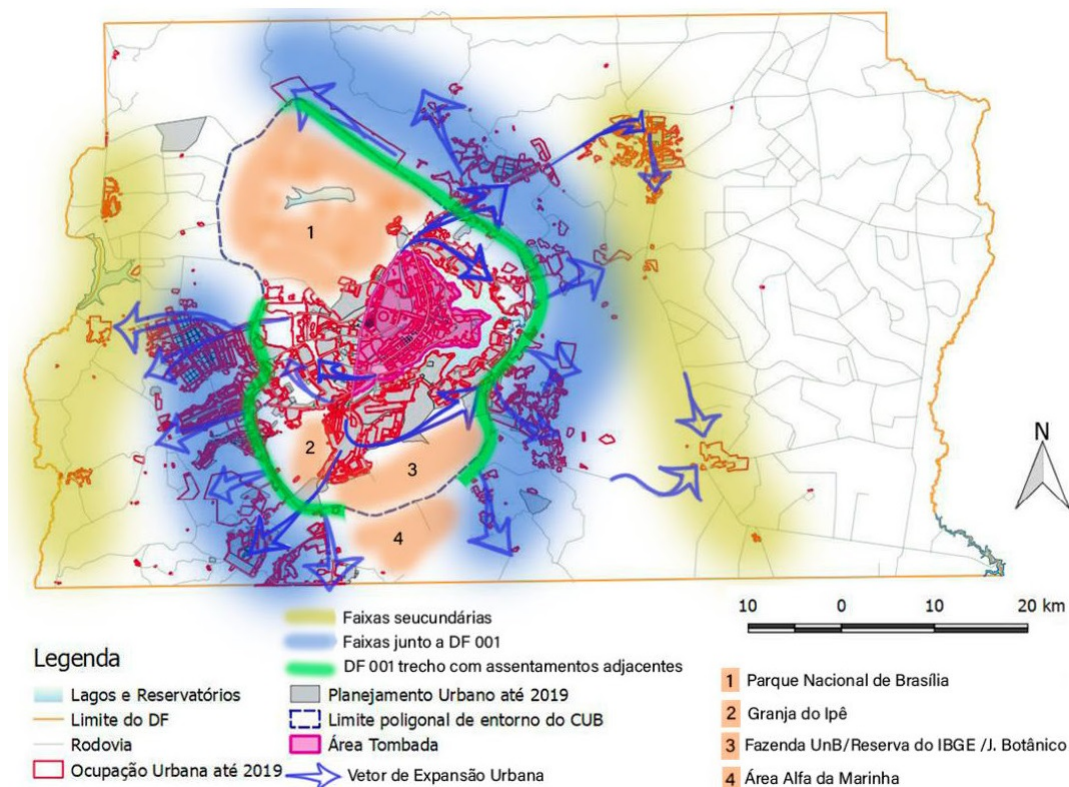
-  ARINE
-  ARIS

Figura 21: Vetores de expansão urbana em 2019 (período 2010-2019).



Fonte: Elaborado por Marcilda Rocha (2021, p.216), com base nos dados do Geoportail e SISDUC.

Os mapas (Figuras 20 e 21) apontam as disputas e conflitos fundiários travados nas frentes de expansão imobiliárias, ancoradas às estratégias¹⁶² de regularização fundiária e ofertas de áreas habitacionais de baixa renda majoritariamente dispostas em RAs periféricas, que passam a ser convertidas em novas reservas de terra para extração de renda, reforçadas pelo PDOT/2009¹⁶³, que reafirma as áreas de expansão urbana estabelecidas pelos Planos de Ordenamento anteriores.

Observa-se uma variedade de vetores de expansão urbana e conflitos fundiários, que inauguram um novo ciclo de remoções forçadas operadas pelo amplo aparato policial e militar do GDF, que passa a mirar territórios periféricos, imersos em um estado crescente de ameaça e transitoriedade permanente. Assim, o planejamento urbano acoplado aos novos dispositivos de controle e ferramentas de monitoramento, sob mando do capital imobiliário-financeiro, avança sobre outras fronteiras territoriais, instaurando uma ampla política de erradicação das

¹⁶² Segundo o PDOT/2009, com base no critério renda, as Áreas de Regularização são classificadas em: (1) Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), voltadas à regularização de assentamentos de baixa renda; e (2) Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE), voltadas à regularização de assentamentos de média e alta renda.

¹⁶³ O PDOT/2009 dá ênfase à regularização fundiária com o propósito de integrar os assentamentos informais à cidade "legal".

ocupações e assentamentos de famílias vulneráveis de baixa renda, por meio da aplicação discriminatória e arbitrária da legislação em nome da “manutenção da ordem urbanística”¹⁶⁴.

Mesmo sob outros vetores, 24,3% dos conflitos fundiários mapeados se concentram no Plano Piloto, que permanece e se configura como território de expulsão-exclusão-exceção legitimado no tripé da preservação ambiental-funcional-patrimonial. Assim, predominam no Plano as ocupações da população em situação de rua e de catadores de materiais recicláveis, que concentram o maior número de operações de remoção e ameaças em relação às outras RAs, devido à política de vigilância repressiva operada por equipes de monitoramento e fiscalização da Polícia Militar e DF Legal¹⁶⁵, que se deslocam diariamente entre as asas, removendo barracos e roubando todos pertences da população, a impedindo de trabalhar.

Um caso que ganhou destaque nacional pela violência instituída nas operações de remoção pelo GDF em plena pandemia, foi a Ocupação CCBB. Localizada a apenas um quilômetro do Palácio do Planalto, composta por 34 famílias chefiadas por mulheres negras que trabalhavam como catadoras de materiais recicláveis. A ocupação resistia há cerca de 40 anos em uma área abandonada pelo poder público, que passou a ser alvo de forte especulação imobiliária para implantação de um possível Parque Audiovisual destinado a empresas privadas de comunicação.

Em 2020, com o avanço da pandemia, Ibaneis intensificou sua política do trator¹⁶⁶ com operações de despejo, ordenando e orquestrando cinco operações ilegais de curto prazo na Ocupação CCBB, executadas pelo DF Legal e pela Polícia Militar de forma violenta, sem qualquer amparo prévio de serviços de proteção social das famílias removidas, o que ampliou a vulnerabilidade dos moradores frente à crise sanitária, além de desrespeitar a Lei Distrital no 6657/2020¹⁶⁷, aprovada em agosto de 2020, que proibia remoções e ordens de despejo durante a pandemia no DF.

A primeira operação ocorreu em junho de 2020, e a segunda em março de 2021, após o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, ter derrubado a liminar que impedia a remoção, autorizando-a com o argumento de que a ocupação se configurava como um atentado e “dano à ordem pública sob o aspecto urbanístico”¹⁶⁸. Contrariando a Lei Distrital no 6657/2020, a operação resultou na derrubada dos barracos e da Escolinha

¹⁶⁴ Justificativa sempre utilizada pelo GDF nos processos e ações de despejo e reintegração de posse.

¹⁶⁵ Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal).

¹⁶⁶ No início de seu mandato (2019), Ibaneis afirma em entrevista que em “invasões”, vai “passar o trator da maneira como está sendo feita”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/03/28/vou-passar-o-trator-diz-ibaneis-sobre-invasoes-no-df.ghtml>

¹⁶⁷ Em setembro de 2021, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), declarou a Lei Distrital 6657/2020, que impedia as remoções durante o período da pandemia, inconstitucional, suspendendo seus efeitos. A alegação é que a proposição da lei, de autoria do deputado Fábio Félix/PSOL, seria de competência do executivo.

¹⁶⁸ Suspensão de liminar e de sentença nº 2910 - DF (2021/0096289-2).

voluntária do local, fundada em 2020, em plena pandemia, para garantir o acesso à educação das 20 crianças em situação de vulnerabilidade da ocupação.

Após ações de resistência por redes de solidariedade de coletivos e ativistas do DF, como a reconstrução da Escolinha do Cerrado, o GDF ordena a terceira e a mais violenta operação, com apoio das tropas de choque, Polícia Militar e o DF Legal equipados com tratores, implantando uma verdadeira zona de guerra contra os coletivos e moradoras com uso de gás lacrimogênio e *spray* de pimenta. Para impedir a derrubada, os movimentos formaram um abraço coletivo em volta da Escola após a chegada da força-tarefa no local, e mobilizaram um amplo movimento nacional de solidariedade nas redes sociais ao levantarem as hashtags *#ocupaCCBBresiste* e *#DespejoNaPandemiaéCrime*. Mas não foi o bastante para deter a remoção e a prisão das lideranças do movimento de resistência.

As famílias de catadores de material reciclável e indígenas que ocupam a área de expansão imobiliária do Setor Noroeste também têm sido submetidas a despejos violentos. Desde 2008, o complexo imobiliário tomou do Santuário dos Pajés – território ancestral símbolo de resistência e espaço sagrado fulni-ô, Guajajara e Wapixana – pelo menos 72 hectares de terra para construção de condomínios de luxo.

Lideranças indígenas como o pajé Santxie Tapuya enfrentaram tratores, capangas, mega empresas e o próprio governo em defesa do Cerrado, uma vez que os empreendimentos foram erguidos dentro de uma unidade de conservação. O conflito começou em 2008, quando lotes do setor Noroeste começaram a ser vendidos. De fato, apesar de conseguir manter 30 hectares do território original, o líder Santxie Tapuya, não conseguiu evitar que edifícios de alto padrão fossem construídos sob um cemitério indígena e sob um importante aquífero.¹⁶⁹

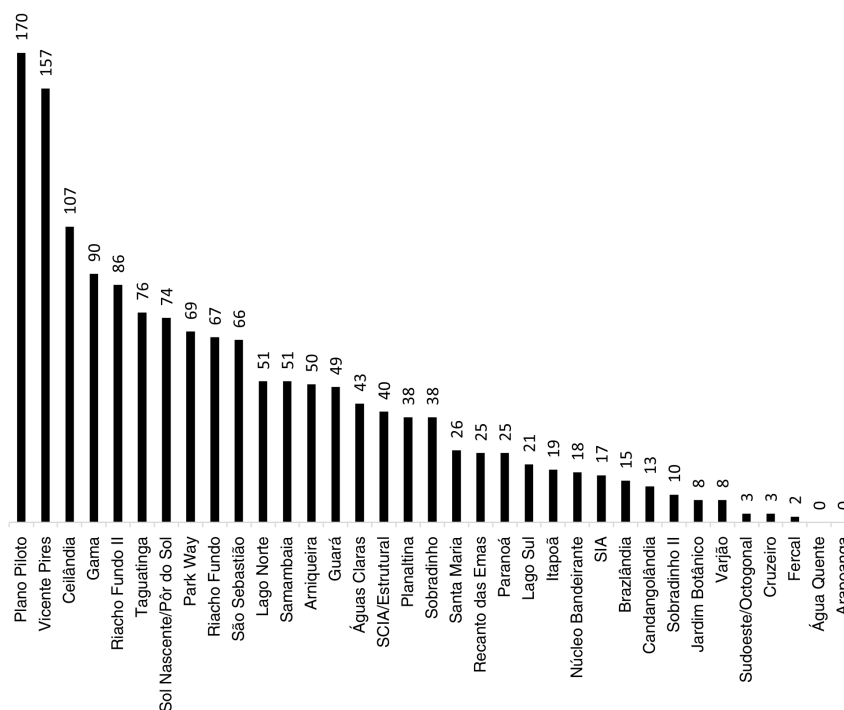
Os dados da quantidade de operações¹⁷⁰ realizadas por RA durante a pandemia¹⁷¹ (gráfico 1), reforçam a hegemonia do Plano Piloto como território de expulsão-exclusão-exceção, onde concentram 11% de todas as operações realizadas no DF. Tais dados complementam o mapeamento dos conflitos fundiários da CDZ/DF e nos oferecem subsídios para análises mais consistentes.

¹⁶⁹ Artigo “Santuário dos Pajés: símbolo da resistência indígena no centro-oeste e espaço sagrado fulni-ô”. Disponível em: <http://caritas.org.br/noticias/santuario-dos-pajes-simbolo-da-resistencia-indigena-no-centro-oeste-e-espaco-sagrado-fulni-o>

¹⁷⁰ Os dados são compilados pela Subsecretaria de Operações (SUOP), que tem como objetivo operacionalizar “as atividades e ações relativas às operações de erradicação, desobstrução, remoção e demolição de obras, edificações e ocupações irregulares do solo”, visando “a manutenção da ordem urbanística”. A SUOP é o braço operacional da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal).

¹⁷¹ O “fim” da pandemia foi decretado pela OMS em maio de 2023.

Gráfico 1: Quantidade de operações realizadas em cada RA (janeiro 2021-março 2023).



Fonte: Subsecretaria de Operações - DF Legal (SUOP).

Com a consolidação da ocupação de terras urbanas no Plano Piloto e adjacências, e a tendência de dispersão do processo de urbanização rumo aos limites do Distrito Federal, identifica-se um constante espraiamento radial com uma grande variedade de vetores que tendem a partir da DF-001, compondo frentes de expansão urbana estruturadas pelas vias preexistentes (Rocha, 2021). Nesse sentido, verifica-se uma evidente predominância de conflitos fundiários e operações de remoção na porção Oeste a partir de três eixos em ordem de intensidade: (1) Eixo Oeste: Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol; (2) Eixo Sudoeste: Riacho Fundo I e II, Samambaia, e com menos força Guará e Arniqueira; e o (3) Eixo Sul: Park Way, Gama. Já a porção Leste do DF apresenta-se a partir do Eixo Sudeste com São Sebastião e Norte-Nordeste com o Lago Norte.

No Eixo Oeste, Vicente Pires se destaca no número de operações (157) devido intensos conflitos e disputas travadas para manter seu caráter de área voltada apenas aos condomínios de média e alta renda, resultantes de seu histórico de ocupação informal desenfreada articulada à grilagem de terras públicas rurais, posteriormente convertidas em loteamentos urbanos. Tal caráter é reforçado na sua demarcação como Área de Regularização de Interesse Específico (ARINE), voltada à regularização de ocupações de média e alta renda.

É importante ressaltar que o avanço da grilagem no DF tem sido um problema crônico, e que ainda não foi debatido pelas gestões do Executivo, Legislativo e Judiciário. A raiz do problema

está na falta de políticas públicas habitacionais efetivas para a população de baixa renda, que acaba sendo vítima do comércio ilegal de terras por grileiros que prometem uma suposta regularização. Assim, centenas de famílias passam a ser despejadas reiteradas vezes, se deslocando por diferentes territórios, abrindo assim, um ciclo de remoções forçadas que alimenta a grilagem. Despejo não é solução.

A grilagem original que era de assentamentos para classes médias e até altas, hoje se alastra para os assentamentos informais de baixa renda, alguns até em regime de condomínio, mimetizando os condomínios de classe média [...]. Atualmente, a necessidade se mistura à microespeculação imobiliária, estatisticamente comprovada em várias desocupações de assentamentos recentes. (Andrade, 2016, p.8)

Já o eixo cultural constituído por Ceilândia (107) e Taguatinga (76) tem sido alvo de conflitos territoriais e disputas acirradas na Justiça. Há despejos e ameaças em Ocupações Culturais consolidadas como o Mercado Sul que suspendeu sua reintegração de posse após sete anos de luta; o Jovem de Expressão, que teve o despejo suspenso e agora está em negociação com o Estado para a regularização de seu termo de posse; além do Espaço Cultural Filhos do Quilombo, alvo de operação que destruiu todo seu território.

Além disso, Ceilândia convive com remoções violentas, como foi o episódio da operação truculenta da quadra QNR 6 orquestrada pelo GDF em outubro de 2022. Na área onde está prevista a construção de empreendimento habitacional subsidiado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB), residiam 400 famílias organizadas pelo Movimento de Resistência Popular (MRP). Enquanto servidores realizavam o cadastro dos moradores no programa habitacional, a Polícia Militar e a Tropa de Choque chegam no local atirando balas de borracha, *spray* de pimenta e gás lacrimogênio, deixando vários feridos. Já havia uma negociação em curso para retirada pacífica dos ocupantes após serem cadastrados, mas o GDF a ignorou.

Na porção Leste, São Sebastião desponta com reiterados conflitos e despejos de famílias que ocupam frentes de expansão imobiliária, principalmente em territórios próximos da divisa com o Jardim Botânico, compostos por condomínios e ofertas de áreas habitacionais valorizadas destinadas à classe média. É o caso da Ocupação do Morro Azul, além das 200 famílias da comunidade Baía dos Carroceiros que residem no território há décadas, e convivem com a ameaça iminente de reintegração de posse para construção de um setor habitacional pelo GDF, que sequer menciona e contempla os moradores atuais.

Após este percurso, podemos delimitar/sintetizar quatro períodos correspondentes aos processos de segregação e remoções forçadas no DF a partir de 1958 até os dias atuais, com suas respectivas características e mudanças no decorrer das décadas, de acordo com as conjunturas políticas e sociais. São eles: **(1) 1958-1971**: erradicação de ocupações e

acampamentos do Plano Piloto e adjacências para as recém-criadas cidades-satélites, e criação de políticas de contenção do fluxo migratório de trabalhadores; **(2) 1971-1985:** ascensão do regime ditatorial e instituição da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), além da instrumentalização e radicalização das políticas de remoções forçadas por meio do Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO) (1970) e o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) (1977); **(3) 1985-2019:** reedição das políticas de controle e expulsão de migrantes ancorada na extrapolação da segregação socioespacial com a erradicação de ocupações para as bordas e entorno do DF; **(4) 2019-2023:** ascensão da extrema-direita e recrudescimento dos conflitos fundiários, junto à radicalização das políticas de remoção acopladas a novos dispositivos de controle e ferramentas de monitoramento, além do avanço e consolidação de remoções forçadas em áreas periféricas articuladas a vetores de expansão imobiliária.

Portanto, durante seis décadas, o GDF reproduziu as contradições e marcas fundantes do seu planejamento urbano seletivo, centralizador e repressor, por meio de tecnologias de controle e segregação forçadas na condição político-ideológica e higienista de preservação do Plano Piloto, que permaneceu como território de expulsão-exclusão-exceção legitimado no tripé da preservação ambiental-funcional-patrimonial, manejada para garantir a manutenção das práticas violentas de apagamento e negação da classe trabalhadora negra e periférica.

2.3 O ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO POLÍTICA DE APAGAMENTO: DIREITO À CIDADE PARA QUEM?

Os Planos Diretores de Ordenamento Territorial¹⁷² (1977 a 2009) ancorados aos Planos Diretores de saneamento (1970 a 2010), agiram como instrumento de efetivação, legitimação e manutenção do *modus operandi* sanitarista, eugenista e concentrador, imerso no processo de planejamento do Distrito Federal, que operou, e ainda opera, como máquina de apagamento e invisibilização de territórios e suas práticas subalternas.

Nesse sentido, o planejamento urbano junto às políticas de zoneamento e uso e ocupação do solo, forjadas nesse controle e contenção social produziu, desde o início, um espaço urbano com alta fragmentação e descontinuidade, constituído por um somatório de partes dispersas entremeadas por grandes áreas desocupadas (Coelho, 2017; Holanda et al., 2015), onde o “*urbansprawl*” foi institucionalizado e essa dinâmica vem se reproduzindo diacronicamente” (Rocha, 2021, p. 57).

¹⁷² São eles: o Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT (1977), o Plano de Ocupação Territorial – POT (1985), o Plano de Ocupação do Uso do Solo – POUZO (1986) e os Planos Diretores de Ordenamento Territorial de 1992 (PDOT 1992), de 1997 (PDOT 1997) e de 2009 (PDOT 2009).

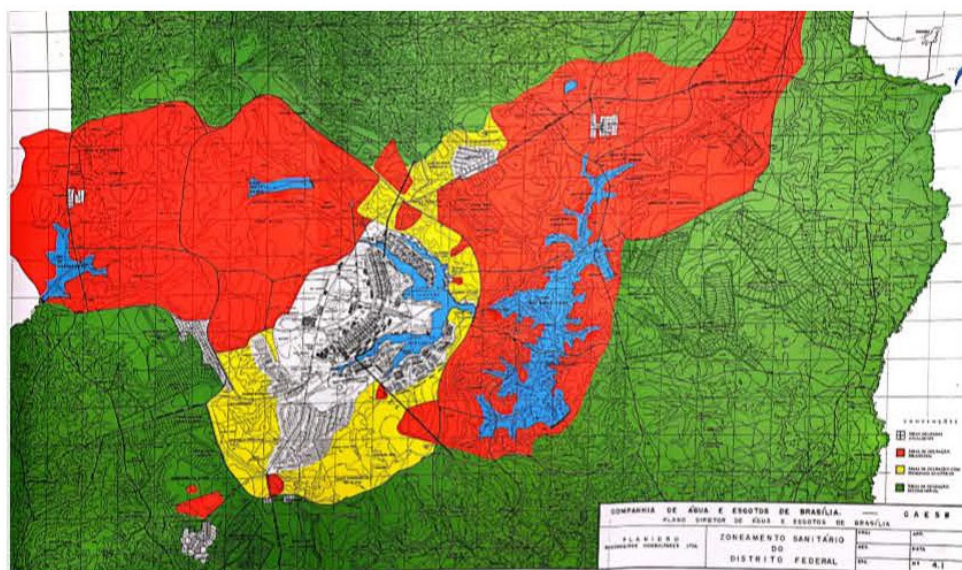
Como vimos, o Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO)¹⁷³ surgiu junto à Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) (1970), agindo como instrumento de legitimação técnica da política higienista do Estado, que se refletiu diretamente no Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) (1977), que consolidou e sistematizou as propostas sanitaristas e segregacionistas elaboradas nesta década. Nesse sentido, com o PLANIDRO, o planejamento de “longo alcance” (temporal) afim de estabelecer “importantes normas para o futuro” (PLANIDRO, 1970, p.2) centradas no saneamento, passou a configurar-se prioritário por meio da política de remoção de ocupações das áreas centrais, ancorada no discurso – que ao longo das décadas se mostrou contraditório e arbitrário – da suposta “necessidade” e “prioridade” de preservação sistemática da Bacia do Lago Paranoá, contra a poluição e adensamento da Faixa Sanitária, que se tornaria a poligonal balizadora da ocupação da mancha urbana e das transformações socioespaciais da capital (Conserva; Derntl, 2023). Tal ideia pautada na higienização das áreas centrais, materializadas no Zoneamento Sanitário segregador, passaria a estar presente e enraizada em todas as propostas de planejamento urbano nas décadas seguintes (Oliveira, 2021).

Segundo Oliveira (2021) e Conserva e Derntl (2023), o Zoneamento proposto (figura 22) pelo PLANIDRO dividia o território do DF em quatro zonas:

- (1) Áreas já ocupadas à época (cor branca);
- (2) Áreas cuja ocupação seria prejudicial à preservação dos recursos hídricos (cor vermelha), como as áreas dos lagos Descoberto e São Bartolomeu (que nunca saiu do papel) e dos mananciais que abasteciam o DF;
- (3) Áreas cuja ocupação acarretaria problemas sanitários a serem equacionados e resolvidos (cor amarela);
- (4) Áreas de ocupação recomendável (nas condições da época), sem prejuízo de posteriores modificações decorrentes do seu próprio desenvolvimento (cor verde). Representam a vontade política de que novas áreas fossem implantadas o mais longe possível do Plano Piloto, reproduzindo o modelo de urbanização disperso com forte segregação socioespacial/racial.

¹⁷³ O PLANIDRO é considerado por alguns autores como Freitas (2013) e Oliveira (2021), o primeiro Plano de Ordenamento do Distrito Federal. Já Coelho (2017) não o considera nas análises dos Planos de Ordenamento, “por não ser específico sobre a política urbana de zoneamento e uso e ocupação do solo”. Nesta dissertação, tratamos o PLANIDRO como uma primeira tentativa de organizar territorialmente o DF. Além disso, ele influenciou significativamente as políticas urbanas de zoneamento e de uso e ocupação do solo, pois levantou restrições ambientais à Bacia do Paranoá (Coelho, 2017), que foram reproduzidas em todos Planos posteriores, mesmo sob diferentes configurações territoriais.

Figura 22: Zoneamento Sanitário do Distrito Federal no PLANIDRO.



Fonte: PLANIDRO (1970, p. 14); (Conserva; Derntl, 2023).

No entanto, como aponta Oliveira (2021), o PLANIDRO não problematiza as condições ambientais da urbanização do Plano Piloto, nem do Park Way, Lago Sul e Norte. Além disso, ignora e invisibiliza as Vilas e ocupações existentes ao redor do Plano, como a Vila IAPI e Vila Tenório, considerando-as como territórios já removidos da região, que foi demarcada genericamente como áreas já ocupadas (não prejudiciais), contrariando as justificativas ambientais utilizadas para a remoção destes territórios no decorrer da década. Essa geografia de invisibilidades, demonstra como a cartografia age como instrumento de dominação e poder (Lacoste, 1988), afim de fortalecer e legitimar o controle das classes dominantes.

Dessa forma, o PLANIDRO se revelou, sobretudo, como um instrumento de restrição e segregação socioespacial, que agiu para expulsar as ocupações de famílias de baixa renda para regiões distantes do Plano Piloto, enquanto naturalizava a formação de condomínios de média e alta renda no interior da Faixa Sanitária (em amarelo), reforçando o caráter seletivo, arbitrário e ambíguo da aplicação da legislação urbanística. Tal estratégia forjou as bases para a construção dos planos diretores seguintes, que reproduziram o vetor oeste-sudoeste como principal eixo de expansão urbana, permitido pelas “áreas de ocupação recomendável” (em verde), seguindo a infraestrutura consolidada dos núcleos urbanos preexistentes.

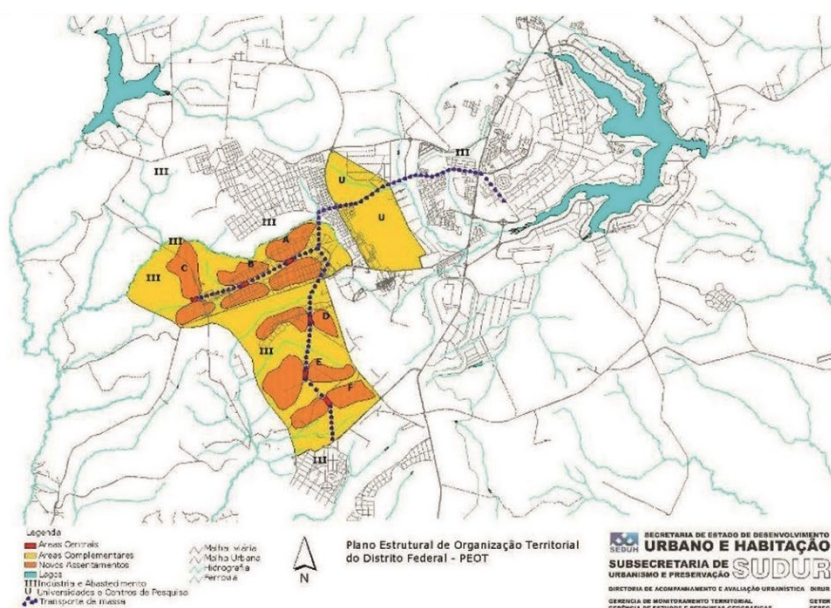
Como aponta Villaça (1999; 2005), o zoneamento¹⁷⁴ atua como um mecanismo urbanístico capturado pela ideologia dominante, que produz versões sempre “positivas”, “otimistas” ou “idealistas” do instrumento, utilizando o discurso de “zelar pelo interesse público”, quando na

¹⁷⁴ Villaça (1999) argumenta que o zoneamento é o único aspecto/instrumento do planejamento urbano que tem sido vivo e consequente, mesmo agindo a favor das classes dominantes.

verdade zela pelos interesses da minoria dos bairros de mais alta renda. Dessa forma, escondem a dominação, a injustiça e a exclusão que se dão através do espaço urbano, por meio da produção de princípios vagos e não-operacionais.

Posteriormente, o PEOT (1977) surge para instrumentalizar as propostas construídas no PLANIDRO, afim de direcionar a expansão urbana e normatizar o uso de terras do DF. Oliveira (2021) aponta que no PEOT o GDF reconheceu a dinâmica centro-periferia e admitiu a visceral desigualdade social entre o Plano Piloto e as Satélites a partir de uma perspectiva tecnicista e acrítica, visando naturalizá-las. Segundo Coelho (2017), nele há grande preocupação com o estabelecimento de centralidades fora do Plano Piloto, definidas como “Área de Valorização e Dinamização” (Gama, Taguatinga, Ceilândia, Guará, Brazlândia, Sobradinho e Planaltina) e uma vasta Área de Preservação (onde estava inserido o Plano Piloto). Segundo a autora, o PEOT ainda propõe¹⁷⁵ que novas ocupações urbanas preencham o vazio existente entre Taguatinga/Ceilândia e Gama, mas mantém a lógica de criar novos assentamentos distantes do Plano Piloto¹⁷⁶. Nesse viés, o Plano buscou “transformar Taguatinga em um novo centro para oferecer todos os serviços às camadas populares indesejadas no Plano Piloto, servindo como uma barreira higienista” (Oliveira, 2021, p.75).

Figura 23: Áreas propostas pelo Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT/1977).



Fonte: Distrito Federal (2007).

¹⁷⁵ No entanto, Oliveira (2021, p.81) aponta que “entre 1980 e 1988 nenhum dos bairros previstos pelo PEOT, para serem construídos na região periférica, é erguido”. Portanto, nem mesmo as moradias em áreas periféricas eram ofertadas aos trabalhadores.

¹⁷⁶ É importante pontuar que nesta época, a maior parte da população já não residia mais no Plano Piloto. Segundo o IBGE, entre 1959 e 1975, a população do Plano caiu de 53% (da população total do DF) para 25%. Esses números demonstram como as políticas de segregação por meio da remoção de trabalhadores foi reproduzida.

As propostas contidas no PEOT serviram de base para o Plano de Ocupação Territorial – POT (1985) e para o Plano de Ocupação do Uso do Solo – POUISO (1986). Segundo Coelho (2017), o POT definiu áreas ambientais, rurais e urbanas com usos exclusivos e inaugurou uma proposta de macrozoneamento sem alterar as diretrizes básicas de expansão dos planos anteriores, identificando como ações estruturais:

a) a transformação de terras rurais em urbanas, b) a necessidade da preservação e ampliação das áreas ambientais, c) a ameaça à deterioração dos mananciais, d) a necessidade de consolidar as propostas do PEOT e e) a necessidade de articulação dos agentes públicos. O documento aponta a segregação socioespacial existente desde o início da cidade, mas não sugere ocupações próximas ao Plano Piloto. (Coelho, 2017, p.106)

Já o POUISO (1986)¹⁷⁷, assim como o POT, reafirma e reproduz a diretriz de consolidação da área de expansão urbana proposta pelo PEOT (1977), e ambos não ultrapassam o nível do macrozoneamento, não havendo, portanto, uma preocupação com a criação de novas centralidades urbanas (Coelho, 2017). Como argumenta Coelho, tanto o PEOT, quanto o POT e o POUISO possuíram uma questão fundamental: a criação de assentamentos distantes e o não adensamento do Plano Piloto e de suas áreas próximas como as inseridas no polígono do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), definidor da área tombada (p.107). Jusselma Brito resume tais processos:

Em 1985, o Plano de Ocupação Territorial (POT) formulou uma proposta de macrozoneamento sem alterar os princípios básicos de seu antecessor. Trouxe como inovação a criação de um Conselho Consultivo Superior de Planejamento, prevendo a participação da comunidade, e fixou limites para as zonas de expansão. Em 1986, o Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUISO) detalhou ainda mais os usos e atividades previstas no trabalho anterior, partindo de duas categorias básicas - solo rural e solo urbano - e de suas subcategorias. Mais uma vez, as tendências de expansão lançadas pelo PEOT foram ratificadas e foram reforçadas as condições para a formação de um aglomerado urbano estendendo-se de Brasília à Taguatinga/Ceilândia e delas até o Gama e a região periférica de Brasília no estado de Goiás. Reforçava-se assim, agora com planos e investimentos em urbanização, a histórica tendência de ocupação do quadrante sudoeste da Capital. (Brito, 2009, p. 152)

Já em 1992 o primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/1992) foi editado, visando atualizar a espacialização da ocupação urbana, adequando-a à realidade territorial do DF, de modo a consolidar as diretrizes dos planos anteriores (PEOT; POT; POUISO e Brasília Revisitada) e instrumentalizar a participação popular no processo de planejamento urbano, estabelecendo a criação dos Planos Diretores Locais (PDL) que passariam a atuar

¹⁷⁷ O Brasília Revisitada (1987) de Lúcio Costa age na contramão das propostas de expansão urbana do PEOT/POT/POUISO (que seguem a mesma linha), pois propõe o adensamento das áreas próximas ao Plano Piloto. Como já vimos, o cerne da questão estava em quem deveria ocupar as novas áreas propostas por Costa: as classes médias e altas.

no desenvolvimento das RAs (Oliveira, 2021). No entanto, não avança em estratégias para o desenvolvimento de novas centralidades, como nos planos anteriores (Coelho, 2017).

Entretanto, a implementação dos Planos Diretores Locais¹⁷⁸ no decorrer das décadas representou um enorme desafio, devido à inadequação e descompasso entre os parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos e as realidades concretas dos núcleos urbanos (em constante mutação), que geraram anacronismos e disfunções profundas no processo de gestão do território (Distrito Federal, 2009). Ou seja, muitos dos PDLs aprovados (entre 1997 e 2006) já se encontram defasados e desarticulados das novas demandas e transformações urbanas ocorridas em suas RAs, além de apresentarem um descolamento em relação aos instrumentos e estratégias de Ordenamento Territorial estabelecidas pelo PDOT/2009, gerando assim, numerosos conflitos e sobreposições de diretrizes de planejamento. Verifica-se então, a construção de políticas territoriais fragmentadas.

Figura 24: Zoneamento do PDOT (1997).



Fonte: PDOT (1997), com adaptações de Rocha (2021)

Posteriormente, o PDOT/1997 (figura 24) traz novidades: as áreas urbanas são ampliadas para abrigar os condomínios rurais irregulares, que foram convertidos em áreas urbanas, além de permitir a regularização destes parcelamentos; são considerados dois novos eixos de crescimento urbano, além do eixo sudoeste estabelecido pelo PEOT (1977), que é reforçado

¹⁷⁸ Das 35 RAs do Distrito Federal, apenas Sobradinho (1997); Taguatinga (1998); Candangolândia (1998); Ceilândia (2000); Samambaia (2001); Gama (2006); e Guará (2006) possuem Planos Diretores Locais.

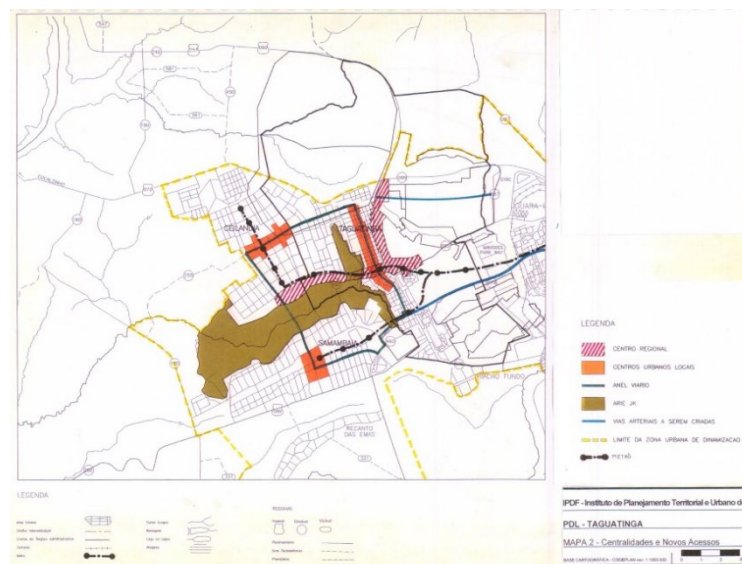
como frente de ocupação prioritária, na Zona Urbana de Dinamização¹⁷⁹; reconhece o eixo nordeste/sudeste como setor a ser monitorado devido à presença de condomínios irregulares, que configuram novos vetores de expansão urbana, que se articula à tentativa de enfrentamento aos parcelamentos informais por parte do Estado na então definida Zona Urbana de Uso Controlado¹⁸⁰ (Rocha, 2021).

Visando “romper” com a segregação socioespacial e com as desigualdades entre as áreas centrais e periféricas, além de fortalecer localidades além-plano conferindo-as maior autonomia socioeconômica, o PDOT/1997 inova, sugerindo a criação de um “Centro Regional” (figura 25) entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia junto ao adensamento da faixa de domínio do metrô (Rocha, 2021), com a intenção de desenvolver uma centralidade regional e um “marco simbólico” no DF:

Art. 35. A Área do Centro Regional, situada na Zona Urbana de Dinamização, deverá ser um marco simbólico e referência espacial de uma Brasília contemporânea, equilibrando e compartilhando com o Plano Piloto suas funções de centralidade regional.

§ 1º A configuração do Centro Regional constituirá fator de indução ao desenvolvimento do quadrante sudoeste do Distrito Federal, ampliando as possibilidades de expansão de atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer, além de imprimir-lhe o necessário sentido de urbanidade, priorizando as atividades do setor terciário (Distrito Federal, 1997, art. 35)

Figura 25: Centro Regional entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.



Fonte: Anexo I do Plano Diretor Local de Taguatinga (1998).

¹⁷⁹ Criada com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região, a Zona Urbana de Dinamização é composta pelas RAs: Núcleo Bandeirante, Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria.

¹⁸⁰ A Zona Urbana de Uso Controlado delimitada pelo PDOT/1997 compreende a região do Taquari, os núcleos urbanos de São Sebastião e Brazlândia, as áreas de concentrações urbanas no Vale do Rio São Bartolomeu, os núcleos urbanos isolados do Vale do Amanhecer, as comunidades da região da Fercal existentes ao longo da DF-001 e as antigas agrovilas dos Combinados Agrourbanos I e II – CAUB I e II (Rocha, 2021).

Entretanto, nas análises territoriais sobre o período de vigência do PDOT/1997 presentes no documento técnico do PDOT/2009, verificou-se a falta de articulação entre as políticas intersetoriais, não havendo “o devido rebatimento das estratégias, diretrizes e programas do PDOT nos demais instrumentos¹⁸¹ de planejamento”, como também, grande parte das Ações, Programas e Projetos Prioritários instituídos não foram sequer implementados, como o Centro Regional; o adensamento da faixa de domínio do metrô; a regularização fundiária nas áreas urbanas; a regularização de parcelamentos; o monitoramento integrado do território; o reassentamento de agricultores e produtores rurais; o gerenciamento integrado de resíduos sólidos; e o tratamento sistêmico das águas pluviais (Distrito Federal, 2009, p.18-19).

2.4 A FARSA DA DESCENTRALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL DO PDOT/2009

Nesse viés da descentralização das ações de planejamento, o PDOT/2009 traz em seus objetivos gerais – dispostos no eixo de Ordenamento Territorial – a estruturação e “promoção do desenvolvimento de novas centralidades”, ancoradas às estratégias de intervenção territoriais, asseguradas por meio de Estratégias de Dinamização de áreas urbanas¹⁸² e Polos Multifuncionais¹⁸³. Tal objetivo, busca “romper a lógica de deslocamentos direcionados exclusivamente ao Plano Piloto”, promovendo a integração do meio urbano e rural e atraindo investimentos para diferentes territórios fora da área central (Distrito Federal, 2009).

Segundo o PDOT/2009, as Estratégias de Dinamização de áreas urbanas (figura 26), estão voltadas “à configuração de novas centralidades que promovam o desenvolvimento urbano, econômico e social e induzam o crescimento local e regional” em territórios estratégicos denominados de Áreas de Dinamização¹⁸⁴, buscando “distribuir e incentivar a instalação de atividades” e intervenções, “colaborando para descentralizar a oferta de empregos e reduzir a convergência de fluxos para o Plano Piloto”.

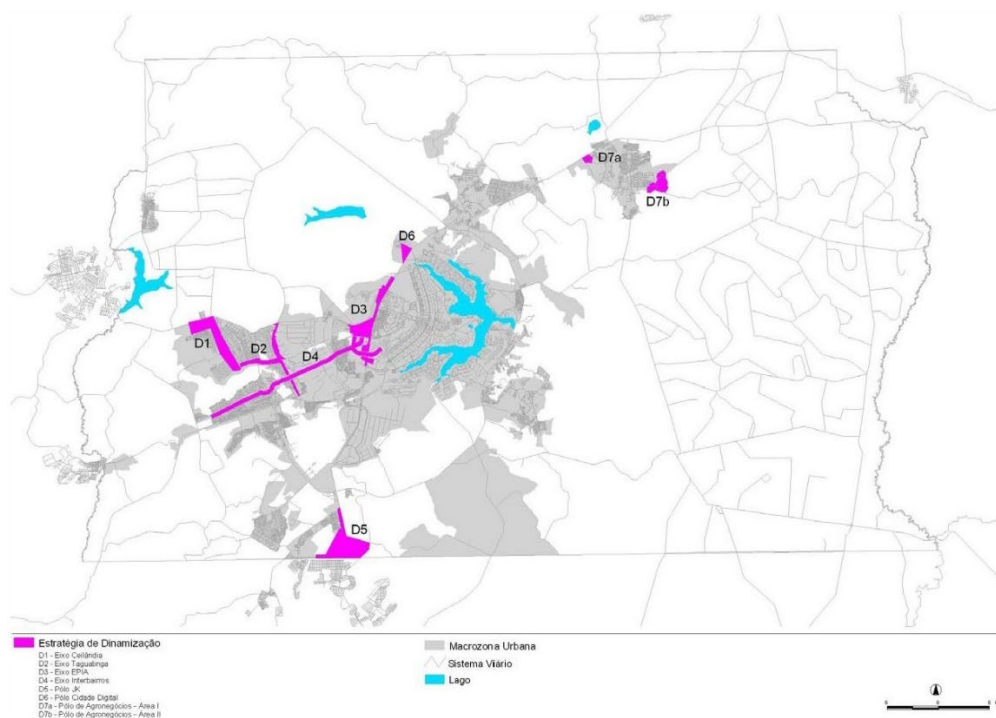
¹⁸¹ Como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

¹⁸² Com a criação dos: Eixo Ceilândia; Eixo Taguatinga; Eixo EPIA; Eixo Interbairros, Polo JK; Polo Capital Digital; e Polo de Agronegócios área 1 e área 2.

¹⁸³ Com a criação dos: Polo Multifuncional Catetinho; Polo Multifuncional Taguatinga; Polo Multifuncional Grande Colorado; Polo Multifuncional Metropolitana; Polo Multifuncional Planaltina; Polo Multifuncional Samambaia; Polo Multifuncional São Sebastião; Polo Multifuncional Sul; e Polo Multifuncional Torto.

¹⁸⁴ Segundo o PDOT/2009, essas áreas estratégicas são denominadas de “Áreas de Dinamização”, definidas como “locais que devem receber intervenções de grande porte e gerar impactos de abrangência regional. Constituem assim, “espaços de oportunidade a novos investimentos, tanto do setor imobiliário, como da indústria, ciência e tecnologia e especialmente do comércio”.

Figura 26: Estratégias de Dinamização propostas pelo PDOT/2009.



Fonte: PDOT (2009).

Grande parte destas áreas de dinamização está localizada na Zona Urbana Consolidada (ZUC), que reforça o eixo sudoeste, buscando fomentar o “desenvolvimento das potencialidades locais” e a melhoria da infraestrutura urbana articulada às centralidades da região de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia¹⁸⁵ (Distrito Federal, 2009). Nesse sentido, o PDOT estrutura cada uma destas áreas de dinamização por meio de eixos e polos, abrangendo suas (1) importâncias estratégicas¹⁸⁶ e (2) diretrizes de intervenção¹⁸⁷.

Nesse sentido, o PDOT/2009 traz os Eixos Taguatinga e Ceilândia como polos de articulação regional e de geração de empregos no DF, que vêm apontando para transformações nas relações funcionais do sistema urbano (Coelho, 2017). Também reconhece o forte papel polarizador de Taguatinga, destacando-a como o “segundo Centro Regional” da capital, que assume autonomia socioeconômica em relação ao Plano Piloto.

As Estratégias de implantação de Polos Multifuncionais (figura 27) reforçam essa tentativa de fortalecimento das áreas¹⁸⁸ periféricas a partir da descentralização e integração territorial das

¹⁸⁵ Samambaia desponta como uma potencial nova centralidade regional do Distrito Federal (conurbada com Taguatinga e Ceilândia).

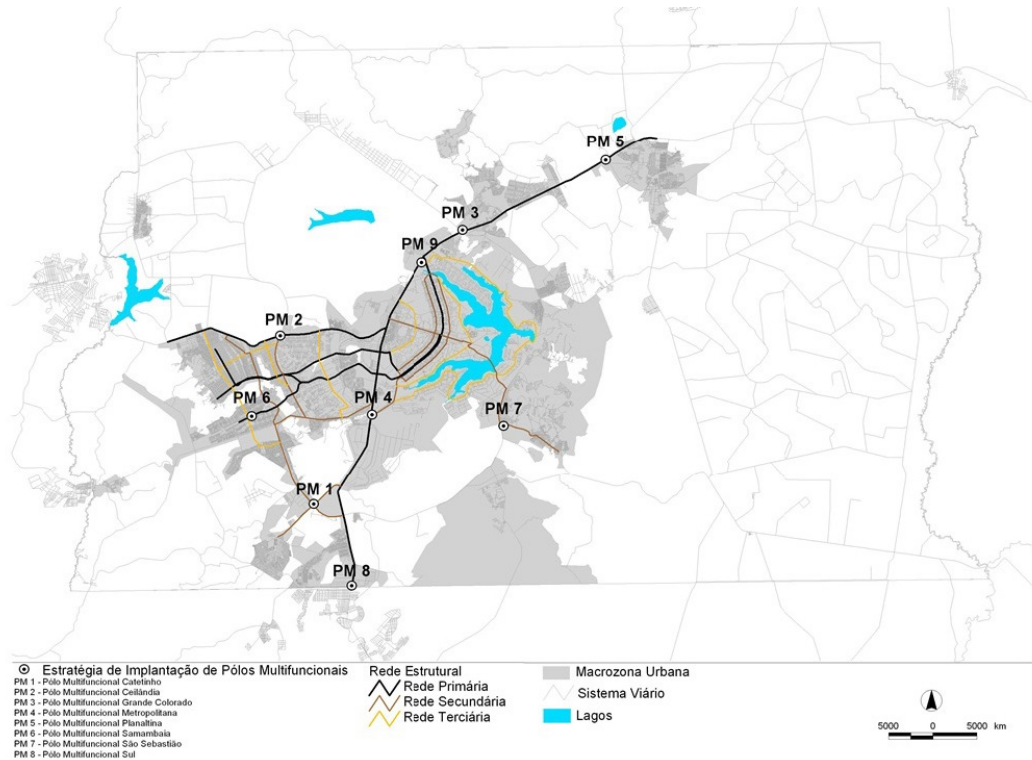
¹⁸⁶ As importâncias estratégicas dos Eixos e Polos giram em torno da articulação entre regiões e centralidades, e polos de geração de emprego.

¹⁸⁷ Alguns objetivos das diretrizes de intervenção contidas no Eixos e Polos das áreas de dinamização são: requalificar os espaços urbanos; introduzir atividades diversificadas; renovar áreas obsoletas e degradadas; estimular o desenvolvimento econômico da região; e criar acessibilidade entre regiões e centralidades.

¹⁸⁸ Segundo o PDOT/2009, “a seleção de áreas para as intervenções destes Polos foi feita em função do potencial de crescimento demonstrado nas localidades”, sendo realizada a partir das seguintes diretrizes norteadoras de

ações de planejamento, por meio da “oferta de atividades comerciais de bens e serviços, de lazer, cultura e habitação articulados à rede estrutural de transporte coletivo” (Distrito Federal, 2009).

Figura 27: Estratégias de implantação de Polos Multifuncionais propostas pelo PDOT/2009.



Fonte: PDOT (2009).

Entretanto, pode-se afirmar que as Estratégias de dinamização e Polos Multifuncionais não conseguiram ser efetivadas e implementadas, pois não houve (1) a devida articulação intersetorial e regulamentação das diretrizes e ações nos demais instrumentos de planejamento; (2) envolvimento e integração das comunidades locais no processo de planejamento e gestão territorial; (3) diagnósticos comunitários e integração com estudos mais aprofundados sobre as realidades territoriais existentes; (4) adequação e articulação das propostas e diretrizes às demandas locais concretas dos territórios; (5) ações efetivas de proteção e incentivo de equipamentos preexistentes, potencialidades e práticas locais, principalmente nos territórios periféricos; (6) articulação entre estratégias em escala macro e micro de planejamento. Este caráter de planejamento macroescalar distante dos territórios, moldou diretrizes e ações muito amplas e simplórias, além de demarcações territoriais genéricas e territorialmente desarticuladas dos equipamentos preexistentes, associadas à

escolha: a) disponibilidade de espaços livres junto aos terminais existentes e ainda a serem implantados; b) localização em regiões com comprovada demanda por transporte público com destinação às áreas centrais do DF; c) potencial regional de mercado para a instalação de atividades comerciais, de serviços, de lazer, cultura e esporte; d) potencial de atração de novos usuários em função da demanda regional por equipamentos urbanos; e) carências locais de comércio e serviços; f) autossustentação econômica; g) e potencial na geração de postos de trabalho para a população do entorno.

ideia de posterior detalhamento – que não ocorre¹⁸⁹. Além disso, os Polos Multifuncionais localizados nas regiões periféricas parecem mais induzir um processo de especulação e valorização imobiliária do que assumir o suposto caráter potencializador das centralidades envolvidas.

Portanto, na implementação do PDOT/2009, verificou-se a falta de articulação entre as políticas intersetoriais e rebatimento das estratégias, diretrizes e programas do PDOT nos demais instrumentos de planejamento – como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) –, reiterando a implementação fragmentada das políticas urbanas propostas pelo PDOT/2007.

Apesar dos esforços, todos os planos diretores abordados aqui, tratam o zoneamento de maneira muito ampla e macroescalar, não sendo possível efetivar suas ações e políticas propostas, além de não compreender a escala local e a diversidade de demandas e potencialidades locais dos territórios do DF. O PDOT/2009 traz novas estratégias de descentralização, mas “carece de uma abordagem que entrelace essas centralidades como um único sistema e costure as partes da cidade, de modo a considerar as hierarquias e interdependências” (Coelho, 2017, p.115). Em suma, mesmo apontando para a necessidade de criação de novas centralidades, as políticas urbanas de zoneamento reproduziram um modelo político-ideológico fragmentado e centralizador – refletido na forma urbana –, forjado na preservação e hegemonia do Plano Piloto, mantendo como principal vetor de desenvolvimento as áreas da zona de expansão urbana indicadas pelo PEOT/1977.

Além disso, o planejamento urbano adotado pelos planos diretores, representado pelo conjunto das políticas de zoneamento e uso e ocupação do solo, “parece não conseguir abrigar escalas intermediárias entre o global e o local, nem fazer a transição entre elas”, e as estratégias mais locais “capazes de efetivar as diretrizes de centralidade não são definidas no planejamento mais global” (Coelho, 2017, p.114-134). Portanto, há a inexistência de uma compreensão sistêmica da rede de centralidades, que se soma à fragilidade e desarticulação entre as políticas urbanas e escalas territoriais de intervenção que:

nem sempre deixam claros os critérios para a definição das centralidades: por vezes sequer são abordados. Quando o são, a escala de planejamento, usualmente mantendo-se um âmbito global (macrozoneamento), não permite uma apropriação mais precisa do território. [...] em alguns casos, os planos indicam a necessidade de criação de novas centralidades que, até certo ponto e na escala global, coincidem com o potencial global de centralidade. O problema é a inexistência de ações que conduzam à articulação entre as partes da cidade, inclusive os seus centros: não parece haver uma visão sistêmica a balizar o processo de expansão e consolidação urbana. (Coelho, 2017, p.198)

¹⁸⁹ Como vimos no capítulo 1, Villaça (1999) aponta que a partir da década de 1970, os planos saem da esfera da complexidade e rebuscamento técnico para planos simplórios e generalistas, quase ausentes de mapas e com diagnósticos técnicos bem reduzidos.

Dessa forma, verifica-se que as políticas urbanas das últimas décadas insistiram em discursos voltados à descentralização das ações de planejamento e rompimento das desigualdades entre áreas centrais e periféricas, ao mesmo tempo que reproduziam e catalisavam o *modus operandi* sanitarista e centralizador em suas práticas de planejamento, forjadas na condição político-ideológica de preservação do Plano Piloto. Assim, os “planos-discurso” (Villaça, 1999) ancorados na “descentralização” como uma de suas principais diretrizes, funcionaram como instrumento ideológico de ocultação das reais intenções e ações concretas do Estado, dissimulando conflitos e demandas sociais por meio de uma suposta “missão” integradora entre o Plano Piloto e as cidades-satélites.

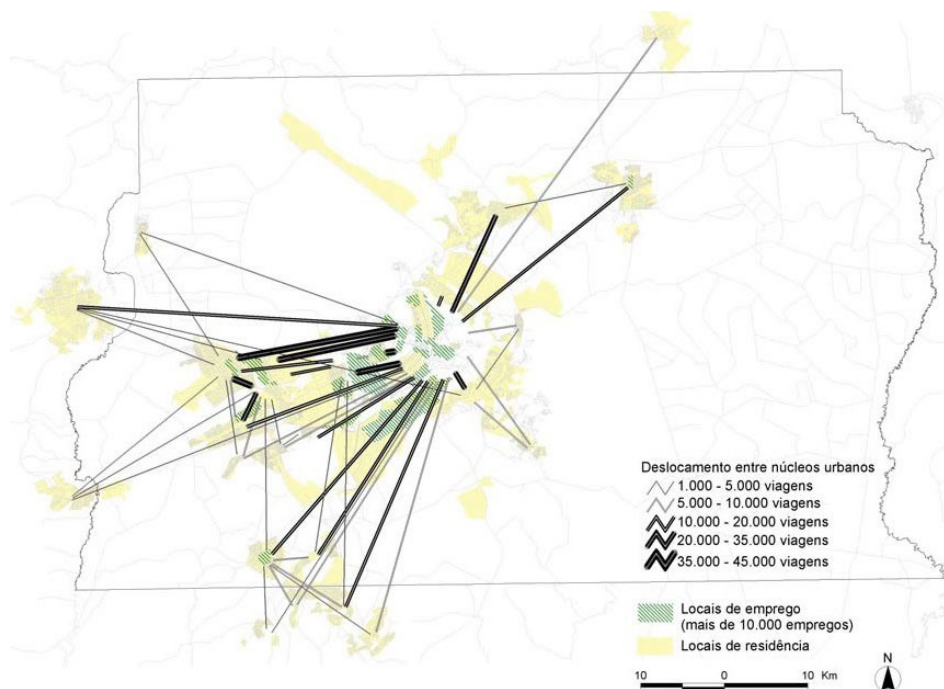
Os discursos de “integração” buscaram ocultar e naturalizar, na verdade, as contradições e práticas de apagamento da população negra e periférica do DF. Como aponta Oliveira (2021), a historiografia estatal-oficial buscou com todas suas forças apagar e encobrir a ligação umbilical entre as cidade-satélites e o Plano Piloto, que não funcionou um dia sequer sem as mãos dos trabalhadores e trabalhadoras que moram nas periferias. São estes que construíram e constroem cotidianamente a capital.

2.5 PERIFERIA EM DISPUTA: ENTRE ESTIGMAS E APAGAMENTOS

O reconhecimento de centralidades e polarizações periféricas para além do Plano Piloto, não se traduziu em práticas de planejamento que as legitimassem efetivamente. Mesmo assim, as satélites periféricas vêm tensionando e colocando em xeque os modelos e narrativas hegemônicas que forjaram o planejamento “planocentrista” da capital, induzindo e consolidando novas relações de poder e autonomia no sistema urbano.

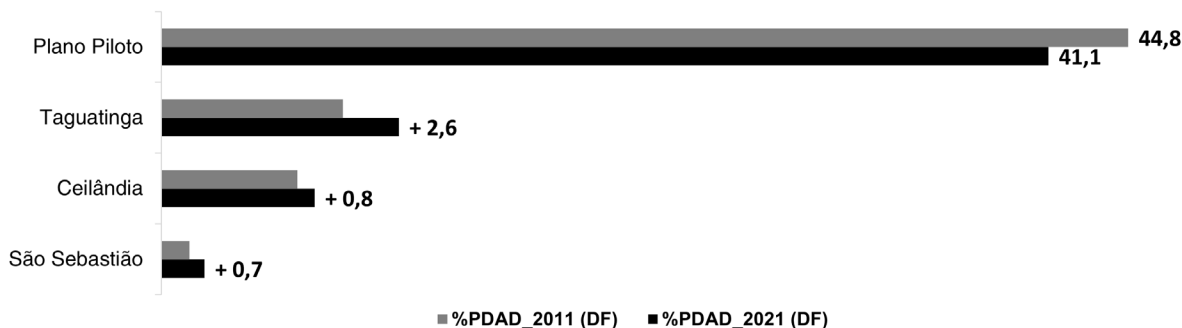
De fato, como sabemos, os dados (gráfico 2) apontam que a maioria dos empregos do Distrito Federal estão concentrados no Plano Piloto, o que induz um movimento pendular diário (figura 28) predominante entre o Plano e as periferias. Entretanto, se compararmos os dados das PDADs de 2011 e 2021, verifica-se a tendência de diminuição dos postos de trabalho no Plano Piloto, que perdeu 3,7% deles desde 2011, enquanto que a conurbação entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia obteve um aumento de 3,8%, compondo outros fluxos e redes de deslocamento. Embora as diferenças pareçam pequenas, estes dados apontam para a consolidação de outras centralidades regionais, que vêm construindo uma cartografia contra-hegemônica do DF.

Figura 28: Mobilidade diária entre núcleos urbanos do Distrito Federal em 2010.



Fonte: PDOT (2009, p.68).

Gráfico 2: Região Administrativa de exercício de trabalho principal (comparação PDAD 2011-2021).



Fonte: elaboração própria, com dados da PDAD 2011 e 2021.

Historicamente, essas relações de dependência e pendularidade (figura 28) em relação ao Plano Piloto, foram utilizadas como narrativa por parte do Estado e do campo acadêmico, para reduzir e colocar as satélites periféricas apenas numa posição de dependência, incapacidade e vulnerabilidade, limitando-as ao lugar de “cidades-dormitórios” tratadas como “anomalias genéticas”. Essa condição nutriu e legitimou uma política urbana de apagamento da potencialidade e protagonismo das sujeitas e sujeitos periféricos na produção do espaço urbano, servindo como instrumento de dominação e manutenção do poder hegemônico¹⁹⁰. Ou

¹⁹⁰ É importante ressaltar que o Estado sempre reconheceu as enormes desigualdades fundantes e cristalizadas no espaço urbano do Distrito Federal por meio de relatórios, pesquisas, dados, planos diretores, etc., mas não conseguiu implementar efetivamente as políticas urbanas para combatê-las estruturalmente.

seja, o Estado produziu dispositivos técnicos que naturalizaram as desigualdades e políticas de exclusão, sem combatê-las de modo efetivo e estrutural.

Como parte desse processo de invisibilização, a resignificação de “cidades-satélites” em “regiões administrativas” também integrou a política de anistia e apagamento da memória da exclusão, próprio da gênese da capital federal (Lemos, 2022, p.219). Após décadas de violentas políticas de remoção, em 1998 o GDF¹⁹¹ tentou banir e enfraquecer o termo “cidade-satélite”, que havia adquirido forte conotação negativa associada ao projeto de segregação e exclusão, por meio do discurso de “reconhecimento” dos núcleos periféricos como entidades urbanas independentes (Derntl, 2020).

Com a proibição do termo “satélite”, pretendia-se fazer frente à segregação social e espacial tão fortemente inscrita no território da capital federal. Abandonando a palavra, as cidades que contornam o Plano Piloto se transformariam em localidades autônomas e portadoras de identidade própria. O Distrito Federal continua sendo o território mais espacialmente desigual do Brasil — onde ricos e pobres, brancos e pretos não se misturam. (Freitas, 2019)¹⁹²

Esta mudança revela as diferentes camadas de apagamento, violência e exploração contidas nas representações estatais-oficiais do Distrito Federal. Após a tentativa de proibição, o termo “satélites” continuou sendo utilizado cotidianamente, sobretudo, pela população periférica, pois representava a memória de suas lutas e conflitos vividos, que o Estado tentou dissimular reiteradamente. Tal mudança ocorreu em plena ascensão dos movimentos culturais periféricos no DF, que passaram a se consolidar como campo discursivo, a partir da reinvenção do discurso crítico sobre a cidade e a própria condição periférica.

Na tentativa de denominar as diferenciações entre centralidades, as narrativas estatais-oficiais e acadêmicas, conceituam de modo usual o Plano Piloto como o “centro de decisões”¹⁹³ e como centro “funcional/ativo/simbólico”¹⁹⁴ do Distrito Federal, reproduzindo assim, discursos reducionistas que limitaram¹⁹⁵ as periferias à posição de “inatividade” e dependência, ao mesmo tempo que as produções culturais periféricas seguiram superando estes estigmas e representações hegemônicas.

¹⁹¹ O termo foi proibido pelo governador Cristovam Buarque por meio do Decreto nº 19.040/1998: “Considerando que as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumem características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto; [...] Art. 1º As cidades situadas no território do Distrito Federal, deverão ser designadas pelos seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, vedada a utilização da expressão “satélite” (GDF, 1998).

¹⁹² Ler sobre: <https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/que-regiao-administrativa-o-que-cidade-satelite-tem-historia>

¹⁹³ Devido o predomínio do funcionalismo público.

¹⁹⁴ Holanda (2001; et al., 2015) caracteriza o “centro funcional/ativo/simbólico” como “ponto em torno do qual se concentra a maioria dos empregos e serviços” e para onde convergem intensos fluxos e usos distintos.

¹⁹⁵ Mesmo não sendo intenção do campo crítico/acadêmico reproduzir certos discursos dominantes e reducionistas, aqui entendemos que, de certa forma, eles atuaram nesse sentido.

Nesse campo simbólico em disputa, as noções e representações de centro e periferia extrapolaram conceitos estritamente geográficos, que se alargaram a partir das subjetividades gestadas por sujeitos periféricos que romperam com a exclusividade do discurso acadêmico e incorporaram sentidos mais críticos vindos “a partir de dentro” das suas quebradas (D’Andrea, 2013).

2.6 A REVANCHE DO GUETO: EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO CULTURAL NAS PERIFERIAS DO DF

Em resistência à política de *apartheid* e aos violentos processos de urbanização por apagamento, implementados desde a concepção da capital pelo GDF, emergiram e se organizaram intensos levantes e movimentos populares e periféricos, que tensionaram o projeto político de exclusão e contribuíram efetivamente no enfrentamento das desigualdades socioespaciais e na luta pelo direito à cidade nas satélites, protagonizando espaços de ação política e construindo outras formas de planejamento e gestão, que foram – e têm sido – fundamentais no processo de formação e estruturação urbana do Distrito Federal.

O reconhecimento das experiências de associativismo que ocorreram nas cidades satélites corrobora a construção de um repertório sobre o passado da cidade que permite o posicionamento do foco nos diversos espaços de ação política que foram protagonizados pelos moradores do Distrito Federal. Isso viabiliza a quebra da narrativa hegemônica focada nas experiências dos grandes centros de poder, que só dialoga com as memórias do Plano Piloto (Santos, 2020, p.24)

Foram as mobilizações contra remoções forçadas e reivindicações populares por serviços e infraestrutura urbana no começo da década de 1960, como as lavadeiras de Taguatinga, protestando contra a retirada da bomba d’água; o Movimento Pró-fixação e Urbanização constituído pelos comerciantes do Núcleo Bandeirante; as lutas e mobilizações de moradores e associações por melhoria no transporte público, como em Taguatinga (greve de motoristas), Planaltina (com destruição de pontes envolvendo centenas de pessoas), além de Candangolândia, Gama e Sobradinho; a luta pelo acesso aos direitos básicos de moradia, cultura e cidadania pelas associações de moradores periféricas a partir da década de 1980, como o movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e os moradores da Vila do Paranoá pela sua urbanização em 1980; além da luta antirracista do movimento cultural periférico contra a segregação sociorracial e o genocídio da juventude negra a partir da década de 1990.

2.6.1 A LUTA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA PERIFÉRICA

Diante do contexto de regime ditatorial com sua política de contínuas remoções forçadas e perseguição aos movimentos e organizações sociais na década de 1980, que provocou um acirramento das disputas e conflitos por lotes a preço justo, houve uma explosão de associações de moradores¹⁹⁶ em diversas satélites periféricas do Distrito Federal. Unidas na luta pelo acesso aos direitos básicos de moradia, cultura e cidadania, estas organizações conseguiram explicitar as desigualdades sociais existentes entre o Plano Piloto e as satélites, tornando pública a maneira como o Estado negligenciava as periferias, atuando na promoção de espaços políticos de mobilização popular, onde se discutia sobre educação, saúde, segurança pública e mobilidade urbana (Santos, 2020).

Estas organizações incidiam por meio do engajamento na política de bairro ancorada em estratégias de agenciamento coletivo e de luta, tecendo redes de apoio mútuo em prol do melhoramento da comunidade, atuando tanto no campo da reestruturação física do espaço urbano quanto no campo da educação popular da comunidade (Santos, 2020). Dessa forma, desenvolviam propostas de planejamento e gestão com ampla participação popular a partir de suas demandas concretas e problemas vivenciados, e se mobilizavam para reivindicá-las, pressionando o Estado. Estas articulações e incidências periféricas que formaram daí em diante uma cultura política contestatória, passaram a subverter os estigmas de “incapacidade” das periferias, que eram diagnosticadas nos discursos hegemônicos como territórios incivilizados.

A Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) (1979) foi uma das organizações de moradores que protagonizou um amplo movimento de resistência¹⁹⁷ sociopolítica e cultural em pleno contexto de silenciamento¹⁹⁸ das mobilizações sociais do regime ditatorial, conseguindo estruturar uma frente de combate às práticas de segregação desenvolvidas pelo GDF. A Associação utilizou variados dispositivos de luta e organização, em busca de maior adesão popular, se articulando com outras associações de bairro, políticos, militantes, sindicatos e jornais da grande imprensa, criando “espaços de ação

¹⁹⁶ A partir da pesquisa de Marcos Santos (2020) realizada no Fundo de Segurança Pública do ArPDF, os Serviços de Inteligência da época atuaram no mapeamento e vigilância de entidades e organizações culturais, movimentos negros e associações de bairro. Algumas das associações mapeadas foram: a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia; Associação de Moradores da QNG, Associação de Moradores do Guará, Associação de Moradores da Vila Maestro, Associação de Moradores do Alto Vista, Associação de Moradores da Ceilândia Centro; Associação de Moradores da Vila da CEB; Associação de Moradores do Paranoá; Associação de Moradores do Setor Leste do Gama.

¹⁹⁷ Em 1984, após cinco anos de luta na justiça, os Incansáveis conseguiram suspender as cobranças exorbitantes de juros e correção dos lotes, vendidos a preço “simbólico” durante a Campanha de Erradicação.

¹⁹⁸ Como aponta Marcos Santos (2020), a ASSIMOC foi foco de uma série de processos investigativos gerados pela Secretária de Segurança Pública, e de manchetes de jornais que menosprezavam a importância da causa que estava sendo defendida.

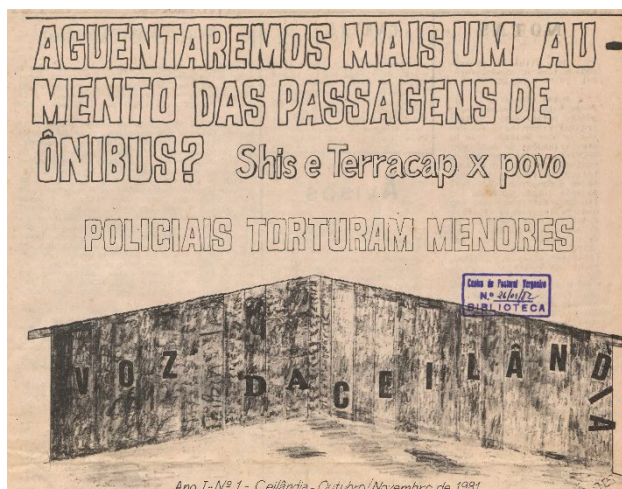
inventados” (Miraftab, 2016) e contra-hegemônicos fora dos processos de planejamento e gestão tecnicistas e formais. Tratava-se “do exercício de uma cultura política legitimamente periférica, que usou dos mutirões e do espírito comunitário para reivindicar o exercício de uma cidadania plena” (Santos, 2020, p.44).

Um dos principais dispositivos de luta construídos pela ASSIMOC foi a criação de seminários em parceria com a comunidade, nos quais visavam articular espaços de diálogo e formação sobre educação, saúde, saneamento básico e violência nas satélites, discutindo coletivamente seus problemas enfrentados e possíveis saídas e soluções (Santos, 2020). Além disso, estes espaços de formação política incidiram como estratégia para ocupar a grande imprensa com notícias relacionadas às potencialidades e mobilizações construídas, indo além das manchetes que enxergavam estes territórios apenas pelos estigmas da violência e “imoralidade”.

Outro dispositivo de luta foi a criação do jornal “A Voz de Ceilândia”, que funcionou como um instrumento de participação e mobilização política e cultural por meio de denúncias, incentivo à participação em eventos culturais e debates sobre direitos e cidadania, dialogando diretamente com as demandas e realidades vivenciadas pelos moradores. A primeira edição em 1981 traz as manchetes “Aguentaremos mais um aumento das passagens de ônibus?” e “Policiais torturam menores” e a missão do jornal:

Hoje, diante de todas as barreiras que nossa comunidade ainda tem que ultrapassar e sentindo que há muita coisa pra ser feita, sentimos a necessidade de criar um jornal que pudesse ajudar a apontar defeitos e apresentar soluções. Esse jornal que nasce agora está aberto para que todas as pessoas possam participar de maneira que achar melhor. Porque só com ajuda de todos conseguiremos fazer deste jornal a VOZ DE CEILÂNDIA.¹⁹⁹

Figura 29: Capa do Jornal A Voz da Ceilândia.



Fonte: Acervo do Centro de documentação e pesquisa Vergueiro, A Voz da Ceilândia, ano 1, nº 1, 1981.

¹⁹⁹ Jornal A Voz da Ceilândia, ano 1, nº 1, 1981.

Figura 30: Pautas do Boletim informativo da ASSIMOC – Jornal A Voz da Ceilândia.



Fonte: Acervo do Centro de documentação e pesquisa Vergueiro, A Voz da Ceilândia, ano 4, nº 12, 1984.

Nesse sentido, o jornal possuía divulgações de eventos e produções culturais; sistematizava e publicizava demandas e propostas construídas junto à comunidade; denunciava violações de direitos que ocorriam na cidade; e visibilizava as várias lutas e potencialidades protagonizadas pela população ceilandense em seus territórios.

A Voz de Ceilândia foi um espaço em que finalmente o cidadão ceilandense pôde veicular suas preocupações, desejos e exercer o controle sobre a sua própria imagem e narrativa. De fato, o jornal dedicou a mostrar o cotidiano que era experimentado naquele espaço. Para além da violência, estas pessoas se reuniam, construíam laços, cantavam, escreviam poesia, encenavam e disputavam o direito à cidade por meio do exercício dessas práticas de associativismo (Santos, 2020, p.48-49)

Essa confluência de associativismos e movimentos periféricos da década de 1980, aglutinou uma diversidade de pautas de luta transversais que envolvem o direito à cidade, como moradia, cultura, mobilidade, segurança pública, saúde, violência, antirracismo e participação popular, criando frentes de ação e protagonismo de “sujeitas e sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013). Por meio de suas próprias narrativas, estes sujeitos passaram a construir a partir de suas demandas e problemas concretos, propostas e soluções de planejamento, além de pautar publicamente como suas periferias deveriam ser abordadas, ressemantizando assim, os discursos sobre a cidade e a própria condição periférica. Essa cultura política contestatória e legitimamente periférica conduziu e gestou a formação de uma consciência crítica que viria

a se consolidar na década de 1990 por meio dos movimentos culturais protagonizados pelo *hip-hop*.

2.6.2 NOVAS SUBJETIVIDADES EM CENA: A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA PERIFÉRICA PROTAGONIZADA PELO *HIP-HOP*

O direito à cidade planejada faz parte de um projeto engendrado para alguns poucos; aos outros, o lugar a construir, a conquistar, a margem do Plano Piloto, que o RAP ressignificará e transformará em espaço de pertencimento e orgulho negro (Oliveira, 2017, p.36-37)

No início dos anos 1980, a produção artística e cultural do DF, protagonizada pelo *hip-hop*, surge concomitantemente a outras metrópoles brasileiras, como o Rio de Janeiro e São Paulo, propiciada pelo caráter de capital federal, que promovia um intercâmbio entre a juventude periférica das satélites e jovens de classe média (filhos de artistas e servidores públicos), que se inscreviam nas migrações diárias entre centro e periferias (Tavares, 2009). Tavares aponta que estes jovens de classe média trouxeram os primeiros materiais para suprir as rádios, pois tinham acesso a viagens internacionais e um amplo contato com tecnologias, discos e estéticas musicais, que inexistiam no DF até aquele período.

Assim, surgia a partir deste período, uma confluência de novas estéticas culturais que passaram a se fundir ao DNA da cultura popular presente nas cidades-satélites, que já produziam cultura desde a formação de Brasília. A cultura negra com suas danças, o samba, forró, baião, entre outros, sempre fizeram parte do cotidiano das periferias do DF, que já se constituía como território negro. A recente exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal” (figura 31), escava essas manifestações e resistências socioculturais afro-diaspóricas da construção de Brasília, invisibilizadas nos imaginários hegemônicos da capital:

Figura 31: Painéis da exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal” (2019).



Fonte: Montagem de Diego Soares. Arquivo Público do Distrito Federal.

Houve um processo de apagamento e criminalização da produção cultural negra e periférica do DF²⁰⁰. Conforme relatou Breitner Tavares (2009, p.87), até os anos 1990, os registros jornalísticos das atividades de lazer e produção cultural do DF se restringiam aos eventos que aconteciam no Plano Piloto, enquanto que “fora dos eixos”, as satélites eram lembradas apenas como territórios violentos. Tavares aponta que neste período, os acontecimentos relacionados às periferias e à sua juventude eram restritos aos cadernos policiais, e as reportagens²⁰¹ do jornal Correio Braziliense associavam as manifestações culturais periféricas e a juventude envolvida no *hip-hop* – principalmente os grupos de *break* –, à violência e à formação de gangues e tribos urbanas (figuras 26 e 27).

Figura 32: “Gangues contrastam violência e diversão”.



Fonte: Reprodução de matéria do Jornal Correio Braziliense, 12 de dezembro de 1991, Caderno Cidades (Tavares, 2009, p.88).

Figura 33: “Polícia inicia operação para identificar gangues”.



Fonte: Reprodução de matéria do Jornal Correio Braziliense, 2 de janeiro de 1992 (TAVARES, 2009, p.89).

Segundo Tavares (2009), nos anos 1980, ocorriam no Plano Piloto e em áreas nobres como o Lago Sul, encontros representativos de *break* e *rap* – que eram reproduzidos nas rádios que emergiam no cenário *hip-hop* – entre jovens de classe média da região e a juventude de Ceilândia e do Gama. Tal afirmação revela como a cultura negra e periférica ocupou intensamente o centro de Brasília, ao mesmo tempo que suas atividades e produções

²⁰⁰ Esse processo não é exclusivo do DF. Como afirma Tavares (2009, p.7), “o Hip Hop, desde de sua origem, tem sido associado a uma arte voltada para segmentos excluídos no espaço urbano, como jovens, imigrantes, negros, mulheres, entre outros”.

²⁰¹ No levantamento realizado por Tavares (2009), foram pesquisados artigos das edições diárias de 1985 a 1994 do Correio Braziliense, que tratassem de temas relacionados à juventude, lazer nas cidades-satélites. Segundo o autor, os artigos tratavam basicamente de fatos envolvendo tráfico de drogas, acertos de contas, homicídios, dentre outros crimes, que, em sua maioria eram cometidos ou sofridos por jovens.

realizadas nas satélites eram criminalizadas e cerceadas pela mídia e o Estado. Ou seja, as estéticas culturais subalternas de origem negra foram capturadas pela juventude abastada do centro, que possuía o “passe livre” para reproduzi-las, enquanto a juventude periférica era criminalizada em seus territórios.

Até o final dos anos oitenta, a representação das cidades do Distrito Federal através dos meios de comunicação de massa partia exclusivamente de um princípio de negatividade das cidades-satélites, tendo Ceilândia como um referencial de um imaginário urbano e estigmatizado que criminalizava a juventude através de estereótipos da formação de gangues de delinquentes. Diante disso, o hip-hop especificamente através do rap, no início dos anos noventa, permitiu a formação de grupos de jovens em torno do estilo de vida hip-hop, que assume uma luta concorrencial pelos espaços de difusão da cultura local. Gradualmente, esses grupos adquirem relevância no campo artístico regional e nacional, que lhes conferiu um status diferenciado, de artistas produtores de cultura. (Tavares, 2009, p.101)

Paralelamente à invisibilidade e criminalização da juventude negra e periférica do DF pela mídia hegemônica, surgiram nos anos 1980, programas de rádio que se tornaram veículos representativos das atividades e produções culturais que circulavam nas periferias, promovendo estéticas especializadas em ritmos como o *funk* e o rap, além de eventos como as festas, bailes *blacks*, “ruas de lazer” e os “sons”²⁰² das diversas satélites (Tavares, 2009; Oliveira, 2017). Neste período, as ruas de lazer desempenharam papel catalisador da cultura de rua das satélites, construindo práticas estéticas que organizavam formas de sociabilidades e subjetividades periféricas, nas quais fechavam as ruas para eventos que aconteciam nas avenidas, campos de futebol e praças das cidades.

Resistindo à política de exclusão física e simbólica, a juventude periférica passou a tensionar e descentralizar a cartografia sociopolítica e cultural do DF, criando gradualmente uma diversidade de apropriações e territórios culturais, que ao longo da década de 1980, gestou novas dimensões urbanas de representatividade e poder protagonizadas pelo hip-hop. Estas transformações permitiram que o movimento cultural das periferias do DF, especialmente de Ceilândia²⁰³, adquirisse novas subjetividades e cargas críticas, que possibilitaram sujeitas e sujeitos periféricos disputar espaços de produção e difusão cultural local, regional e nacional a partir do início dos anos 1990. Neste contexto de emergência cultural da década de 1980, diversos territórios participaram ativamente da cena urbana, como nos conta o rapper X do grupo Câmbio Negro, em entrevista concedida à Eliane Oliveira (2017, p.45):

²⁰² Segundo Tavares (2009), os “sons” eram as festas informais de vizinhança que ocorriam nos anos 1980 em casas particulares nas satélites. Nelas tocavam ritmos como funk, rap e outros gêneros musicais.

²⁰³ Ceilândia destacou-se no cenário do surgimento do rap nacional. A produção cultural ceilandense lançou a partir do final dos anos 1980 e início da década de 1990, diversos grupos como o Tropa de Elite (1989) com o Dj Markim; Câmbio Negro (1990) com X (equis), Dj Jamaica (voz) e Dj Chokolaty (toca-discos); GOG (1992); Cirurgia Moral (1993), sob o comando do rapper Rei; o Álíbi (1995), criado pelo Dj Jamaica e por seu irmão, Kabala, com apoio do Cirurgia Moral; e o grupo Víela 17 (2000), sob o comando do rapper Japão. Estes grupos se destacaram no rap nacional e venceram importantes prêmios. O grupo Câmbio Negro foi três vezes indicado ao prêmio Vídeo Music Brasil, na categoria “melhor grupo de rap” e vencedor da edição de 1999 (Peixoto et al., 2017).

O “Quarentão” no Centro da Ceilândia, “Playmol” Ceilândia, M Norte o “Paradão”, em baixo da QNL, “Primavera” em Taguatinga, “City” em Taguatinga, “Sodésio”, “Brancrev”, “Galpão 17” em Sobradinho. No Paranoá antigo tinha uma escola pública aonde tinham bailes também. Celsão fazia o Mix Mania, a gente saía daqui da Ceilândia pra ir lá no Paranoá. Rodar aí 75 km para curtir som, dançar *break*, os rachas, as batalhas disputas de *break*. Ginásio do Gama, no Guará tinha no “Cave”, na própria “Kremlin” ali no Cruzeiro, na “Bom Paladar” que depois virou “Kremilin”²⁰⁴.

A música “Brasília Periferia” (1994) do rapper GOG, também cartografa o cotidiano da cultura periférica do DF:

Tô em casa aqui os chegados sempre respeitaram as caras
No Quarentão, no Santana, no primão, Paradão
No Sol e Água, Bernardo Saião
Altos bailes blacks

O “Quarentão” (figuras 28 e 29) foi uma das primeiras ocupações culturais periféricas do DF, e um dos responsáveis pelo surgimento da cultura *hip-hop* nos anos 1980, em Ceilândia. Como afirma Tavares (2009, p.96), tratava-se de um edifício público da Administração Regional cedido e ocupado pelos movimentos culturais, onde convergiam diversas sociabilidades e manifestações da juventude periférica em “uma espécie de salão de múltiplas funções, utilizado para vários fins sociais” que “tornou-se um polo irradiador dos funkeiros de todos os bairros de Ceilândia, bem como de outras localidades fora da cidade”.

Logo à frente do local onde se localizava o Quarentão, existia uma espécie de anfiteatro onde jovens se reuniam para treinar coreografias de *break*, o que era promovido pela entidade social DF Zulu *Breakers*. Havia o desenvolvimento de projetos relacionados ao grafite, como realizados por artistas como o Satão e o Supla e “S”; também compareciam alguns músicos como DJ Jamaica, ‘X’, Japão, Gog, entre outros que, nos anos 90, foram referências do rap dentro e fora do Distrito Federal. (Tavares, 2009, p.96)

Figura 35: Bailes funk e break no Quarentão.



Fonte: Diário de Ceilândia, 2020.

Figura 34: Bailes funk e break no Quarentão.



Fonte: Filme “Branco Sai, Preto Fica” (2014).

A partir dos anos 1990, o acúmulo gerado pelas lutas e ações políticas de sujeitos periféricos em torno do direito à cidade por meio de coletivos, associações de bairro e movimentos

²⁰⁴ Entrevista concedida em 27/02/2016 pelo rapper X do grupo Câmbio Negro à dissertação de Eliane Oliveira (2017).

culturais do DF, gestou novas subjetividades e a formulação de uma consciência crítica protagonizada pelo hip-hop, que possibilitou a estruturação de um projeto político contra-hegemônico de cidade vindo das quebradas, que no decorrer dos anos, passou a subverter e disputar estigmas e discursos negativos sobre suas satélites, exaltando o orgulho e as potencialidades da condição de ser periférico. Como vimos no capítulo 1, a década de 1990 foi marcada pelo declínio dos movimentos sociais de base; falta de representatividade política e descrença em relação às instituições públicas; avanço do neoliberalismo; intensificação da violência urbana e das políticas de remoções forçadas; e crescimento vertiginoso das periferias e favelas. Tais processos, fizeram deste período um caldeirão extremamente explosivo no campo das lutas sociais (D'Andrea, 2013; 2022).

Nesse contexto, vários grupos de rap como o Câmbio Negro (1990), GOG (1992), Cirurgia Moral (1993), Álibi (1995), entre outros, passam a incorporar narrativas críticas e antirracistas sobre seus problemas sociais e conflitos vividos, denunciando a violência, o racismo, a repressão policial e o genocídio sofrido pela população negra. Como afirma Oliveira (2017), as músicas desta primeira geração do RAP-DF eram crônicas das ruas “contadas no chão das periferias”, que emergiam da necessidade de proteção e resistência mútua, realizada “de corpos negros para corpos negros”.

Os jovens passaram a denunciar, através de um discurso antirracista, diversos aspectos da segregação socioespacial vivida pela juventude, não apenas de Ceilândia, mas de qualquer periferia urbana que tivesse suas características. Dessa forma a juventude negra redefine a imagem criminalizada de uma das cidades satélites que sob essa nova perspectiva de autoafirmação adquirem o sentido de “centros” de um novo sentido para a música popular e, ao mesmo tempo, constituiu uma liderança representativa da juventude. (Tavares, 2009, p.101)

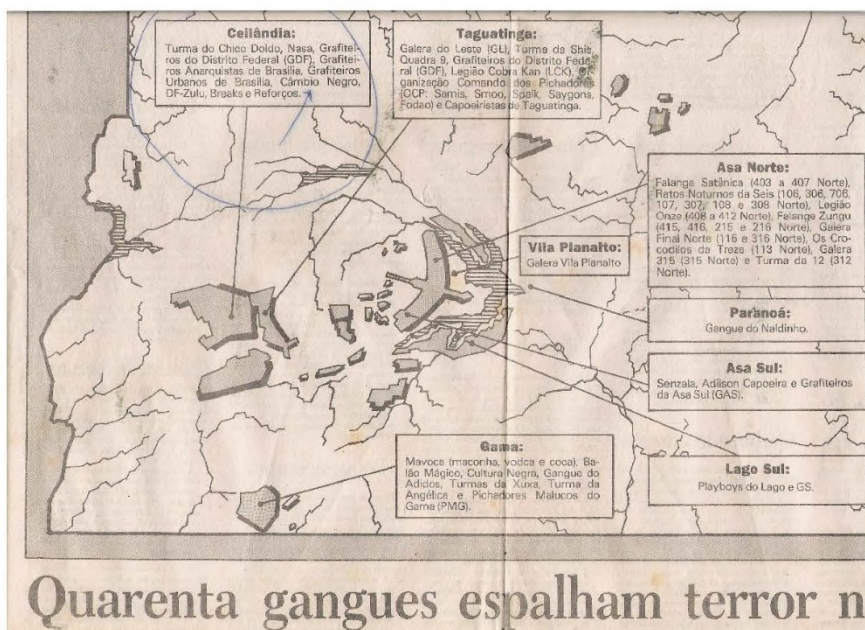
Enquanto os planos-discurso não avançavam em estratégias efetivas de descentralização do planejamento urbano, que funcionava como instrumento de manutenção das práticas de apagamento e negação da classe trabalhadora negra, os movimentos culturais periféricos do DF passaram a tensionar esse projeto de exclusão, disputando narrativas na arena política e formulando novas relações de poder que reconheçam as satélites como centralidades potentes no sistema urbano. Ou seja, a cultura periférica forjada por novas subjetividades, lançava a partir da década de 1990, outras bases para a construção de um planejamento contra-hegemônico e insurgente.

Essa nova amplitude do movimento hip-hop no início dos anos 1990, inseriu as periferias no centro da produção cultural que emergia no DF, permitindo-as disputar e criar circuitos e cadeias de difusão cultural alternativas e autônomas em relação aos espaços de difusão hegemônicos do Plano Piloto. Essa ascensão periférica na cena urbana foi engendrada pelo

surgimento de produtoras independentes que emergiram principalmente a partir de 1993 (Oliveira, 2017).

No entanto, neste período os discursos de criminalização promovidos pela mídia hegemônica se perpetuaram a todo vapor. Como demonstrado na matéria de 1993 do jornal Correio Brasiliense, em que grupos de break e rap, como o Câmbio Negro, DF Zulu e Reforços, são inseridos no mapa (figura 36) como gangues que estariam “espalhando o terror” no DF, ao lado de grupos de jovens acusados de crimes.

Figura 36: Mapa "Quarenta gangues espalham terror no Distrito Federal".



Fonte: Reprodução da matéria do jornal Correio Braziliense, Caderno Cidades, 18 de agosto de 1993 (Tavares, 2009, p.98).

Em resistência à invisibilidade imposta às satélites, o rap “Brasília Periferia” (1994) produzido por GOG, para além da denúncia de problemas e violências vividos, exalta e reconhece as potencialidades e ações transformadoras desenvolvidas nas “quebradas” do DF, a partir de uma cartografia do seu cotidiano de lutas, histórias e resistências, que visava subverter os estigmas de violência e incapacidade promovidos pelas mídias:

No gama a fama é o gama sensacionalista
 Jornais revistas segunda sai a próxima lista
 Pânico na população
 Mas esqueceram a escolinha de futebol do bezerrão
 Do samba no salão que já é tradição
 E de repente nem tudo anda mal
 Cursos de alfabetização no lixão da estrutural
 Iniciativa não governamental
 Lago azul Céu azul Pacaembu
 Cruzeiro do sul Val Pedregal
 Cidade ocidental na divisa do estado
 Cresce a passos largos vários bairros amontoados

[...]
 Mas só pra te lembrar
 Periferia é periferia em qualquer lugar
 É só observar
 Baú sempre lotado vida dura
 Cheia de sonhos
 [...]
 Gente nota dez Ponte Alta Saia Velha Jardim Zuleica
 E de repente o pessoal do Sol Nascente
 Nova Friburgo Novo Oriente surpreende
 Com ideias inteligentes
 Detalhes surpreende a quem nunca
 Botou nenhuma fé na gente
 (GOG, 1994)

No mesmo viés, a música “Ceilândia Revanche do Gueto” (1995) do grupo Câmbio Negro, reforça como a satélite era tratada nos discursos hegemônicos, mas sobretudo, enfatiza o orgulho de ser ceilandense, por meio da narração das sociabilidades culturais imersas no cotidiano da cidade:

Mais de 500 mil e pra eles somos lixo
 Lutando pra sobreviver tratados como bichos
 Escrotos ratos de esgotos vermes rastejantes
 Cobras bichos peçonhentos monstros repugnantes
 [...]
 Foda-se o que dizem véi
 Ceilândia é minha quebra
 Movimento aos sábados em frente ao Quarentão
 Df Zulu tá na barca e aí moleque então
 Domingo tem feira roda de capoeira
 Meia lua queixada bença armada
 Mortal martelo rodado "S" dobrado rasteira
 Pernas subindo suor descendo molhando o asfalto
 E o berimbau fala alto
 Sou da ceilândia eu sou mais eu
 Falo faço e aconteço
 Por essa terra tenho apreço
 Essa é minha quebrada não pega nada
 (Câmbio Negro, 1995)

Como veremos, essa “revanche do gueto” que emergia nas periferias do DF influenciou diretamente na luta pela preservação da memória nas mobilizações pró-tombamento de Ceilândia e Taguatinga, que resistiram aos reiterados ataques e apagamentos promovidos pelo GDF.

2.6.3 A LUTA PELA MEMÓRIA NAS SATÉLITES: MOBILIZAÇÕES E MOVIMENTOS POPULARES POR TOMBAMENTOS

Em sintonia à gestação de um protagonismo popular e de uma consciência crítica forjada em novas subjetividades, conduzida pela confluência de associativismos, lutas e movimentos culturais periféricos, emergiram na década de 1980, frentes de mobilização popular por

tombamentos, que se consagram como um modo de expressão e instrumento de luta por moradores das satélites para garantir a preservação e proteção de bens referenciais de suas comunidades, articulando a luta pela memória à reivindicação por melhorias de infraestrutura e qualidade de vida (Barbosa, 2021).

Segundo Daniela Barbosa (2021), a década de 1980 foi marcada pelos discursos de ampliação territorial do campo patrimonial do DF, protagonizados pelo GT-Brasília²⁰⁵, que buscaram considerar a importância das diversas manifestações culturais presentes nas satélites e não apenas a produção modernista do Plano Piloto. Na mesma linha, o órgão distrital de patrimônio, que a partir de 1983 passou a ser o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), se aproximou da perspectiva de patrimônio como resultado de demandas comunitárias.

Contudo, Daniela Barbosa (2021) afirma que grande parte dos tombamentos²⁰⁶ realizados nos núcleos-satélites do DF (com a exceção dos tombamentos do Relógio e da Escola Industrial de Taguatinga e da Caixa d'água de Ceilândia), operaram na homogeneização da memória de Brasília, pacificando e ocultando conflitos entre as classes sociais (dominantes e subalternas) por meio da fabricação de discursos preservacionistas centrados na memória operária da construção de Brasília, que visavam valorizar e preservar vestígios e edificações que simbolizassem o “pioneirismo” e seus espaços de convivência. Assim, os discursos de tombamento²⁰⁷ atuaram nas ambiguidades e contradições da capital, fundindo termos como “candango”, “operário” e “comunidade” para se referir aos “pioneiros”, identificados como legítimos herdeiros da memória da construção de Brasília, ao mesmo tempo que ocultavam as violentas políticas de erradicação destes mesmos operários, que desde o início foram colocados à margem e qualificados como “invasores”.

Esse processo acabou por construir uma narrativa da trajetória desses espaços que pouco se atentou para as tensões que permearam o seu processo de fixação, em especial as recorrentes tentativas de destruição dos antigos acampamentos de obras e remoção de pessoas. Quando essas tensões aparecem, identificamos que os textos dos dossiês privilegiaram termos como “invasor”, “pessoas” e “populações” para se referir a esse contexto, o que representou uma tentativa de desvincular o desmantelamento dos antigos acampamentos de obras da expulsão do pioneiro de seus espaços. (Barbosa, 2021, p.335)

²⁰⁵ Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília no período.

²⁰⁶ Daniela Barbosa (2021) afirma que os tombamentos foram realizados entre 1959 e 2014 e compreendem equipamentos da infraestrutura urbana, assim como de assistência à cultura, educação, saúde e religião, em diferentes núcleos-satélites do Distrito Federal. Trata-se dos seguintes bens em ordem temporal: Catetinho (1959); Museu Histórico e Artístico de Planaltina (1982); Igreja São Sebastião de Planaltina (1982); Pedra Fundamental de Planaltina (1982); Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) (1985); Relógio de Taguatinga (1989); Igreja São Geraldo no Paranoá (1993); Centro de Ensino Metropolitana (1995); Igreja São José Operário na Candangolândia (1998); Casa da Fazenda Gama (2006); Caixa d'Água da Ceilândia (2013); e a Escola Industrial de Taguatinga (EIT) (2014).

²⁰⁷ É importante pontuar que o campo do patrimônio é um campo de disputas e não de consenso, pois as diferentes classes/agentes sociais se apropriam deste instrumento de acordo com seus interesses e objetivos próprios.

2.6.3.1 O POVO SE ORGANIZA E REIVINDICA: OS CASOS DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA

Situado num período de gestação de um protagonismo popular das satélites, o processo de tombamento do Relógio de Taguatinga (1989) representou uma exceção diante do contexto marcado pela recuperação e tombamento de espaços referentes à memória operária, pois partiu de uma ampla mobilização e descontentamento popular contra à política de destruição de espaços públicos importantes para a memória da cidade, praticada pelo GDF, enfatizando assim, a urgência em protegê-los (Barbosa, 2021).

Como aponta Daniela Barbosa (2021), a campanha de tombamento teve início em 1987 quando integrantes do “Movimento Taguatinga tem memória” organizaram um abaixo-assinado intitulado “Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido”, com o intuito de conscientizar a população local e colher assinaturas para o processo. Seu texto se apoia na justificativa de ameaça iminente de destruição do Relógio, devido ao avanço da especulação imobiliária que culminou na demolição de quatro espaços públicos representativos: a Praça do Mercado Norte; a histórica Praça do Bicalho; e a destruição da Caixa D’água de Taguatinga, descrita no dossiê²⁰⁸ como o “mais tradicional símbolo e ponto de referência de Taguatinga”. Nesse sentido, o dossiê aponta para a necessidade do tombamento do Relógio como única forma de evitar sua demolição, além de sua importância como “compensação simbólica pelas demolições efetuadas no passado” (Barbosa, 2021).

O tombamento do Relógio pelo DePHA ocorreu em 1989, buscando integrar e valorizar suas relações presentes no cotidiano da população taguatinguense e se deu, principalmente, pelo amplo envolvimento e mobilização popular inserido no processo coletivo de reivindicação do bem (Barbosa, 2021). Para além da proteção do território, este caso revela o descontentamento com a falta de participação popular nos instrumentos de planejamento e tomadas de decisão na cidade, e demonstra a potência da organização popular na luta pela memória, frente aos reiterados ataques e apagamentos de seus bens comuns.

Considerando a importância do Relógio da Praça Central de Taguatinga como elemento referencial significativo na paisagem urbana da cidade; **Considerando que a preservação do relógio da Praça Central de Taguatinga é reivindicação da própria comunidade**; Considerando que a medida mais legítima e eficaz de preservação do Patrimônio Histórico-Cultural é aquela exercida pela própria população; Considerando, finalmente, a importância do Relógio da Praça Central de Taguatinga como um dos principais marcos históricos e visuais da cidade [...] (Governo do Distrito Federal, 1989).

²⁰⁸ DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DA CULTURA. Taguatinga não quer que o Relógio da Praça seja demolido. In Processo nº 030.009.850/1988. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1989.

A partir dos anos de 2010, os dossiês de tombamento da Caixa D'água da Ceilândia (2013) e da Escola Industrial de Taguatinga (EIT) (2014) deram continuidade à noção de patrimônio como resultado da demanda e reivindicação popular, enfatizando suas potencialidades e vitórias alcançadas pela população, além de trazerem à tona a necessidade de investimentos e infraestrutura para suas RAs (Barbosa, 2021). Verifica-se nestes processos de mobilização popular pró-tombamento, a consolidação de um ciclo de lutas que partiu da ascensão do movimento cultural periférico na década de 1990, que seguiu ressignificando estigmas e ocupando progressivamente espaços na arena política e no debate público. Ou seja, estes dossiês são registros de décadas de lutas e resistências travadas nas periferias da capital.

Conforme aponta Barbosa (2021), o processo de tombamento da Escola Industrial de Taguatinga (2014) teve início em 2006, por meio do pedido realizado pelo movimento cultural Tribo das Artes, que mobilizou durante oito anos de luta, uma ampla campanha pelo tombamento. Nesse embate, a Tribo das Artes teve voz ativa no processo de tombamento, pressionando o DepHA com ampla mobilização popular articulada em torno de diversos instrumentos de apoio, como o abaixo-assinado, programação de eventos culturais e divulgação de materiais informativos. A partir das demandas da comunidade, o movimento buscou articular o discurso patrimonial à necessidade de investimentos no local, para ampliar e renovar seus acervos e espaços de convivência. Nesse sentido, o movimento não se restringiu ao tombamento, mas também reivindicava a gestão participativa do espaço (Barbosa, 2021).

Daniela Barbosa argumenta que o dossiê de tombamento da EIT tende a assimilar a ideia dos conflitos sociais vividos, valorizando as conquistas e lutas dos moradores, e ainda faz referência às demandas iniciais da cidade, reforçando a necessidade de preservação de seus equipamentos culturais. Dessa forma, o dossiê adota uma perspectiva contra-hegemônica, destacando “uma imagem da fundação de Taguatinga relacionada a operários sem recursos financeiros, porém inteligentes, guerreiros e autônomos na conquista de um espaço de educação e cultura representado pela EIT” (Barbosa, 2021, p.303), em contraposição aos discursos promovidos pelo GDF, que reduziam estes sujeitos à corpos “flagelados” e “hipossuficientes”.

O dossiê da EIT também exalta a diversidade de manifestações, espaços e eventos culturais da satélite – que tiveram seu “auge” nos anos 1980 –, com o objetivo de salientar sua vocação cultural e “apontar que aquela não seria uma mera ‘cidade-satélite’ dependente do Plano Piloto, mas, sim, produtora de arte e cultura e um polo de atração” (Barbosa, 2021, p.315). Nesse sentido, o texto menciona a “I Semana de Arte e Cultura de Taguatinga” (1983), como aglutinadora de potencialidades culturais; o Teatro da Praça como “principal símbolo” da cultura taguatinguense; a Associação de Arte e Cultura de Taguatinga como um movimento

cultural precursor no DF que influenciou outras satélites a criarem outros movimentos; o Teatro Rola Pedra como aglutinador de artistas brasileiros em ascensão, entre outros.

Essa construção de uma imagem de autonomia e autossuficiência em torno das potencialidades culturais também foi a base discursiva utilizada no dossiê da Caixa d'Água de Ceilândia. Em 2011, na ocasião do quadragésimo aniversário da cidade, o movimento formado por grupos culturais denominado Fórum de Cultura de Ceilândia (FCC)²⁰⁹, formalizou o pedido de tombamento da Caixa d'Água²¹⁰ por meio do documento intitulado “Requerimento de tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia”, posteriormente enviado à SUPHAC²¹¹. Como verifica Barbosa (2021), o dossiê de tombamento retoma de modo recorrente os problemas vividos no cotidiano de criação da satélite, construindo uma narrativa centrada no modo como a população ceilandense, no processo de conquistar um lugar para si, teria superado tais problemas, colocando a Caixa d'Água como “símbolo de superação das dificuldades iniciais relativas à falta de infraestrutura”. No mesmo viés, o parecer²¹² da DIGEPHAC/SUPHAC denomina o monumento como um “símbolo do resgate da autoestima” desta população.

Como aponta Barbosa (2021), o documento elaborado pelo FCC traz um amplo repertório de referências que enunciam e exaltam a diversidade de manifestações e potencialidades presentes no núcleo, que teria desenvolvido novas funções e relações socioeconômicas, culturais e urbanas. Nesse sentido, o texto enfatiza a importância e protagonismo da cultura ceilandense para o DF, subvertendo os discursos e relações hegemônicas de dependência, indicando que Ceilândia há muito tempo “não é mais uma cidade-dormitório” e que sua cultura “é pulsante”²¹³, pois é formada pela confluência de diversas estéticas e referências culturais nordestinas, que articulam passado e presente, como o *rap*, *hip-hop*, samba, repente e o forró. Tais documentos demonstram como a ação política dos movimentos culturais assumiram centralidade na construção de um protagonismo popular periférico, que agiu na subversão de estigmas e representações sobre seus territórios, que passaram a representar centralidades potentes e polarizadoras na rede urbana:

Nota-se como o discurso patrimonial auxilia na construção da visão de um núcleo ativo, dinâmico, acolhedor e, de quebra, com um grande potencial a ser alcançado, em especial por termos como “dispõe de uma área” e “constante expansão”. A ideia do dinamismo do núcleo se destaca, e o

²⁰⁹ Segundo Pereira (2017), os Fóruns e Conselhos Populares de Cultura são resultado de uma inflexão trazida em última instância pela CF/88. No caso do Distrito Federal, durante o governo Agnelo Queiroz (2011-2015) foram retomadas as reuniões e Fóruns de Cultura, incentivando a organização de fóruns de cultura locais nas RAs.

²¹⁰ Para saber mais sobre como foi o processo de tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal, consultar a dissertação de mestrado de Vinicius Pereira (2017).

²¹¹ Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal.

²¹² DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Parecer nº 003/2011-DIGEPHAC/SUPHAC/SECULT. In Processo nº 150.000.781/2011. Brasília, Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

²¹³ Para enfatizar a importância/protagonismo de Ceilândia no cenário cultural do DF, o documento cita os eventos de grande porte realizados na cidade, como os Festivais Nacionais de Repente, Shows de Hip-Hop, Festival Ferrock, Forrolândia, entre outros.

documento aponta como o tombamento da Caixa d'Água seria um passo em direção à plena autonomia de Ceilândia. (Barbosa, 2021, p.320)

Como vimos, a formação de uma cultura política crítica e legitimamente periférica na década de 1980, foi gestada a partir da convergência entre as novas subjetividades produzidas pelas estéticas culturais protagonizadas pela juventude periférica e as mobilizações de moradores e associações de bairro, que aglutinaram diversas pautas²¹⁴ de luta em torno do direito à cidade, como moradia, cultura, mobilidade, segurança pública, violência urbana, saúde e participação popular.

Este campo de resistências emergente tensionou o projeto político de exclusão física e simbólica promovido pelo GDF, criando frentes de ação política protagonizadas por sujeitas e sujeitos periféricos, que passaram a construir formas alternativas de planejamento e gestão participativas a partir de suas demandas concretas e problemas vividos. Estas novas subjetividades em cena, conduziram à elaboração de uma consciência periférica que se fortaleceu na década de 1990 por meio dos movimentos culturais protagonizados pelo *hip-hop*, que foram capazes de condensar e se apropriar das diversas demandas e pautas de luta das satélites, lançando outras bases para a estruturação e construção de um projeto político contra-hegemônico de cidade.

2.7 O LUGAR DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO NO PDOT: CONFLITOS, LACUNAS E IMPASSES

Mesmo diante de uma produção cultural insurgente emanada das periferias, que passou: a colocar em xeque o projeto de exclusão reproduzido – e reconhecido – pelo GDF; a disputar narrativas na arena política, ocupando espaços no debate público com suas demandas e reivindicações concretas; a elaborar ações alternativas de planejamento popular e gestão participativa; a tecer novas relações de poder e autonomia no sistema urbano, exaltando a potência e diversidade de suas manifestações e estéticas culturais; o PDOT/2009 operou como instrumento de invisibilização e negação desta produção cultural pulsante que emergia no DF.

2.7.1 REPRODUZINDO INVISIBILIDADES

Os discursos de “descentralização” das ações de planejamento adotados pelo PDOT/2009 se limitaram, em geral, ao reconhecimento de centralidades e polarizações de núcleos periféricos, ancorados a estratégias e diretrizes desarticuladas de seus espaços culturais e

²¹⁴ Identificamos nesta pesquisa, que os movimentos periféricos não se limitaram à luta por moradia. É importante compreendermos como a luta por moradia, cultura, mobilidade, segurança pública etc., estão intimamente ligadas no cotidiano de enfrentamento à segregação nas periferias.

demandas comunitárias. Assim, os instrumentos de planejamento formulados sem participação popular efetiva e diálogo com formas de ocupação inscritas em práticas subalternas, promoveram uma política de apagamento de territórios culturais e bens patrimoniais²¹⁵ periféricos, inseridos em zonas de disputas e conflitos por terra, onde o Estado emprega tanto a violência legal quanto a ilegal para a manutenção e controle das fronteiras de acesso à legitimidade social, por meio de um forte aparato de contenção e repressão de condutas e práticas sociais que oferecem ameaça à “manutenção da ordem urbanística” (Feltran, 2008; Telles, 2015), nestes territórios ditos de “risco”, marcados pela condição de ameaça e “transitoriedade permanente” (Rolnik, 2015).

Esta condição de transitoriedade, é operada (1) por frentes de expansão imobiliária fortalecidas pelo PDOT/2009, articuladas a vetores de remoções forçadas promovidas pelo GDF, que passaram a mirar áreas periféricas, a fim de convertê-las em reservas de terra para extração de renda; e (2) pela insegurança de posse de territórios culturais periféricos, gerada pela aplicação arbitrária/seletiva dos instrumentos de regularização fundiária, e pela inexistência de zoneamentos socioculturais que promovam o reconhecimento e assegurem a legalização, autonomia e proteção destes espaços.

Assim, o PDOT/2009 impôs uma geografia de invisibilidade aos territórios culturais, restringindo o zoneamento territorial (figura 37) das periferias urbanas à (1) Zona Urbana Consolidada (ZUC)²¹⁶ que visa “fomentar o desenvolvimento urbano com a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos públicos existentes” e o “desenvolvimento das potencialidades locais”; (2) Zona Urbana de Expansão e Qualificação (ZUEQ)²¹⁷, que tem como diretrizes específicas de planejamento territorial, a articulação do tecido urbano de forma a integrar e conectar as localidades existentes, a reversão/recuperação dos danos ambientais e áreas degradadas e a promoção da regularização fundiária; (3) Zona Urbana de Uso Controlado II (ZUUC II)²¹⁸ que se insere em áreas de significativa sensibilidade ambiental e visa “compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, promover a recuperação ambiental e a proteção dos recursos hídricos” (Distrito Federal, 2009, p.155); e por fim, a (4) Zona de Contenção Urbana, que tem o objetivo de “conter a pressão excessiva

²¹⁵ Aqui consideramos que há um amplo acervo de manifestações, práticas e saberes populares manifestados e produzidos nas/pelas periferias, que fazem parte do Patrimônio Cultural do DF.

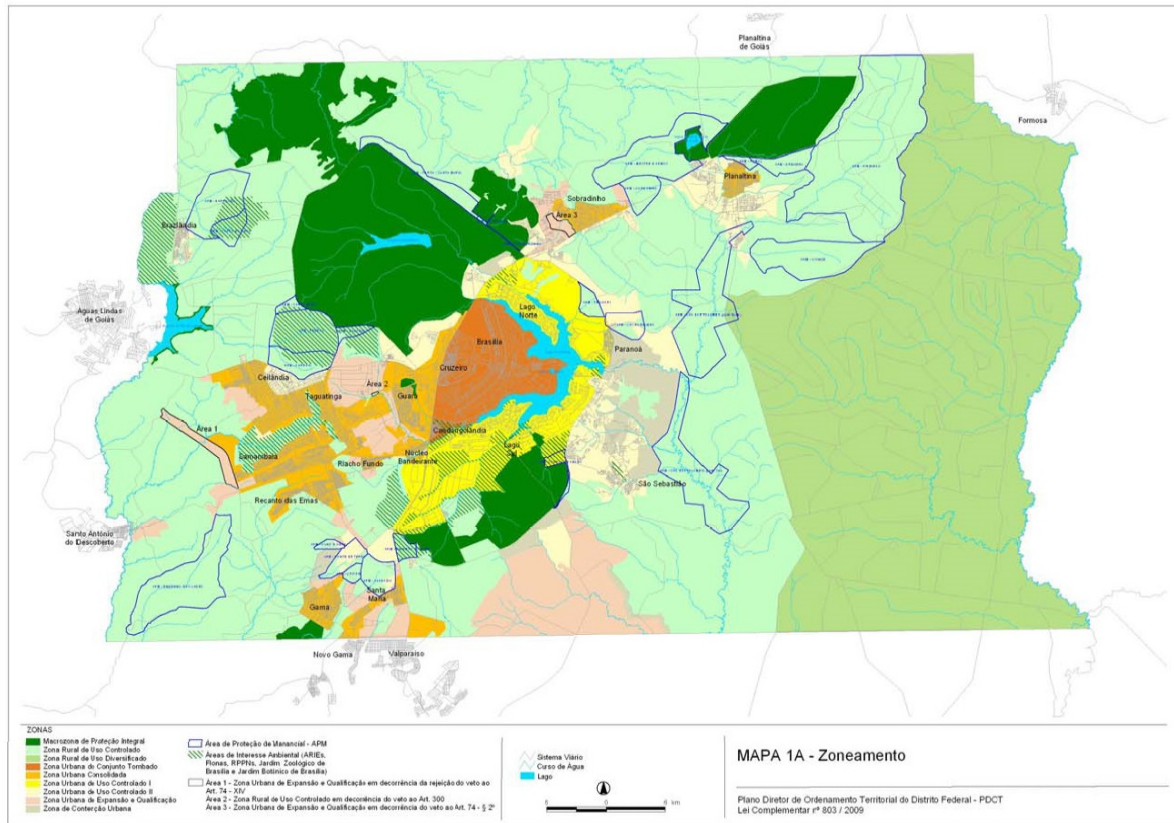
²¹⁶ Incluem-se na ZUC os núcleos urbanos de Sobradinho, Planaltina, Santa Maria (incluindo o Polo JK), Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Guará, SIA, SCIA, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Águas Claras, Ceilândia e Samambaia.

²¹⁷ Segundo o PDOT/2008 (p.158), a ZUEQ tem como diretrizes específicas de planejamento territorial: estruturar e articular o tecido urbano de forma a integrar e conectar as localidades existentes; reforçar a aplicação de instrumentos de política urbana adequados para qualificar e disciplinar a ocupação, e promover a regularização fundiária; reverter danos ambientais e recuperar áreas degradadas;

²¹⁸ Incluem-se na ZUUC II as áreas urbanas inseridas nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto, do São Bartolomeu, do Cafuringa e do Planalto Central; a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) JK; o entorno imediato de unidades de conservação de proteção integral – Parque Nacional de Brasília; e a Reserva Biológica da Contagem (região do Colorado) (Distrito Federal, 2009)

do adensamento urbano sobre a zona rural e áreas ambientalmente protegidas, assegurando a preservação e manutenção de suas características naturais” por meio de parâmetros restritivos a fim de disciplinar a ocupação, criando uma “zona de amortecimento” (Distrito Federal, 2009, p.159).

Figura 37: Zoneamento proposto pelo PDOT/2009.



Fonte: PDOT (2009).

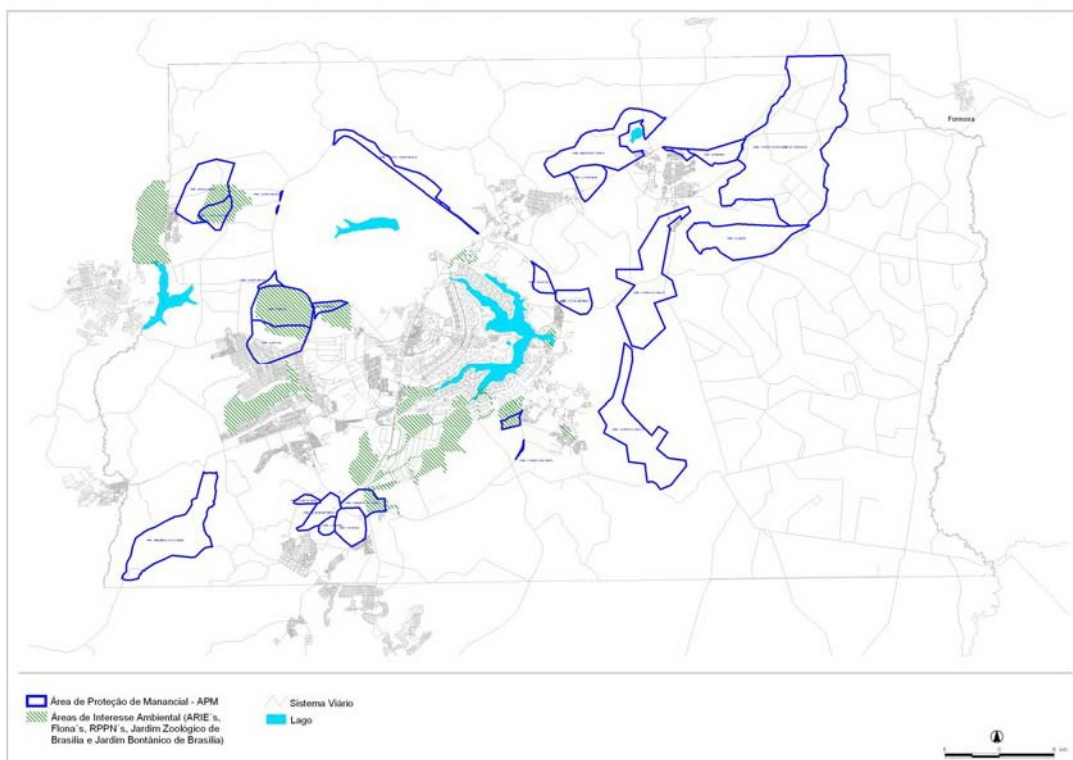
Restritas ao mesmo caráter ambiental que as Zonas descritas, as Áreas de Diretrizes Especiais²¹⁹ (figura 38) inseridas no zoneamento do PDOT/2009, foram concebidas como polígonos sobrepostos a outras macrozonas, que destacam áreas que necessitam de tratamento diferenciado e exigem diretrizes específicas de uso e ocupação do solo destinadas a promover sua adequação (Distrito Federal, 2009). Tais áreas foram divididas em duas categorias: (1) Áreas de Proteção de Manancial (APM)²²⁰ que objetivam a conservação dos recursos naturais, a recuperação ambiental e a promoção do uso sustentável em áreas de

²¹⁹ As Áreas de Diretrizes Especiais foram introduzidas pelo PDOT/1997.

²²⁰ Segundo o PDOT/2009 (p.165), algumas das diretrizes específicas de planejamento territorial para as Áreas de Proteção de Mananciais (APM) são: a proibição do parcelamento do solo urbano e rural, exceto para fins de regularização ou para parcelamentos já registrados; e a exigência de implantação de obras de saneamento ambiental com vistas a mitigar impactos causados pelo processo de urbanização.

mananciais; e as (2) Áreas de Interesse Ambiental²²¹, que objetivam a proteção das Unidades de Conservação²²², estabelecendo parâmetros mais restritivos para sua utilização (Distrito Federal, 2009).

Figura 38: Áreas de Diretrizes Especiais estabelecidas pelo Zoneamento do PDOT/2009.



Fonte: PDOT (2009).

Verifica-se que o Zoneamento proposto para as áreas periféricas, se restringe exclusivamente ao caráter ambiental, associado à contenção e restrição da ocupação urbana, ancorada à proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais que compõem o Patrimônio Ambiental do DF. Este direcionamento exclusivo à gestão ambiental do território, atua como prática de apagamento e invisibilização das demais formas de ocupação, práticas e territórios culturais existentes nas periferias. Ou seja, enquanto o Patrimônio Ambiental é reconhecido e legitimado com um amplo aparato legal que visa sua proteção e conservação, o Patrimônio Cultural do DF composto por porções territoriais dotadas de diversas identidades e manifestações culturais presentes em territórios de produção e fruição cultural, como casas

²²¹ Segundo o PDOT/2009 (p.166), algumas das diretrizes específicas de planejamento territorial para as Áreas de Interesse Ambiental são: a proteção de remanescentes de vegetação nativa; e a recuperação de áreas degradadas. Delas fazem parte as Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Floresta Nacional, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, além do Jardim Botânico de Brasília e do Jardim Zoológico de Brasília.

²²² As Unidades de Conservação (UC) presentes no Distrito Federal, por categoria, são: Estações Ecológicas (3); Reservas Ecológicas (4); Parque Nacional (4); Reservas Biológicas (2); Floresta Nacional (1); Reservas Particulares do Patrimônio Natural (3); Áreas de Proteção Ambiental (6); e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (6) (Distrito Federal, 2009).

de cultura, ocupações culturais, áreas indígenas, territórios quilombolas e templos religiosos, sequer são citados e demarcados no Zoneamento e demais instrumentos do PDOT/2009.

As próprias Áreas de Diretrizes Especiais, que se sobrepõem às macrozonas e exigem diretrizes específicas de uso e ocupação do solo, poderiam atuar no sentido de identificar e reconhecer estes territórios e práticas culturais, a fim de promover e fomentar o desenvolvimento das centralidades urbanas e suas potencialidades locais – como apontado nos objetivos e diretrizes do PDOT/2009 –, visando promover e incentivar a conservação, preservação, proteção e valorização deste Patrimônio Cultural.

Este processo de invisibilização das potencialidades e experiências desenvolvidas nas/pelas periferias adotado pelos instrumentos urbanísticos do PDOT/2009, que restringem o reconhecimento e a proteção às áreas ambientais, anula as possibilidades de uma gestão territorial que articule de forma sistêmica e integrada o Patrimônio Ambiental e Cultural existente nestes territórios às Estratégias de Dinamização e centralidades urbanas do DF. Um exemplo, é a “Estratégia de Integração Ambiental do Território” proposta pelo PDOT/2009, que propõe uma gestão integrada dos espaços vocacionados para a função socioambiental, por meio da criação de corredores ecológicos que conectam porções territoriais dispostas linearmente, como parques, unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanente, entre outros (Distrito Federal, 2009). Restrita à pauta ambiental e com frágil regulamentação, tal estratégia poderia ter colaborado no papel de articular e potencializar as ações e territórios culturais presentes nas periferias do DF.

Como vimos no capítulo 1, esta gestão integrada entre territórios ambientais e culturais foi implementada no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE/SP) a partir do instrumento denominado “Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem” (TICP)²²³. Segundo o Art. 315 do PDE/SP, os objetivos dos TICP se traduzem em:

- I - estimular iniciativas locais no âmbito da cultura, educação e meio ambiente, através de processos solidários e colaborativos;
- II - ampliar a abrangência do princípio do direito à cidade, garantindo a cidadania cultural, a tolerância e o respeito à diversidade cultural, social, étnica e sexual por meio do acesso à cultura, à educação e à arte;
- III - valorizar a memória e a identidade da cidade, nos âmbitos local e regional;
- IV - promover o entendimento dos processos urbanos e ambientais de transformação e conservação das paisagens e a fruição de seu patrimônio material e imaterial;

²²³ Segundo o Art. 314 do PDE/SP, o TICP se define como: “áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público” (São Paulo, 2014, p.16).

V - proporcionar, em especial nos TICP localizados em regiões de maior vulnerabilidade social, o desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, estimulando sua articulação com instituições de ensino, pesquisa, cultura e outras, que permitam a compreensão dos processos históricos, ambientais e culturais locais e regionais;

VI - definir instrumentos de incentivos e apoio às atividades ligadas à cultura, educação, arte e meio ambiente, visando a geração de renda e o desenvolvimento local e regional sustentável;

VII - criar meios de articulação entre os diferentes TICP, visando proporcionar o intercâmbio de saberes e experiências entre seus agentes culturais e estimular programas educativos e criativos que favoreçam a compreensão mútua da estruturação e história urbana de cada Território e de seus valores simbólicos e afetivos. (São Paulo, 2014, p.16)

Originado das lutas e resistências subalternas, o TICP parte das potencialidades locais e experiências existentes nas suas duas porções territoriais: Paulista-Luz (região central) e os três distritos Jaraguá-Perus-Anhanguera (Periferia Noroeste), buscando articular diferentes escalas de planejamento territorial ancoradas a equipamentos comunitários e ao patrimônio ambiental e cultural; fortalecer e incentivar espaços e coletivos culturais autônomos; introduzir a noção de lugares de memória; e estimular formas de participação e diálogo ancoradas na produção cultural local (Sandeville; Manfré, 2014).

Portanto, o PDOT/2009 atuou na invisibilização dos territórios e práticas culturais subalternas, destinando às periferias apenas os instrumentos urbanísticos de contenção e restrição territorial, que historicamente agiram – e ainda agem – na legitimação das políticas de controle e remoção da classe trabalhadora de baixa renda, forjadas na fabricação de discursos ambientais e patrimonialistas ancorados na aplicação discriminatória e seletiva da legislação, em nome da “manutenção da ordem urbanística”. Tais processos, reforçaram a condição de insegurança de posse destes territórios periféricos, que permanecem sob constante ameaça de remoção.

2.7.2 PPCUB: ENTRE POSSIBILIDADES E SELETIVIDADES

Contrariamente ao direcionamento dado às periferias, o Patrimônio Cultural aparece na Zona Urbana do Conjunto Tombado (ZUCT)²²⁴ como parte integrante e balizadora do seu ordenamento territorial, que se orientou “por valores culturais e ambientais” (Distrito Federal, 2009). Para a gestão das políticas de preservação e planejamento desta porção territorial, o PDOT/2009 estabeleceu a necessidade de elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)²²⁵, que traz no seu Art. 37, três programas que visam a

²²⁴ A ZUCT compreende o Plano Piloto, a Vila Planalto, o Cruzeiro, o Setor Octogonal, o Setor Sudoeste e a Candangolândia, acrescida do Lago Paranoá.

²²⁵ Em 2022 foi apresentada a proposta de minuta do PPCUB, que atualmente está em processo de construção. Segundo o Art. 4º desta minuta, a área de abrangência do PPCUB corresponde à Unidade de Planejamento

valorização do seu patrimônio material e imaterial: (1) Valorização das Áreas de Interesse Cultural; (2) Acervo Urbano de Obras de Arte²²⁶; e (3) Educação Patrimonial²²⁷.

O Programa de Valorização das Áreas de Interesse Cultural proposto pelo PPCUB, avança significativamente nas políticas urbanas no DF, pois prevê as Áreas de Interesse Cultural (AIC) com base em três classificações, que reconhecem iniciativas culturais, educativas e ambientais a fim de incentivar o cumprimento da função social da propriedade:

Art. 38. O Programa de Valorização de Áreas de Interesse Cultural objetiva estimular iniciativas culturais, educativas e ambientais, por meio da previsão de instrumentos urbanísticos, e incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, por meio da previsão de instrumentos urbanísticos e fiscais em locais delimitados como Áreas Interesse Cultural – AIC, com base na seguinte classificação:

I – Patrimônio Material e Imaterial – PMI, constituída por bens tombados ou registrados pelo órgão competente pela política cultural do DF e suas respectivas áreas de tutela;

II – Reconhecimento de Referências Culturais – RRC, constituída por imóveis ou logradouros públicos previstos para aplicação dos instrumentos de catalogação, inventário ou inventário participativo;

III – Territórios de Ocupação Cultural – TOC, constituída por porções do território, reunindo conjunto de imóveis e logradouros públicos que concentram instituições culturais ou apropriação social dos espaços públicos com manifestações, práticas e saberes populares, que podem ser objeto de regimentos operacionais próprios. (Governo de Brasília, 2022, p.16)

Tal Programa avança no sentido de reconhecer diferentes formas de apropriação e ocupação territorial inscritas no patrimônio material e imaterial, entrelaçando práticas culturais, ambientais e educacionais²²⁸, por meio de estratégias de valorização e incentivo articuladas à previsão de instrumentos fiscais que visam o fortalecimento destes territórios:

I – estratégias para a valorização, divulgação e captação de recursos das atividades culturais realizadas nas AIC;

II – detalhamento de ações para conservação ou restauro dos bens tombados e bens e porções do território delimitadas como AIC, de propriedade pública, com base no seu estado de conservação e nas adequações necessárias ao estímulo das atividades previstas nessa seção;

III – estratégia para estímulo da apropriação das AIC por grupos sociais dos segmentos populares e minorias identitárias;

IV – possibilidade de isenção dos valores de Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT, decorrente da inclusão de usos culturais, e da Outorga Onerosa do Direito de Construir - ODIR, se aplicável;

Territorial Central, estabelecida pelo PDOT, compreendendo: I – Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB; II – Espelho d’água do Lago Paranoá; III – Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo – Área II; IV – Parque Nacional de Brasília (Governo de Brasília, 2022).

²²⁶ Segundo o Art. 40 da minuta do PPCUB, “o Programa de Acervo Urbano de Obras de Arte visa ao reconhecimento de obras de relevante importância para a história de Brasília e à delimitação de ações para sua preservação” (Governo de Brasília, 2022, p.16).

²²⁷ Segundo o Art. 41 da minuta do PPCUB, “o Programa de Educação Patrimonial consiste em promover a divulgação dos valores associados ao patrimônio material e imaterial do CUB, bem como as referências culturais a serem preservadas, por meio de ações formativas e informativas à população em geral” (Governo de Brasília, 2022, p.17).

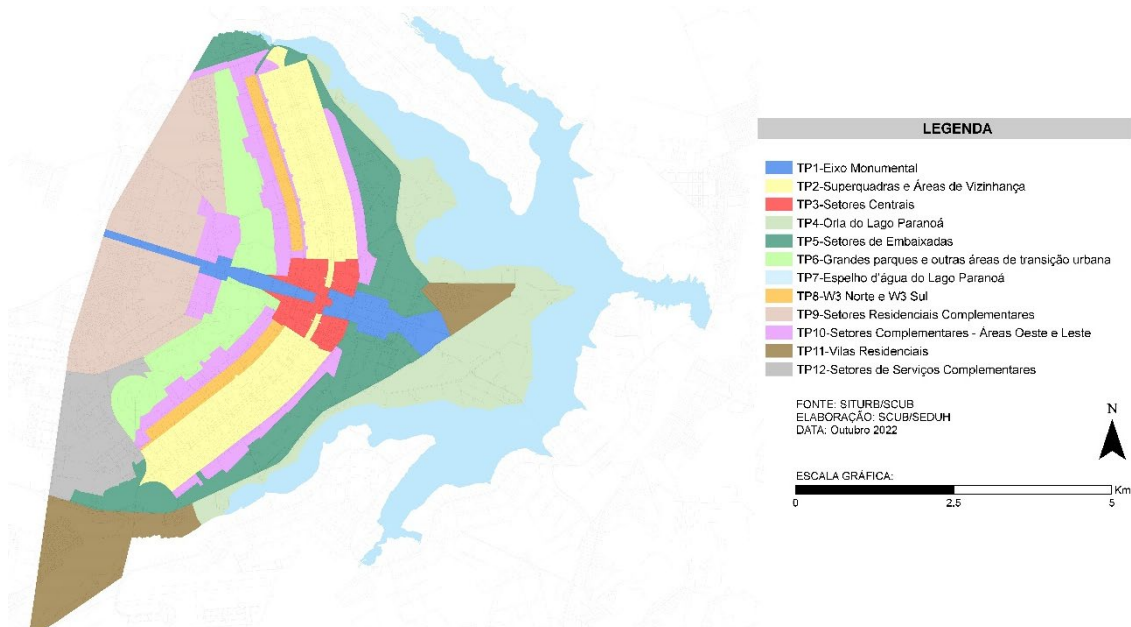
²²⁸ Essa integração entre práticas ambientais, culturais e educacionais é balizadora no instrumento Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), proposto no PDE/SP.

- V – previsão de linha de crédito voltada ao financiamento de obras de restauro, conservação e reformas de bens materiais e fortalecimento de atividades culturais;
- VI – previsão de desoneração tributária associada à manutenção de atividades culturais e à preservação dos imóveis;
- VII – previsão de instrumentos urbanísticos e fiscais para incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, induzindo a ocupação por atividades culturais, em imóveis não utilizados. (Governo de Brasília, 2022, p.16)

Apesar de não avançar na demarcação territorial das AIC, o PPCUB reconhece o potencial das manifestações e apropriações culturais subalternas como práticas coletivas de salvaguarda do patrimônio material e imaterial, e sua importância na qualificação e ressignificação de espaços públicos vazios/subutilizados como forma de promover o cumprimento da função social da propriedade e o desenvolvimento urbano do território.

Visando incidir em diferentes escalas de planejamento, gestão e preservação, o PPCUB divide sua porção territorial em 12 Territórios de Preservação (TP) (figura 39), nos quais são estabelecidos um conjunto de diretrizes, planos, programas e projetos definidos para o desenvolvimento do território. Estes Territórios de Preservação são subdivididos em Unidades de Preservação (UP), para as quais são definidos parâmetros de uso e ocupação do solo e instrumentos de controle urbanístico e de preservação, dispostos na Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (PURP)²²⁹ (Governo de Brasília, 2022).

Figura 39: Mapa dos Territórios de Preservação propostos na minuta do PPCUB.



Fonte: Adaptado de SITURB/SCUB/SEDUH, 2022.

²²⁹ Segundo o Art. 49 da minuta do PPCUB, a PURP é estruturada em três partes: (1) valor patrimonial; (2) parâmetros de uso e ocupação do solo; e (3) dispositivos de parcelamento e tratamento do espaço urbano.

Verifica-se que o Patrimônio Cultural assume protagonismo na configuração e definição do conjunto de instrumentos e diretrizes estabelecidas pelos TP, que são regidos pela “preservação enquanto conceito norteador”, conforme estabelecido pelo Art. 6 do PPCUB, que visa “resguardar a singularidade da concepção urbanística e da paisagem urbana de sua área de abrangência” (Governo de Brasília, 2022, p.3).

No entanto, como já vimos, 24,3% dos conflitos fundiários mapeados se concentram no Plano Piloto, que permanece e se configura como território de expulsão-exclusão-exceção legitimado no tripé da preservação ambiental-funcional-patrimonial, que opera uma política repressiva de vigilância, apagamento e invisibilização de territórios e práticas culturais subalternas, que não se inscrevem nas memórias “legítimas” que compõem o Patrimônio Cultural hegemônico do DF.

É o caso da Vila Cultural²³⁰ (Cobra Coral), comunidade que se configura como um território periférico que ocupa uma área no Setor de Embaixadas Sul há mais de 40 anos. A ocupação abriga um movimento cultural potente, constituído pelos grupos de cultura popular Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro e Mestre Zé do Pife e as Juvelinas, e também agrega o Ponto de Cultura do Seu Estrelo e a Casa da Árvore Espaço Sociocultural, que promovem oficinas, apresentações, trocas e vivências. Entretanto, a ocupação vem sofrendo há décadas com reiteradas ameaças e remoções capitaneadas pelo GDF, pois parte do seu território está inserido no Parque da Asa Sul (Unidade de Conservação Ecológica). Tais conflitos socioambientais vêm condicionando disputas e impasses que impactam diretamente o processo de reconhecimento pelo Estado e regularização fundiária da ocupação.

Mesmo consolidada na sua trajetória de luta como Patrimônio Cultural²³¹ e reconhecida nos circuitos da cultura periférica e popular do DF, a Vila sequer foi inserida com “Indicação de Preservação”²³² na relação dos bens culturais existentes na área do PPCUB, que prevê no seu Art. 68, apenas a “elaboração de estudo para avaliar a valoração da Vila Cultural Cobra Coral como parte do patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal” (Governo de Brasília, 2022, p.28).

Ou seja, ao invés de atuar na preservação e valorização das práticas e saberes desenvolvidos há décadas pela comunidade, o PPCUB tem incidido como instrumento de invisibilização do território. Tal processo, contraria suas diretrizes e assume a contramão do que foi proposto

²³⁰ A Vila Cultural se situa no Território de Preservação 5 (TP5: Setores de Embaixadas) do PPCUB.

²³¹ É importante ressaltar que a Vila Cultural se constitui como Patrimônio Cultural do DF, mesmo sem a chancela oficial de atos formais de tombamento ou registros.

²³² Segundo o Art. 5 da minuta, a relação dos bens culturais existentes na área de atuação do PPCUB, é apresentada no Anexo IV – Quadro de Bens Culturais, que contempla: a) Bens Tombados ou com Indicação de Preservação; e b) Obras de Arte Móveis e Integradas. E ainda, segundo o §2º do Art. 36, os bens definidos com a “indicação de preservação” e suas áreas de entorno devem ser objeto de estudo e providências pertinentes para preservação e manutenção das características que vierem a ser valoradas (Governo de Brasília, 2022, p.15).

pelas Áreas de Interesse Cultural, que visam induzir e reconhecer a ocupação e apropriação de “imóveis e logradouros públicos” vazios/subutilizados por práticas culturais protagonizadas por “segmentos populares e minorias identitárias” como forma de promover o cumprimento da função social da propriedade.

Em suma, mesmo gestando o processo de estruturação e construção de um projeto político contra-hegemônico vindo das periferias durante o começo dos anos 2000, os movimentos culturais periféricos do DF não aderiram o PDOT/2009 às suas pautas de luta e mobilização, que giravam em torno de ações concretas de enfrentamento às desigualdades e à segregação socioespacial/racial, construídas a partir das demandas concretas e potencialidades existentes nos territórios, que foram ocultadas pelos instrumentos tecnicistas do PDOT.

Esse descolamento do planejamento hegemônico em relação às demandas e lutas populares periféricas, somado à falta de aderência dos movimentos culturais a esta pauta, engendrou a reprodução de uma política repressiva de apagamento das práticas e territórios culturais subalternos, vistos como uma ameaça à “manutenção da ordem urbanística”, que foi manejada para restringir a legitimidade social apenas ao Patrimônio Cultural inscrito na paisagem tombada do Plano Piloto.

2.8 POLÍTICAS CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

A partir dos anos 2000, as políticas culturais brasileiras passaram a exigir um caráter mais democrático, participativo e transversal; a reconhecer a diversidade de modos de ser, fazer e viver; e a incorporar diferentes linguagens atreladas à cidadania cultural, criando a noção de que a cultura deve ser compreendida como um direito (Calabre, 2014). Tal cenário abriu caminho para o fortalecimento e reconhecimento de outras expressões culturais (historicamente excluídas) e que não necessariamente estavam restritas ao campo da “produção artística”, como as “culturas LGBT” e as “culturas negras” (Almeida; Jesus, 2021).

Nessa esteira, como vimos no capítulo 1, a produção cultural periférica vem ganhando destaque, pois nasce no seio das lutas antirracistas, antipatriarcais e anticoloniais, que aglutinam temas como a representatividade e o empoderamento negro e LGBTQIAP+; a interseccionalidade; a violência de gênero; o combate do genocídio e feminicídio; a luta pela memória e ancestralidade; a soberania e segurança alimentar, entre outros. A partir deles, a ação cultural de artistas e coletivos periféricos tem

mobilizado políticas públicas de apoio e incentivo; tem gerado novas possibilidades de emprego e renda do setor cultural; tem chamado atenção da grande mídia e da indústria cultural; bem como tem mobilizado politicamente diversos movimentos e despertado reações de grupos antagônicos na sociedade brasileira. Tudo isso coloca o tema da “cultura

periférica” ou “cultura da periferia” como algo de acentuada relevância para se compreender a vida nas cidades e seus dilemas. (Almeida; Jesus, 2021, p.46).

A partir dos anos 2000, houve uma explosão de expressões culturais produzidas pela juventude periférica, que extrapolaram o *hip-hop* e passaram a ganhar notoriedade na cena urbana. Essa diversidade de manifestações culturais insurgentes, entendidas como ações políticas, possibilitou a consolidação da cultura periférica articulada ao desenvolvimento da noção de “cidadania cultural” e do “direito à cultura”, que veio acompanhado do acesso às diversas políticas públicas²³³ que marcaram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016, possibilitando uma significativa ampliação e potencialização desta produção cultural periférica nas mais diferentes linguagens (Almeida; Jesus, 2021).

Protagonizando tais políticas, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva implementado pelo Ministério da Cultura (MinC) a partir de 2004²³⁴, constituiu-se como uma política de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, concebida como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, baseada no diálogo e interlocução com os diversos grupos e coletivos preexistentes, potencializando e agregando recursos e novas capacidades a projetos e experiências desenvolvidos nos territórios, com a finalidade de ampliar possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades (Hopstein, 2010). Nesse sentido, o Programa partiu das potencialidades territoriais preexistentes, inserindo como ação prioritária o reconhecimento e valorização dos Pontos de Cultura espalhados nas comunidades, que desempenham o papel de articulação e catalisação das redes, fazeres e ações culturais.

Como veremos a seguir, esse ciclo democrático permitiu que as políticas culturais do DF ampliassem e incorporassem a noção de cidadania cultural na defesa do direito à cultura voltado à valorização e reconhecimento de grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas.

²³³ O Ministério da Cultural criou em 2005 o Sistema Nacional de Cultura (SNC), e aprovou em 2010 o Plano Nacional de Cultura (PNC).

²³⁴ Após dez anos, a Lei Cultura Viva (nº 13.018/2014) instituiu a Política Nacional de Cultura Viva.

2.8.1 REPRODUZINDO DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

No Distrito Federal²³⁵ – terceira²³⁶ maior Economia Criativa/Cultural do país (Firjan, 2016) –, o financiamento cultural passa, em grande parte, pelo Estado, instrumentalizado por meio de editais. O maior mecanismo de recursos para execução das políticas culturais distritais é o Fundo de Apoio à Cultura (FAC)²³⁷, que tem como principal diretriz a descentralização dos recursos e atividades culturais (Carmo et al., 2019). Como aponta Thiago Leandro, o FAC, hoje, é o maior instrumento com investimento a fundo para fomento a projetos culturais do país

que se manifesta anualmente por meio de editais públicos para apoio a projetos oriundos da sociedade civil do Distrito Federal, destinados a fomentar iniciativas culturais das diversas etapas da cadeia produtiva (formação, pesquisa, promoção, difusão, etc.), dentro do mais amplo espectro de áreas e linguagens culturais tais como: patrimônio, música, ópera, teatro, dança, artesanato, artes plásticas, fotografia, audiovisual, design, moda, circo, literatura, cultura popular, entre tantos outros. (Leandro, 2022, p.50)

Para se ter acesso às políticas de fomento, há a necessidade de possuir uma inscrição válida – que precisa de ser renovada a cada dois anos – no Cadastro de Entes e Agentes Culturais do DF (CEAC), que garante acesso apenas para aqueles que já são artistas e conseguem comprová-lo num âmbito local. Ou seja, só quem reside no DF por dois anos e comprova uma atividade formal de cultura, está apto a receber os recursos.

Esse acesso somado à diretriz de interpretação da cultura limitada na tradição das artes – inserida na perspectiva de mercado (produção e consumo) – e suas cadeias produtivas, acaba privilegiando tipos específicos de artistas e produtores culturais que possuem educação formal, domínio e acesso aos mecanismos dos editais que exigem uma série de documentos preparatórios e comprobatórios, como alvarás, autorizações, matérias de imprensa, contratos, notas fiscais e outras articulações interburocráticas (Carmo et al., 2019; Silva; Ziviani, 2020), que acabam demandando muito tempo, técnica e formação.

Esse processo de burocratização dos instrumentos de acesso à política cultural, aliado às desigualdades fundantes nos territórios, fazem do CEAC um potencializador e legitimador da exclusão cultural²³⁸ observada no DF. Soma-se à esta política de exclusão, que limita e

²³⁵ O Distrito Federal conta com um dos maiores e mais antigos Fundos de Cultura do Brasil (Rubim; Vasconcelos, 2017), e teve o maior aporte *per capita* e o segundo maior investimento em números absolutos em fomento estatal direto no país, no período de 2014 a 2015 (Rubim, 2007).

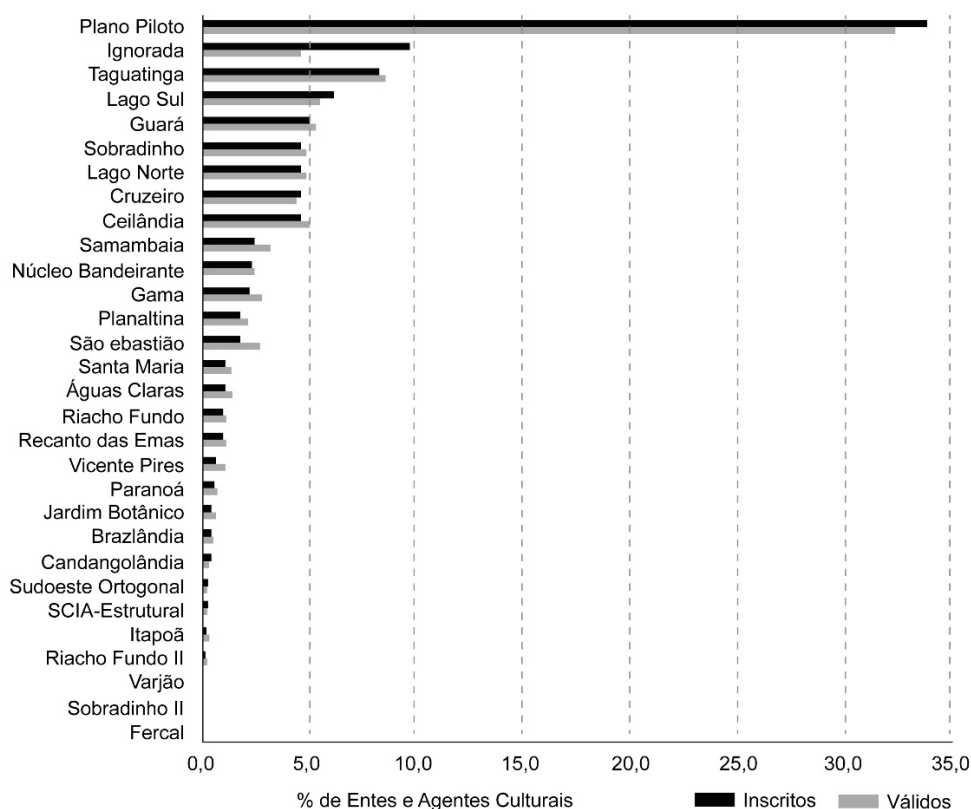
²³⁶ No Brasil, as maiores participações da Indústria Criativa nos PIBs estaduais ocorreram em São Paulo (3,9%), Rio de Janeiro (3,8%) e Distrito Federal (3,1%), todos acima da média nacional de 2,61%.

²³⁷ Criado em 1991, as normas de funcionamento do FAC são instituídas pela Lei Orgânica de Cultura do DF (LOC) (LC 934/2017); pelo Decreto de Fomento n. 38.933/2018; e pelas Portarias publicadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC).

²³⁸ A região central, formada pelo Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, Sudoeste/Octogonal e Cruzeiro, representa 44,9% das inscrições existentes. As outras 10 Regiões Administrativas (RAs) com mais de 100 mil habitantes cada,

dificulta agentes culturais acessarem os recursos – seja pela complexidade do processo de cadastramento, seja pela elaboração e gestão dos projetos –, a invisibilidade imposta às manifestações da cultura popular e para as dimensões da cultura ligadas às identidades e segmentos historicamente excluídos (Silva; Sá, 2021).

Figura 40: Distribuição de entes e agentes culturais em cada RA do Distrito Federal (2018).



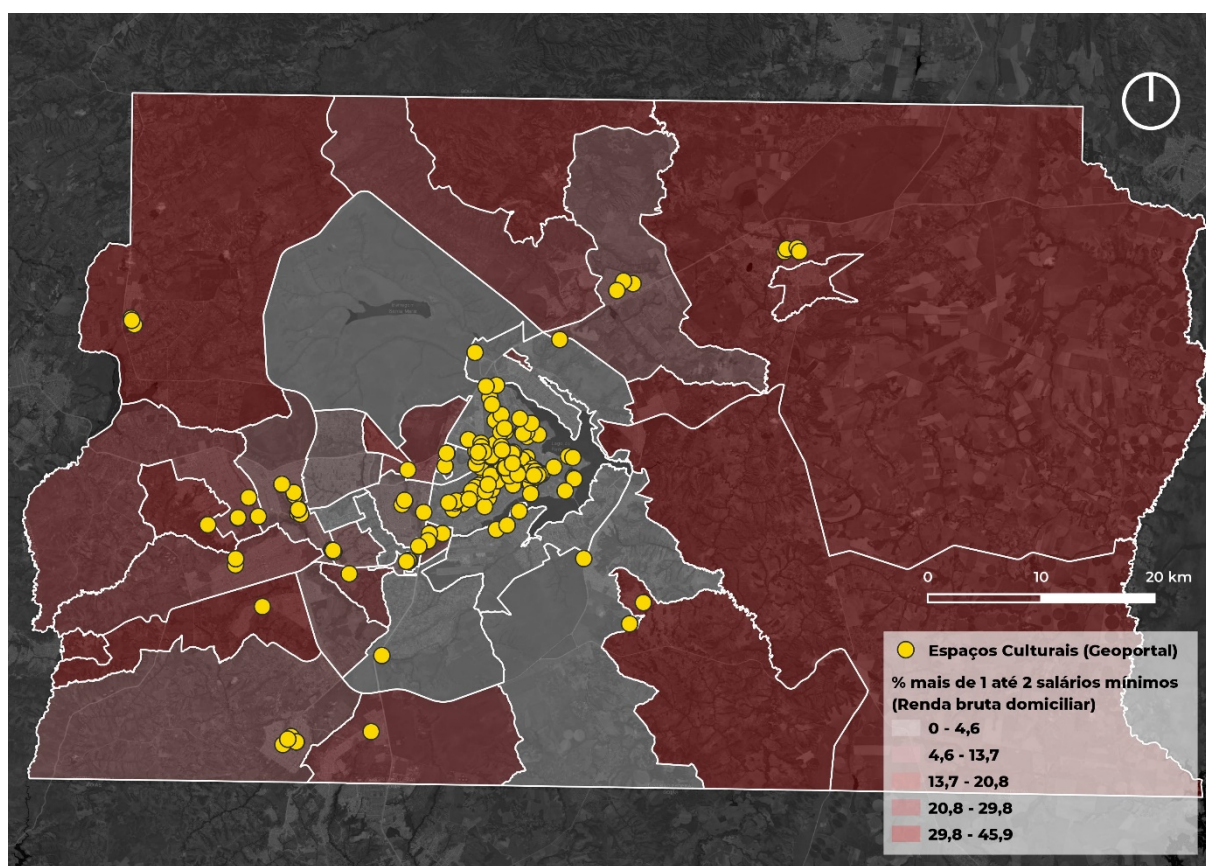
Fonte: Adaptado de (CARMO, et al., 2019) - Secretaria de Cultura do Distrito Federal, CEAC (2018). Extraído de “Relação CEACs Válidos” (<http://www.fac.df.gov.br>).

Assim, os mecanismos de fomento à cultura no DF, reproduzem desigualdades e a concentração de Capital – também simbólico – nas regiões onde há maior renda, escolaridade e equipamentos culturais. Assim, a “distribuição do capital objetivado (equipamentos e espaços culturais) e de outras formas de capital (social, cultural, educacional etc.) é reproduzida nos quadros das políticas culturais” (Silva; Sá, 2021). Nesse sentido, o mapa abaixo (figura 41) demonstra como as desigualdades de renda e a distribuição de equipamentos culturais públicos²³⁹ (auditórios, bibliotecas, cinemas, espaços culturais, museus e teatros) se sobrepõem no tecido urbano do DF:

em 2018, incluindo a Ceilândia, com mais de 430 mil moradores (Codeplan, 2018), somam 27,2% das inscrições (Carmo et al., 2019).

²³⁹ O *shape* de Espaços Culturais do Geoportall abrange auditórios; bibliotecas; cinemas; espaços culturais; museus; teatros, ginásios, clubes e estádios. Nesta dissertação excluímos os espaços de caráter esportivo (ginásios, clubes e estádios) por não se adequarem aos recortes estabelecidos nesta pesquisa.

Figura 41: Concentração de Espaços Culturais em comparação às RAs do grupo de baixa renda do DF.



Fonte: Elaboração própria, 2023. Dados extraídos do Geoportais (2022) e da PDAD-DF/2021.

Verifica-se uma alta concentração de equipamentos e espaços culturais públicos²⁴⁰ no Plano Piloto, que também possui o maior número de agentes culturais com CEACs válidos, enquanto que as áreas periféricas de baixa renda – que detém o maior contingente populacional do DF – sofrem com a escassez de políticas de fomento e equipamentos culturais em seus territórios, que também são os menos assistidos por infraestrutura básica e os mais atingidos pelo racismo socioambiental. Dados da PDAD/2021²⁴¹ revelam que 95,7% (Sol Nascente/Pôr do Sol), 93,7% (Fercal) e 92,2% (Itapoã) da população destas RAs, afirma não existirem espaços culturais públicos próximos às suas residências, enquanto que mais de 70% da população residente no Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal e Águas Claras afirma existirem espaços culturais próximos às suas moradias. O próprio PDOT/2009 reconhece essa política de exclusão cultural, quando afirma que o Plano Piloto possui em relação a todo o DF: 70% dos equipamentos culturais existentes; 47% dos edifícios e monumentos tombados; 84, 85% dos Centros Culturais públicos; e 74,19% dos Museus.

²⁴⁰ No Plano Piloto, os espaços culturais costumam ser de posse da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), e nas demais RAs são de posse da Administração Regional, da Secretaria de Educação, do Sistema S ou de espaços independentes, de algum grupo local (Silva; Sá, 2021).

²⁴¹ Dados da pesquisa sobre “infraestrutura urbana e equipamentos públicos nas cercanias do domicílio”.

Nesse sentido, os núcleos urbanos que fazem parte do grupo de menor renda, também são os menos atendidos por equipamentos culturais²⁴² no DF. Portanto, observa-se que, quanto menor a renda, maior a escassez de espaços culturais oferecidos e incentivados pelo Estado. Os poucos equipamentos existentes nas periferias, não atendem às demandas locais e se encontram sucateados ou necessitando de alguma reforma/requalificação, que é inibida pela carência de editais e recursos para manutenção de seus usos e atividades, dificultando assim, o fortalecimento da produção cultural local, o acesso à arte e à cultura e a criação de circuitos culturais mais potentes que envolvam os diversos territórios do DF (Silva; Sá, 2021).

2.8.2 AS POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA CULTURA (2011-2018)

Esse processo de centralização (econômica, cultural e simbólica) dos recursos e equipamentos, tensionou, principalmente na última década, o debate sobre a necessidade da regionalização e descentralização das políticas culturais, que vêm conquistando cada vez mais protagonismo diante do processo de fortalecimento da noção de democracia e cidadania cultural, ancorada na construção de uma perspectiva de política pública voltada como mecanismo de fortalecimento da justiça social e de mitigação das desigualdades e exclusões historicamente reproduzidas e naturalizadas no DF (Leandro, 2022).

Visando combater as desigualdades estruturais, as políticas de descentralização dos recursos do FAC implementaram os modelos de Pontuação Diferenciada (2011-2014) e de Cotas Regionais (2016-atual). Nesse sentido, foi somente a partir de 2011 que foram verificados novos instrumentos que demonstrassem a intenção concreta de atuar na indução efetiva da regionalização dos fomentos culturais.

O modelo de Pontuação Diferenciada (2011-2014) foi implementado por meio de uma tabela de pontuação que atribuía maior ou menor nota a depender da região de residência do proponente e do local da execução do projeto ou da sua produção. A partir desta tabela, foi definida uma escala que indicava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Regiões Administrativas “como o critério a ser utilizado no preenchimento desses quesitos de pontuação. Quanto menor o IDH da região em que o projeto fosse produzido ou executado, maior seria a pontuação obtida pelo projeto” (Leandro, 2022, p.68).

Entretanto, mesmo com o direcionamento dado às áreas mais vulneráveis do DF, o modelo apresentou significativas fragilidades, como a (1) falta de elementos técnicos que justificassem de forma didática e explícita os critérios para atribuição dos pesos estabelecidos

²⁴² Essa mensuração de espaços culturais no território do DF, pode ser realizada com a plataforma georreferenciada Mapa nas Nuvens (<http://mapa.cultura.df.gov.br/>). Entretanto, tal plataforma invisibiliza um montante robusto de territórios culturais do DF.

para cada RA e (2) a ausência de mecanismos de controle que pudessem aferir o real cumprimento, por parte dos proponentes, das informações declaradas quanto aos locais de produção e execução dos projetos (Leandro, 2022, p.87-88).

Em 2015, um novo governo assume o DF e implanta uma nova gestão na Secretaria de Cultura, que logo se mostrou disposta a dialogar com a sociedade civil, por meio de um amplo processo de construção participativa da política cultural distrital junto às comunidades, denominado de “Diálogos Culturais”. Neste processo, a Secretaria realizou encontros em 24 territórios das 31 Regiões Administrativas, nos quais participaram representantes do órgão e do governo, lideranças das comunidades, produtores e artistas ligados ao campo cultural, com o objetivo de retomar a construção do Plano de Cultura do Distrito Federal (PCDF), realizar diagnósticos e traçar coletivamente estratégias de atuação da nova gestão (Leandro, 2020; Silva; Sá, 2021).

Assim, os Diálogos Culturais incidiram no mapeamento das demandas locais das RAs, que permitiu o esboço de um diagnóstico da cultura no DF, a partir das contribuições das comunidades e agentes sociais ao longo dos 24 encontros, que foram sistematizadas em sete eixos: eixo 1 – patrimônio e infraestrutura cultural (141); eixo 2 – identidades, cidadania e direitos culturais (33); eixo 3 – difusão, promoção e circulação (153); eixo 4 – cultura, educação e novos públicos (94); eixo 5 – cultura, empreendedorismo e economia criativa (50); eixo 6 – desenvolvimento cultural e artístico (72); e eixo 7 – gestão pública da cultura (107) (Silva; Sá, 2021). A partir destas contribuições, surgiram propostas de ação. Dentre elas estão:

a desburocratização de procedimentos e simplificação de protocolos legais; a proposição de avaliações qualitativas dialógico-estéticas e outras avaliações de projetos, de caráter mais pontual, em contraposição a avaliações estruturadas de políticas e programas; demandas por democratização dos processos de decisão, criação de conselhos sub-regionais, por segmentos, com participação popular ampliada; e demandas por equipamentos culturais, acesso a espaços culturais e democratização das políticas de acesso aos recursos de fomento, especialmente do FAC. (Silva; Sá, 2021, p.390-391)

Esse amplo processo de participação e mobilização popular desencadeou transformações normativas significativas nas políticas culturais do DF. O acúmulo de contribuições e demandas gerado pelos Diálogos Culturais permitiram a implementação de um novo modelo de regionalização dos recursos, voltado à valorização e empoderamento das potencialidades e produções culturais locais manifestadas no DF. Em 2016, foram lançados seis novos²⁴³

²⁴³ Além dos editais que já existiam em 2015: Programa de passagens e diárias; Programa de Bolsas de Estudo, Capacitação e Pesquisa e do Edital FAC Áreas Culturais.

chamamentos públicos no âmbito do FAC: Audiovisual, Ocupação, Manutenção de Grupos e Espaços, Premiação, Conexão FAC e Regionalizado.

[...] a gestão de 2011 a 2014 caminhava para privilegiar os melhores projetos independentemente das suas áreas, enquanto a segunda gestão voltou a estabelecer uma reserva de recursos por linguagem e, como visto, por subgrupos dentro das linguagens. Houve uma preocupação de atendimento das demandas do campo ampliando as áreas e fragmentando os recursos.

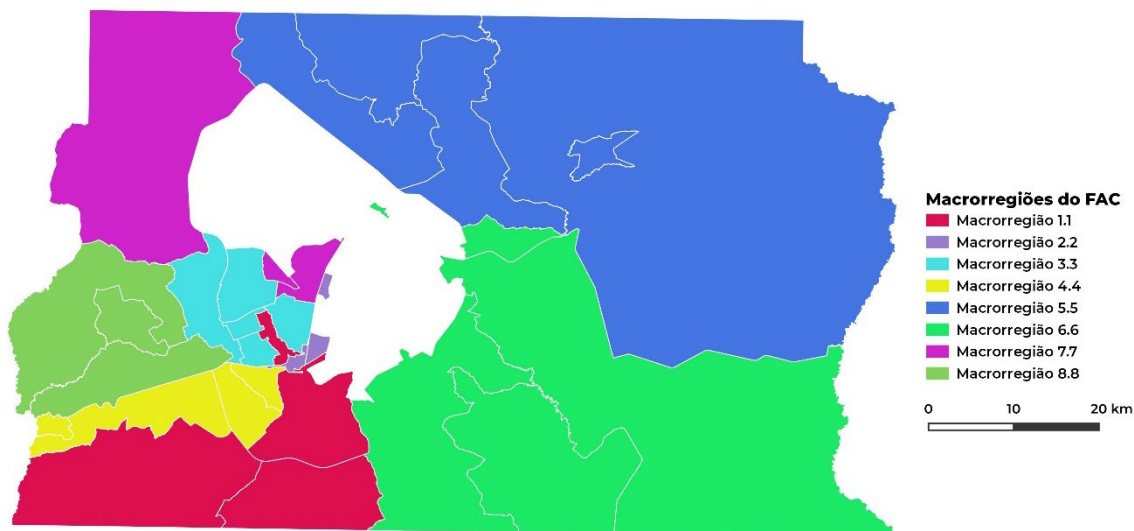
Por outro lado, do ponto de vista da descentralização dos recursos, a segunda gestão aprofundou a distribuição de recursos, criando o Edital Regionalizado que, no primeiro período, tinha como método a pontuação para estimular a produção nas áreas menos atendidas. Também criou prêmios relacionados com a diversidade e movimentos culturais periféricos como o *hip hop* e cultura afro-brasileira, o que provocou a redução dos recursos destinados às “belas artes”, com foi o caso da montagem de espetáculos. (Hernandes, 2020, p.79-80)

Destinado exclusivamente à descentralização dos recursos, o FAC Regionalizado surgiu como instrumento potencializador da cultura local. Diferente do modelo anterior que induzia os agentes culturais a executarem seus projetos nas RAs com menor índice IDH (maior pontuação), o FAC Regionalizado passou a permitir que o agente cultural produza e execute seus projetos apenas na sua RA de residência (Hernandes, 2020). Assim, o Edital Regionalizado propôs a descentralização dividindo o DF em macrorregiões (figura 42), excluindo-se o Plano Piloto, Lago Sul e Norte, e garantindo a cada região um número mínimo de projetos e recursos que não só ocorram como sejam realizados por produtores locais (Makiuchi et al., 2019).

Assim, foram definidas as oito macrorregiões:

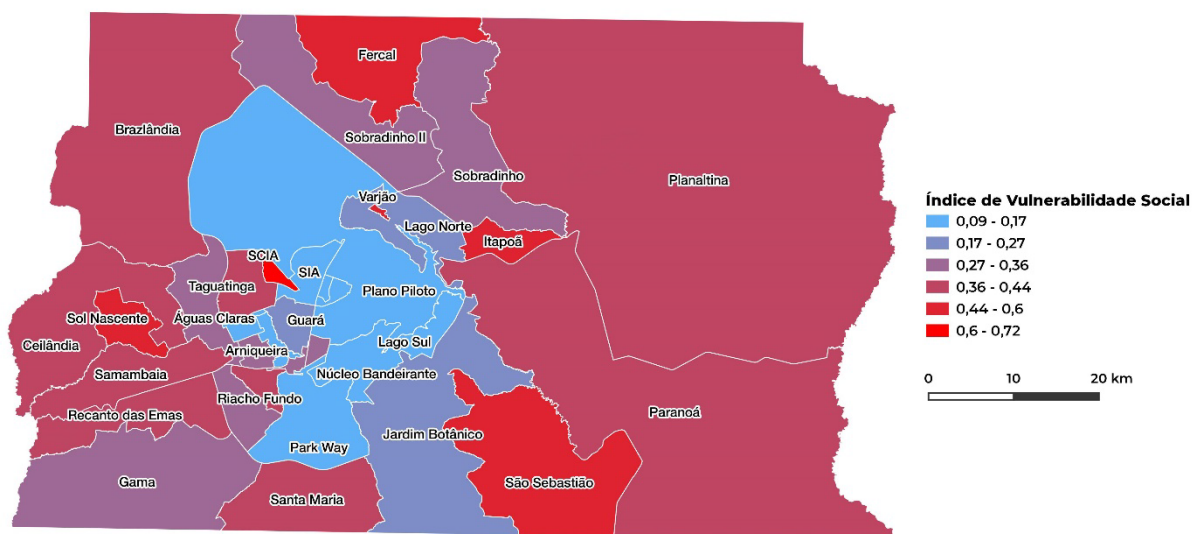
- (1) Macrorregião 1.1:** Gama, Santa Maria e Park Way;
- (2) Macrorregião 1.2:** Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro, Vila Telebrasília e Vila Planalto;
- (3) Macrorregião 1.3:** Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Guará e Arniqueira;
- (4) Macrorregião 1.4:** Recanto das Emas, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II;
- (5) Macrorregião 1.5:** Planaltina, Fercal, Sobradinho I e Sobradinho II;
- (6) Macrorregião 1.6:** Itapoã, Varjão, Paranoá, São Sebastião e Jardim Botânico;
- (7) Macrorregião 1.7:** Estrutural, Brazlândia e SIA;
- (8) Macrorregião 1.8:** Samambaia, Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol.

Figura 42: Mapa das Macrorregiões definidas pelo FAC Regionalizado.



Fonte: Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 43: Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para cada RA.



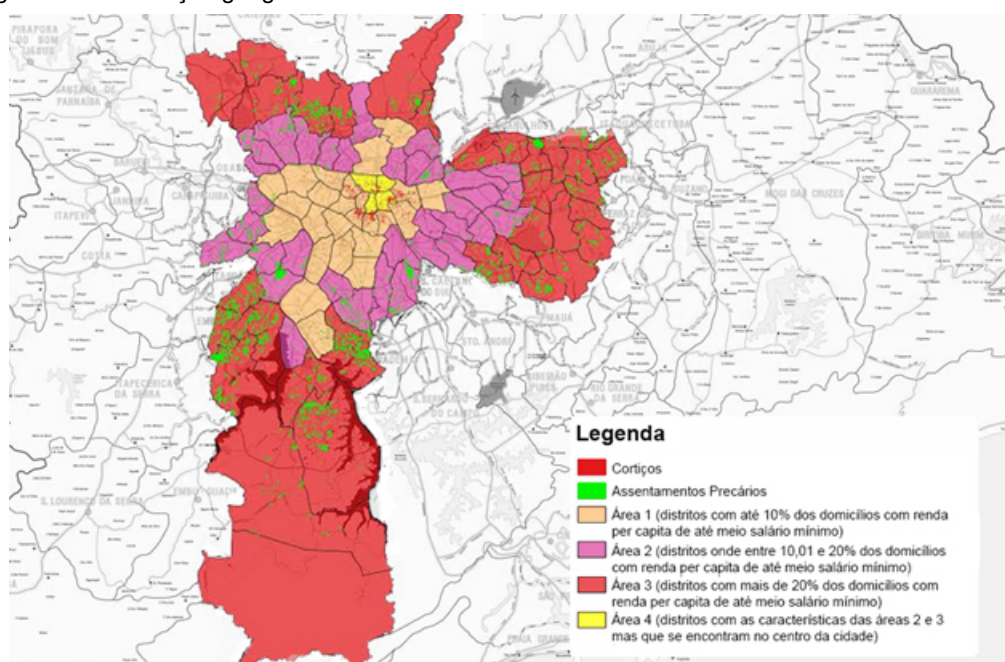
Fonte: Elaboração própria, 2023. Dados elaborados por Dipos/Codeplan (2020).

Mesmo sendo elaboradas pela Secretaria de Cultura e pelos conselhos regionais, verifica-se que não houveram critérios e estudos técnicos para a divisão das macrorregiões, que parecem ter sido definidas apenas pelo grau de proximidade geográfica e regional entre as RAs. Essa ausência de critérios, reproduziu distorções socioespaciais que impactaram diretamente a descentralização efetiva dos recursos. O edital homogeneiza as desigualdades existentes entre as demais RAs, quando exclui apenas o Plano Piloto, Lago Sul e Norte, que apesar de possuírem hegemonia na captação de recursos, não são as únicas RAs a apresentarem alta renda e escolaridade, que são fatores centrais para um maior domínio da burocracia de acesso os mecanismos de fomento.

Dessa forma, o FAC Regionalizado invisibiliza as desigualdades sociorraciais forjadas no tecido urbano, restringindo a noção de regionalização ao caráter meramente geográfico, inserindo numa mesma macrorregião RAs de baixo, médio e alto índice de vulnerabilidade (figura 43) que estão fora do “centro concentrador” (Plano Piloto, Lago Sul e Norte), ao invés de delimitar faixas territoriais a partir de dados socioeconômicos como critério de demarcação das macrorregiões e da distribuição das cotas de fomento.

Como vimos no capítulo 1, a Lei de Fomento à Cultura das Periferias de São Paulo, construída por artistas-militantes e lideranças de movimentos culturais de várias periferias da cidade, dividiu o município em quatro áreas²⁴⁴, utilizando como base os dados de domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo do IBGE/2010 conforme a figura 44 abaixo. Quanto mais vulnerável o território, mais recursos disponíveis. A partir disso, foram elaboradas as seguintes proporções: I - 70% para projetos propostos por coletivos artísticos e culturais residentes e atuantes na Área 3; II - 23% para projetos propostos por coletivos artísticos e culturais residentes e atuantes na Área 2; III - 7% para projetos propostos por coletivos artísticos e culturais residentes e atuantes nos bolsões²⁴⁵ com altos índices de vulnerabilidade social.

Figura 44: Distribuição geográfica das áreas da Lei de Fomento à Cultura das Periferias de São Paulo.



Fonte: Movimento Cultural das Periferias (elaboração: Aluízio Marino), 2015.

²⁴⁴ Área 1: composta pelos distritos em que até 10% de seus domicílios auferem renda de até meio salário mínimo per capita; Área 2: distritos em que entre 10,01% e 20% de seus domicílios auferem renda de até meio salário mínimo per capita, com exceção dos situados no centro expandido de São Paulo; Área 3: distritos situados na área periférica do Município, em que mais de 20% de seus domicílios auferem renda de até meio salário mínimo per capita; Área 4: distritos situados no centro expandido do Município em que mais de 10% de seus domicílios auferem renda de até meio salário mínimo per capita.

²⁴⁵ Segundo o Art. 5º da Lei, “entende-se por bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, os setores censitários localizados nas Áreas 1 e 4 em que mais de 10% (dez por cento) de domicílios auferem renda de até 1/2 (meio) salário mínimo”.

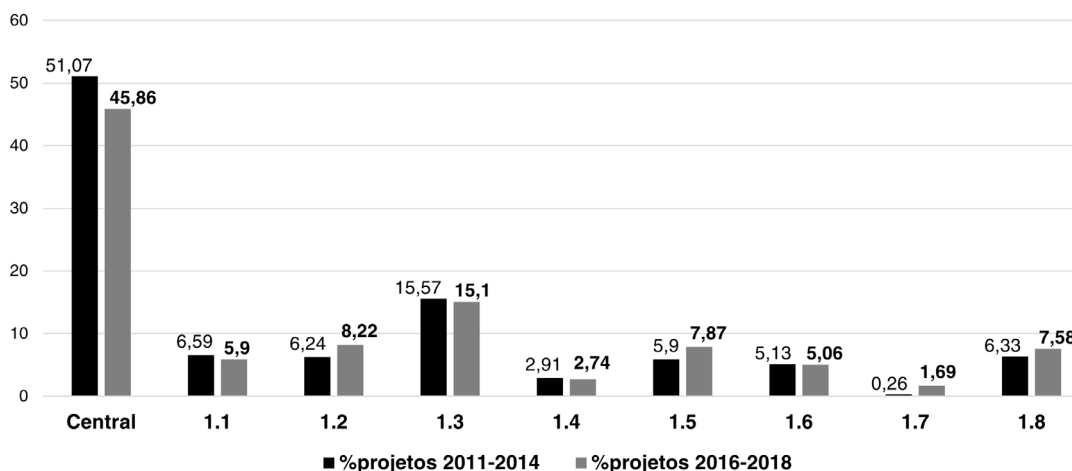
Ao contrário da Lei de Fomento de São Paulo, o FAC Regionalizado inclui numa mesma macrorregião porções territoriais com baixa, média e alta vulnerabilidade social. Se comparamos o mapa das macrorregiões definidas pelo FAC com o mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (figura 43) para cada RA, verificamos, por exemplo, que a macrorregião 1.6 agrega RAs de alta vulnerabilidade como o Varjão (0,50), Itapoã (0,49) e São Sebastião (0,43) junto ao Jardim Botânico que possui baixa vulnerabilidade social (0,22); assim como na macrorregião 1.1 que inclui Santa Maria (0,35) e Gama (0,30) junto ao Park Way (0,16).

Nesse sentido, verifica-se que o modelo de divisão territorial proposto pelo FAC Regionalizado, tenta maquiagem e distorcer as desigualdades socioespaciais, homogeneizando-as a partir de um discurso de regionalização que não leva em conta as diferenças socioeconômicas entre as RAs. Uma política pública de descentralização efetiva passa, essencialmente, por estratégias e ações territoriais que muito além de reconhecer, objetivam, sobretudo, combater as desigualdades fundantes dos territórios que compõem o DF.

Apesar destas incongruências na delimitação territorial das macrorregiões, Thiago Leandro (2022) aponta que já em 2016 (primeiro ano do edital Regionalizado), houve um recorde de 926 (novecentos e vinte e seis) solicitações de cadastramento de novos CEACs, número muito maior que a média dos anos anteriores, que girava em torno de 500 (quinhentas).

Comparando o montante de projetos culturais aprovados nas RAs nos períodos de 2011-2014 (modelo de pontuação) e 2016-2018 (regionalizado), Thiago Leandro (2022, p.95-97) afirma que “a política de regionalização adotada em 2016-2018 conseguiu reduzir em cerca de 5% (cinco por cento) o índice de concentração nas regiões historicamente mais privilegiadas no que se refere à contemplação de projetos culturais no FAC”, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3: % de projetos aprovados por macrorregião (2011-2018) do FAC Regionalizado.



Fonte: Elaboração própria/adaptado com dados compilados por Thiago Leandro (2022, p.96).

Em geral, tais dados revelam que mesmo com a queda de percentual na área central, o aumento de projetos aprovados nas macrorregiões a cada ano pode ser considerado tímido em relação ao montante do orçamento geral do FAC (Leandro, 2022), pois a concentração²⁴⁶ de projetos em comparação aos dois períodos quase não se alterou. Na prática, e para além dos discursos, o edital sinaliza incongruências e limites para uma efetiva capilaridade territorial. Portanto, verifica-se que a instrumentalização do processo de regionalização dos recursos do FAC depende exclusivamente do edital Regionalizado, que somado ao seu montante insuficiente de recursos vindos do Fundo, revela como as políticas culturais do DF carecem de outros mecanismos de descentralização.

No DF a equalização da desigualdade centro-periferia e a promoção do diálogo têm sido traduzidas pelas atuais políticas culturais como institucionalização de novos atores, descentralização das ações e dos fomentos. No entanto, é preciso ainda galgar novos estágios na gestão pública, compreendendo o caráter transversal da cultura e intersetorial da política cultural para que seja possível realizar uma política cultural de Estado que observe o conjunto da população e não exclusivamente uma determinada categoria. (Makiuchi et al., 2019)

Esse período de inflexão de transformações normativas e instrumentais das políticas culturais ancoradas na ampliação do diálogo com a sociedade civil, também desencadeou a reestruturação²⁴⁷ dos Conselhos Regionais de Cultura (CRC)²⁴⁸ em 2016. Estes conselhos são um instrumento de gestão da política cultural do DF, criados para somar esforços na descentralização e fortalecimento dos processos de participação social e atuar no desenvolvimento de políticas públicas nas regiões administrativas.

Entretanto, Maria Makiuchi (et al., 2019) identifica uma série de fragilidades e conflitos neste mecanismo de gestão, a partir de pesquisa realizada no II Encontro dos Conselhos Regionais de Cultura do DF (2018), como a: (1) falta de recursos materiais e estrutura para funcionamento do CRC; (2) ausência de informação sobre recursos destinados à cultura; (3) falta de comprometimento da RA com o Conselho; (4) excesso de burocracia para tomada de decisões; (5) falta de conhecimento sobre atribuições dos CRCs; (6) dificuldade de entendimento sobre os procedimentos e rotinas administrativas da RA; (7) ausência de conhecimento sobre os agentes culturais atuantes na RA; (8) dificuldade de diálogo com a Administração Regional; e (9) dificuldade de diálogo entre conselheiros de cultura e gerentes de cultura.

²⁴⁶ A macrorregião 1.7 (Estrutural, Brazlândia e SIA), no intervalo de quatro anos, conseguiu aprovar apenas 03 (três) projetos culturais (Leandro, 2022).

²⁴⁷ Ler sobre: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/04/02/conselhos-regionais-de-cultura-fazem-primeiro-encontro-apos-reestruturacao/>

²⁴⁸ Os CRCs estão vinculados ao Conselho de Cultura do Distrito Federal e são compostos por oito representantes da sociedade civil (comunidade cultural e lideranças) e dois do poder público.

Nesta sistematização das dificuldades enfrentadas pelos CRCs, os autores jogam luz nos impasses e problemas estruturais da relação entre governo e sociedade civil, que vão muito além da análise de concentração de bens e serviços culturais entre as RAs (Makiuchi et al., 2019). Verifica-se que tais problemas encontrados, sintetizam os variados níveis de fragilidade das políticas culturais no DF, que mesmo situadas numa gestão democrática e aberta ao diálogo com a sociedade, se mostraram carentes de mecanismos que promovessem um efetivo fortalecimento da justiça social e redução das desigualdades e exclusões historicamente reproduzidas e naturalizadas no DF.

Na esteira de avanços normativos deste período, movimentos e agentes culturais se mobilizaram para aprovar a Lei Orgânica da Cultura (LOC) em 2017²⁴⁹, sancionada após seis anos de debates e seminários, que contaram com participação ativa da sociedade civil. A Lei simplifica e uniformiza a legislação da cultura no DF, concentrando-a em uma só norma; cria um novo regime jurídico de fomento para o DF com diversidade de fontes de financiamento; e instrumentaliza instâncias de participação social.

Nesse contexto, também foram implementados diversos programas²⁵⁰ de promoção e valorização da diversidade de manifestações culturais do DF, como o Programa Cultura Educa (2017), que visa realizar ações integradas de cultura e educação, que passam pela educação patrimonial até a formação artística, técnica, política e em gestão cultural; o Programa Território Criativo (2017) que fomenta o empreendedorismo criativo de agentes culturais; e o Programa Lugar de Cultura (2017) que é organizado em três eixos: infraestrutura (manutenção, recuperação e preservação dos espaços), gestão (modelos para o melhor funcionamento do equipamento público, prevendo participação social) e programação (sensibilização de novos públicos, fomento e ações continuadas).

Também foram instituídas diversas políticas para promoção e defesa dos direitos culturais, como a Política Cultural de Acessibilidade (2018), de Valorização do Grafite (2018) e da Rádio Cultura (2017); a Política Cultural de Ações Afirmativas (2017), que visou o diagnóstico, a defesa e a promoção de direitos culturais dos povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social, de discriminação, de ameaça de violência ou de necessidade de reconhecimento de sua identidade; a Política Brasília Junina (2017) que reconheceu o movimento junino – que acessa pela primeira vez os editais de recursos do FAC – como símbolo cultural do DF, instituindo a desburocratização do processo de contratação dos grupos de quadrilha, além de chamamentos públicos e parcerias com a sociedade civil;

²⁴⁹ Em 2017, o CEAC passa a permitir que os agentes culturais inscrevam seus projetos em qualquer área cultural. Tal mudança representa um avanço significativo, pois anteriormente, o FAC só permitia a apresentação de projetos em determinada área cultural se o proponente fosse cadastrado nesta mesma área (Leandro, 2022).

²⁵⁰ Para saber mais sobre as políticas e programas culturais implementados neste período, consultar o documento “NAS ASAS DA CULTURA: gestão inovadora de políticas públicas para o Distrito Federal”.

como também a Política de Equidade de Gênero na Cultura (2018), que aponta linhas de ação para ampliar a participação das mulheres nas áreas da cadeia produtiva cultural e cria programas permanentes de reconhecimento e promoção do papel das mulheres no fazer cultural e político.

Desempenhando papel de destaque na promoção da cidadania cultural, a Política Distrital Cultura Viva²⁵¹ (2018) viabiliza o lançamento de editais exclusivos, prêmios, garantia de cotas ou outras estratégias de ações afirmativas direcionadas a agentes culturais de bases comunitárias, dando prioridade aos grupos culturais historicamente excluídos e de maior vulnerabilidade social; fortalece a Rede de Pontos e Pontões de Cultura do DF, garantindo a certificação e autodeclaração destes territórios em âmbito distrital, possibilitando o intercâmbio entre esses grupos e criando mecanismos de fomento para ampliação do trabalho realizado; prevê uma série de editais para ocupação de equipamentos de cultura, ações de capacitação, preservação de acervos e valorização da memória, dentre outras ações.

Além disso, a partir de 2016, a modalidade da política de premiação no FAC foi colocada em prática, reconhecendo centenas de grupos, coletivos e organizações socioculturais. Deste modo, foram realizadas premiações nas categorias: Equidade de Gênero, *Hip-Hop*, Cultura Afro-brasileira, Cultura popular, Cultura LGBTI, Brasília Junina, Cultura Viva, Arte Inclusiva, Culturas Indígenas e Culturas Ciganas.

2.8.3 O PROJETO DE DESMONTE DA CULTURA E AS FRENTES DE RESISTÊNCIA POPULAR (2019-2022)

O acúmulo de avanços institucionais e normativos das políticas culturais distritais ocorridos durante duas gestões, foram interrompidos pela política massiva de desmonte da cultura, implementada pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB) (2019-2022). Esta transformação radical da gestão da cultura no DF, situa-se na conjuntura de inflexão antidemocrática engendrada pela ascensão da extrema-direita no país, que culminou na extinção do Ministério da Cultura em 2019 e na paralisação de uma série de políticas públicas.

Nessa esteira, Ibaneis instituiu uma agenda agressiva de desmonte e sucateamento das políticas culturais e sociais; interrupção dos espaços de participação e diálogo com a sociedade civil; esvaziamento e captura dos instrumentos e espaços de gestão social das políticas públicas; ataque e perseguição aos movimentos e ocupações culturais periféricas; e

²⁵¹ A Política Distrital Cultura Viva amplia a lista de temas estruturantes, que passam a agregar cultura e campo; cultura e terceira idade; cultura e gênero; cultura LGBTI; arte inclusiva e acessibilidade cultural.

acirramento dos conflitos socioambientais articulados à radicalização das políticas higienistas de remoção nas periferias urbanas.

Logo no primeiro ano da gestão Ibaneis, o então secretário de Cultura Adão Cândido orquestrou a tentativa de suspender ilegalmente²⁵² dois editais do Fundo, os FACs Áreas Culturais (R\$ 25 milhões) e Audiovisual (R\$ 12 milhões), ambos de 2018, cancelando o repasse dos seus 269 projetos selecionados que empregariam direta e indiretamente cerca de 10 mil trabalhadores, para destinar – ou melhor, desviar²⁵³ – esta verba à reforma do Teatro Nacional, que seria entregue no aniversário de 60 anos de Brasília.

Por meio de nota, a Secretaria de Cultura afirmou que a decisão está de acordo com as prioridades do governo de Ibaneis, de "desenvolver uma política pública efetiva em prol do patrimônio cultural"²⁵⁴. Como vimos, este discurso preservacionista legitima apenas o Patrimônio Cultural inscrito na paisagem tombada do Plano Piloto, enquanto invisibiliza as demais formas e expressões culturais subalternas. Sobre esse episódio, Conceição Freitas afirma ser uma “chantagem perversa” e:

uma escolha de classe: reformar o teatro é mais importante do que investir o dinheiro público na arte em movimento, nas expressões culturais e artísticas que se realizam em todo o DF, na arte que vai aonde o povo está. Quantos dos 3,5 milhões de brasilienses já pisaram no Teatro Nacional? Os milhares de profissionais envolvidos nos projetos do FAC levam a alma brasiliense para o lado de fora das salas de espetáculo, cujos preços, cuja imponência e cuja dificuldade de acesso são proibitivos para quem mora nas cidades-satélites. [...] Um teatro reformado às custas do silêncio de 269 projetos culturais inscritos e de milhares de desempregados é a negação da arte e da cultura, da vida em sentido absoluto. É a arquitetura da destruição. (Freitas, 2019b)²⁵⁵

Em resistência ao desmonte do FAC e à ofensiva de Ibaneis para alteração da LOC, artistas e movimentos culturais organizaram uma ampla mobilização social sob o lema “o FAC é nosso!”, por meio de audiências, atos públicos, manifestos, criação da Frente Parlamentar de Promoção dos Direitos Culturais, que culminou na suspensão do cancelamento do edital FAC Áreas Culturais de 2018 por meio de decisão do Tribunal de Contas do DF²⁵⁶ (TCDF), que impediu o uso dos recursos para reforma do Teatro Nacional, alegando que esta manobra feria a Lei Orgânica da Cultura.

²⁵² Essa manobra de desvio de verbas do FAC realizada pelo GDF é ilegal, pois a Lei Orgânica da Cultura – LOC (art. 65, § 2º) e o decreto que a regulamentou preliminarmente (Decreto 38.933/2018), impedem o uso do FAC por instituições governamentais.

²⁵³ Para fazer isso, Ibaneis decretou o fim de todas as barreiras protetoras do FAC, por meio do decreto 39.896/2019, embora o decreto não surta efeito, pois não altera a LOC.

²⁵⁴ Ver “Fundo de Apoio à Cultura: o que está em jogo no DF”: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/05/11/fundo-de-apoio-a-cultura-o-que-esta-em-jogo-no-df.ghtml>

²⁵⁵ Ler texto de Conceição Freitas: <https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/cancelar-o-fac-e-uma-chantagem-perversa-e-a-arquitetura-da-destruicao>

²⁵⁶ Ler sobre a decisão do TCDF: <https://www2.tc.df.gov.br/tcdf-determina-suspensao-do-cancelamento-de-edital-do-fundo-de-apoio-a-cultura-fac/>

Figura 46: Mobilização social de artistas e movimentos culturais em defesa da cultura.



Fonte: Frente Unificada da Cultura do DF, 2019.

Figura 45: Mobilização da Frente Unificada da Cultura do DF.



Fonte: Frente Unificada da Cultura do DF, 2019.

Após a intensa pressão dos movimentos que culminou na decisão do TCDF, o Secretário de Cultura Adão Cândido foi exonerado em dezembro de 2019. Assim, os movimentos culturais encontraram no novo secretário da pasta, uma possível ponte de diálogo com o setor. Pressionando o GDF, a Frente Unificada²⁵⁷ da Cultura do DF entregou uma Carta Aberta²⁵⁸ ao novo secretário Bartolomeu Rodrigues, contendo onze pontos considerados fundamentais para o prosseguimento do diálogo entre governo e comunidade cultural, que contemplam o respeito à legislação do Fundo de Apoio à Cultura; a revogação do decreto 39.896/2019 que representa uma ofensiva à LOC; a revitalização e reabertura de espaços culturais nas demais RAs, como o Cine Teatro Itapuã (Gama) e o Teatro da Praça (Taguatinga); a estruturação da Rádio Cultura FM; a visibilidade e apoio ao Memorial dos Povos Indígenas e aos povos originários; entre outros.

Esse cenário de desmontes e retrocessos, somado à crise sanitária provocada pelo covid-19, ampliou as desigualdades no DF, que registrava o maior aumento da pobreza no país durante a pandemia (FGV Ibre, 2021). Tal conjuntura impactou significativamente a comunidade cultural, principalmente a periférica, que já sofria com a falta de acesso às políticas culturais e infraestrutura. Neste período de isolamento social, os territórios culturais independentes tiveram suas ações e atividades paralisadas, e conseqüentemente, ficaram sem recursos para manutenção de seus espaços e despesas, como aluguel, água e energia, pagas muitas vezes

²⁵⁷ Movimento formado pelos fóruns, coletivos, (e outras frentes de luta), representantes dos diversos segmentos artísticos e culturais do Distrito Federal, que têm por objetivo articular e defender os direitos do setor através da Lei Orgânica da Cultura (LOC).

²⁵⁸ Ver na íntegra a “Carta Aberta ao Secretário de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Bartolomeu Rodrigues”, da Frente Unificada da Cultura do DF: <https://brasiliarios.com/cultura/1248-frente-unificada-entrega-pauta-da-cultura-ao-secretario-bartolomeu>

com recursos próprios. Assim, os coletivos tiveram que se reinventar²⁵⁹, utilizando as plataformas virtuais e redes sociais como meio único de circulação de suas produções e instrumento de geração de renda e sobrevivência.

Essa ampliação do grau de vulnerabilidade destes territórios provocada pela pandemia, somada ao esfacelamento das diversas linhas de apoio e editais que tiveram seus valores reduzidos ou deixaram de existir; e ao progressivo desmonte do FAC, que teve nos anos de 2019 e 2020 a menor execução de recursos desde 2015²⁶⁰, provocou o fechamento²⁶¹ de vários espaços culturais periféricos, que também passaram a ser atacados e perseguidos pelo GDF.

Além do sucateamento de equipamentos culturais nas periferias, espaços autogeridos como o Imaginário Cultural (Samambaia) tiveram que fechar as portas, depois de sofrerem reiterados furtos e/ou perderam serviços de segurança e manutenção que eram oferecidos pelas Administrações Regionais. Também há ameaças iminentes de reintegração de posse em ocupações culturais consolidadas, como as 17 lojas ocupadas do movimento cultural Mercado Sul Vive (2015) em Taguatinga – com reintegração temporariamente suspensa –, que também luta pelo registro oficial como patrimônio histórico e cultural do DF. Como também do Galpão Cultural do Jovem de Expressão (2018) em Ceilândia, onde o despejo foi suspenso após a luta e mobilização de coletivos e movimentos culturais, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que exigiu a regularização do espaço, que até hoje não possui termo de cessão de uso. E mais recentemente, o Ponto de Cultura Filhos do Quilombo localizado em Ceilândia, que foi alvo de despejo pelo GDF, que destruiu todo o espaço cultural. Todos esses exemplos, ocorreram em plena conjuntura de pandemia.

Portanto, na prática, percebe-se um duplo movimento (contraditório): de um lado, todos os discursos e estratégias do Estado têm apontado para uma perspectiva de descentralização e regionalização das políticas culturais/orçamentárias e no fortalecimento dos processos de participação social. Do outro, e ao mesmo passo, ele reforça e reproduz uma política urbana discriminatória de desmonte e ataque às ocupações e coletivos culturais periféricos, imersos em um estado crescente de exceção e transitoriedade permanente (Rolnik, 2015), onde o Estado emprega tanto a violência legal quanto a ilegal para a manutenção e controle das fronteiras de acesso à legitimidade e reconhecimento social destes territórios (Feltran, 2008).

²⁵⁹ Ver “Como os coletivos culturais do DF enfrentam as dificuldades e se reinventam na pandemia”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/08/4867618-como-os-coletivos-culturais-do-df-enfrentam-as-dificuldades-e-se-reinventam-na-pandemia.html>

²⁶⁰ Segundo a Carta Aberta dos movimentos culturais, em 2019, menos de R\$ 25 milhões foram liquidados, em contraste com os mais de R\$ 55 milhões liquidados em 2018. Em 2020, a liquidação do FAC, ficou também aquém de R\$ 31 milhões. Ver Carta em: <https://timesbrasil.com.br/politica/carta-aberta-prioridades-da-cultura-df-2021/>

²⁶¹ Ver “Espaços culturais fecham no Distrito Federal”: <https://jornalistaslivres.org/espacos-culturais-fecham-no-distrito-federal/>

Em meio ao cenário de retrocessos, movimentos culturais, associações e coletivos de cultura de diferentes regiões²⁶² do DF, produziram a “Carta Aberta – Prioridades da Cultura – DF/2021”²⁶³, com suas reivindicações e demandas prioritárias, que objetivam “a plena fruição artística da sociedade do DF e a retomada da produção do setor cultural”. As demandas estruturam-se em torno de instrumentos de gestão e fomento como a LOC, FAC, Editais e CEACs, Conselhos, Lei Aldir Blanc e outros auxílios emergenciais; além de eixos temáticos das políticas culturais, como Equipamentos Culturais e Patrimônio. Dentre as diversas demandas elencadas pelos movimentos, destacamos as seguintes:

FAC

- Criação de ferramentas para a capacitação presencial ou on-line com vistas à elaboração de projetos, com carga horária que garanta a eficácia do aprendizado (no mínimo 70 horas-aula por turma), resultando em efetiva democratização do FAC para todas as regiões do DF.

Editais e CEACs

- Aumentar o valor das linhas de apoio de todos os editais para todas as linguagens tendo em vista que os valores estão defasados, já que não são reajustadas desde 2011 e, nesse meio tempo, a inflação acumulada foi de cerca de 105%, de acordo com o IGP-M. O aporte dos editais deve seguir sendo reajustado pelo IGP-M ano a ano.
- Incluir edital de Manutenção a Espaços de Circo no FAC. Devido à carência de aparelhos públicos aptos a receber certas técnicas circenses, ressaltamos que muitos grupos e coletivos optaram por empreender e gerir seus próprios espaços. Com o advento da pandemia, a sustentabilidade e manutenção desses locais está ameaçada.
- Fomentar e apoiar, através do FAC, a Cultura de Unidades Tradicionais Territórios de Matriz Africanas, para que continuem a trabalhar com cultura e atuando no território, e que atendam de igual forma, os povos tradicionais tais como: Ciganos, Indígenas, Quilombolas e Afrodescendentes.
- Garantir a aplicação e retomada de políticas públicas e programas para PCDs, LGBTQIA+, etnias e mulheres.

Equipamentos Culturais

- Executar, disponibilizar e publicizar com transparência o mapa dos equipamentos culturais do DF e a situação em que se encontram.
- Debater com a comunidade das RAs e seus respectivos Conselhos Regionais, as prioridades para reforma, restauro, manutenção e promoção desses espaços.
- Priorizar os equipamentos culturais localizados nas periferias.
- Finalizar o Centro Cultural da Ceilândia, há 40 anos para ser concluído. A Ceilândia tem mais de meio milhão de habitantes e não tem teatro nem cinema, a conclusão deste centro será de grande importância para a produção e fruição da arte e cultura de Ceilândia e do DF.

Material

²⁶² Assinam a Carta diversos movimentos, coletivos e ocupações culturais periféricas, como o Quilombo Urbano Casa Akotirene (Ceilândia); Casa de Cultura Carlos Marighella (Planaltina); Imaginário Cultural (Samambaia); entre outros.

²⁶³ Ver “Carta Aberta – Prioridades da Cultura – DF/2021”: <https://timesbrasil.com.br/politica/carta-aberta-prioridades-da-cultura-df-2021/>

- Informar à comunidade cultura, e com ela debater, sobre a questão dos espaços culturais que há anos encontram-se com problemas físicos, estruturais e/ou de gestão: Cine Teatro Itapuã (Gama); Teatro da Praça (Taguatinga); Teatro de Sobradinho (escolar), e a recém-fechada, no Cruzeiro, Biblioteca Rubem Valentim.

Imaterial

- Reconhecer como patrimônio imaterial e criar uma política pública de apoio às 57 batalhas de MCs no DF.

Estas reivindicações compõem uma agenda cultural popular que se ancora na descentralização dos recursos e no reconhecimento da diversidade de expressões e territórios existentes no DF. Tais demandas podem ser traduzidas em quatro frentes de ação: (1) desburocratização e democratização das políticas de acesso aos recursos de fomento articuladas à capacitação dos agentes culturais do DF; (2) valorização e reconhecimento da cultura negra de Matriz Africana, hip-hop, LGBTQIA e ampliação das políticas de equidade de gênero; (3) mapeamento dos espaços e equipamentos culturais e a situação em que se encontram; e (4) participação e controle social na gestão e desenvolvimento das políticas públicas.

Visando agir no enfrentamento às desigualdades, esta agenda cultural popular elaborada “a partir de dentro” dos territórios, atua como estratégia de luta e tensionamento do projeto político de exclusão e desmonte promovido pelo GDF. Mesmo em períodos de recessão democrática, essas mobilizações revelam como os movimentos culturais do DF passaram a protagonizar frentes de ação e resistência, participando ativamente do debate e construção das políticas culturais, pressionando o Estado a cumprir sua agenda política, que deve contemplar as propostas e reivindicações vindas da sociedade civil.



CAP 3

3.1 EXPLODEM AS INSURGÊNCIAS CULTURAIS NAS PERIFERIAS DO DISTRITO FEDERAL

É possível e necessário colocar a periferia no centro das decisões
(Max Maciel)

Nas últimas duas décadas, as periferias do Distrito Federal têm sido o epicentro de uma produção cultural insurgente que passou a tensionar e denunciar o projeto de exclusão promovido pelo GDF, colocando em xeque discursos e narrativas hegemônicas e enunciando uma nova cartografia das relações de poder, que posiciona a Periferia como protagonista e chave central para avançar na questão urbana. Estes territórios têm formulado um projeto alternativo de cidade, elaborado a partir da potência inventiva e emancipatória de suas práticas, saberes e formas de gestão cotidianas, apontando novos rumos e horizontes para um planejamento insurgente, essencialmente antirracista, antipatriarcal e anticolonial.

Condensando as múltiplas pautas de luta dos movimentos populares e coletivos juvenis feministas, negros e LGBTQIAP+, a produção cultural periférica do DF gestou uma nova cultura política potencialmente subversiva e combativa nas últimas décadas. Mesmo submetidas a violentos processos de segregação e apagamento, as periferias enunciaram por meio da ação política de coletivos e movimentos culturais, uma diversidade crescente de práticas e estéticas próprias, forjadas em múltiplas identidades e relações socioculturais emancipatórias traduzidas em seus modos de vida e costumes contestadores. Emergiram quilombos urbanos, casas de cultura, ocupações culturais, saraus, cineclubes audiovisuais, grupos de teatro, circo e de dança, literaturas marginais, *slams* de poesia, o pixo e o grafite, a música com as batalhas de rima, o samba, *funk*, *punk* e o *hip-hop* com o *break* e o *rap*, dentre outras estéticas e expressões subalternas, que mostram, e sobretudo, propõem outras formas alternativas de planejamento e gestão coletivas.

Esta enunciação de territorialidades periféricas insurgentes possibilitou a construção de um projeto político contra-hegemônico de cidade, que agiu (1) no enfrentamento às desigualdades e à segregação socioespacial/racial; (2) na luta pela ressignificação e subversão de estigmas e discursos negativos sobre seus territórios e estéticas culturais; (3) no resgate da autoestima e na construção do orgulho de ser periférico; (4) no fortalecimento e reconhecimento das satélites periféricas como centralidades potentes e polarizadoras na rede urbana; (5) para inserir as periferias no centro dos espaços de produção e difusão cultural local, regional e nacional; (6) no rompimento com a exclusividade do discurso acadêmico por meio da produção de respostas/propostas desenvolvidas em seus territórios; (7) e permitiu que sujeitos periféricos ocupassem²⁶⁴ espaços de decisão da arena política e disputassem o

²⁶⁴ Nesse levante insurgente, sujeitas e sujeitos periféricos também passaram a ocupar espaços na arena política. Sob o lema de colocar a “periferia no centro”, Max Maciel (PSOL/DF) foi o primeiro deputado eleito de Ceilândia e o terceiro mais votado nas eleições de 2022.

debate público com suas pautas de luta e reivindicações. Nesse levante, a produção cultural da juventude negra e periférica do DF, antes restrita aos cadernos policiais da década de 1990, passou a ocupar as mídias tradicionais e hegemônicas da capital, que enfatizaram suas potencialidades e estéticas culturais desenvolvidas, indo além dos discursos e estigmas antes limitados à violência.

Essa produção cultural insurgente vem à tona a partir de 2010, quando explode massivamente uma onda de coletivos, ocupações e resistências culturais nas periferias do Distrito Federal, interligada à conjunção mundial de lutas e mobilizações que demarcam o protagonismo dos movimentos feministas, antipatriarcais e antirracistas e das resistências anticoloniais como as dos povos indígenas, tradicionais e periféricos pela permanência e preservação de seus territórios e identidades contra os efeitos predatórios do neoliberalismo, que tem colocado em xeque modos de vida coletivos e ancestrais (Gohn, 2014; 2016; Zibechi, 2020).

Dentre as novas expressões culturais insurgentes da juventude periférica, estão as Batalhas de Rima, que explodiram nas periferias do DF a partir de 2010, quando existia apenas três batalhas regulares, como a do Calango Pensante (2010), a Batalha do Museu (2010) e a Batalha Rima Forte (2001), a mais antiga da capital (Silva, 2017). Segundo seus integrantes, hoje, o DF possui aproximadamente 48 batalhas ativas catalogadas²⁶⁵, como a Batalha do Relógio (Taguatinga); Batalha do Passageiro (Recanto das Emas); Batalha da Expansão (Samambaia); Batalha da Santinha (Santa Maria); Guerra do Flow (Planaltina); Batalha do Terminal (Ceilândia); Batalha do Inflama (Gama), entre várias outras espalhadas nas periferias do DF.

Figura 47: Batalha do Relógio em Taguatinga.



Fonte: Canal do Youtube Invadindo a Cena, 2019.

Ver entrevista: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/conheca-max-maciel-o-aba-reta-que-promete-levar-a-periferia-a-cldf>

²⁶⁵ Segundo o mapeamento realizado por integrantes das Batalhas, disponível no perfil da Batalha do Metrô (Samambaia). Já a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, afirma que existem 38 batalhas de rima cadastradas na capital, a partir de levantamento realizado em 2019.

Neste contexto, houveram amplas lutas e mobilizações pela construção de Equipamentos Culturais nas periferias do DF. É o caso do Movimento Retomada²⁶⁶ pela conclusão do Centro Cultural de Ceilândia, constituído por diversos grupos, coletivos, movimentos culturais e moradores da cidade, que vêm se mobilizando desde 1995 com o objetivo de reivindicar a retomada das obras do Centro Cultural, que se arrasta há décadas.

Nessa conjuntura de insurgências, também emerge a luta pela implantação do Complexo Cultural Samambaia, iniciada em 2007 a partir do movimento artístico que culminou na criação do Conselho Regional de Cultura (CRC) da cidade e do “Sarau Complexo”. Inaugurado em 2009, o Sarau passou a se realizar mensalmente em diferentes quadras e ruas de Samambaia, com o objetivo de pressionar o Estado, mobilizar a comunidade e fomentar a construção do Complexo, articulando e aglutinando artistas, movimentos e coletivos culturais de diversas regiões da capital e do entorno. Dessa forma, o movimento vem atuando na criação de circuitos culturais alternativos, potencializando os fazeres e práticas culturais locais e regionais do DF.

O Sarau Complexo é um verdadeiro laboratório, formador de artistas e públicos, em todas as linguagens: artes plásticas, cinema, dança, fotografia, literatura, música e teatro. Composto por artistas, agentes sociais e governamentais, o Conselho Regional de Cultura mobiliza Governo e Sociedade, de forma continuada, pela implantação e uso do Complexo Cultural Samambaia.²⁶⁷

Em 2011, dezenas de artistas e grupos culturais de Samambaia, Recanto das Emas, Gama, Taguatinga, Ceilândia e Riacho Fundo, ocuparam um terreno no centro da cidade e construíram um “Acampamento Cultural”²⁶⁸, visando reivindicar uma área para implantação do Complexo Cultural, além de sensibilizar a sociedade e o GDF, da necessidade de implantá-lo. Durante seis dias, o Acampamento contou com manifestações musicais, teatrais, plásticas, danças, entre outras, envolvendo a comunidade, meios de comunicação, autoridades do governo e parlamentares dispostos a somar com o movimento.

²⁶⁶ O Movimento Retomada pela Conclusão do Centro Cultural de Ceilândia surgiu em 1995 com o objetivo de reivindicar a retomada das obras do Centro Cultural, paralisadas desde o ano de 1986, devido conflitos judiciais na licitação. Projetado entre as décadas de 1970-80, a partir do diálogo entre a comunidade e os gestores da Administração de Regional de Ceilândia, o Centro Cultural reiniciou suas obras só em 1997, após a mobilização e pressão intensa do Movimento Retomada, que aprovou no “Orçamento Participativo” a conclusão das obras dos Blocos A (Pavilhão de Cursos) e B (Biblioteca Carlos Drummond de Andrade), iniciadas em 1986. Contudo, até hoje, existem apenas estes dois blocos construídos, dos quatro previstos no projeto (biblioteca, pavilhão de cursos, cine teatro e teatro arena), que se integram à Praça da Juventude. Atualmente, o local destinado para os blocos restantes se tornou estacionamento do metrô e a Praça se transformou num canteiro de obras abandonado. Depois de muito tempo abandonados, parte dos blocos construídos foram ocupados por órgãos como o Conselho Tutelar e a Secretaria de Estado da Criança e por algumas atividades culturais voltadas à juventude local, como dança, karatê, organizadas pela iniciativa dos próprios artistas e moradores.

²⁶⁷ Ver “100 saraus pela existência do Complexo Cultural Samambaia” no site do CRC de Samambaia: <https://blogccs.wordpress.com/2017/12/24/100-saraus-pela-existencia-do-complexo-cultural-samambaia/>

²⁶⁸ Ver notícias sobre o Acampamento Cultural no site do CRC de Samambaia: <https://blogccs.wordpress.com/2011/12/05/artistas-acamparao-no-centro-urbano-de-samambaia-em-busca-da-area-para-implantar-o-complexo-cultural/>

Figura 48: Acampamento Cultural pela destinação da área para implantação do Centro Cultural Complexo.



Fonte: Conselho Regional de Cultura de Samambaia, 2011.

Figura 49: 109º Sarau Complexo com apresentações de Mamulengo.



Fonte: Conselho Regional de Cultura de Samambaia, 2018.

Após intensa mobilização popular e articulações institucionais, o GDF oficializa a destinação de uma área para o Complexo Cultural, que começa a ser construído em 2014. Até sua inauguração em 2018, os movimentos culturais e o Conselho Regional de Cultura realizaram mais de 100 edições do Sarau Complexo, o que demonstra a capacidade da organização popular em articular diferentes estratégias de mobilização social e resistência, envolvendo Estado e sociedade civil no processo de luta e reivindicação pelo espaço.

Essa convergência de territorialidades periféricas insurgentes, foi protagonizada pelas Ocupações Culturais e Casas de Cultura, que explodiram na cena urbana a partir da última década. Estes territórios vêm atuando como vetores de transformação socioespacial nas periferias do DF, por meio de múltiplas frentes de ação: (1) constroem e potencializam circuitos solidários de cultura, economia e educação popular nas periferias; (2) articulam e potencializam redes de proteção, solidariedade e apoio mútuo entre coletivos e artistas periféricos; (3) constroem práticas agroecológicas e socioambientais no território por meio de hortas comunitárias autogeridas voltadas à luta pela soberania/segurança alimentar; dentre outras práticas, que aglutinam e incorporam as múltiplas pautas de luta e demandas das periferias.

3.2 PERIFERIA NO CENTRO: POR UMA OUTRA CARTOGRAFIA DO DF

Para cartografar essa diversidade de táticas e territórios culturais periféricos do DF, é necessário compreendermos os tensionamentos dos conceitos de *território* e *cartografia* ocorridos na conjuntura de inflexão teórica e política da última década. Assim, delimitaremos e conceituaremos a seguir, os recortes teórico-metodológicos que conformam e definem os objetos de estudo desta dissertação.

3.2.1 CARTOGRAFIAS INSURGENTES: DESVELANDO POTÊNCIAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Essa explosão de territorialidades insurgentes forjadas em múltiplas relações socioculturais, têm enunciado um momento de inflexão teórica e política, que recupera o conceito de “território” a partir de uma perspectiva “periférica” ou latino-americana (Haesbaert, 2014; 2018; 2020a; 2020b). Tal perspectiva busca um diálogo mais próximo com as lutas sociais e suas múltiplas territorialidades, como também as relações de poder que as conformam, sobretudo, as de caráter simbólico/cultural. Essa “reinvenção do território” (Porto-Gonçalves, 2006), o expande para um modo/espaço de vida, compreendo-o como ferramenta de luta/resistência, mobilização e transformação social, principalmente por parte de grupos subalternos e movimentos sociais.

Essas mudanças teórico-metodológicas enunciadas pelas lutas urbanas latino-americanas na última década, têm tensionado o campo das representações socioespaciais e renovado o campo cartográfico, que aponta o surgimento de “cartografias sociais” (Acselrad, 2010; 2013), “cartografias participativas”, “cartografias da ação social” (Ribeiro et al. 2001, 2012), “contra-cartografias”, entre outras. Segundo Renato Santos (2011, p.3), esses processos emergentes tensionam a cartografia a partir de três eixos: (1) uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; (2) possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); (3) e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa. Este campo de tensões insurgentes com novas formas, sujeitos e disputas na cartografia, produziu quatro vetores centrais de emanção de práticas que vêm crescendo e se fortalecendo:

- 1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) Cartografias como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa. (Santos, 2011, p.3)

Antes restrita como instrumento de dominação e manutenção da hegemonia das classes dominantes (Lacoste, 1988), nesse contexto insurgente, a cartografia passa a emergir como instrumento político de luta contra-hegemônico e de fortalecimento dos atores e processos de resistência no espaço urbano, rompendo com a “geografia da invisibilidade” (Rolnik, 2015) historicamente imposta à heterogeneidade de manifestações e relações sociais subalternas.

Nesse sentido, Ana Clara Ribeiro (et al. 2001, 2012, et al. 2012) propõe a “cartografia da ação”, que segundo ela, é a da denúncia e que também orienta e produz a ação social; desvela contextos e gestos sociais invisibilizados; evidencia a vitalidade social entre disputas, seletividades, conquistas de espaços e recursos urbanos pelos grupos sociais; e visa a valorização imaginativa dos lugares vividos. Assim, na cartografia da ação, adquirem especial

relevância os espaços praticados, os espaços usados e a geografia da resistência social (Ribeiro et al., 2001).

Na concepção da cartografia da ação, as notícias relativas a protestos, revoltas, passeatas, ocupações de terras e de prédios públicos, comícios, acampamentos, interrupções de vias, greves, confrontos e reivindicações precisam ser consideradas de forma plena, isto é, através do exame atento da sua singularidade e da análise detalhada de atores sociais e políticos, de mediadores, dos objetivos da ação e, também, das formas de repressão sofridas pelos manifestantes. Tais informações viabilizam não só a concepção de mapas expressivos da vitalidade do tecido social, como também a reflexão de microconjunturas. O gradual registro analítico dessas informações contraria: (a) as formas de classificação da informação utilizadas pelos veículos de comunicação; (b) a incoerência e a fugacidade com que, em geral, é tratada a ação social; (c) o ocultamento do esforço realizado por sujeitos sociais para garantir a sua presença no espaço público; (d) a tendência ao esquecimento da repressão e de seus responsáveis. (Ribeiro et al., 2001, p.48)

Assim, a cartografia da ação é a construção e apropriação do espaço realizada pelos sujeitos e seus gestos, sendo uma expressão da ação que ajuda e apoia a própria ação social (Ribeiro, 2012). Essa cartografia desvela as potências sociais e táticas ocultadas, sendo uma representação “não oficial, que trata das trajetórias das bases populares, das rotas de lutas e manifestações, das trajetórias de trabalho no cotidiano, das manifestações culturais, das normas sociais ocultas não estatais” (Ribeiro et al., 2012, p.24), que atua como instrumento de afirmação identitária:

A leitura de resistências à opressão e à exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultadas pelos projetos políticos da modernidade. (Ribeiro et al., 2001, p.35)

Para a autora, essa cartografia pode ser considerada como uma categoria analítica e ao mesmo tempo metodológica porque “permite experimentar por meio de exercícios de construção de novos mapeamentos, símbolos construídos a partir de um contexto do espaço vivido e concebido às novas formas de representação e sentidos das ações sociais” (Ribeiro et al., 2012). Nesse sentido, a autora incorpora o conceito de “território usado” (Santos, 1999) que se inscreve no cotidiano e no lugar praticado, de modo a exigir e mobilizar a inclusão de todos os atores sociais, se dirigindo à reflexão do espaço banal historicamente invisibilizado (Santos, 1996).

Assim, esta cartografia constitui-se como desdobramento necessário da pesquisa sobre conflitos, protestos e reivindicações em contextos metropolitanos (Ribeiro et al., 2012) e pode ser definida como uma “cartografia insurgente/conflictual”, pois incorpora e reconhece a multiplicidade de conflitos, potências e demandas de ações sociais subalternas e resistências invisibilizadas pelo Estado/corporações.

Nesse sentido, a cartografia da ação ou cartografia conflitual desvela e incorpora a geografia da resistência social forjada por múltiplas disputas, conflitos e lutas sociais travadas no território. Portanto, esta cartografia insurgente dialoga com a perspectiva contra-hegemônica de “território” abordada por Haesbaert (1997; 2004; 2014; 2018; 2020) e Porto-Gonçalves (2006), que o compreende como espaço de vida e ferramenta de luta/resistência subalterna.

Assim, o conceito de território deve ser trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, que também é, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através de múltiplos sujeitos envolvidos²⁶⁹, tanto no sentido das ações hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência (Haesbaert, 2014). Ou seja, essa “tensão de territorialidades” se constitui duplamente/simultaneamente entre a lógica hegemônica e as lógicas subalternas de “r-existência” (Porto-Gonçalves, 2006).

Logo, produzir uma cartografia social das periferias urbanas requer compreender e reconhecer a diversidade de expressões socioculturais e formas de luta enunciadas, e suas múltiplas dimensões de conflitos, violências e clivagens sociais que atravessam estes territórios, imersos em um estado crescente de exceção, instabilidade e de “transitoriedade permanente” (Rolnik, 2015; 2019), sob constante ameaça da acumulação por despossessão (Harvey, 2003) junto a formas cada vez mais territorializadas dos dispositivos de controle, contenção e lógicas militarizadas – tanto legais quanto ilegais – da gestão dos conflitos (Feltran, 2008; Telles, 2015).

É nessa perspectiva epistemológica/analítica que esta dissertação se assenta, situando as periferias do DF no centro da análise, levando em consideração a multiplicidade de poderes – hegemônicos e contra-hegemônicos – que as atravessam e conformam. Portanto, esta pesquisa insere a cartografia como instrumento analítico-crítico, que para além de visibilizar a potência cultural dos territórios periféricos do Distrito Federal, visa (1) fornecer um panorama desta produção cultural insurgente; (2) atuar como instrumento contra-hegemônico de planejamento territorial e de mobilização/articulação política de sujeitos periféricos; e (3) contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade destes territórios.

3.2.2 DELIMITANDO PERIFERIA: UMA CARTOGRAFIA EM DISPUTA

Compreender as lutas e insurgências na capital, também implica em delimitar e conceituar espacialmente quais territórios esta dissertação considera como “periferias”. Essa delimitação, passa fundamentalmente por uma construção de uma consciência e uma epistemologia periférica, engendrada e induzida por um processo social e histórico de

²⁶⁹ A grande empresa e as corporações, o Estado, os grupos étnico-culturais, sujeitos periféricos, etc.

pertencimento e de uma prática política em prol do território (D’Andrea, 2020). De conceito crítico de denúncia e enunciação da realidade e condição urbana invisibilizada, passando a englobar e se alargar na potência cultural, torna “periferia” – e conseqüentemente, a cartografia – uma definição/campo em disputa entre atores historicamente dominantes e movimentos culturais.

O conceito de periferia pode extrapolar a rigidez de fronteiras geográficas, sendo, sobretudo, uma condição e uma construção/disputa social de práticas e códigos compartilhados. Cabe ressaltar que, “definir periferia não é homogeneizá-la” (D’Andrea, 2021, p.31), mas é preciso compreendê-la nas suas múltiplas faces e dimensões, de modo a reconhecer o território na sua multiplicidade de feições com que os poderes – hegemônico, subalternos de resistência e simbólico – são produzidos através do acionamento da identidade de diferentes sujeitos sociais (Haesbaert, 2014; 2018).

Assim, esta pesquisa utiliza as definições e critérios estabelecidos por Tiaraju D’Andrea (2020)²⁷⁰, que define periferia em duas dimensões: **(1) quantitativa**, baseada em limites geográficos e dados socioeconômicos, como renda e pobreza somados à distância em relação ao centro “hegemônico”. Essa dimensão quantitativa de periferia pode modificar de acordo com mudanças nos padrões de distância e acessibilidade, e de pobreza e vulnerabilidade social; E a **(2) dimensão qualitativa**, que circunscreve os debates e significados atribuídos a periferia no correr da história.

No Distrito Federal, a **dimensão qualitativa**, relacionada aos processos históricos da urbanização tem peso preponderante na definição de periferia para esta pesquisa. Pois, seu processo de urbanização sempre esteve calcado na condição político-ideológica de preservação do Plano Piloto sob o discurso e justificativa sanitarista e patrimonial, carimbando um ordenamento territorial forjado na “centrifugação” de cidades e populações de baixa renda para fora dos limites da “Faixa de Segurança Sanitária” da Bacia do Paranoá – entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília (ECUB) (IPHAN, 2012). Essa condição ainda se reproduz e se perpetua atualmente (Freitas, 2013; Coelho, 2017; Oliveira, 2021; Rocha, 2021).

Em relação à **dimensão quantitativa**, a pesquisa utiliza a distância geográfica em relação ao Plano Piloto (Área Central), somada ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)²⁷¹

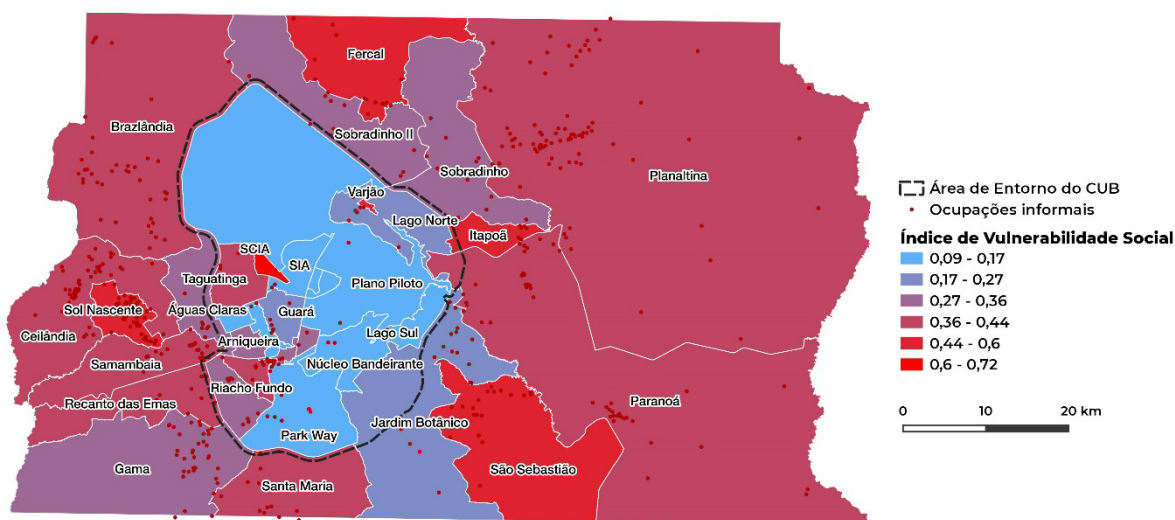
²⁷⁰ Tiaraju D’Andrea (2020) estabelece padrões territoriais distintos que conformam a cidade de São Paulo: centro tradicional, área central-sudoeste, subúrbio, periferia, enclaves de pobreza (favelas e cortiços) e enclaves de riqueza (condomínios fechados). Tais delimitações são baseadas no reconhecimento de padrões gerais relacionados a processos de macrossegregação (Villaça, 2001) e em características históricas, geográficas, sociais, culturais e urbanísticas.

²⁷¹ O IVS é uma iniciativa da Codeplan e da Seduh, e teve como objetivo inicial subsidiar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Índice foi calculado com dados da PDAD-DF/2018 e reúne 24 indicadores, distribuídos em quatro das mais expressivas dimensões de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal. Cada dimensão é resultante do cálculo de um conjunto de indicadores que buscam retratar aspectos da vulnerabilidade social vivenciada pela população do DF.

(Dipos/Codeplan, 2020), que é composto de quatro dimensões: (1) Infraestrutura e Ambiência Urbana; (2) Capital Humano; (3) Renda e Trabalho; e (4) Dimensão Habitacional, aglutina as dimensões socioeconômicas e de infraestrutura.

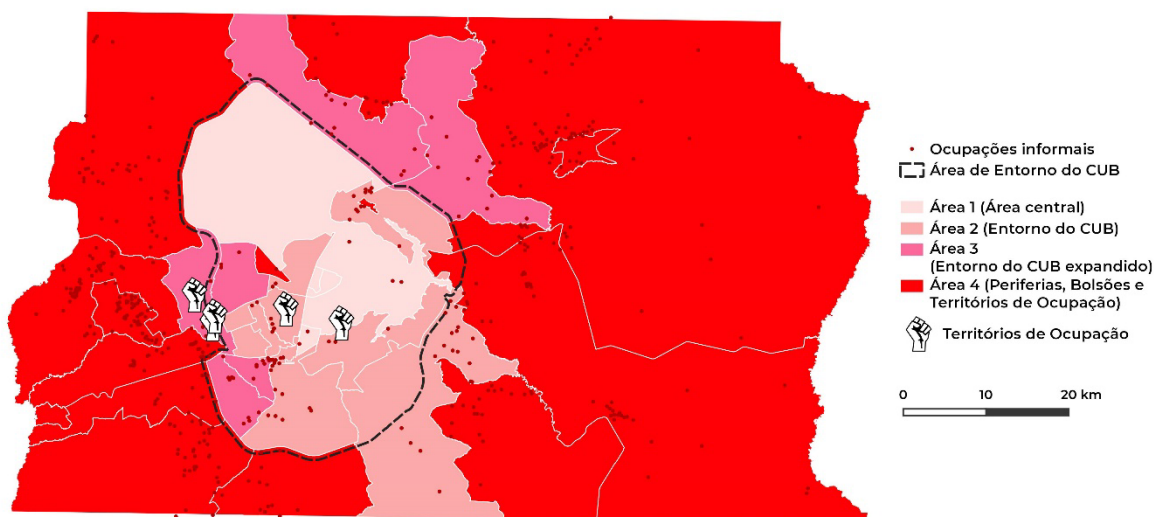
Os mapas abaixo (figuras 44 e 45), demonstram as divisões territoriais em relação às dimensões quantitativas e qualitativas elencadas acima:

Figura 50: Mapa das ocupações informais e Índice de vulnerabilidade social para cada RA.



Fonte: elaboração própria, 2023. Dados do Dipos/Codeplan (2020).

Figura 51: Mapa de delimitação territorial das Áreas e periferias, proposto para o Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2023.

A partir disso, pode-se delimitar os territórios do DF em quatro Áreas²⁷²:

- **Área central (Área 1):** Plano Piloto e RAs envoltórias com condomínios de média e alta renda, como Lago Sul e Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Park Way e Jardim Botânico;
- **Entorno do CUB (Área 2):** Proximidades da área central, de média e alta renda, com distâncias médias em relação ao centro, como Guará, SIA, Núcleo Bandeirante, Vicente Pires, Candangolândia, Águas Claras – com intensa verticalização e *boom* imobiliário –, Arniqueira, Riacho Fundo, Riacho Fundo II;
- **Entorno do CUB expandido (Área 3):** Áreas que se configuram como uma fronteira socioespacial, onde diversas classes sociais se interseccionam. Possuem porção territorial considerável ocupada por classe médias e IVS intermediário. Tal Área é composta por Taguatinga, Sobradinho e Sobradinho II;
- **Periferias²⁷³ (Área 4):** Áreas distantes do centro, com grandes porções de ocupações informais; baixo acesso à renda, recursos, infraestrutura e equipamentos públicos, como Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Brazlândia, Recanto das Emas, Água Quente, Samambaia, Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, Planaltina, Arapoanga e Fercal;
- **Bolsões (Área 4):** Áreas próximas ao centro, com altos índices de vulnerabilidade social, como Varjão, Itapoã e SCIA-Estrutural;
- **Territórios de Ocupação²⁷⁴ (Área 4):** Porções territoriais próximas ao centro ou localizadas no centro, com altos índices de vulnerabilidade social, que reúnem um conjunto de imóveis e logradouros públicos que concentram ocupações ou apropriações sociais de espaços públicos com manifestações, práticas e saberes subalternos protagonizados por “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013). Estes territórios também acumulam vulnerabilidades socioeconômicas e violências – como ameaças de remoção –, e tensionam a rigidez das configurações fixas do conceito de “periferia”, demonstrando que existem territórios periféricos em áreas centrais. Portanto, periferia é também um conceito móvel, não apenas geométrico (distâncias), mas sobretudo, social. É o caso da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (Taguatinga); Batalhão das Artes (Taguatinga); Centro Cultural RIA (Taguatinga); Casa Ieda Delgado (Guará); e da Vila Cultural (Plano Piloto).

²⁷² Área 1 (Área central); Área 2 (Entorno do CUB); Área 3 (Entorno do CUB expandido); Área 4 (Periferias, Bolsões e Territórios de Ocupação).

²⁷³ Cabe ressaltar que apesar de Ceilândia ser caracterizada como periferia nesta pesquisa, também assume característica de centralidade consolidada junto à Taguatinga. Por isso, definir o Plano Piloto como “centro ativo” reforça os discursos hegemônicos. Essas definições estão em disputa por diferentes sujeitos e territórios no DF.

²⁷⁴ Tal delimitação “Territórios de Ocupação”, foi embasada nos “Territórios de Ocupação Cultural” (TOC) inseridos nas Áreas de Interesse Cultural (AIC), propostos pela minuta do PPCUB. O intuito também foi dialogar com legislações ou propostas existentes, de modo a debatê-las e expandi-las para outras regiões do DF.

Dadas as delimitações territoriais e teórico-metodológicas, esta dissertação se insere na conjuntura de insurgências urbanas (Gohn, 2014; 2016; Zibechi, 2020), e se lança na elaboração de uma cartografia das Ocupações Culturais e Casas de Cultura que surgiram a partir de 2010 nos territórios periféricos (Periferias, Bolsões e Territórios de Ocupação) do DF, de modo a sistematizar e compreender suas expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas, como também a multiplicidade de conflitos – fundiários, socioambientais e simbólicos –, violências e disputas travadas em torno desses territórios. Ressaltamos que não se pretende, nesta pesquisa, apresentar um mapeamento totalizante destas práticas, mas fornecer um panorama da diversidade de expressões socioculturais e potencialidades produzidas por estes territórios, dentro dos limites teórico-metodológicos adotados.

3.3 CARTOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS PERIFÉRICAS: TECENDO REDES SOLIDÁRIAS DE CULTURA, SAÚDE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO POPULAR

3.3.1 MAPEANDO TERRITÓRIOS E DECODIFICANDO SUAS MÚLTIPLAS PRÁTICAS

O processo de elaboração da cartografia envolveu quatro etapas²⁷⁵: (1) mapeamento das Casas de Cultura e Ocupações Culturais; (2) levantamento da situação dos conflitos fundiários; (3) mapeamento das práticas e expressões socioculturais desenvolvidas; (4) identificação de categorias, sistematização e decodificação das práticas e expressões socioculturais mapeadas.

Considerando tais processos, os territórios culturais mapeados foram sistematizados e classificados da seguinte maneira:

(1) Região Administrativa;

(2) Tipo: Casa de Cultura; Ocupação Cultural;

(3) Ano de surgimento;

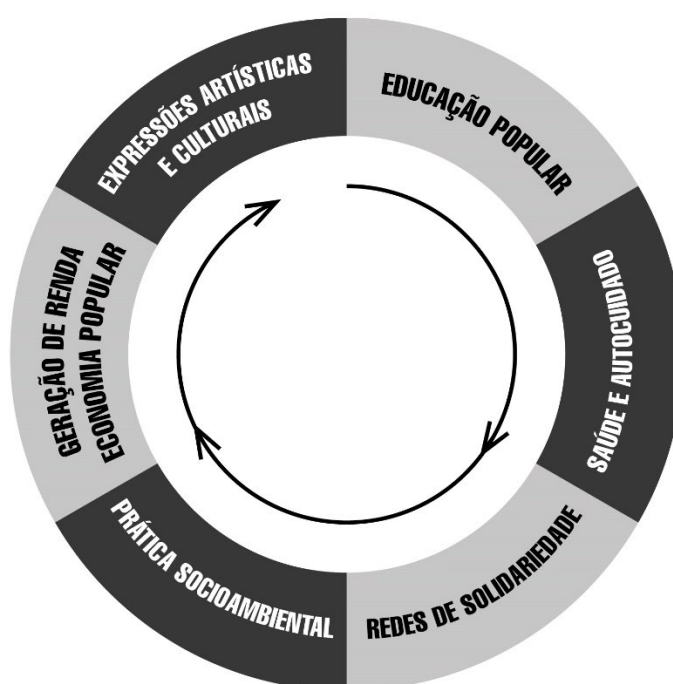
(4) Território de ação: imóvel privado; edifício público ocioso; praça; parque; lotes ociosos; lojas ociosas;

(5) Situação do conflito: inativo; ameaça; remoção parcial; remoção total; suspensão definitiva; suspensão temporária.

²⁷⁵ Cabe enfatizar que essas quatro etapas, muitas vezes, ocorreram de forma simultânea, pois o mapeamento dos territórios culturais atravessou todo o percurso temporal de elaboração desta dissertação.

A multiplicidade de saberes e territorialidades produzidas nos/pelos territórios foi decodificada em 23 (vinte e três) tipos de práticas e expressões socioculturais diferentes (figura 52), tais como: (1) Expressões artísticas e culturais, constituídas pelo teatro, circo, dança, música, samba, capoeira, *hip-hop*, batalhas de rima, arte urbana, *sarau/slam*, bailes, cineclube, biblioteca comunitária, galeria de artes, artes plásticas/visuais, literatura, moda/*design*, artesanato; (2) Educação popular; (3) Saúde e autocuidado; (4) Redes de solidariedade; (5) Prática socioambiental; e (6) Economia popular/geração de renda. Cada um destes tipos aglutina uma enorme variedade de práticas socioculturais produzidas por estes territórios, que se encontram nos **Anexos 4, 5 e 6** desta dissertação.

Figura 52: Práticas e expressões culturais das Ocupações e Casas de Cultura periféricas do DF.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Tais práticas foram divididas em dois tipos de áreas de atuação que se interseccionam entre si: (1) **Área de atuação principal**, constituída pela prática/expressão sociocultural prioritária e de maior recorrência no território; e (2) **Áreas de atuação transversal**, constituídas pelas demais práticas e expressões socioculturais desenvolvidas pelos sujeitos periféricos.

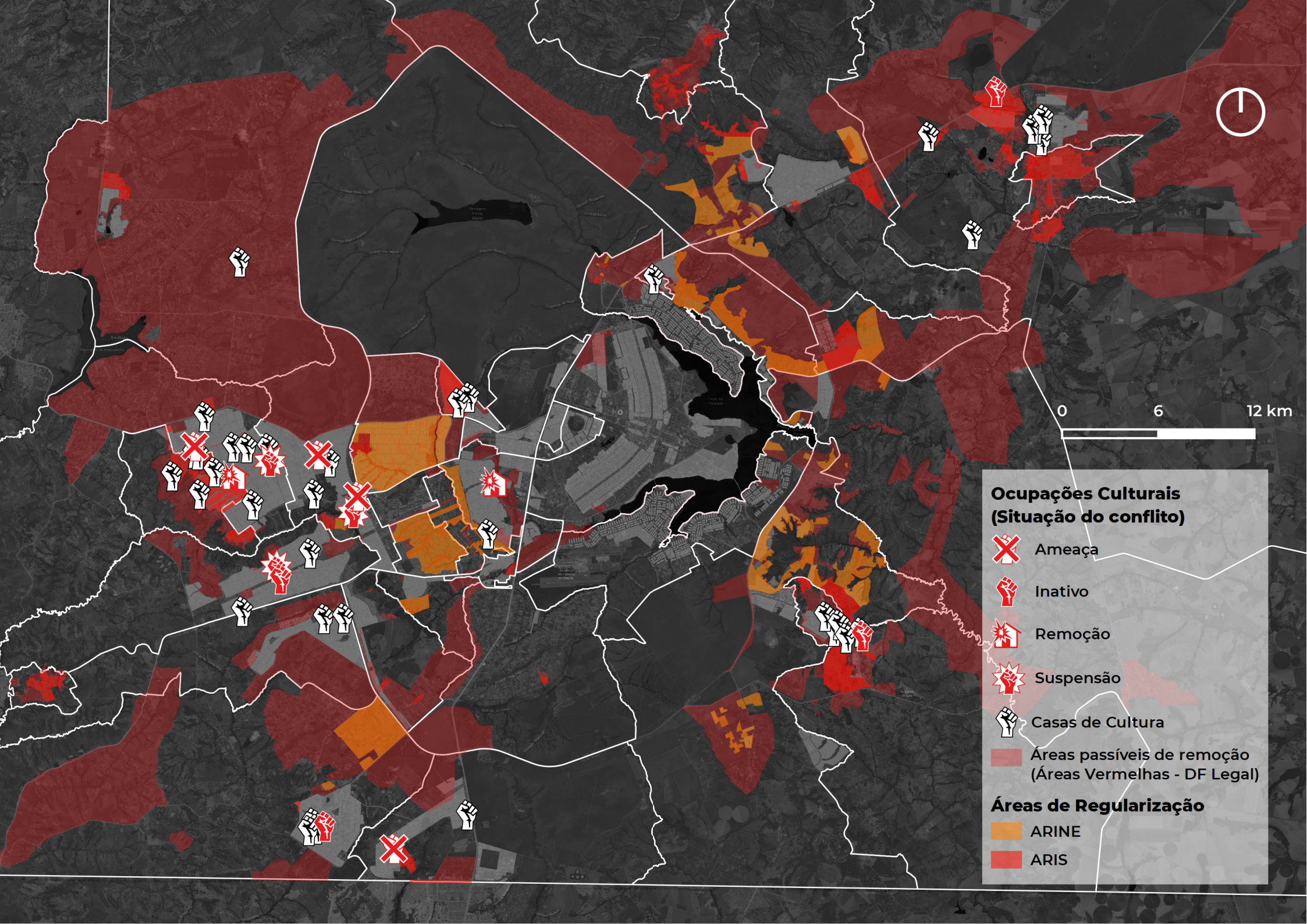
Por fim, foram mapeados **50 (cinquenta) territórios culturais**, ordenados no quadro 2 por ano de surgimento, aglutinados por tipos (Ocupação Cultural ou Casa de Cultura), junto às suas respectivas Áreas de atuação principal:

Quadro 3: Cartografia das Ocupações Culturais e Casas de Cultura periféricas do DF que surgiram a partir de 2010.

RA	Nome	Ano	Tipo	Atuação Principal
Ceilândia	Jovem de Expressão	2010	Ocupação Cultural	Educação popular
Ceilândia	Filhos do Quilombo	2010	Ocupação Cultural	Educação popular
São Sebastião	Domingo no Parque – Movimento Supernova	2010	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Santa Maria	Espaço Cultural Moinho de Vento	2011	Ocupação Cultural	Educação popular
Samambaia	Espaço Galpão do Riso	2011	Ocupação Cultural	Circo
Samambaia	Espaço Imaginário Cultural	2011	Ocupação Cultural	Teatro
Ceilândia	Instituto Cultural Menino de Ceilândia	2014	Ocupação Cultural	Música
Taguatinga	Mercado Sul Vive	2015	Ocupação Cultural	Educação popular
Gama	Espaço Semente Cia de Teatro	2015	Ocupação Cultural	Teatro
Planaltina	Casa de Cultura Carlos Marighella	2015	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Taguatinga	Batalhão das Artes	2017	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Ceilândia	Galpão Cultural – Jovem de Expressão	2018	Ocupação Cultural	Galeria de Artes
Taguatinga	Centro Cultural Ria	2020	Ocupação Cultural	Circo
Guará	Casa Ieda Delgado	2022	Ocupação Cultural	Saúde e autocuidado
Gama	Cia Lábios de Lua	2010	Casa de Cultura	Teatro
Samambaia	Casa Roxa Coturno de Vênus	2010	Casa de Cultura	Educação popular
Recanto das Emas	Espaço Cultural H2O	2011	Casa de Cultura	Teatro
Planaltina	Mini Teatro Lieta de Ló	2011	Casa de Cultura	Teatro
Estrutural	Coletivo da Cidade	2011	Casa de Cultura	Educação popular
Ceilândia	Centro Cultural Cio das Artes	2012	Casa de Cultura	Sarau/slam
Gama	Espaço Cultural Bagagem Cia dos Bonecos	2013	Casa de Cultura	Teatro
São Sebastião	Casa Popular de Cultura de Rua Frida Kahlo	2014	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
Planaltina	Ponto de Cultura Comuna Panteras Negras	2014	Casa de Cultura	Educação popular
Santa Maria	Espaço Cultural Um Ato	2015	Casa de Cultura	Circo
Taguatinga	Isso aqui é DF	2015	Casa de Cultura	Bailes
Sol Nascente	Coletivo Cultural e Social Sol Nascente	2015	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
Recanto das Emas	Espaço Cultural Ubuntu	2016	Casa de Cultura	Sarau/slam

Gama	Galeria Pólvora	2016	Casa de Cultura	Sarau/slam
Sol Nascente	Casa da Natureza	2016	Casa de Cultura	Educação popular
Ceilândia	Muquifo Conexão Underground	2017	Casa de Cultura	Bailes
Ceilândia	Casa Cultural 7 da Norte	2017	Casa de Cultura	Bailes
Samambaia	Casa do Projeto Popular	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
São Sebastião	Espaço Comunal Olaria	2017	Casa de Cultura	Educação popular
Planaltina	Casa Verde Jardim Cultural	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
Planaltina	Casa Mais Perifa	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
Guará	Galeria A Pilastra	2017	Casa de Cultura	Galeria de Artes
Planaltina	Trupe Espaço Criativo	2018	Casa de Cultura	Educação popular
São Sebastião	Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi	2018	Casa de Cultura	Educação popular
Estrutural	Mulheres Poderosas	2018	Casa de Cultura	Economia popular/geração de renda
Ceilândia	Casa Akotirene	2019	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
Sol Nascente	Coletivo ELFAV	2020	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
São Sebastião	Biblioteca Exu do Absurdo	2021	Casa de Cultura	Biblioteca comunitária
Taguatinga	Espaço Cultural Caracas Vei	2021	Casa de Cultura	Sarau/slam
Varjão	Casa Afrolatinas	2021	Casa de Cultura	Economia popular/geração de renda
Sol Nascente	Padaria Comunitária MTD DF	2021	Casa de Cultura	Educação popular
Sol Nascente	Cozinha Solidária MTST	2021	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
Planaltina	Cozinha Solidária Maria da Penha MTST	2021	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
São Sebastião	R4X1V Galeria de Arte	2022	Casa de Cultura	Galeria de Artes
Ceilândia	Espaço Cultural OLDSKRR	2022	Casa de Cultura	Sarau/slam
Brazlândia	Casa da Cultura MST DF	2023	Casa de Cultura	Educação popular

Fonte: elaboração própria, 2023.



Ocupações Culturais (Situação do conflito)

- Ameaça
- Inativo
- Remoção
- Suspensão
- Casas de Cultura

Áreas passíveis de remoção (Áreas Vermelhas - DF Legal)

Áreas de Regularização

- ARINE
- ARIS

3.3.2 AS OCUPAÇÕES CULTURAIS INSURGENTES: ENTRE POTÊNCIAS E CONFLITOS

Forjadas pelas múltiplas identidades e territorialidades insurgentes enunciadas pelos movimentos populares e coletivos juvenis feministas, negros e LGBTQIAP+, as Ocupações Culturais explodiram nas periferias do DF a partir da última década. Estes territórios aglutinaram e incorporaram as múltiplas pautas de luta das periferias e condensaram a diversidade de expressões socioculturais e formas alternativas de gestão coletiva da terra/território ancoradas em práticas solidárias, produzidas por uma cultura periférica subversiva ao longo de três décadas.

Assim, para além do questionamento da legalidade e do ataque à propriedade privada, que permite acionar e explicitar os conflitos sociais no espaço urbano, estas Ocupações Culturais se constituem como territórios de vida moldados pelos afetos, relações e práticas comunitárias de emancipação e formação de sujeitos periféricos, que tecem práticas coletivas de salvaguarda, pertencimento, empoderamento e afirmação de suas identidades. Desta forma, a ação política destes sujeitos vem atuando na transformação socioespacial e enfrentamento das desigualdades nas periferias do DF, marcadas pela condição de ameaça permanente, que é legitimada pela aplicação arbitrária/seletiva da legislação urbana que opera uma política repressiva de apagamento e invisibilização de territórios e práticas culturais subalternas.

JOVEM DE EXPRESSÃO

Para promover a transformação sociocultural e a construção da juventude das quebradas do DF, em 2006, foi fundada a Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS)²⁷⁶ – uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) –, que tem como missão “desenvolver ações socioculturais que promovam a inclusão e justiça social a jovens da periferia, com foco no empreendedorismo e na ocupação saudável de espaços públicos”. Com o intuito de incidir na construção de alternativas sustentáveis que ajudem a diminuir as desigualdades sociais nestes territórios, a RUAS opera a partir de seis eixos de atuação²⁷⁷: (1) Esporte e cultura urbana; (2) Comunicação comunitária; (3) Empreendedorismo juvenil; (4) Políticas públicas para juventude periférica; (5) Mobilidade Urbana e direito à cidade; e (6) Saúde e prevenção.

A RUAS acredita que a mudança no meio social em que o jovem está inserido é possível somente a partir da ocupação dos espaços públicos para a prática de atividades saudáveis e lúdicas, das manifestações artísticas, da cultura

²⁷⁶ Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS): <https://ruas.org.br/>

²⁷⁷ Todos os projetos da RUAS se inserem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

urbana, música, dança, esportes, educação, comunicação comunitária e empreendedorismo social.²⁷⁸

Ocupando a Praça do Cidadão localizada na QNM 18/20 de Ceilândia, a Rede nasce promovendo ações socioculturais e realizando mutirões de qualificação do espaço, que estava abandonado pela Administração Regional da cidade. Nesse processo de mobilização social, a RUAS cria o Jovem de Expressão (JEX)²⁷⁹ em 2007, como resposta ao alto índice de vulnerabilidade social dos jovens de Ceilândia, revelado por pesquisas. Assim, o JEX passa a ocupar um edifício da Praça do Cidadão a partir de 2010, visando promover saúde, cultura e bem-estar à juventude por meio de atividades de formação e empreendedorismo social, como oficinas, cursos de pré-vestibular e atividades culturais diversas, atendendo anualmente, uma média de 42 mil pessoas com ações em prol das comunidades.

Nesse sentido, o JEX vem realizando projetos interdisciplinares para jovens de 18 a 29 anos no território há 13 anos, a partir de três eixos estruturantes: (1) cultura; (2) educação; e (3) saúde mental. Tais eixos se ramificam em seis áreas de atuação: (1) Oficinas; (2) Cursinho preparatório; (3) Saúde Mental; (4) Cultura e rolês; (5) Editais de apoio financeiro; (6) Empreendedorismo; e a (7) Galeria Risofloras.

Dessa forma, a Ocupação realiza ciclos de oficinas de formação popular²⁸⁰ gratuitos a cada trimestre/semestre, que contam com cursos de dança e coreografia; direção e roteiro; mixagem e DJ; captação de áudio; atuação; audiovisual; produção; fotografia; entre diversos outros. Visando promover e potencializar a economia criativa e solidária, o JEX articula a potência inventiva criada pela juventude nestes ciclos de formação popular ao seu Laboratório de Empreendimentos Criativos, que busca fortalecer e incentivar os empreendimentos e tecnologias sociais desenvolvidas e criadas nos territórios periféricos do DF. Assim, a educação popular oferece à juventude oportunidades para novas formas de empreender (nas artes, danças, música e comunicação) e atua como ferramenta de empoderamento e catalisação de saberes e práticas periféricas.

Figura 53: Aulas de cursinho, fotografia realizadas pelo JEX.



Fonte: acervo do Jovem de Expressão, 2022.

²⁷⁸ Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS): <https://ruas.org.br/>

²⁷⁹ Ver site do JEX: <https://jovemdeexpressao.com.br/>

²⁸⁰ Os serviços são oferecidos a partir de parcerias junto com instituições e voluntários.

Figura 54: Aulas de DJ e dança realizadas pelo JEX.



Fonte: acervo do Jovem de Expressão, 2022.

Já o cursinho preparatório se destina a vestibulares, PAS e Enem, e se realiza semestralmente por meio de aulas híbridas (*online* e presencial) e monitoria com professores, articuladas a um apoio gratuito com a equipe multidisciplinar de saúde física e mental. Em relação à Saúde Mental, o JEX possui o “Fala Jovem”, que promove Rodas de conversa e terapia comunitária integrativa mensais para os alunos das oficinas, e o “Se Cuida Quebrada”, que promove diversas ações temáticas voltadas para o bem estar social, visando a promoção da saúde mental e a conscientização da comunidade para a importância do autocuidado.

Em relação à área de “Cultura e Rolês”, o Jovem de Expressão/RUAS realiza uma série de eventos e iniciativas culturais potentes, que se tornaram referência no cenário cultural do DF. É o caso do Elemento em Movimento²⁸¹, um dos maiores festivais de música e cultura urbana do DF; o “Ruas Convida”²⁸², que acontece desde 2018 na Praça do Cidadão e reúne uma diversidade de artistas e estéticas culturais periféricas; o Carnaflo, que realiza apresentações de DJ's da cidade, promove espaço de lazer e cultura de forma descentralizada, e também acontece na Praça do Cidadão, sendo o primeiro bloco de Carnaval dedicado à cultura urbana na Ceilândia; além do Cinedebate, entre outras ações e atividades.

Com o objetivo de expandir suas atividades e ações socioculturais, o JEX ocupou e revitalizou em 2018 o antigo posto policial (8º Batalhão da PM) que estava abandonado na Praça, para dar lugar à cultura e à arte, transformando-o em um Galpão Cultural, que passou a abrigar sala de dança, teatro de bolso, estúdio audiovisual, cinema, além da primeira galeria de artes de Ceilândia, a Risofloras²⁸³, uma das poucas fora do Plano Piloto, criada para funcionar como

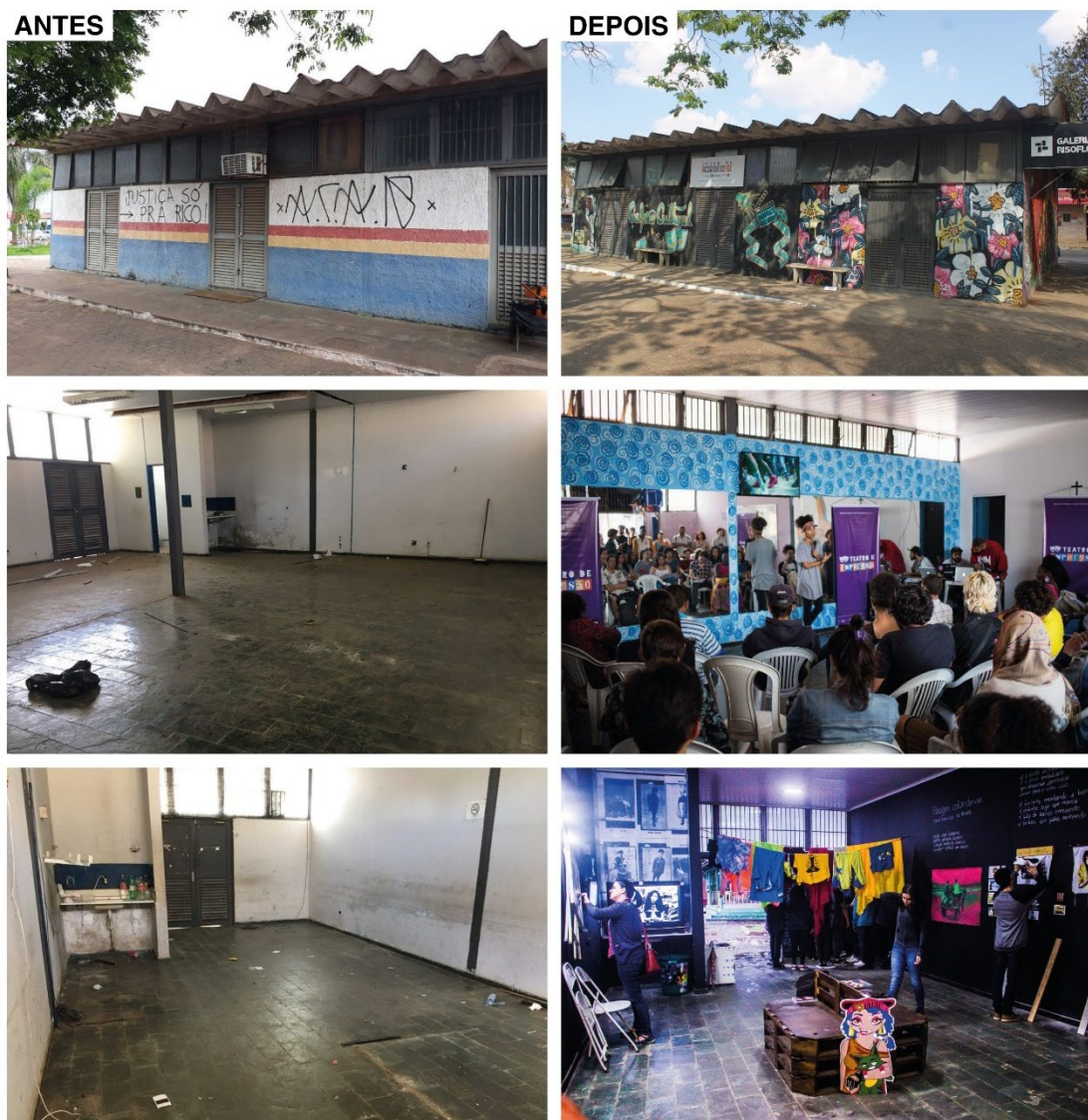
²⁸¹ Foram realizadas cinco edições até o momento. O Elemento conta com 3 meses de formação para o mercado de eventos, dois de seminário Diálogos em Movimento, dois dias de programação musical, dois palcos, feira empreendedora e praça de esportes.

²⁸² Foram realizadas cinco edições de 2018 a 2020: RUAS Convida Djonga; RUAS Convida Makossa; RUAS Convida Marina Peralta e BNegão; RUAS Convida Baile Funk; RUAS Convida Samba; e RUAS Convida Edição RAP *live*.

²⁸³ Ver rede social da Galeria: <https://www.instagram.com/galeriarisofloras/>

espaço de conexão, difusão e potencialização de artistas, obras e estéticas culturais produzidas nas/pelas periferias.

Figura 55: Antes e depois da ocupação no Galpão Cultural do JEX.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2018.

Entretanto, mesmo tendo realizado mais de 400 atividades e demonstrado sua potência na ressignificação e qualificação do território, em outubro de 2021, o Galpão foi ameaçado²⁸⁴ de reintegração de posse pela própria Administração de Ceilândia, que declarou que o edifício – que é público – passaria a ser ocupado pela expansão (depósito) da Farmácia de Alto Custo que também ocupa a Praça, desalojando a Ocupação Cultural, mesmo com vários espaços abandonados e ociosos na cidade. Tal ameaça de remoção ocorreu em plena pandemia, período que o Galpão não podia realizar atividades presenciais. Se aproveitando desta

²⁸⁴ Ver “Galpão Cultural da Ceilândia sofre com o possível encerramento das atividades”: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/cultura/2021/10/4955451-galpao-cultural-da-ceilandia-sofre-com-o-possivel-encerramento-das-atividades.html>

situação de vulnerabilidade, a Administração Regional alegou que o espaço não estava sendo utilizado, como manobra discursiva para justificar a retirada das atividades culturais.

Nesses quatro anos de existência, já foram mais de 400 atividades que promoveram saúde mental e corporal para a população e transformaram realidades a partir do uso saudável do espaço público. Lutamos há anos para que seja dada a cessão de uso definitiva para garantia da manutenção dos trabalhos desenvolvidos. Queremos continuar realizando nossas atividades e estamos abertos ao diálogo com as autoridades. Pedimos que a Administração da Ceilândia se posicione sobre a intenção de encerrar as atividades do Galpão Cultural do Jovem de Expressão (Jovem de Expressão, 2021).²⁸⁵

Tal justificativa rompe com as tentativas de diálogo realizadas pelo JEX/RUAS, que em 2019, enviou um ofício à Administração da cidade, para dar início ao processo de solicitação da cessão de uso²⁸⁶, pois o espaço funciona sem nenhum instrumento que permita/conceda legalmente seu uso, e além disso, os edifícios ocupados sequer existiam em planta na SEDUH/DF. Tal ameaça também contraria a parceria²⁸⁷ firmada entre a Administração Regional de Ceilândia e o JEX por meio do Programa Adote uma Praça²⁸⁸, ocorrida meses antes da ameaça de remoção do Galpão. Esta parceria reconhece a importância do trabalho realizado pelo JEX/RUAS na qualificação e apropriação da Praça do Cidadão, e prevê a revitalização de todo o espaço como reforma do parquinho, pintura e troca de bancos, pintura da quadra, jardinagem e instalação de lixeiras. Alegando tal contradição, a Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Arlete Sampaio (PT), enviou um ofício à Administração Regional da cidade, questionando a retirada do espaço:

Não fazem nem dez meses, conforme se lê em notícia da Agência Brasília de 16/12/2020, que a instituição Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS, responsável por esse projeto, recebeu a certificação dessa Administração e da Secretaria de Projetos Especiais – SEPE pela parceria no programa Adote uma Praça, como “exemplo para todas as outras cidades do Distrito Federal”. O que foi que mudou? Como é que ora se faz esse tipo de reconhecimento público para, menos de um ano depois, cogitar-se da retirada de um projeto de reconhecida eficácia enquanto política voltada para a juventude por meio de ações culturais e do exercício da convivência pacífica? (Sampaio, 2021)

²⁸⁵ “NOTA SOBRE A AMEAÇA DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO GALPÃO CULTURAL DO JOVEM DE EXPRESSÃO”: <https://jovemdeexpressao.com.br/manifesto/>

²⁸⁶ Com o objetivo de conceder o direito de uso do edifício aos coletivos e entidades culturais, é utilizada a **cessão de uso**. Hely Meirelles (2001) conceitua este instrumento da seguinte maneira: “transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado”. A Lei Distrital nº 5.730/2016, no inciso I, do seu art. 2º, autorizou a cessão de uso de imóveis às entidades “**sem fins lucrativos que exerçam atividades de cunho assistencial, religioso, cultural e recreativo, desde que o imóvel seja utilizado, exclusivamente, para atender aos objetivos estatutários das entidades**”, observando, no parágrafo único, que o tempo determinado da cessão de uso, “**deve ser proporcional ao período de desempenho dos objetivos determinados em estatuto**”.

²⁸⁷ Ver “Em Ceilândia, Praça do Cidadão é adotada e será revitalizada”:

<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/21/em-ceilandia-praca-do-cidadao-e-adotada-e-sera-revitalizada/>

²⁸⁸ Programa coordenado pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais (Sepe).

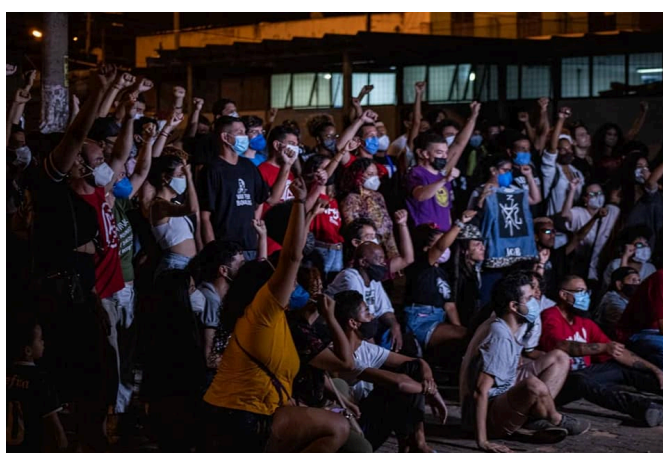
Em reação/resistência a esse processo de reintegração de posse do Galpão, diversos movimentos e coletivos se uniram num amplo movimento “#oJEXfica”, que imediatamente lançou um Manifesto e uma petição online intitulada “JOVEM DE EXPRESSÃO FICA!”²⁸⁹, que contou com quase 10 mil assinaturas pela permanência do JEX/RUAS no local; e convocou centenas de jovens, deputados/as, integrantes de movimentos sociais, associações e coletivos do DF, que ocuparam massivamente a Praça do Cidadão numa “Vigília pela Cultura em defesa do Jovem de Expressão”²⁹⁰, que durou mais de 24 horas com uma intensa programação cultural:

Figura 57: Programação da Vigília pela Cultura em defesa do Jovem de Expressão.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2021.

Figura 56: Vigília Cultural #oJEXFICA.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2021.

No final das contas a gente precisa entender o real motivo, eles não querem paredes, eles não querem depósitos. Eles querem fazer a gente se sentir deslocado. [...] Cede pra *nóis* que *nóis* ocupa e monta outro espaço cultural²⁹¹.

Após intensa pressão e mobilização popular em defesa da Ocupação por meio de variadas estratégias de luta e articulações institucionais, o MPDFT convoca uma reunião para resolver este impasse, que contou com a presença de representantes do JEX/RUAS, da Administração de Ceilândia, da Secretaria de Saúde do DF, da SEDUH/DF, da Secretaria de Cultura do DF, e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP/CLDF). Ao final da reunião, o Ministério Público determinou os seguintes encaminhamentos, constados na ata:

(1) Será providenciada a regularização do local atualmente ocupado pelo “Jovem de Expressão”, considerando que já há um procedimento em curso

²⁸⁹ Petição online “JOVEM DE EXPRESSÃO FICA!”:

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/governo_do_distrito_federal_jovem_de_expressao_fica/

²⁹⁰ Ver “Movimentos e artistas fazem vigília cultural em defesa do Jovem de Expressão”:

<https://www.brasildefatodf.com.br/2021/10/22/movimentos-e-artistas-fazem-vigilia-cultural-em-defesa-do-jovem-de-expressao>

²⁹¹ Frase dita por integrante do movimento durante a Vigília pela Cultura em Defesa do JEX.

na carga da SEDUH/DF, sendo definido tanto a propriedade quanto a possibilidade de cessão de uso do local, em seguida encaminhará o procedimento para o órgão responsável pela efetivação da cessão, que pode ser tanto a Gerência de Patrimônio Cultural quanto a Administração Regional de Ceilândia, sendo que esta já se comprometeu a realizar a cessão caso seja de sua competência; (2) A Farmácia de Alto Custo definirá o imóvel do novo local de seu funcionamento, em conjunto com a Administração Regional de Ceilândia, e instaurará Procedimento Administrativo para formalização e realização dos projetos com esse fim. (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2022)

Assim, a Administração de Ceilândia se comprometeu em oferecer a cessão de uso após o processo de regularização do espaço ser concluído pela SEDUH/DF²⁹². Tal decisão²⁹³ demonstra a força da ação política da juventude periférica e a potência de mobilização da rede de coletivos e movimentos sociais periféricos na defesa do território, além de representar uma vitória significativa para o JEX/RUAS, que já vinha lutando há anos pela sua regularização e permanência.

Essas redes territoriais de apoio e solidariedade de coletivos foram fundamentais no enfrentamento e amenização dos impactos causados pelo covid-19 nas periferias do DF, como o aumento vertiginoso da fome e do desemprego. Mesmo diante das ameaças de remoção, desde o começo da pandemia, o JEX/RUAS junto a coletivos e parcerias, atuou na organização e impulsionamento de ações, que visaram atender famílias em situação de vulnerabilidade social. Neste período, o JEX/RUAS se mobilizou para identificar as pessoas mais necessitadas, criando uma lista com mais de 5 mil famílias cadastradas, e a partir desta demanda, lançou o Fundo de Apoio às Periferias do DF²⁹⁴, com arrecadações feitas via financiamento coletivo, que contou com o apoio dos diversos coletivos e empresas. A partir desta rede de solidariedade, o Fundo conseguiu atender mais de 7 mil famílias, arrecadar mais de 100 toneladas de alimentos, mais de 1 milhão em recursos e distribuir mais de 1400 vale-gás, além de kits de higiene à população.

Há 15 anos na luta pela juventude, promovendo ações voltadas à saúde, cultura e bem-estar por meio de diversas frentes de atuação e formação popular, em 2023, o Jovem de Expressão foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus como Ponto de Memória do DF, o que comprova a importância das ações e tecnologias sociais desenvolvidas e elaboradas pela juventude periférica durante a trajetória de luta do território, “pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território, visando à identificação, registro, pesquisa e

²⁹² A regularização do espaço já foi aprovada em Audiência Pública: <https://www.seduh.df.gov.br/populacao-aprova-regularizacao-de-areas-em-ceilandia/>

²⁹³ Decisão judicial MPDFT: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2022/13717-projeto-social-permanecera-em-predio-publico-no-centro-de-ceilandia-farmacia-de-alto-custo-funcionara-em-outro-local>

²⁹⁴ Ler “Ruas lança novo financiamento coletivo para apoiar famílias do DF e Entorno”: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/05/19/interna_diversao_arte.856391/ruas-lanca-novo-financiamento-coletivo-para-apoiar-familias-do-df-e-en.shtml

promoção do patrimônio material e imaterial, contribuindo para o reconhecimento e valorização da memória social brasileira”²⁹⁵.

Segundo a coordenadora da Ocupação, Rayane Soares, este reconhecimento oferece legitimidade às ações realizadas no território e é uma forma estratégica de deixá-lo “mais forte, se tiver algum outro tipo de ataque”²⁹⁶. Tal afirmação revela a condição de transitoriedade permanente (Rolnik, 2015) destes territórios periféricos, que mesmo sendo reconhecidos de variadas formas pelas suas ações sociais de enfrentamento às desigualdades e de qualificação/ressignificação de espaços urbanos anteriormente degradados, ainda permanecem sob constante ameaça de remoção.

ESPAÇO CULTURAL FILHOS DO QUILOMBO

Outro território de resistência em Ceilândia, é o Espaço Cultural Filhos do Quilombo²⁹⁷, onde grupos culturais e capoeiristas ocuparam em 2010 uma área pública (QNP 01/05) composta por seis lotes que estavam abandonados e eram utilizados como depósito de lixo, com o objetivo de promover e difundir a cultura popular afro brasileira de matriz africana como instrumento de emancipação por meio de práticas de inclusão socioeducacionais voltadas a jovens em situação de extrema vulnerabilidade social e que não possuem acesso à cultura/lazer.

Figura 58: Praça do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.



Fonte: acervo Filhos do Quilombo, 2016.

²⁹⁵ Ver “JEX recebe certificado de ponto de memória”: <https://jovemdeexpressao.com.br/certificado-de-ponto-de-memoria/>

²⁹⁶ Ver “Jovem de Expressão é reconhecido como Ponto de Memória do DF”:

<https://www.brasildefatodf.com.br/2023/08/04/jovem-de-expressao-e-reconhecido-com-ponto-de-memoria-do-df>

²⁹⁷ Ver rede social: <https://www.instagram.com/filhosdoquilombo/>

Coordenado pelo contramestre de capoeira Lagartixa, o espaço atende cerca de oito comunidades do entorno, oferecendo aulas gratuitas de capoeira, artesanato, música, grafite, teatro, frevo e brincadeiras populares, além de promover diversas feiras de empreendimentos locais e brechós solidários. Todas estas práticas e expressões socioculturais da Ocupação são aglutinadas no evento “Rebelião Cultural Transformação” (Figuras 59 e 60), que acontece anualmente na semana da consciência negra e já conta com sete edições. Mesmo em período de isolamento social na pandemia, a ocupação continuou ativa, conseguindo ser contemplada com recursos do FAC para execução de seu projeto “Quilombo-ON”, composto por ciclos de oficinas de capoeira, percussão, grafite e macramê, que foram realizados de modo *online*, no Youtube.

Figura 60: Edição 2019 da Rebelião Cultural Transformação.



Fonte: acervo Filhos do Quilombo, 2019.

Figura 59: Edição 2020 da Rebelião Cultural Transformação.



Fonte: acervo Filhos do Quilombo, 2020.

Em maio de 2022, o Quilombo Urbano sofre um duro golpe do Estado. Sem nenhum aviso prévio ou notificação, os tratores do GDF chegam ao território derrubando sua estrutura física e danificando os instrumentos e materiais utilizados nas aulas. Para justificar tal operação, o DF Legal informou²⁹⁸ que, “após diversas reclamações da comunidade por meio da ouvidoria, a equipe foi ao local e constatou que se trata de um cercamento de área pública, que é ilegal”.

²⁹⁸ Ver “DF Legal derruba estrutura de centro cultural africano em Ceilândia “. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-legal-derruba-estrutura-de-centro-cultural-africano-em-ceilandia>

Figura 62: Derrubada do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.



Fonte: elaboração própria/Despejo Zero DF, 2022.

Figura 61: Derrubada do Espaço Cultural Filhos do Quilombo.



Fonte: Brasil de Fato DF, 2022.

Tal discurso contraria o reconhecimento dado ao espaço, que recebeu o Prêmio Cultura Viva em 2018 pela Secult-DF, e a parceria obtida pela NOVACAP, que desde 2016, possui um projeto para a construção da “Praça Filhos do Quilombo”, como argumenta o contramestre Lagartixa, que também teve seu trabalho reconhecido pela medalha do Mérito Dignidade Humana, concedida pela SUBAV (Secretaria de Apoio às Vítimas de Violência):

A gente tem uma planta do espaço, feita pelo governo passado. Nessa planta, se liberava essa área que foi derrubada para a construção da Praça Filhos do Quilombo. Ficou de ser levantado o valor dessa planta para que, a partir de emenda parlamentar, pudéssemos construir esse espaço. Só que com a troca de governo, bagunçou tudo. E a resposta que veio foi essa. [...] Por ser uma área de seis lotes, e valer dinheiro, sabemos que tem gente de olho. Isso é má fé. Eles querem procurar um motivo. Infelizmente, o motivo é marginalizar o negro da periferia. [...] A gente não vai ter espaço para trabalhar com a toda a garotada que trabalhávamos antes, e eles vão ficar ociosos. Com certeza, vai aumentar o índice de criminalidade na comunidade [...] ²⁹⁹

No dia seguinte à derrubada, a ocupação mobiliza e convoca um “Ato de apoio ao Espaço Cultural Filhos do Quilombo” em defesa da cultura e contra a política autoritária e higienista do GDF, que contou com a presença de diversos coletivos culturais periféricos, movimentos sociais e representantes de gabinetes da CLDF, tais como: Casa da Natureza, Coletivo ELFAV e Coletivo Cultural e Social Sol Nascente (Sol Nascente); Coletiva Filhas da Terra, Jovem de Expressão, Grupo Atitude e Instituto Cultural Menino de Ceilândia (Ceilândia); Max Maciel (PSOL-DF); Erika Kokay (PT); e representantes de batalhas de rima.

²⁹⁹ Entrevista disponível na matéria de Vanessa Galassi no site do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF): <https://www.sinprodf.org.br/gdf-derruba-espaco-de-cultura-para-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-social/>

INSTITUTO CULTURAL MENINO DE CEILÂNDIA

Fundado em 1995 com o intuito de suprir a falta de entretenimento e de atividades culturais de forma democrática e gratuita na cidade, o grupo cultural Menino de Ceilândia começou como bloco de carnaval, e há 28³⁰⁰ anos vem embalando as ruas de Ceilândia com cultura popular nordestina, bonecos gigantes, orquestras, passistas e muito frevo. Mas foi só a partir de 2005, depois de se tornar Ponto de Cultura a partir do edital do MinC, que o grupo conquistou uma sede fixa com equipamentos, que o possibilitaram oferecer outros tipos de atividades e formações socioculturais para a comunidade.

Figura 64: Bloco de Carnaval Menino de Ceilândia.



Fonte: acervo Instituto Cultural Menino de Ceilândia, 2016.

Figura 63: Bloco de Carnaval Menino de Ceilândia.



Fonte: acervo Instituto Cultural Menino de Ceilândia, 2018.

Em 2014, o Instituto Cultural Menino de Ceilândia ocupa o edifício público ocioso de uma antiga Creche na QNQ/05 que foi desativada, por meio de um acordo com a Administração Regional de Ceilândia e os antigos diretores do espaço, que autorizaram o grupo a ocupar o território. Após a ocupação, além do Bloco de Carnaval, o grupo que vem incidindo fortemente na educação popular da comunidade, oferecendo cursos e oficinas de frevo e brincadeiras populares, música, audiovisual³⁰¹, literatura, fotografia, serigrafia, costura e artesanato voltado à confecção/fabricação de bonecos gigantes e instrumentos musicais. Também vem atuando com práticas de saúde e autocuidado como terapias comunitárias e meditação, além de fortalecer e potencializar a economia popular local com bazar e brechós solidários. No entanto, a qualquer momento, tais atividades correm risco de serem interrompidas, pois a autorização

³⁰⁰ Ver “Exposição comemora 27 anos do bloco carnavalesco Menino de Ceilândia”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/01/4977254-exposicao-comemora-27-anos-do-bloco-menino-de-ceilandia.html>

³⁰¹ Ver “Projeto social de Ceilândia oferece oficinas gratuitas de audiovisual”: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/10/4954284-projeto-social-de-ceilandia-oferece-oficinas-gratuitas-de-audiovisual.html>

de uso pode ser revogada e não oferece nenhuma segurança de posse do espaço, pois não se trata de uma cessão de uso.

Figura 65: Educação sobre cultura popular e frevo para crianças.



Fonte: acervo Instituto Cultural Menino de Ceilândia, 2022.

ESPAÇO IMAGINÁRIO CULTURAL

Em Samambaia, também há uma efervescência artística e cultural insurgente que pulsa a partir de seus movimentos juninos, grupos de teatro e de circo. Como vimos, a luta pela reivindicação e construção do Complexo Cultural demonstrou a capacidade da organização popular e a potência cultural inventiva da cidade, aglutinando uma multiplicidade de artistas, movimentos e coletivos culturais na criação dos Saraus, que enunciaram circuitos culturais alternativos e potencializaram os fazeres e práticas locais e regionais.

O Espaço Imaginário Cultural³⁰² é um dos símbolos de resistência de Samambaia. O espaço é resultado da união das diferentes vertentes culturais dos grupos Roupas de Ensaio voltado à cultura popular e o Fábrica de Teatro, que viram a necessidade de um espaço cultural público e alternativo na cidade, que aglutinasse as diversas manifestações culturais e linguagens artísticas do DF, e promovesse o intercâmbio e potencialização da cultura local, se inserindo como território de difusão e catalisação de saberes e práticas, de modo a contribuir na descentralização cultural e criação de circuitos artísticos populares.

Em 2011, estes grupos e artistas ocuparam um Centro Comunitário (QS 103) que estava abandonado, e por meio de cessão de uso (válida até 2019), que contava com vigilância 24

³⁰² Ver rede social do Imaginário Cultural: <https://www.instagram.com/imaginarioculturaloficial/>

horas e limpeza oferecidas pela Administração Regional de Samambaia, legitimaram a apropriação do edifício. Assim, a partir de mutirões e campanhas de doação solidárias feitas pela própria comunidade, os artistas reformaram as salas, jardins e guaritas, dando vida ao território.

Figura 66: Antes e depois da Ocupação do Espaço Imaginário Cultural.



Fonte: acervo Espaço Imaginário Cultural, 2014; acervo Josuel Junior, 2019.

Durante dez anos no espaço, o Imaginário promoveu diversas atividades gratuitas como saraus, apresentações teatrais e circenses, dança popular, batalhas de rima, o “cineclubes imaginário”; ofereceram cursos e oficinas de teatro de bonecos, música, violão, capoeira, grafite, *hip-hop*, gestão de espaços e projetos culturais, empreendedorismo, etc.; promoveram feiras de empreendimentos locais e brechós solidários; rodas de conversa sobre economia solidária e atividades voltadas à saúde mental, corporal e sexual da mulher e LGBTQIAP+, dentre tantas outras atividades.

Figura 67: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Imaginário Cultural.



Fonte: acervo Espaço Imaginário Cultural, 2017.

Figura 68: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Imaginário Cultural.



Fonte: acervo Espaço Imaginário Cultural, 2018.

Visando criar e potencializar circuitos artístico-culturais locais/regionais contra-hegemônicos e periféricos afim de descentralizar e expandir a arte para além do Plano Piloto, a Ocupação criou o evento denominado “Eixo Imaginário: arte fora do Plano”, que aglutina todas as expressões e práticas socioculturais desenvolvidas no território, que demonstram a potência e diversidade da produção cultural insurgente do DF. O evento, que é financiado com recursos do FAC, é composto por quatro eixos: (1) Rua de lazer, que acontece na rua da ocupação, destinado a brincadeiras e apresentações teatrais e musicais para o público infantojuvenil; (2) Imaginário Convida, destinado a apresentações de grupos teatrais para adultos; (3) Matiné Imaginário, com grupos de teatro infantojuvenil; e o (4) Café Imaginário, com rodas de conversa e trocas de experiência entre artistas e coletivos culturais.

Figura 70: Eixo Imaginário no Jornal Destak.

Destak **DIVERSÃO & ARTE** 13

Projeto leva cultura e lazer às regiões do DF

● O projeto Eixo Imaginário - Arte fora do Plano - entra em sua segunda edição neste mês de janeiro, após uma temporada de sucesso no último ano. A festa trará muitas atrações artísticas para a população de Samambaia e de cidades vizinhas, como Recanto das Emas, Ceilândia e Taguatinga.

O evento tem programação para todos os públicos. Os adultos, podem participar de dois projetos: “O Imaginário Convida”, que levará espetáculos brasileiros e o “Café Imaginário”, que contará

com um bate-papo entre público e artistas ao final das apresentações. Para o público infantil, a “Rua de Lazer” terá diversas atividades durante o dia, assim como o “Matiné Imaginário”, que terá uma programação de teatros infantojuvenis.

Além das apresentações, cinco oficinas com professores e artistas do DF serão oferecidas.

EIXO IMAGINÁRIO, amanhã, às 20 h, na Samambaia Sul (QS 103). Gratuito. C.I. Livre.

DIVULGAÇÃO

O Eixo Imaginário teve início em 2017 e se tornou uma opção fora do Plano

Fonte: acervo Imaginário Cultural, 2018.

Figura 69: Programação Eixo Imaginário.

EIXO IMAGINÁRIO
entrada gratuita
ARTE FORA DO PLANO

PROGRAMAÇÃO MARÇO/2018

18/03 DOMINGO 13h às 17h - Rua de Lazer
Uma tarde de diversão e atividades para crianças.

17h - Matiné Imaginário
Espetáculo:
O ROMANCE DO VAQUEIRO BENEDITO.
(Grupo Mamulengo Presepada)

24/03 SÁBADO 20h - Imaginário Convida
Espetáculo:
SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO.
(Grupo Celeiro das Antas)

21h - Café Imaginário
Bate papo entre o público e os artistas do Grupo Celeiro das Antas.

Espaço Imaginário Cultural
Q5 103 Conj. 09 Lote 05 - Samambaia Sul/DF
contato@imaginariocultural@gmail.com / 3013-1610

Fonte: acervo Imaginário Cultural, 2018.

Como afirma a coordenadora do espaço Marília Abreu em entrevista ao Correio Braziliense³⁰³, a ampliação desses eixos de produção cultural periférica para fora do Plano, contribuem ativamente para dar visibilidade às produções e estéticas subalternas e fortalecer a identidade da população, que passa a se reconhecer através de sua própria arte, criando “a possibilidade de fomento promovido por uma região que está, cada dia mais, se mobilizando, se mostrando e se unindo em prol do desenvolvimento cultural do DF como um todo”.

No entanto, para manter toda essa diversidade de produções e atividades culturais, o espaço enfrentou diversas dificuldades e reiteradas ameaças de fechamento. Ao longo dos anos, a Administração Regional de Samambaia foi cortando os serviços oferecidos à Ocupação, que em 2018 perdeu a vigilância e em 2019 a equipe de limpeza. A partir desse processo de desmonte e vulnerabilização promovido pela Administração, o território passou a enfrentar sucessivos roubos ocorridos pela falta de vigilância e segurança no local, além de dificuldades financeiras adquiridas durante a pandemia, como gastos com manutenções, energia e a falta de recursos que foram insuficientes com editais emergenciais. Em entrevista, a coordenadora Marília Abreu comenta sobre as diversas dificuldades e impasses que o Imaginário Cultural enfrentou durante a pandemia:

Com os decretos de suspensão, todas as atividades do espaço foram paralisadas. As contas do local estão sendo pagas com recurso próprio dos integrantes ou foram suspensas, como ocorreu com a internet e o telefone. Vínhamos sofrendo muito porque tivemos o espaço roubado cinco vezes em dois meses, e, com isso, perdemos todos os nossos equipamentos, incluindo *notebook* e materiais de trabalho. Tivemos que arcar com investimento em segurança, colocando grades até no teto da secretaria do espaço, o que nos deixou absolutamente desprovidos de qualquer recurso. Com a chegada da pandemia, isso só se agravou ainda mais. E não poderemos exercer nossas atividades é o que mais nos traz prejuízos. [...] Necessitamos de recursos financeiros, principalmente para sobrevivência da maior parte da equipe que trabalha apenas com arte e cultura, e para a manutenção do espaço com a limpeza, despesas com internet, telefone, contador e outros. Temos nos inscrito nos editais emergenciais. Há também recurso proveniente de emenda parlamentar para executar, mas travada na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.³⁰⁴

Após reiterados roubos e ameaças de fechamento, acúmulo de dívidas, falta de recursos públicos e de apoio e incentivo da própria Administração, aliados à dificuldade de manutenção do espaço durante a pandemia, o Espaço Imaginário teve que fechar suas portas em 2021, quando sua cessão de uso finalizou. Diante de tantas dificuldades, o espaço preferiu não

³⁰³ Entrevista realizada por Geovana Melo, disponível na matéria “Eixo Imaginário descentraliza a cultura no DF”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/08/4867618-como-os-coletivos-culturais-do-df-enfrentam-as-dificuldades-e-se-reinventam-na-pandemia.html>

³⁰⁴ Entrevista realizada por Geovana Melo, disponível na matéria “Como os coletivos culturais do DF enfrentam as dificuldades e se reinventam na pandemia”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/08/4867618-como-os-coletivos-culturais-do-df-enfrentam-as-dificuldades-e-se-reinventam-na-pandemia.html>

renová-la. Atualmente, a associação integra/participa ativamente da programação do Complexo Cultural da cidade.

ESPAÇO GALPÃO DO RISO

Em 2003, nasceu o Espaço Galpão do Riso³⁰⁵, o primeiro espaço cultural alternativo de Samambaia voltado para atividades socioculturais, com o intuito de ser um território onde artistas pudessem ensinar, ensaiar, se apresentar e desenvolver seus processos criativos. Sua primeira sede foi um galpão abandonado no Parque Ecológico Três Meninas, cedido pela Administração Regional. Em 2011, seus integrantes ocuparam e revitalizaram um Centro Comunitário público (QR 405) que se encontrava ocioso há mais de dois anos, onde se consolidaram como um importante centro periférico de pesquisa, difusão e ensino da arte no Distrito Federal.

Figura 71: Antes e depois da ocupação do Centro Comunitário pelo Galpão do Riso.



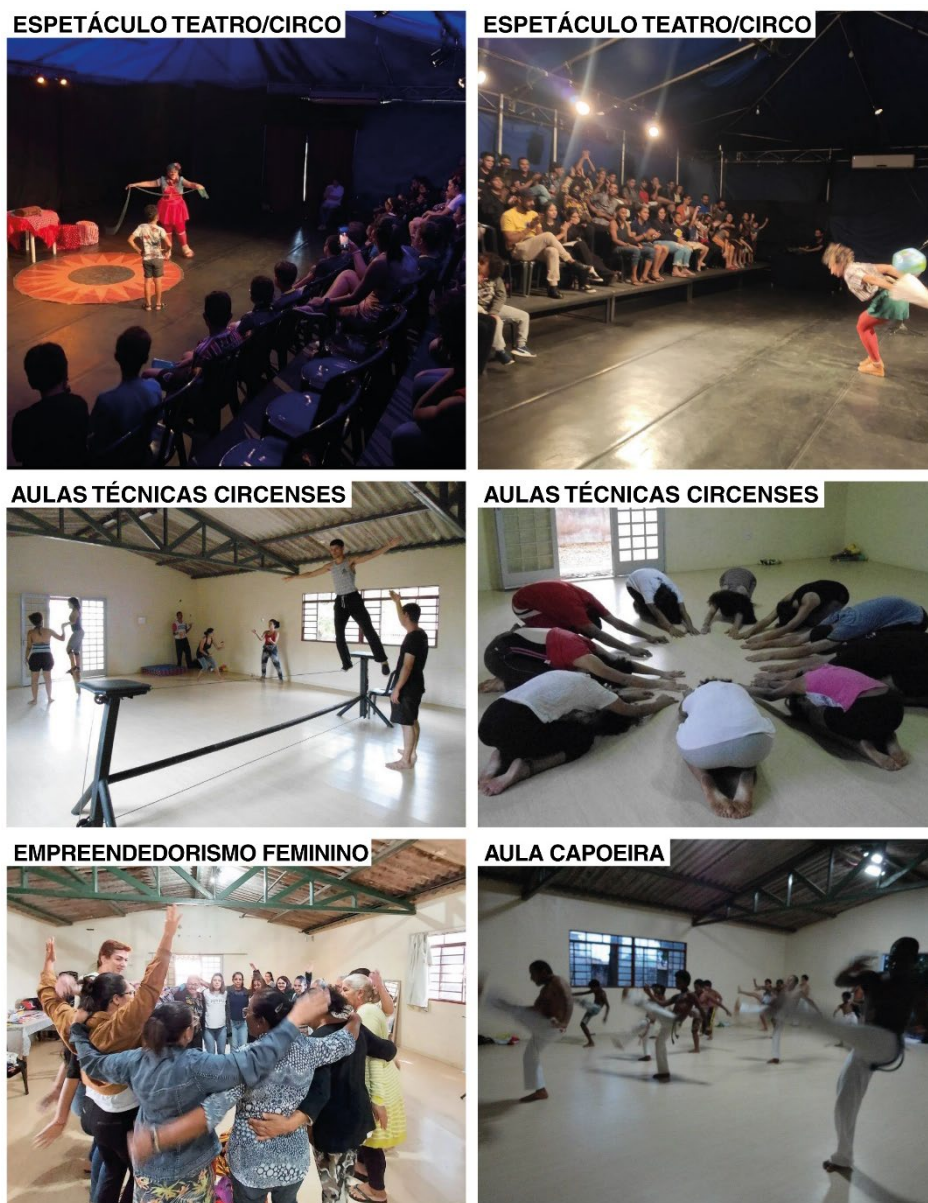
Fonte: acervo Espaço Galpão do Riso, 2012; 2021.

Com o objetivo de despertar vivências e reflexões por meio do teatro e do circo, o Galpão busca potencializar a circulação cultural no DF de maneira descentralizada, promovendo e realizando espetáculos e apresentações teatrais e circenses; cursos e oficinas de circo e técnicas circenses, teatro, dança, capoeira, práticas e pedagogias na palhaçaria, artesanato

³⁰⁵ Ver rede social do Galpão do Riso: <https://www.instagram.com/galpaodoriso/>

voltado para mulheres, etc.; práticas socioambientais para o público infantojuvenil, como compostagem orgânica; cineclubes; rodas de conversa sobre saúde da mulher; cursos e ações voltadas ao empoderamento e empreendedorismo feminino, dentre várias outras atividades socioculturais.

Figura 72: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Galpão do Riso.



Fonte: acervo Espaço Galpão do Riso, 2012; 2023.

No entanto, o espaço também sofreu reiteradas ameaças de fechamento. Em agosto de 2021, em plena pandemia, o Espaço recebeu uma notificação³⁰⁶ de despejo da Administração de Samambaia, alegando que os representantes da Ocupação não assinaram o Termo de

³⁰⁶ Ler “Galpão do Riso tem 72 horas para sair de Centro Comunitário”: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4946319-galpao-do-riso-tem-72-horas-para-sair-de-centro-comunitario.html>

cessão de uso – solicitado em 2019 – por não terem concordado com a obrigatoriedade de arcar com as despesas de água e energia elétrica do espaço, que segundo a Administração, já vinham acumulando há anos. Em reação à situação de iminente remoção, o Galpão do Riso mobiliza a campanha “#ficaGalpãodoRiso” nas redes sociais, que contou com diversos artistas, movimentos e coletivos culturais em defesa do território. Durante tal mobilização, o Espaço lança uma nota, contrapondo a situação a partir de suas dificuldades em manter o Espaço ao longo dos anos:

Nossa permanência era garantida pelas atividades artísticas, formativas e manutenção do espaço, em troca de espaço físico, segurança, água, luz e IPTU. Em 2017 retiraram nossos vigias do espaço de uma hora para outra, arbitrariamente. E desde 2019 querem que arquem com as despesas de água, luz e IPTU, sendo que não temos condições financeiras para tanto.³⁰⁷

Ou seja, em plena pandemia, quando estava em curso um desmonte progressivo do FAC e das políticas culturais, e o Distrito Federal registrava o maior aumento da pobreza no país (FGV Ibre, 2021), a Administração de Samambaia decide despejar o Galpão, que teria “72 horas para sair de Centro Comunitário”. Tal decisão revela como a Administração foi incapaz de reconhecer a importância do movimento cultural que o Galpão construiu na cidade, desenvolvendo ações formativas para a classe artística do DF e movimentando a cultura local/regional, além do seu potencial em qualificar e dar função social ao espaço, anteriormente abandonado.

Como resultado da pressão e mobilização social promovida pelos movimentos culturais, a Administração marcou uma reunião para resolver a situação com diálogo entre as partes, que contou com a presença de representantes do Conselho Regional de Cultura da cidade, da OAB/DF, dos Espaços Culturais Independentes do DF e da UnB, por meio de carta de vínculo. Após a reunião, o Galpão lança uma nota nas redes sociais:

Refletimos que o desafio não se resume, apenas, em cumprir cláusulas de uma lei, que no momento inviabiliza a vida do Galpão do Riso e também coloca em risco administrativo os servidores públicos da administração se não for cumprida. Mas em encontrar um outro instrumento jurídico amparado pela legislação, para resolvermos o que ficou bem claro hoje, tanto para a equipe presente do Galpão do Riso, quanto para a administração da cidade, que é a continuidade e permanência do Espaço Galpão do Riso vivo na cidade. [...] Teremos todos, poder público e Espaço Galpão do Riso, 60 dias para nos debruçar e encontrar o mecanismo jurídico justo e mais condizente com o fazer cultural para regularizar a PARCERIA entre o Espaço Galpão do Riso e a Administração Regional de Samambaia DF.³⁰⁸

Fica clara a fragilidade e instabilidade desses espaços diante dos ataques sistemáticos do Estado, além das limitações jurídicas dos instrumentos existentes, que se restringem,

³⁰⁷ Nota do Galpão do Riso frente à ameaça iminente de remoção do espaço: <https://www.instagram.com/p/CTCfuRDFz3P/>

³⁰⁸ Nota “Atualização sobre a situação do Espaço Galpão do Riso”: <https://www.instagram.com/p/CTF-j3RI7kQ/>

basicamente, à cessão de uso, o que mostra a inexistência de instrumentos urbanísticos que promovam a permanência e proteção desses territórios culturais periféricos no DF. Segundo João Porto, coordenador do Galpão, em matéria do Correio Braziliense³⁰⁹, “é preciso encontrar uma lei nova que abra caminhos para os artistas utilizarem o ambiente de forma permanente”, pois:

É um exercício de cidadania, no final das contas. Dentro da legalidade, queremos que a cidade cresça culturalmente. Se cumpre a lei e se mata um espaço público, ou se entende que ele é muito importante para a cidade e que acrescenta no desenvolvimento sociocultural.³¹⁰

Mesmo com tais impasses e dificuldades – que ainda persistem –, o Galpão permanece resistindo no território.

ESPAÇO SEMENTE CIA DE TEATRO

Fundado em 2007, o Espaço Semente Cia de Teatro³¹¹ surge com o objetivo de promover cultura e arte feita por e para sujeitos periféricos das comunidades do Gama, cidade que possui apenas uma biblioteca pública e nenhuma sala de cinema, pois o Cine Itapuã³¹² – segundo cinema a funcionar no DF – está fechado e abandonado desde 2005, e nos últimos anos vem sendo objeto de revitalização/reforma, que ainda não saiu do papel³¹³.

Visando contribuir na democratização da cultura como instrumento de transformação social, a trajetória do Espaço Semente se inicia num subsolo de uma loja de informática administrada pelo diretor e ator Valdeci Moreira, mediante pagamento de aluguel, onde já ocorriam diversos ensaios, oficinas de iniciação teatral, saraus e exposições de artes visuais, e também funcionava uma biblioteca comunitária e colaborativa. Ao longo dos anos, o Espaço se destacou na cena cultural local/regional com uma quantidade crescente de eventos, o que fez a Administração Regional do Gama conceder ao Semente, em novembro de 2013, a cessão de uso de um edifício público abandonado há 16 anos, onde funcionava anteriormente a Associação dos Artesãos do Gama, em reconhecimento às contribuições do Espaço Semente à comunidade (Souza, 2020).

³⁰⁹ Ver ameaça de despejo do Galpão do Riso: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4946319-galpao-do-riso-tem-72-horas-para-sair-de-centro-comunitario.html>

³¹⁰ Ver ameaça de despejo do Galpão do Riso: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4946319-galpao-do-riso-tem-72-horas-para-sair-de-centro-comunitario.html>

³¹¹ Ver rede social do Espaço Semente: <https://www.instagram.com/semenceciadeteatro/>

³¹² O Cine Itapuã foi transferido para a administração da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Seccec) em agosto de 2021.

³¹³ Ver “Reforma completa do antigo cine Itapuã está mais perto de sair do papel: <https://www.gama.df.gov.br/2023/04/26/reforma-completa-do-antigo-cine-itapua-esta-mais-perto-de-sair-do-papel/>

Nesse sentido, os trinta artistas integrantes da Cia de Teatro ocuparam³¹⁴ o edifício em 2014, e o revitalizaram de modo independente, implementando melhorias na infraestrutura como nova fachada, arquibancadas, iluminação e estrutura elétrica, alambrados, novos banheiros, copa-cozinha, sonorização, dentre outros, todas custeadas pelos próprios artistas. Após sua reforma, o Espaço Semente Cia de Teatro foi reinaugurado para o público em 2015.

Figura 73: Antes e depois do edifício ocupado pela Cia de Teatro.



Fonte: acervo Espaço Semente Cia de Teatro, 2015; 2017; 2018.

Após a reforma, a Ocupação vem dando continuidade às suas práticas e atividades socioculturais – realizadas, em grande parte, sem recursos do Estado – voltadas a festivais e espetáculos teatrais, exposições de artes visuais e fotografia, batalhas de rima, shows musicais, saraus de poesia e de rap, exibições de filmes no Festival de Cinema de Brasília (2017), cineclubes e, principalmente, vem oferecendo oficinas gratuitas e montagem de

³¹⁴ Ver “Grupo de voluntários transforma prédio abandonado, no Gama, em um teatro”: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/24/interna_cidadesdf.472429/grupo-e-voluntarios-transformam-predio-abandonado-no-gama-em-um-teat.shtml

espetáculos com a comunidade da cidade. Tais espetáculos realizados no Espaço, surgiram a partir destas oficinas de iniciação teatral, que foram se transformando em processos de construção coletiva, em que todos participavam de forma ativa, engajada e múltipla (Souza, 2020).

Figura 74: Aulas e espetáculos teatrais realizados pelo Espaço Semente Cia de Teatro.



Fonte: Ogan Luís, 2023 / acervo Espaço Semente Cia de Teatro, 2017, 2021.

Inspiradas na pedagogia Freiriana – aplicada nos métodos de ensino e nas oficinas teatrais –, as ações socioculturais realizadas no Espaço Semente atuam como instrumento de reflexão crítica e emancipação de sujeitas e sujeitos periféricos, que passam a explorar suas potencialidades e a pensar os problemas de suas próprias comunidades (Souza, 2020). Assim, a Ocupação desenvolve práticas que visam despertar um processo de transformação no indivíduo para que ele possa assumir o caráter de sujeito ativo, demonstrando como o teatro pode ser usado como ferramenta de transformação social e de luta (Souza, 2018).

No entanto, durante sua trajetória, o Espaço Semente sofreu sistematicamente com a falta de segurança no local, que culminou em reiterados roubos de equipamentos e infraestruturas físicas fundamentais para manter a Ocupação funcionando. Em 2021, em plena pandemia, o Espaço foi alvo de mais um furto³¹⁵, que deixou enormes prejuízos. Além disso, mesmo possuindo cessão de uso da Administração, todos os gastos de água, energia, IPTU e danos em sua estrutura física são custeados pelos próprios integrantes da Cia de Teatro.

³¹⁵ Ver “Como ajudar o Espaço Semente?”: <https://www.portalconteudo.com.br/post/como-ajudar-o-espaco-semente>

ESPAÇO CULTURAL MOINHO DE VENTO – NÚCLEO DE FORMAÇÃO POPULAR HIP HOP

Formado a partir de um grupo de amigos que tinham o objetivo de levar a Cultura hip-hop às comunidades de Santa Maria/DF, utilizando-a como instrumento de transformação social, o coletivo Núcleo de Formação Popular Hip Hop surge no ano 2000, e há 23 anos vem realizando ações socioculturais voltadas a crianças, adolescentes e jovens da cidade. Afim de viabilizar eventos, concorrer a editais, formalizar apoios e atuar conjuntamente às entidades/instituições públicas, o coletivo se formaliza em 2004 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Em agosto de 2011, o Família Hip Hop ocupou o edifício público abandonado na EQ 304/307, onde funcionava a antiga Associação da Criança e do Adolescente de Santa Maria, desativada em 2006. Por meio de um mutirão de revitalização/qualificação do território, que contou com novas paredes, fachada, telhados, piso e infraestrutura completa, os integrantes do coletivo fundam o Espaço Cultural Moinho de Vento. Há treze anos no Espaço, o coletivo ainda não possui cessão de uso por parte da Administração Regional, pois seu território faz parte do Quilombo Mesquita, o que tem inviabilizado todo o processo de regularização da Ocupação.

Com a nova sede, o coletivo vem promovendo ações socioeducativas, culturais e ambientais, incidindo em quatro frentes principais de atuação: (1) Promoção do Direito à Cidade (cultura, cidadania e mobilidade) voltada a juventude periférica; (2) Educação e formação a partir dos princípios e perspectivas da Educação Popular; (3) Geração de Trabalho e Renda, dentro dos princípios e práticas da Economia Solidária; e (4) Controle Social e Incidência em Políticas Públicas.

Figura 75: Antes e depois da ocupação do edifício pelo coletivo Família Hip Hop.



Fonte: acervo do coletivo Família Hip Hop, 2010; 2022.

Atuando junto a diversas entidades, coletivos culturais e movimentos sociais – como o MST – ligados à economia solidária e ao Movimento negro (Anjos, 2019), o Família Hip Hop vem realizando práticas socioambientais e culturais que articulam simultaneamente ações voltadas à educação popular com geração de trabalho e renda na comunidade. Dessa forma, o Espaço abriga biblioteca comunitária e estúdio de gravação musical; realiza aulas e oficinas gratuitas de *break*, dança, discotecagem, violão, capoeira, teatro, serigrafia, artesanato, informática; saraus/*slams*; cineclubes; feiras de empreendimentos locais e de arte; promove ações voltadas à saúde e autocuidado da população como terapias comunitárias e rodas de conversa. Como também, se apropriou do espaço ocioso da quadra, onde a Ocupação se insere, para realizar práticas agroecológicas e socioambientais voltadas à soberania/segurança alimentar, como hortas comunitárias, que atuam no empoderamento e desenvolvimento comunitário.

Figura 76: Práticas socioculturais realizadas no Espaço Cultural Moinho de Vento.



Fonte: acervo coletivo Família Hip Hop, 2020.

Em 2016, o coletivo realizou a 2ª e 3ª edição do Sarau Prosa Latina, com o tema “Mulheres de História” para marcar a memória de personalidades femininas da América Latina que influenciaram a arte e a política da região; em 2017, firmou parceria com o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) e a Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) de Santa Maria, voltada a Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, oferecendo oficinas

socioeducativas de serigrafia; em 2017, a Ocupação foi contemplada pelo Edital Brasil Cênica com o projeto “Ocupação Espaço Moinho de Vento”, no qual realizou trinta apresentações de espetáculos, com contou com a presença massiva da comunidade de Santa Maria.

Em 2018 o coletivo realizou o Projeto “Apoio as Atividades de Hip Hop” que contou com mais dois Saraus Prosa Latina junto a 200 horas de formação cultural; 2º Encontro de Grafitti com apoio a 6 edições da Batalha de rima da Santinha, aquisição de equipamentos de som e luz e tendas e garantiu a manutenção do espaço Moinho de Vento por seis meses. No mesmo ano, o Família Hip Hop, firmou parceria com o Fundo Socioambiental Casa³¹⁶, por meio do projeto “Fortalecendo a mobilidade urbana e geração de renda – bicicleta e Direito à cidade”, no qual realizaram uma ampla campanha de arrecadação de bicicletas, dez oficinas de mecânica básica, e três seminários temáticos. Tal ação inaugurou a entrada do coletivo em outros temas/pautas relacionadas ao direito à cidade, ampliando seu espectro de atuação³¹⁷. Como afirma Alex Martins, coordenador geral do Espaço, “essa é apenas uma das pautas do nosso grupo, porque abordamos várias iniciativas acerca da cidadania, como cultura, arte e combate ao preconceito”³¹⁸. A partir desta iniciativa, o coletivo criou o projeto “Pedala Moinho”, que disponibiliza bicicletas emprestadas para a comunidade, visando ajudar quem não tem como se locomover.

Figura 77: Projeto Fortalecendo a mobilidade urbana e geração de renda.



Fonte: acervo coletivo Família Hip Hop, 2018.

³¹⁶ Fundo Socioambiental Casa: <https://casa.org.br/>

³¹⁷ Todos esses projetos realizados pelo coletivo Família Hip Hop foram citados no *site*: <https://prosas.com.br/empreendedores/35619>

³¹⁸ Ver “Coletivo de Santa Maria oferece *bikes* gratuitas para moradores”: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/23/interna_cidadesdf.756719/coletivo-de-santa-maria-oferece-bikes-gratuitas-para-moradores.shtml

Em 2019, o coletivo realizou o Festival “A cidade é nossa”³¹⁹, que contou com uma programação gratuita de repleta de oficinas de teatro, dança, stencil, rimas, exposição de empreendimentos locais, artesanato e brechós, e debates sobre Mulheres no Poder e Racismo, Desobediência Civil e a Luta por Direitos Humanos, Poder Político e Juventude e Poder Local e Economia. O Festival visa “discutir questões culturais, ocupação de espaços públicos, a política cultural da cidade, e claro, divulgar os artistas que a cidade tem”, pois, “nosso papel é incentivar o surgimento de novos coletivos e divulgar a cultura local”, afirma Alex Martins, coordenador da Ocupação.

Nessa intensa agenda de ações em prol da comunidade, o coletivo firmou diversas parcerias com instituições, passando a compor a Rede de Entidades; o Conselho de Cultura Regional de Santa Maria; o Conselho de Planejamento Territorial Local; o Fórum de Economia Solidária do DF; a Rede Social de Apoio aos Jovens em situação de medida socioeducativa da cidade; e a Rede Juventudes e Economia Solidária (JUVESOL). O Família Hip hop também foi a entidade representante do DF na Rede de Educação Cidadã (Recid) e recebeu o Prêmio Funarte de Música, em 2014, entre outras premiações (Anjos, 2019).

Visando atuar na transformação social, no empoderamento e desenvolvimento da comunidade, o coletivo Família Hip Hop vêm atuando ativamente em práticas agroecológicas e socioambientais, por meio de hortas comunitárias que aproveitam o potencial do terreno onde a ocupação se insere, para produzir alimentos coletivamente e tecer sociabilidades junto à comunidade. Em 2017, o Família Hip Hop junto à Ocupação Mercado Sul Vive (Taguatinga) e o Coletivo Becomposto, realizaram um Mutirão Agroflorestal, como parte do projeto “Permacultura de Quebrada”, com plantio de hortaliças e de uma roça, visando trabalhar princípios e práticas da agricultura urbana e da permacultura voltadas numa perspectiva popular.

Como ocorreu com diversas ocupações culturais periféricas e territórios independentes, o Espaço Moinho de Vento também foi alvo de furtos durante a pandemia. Quando as atividades no território estavam paralisadas, indivíduos entraram no espaço e roubaram³²⁰ seus instrumentos musicais, computadores, equipamentos de som e camisetas que eram vendidas como forma de captar recursos. Mesmo assim, tal incidente não impediu o coletivo de continuar suas atividades em prol da comunidade.

³¹⁹ Ver “Coletivo de Santa Maria, no DF, promove festival de cultura com oficinas e debates”: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/o-que-fazer-no-distrito-federal/noticia/2019/07/26/coletivo-de-santa-maria-no-df-promove-festival-de-cultura-com-oficinas-e-debates.ghtml>

³²⁰ Ver “Espaço cultural em Santa Maria é furtado e não tem como retomar atividades”: <https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/espaco-cultural-em-santa-maria-e-furtado-e-nao-tem-como-retomar-atividades>

Tais práticas solidárias e socioambientais se intensificaram³²¹ durante a pandemia, período em que as periferias sofreram drasticamente com o aumento da fome e do desemprego. Com o objetivo de atuar no enfrentamento e amenização destes impactos socioeconômicos na comunidade, o coletivo intensificou as articulações e parcerias institucionais, que permitiram o impulsionamento das ações desenvolvidas no território. A partir de 2021, o Família Hip Hop em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial Flor de Lótus de Santa Maria, vem desenvolvendo um trabalho de construção de hortas comunitárias, que visam “o empoderamento da comunidade, a reinserção social, a geração de renda, a educação política, o fortalecimento de vínculos, a busca por qualidade de vida, a saúde e a valorização humana”, criando assim, “um espaço de interação social e cultural capaz de propiciar a formação e o fortalecimento buscados, além da ocupação e apropriação do território” (Família Hip Hop, 2021). Os impactos gerados na comunidade/território são vários:

Uma horta comunitária cria sociabilidade e troca de experiências; requer o cuidado com os resíduos orgânicos para produção de adubos por meio de composteiras; melhora o tratamento do lixo reciclável; fortalece vínculos; impacta na saúde mental e física; pode gerar trabalho e renda, movimentando a economia local, sem falar na possibilidade de formação política e de conscientização sobre o potencial da cidade, que está muito além da moradia. Essa é parte das aprendizagens de um pequeno grupo que se uniu em Santa Maria para organizar uma grande Horta Comunitária. (Família Hip Hop, 2021)

Figura 78: Organização da horta na área do Espaço Cultural Moinho de Vento e Feira Orgânica.



Fonte: acervo coletivo Família Hip Hop, 2021.

Reconhecendo a importância destas ações socioambientais desenvolvidas pelo coletivo, em 2023, o Ministério Público do Distrito Federal por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema), destinou recursos para o Família Hip Hop comprar materiais e insumos para profissionalizar sua Horta Comunitária. Assim, “foram feitas ações de recuperação e de reestruturação física da horta e da composteira”, e “está sendo

³²¹ Em 2022, o coletivo realizou em seu espaço a “I Feira de Arte e Cultura Popular Moinho de Vento”: <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/08/04/i-feira-de-arte-e-cultura-popular-moinho-de-vento-o-desafio-que-propomos>

produzido material educativo, que será distribuído na comunidade para orientar sobre o uso correto da composteira e evitar que seja inviabilizada por resíduos inapropriados”. Para o promotor de Justiça da Prodema, Paulo Farias, a iniciativa fomenta a conscientização ambiental e cultural da comunidade de forma integrada:

*O hip hop, o break dance (modalidade olímpica) e as hortas comunitárias são atividades que podem parecer distantes uma da outra, mas que têm em comum a valorização da cultura local e o empoderamento das comunidades. Ao reconhecer e valorizar essas atividades, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, que valoriza a diversidade cultural e a preservação do meio ambiente.*³²²

Assim, a partir de suas práticas solidárias socioculturais e ambientais, a Ocupação Cultural Moinho de Vento vem enunciando e mobilizando uma diversidade de pautas de luta e frentes de ação que atravessam e interseccionam a cultura periférica, como: trabalho, renda, moradia, educação popular, ecologia, soberania alimentar, economia solidária, saúde e autocuidado, mobilidade urbana, feminismo, antirracismo, construção de afetos e vínculos, entre tantas outras. Essa transversalidade assumida em suas frentes de atuação, ancorada à articulação junto aos movimentos sociais, coletivos e entidades do DF, constrói um processo de legitimação e reconhecimento de suas práticas e tecnologias sociais desenvolvidas no território, que se configura como um instrumento de luta, resistência, mobilização e transformação social das comunidades de Santa Maria.

OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE

A Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (MSV)³²³, em Taguatinga, é **Patrimônio Cultural material e imaterial do Distrito Federal!** Ela representa a história viva do antigo Mercado Sul, que foi um dos primeiros centros comerciais do DF, construído na década de 1950, antes mesmo da inauguração de Brasília. Nas décadas de 1970 e 1980, o território passou a ser lugar de encontro, boêmia e reduto de poetas, músicos e artistas, que já instalavam seus estúdios e serigrafias no local. A partir dos anos 1990, artistas e luthiers (fabricantes artesanais) de violas, como o “Seu Dico”, iniciaram uma potente ocupação artística integrada à chegada de antigos e novos moradores e trabalhadores. A partir daí, começaram a se formar espaços culturais, ateliês, oficinas, estúdios, produtoras, coletivos e ações, que passaram a se retroalimentar da efervescência cultural encontrada no local, produzindo e oferecendo arte e cultura para a comunidade.

³²² Ver “MPDFT destina recursos para projeto ambiental em Santa Maria”:

<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2023/14685-mpdft-destina-recursos-para-projeto-ambiental-em-santa-maria>

³²³ Site e rede social do movimento Mercado Sul Vive: <https://www.mercadosul.org/>; <https://www.instagram.com/mercadosulvive/>

Nos anos 2000, o mestre mamulengueiro Chico Simões leva para o Beco a Sede do Teatro de Mamulengo Invenção Brasileira, que em 2005 se tornou Ponto de Cultura, e tornou-se um espaço catalisador e agregador de vários fazeres da cultura e jovens da região. Esta movimentação cultural estimulada e proporcionada pelo Ponto de Cultura Invenção, ajudou a consolidar uma intensa dinâmica de processos formativos que contribuiu com a criação de diversos coletivos e grupos culturais, facilitando também a acolhida de vários projetos e sonhadores de várias partes do país e do mundo (Mercado Sul Vive, 2016).

No mesmo período surge no território o Cineclube Motirõ, que consagrou o caráter comunitário e autônomo do Beco, por meio de oficinas, e vivências na cozinha comunitária. O Mercado Sul também abrigou, entre 2011 e 2014, o Espaço Cultural Mercado Sul, autogestionado pelos grupos Eu Livre, Casa Moringa, Estúdio Gunga e Semente do Jogo de Angola³²⁴, que acabou sucumbindo, dentre outros fatores, à pressão e especulação imobiliária, motivado pelo aumento de aluguel (Mercado Sul Vive, 2016). Ao longo das décadas, o Mercado Sul se consolidou como lugar de encontro de produções populares e práticas insurgentes, se tornando um grande celeiro de expressões artísticas e manifestações coletivas, onde se canta coco, *rap*, repente e maracatu; se dança *break* e forró e joga capoeira, espadas e futebol; onde tem mamulengos, o samba de coco e o samba de roda, o grafite e as batalhas de rima, a Ecofeira e o Arraiá.

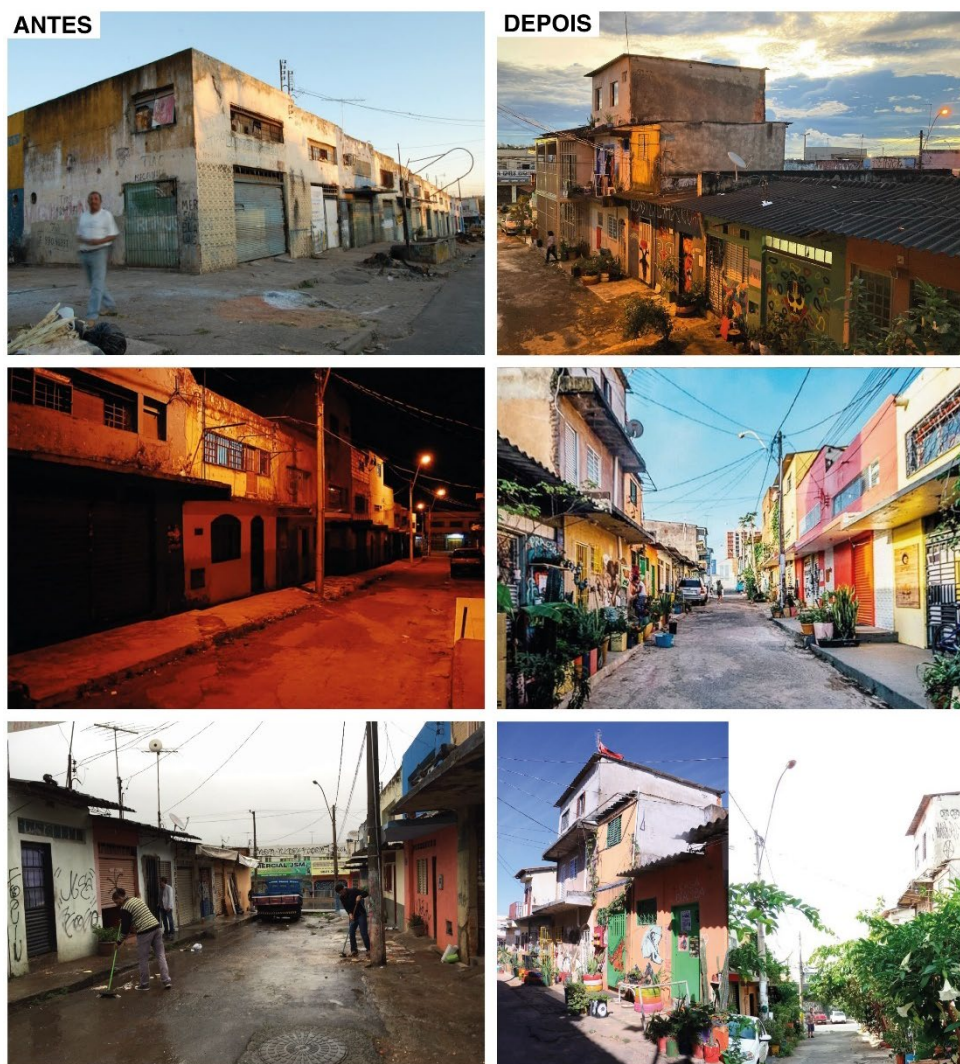
É neste caldeirão de práticas e ações insurgentes em resistência à especulação imobiliária, que em fevereiro de 2015, o movimento cultural do Mercado Sul, constituído de fazedores e produtores de cultura, atores, atrizes, cantores/as, artesãos e artesãs, costureiras e cozinheiras, em parceria com o Movimento Passe Livre (MPL) e Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto (MTST), ocupou as lojas/boxes do Mercado que estavam abandonadas e em ruínas, cumprindo assim, um papel de resistência social, cultural e política, reivindicando o direito à cidade e a função social dos imóveis. De lugar caracterizado pela violência, tráfico, abrigo para pessoas em situação de rua e depósito de lixo, com diversas lojas ociosas que, antes, geravam problemas de saúde e segurança para a comunidade, para lugar ressignificado em território de cocriação, troca de saberes populares diversos, de ativação e preservação da memória e ancestralidade local.

No dia 07 de fevereiro de 2015, nós do movimento cultural, trabalhador@s e moradores do Beco iniciamos nosso processo de retomada da cidade. A cidade que construímos, no beco onde existimos e criamos noss@s filh@s, nossas lutas, nossas artes. **Reivindicamos as lojas abandonadas, ruínas ociosas que vêm ao longo de mais de 10 anos afetando a segurança e a saúde física, social, ambiental e cultural do Mercado Sul.** Por acreditar que o direito de viver não deve estar submetido aos interesses da especulação imobiliária, que prefere os espaços fechados, decidimos ocupá-los e reabri-los com o propósito de recuperar mais um cantinho da cidade

³²⁴ Histórico da Ocupação Mercado Sul vive disponível no seu site: <https://www.mercadosul.org/quem-somos/>

para a vida e convívio saudável e coletivo. Em nossa trajetória, tecida por muitas mãos e em processo de construção contínua, aprendemos que a cidade deve estar de acordo com a força coletiva que a construiu e segue construindo, que deve servir ao bem comum, ser inclusiva e participativa. A isso concordamos em chamar de Direito à Cidade e assim o reivindicamos como tantos outros grupos e tantas outras comunidades organizadas mundo afora. (Mercado Sul Vive, 2015)³²⁵

Figura 79: Antes e depois do território após a ocupação do movimento Mercado Sul Vive.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2010; 2015; 2017; @m4vi_communita, 2022; Webert da Cruz, 2010; 2022.

O Mercado Sul compreende um conjunto de três blocos enfileirados com 28 lojas cada, com áreas entre 7,5 a 10 m² e pequenos galpões, que abrigam vários usos e ofícios, como costureiras, borracharia, oficina, café-bar, ateliê, luteria, espaços culturais, produtora, estúdio de comunicação, rádio, manicure, cabelereiro, alfaiate, brechó, dentre outros (Mercado Sul Vive, 2015). Assim, o território abrange um complexo arranjo de uso e ocupação do solo, que

³²⁵ Texto escrito pelo movimento Mercado Sul Vive disponível no site da ocupação: <https://www.mercadosul.org/>

vai da moradia para população de baixa renda, passando pela locação de imóveis comerciais, até imóveis ocupados pelo movimento cultural do Mercado Sul Vive. Todos estes usos e apropriações se entrelaçam no cotidiano das práticas/relações socioculturais e afetivas produzidas por artistas, artesãos, músicos, brincantes da cultura popular, designers, jornalistas, produtores e realizadores de vídeo e trabalhadoras da área gastronômica, dentre outros.

O Mercado Sul acolhe diversas propostas e experiências, constituindo-se uma trama de relações e ofícios diversos, um verdadeiro encontro de fazeres e conhecimentos de distintas matrizes que constroem um sentimento de partilha de destino genuíno de uma comunidade. Em seus becos, lojas e moradias emergem uma organização assentada no território, ligada aos saberes tradicionais e populares, enredada cultural e politicamente com outros grupos e lugares, aberta ao novo que solidariamente respeita a vida e o outro, marginal no sentido de não se interessar em compor o *mainstream* cultural e autonomista na práxis cotidiana e no desejo de um mundo economicamente justo e ambientalmente sustentável. (Mercado Sul Vive, 2016)³²⁶

Assim, o MSV se configura como um potente laboratório de experiências e confluências de tramas socioculturais diversas, atuando no desenvolvimento de tecnologias sociais solidárias, criadas e geridas pela própria comunidade, por meio de práticas de salvaguarda comunitária realizadas de forma autônoma e horizontal. Há oito anos, os diversos moradores, artistas, artesãos e coletivos do movimento cultural vêm construindo e fomentando uma diversidade de ofícios, práticas e ações socioculturais, ecológicas e artísticas que se entrelaçam nas redes afetivas e solidárias de educação popular promovidas no território, como aulas e oficinas de fabricação de instrumentos, palhaçaria, confecção e manipulação de bonecos gigantes, circo, teatro, audiovisual, fotografia, música, grafite, samba, capoeira, discotecagem, comunicação e mídias, cenografia, *hip-hop*, *break*, gastronomia, entre diversas outras.

Figura 80: Práticas socioculturais construídas na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.



Fonte: Davi Mello e Pareia, 2018; acervo Mercado Sul Vive, 2017.

³²⁶ Ver "1 Ano de Ocupação Mercado Sul Vive": <https://www.mercadosul.org/1-ano-de-ocupacao-mercado-sul-vive/>

Figura 81: Práticas socioculturais construídas na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2017; 2019; Webert da Cruz, 2022; Thiago Araújo, 2019.

Aglutinando todos estes ofícios, fazeres e afetos produzidos no/pelo território, a EcoFeira Mercado Sul, que já completou oitenta edições, vem desde 2013 construindo um espaço autônomo de trocas, vivências e de comercialização de produtos e serviços ecológicos e da Economia Solidária, onde encontram-se gentes e culturas de diversos coletivos, movimentos, tribos e linguagens. Realizada mensalmente, a EcoFeira aglutina e emana toda a potência do território: tem culinária, com a feijoada tradicional ou vegana da Sônia Comedoria, empreendimento familiar coletivo desenvolvido na cozinha de uma das lojas ocupadas; tem roda de capoeira e samba de roda com Cid Aroeira na Casa Kaluanã, outro espaço ocupado e gerido por mulheres; tem roda de jongo do cerrado; tem vivência *Ballroom*; tem sambadeiras de roda; discotecagem; batalhas de rima; cineclube; tem exposição e venda de tecnologias ecológicas e artesanatos do Tempo Eco Arte gerido pelo mestre Virgílio numa loja alugada; tem mamulengo presepada; tem mestras de cerimônia brincantes e palhaçaria; tem rodas de conversa sobre as pautas em torno do direito à cidade, entre diversas outras práticas e fazeres. Além da EcoFeira, o MSV também promove o Arraiá do Beco, que já conta com onze edições, e vem atuando com o mesmo caráter aglutinador e potencializador de práticas e expressões socioculturais.

Figura 83: EcoFeira Mercado Sul – Economia Solidária, Cultura Popular, agroecologia e afeto.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive (Webert da Cruz e Nathalia Oliveira), 2016.

Figura 82: Arraiá do Beco 2017.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2017.

Essa confluência de relações, práticas, estéticas e fazeres insurgentes produzida no/pelo Mercado Sul, é moldada por formas de organização comunitárias protagonizadas por mulheres, que colocam no centro a política do afeto, dos vínculos e dos cuidados como eixo central da mobilização e ação coletiva. Tecendo práticas de empoderamento e coletivizando formas de reprodução/manutenção da vida cotidiana, as mulheres da Ocupação MSV vêm construindo uma rede de acolhimento e fortalecimento comunitária a partir da construção do afeto e autocuidado entre si, que atravessam e interseccionam as pautas de moradia, cultura, soberania alimentar, geração de renda, entre outras. Um exemplo é a Casa Kaluanã³²⁷, inaugurada em 2022, atua como território colaborativo de Artes e Ofícios gerido por mulheres, que se inserem na Ocupação Mercado Sul Vive. A Casa “nasce com a proposta de ser um local multiartístico de eventos, ateliers, oficinas, rodas de conversa e feiras”, e vem incidindo na saúde mental, corporal e sexual da mulher, com rodas de conversa e formações.

O Mercado Sul Vive também abriga um potente movimento cultural LGBTQIAP+. A casa Onija, território constituído por um coletivo de artistas e fazedoras de cultura, que vêm promovendo a Vivência *Ballroom*, na qual desenvolvem oficinas de arte e performance de *voguing* por meio da dança, do diálogo, da troca e do afeto, criando espaços de segurança, fortalecimento e de empoderamento da comunidade *ballroom*³²⁸.

³²⁷ Ver rede social da Casa Kaluanã: <https://www.instagram.com/casakaluana/>

³²⁸ Ver “Cultura é instrumento contra a violência e o abandono em Taguatinga Sul”: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/01/5067037-cultura-e-instrumento-contra-a-violencia-e-o-abandono-em-taguatinga-sul.html>

Figura 84: A *Ball Trans* na Ocupação MSV – Produção Centro Oeste Ballroom TV (@cob.tv) e Mercado Sul Vive.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive / Webert da Cruz @retratacao coletivo, 2023.

Entretanto, mesmo se consolidando como patrimônio cultural material e imaterial do DF com uma potente e diversa produção cultural insurgente, desde a ocupação em 2015, o MSV teve que lutar pela sua permanência. Tal luta girou em torno das seguintes demandas e reivindicações³²⁹:

- (1) Reconhecimento do Mercado Sul/Beco da Cultura como patrimônio imaterial cultural do DF (formação imediata de equipe da Secult/GDF e IPHAN para início dos estudos e trabalhos na área);
- (2) Desapropriação e cessão de direito de uso das unidades ociosas passando a cumprir sua função social sendo ocupadas conforme decisão do coletivo “Mercado Sul Vive”;
 - (2.1) Levantamento minucioso da cadeia dominial do Mercado Sul com o intuito de regularização e pacificação da questão sem prejuízos para as partes (este item não pode ser compreendido descontextualizado ou isolado dos demais pontos da pauta);
 - (2.2) Garantia de manutenção da ocupação até a regularização fundiária do projeto de ocupação do Mercado Sul sem custos para os ocupantes;
 - (2.3) Apoio na legalização da nova composição fundiária da ocupação junto aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (local e federal);
- (3) Reconhecimento do projeto urbanístico para revitalização e adequação de uso para finalidades culturais, sociais e habitacionais proposto pelo coletivo “Mercado Sul Vive”;
- (4) Viabilização de recursos para a realização de projeto urbanístico sustentável que inclua saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana, entre outros. (Mercado Sul Vive, 2015)

³²⁹ Demandas e reivindicações sistematizadas pelo MSV em: <https://www.mercadosul.org/nossas-demandas/>

UMA TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E GUERRA JURÍDICA

Em fevereiro de 2015, logo nos primeiros dias da ocupação, o MSV foi abordado por uma ação judicial de reintegração de posse do empresário Josmar da Costa, suposto proprietário das lojas, acusando os ocupantes de arrombamento, invasão, furto e consumo de drogas ilícitas. No entanto, por meio de articulações jurídicas e institucionais, a remoção não ocorreu, mas esse imbróglio jurídico caminha, até hoje, a passos lentos, e a ameaça de reintegração de posse é iminente.

Em 2015, o suposto dono conseguiu uma decisão favorável ao seu pedido de reintegração de posse. A juíza – da Vara Civil de Taguatinga – responsável entendeu que o imóvel “foi efetivamente invadido” e ordenou a saída da ocupação em 48 horas, junto a possibilidade de uso de força policial, caso necessário. Entretanto, a Assessoria Jurídica Universitária Popular da Faculdade de Direito da UnB conseguiu suspender a Ação de Reintegração de Posse impetrada contra a Ocupação, baseando-se no Estatuto da Cidade com os argumentos: (1) o não cumprimento da função social da posse e da propriedade; (2) a violação do direito fundamental à moradia e a cultura; (3) a correta identificação das propriedades e (4) as negociações entre o Movimento e os poderes executivos Distrital e Federal acerca da desapropriação do imóvel para fins de residência artística.

Já nesse primeiro ano da ocupação, o IPHAN/DF declarou em nota técnica³³⁰ a importância do Mercado Sul como ponto de cultura, prática da cidadania e “referência histórica para toda uma comunidade taguatinguense”, e palco de diversas atividades e manifestações culturais, destacando a histórica da localidade e o processo da ocupação cultural ao longo dos anos. Também destaca o protagonismo da comunidade que “demonstra tanto um sentido de organização e apropriação do espaço, quanto a legitimidade e comprometimento dos envolvidos”³³¹. Assim, o IPHAN/DF reconhece que as práticas comunitárias e culturais desenvolvidas no/pelo Mercado Sul “são parte ativa da preservação e função social do espaço frente ao abandono do proprietário e do Estado, tal qual dito no Estatuto da Cidade” e manifesta que “o beco deve ser objeto de futuras políticas de salvaguarda e que a comunidade deve ser ouvida durante todo o processo como garantia de que ele transcorra de maneira justa” (Mercado Sul Vive, 2015). Weibert da Cruz Elias em seu trabalho “Retomar para

³³⁰ Nota de 02/2015 (01551.000161/2015-14 de 24 de fevereiro de 2015) – <https://www.mercadosul.org/iphan-df-produz-nota-tecnica-sobre-as-demandas-do-movimento-mercado-sul-vive/>

³³¹ Como descrito no trabalho “RETOMAR PARA REINVENTAR: o questionamento do existir na cidade a partir de uma ocupação cultural no Distrito Federal”, de Weibert da Cruz Elias, disponível em seu site: <http://www.retomarparareinventar.com.br/capitulo-2/>

reinventar”³³² nos conta com detalhes como se deu a reunião do MSV com o IPHAN/DF e seus desfechos:

Ocorreu uma reunião em 2015 com órgãos do Governo de Brasília, membros do coletivo MSV e o Superintendente do Iphan no Distrito Federal, no qual foram apresentadas as reivindicações da Ocupação. O coletivo MSV solicitou o reconhecimento do Beco como Patrimônio cultural. Na ocasião o superintendente declarou que não caberia ao instituto estratégia de apoio emergencial, pois não se adequa ao “tombamento de espaço edificado”, nem ao “registro de lugar”. Somente projeto de ação futura poderia ser discutido e se disponibilizou para auxiliar a comunidade a acessar outras políticas públicas. Sobre a solicitação de desapropriação e cessão de uso, o Iphan DF também declarou que não possui competência direta para isso. Recomendou, em prol da comunidade do DF, que a destinação seja cultural. Não apenas mais um “espaço cultural” pelas mãos do governo, e sim, gerido pela comunidade em questão. O texto de apoio do Iphan ainda traz à tona problemas causados pela gentrificação e a importância de que a comunidade seja considerada em “todos os aspectos decisórios de eventuais regularizações do local”. (Elias, 2018)

Nesse percurso, o próprio Governo do Distrito Federal também mostrou apoio à ocupação em documento³³³, no qual declara que “considera desapropriar a área para transformá-la num polo de atividade cultural em Taguatinga” e acrescenta: “sua ocupação se daria via concessão de uso ou edital de ocupação, tendo como contrapartida o desenvolvimento de empreendimentos culturais e da economia criativa no local. [...] Seria permitido aos artistas, artesãos, produtores e empreendedores residir nos andares superiores de cada box”. Por cartas e ofícios diversas entidades e órgãos governamentais também manifestaram apoio ao MSV como importante instrumento de atuação cultural e representatividade da população na busca por um projeto de cidade mais igualitária, justa e liberta. Dentre eles estão o MInC, FBES, SENAIE, o MPL, etc.

Em 2016, a Secult-DF junto à Secretaria de Relações Institucionais e Sociais (Seris), reconheceram publicamente a ocupação MSV, declarando em ofício³³⁴, “ter interesse na desapropriação das oito lojas e um box ocupados pelo movimento Mercado Sul Vive com o objetivo de instituir um centro cultural no espaço”. No documento, os órgãos também afirmam que “o trabalho realizado por diversos coletivos no espaço, revela uma compreensão do que há de mais contemporâneo na concepção de cultura no mundo atualmente”, como:

(1) o fomento da economia criativa; (2) o fortalecimento de espaços de trabalho cooperativo; (3) a ampliação da produção cultural com materiais sustentáveis; (4) o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas abertas que podem ser aproveitadas por toda comunidade; (5) a ampliação de práticas participativas de gestão cultural; (6) o fomento a economia solidária; (7) a

³³² Ver “RETOMAR PARA REINVENTAR: o questionamento do existir na cidade a partir de uma ocupação cultural no Distrito Federal”: <http://www.retomarparareinventar.com.br/>

³³³ Processo nº 360.000.062/2015.

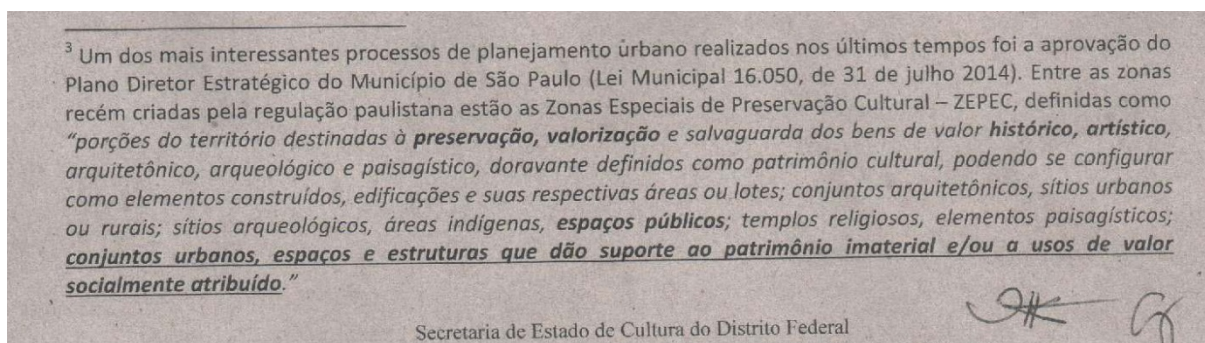
³³⁴ Ofício Nº 588/2016-GAB/SEC. Documento de reconhecimento da Secult-DF e da Seris disponível em: <https://www.mercadosul.org/wp-content/uploads/2016/09/OficioSecult.pdf>

descentralização dos espaços e atividades culturais para além das áreas centrais da cidade.³³⁵

Além de demonstrar interesse na desapropriação das lojas e boxes, a Secretaria de Cultura reconhece a “forte relação do movimento com o território ocupado”, e enfatiza o “interesse social da área” do Mercado Sul, que extravasa o caráter cultural e aglutina diferentes tipos de uso e ocupação do solo, agregando famílias de baixa renda que utilizam parte do terreno como moradia.

Assim, após reconhecer a utilidade pública da “ampla ativação cultural”³³⁶ realizada pelo MSV, a Secult sugere possíveis encaminhamentos por parte do GDF para contribuir no processo de valorização, regularização e permanência da ocupação. Nesse sentido, a Secretaria afirma que o GDF estaria “revisando todo seu marco regulatório urbanístico de forma a se adaptar às novas demandas sociais que se desdobram sobre o território”, e que o Executivo estava “atento a experiências exitosas na garantia do direito à cidade”. Como exemplo de experiência inovadora no Brasil, a Secretaria de Cultura cita, no ofício, o potencial das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE/SP), apontando o interesse do GDF em utilizar tal tipo de instrumento no marco regulatório distrital e enfatizando seu caráter destinado à preservação e valorização do valor histórico e artístico dos bens:

Figura 85: Secretaria de Cultura do DF enfatiza o potencial das ZEPECs estabelecidas pelo PDE/SP.



Fonte: Ofício Nº 588/2016-GAB/SEC – Secretaria de Estado da Cultura, 2016.

Entretanto, com as mudanças de gestão do Executivo e da pasta cultural no decorrer dos anos, tais discussões e propostas de instrumentos urbanísticos voltados à valorização e preservação dos territórios culturais no PDOT, não avançaram minimamente. Em 2017, o

³³⁵ Solicitação de manifestação de interesse na desapropriação da área ocupada pelo Movimento Mercado Sul Vive. Ofício Nº 588/2016-GAB/SEC, 2016.

³³⁶ Segundo levantamento realizado pelo MSV e apresentado à Secretaria de Cultura do DF em 2016, nos quase 18 meses de ocupação do Mercado Sul, ocorreram: 2 festas juninas (Arraiás do Beco); 18 EcoFeiras; 13 exposições de filmes; 63 oficinas; 8 contrapartidas do FAC; 19 espetáculos recebidos; 61 apresentações musicais; 20 eventos de outros coletivos acolhidos; 6 eventos de música; 27 rodas de prosa e palestras; 75 programas de rádio; 18 vivências musicais; 24 rodas de gestantes; 18 vídeos produzidos; 4 lançamentos de livros; 35 rodas de capoeira, samba de roda e jongo; 6 saraus; 3 lançamentos de CD; 1 lançamento de filme.

Governador Rodrigo Rollemberg (PSB) se reuniu com moradores na ocupação e revelou a importância do território para a comunidade e prometeu discutir possibilidades legais que atendam o interesse público e as reivindicações do movimento. Entretanto, esse diálogo também não avançou (Andrade et al., 2017).

Nesse impasse e conflito fundiário, também existe uma disputa semântica sobre um entendimento mais amplo da cultura, envolvida numa relação transversal com trabalho e moradia. Na cultura popular, a moradia é intimamente atrelada às práticas culturais, e vai muito além da visão mercadológica neoliberal dessa produção. Ou seja, além de ocupação cultural, o MSV é lar de diversos artistas, empreendedores com suas diversidades de práticas, tecnologias sociais e modos de fazer que se entrelaçam coletivamente, além de famílias chefiadas por mulheres que há tempos encontraram no Mercado Sul a possibilidade de fazer vida, de trabalhar e criar seus filhos. Essa transversalidade entre o fazer cultural e moradia, não tem sido considerada nos fundamentos de desapropriação apresentados pelo GDF.

Diversos trabalhos e mobilizações foram realizadas nessa trajetória de resistência do MSV. Com destaque para o “Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização” do Mercado Sul, desenvolvido pelo Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável (CASAS)³³⁷ da FAU/UnB em 2017, que teve como objetivo fundamentar propostas de revitalização da área ou oferecer subsídios para propostas futuras. E em 2018, a equipe de advogados da Candanga Advocacia Popular, que defendem a ocupação do MSV na Justiça, abriu uma Ação Civil Pública (ACP) contra o GDF, propondo que o MSV seja registrado como patrimônio e solicita a permanência da ocupação e um posicionamento sobre sua situação fundiária e social.

Após 7 anos de ocupação com promessas e impasses, diante da conjuntura de escalada conservadora e autoritária e de conflitos fundiários, com mais de 142 mil famílias vivendo sob ameaça de remoção no Brasil (Campanha Despejo Zero, 2022), desmonte da cultura e ataque às ocupações culturais no DF, “a ameaça do despejo bate à porta!”, e é iminente. As várias tentativas de negociação para desapropriação junto ao GDF perderam força, principalmente na Gestão Ibaneis, e a Justiça “segue de mãos atadas, sem mecanismos regulamentados para garantir a posse e permanência”³³⁸ do MSV. A reintegração de posse, que era prevista para 2021, não ocorreu, fruto da mobilização dos artistas e coletivos culturais do MSV no território, articulada à luta dos movimentos populares no DF para a prorrogação da ADPF

³³⁷ Coordenado naquele momento pela Prof^a. Dr^a Liza Andrade.

³³⁸ Comunicado n.01/2021.

828³³⁹, após a Lei Distrital 6657/2020 que proibia os despejos na capital, ter sido declarada anticonstitucional³⁴⁰, em plena pandemia.

Diante disso, o MSV listou demandas prioritárias e urgentes dos próximos passos para proteger o Mercado Sul dessa ofensiva. Em junho de 2021, em comunicado³⁴¹, foram elencadas três ações de resistência que visavam: (1) barrar o despejo, (2) criar um fundo para negociar um valor justo para a compra das lojas em disputa judicial e (3) registrar o Mercado Sul como patrimônio histórico e cultural do DF.

Em outubro de 2021, o MSV inicia um processo de mobilização popular para seu reconhecimento enquanto patrimônio, lançando a Campanha “Mercado Sul é Patrimônio!”³⁴² em Assembleia *online*, na qual apresentou os caminhos que a ocupação estava trilhando para que o Mercado Sul seja reconhecido por meio do processo que seria enviado posteriormente para a Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do DF (SUPHAC). Paralelamente, o MSV convocou uma construção coletiva dessa Campanha e realizou um ciclo de encontros e oficinas *online* intitulado “Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul: introdução à política de Patrimônio e Salvaguarda Material e Imaterial”, para dar início às atividades.

Figura 87: Oficina para mobilização popular do Mercado Sul.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2021.

Figura 86: Assembleia para mobilização popular do Mercado Sul.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2021.

³³⁹ Liminar concedida pelo STF, que proíbe o despejo de ocupações coletivas e amplia o prazo de suspensão de despejos de pessoas vulneráveis previsto pela Lei 14.216/2021. Prorrogada, novamente, até o fim de outubro.

³⁴⁰ Em setembro de 2021, o TJDFT, declarou a Lei Distrital 6657/2020, que impedia as remoções durante o período da pandemia, inconstitucional, suspendendo seus efeitos. A alegação é que a proposição da lei, de autoria do deputado Fábio Félix/PSOL, seria de competência do executivo.

³⁴¹ Comunicado n.01/2021 – Juntos mão com mão! Mercado Sul não é de um só, ele é de todos nós! <https://www.mercadosul.org/comunicado-n-01-2021-juntos-mao-com-mao-mercado-sul-nao-e-de-um-so-ele-e-de-todos-nos/>

³⁴² Lançamento da Campanha: <https://www.instagram.com/p/CVdEtd1ID64/>

Em novembro de 2021, em outro comunicado³⁴³, considerando as três ações de resistência, elencaram os próximos passos para registrar o Mercado como patrimônio, considerada a ação prioritária, que auxilia na visibilidade e demanda de negociação pela área: (1) enviar à Secretaria da Cultura a documentação produzida durante os encontros, embasadas na enorme quantidade de conteúdos criados anteriormente pelos próprios membros e apoiadores do Mercado Sul e (2) dar sequência à campanha para que o processo de registro seja acatado e concluído o mais rápido possível, tendo em vista que a ameaça do despejo ainda persiste. E, a partir disso, citam quatro caminhos de colaboração coletiva listados na figura abaixo:

Figura 88: Quatro caminhos de colaboração coletiva elencados pelo MSV.



Convidamos todos e todas parceiras a somar neste processo. Temos quatro caminhos para quem quiser colaborar:

1 – Assine o documento que enviaremos à SUPHAC demandando o reconhecimento do Mercado Sul como Patrimônio Histórico e Cultural do DF: pode ser sua organização, seu mandato ou mesmo subscrever individualmente. Assim que tivermos o documento pronto convidaremos quem quiser somar.

2 – Ajude a preencher o documento técnico que enviaremos à SUPHAC: Estamos preenchendo as fichas e juntando os arquivos para fazer o pedido oficial do Mercado Sul como Patrimônio. Caso você disponha de tempo e tope ajudar nesta tarefa, estamos fazendo mutirões para esta demanda.

3 – Divulgue a campanha! Estamos produzindo materiais com o chamado Mercado Sul é Patrimônio. A divulgação ampla dessa ideia pela nossa rede de apoio é fundamental!

4 – Mobilize outros atores! Organizações, coletivos, movimentos, quilombos, assentamentos, ocupações, territórios, agentes diversos da sociedade civil são nossos aliados principais nesta luta.

5 – Pressione autoridades! É importante que ‘os de cima’ sejam sempre pautados sobre a importância da nossa causa. Sempre que puder colaborar nesta tarefa agradecemos com nosso coração.

O Mercado Sul é de todas nós, de todos nós! Mercado Sul é de todes. É nosso!

MERCADO SUL É PATRIMÔNIO!

Taguatinga, 01 de novembro de 2021

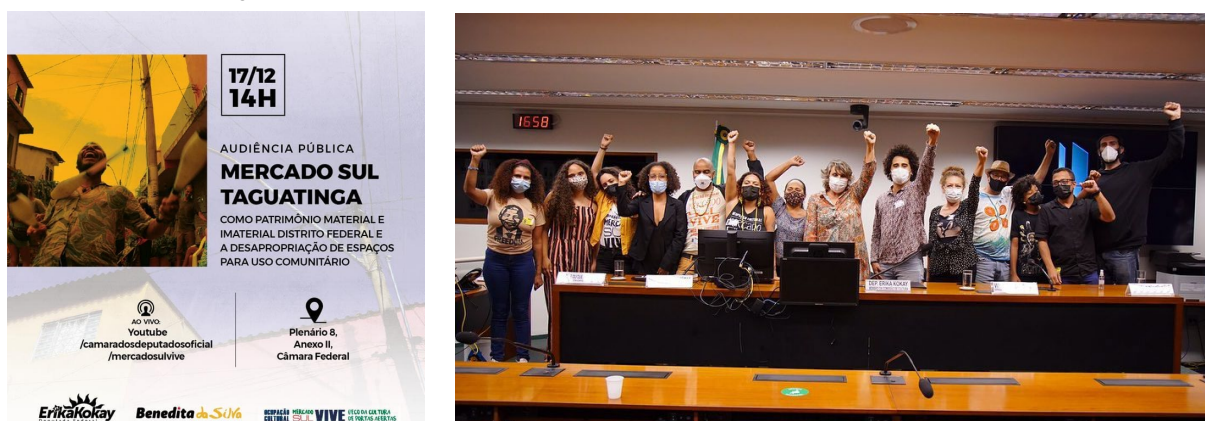
Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2021.

Durante essas mobilizações de resistência, já em dezembro, foi realizada a Audiência Pública “Cultura – Mercado Sul de Taguatinga: Patrimônio Material e Imaterial DF”³⁴⁴ para fortalecer a pauta de luta e pressionar o poder público. A audiência contou com a presença de Deputados, Defensoria Pública, representantes do MSV, do Conselho de Cultura e Secretaria de Cultura do DF, BrCidades e UnB (Grupo Periférico FAU/UnB).

³⁴³ Comunicado 2 – “Mercado Sul é PATRIMÔNIO!”: <https://www.mercadosul.org/comunicado-n-02-2021-mercado-sul-e-patrimonio/>

³⁴⁴ Audiência Pública “Cultura – Mercado Sul de Taguatinga: Patrimônio Material e Imaterial DF”: <https://youtu.be/xNyOvhZsJbo>

Figura 89: Audiência Pública Mercado Sul: Patrimônio Material e Imaterial.



Fonte: acervo Mercado Sul Vive, 2021.

Depois de 7 anos de luta e resistência, o TJDF em decisão³⁴⁵ histórica suspende a reintegração de posse da ocupação, reconhecendo sua “nítida função de bem cultural da cidade, e é assim reconhecido pela comunidade”, que sua relevância não carece da “chancela de atos formais como o de tombamento ou registros”, e reconhece que o MSV atende “ao interesse social e às diretrizes constitucionais e legais relativas à função socioambiental da propriedade e ao direito à cidade”.

[...] a ocupação acabou por revitalizar o imóvel até então abandonado, tornando-se um reconhecido centro de produção e reprodução de cultura. O imóvel outrora abandonado agora passou a acolher ateliês, luthiers e outros artistas, além de se tornar palco de eventos dedicados à cultura e lazer, requalificando, na prática, toda uma região que até então era vista pela comunidade apenas como um lugar degradado e perigoso.

A requalificação do imóvel como equipamento público cultural impede o despejo dos que estão a produzir cultura, ao mesmo tempo que atrai a responsabilidade da Administração por gerir adequadamente o bem cultural [...].

Restituir o imóvel que está atualmente requalificado de modo a oferecer arte e cultura à população representaria fomento à retenção especulativa e prejuízo ao uso socialmente proveitoso do bem, em frontal contrariedade à diretriz do Estatuto da Cidade, que, vale reiterar, é de ordem pública e interesse social. (TJDF, 2022)³⁴⁶

Essa vitória, reconhece o Mercado Sul/MSV como patrimônio histórico e cultural do DF, sua trajetória de luta e potência emancipadora na ressignificação e apropriação coletiva do espaço; sua importância na ativação e preservação da memória e ancestralidade local, e destaca a qualificação do território por meio do fortalecimento da noção de pertencimento a

³⁴⁵ Número do processo: 0003872-11.2015.8.07.0007. Órgão julgador: Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF.

³⁴⁶ Número do processo: 0003872-11.2015.8.07.0007. Órgão julgador: Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF.

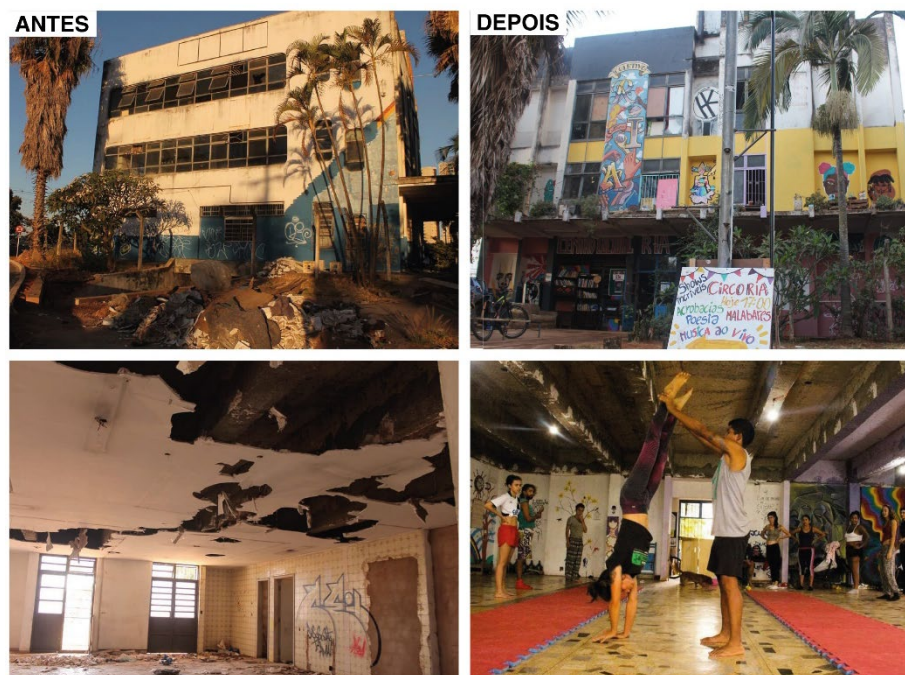
partir do desenvolvimento de tecnologias sociais solidárias, criadas e geridas pela própria comunidade por meio de práticas de salvaguarda.

Para além da apropriação e qualificação do território, a trajetória de resistência do MSV demonstra a importância da articulação e negociação junto aos poderes executivos Distrital e Federal, entidades e movimentos sociais para a legitimação e reconhecimento de seus direitos e práticas desenvolvidas. Esta incidência tem criado espaços de ação, nos quais o movimento tem ocupado e disputado o debate público, reivindicando pautas e demandas que são comuns entre as ocupações culturais do DF.

CENTRO CULTURAL RIA

Outro espaço de resistência em Taguatinga é a Ocupação Centro Cultural Ria³⁴⁷. Em agosto de 2020, os integrantes do Coletivo Resistência Internacional de Artistas (RIA) constituído por artistas *punks*, circenses, malabaristas, músicos e grafiteiros, que anteriormente se encontravam e moravam no Mercado Sul e/ou estavam em situação de rua durante a pandemia, ocuparam e revitalizaram um antigo edifício do Comando Regional da Polícia Militar (PMDF) que estava abandonado há pelo menos 4 anos, transformando-o em um centro cultural que aglutina “arte, política, cultura, educação e ecologia”³⁴⁸, forjado em princípios de solidariedade, autonomia e autogestão coletiva.

Figura 90: Antes e depois da ocupação do Centro Cultural RIA.



Fonte: acervo Centro Cultural RIA, 2020; 2021; 2023.

³⁴⁷ Ver rede social da Ocupação RIA: <https://www.instagram.com/coletivo.ria/>

³⁴⁸ Entrevista do Verona, um dos integrantes do coletivo RIA, em: <https://anovademocracia.com.br/df-ocupacao-de-artistas-celebra-tres-anos-em-taguatinga-com-evento-cultural/>

Durante a ocupação, os integrantes construíram um projeto/documento norteador das ações e objetivos do coletivo no território e o protocolaram na Administração Regional de Taguatinga e na Secretaria de Cultura, visando solicitar a autorização de uso do edifício, mas ainda não obtiveram resposta. Portanto, apesar de ser um espaço cultural potente para a região, a ocupação não possui autorização nem cessão de uso por parte da Administração, e convive cotidianamente com ameaças e visitas da Polícia Militar.

Incidindo na necessidade de uma escola popular de artes na região, o Coletivo RIA visa recuperar o espaço e criar uma rede de apoio mútuo entre artistas, profissionais e toda a comunidade, a partir da valorização das artes marginalizadas de rua, oferecendo moradia e atuando na formação e treinamento de artistas. Segundo Verona, um dos integrantes do coletivo RIA³⁴⁹, os processos de organização horizontal e coletiva construídos na Ocupação, se espelham nos povos indígenas e na filosofia africana, se ancorando às lutas contra-coloniais, antirracistas e antipatriarcais.

Nos primeiros meses da ocupação, o coletivo atuou ativamente na qualificação do edifício que estava completamente deteriorado, sem janelas, instalações elétricas e hidráulicas. Por meio de mutirões coletivos, os artistas limparam os espaços, repararam a cobertura, paredes e fachadas, dando vida ao território. Após os reparos, o edifício passou a abrigar um centro cultural no térreo e no subsolo, enquanto os dois pavimentos superiores se transformaram em moradia.

A Ocupação também abriga hortas comunitárias autogeridas por mutirões no seu espaço externo, onde o coletivo realiza práticas socioambientais voltadas à reciclagem, agroecologia e permacultura, por meio de técnicas de manejo de espécies e compostagem. Assim, o coletivo planta, colhe, distribui e consome os alimentos produzidos de forma autônoma, garantindo a subsistência do território.

Assim, o térreo se converteu num espaço multiuso, onde ocorrem diversas atividades formativas e socioculturais gratuitas, como terapias comunitárias e práticas voltadas à saúde mental e sexual da mulher, além de aulas e oficinas circenses (perna de pau, tecido acrobático, bola de contato, acrobacia, equilíbrio/corda bamba, bambolê, malabarismo, palhaçaria, três clavas, manipulação de objetos e criação de número), de teatro, arte de rua, dança (*break*, *funk*, afro-colombiana e caribenha), meditação, artesanato, crochê, dentre diversas outras.

³⁴⁹ Entrevista do Verona, um dos integrantes do coletivo RIA, em: <https://soundcloud.com/rapoza-suja-198088966/okupa-y-resiste>

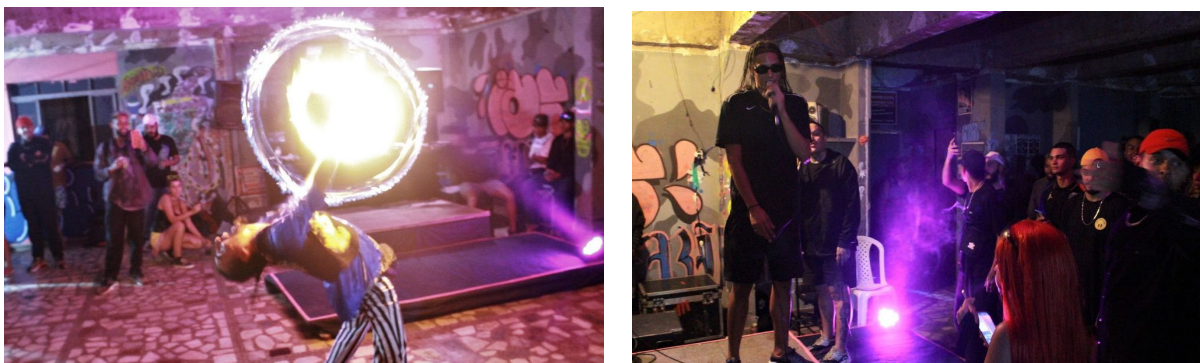
Figura 91: Práticas socioculturais realizadas no subsolo do Centro Cultural RIA.



Fonte: acervo Centro Cultural RIA, 2023.

Já o subsolo da ocupação, nomeado pelo coletivo de “buraco da arte”, são realizados saraus/*slams*, batalhas de rima, apresentações teatrais e musicais, shows/bailes (*punk*, *funk*, *hip-hop*), exposições artísticas, cineclubes e festivais de cinema, que contam com um bar e pizzeria autogerido pelo coletivo voltado para manutenção do espaço e geração de renda³⁵⁰. O subsolo ainda conta com estúdio de gravação de música e de ensaio, oficina de reparos (marcenaria e *bikes*), ateliê de serigrafia e artes plásticas.

Figura 92: Práticas socioculturais realizadas no subsolo do Centro Cultural RIA.



Fonte: acervo Centro Cultural RIA, 2023.

Buscando valorizar, potencializar e aglutinar toda a diversidade de estéticas periféricas e práticas socioculturais insurgentes desenvolvidas e produzidas por artistas, coletivos culturais e movimentos sociais do DF e Entorno, a Ocupação RIA vem construindo e promovendo três eventos principais: (1) o Sarau da Resistência, que reúne diversas apresentações voltadas à cultura afro-brasileira e batalhas de rima; (2) a Feira Anarquista do Distrito Federal, que promove um encontro entre diversas manifestações culturais e artísticas por meio de

³⁵⁰ O Centro Cultural RIA se mantém/sustenta a partir dos seguintes meios: (1) contribuição semanal dos moradores da ocupação, que vão para reparos no espaço e materiais de limpeza; (2) farol coletivo; (3) doações de dinheiro e cestas básicas; (4) venda de alimentos e bebidas nos eventos realizados no espaço; e (5) editais de fomento à cultura – mas até hoje, nunca foram contemplados.

vivências, oficinas, debates e apresentações; e o (3) Festival de Cine *Punk* y Anarquista do DF, que “tem a proposta de ser um espaço para as produções audiovisuais insurgentes, independentes e rebeldes de qualquer formato ou qualidade”³⁵¹, onde são realizadas oficinas, rodas de conversas e uma *gig punk* com apresentação de diversas bandas, feira *punk* e discotecagem.

Figura 93: Flyer do 2° Festival de Cine *Punk* y Anarquista do DF.



Fonte: acervo Centro Cultural RIA, 2023.

BATALHÃO DAS ARTES

Outro território autônomo destinado à fruição da arte e cultura popular e periférica em Taguatinga é o Batalhão das Artes. Localizado numa praça (área pública) abandonada no setor industrial da cidade, o Batalhão³⁵² nasce em 2017, a partir da união e mobilização de artistas e grupos culturais que ocuparam um antigo edifício da Polícia Militar que estava abandonado há mais de dez anos, cedido ao movimento cultural pela Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit)³⁵³, proprietária do imóvel.

No entanto, mesmo com o espaço cedido, o movimento cultural teve que arcar com as contas de água e energia, que se somaram às diversas complicações na infraestrutura e manutenção do espaço. Desde 2017, o Batalhão vem sofrendo reiteradamente com a queda de energia elétrica, devido problemas na fiação, que estava toda danificada. Com recursos vindos do FAC, o movimento conseguiu implantar uma nova cobertura e reparar parte dos danos. Além

³⁵¹ 2° Festival de Cine *Punk* y Anarquista do DF: <https://www.instagram.com/p/CpTI0WEtzBg/>

³⁵² A palavra "Batalhão" na linguagem do Bumba-Meu-Boi quer dizer "povo reunido para brincar".

³⁵³ A Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit) mantém uma relação de cooperação e de apoio mútuo com a ocupação do Batalhão das Artes, sendo sua sócia-apoiadora do local.

destas despesas, em 2022, a Ocupação foi vítima de furto e depredação, quando indivíduos roubaram seus eletrodomésticos, itens do brechó, computadores, caixas de som, cestas básicas, além de danificarem o sistema hidráulico e elétrico. Após o furto, os movimentos culturais lançaram a campanha “#SOSbatalhãodasartes”, com o objetivo de arrecadar fundos para o espaço se reerguer.

Mesmo necessitando de múltiplas reformas e sofrendo com a falta de segurança no local, o Batalhão vem atuando como uma “Casa de Cultura aberta”³⁵⁴ à diversidade de manifestações e práticas socioculturais da cidade. A Ocupação é constituída por uma rede solidária de grupos e coletivos que se articulam e atuam conjuntamente no território, como a Ciartcum, Rede Pequi, Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Boi Jatobá, Tribo das Artes, Mamãe Taguá, Bonecos Gigantes e Conexão Baú. Tais coletivos compartilham entre si seus fazeres, demandas e aprendizados, e vêm construindo e fomentando diversas atividades e práticas que entrelaçam os espaços internos da ocupação e a praça, ativando todo o território.

Assim, o Batalhão das Artes vem atuando há sete anos no fortalecimento das linguagens da cultura popular, bem como na recuperação e qualificação da praça por meio de saraus e *slams* que movimentam e aglutinam toda a potência do território com: ensaios abertos, danças populares e Boi Jatobá, apresentações teatrais (mamulengo e performances cênicas), mostras de filmes e cineclubes, feiras de economia solidária (empreendimentos locais e artesanatos), exposições artísticas (artes plásticas, fotografia, artesanato), rodas de conversa e seminários sobre Economia Solidária e Feminista. A ocupação também realiza cursos gratuitos voltados à confecção e manipulação de bonecos gigantes, em parceria com a ocupação Mercado Sul Vive.

Figura 94: Práticas socioculturais realizadas no Batalhão das Artes.



Fonte: Acervo Batalhão da Artes, 2017

³⁵⁴ Como mencionado pela mestra artesã, bonequeira e educadora popular Tetê Alcândida, uma das coordenadoras do Batalhão das Artes, no IV Encontro das Ocupações Culturais do DF.

Figura 95: Práticas socioculturais realizadas no Batalhão das Artes.



Fonte: Acervo Batalhão da Artes, 2018; 2019; 2022.

CASA IEDA SANTOS DELGADO

Em outubro de 2022, diante de um cenário de ascensão dos casos de violência doméstica e feminicídio ancorada aos cortes³⁵⁵ e desmontes das políticas públicas voltadas ao combate à violência contra mulheres no Brasil, nasce a primeira ocupação do Movimento de Mulheres Olga Benário no Centro-Oeste: a Casa Ieda Santos Delgado³⁵⁶, ocupando e qualificando por meio da mutirões coletivos a antiga Casa de Cultura do Guará (QE 25) que estava abandonada há cerca de 10 anos. O movimento retirou os forros que estavam caindo, pintaram portão e paredes, plantaram alimentos na horta, decoraram e mobiliaram a Casa, transformando-a em um espaço de acolhimento psicológico, atendimento jurídico e social voltado às mulheres vítimas de violência. No manifesto da ocupação, as integrantes do movimento reivindicaram e apresentaram as seguintes demandas:

- (1) A reabertura imediata da Casa da Mulher Brasileira localizada na Asa Norte; (2) O funcionamento pleno, de todos os equipamentos e andares, da

³⁵⁵ O Governo Bolsonaro cortou 94% do orçamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

³⁵⁶ 13ª ocupação de mulheres do Movimento Olga Benário, e a primeira do Centro-Oeste. Ver rede social: <https://www.instagram.com/movimentooolga.df/>. Mesmo localizada no Guará (Entorno do CUB – Área 2), definimos a Casa Ieda como Território de Ocupação (Área 4), por se tratar de um território periférico gerido e ocupado por práticas subalternas e sujeitas/os periféricas/os em situação de vulnerabilidade social.

Casa da Mulher Brasileira localizada na Ceilândia; (3) a instalação de uma DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher) em Planaltina; e a (4) Redefinição da verba pública destinada ao combate à violência doméstica. Restituição dos 90% cortados pelo Governo Federal para a pasta.

Figura 96: Antes e depois do espaço após a ocupação do movimento Olga.



Fonte: acervo Casa Ieda Delgado, 2022.

Além de funcionar como moradia e Casa de Referência, o espaço promovia atividades e práticas socioculturais oferecidas por voluntários, como aulas de autodefesa para mulheres, capoeira, yoga, ginástica laboral; rodas de terapia comunitária e feminismo interseccional, rodas de autocuidado e conversa sobre afeto, saúde mental, corporal e sexual da mulher; oficinas de audiovisual, teatro para formação política, musicoterapia, técnicas de respiração e relaxamento, práticas voltadas à soberania alimentar por meio da educação ambiental e ecológica com as mulheres, entre outras.

Em menos de um mês após a ocupação, a Casa Ieda sofreu reiterados ataques e notificações extrajudiciais de desocupação por parte da Administração local acompanhadas do DF Legal e da Polícia Militar. Segundo tais documentos, caso não houvesse a saída voluntária do imóvel, seriam tomadas medidas “visando a retomada coercitiva” do espaço. Já em novembro, a ocupação se reuniu com a Administração do Guará, a deputada Erika Kokay e o conselheiro regional de cultura para tentar alguma negociação, mas “a administração demonstrou não ter nenhum espaço de diálogo, se mostrando inflexível com a decisão de desocupar, a qualquer custo, a área da Casa Ieda”³⁵⁷, alegando que a ocupação deveria ter passado pelo rito “legal”

³⁵⁷ Ver matéria sobre a ameaça de remoção: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/gdf-pede-desocupacao-imediata-de-imovel-que-abriga-mulheres-no-guara>

além de apresentar más condições de segurança para funcionamento, como justificativa de remoção e condenação da casa.

Ainda, a Administração local afirmou que está impedida legalmente de permitir a ocupação irregular de imóveis públicos “tendo em vista a configuração clara e ilícita contra os ditames legais e constitucionais que resguarda”. Assim, na semana seguinte, houve uma operação de despejo truculenta³⁵⁸ (sem mandado judicial) com auxílio da PMDF, que removeu as mulheres e seus objetos pessoais, além de agredir e prender a coordenadora da Casa. No dia seguinte ao conflito, em decisão³⁵⁹ favorável à ocupação, o TJDFT determina “como medida cautelar, a suspensão de quaisquer atos de remoção do projeto social e das pessoas abrigadas no imóvel”, além da restituição imediata dos bens apreendidos e reforça que a ocupação:

exerce atividade de elevadíssimo interesse social, relativa ao abrigamento e proteção de mulheres em situação de especial vulnerabilidade. Para tanto, ocupou um imóvel público que estava notoriamente abandonado e em processo de deterioração avançada. Após a ocupação, o Distrito Federal, que se recusa a exercer o poder de polícia sobre invasões de particulares em áreas públicas no Lago e no Setor de Mansões Park Way (SMPW), afetou inédita eficiência para exigir a remoção da organização social, sob a premissa de que já desenvolve políticas públicas suficientes e adequadas de proteção a vulneráveis, o que notoriamente não condiz com a verdade. (TJDFT, 2022)³⁶⁰

Após essa decisão, a OAB/DF³⁶¹ recebeu a coordenadora da Casa para “construir pontes a fim de solucionar a situação, de forma pacífica, além de orientar no sentido de regularizar juridicamente a Casa leda”. O MPDFT em manifestação³⁶² também declara e reconhece que a ocupação “merece ter sua atividade protegida, por se tratar de atividade de elevadíssimo interesse social, concretizadora de preceitos constitucionais e legais, qual seja o acolhimento e abrigamento de mulheres em situação de especial vulnerabilidade” e se manifesta favorável “à adoção de uma solução conciliatória, conforme proposto pela Defensoria Pública [...], garantindo a permanência da Casa”.

Mesmo diante de tais decisões e apoios, a Casa leda sofreu mais um despejo truculento com amplo contingente de forças de segurança às vésperas do Natal ordenado pela Administração do Guará e amparado na liminar³⁶³, que revogou a decisão anterior que reconhecia o interesse social na ocupação e mantinha o movimento no imóvel. Em nota³⁶⁴, a Casa leda afirma que

³⁵⁸ Ver “PM prende ativista pelo direitos das mulheres e fecha ocupação no Distrito Federal”: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/21/pm-prende-ativista-pelo-direitos-das-mulheres-e-fecha-ocupacao-no-distrito-federal>

³⁵⁹ Ver notícia sobre decisão: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2022/novembro-1/movimento-de-mulheres-olga-benario-deve-permanecer-em-imovel-publico-abandonado-no-guara>

³⁶⁰ Número do documento: 22112212394751500000132245415. Despacho da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF.

³⁶¹ Por meio da Comissão da Mulher Advogada; da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer; e da Comissão de Direitos Humanos: <https://oabdf.org.br/noticias/oab-df-recebe-representante-da-casa-leda-santos-delgado/>

³⁶² Pje1 nº: 0709822-89.2022.8.07.0014.

³⁶³ Concedida pelo desembargador João Luís Fischer Dias do TJDFT.

³⁶⁴ Ver nota da Casa leda em reação às ameaças: <https://www.instagram.com/p/CmW-enhvVEq/>

“esse novo ataque vem sustentado na mentira de que o imóvel estar sob risco de desabamento, mas ignoram os laudos e equipes de engenheiros e arquitetos que demonstram que a estrutura não sofre nenhum risco”. Após a desocupação, funcionários ordenados pela Administração local depredaram o edifício e tiraram suas telhas, expondo a edificação a intempéries, contrariando assim, as justificativas de risco de desabamento utilizadas.

Figura 97: Depredação da Casa à mando da Administração e remoção dos bens das integrantes do movimento, após operações de despejo truculentas.



Fonte: acervo Casa leda Delgado, 2022.

CASA DE CULTURA CARLOS MARIGHELLA

Em 2015, nasce em Planaltina a Casa de Cultura Carlos Marighella, ocupando um espaço cedido pelo CED Pompílio Marques de Souza³⁶⁵, localizado na Área de Regularização de Interesse Social (ARIS) Mestre D'Armas – definida no PDOT/2009. Durante cinco anos³⁶⁶, a ocupação realizou e fomentou diversas atividades socioculturais na comunidade, que se aglutinaram em torno de três edições do “Encontro Cultural de Mestre D'Armas”, que contaram com sarau/*slam*, batalhas de rima, cineclubes, apresentações musicais e teatrais, carimbó/olodum, feiras de troca e artesanato, capoeira; além de oficinas de teatro, dança, stencil/grafite e literatura, entre outras.

I Encontro Cultural Mestre D'Armas

A Comunidade do Condomínio Mestre d'Armas ao criar a Casa de Cultura Carlos Marighella manifesta sua disposição em seguir firme na defesa dos elementares Direitos Humanos previstos na Constituição Federal, os quais

³⁶⁵ A Casa de Cultura Carlos Marighella realizava eventos e atividades culturais em diversos territórios da comunidade, como ruas, praças, escolas.

³⁶⁶ A Ocupação encerrou suas atividades durante a pandemia de covid-19.

tem na arte e cultura, em todas as suas linguagens e diversidade, sua síntese, simbolizadas na dignidade que todas as pessoas merecem ter.

A Casa de Cultura Carlos Marighella nasce da resistência cultural popular, que se dispõe a propagar seus valores, usando a arte e a cultura como combustível para a emancipação e libertação de nossos irmãos, filhos e filhas, principais vítimas da indústria cultural e da mídia, que de todas as formas tentam criminalizar os mais pobres e os movimentos que ousam lutar pelo acesso aos serviços e bens públicos que, apesar de ser um direito, insistem em nos negar. Quantos dos nossos se perderam no caminho, sejam pegando atalhos ou sendo vítimas de alguma forma de violência, a maioria praticada pelo próprio Estado.

Carlos Marighella, baiano, poeta, deputado constituinte e dirigente revolucionário dedicou toda a sua vida na defesa dos direitos do povo brasileiro, não recuando, mesmo nos momentos em que lhe impuseram as piores dores, a opressão e a violência. Por isso, faremos com que a arte e a cultura sejam ferramentas para elevar nosso ânimo e espírito, forjando a solidariedade, unidade e a disposição para transformar a comunidade, juntando a capacidade criativa e a disposição para propagar um tempo de cuidado e solidariedade na caminhada por um mundo mais justo e fraterno. (Casa de Cultura Carlos Marighella, 2015)³⁶⁷

DOMINGO NO PARQUE – MOVIMENTO SUPERNOVA

O Parque Distrital de São Sebastião (PDSS), desde sua criação em 1994, tem sido objeto de lutas e resistências engendradas por diversos movimentos socioculturais da cidade, que vão desde os Amigos do Parque que conseguiram barrar a invasão da área nos anos de 1990, até 2010, quando a Unidade de Conservação (UC) passou por sua primeira revitalização (Mendes, 2020). Mesmo após tal revitalização – fruto da luta e pressão dos coletivos culturais e movimentos populares – o PDSS continuou sofrendo com a falta de iluminação pública; ausência de parâmetros para disciplinar o uso público; falta de pontos de energia, banheiros e demais equipamentos, que facilitaram e reproduziram a propagação da violência na área, anteriormente conhecida apenas como a “Mata do Bosque”, local abandonado, perigoso e violento da cidade.

Figura 98: Imagem aérea do Parque Distrital de São Sebastião (PDSS).



Fonte: Mozart Silva, 2020.

³⁶⁷ Texto de apresentação da Casa de Cultura Carlos Marighella, inserido no cartaz do “I Encontro Cultural Mestre D’Armas”.

Visando reverter e mitigar os estigmas, a violência e a situação de abandono do PDSS, a partir da compreensão do papel da cultura na transformação social da sociedade, o Movimento Cultural Supernova³⁶⁸ – Organização da Sociedade Civil constituída por diversos artistas, que desde 2003, vem atuando no desenvolvimento social das comunidades da cidade –, a partir de 2010, passou a ocupar mensalmente o Parque com eventos aglutinadores de coletivos, atividades e práticas artístico-culturais diversas, chamados de “Domingo no Parque”³⁶⁹, com o intuito de chamar a atenção da comunidade para a necessidade de revitalização e implementação de diretrizes para a gestão e manejo do território, mobilizando pautas ecológicas e socioambientais (Mendes, 2020).

Assim, o Movimento Supernova – que também conta com recursos vindos do FAC e de emendas parlamentares – vem realizando diversas atividades socioculturais gratuitas no Parque, como oficinas e cursos de *hip-hop*, imprensa comunitária, alfabetização digital; seminários e palestras, saraus/*slams*, cineclubes, capoeira, exposições de artes plásticas e apresentações musicais e teatrais ao ar livre, feiras de empreendimentos locais e bazar. Tais ações promovem e aglutinam a diversidade de coletivos, músicos, declamadores, escritores, atores, dançarinos, poetas e artistas plásticos da cidade, e vem atuando no desenvolvimento e transformação social das comunidades. Um estudo realizado em 2017 pela Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social³⁷⁰ comprovou que as ações realizadas pelo Movimento contribuíram ativamente na diminuição dos índices de criminalidade e violência no local.

Figura 99: Cartazes de divulgação do Domingo no Parque – revitalização já!



Fonte: acervo Movimento Cultural Supernova, 2022; 2023.

³⁶⁸ Site do Movimento Cultural Supernova: <https://www.movimentosupernova.com.br/>

³⁶⁹ Ver “Ocupação Domingo no Parque leva música e poesia a São Sebastião”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/08/5030247-ocupacao-domingo-no-parque-leva-musica-e-poesia-a-sao-sebastiao.html>

³⁷⁰ Ver dados do estudo em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/07/15/domingo-no-parque-em-sao-sebastiao-comemora-7-anos/>

Figura 100: Práticas socioculturais realizadas na Ocupação Cultural Domingo No parque.



Fonte: acervo Movimento Cultural Supernova, 2015; 2022; 2023.

Após anos atuando na linha de frente do PDSS, em 2015, foi iniciada a campanha “#QUEREMOSASLUZESACESAS” nos Domingos no Parque, com o objetivo de pressionar o poder público para a instalação da iluminação na área, que contou com o apoio de diversas instituições participantes do Fórum de Entidades Sociais de São Sebastião, que passaram a mobilizar e incidir na pauta da revitalização do Parque, se reunindo periodicamente com setores ligados ao meio ambiente, como a Secretaria do Meio Ambiente e o IBRAM.

Tal mobilização culminou na instalação da iluminação pública no local (2016) e na realização de uma Audiência Pública em 2016, que contou com uma participação massiva da comunidade e de representantes públicos ligados ao GDF (Administração Regional, CRE, IBRAM, SEMA, Erika Kokay, etc.), além de gerar a publicação do “Termo de Referência para Elaboração do Plano de Manejo do Parque Distrital de São Sebastião”, que estabelece as diretrizes atualizadas e práticas para gestão e manejo da área, e prevê a participação da comunidade em todo o processo de planejamento por meio da criação de um Conselho Gestor do Parque e de Oficinas de Planejamento Participativo.

Após as intensas negociações/articulações institucionais ancoradas à ocupação sociocultural contínua do Parque pelos coletivos, movimentos e moradores, o Termo de Referência passou

a ser executado em 2020³⁷¹, quando foram iniciadas as reuniões (*online*) com a comunidade para tratar sobre o plano de manejo do PDSS, que contaram com a participação de representantes de diversos setores da sociedade civil como Cultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Urbanismo, moradores e usuários do Parque, que compõem o Fórum PDSS. Articulado a este processo de incidência pela revitalização do Parque, o Movimento Cultural Supernova junto ao Fórum de Meio Ambiente da cidade, à Frente Parlamentar Ambientalista, ao IBRAS, entre outras organizações e coletivos, vem atuando na preservação, mapeamento e revitalização de nascentes³⁷², visando preservar o ciclo natural das águas da APA do Rio São Bartolomeu, por meio do plantio de mudas nativas do cerrado.

Nesse sentido, o Movimento Supernova tem articulado e interseccionado ações socioculturais contínuas realizadas no território à mobilização e luta pela defesa, preservação e revitalização do Parque, a partir de um processo de empoderamento coletivo, participativo e afetivo que integra diferentes setores da sociedade civil, envolvendo atividades e ações que atravessam as pautas do meio ambiente, educação popular, cultura, saúde, segurança pública, entre outras.

3.3.3 SÍNTESE DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS: PRÁTICAS, CONFLITOS E MÚLTIPLAS FRENTE DE AÇÃO

A potência subversiva, inventiva e emancipatória das práticas socioculturais, saberes e formas de gestão coletiva da terra/território ancoradas em práticas solidárias, enunciadas e produzidas pela ação política de coletivos e movimentos culturais periféricos nas Ocupações Culturais, têm contribuído na transformação socioespacial e enfrentamento das desigualdades nas periferias do Distrito Federal, a partir de múltiplas frentes de ação: (1) construção e fortalecimento de redes de solidariedade, autocuidado e assistência social comunitárias; (2) educação popular como ferramenta de empoderamento e geração de renda; (3) desenvolvimento de práticas socioambientais voltadas à soberania alimentar; (5) fortalecimento e difusão da produção cultural e artística desenvolvida nas periferias; (4) formação política; dentre outras.

Tais frentes de ação, demonstram como estes territórios aglutinam e incorporam as múltiplas pautas de luta e demandas das periferias, e se convertem em espaços de ação política e emancipação de sujeitos periféricos, que lutam para assegurar a sobrevivência, autonomia e

³⁷¹ Ver “Comunidade participa da elaboração do Plano de Manejo do PDSS”:
<http://isaacmendessn.blogspot.com/2020/08/comunidade-participa-da-elaboracao-do.html>

³⁷² Ver “Iniciativa de revitalização de nascentes mobiliza moradores em São Sebastião”:
<http://isaacmendessn.blogspot.com/2020/12/iniciativa-de-vitalizacao-de-nascentes.html>

reconhecimento de suas práticas e territorialidades, marcadas pela condição de invisibilidade e ameaça permanente, operada e legitimada pelos instrumentos de planejamento territorial.

Ou seja, as Ocupações Culturais se constituem como territórios de emancipação, acolhimento, resiliência, transformação social, formação e empoderamento da juventude periférica; e ao mesmo tempo, como territórios em resistência, pois estão na mira das frentes de expansão imobiliária articuladas à vetores de remoções forçadas promovidas pelo GDF, que impõe a elas uma condição de ameaça e insegurança de posse permanente, operada e legitimada pela aplicação arbitrária/seletiva da legislação urbana somada à inexistência de instrumentos urbanísticos voltados à proteção e reconhecimento do patrimônio cultural periférico, como aponta o quadro 4³⁷³ a seguir.

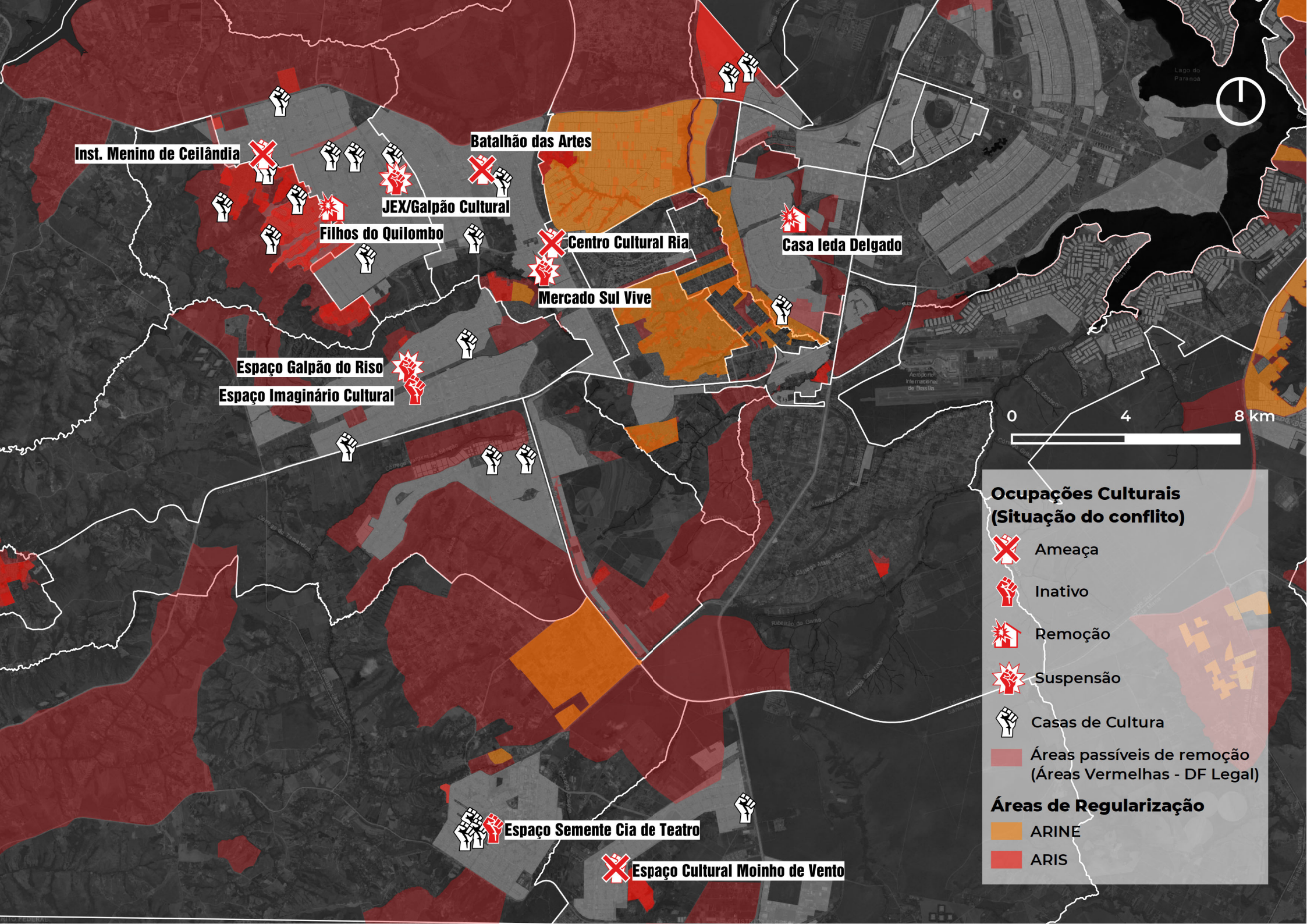
Nesse sentido, estes territórios assumem uma dupla condição: mesmo conquistando a suspensão temporária da reintegração de posse e/ou obtendo a cessão de uso do espaço, ainda permanecem sob constante ameaça de remoção, pois, dentro dessas tramas jurídico-administrativas de exclusão promovidas nas periferias, ser portador de um direito de ocupação, não necessariamente significa ter segurança de posse (Rolnik, 2015).

Quadro 4: Sistematização da situação de posse legal e do conflito das Ocupações Culturais periféricas do DF.

Nome da Ocupação	Instrumento Legal de posse	Situação do conflito
Jovem de Expressão	Não possui	Suspensão temporária; Ameaça
Galpão Cultural – Jovem de Expressão	Não possui	Suspensão temporária; Ameaça
Instituto Cultural Menino de Ceilândia	Não possui (Declaração de uso)	Ameaça
Filhos do Quilombo	Não possui	Remoção parcial; Ameaça
Mercado Sul Vive	Não possui	Suspensão temporária; Ameaça
Centro Cultural RIA	Não possui	Ameaça
Batalhão das Artes	Não possui (Declaração de uso)	Ameaça
Espaço Semente Cia de Teatro	Cessão de uso	Inativo; Ameaça
Casa Ieda Santos Delgado	Não possui	Remoção total
Casa de Cultura Carlos Marighella	Não possui (Declaração de uso)	Inativo (Desativado)
Espaço Imaginário Cultural	Cessão de uso	Inativo (Desativado)
Espaço Galpão do Riso	Cessão de uso	Suspensão temporária; Ameaça
Espaço Cultural Moinho de Vento – Família Hip Hop	Não possui (Declaração de uso)	Ameaça
Domingo no Parque – Movimento Supernova	Não possui (Declaração de uso)	Inativo

Fonte: elaboração própria, 2023.

³⁷³ Considerando essa condição de transitoriedade permanente (Rolnik, 2015) dos territórios periféricos, definimos que todas as Ocupações Culturais mapeadas se constituem numa dupla situação de conflito, sempre ancorada à “ameaça”. Com exceção da Ocupação Domingo no Parque (situação de conflito inativa), que ocupa periodicamente o Parque Distrital de São Sebastião.



Inst. Menino de Ceilândia

Batalhão das Artes

JEX/Galpão Cultural

Filhos do Quilombo

Centro Cultural Ria

Casa Ieda Delgado

Mercado Sul Vive

Espaço Galpão do Riso

Espaço Imaginário Cultural

Espaço Semente Cia de Teatro

Espaço Cultural Moinho de Vento

**Ocupações Culturais
(Situação do conflito)**

-  Ameaça
-  Inativo
-  Remoção
-  Suspensão
-  Casas de Cultura
-  Áreas passíveis de remoção
(Áreas Vermelhas - DF Legal)

Áreas de Regularização

-  ARINE
-  ARIS

O levantamento do quadro 4 (disponível no Anexo 3) revela que 78% das Ocupações Culturais periféricas do DF (11 das 14 mapeadas) não possuem sequer um instrumento de cessão de uso do espaço. Esta condição de ameaça permanente é operada e constituída por múltiplos processos e mecanismos que conduzem à despossessão e expulsão, como: (1) a inexistência de instrumentos urbanísticos que promovam a permanência, proteção e valorização de territórios culturais periféricos; (2) os cortes de serviços essenciais voltados à manutenção e vigilância/segurança do espaço, promovidos pelas Administrações Regionais; (3) os constantes furtos de materiais e equipamentos sofridos; (4) o acúmulo de dívidas e despesas de água, energia e IPTU – mesmo nas Ocupações que possuem cessão de uso; (5) e a falta de recursos vindos das políticas públicas culturais – concentradas nas regiões centrais.

Essa condição de insegurança de posse é ampliada pelo acúmulo de dívidas e despesas em variados níveis, que se soma à falta de adequação entre as diversas atividades socioculturais desenvolvidas nas Ocupações e os usos propostos na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) para suas áreas, como aponta o Quadro (Anexo 3) abaixo:

Quadro 5: Sistematização do Uso e Ocupação do solo das Ocupações Culturais periféricas do DF.

Nome	Destinação/uso anterior	Outros Usos	LUOS
Jovem de Expressão	Praça do Cidadão	–	Inst EP - Institucional Equipamento Público ³⁷⁴
Galpão Cultural – Jovem de Expressão	Batalhão da PM	–	Inst EP - Institucional Equipamento Público
Instituto Cultural Menino de Ceilândia	Creche	–	CSIIR 1 ³⁷⁵
Filhos do Quilombo	Área pública (6 lotes) da NOVACAP	–	CSIIR 1
Mercado Sul Vive	17 lojas abandonadas do Mercado Sul	Moradia	CSIIR 2 ³⁷⁶
Centro Cultural RIA	Batalhão da PM	Moradia	CSIIR 2
Batalhão das Artes	Batalhão da PM	–	Não consta
Espaço Semente Cia de Teatro	Casa do Artesão do Gama	–	Não consta
Casa Ieda Santos Delgado	Casa de Cultura do Guará	Moradia	UE 13 ³⁷⁷
Casa de Cultura Carlos Marighella	Centro Educacional Pompílio Marques de Souza	–	Não consta

³⁷⁴ **Inst EP - Institucional Equipamento Público**, onde são desenvolvidas atividades inerentes às políticas públicas setoriais, constituindo lote de propriedade do poder público que abrigue, de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários.

³⁷⁵ **CSIIR** - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, industrial e Residencial, onde são obrigatórios os usos comercial, prestação de serviços, institucional e industrial, simultaneamente ou não, e admitido o uso residencial desde que este não ocorra voltado para o logradouro público no nível de circulação de pedestres; **CSIIR 1** configura-se por atividades com características de âmbito local, admitindo o uso residencial.

³⁷⁶ **CSIIR 2** configura-se por atividades com características de âmbito intermediário, entre o local e o regional, admitindo o uso residencial.

³⁷⁷ **Unidades Especiais – UE**, aplicadas a situações específicas; **UE 13** – estádios, instalações esportivas e vilas olímpicas.

Espaço Imaginário Cultural	Centro Comunitário	–	CSIIR 1 NO ³⁷⁸
Espaço Galpão do Riso	Centro Comunitário	–	Inst EP - Institucional Equipamento Público
Espaço Cultural Moinho de Vento – Família Hip Hop	Associação da Criança e do Adolescente (ACA)	–	Inst (Exclusivamente Institucional) ³⁷⁹
Domingo no Parque – Movimento Supernova	Parque Distrital de São Sebastião	–	Não consta

Fonte: elaboração própria, 2023.

Essa inadequação é revelada no caso do Espaço Cultural Moinho de Vento, que ocupa a área onde funcionava a antiga Associação da Criança e do Adolescente, e se insere no uso Exclusivamente Institucional da LUOS. Tal descompasso de usos impacta diretamente no aumento das tributações e no valor do IPTU do espaço, além de revelar a inexistência de zoneamentos urbanísticos que promovam incentivos fiscais e desonerações tributárias que visam o estímulo, fortalecimento e manutenção destas práticas e territórios culturais. O levantamento (quadro 5) também mostra uma quantidade expressiva de edifícios destinados a Batalhões da Polícia Militar e Centros Comunitários que foram abandonados pelas Administrações Regionais e ocupados pelos coletivos culturais.

Os conflitos fundiários ocorridos no Jovem de Expressão, na Ocupação Mercado Sul Vive, na Casa Ieda Santos Delgado e no Espaço Cultural Filhos do Quilombo, demonstram como o Estado tem empregado tanto a violência legal quanto a ilegal como prática de repressão legítima, visando restringir e controlar as fronteiras de acesso à legitimidade social, por meio de formas cada vez mais territorializadas e militarizadas dos dispositivos de controle e gestão dos conflitos urbanos.

Assim, estes casos revelam que mesmo sendo publicamente reconhecidas em variadas instâncias políticas e institucionais pelas suas ações sociais realizadas nas comunidades, as Ocupações Culturais são marcadas por uma condição de transitoriedade permanente, operada por uma política repressiva de apagamento que define como proibidas as formas de ocupação inscritas em práticas socioculturais subalternas, vistas como uma ameaça à “manutenção da ordem urbanística”, que é manejada para restringir a legitimidade social apenas ao Patrimônio Cultural inscrito na paisagem tombada do Plano Piloto. Desta maneira, as normas de planejamento adotadas sem diálogo com essas formas tradicionais de ocupação, se tornam mais uma engrenagem de legitimação dessa máquina de despossessão, e definem uma condição de invisibilidade desses territórios, que perpassa a fragilidade e

³⁷⁸ **CSIIR NO** - Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial Não Obrigatório, onde são permitidos, simultaneamente ou não, os usos comercial, prestação de serviços, institucional, industrial e residencial, nas categorias habitação unifamiliar ou habitação multifamiliar em tipologia de casas ou habitação multifamiliar em tipologia de apartamentos, não havendo obrigatoriedade para qualquer um dos usos

³⁷⁹ **Inst - Institucional**, onde é permitido exclusivamente o uso institucional público ou privado.

insuficiência do planejamento urbano em instituir ações que os legitimem e reconheçam legalmente.

[...] as periferias urbanas se desenvolveram [...] como uma arena de conflitos por terra na qual as distinções entre ocupação legal ou ilegal são temporárias e as relações entre elas, perigosamente instáveis. Nesse contexto, a lei costuma produzir complexidades processuais e substantivas insolúveis; essa irresolução jurídico-burocrática sempre dá início a soluções extrajudiciais [...]. Dessa forma, a legislação fundiária promove conflitos, e não resoluções. (Holston, 2013, p.265-266)

Contudo, mesmo estando na mira das frentes de expansão imobiliária articuladas à vetores de remoções forçadas e não conquistando sequer a cessão de uso ou regularização fundiária, a trajetória de luta de Ocupações Culturais como o Jovem de Expressão, Mercado Sul Vive e o Espaço Cultural Moinho de Vento, demonstram a importância da combinação entre variadas frentes de ação e resistência, que se traduzem na (1) contínua mobilização territorial por meio de múltiplas práticas e linguagens socioculturais insurgentes que ativam e emanam toda a potência do território, configurando-se como táticas de autodefesa e sobrevivência comunitária; e na (2) articulação e incidência junto aos poderes executivos e legislativos, imprensa, universidades, entidades e movimentos sociais, criando espaços de ação, nos quais os coletivos culturais têm ocupado e disputado o debate público, reivindicando pautas e demandas que são comuns entre as Ocupações Culturais do DF. Por meio destas frentes de ação e resistência sociopolíticas transformadoras, estes territórios têm atuado na luta contra os processos de remoção e na construção da legitimidade social e reconhecimento de suas práticas e tecnologias sociais desenvolvidas.

Situadas numa conjuntura sociopolítica autoritária da gestão urbana, as mobilizações, articulações institucionais e vitórias na Justiça, como no caso da suspensão da reintegração de posse da Ocupação Mercado Sul Vive e a batalha travada pela permanência da Casa Ieda Santos Delgado, têm aberto relevantes precedentes e inaugurado, principalmente nos últimos anos, um cenário – mesmo que ainda muito turvo – favorável às Ocupações Culturais no DF. Tal conjuntura tem escancarado a articulação de redes de proteção, solidariedade e apoio mútuo entre coletivos e ocupações de diferentes regiões e comunidades da capital, que se configuram como **Territórios Educadores**, nos quais compartilham entre si aprendizados e saberes, processos de luta e organização coletiva para construir possibilidades e estratégias de enfrentamento aos seus desafios e demandas em comum. Estes “territórios-de-resistência-rede” (Bartholl, 2015) conectam diferentes escalas de ação (local e regional), combinando arranjos subversivos de organização e mobilização popular ancorados a mídias alternativas e comunicação contra-hegemônica em rede.

Assim, as Ocupações Culturais vêm construindo um planejamento insurgente (Miraftab, 2016), no qual sujeitos periféricos vêm ocupando variadas instâncias políticas e institucionais

e disputando espaços de decisão e poder, incorporando ao planejamento institucional suas propostas e demandas elaboradas coletivamente em seus territórios, subvertendo assim, os aparatos formais e espaços excludentes do planejamento hegemônico. Nesse sentido, estas ações insurgentes têm inaugurado um novo ciclo de debates e mobilizações sobre instrumentos das políticas culturais e urbanas voltados à valorização e preservação de territórios periféricos, protagonizados por coletivos e movimentos culturais, que têm fomentado diversos seminários e se articulado ativamente com as Secretarias de Estado para reivindicar e expandir seus direitos.

Como mostra a trajetória de resistência do movimento Mercado Sul Vive em Taguatinga contra o processo de reintegração de posse articulada à luta pelo reconhecimento oficial do seu território como patrimônio cultural material e imaterial do DF, que contou com o apoio do próprio GDF, do IPHAN/DF e de diversos movimentos sociais e culturais; e levantou um relevante debate sobre a aplicação de Zonas Especiais de Interesse Cultural nos marcos regulatórios do DF por meio do diálogo com a Secretaria de Cultura. Assim, o MSV vem mobilizando pautas sobre instrumentos de proteção e preservação de territórios culturais periféricos em variadas instâncias políticas e institucionais, por meio de diferentes estratégias: audiências públicas, ocupação e mobilização do território com atividades socioculturais, campanhas nas redes sociais e incidência nas mídias/jornais regionais. Tais processos vêm tensionando a opinião pública e contribuindo para o avanço de demandas centrais das Ocupações Culturais no DF – como a regularização fundiária.

Também é o caso da luta pela cessão de uso e regularização do Galpão Cultural do Jovem de Expressão em Ceilândia, que na luta contra sua remoção, tem intensificado suas articulações e avançado na pauta junto à SEDUH/DF, Secretaria de Cultura do DF, Administração Regional da cidade, Ministério Público, e à Câmara Legislativa (CLDF) por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHCEDP/CLDF) e do “gabinete abarreta” coordenado pelo deputado distrital Max Maciel (PSOL/DF).

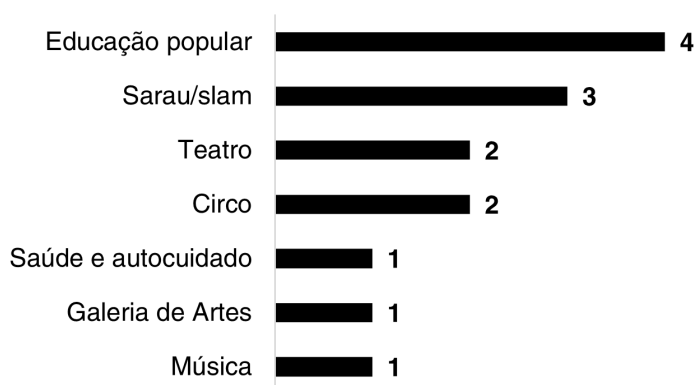
A luta pela defesa, preservação e revitalização do Parque Distrital de São Sebastião protagonizada pelo Movimento Cultural Supernova/Domingo no Parque junto aos coletivos e artistas da cidade, também vem contribuindo ativamente na qualificação do território e na diminuição dos índices de criminalidade e violência no local. Assim, o movimento vem mobilizando de baixo para cima um processo de planejamento participativo e coletivo de gestão e manejo do Parque, envolvendo a comunidade e se articulando com parlamentares, Administração Regional, Fórum de Entidades Sociais, além de setores do GDF ligados ao meio ambiente como a Secretaria do Meio Ambiente e o IBRAM.

Nesse sentido, o planejamento insurgente ou conflitual (Vainer et al., 2013) protagonizado pelas práticas desenvolvidas de baixo para cima por sujeitos periféricos, joga luz às potencialidades emancipatórias e transformadoras do planejamento, pois rompe com suas concepções tecnicistas elaboradas de cima para baixo e com seu caráter político-ideológico que dissimula e oculta os conflitos urbanos. Dessa forma, as Ocupações Culturais periféricas vêm tensionando a opinião pública e explicitando os conflitos socioespaciais no DF, que seriam ocultados ou escamoteados no âmbito da institucionalidade.

Estes territórios reivindicam o direito à cidade e a legalidade/legitimidade de suas ações por meio de amplos embates e negociações que pressionam e obrigam o Estado a redefinir sua agenda política, e disputam o debate público com estratégias discursivas que realizam uma “inversão semântica” (Trindade, 2014) dos discursos hegemônicos de criminalização da luta pela terra, enfatizando suas potencialidades e a qualificação do território resultante da sua contínua mobilização e apropriação sociocultural.

Assim, nesse processo de qualificação e apropriação contínua do território, as Ocupações Culturais periféricas do DF vêm aglutinando uma multiplicidade de práticas socioculturais insurgentes, saberes e formas de gestão coletivas e solidárias, que podem ser decodificadas em seis eixos/frentes de ação: (1) Expressões artísticas e culturais, constituídas pelo teatro, circo, dança, música, samba, capoeira, *hip-hop*, batalhas de rima, arte urbana, *sarau/slam*, bailes, cineclube, biblioteca comunitária, galeria de artes, artes plásticas/visuais, literatura, moda/design, artesanato; (2) Educação popular; (3) Saúde e autocuidado; (4) Redes de solidariedade; (5) Práticas socioambientais; e (6) Economia popular/geração de renda. Dessa forma, estas práticas foram distribuídas em Área de atuação principal e Áreas de atuação transversal³⁸⁰, como mostram as figuras abaixo:

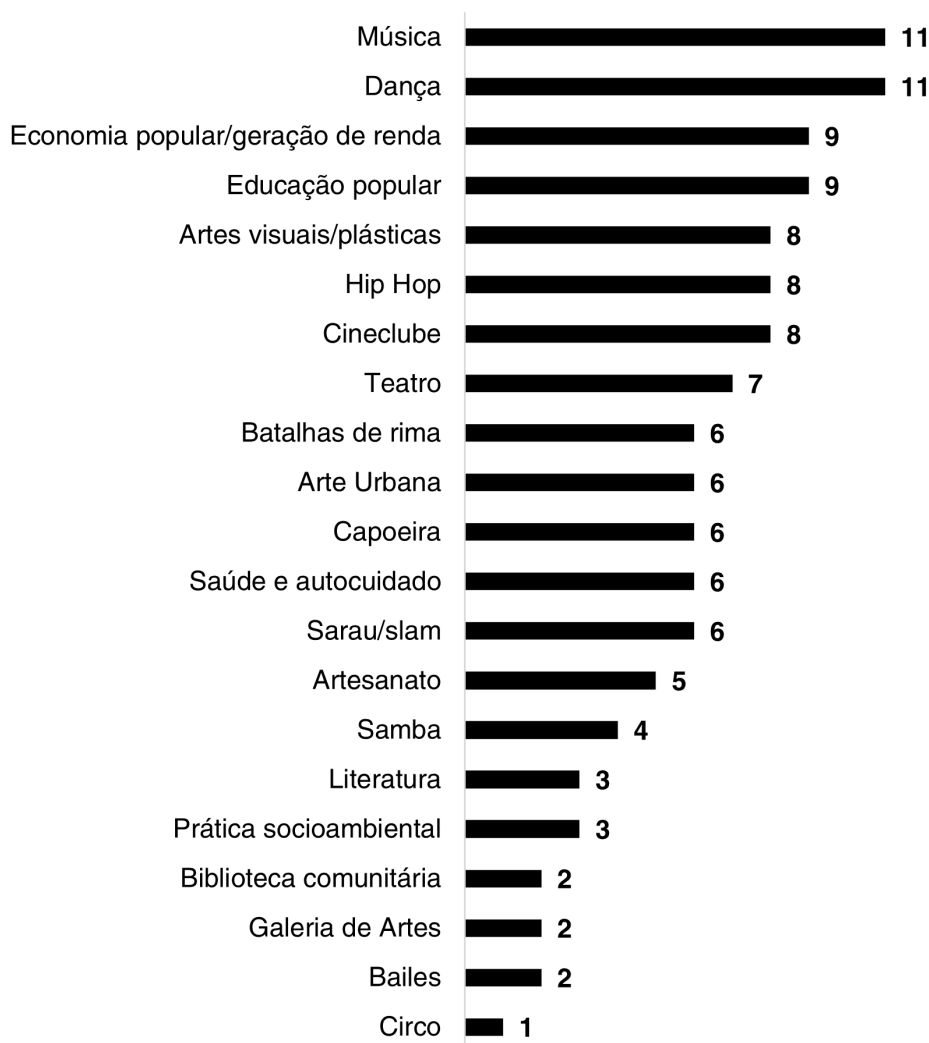
Figura 102: Atuação principal – número de Ocupações Culturais em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.



Fonte: elaboração própria, 2023.

³⁸⁰ A Área de atuação principal é constituída pela prática/expressão sociocultural prioritária e de maior recorrência no território; e as Áreas de atuação transversal são constituídas pelas demais práticas e expressões desenvolvidas no território.

Figura 103: Atuações transversais – número de Ocupações Culturais em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.



Fonte: elaboração própria, 2023.

A cartografia das práticas e expressões socioculturais (disponível nos Anexos 4, 5 e 6) acima revela que as Ocupações Culturais têm fomentado e utilizado a educação popular como principal instrumento de transformação social e enfrentamento das desigualdades nas periferias do Distrito Federal. Assim, a educação popular se intersecciona às múltiplas práticas socioculturais e ambientais desenvolvidas nestes territórios, atuando na (1) geração de trabalho e renda por meio do empreendedorismo popular; (2) construção de autonomia e afirmação de identidades; (3) conscientização e empoderamento; (3) saúde mental e bem-estar de jovens e mulheres; (4) salvaguarda comunitária de fazeres ancestrais e populares; (5) formação política; e na (6) construção de redes solidárias de difusão e fortalecimento de saberes e práticas culturais e artísticas periféricas desenvolvidas por artistas e coletivos locais.

Visando potencializar e difundir as tecnologias sociais e produções desenvolvidas pelas periferias do DF, as Ocupações Culturais vêm construindo redes solidárias de economia popular e circuitos artístico-culturais periféricos por meio de *saraus/slams*, feiras e brechós, que transformam estes territórios num ponto de encontro de ofícios, fazeres, culturas, coletivos e movimentos (contendo gastronomia, feira de orgânicos, artesanato, moda circular, exposições, etc.). Além de catalisar e aglutinar toda essa diversidade de manifestações no território, estas práticas têm atuado como táticas periféricas de subsistência e sobrevivência de artistas e moradores, que tentam encontrar meios alternativos de se manter e driblar as desigualdades estruturais, gerando renda.

As Ocupações Culturais também vêm incidindo na construção de práticas agroecológicas e socioambientais no território por meio de hortas comunitárias autogeridas voltadas à luta pela soberania/segurança alimentar. Estas práticas se interseccionam às múltiplas frentes de atuação destes territórios, incidindo (1) na qualificação, gestão coletiva e transformação do território; (2) na geração de renda e subsistência da Ocupação; (3) no empoderamento e fortalecimento de vínculos junto às comunidades; e (4) na educação política e ambiental. Ainda, nas Ocupações Mercado Sul Vive, Casa Ieda Santos Delgado e Centro Cultural RIA, o território se converte em moradia de diversos artistas, artesãos, jovens e famílias chefiadas por mulheres de baixa renda, que se entrelaçam coletivamente nessa trama práticas socioculturais e ambientais, tecendo redes de apoio e resistência mútuas, que demonstram a diversidade de apropriações e arranjos de uso e ocupação do solo presentes nestes territórios culturais.

Forjadas pelas múltiplas identidades e subjetividades insurgentes enunciadas pelos movimentos populares e coletivos culturais periféricos, as Ocupações Culturais têm se configurado como vetores de transformação socioespacial e de enfrentamento às desigualdades nas periferias do Distrito Federal. Estes territórios emancipadores aglutinam a diversidade de práticas, expressões socioculturais e tecnologias sociais produzidas e desenvolvidas por sujeitos periféricos e incorporaram as múltiplas pautas de luta que se interseccionam à cultura periférica, tais como: moradia, trabalho, geração de renda, soberania alimentar, educação popular, economia solidária, lazer, segurança pública, mobilidade urbana, direito à infância, empoderamento e representatividade feminina e LGBTQIAP+, diversidade/equidade étnico-racial e de gênero, justiça racial e ambiental, saúde e autocuidado, entre outras.

3.3.4 AS CASAS DE CULTURA INSURGENTES

Constituídas por Quilombos Urbanos feministas, cozinhas solidárias, galerias de arte, circos e teatros periféricos, as Casas de Cultura vêm construindo e potencializando redes e circuitos solidários de cultura, economia e educação popular junto às Ocupações Culturais, atuando na luta pelo direito à cidade e no enfrentamento às desigualdades nas periferias do Distrito Federal, como mostra o levantamento (Anexo 6) das figuras abaixo:

Figura 104: Atuação principal – número de Casas de Cultura em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.

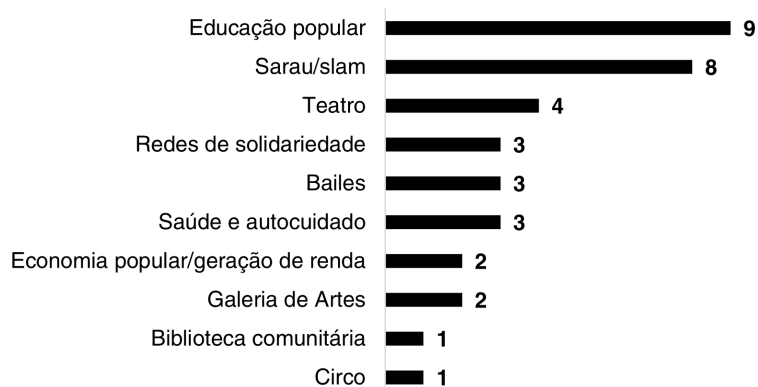


Figura 105: Atuação transversal – número de Casas de Cultura em relação a cada prática e expressão sociocultural cartografada.





Muquifo Conexão Underground



Casa Akotirene



Espaço Cultural OLDSKRR

Coletivo ELAFAV



Casa Cultural 7 da Norte

Coletivo Cultural e Social Sol Nascente



Casa da Natureza



Padaria Comunitária MTD DF



Cozinha Solidária MTST



Centro Cultural Cio das Artes



Territórios Culturais



Casa de Cultura



Ocupação Cultural

Áreas de Regularização

ARIS

Áreas passíveis de remoção
(Áreas Vermelhas - DF Legal)



COZINHAS POPULARES NO ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES NO SOL NASCENTE/DF

No Sol Nascente/Pôr do Sol, Região Administrativa com o segundo maior índice³⁸¹ de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar do DF (49,8% de sua população) (PDAD/DF, 2021), uma ampla rede de solidariedade composta por movimentos sociais e coletivos culturais, vêm atuando coletivamente em iniciativas e ações articuladas de fomento e promoção da saúde, alimentação saudável, cultura e educação junto às comunidades, como: a Casa de Cultura do coletivo ELAFAV (2020), que vem realizando diversas práticas socioculturais com foco no fortalecimento e empoderamento feminino e LGBTQIAP+, como rodas de conversa sobre empreendedorismo, conscientização do autocuidado, saúde mental e sexual; terapias comunitárias; oficinas de *break*, *hip-hop*, grafite; além de diversas apresentações musicais e batalhas de rima. Assim como a Casa de Cultura do Coletivo Cultural e Social Sol Nascente, que vem atuando na comunidade desde 2015, promovendo saraus/*slams*, oficinas de fotografia, empreendedorismo feminino, artesanato, grafite, *break*, discotecagem, capoeira e música; além de amplas campanhas de arrecadação de alimentos e cestas básicas para as famílias do território.

O Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Por Direitos (MTD-DF), também vem desenvolvendo ativamente um conjunto de ações gratuitas voltadas à educação popular e geração de trabalho e renda para mulheres da comunidade, como o projeto “Renda Delas”, que tem como objetivo contribuir na capacitação, organização, divulgação, empoderamento e fortalecimento das mulheres do Sol Nascente que fabricam produtos (comidas, artesanatos, tecidos, etc.) ou oferecem serviços diversos.

A partir do Renda Delas³⁸², o MTD-DF vem fomentando diversas iniciativas que se interseccionam e unem diversos moradores, coletivos e Casas de Cultura do Sol Nascente, como o curso “Mulheres em Roda e a Renda Delas”³⁸³ voltado ao empreendedorismo e geração de renda para mulheres, que conta com oficinas de comunicação e *marketing* digital, empreendedorismo e organização do trabalho, regularização jurídica e cooperativismo, gestão financeira, dentre outras; e as Feiras de Economia Solidária “a Renda Delas”, que contam com brechós, artesanatos, produtos, pães e salgados, produzidos pelas mulheres no território; além de capacitações de mulheres voltadas à fabricação, fermentação, assamento

³⁸¹ Segundo o índice de Vulnerabilidade social (Dipos/Codeplan, 2020), o Sol Nascente/Pôr do Sol possui um índice de 0,60, ficando atrás apenas da RA SCIA/Estrutural (0,76).

³⁸² Perfil do projeto A Renda Delas coordenado pelo MTD-DF: <https://www.instagram.com/arendadelas/>

³⁸³ Ver “Projeto oferece oficinas gratuitas de capacitação para mulheres no DF”:

<https://www.metropoles.com/distrito-federal/projeto-oferece-oficinas-gratuitas-de-capacitacao-para-mulheres-no-df>

e avaliação final de pães e salgados, realizadas na Padaria Comunitária Pão Nosso, localizada no território.

Figura 107: Curso a Renda Delas e cineclube na antiga Padaria Pão Nosso.



Fonte: acervo MTD-DF, 2021; 2022.

Assim, o MTD-DF transformou o território em um “Ponto Popular de Trabalho” autogerido, onde se realizam diversas práticas socioculturais e ambientais voltadas ao bem-estar e saúde da comunidade, como cineclubes, apresentações musicais, arraiás, feiras, hortas comunitárias, além de campanhas de vacinação e doação de alimentos saudáveis. Além disso, o movimento realiza junto aos moradores, instituições e deputados parceiros, diversos debates e rodas de conversa para mapear demandas e problemas vividos na comunidade (em torno dos eixos de Saneamento, Iluminação, Transporte, Saúde e Educação) e discutir coletivamente soluções e estratégias de enfrentamento e mitigação, que se constituem como práticas de planejamento insurgente. Recentemente, o movimento inaugurou em 2023, no espaço da antiga Padaria Pão Nosso – criada durante a pandemia –, a Cozinha Popular Mara Maria de Jesus, com o objetivo de continuar atuando como território de cultura e solidariedade, no combate à fome e à insegurança alimentar na região, como afirma o MTD:

As cozinhas populares são formas de enfrentar o problema da fome nas periferias, a partir da organização do próprio povo. As cozinhas também se tornam um espaço de encontro e de produção de cultura. Estimulam a solidariedade e a participação ativa. É o povo cuidando do povo.³⁸⁴

Atuando nas mesmas frentes de fomento e promoção de saúde, alimentação saudável, cultura e educação às famílias vulneráveis do Sol Nascente (SHSN 209), a Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), vem atuando desde 2021 – quando surgiu num cenário pandêmico de desmonte das políticas públicas e de avanço da pobreza e da

³⁸⁴ Ver “Combate à fome: MTD-DF inaugura Cozinha Popular no Sol Nascente”: <https://www.brasildefatodf.com.br/2023/04/18/combate-a-fome-mdt-df-inaugura-cozinha-popular-no-sol-nascente-nesta-sexta-21>

fome nas periferias –, no combate à fome por meio da distribuição de refeições saudáveis, interseccionando diversas práticas socioculturais e ambientais voltadas à soberania alimentar, acolhimento e assistência social, como: rodas de conversa, escolinhas e atividades culturais destinadas ao bem-estar de crianças, formação política, cultivo e manejo de hortas comunitárias no espaço, capacitação e educação popular em autoconstrução, “Brigadas de Educação, horta e saúde”, cursos de Formação de Multiplicadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional para mulheres, dentre outras atividades. Nesse sentido, para além do combate à fome, a cozinha solidária desempenha um papel fundamental na luta pelo direito à cidade, aglutinando variadas frentes de atuação articuladas às demandas concretas da comunidade.

Figura 108: Festa do dia das crianças na Cozinha Comunitária do MTST.



Fonte: MTST-DF, 2021.

Figura 109: Mutirão na horta comunitária Cozinha Comunitária do MTST.



Fonte: MTST-DF, 2023.

QUILOMBOS URBANOS COMO TERRITÓRIOS DE AFETO, EMPODERAMENTO E AUTOCUIDADO

Criada por mulheres negras do coletivo Afromanas em 2019, a Casa Akotirene³⁸⁵ se configura como um Quilombo Urbano em Ceilândia (QNN 23) e território de resistência preta, feminina e LGBTQIAP+, que age na necessidade de um espaço de ação, diálogo e empoderamento das mulheres da comunidade local. O Quilombo funciona como moradia e centro de atendimento sociocultural voltado à formação, capacitação e acolhimento de mulheres negras e periféricas, e vem desenvolvendo diversas atividades como rodas de conversa sobre violência doméstica e menstrual, feminicídio, saúde mental, soberania alimentar (por meio da

³⁸⁵ Perfil da Casa Akotirene na rede social: <https://www.instagram.com/casa.akotirene/>

Cozinha Sextayo que integra o espaço), autocuidado e ginecologia natural, afroafeto, quilombamento, além de atendimento psicológico e jurídico; todas voltadas ao desenvolvimento da autoestima, representatividade e protagonismo de mulheres.

Figura 110: Fachada da Casa Akotirene, 2019.



Fonte: acervo Casa Akotirene, 2019.

Além disso, a Casa oferece aulas de yoga, percussão, capoeira; oficinas de capacitação, empreendedorismo, empregabilidade e autocuidado para mulheres; leitura, escrita e produção textual; design e artes visuais; promove oficinas de elaboração de projetos e currículos na área cultural. Também promove economia solidária a partir de bazar e brechós solidários³⁸⁶ e realiza Saraus, cineclubes, “cafés com afeto”, discotecagem com ênfase na questão racial, entre outras atividades e construções da identidade afro-brasileira, que fazem do Quilombo, um território de afeto e autocuidado³⁸⁷.

Aline Dias, uma das coordenadoras do Quilombo, cita as principais ações e “experiências decoloniais” realizadas no território, em seu artigo “O Quilombo urbano como uma experiência transformadora na construção da consciência étnico racial brasileira”³⁸⁸, escrito em 2020:

- Construção das ações da agenda nacional dos Julho das Pretas. O Julho das pretas é uma agenda a nível nacional da organização de mulheres pretas do Brasil;
- Roda de conversa sobre empregabilidade do público LGBTQI+;
- Saraus Culturais da Casa Akotirene com apresentação de artistas, vendas de produtos artesanais da casa e microfone aberto em um processo de escuta coletiva da comunidade;

³⁸⁶ Perfil do brechó da Casa Akotirene: <https://www.instagram.com/brecho.casa.akotirene/>

³⁸⁷ Ver “Coletivos e casas de acolhimento do DF fazem trabalho de autocuidado da população negra”: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/11/4961230-coletivos-e-casas-de-acolhimento-do-df-fazem-trabalho-de-autocuidado-da-populacao-negra.html>

³⁸⁸ Artigo “O Quilombo urbano como uma experiência transformadora na construção da consciência étnico racial brasileira”, disponível em: <https://midianinja.org/afrolatinas/o-quilombo-urbano-como-uma-experiencia-transformadora-na-construcao-da-consciencia-etnico-racial-brasileira/>

- Realização de eventos por meio de parceiras com a comunidade local para promover a interação no espaço;
- Rodas de Conversas e oficinas para capacitação da comunidade local;
- Campanha Casa Akotirene contra o corona vírus que distribuiu alimentos para famílias em vulnerabilidade e realização de encaminhamentos psicológicos;
- Ações de interação afetiva e autocuidado com as membras gestoras e moradores da Casa Akotirene;
- Ações de educação ambiental por meio do cuidado com as plantas do espaço, separação do lixo, fabricação de adubo, e manutenção da horta orgânica da casa;
- Encontro de brechós que promove a consciência da venda, troca e compartilhamentos de roupas, acessórios e sapatos;
- Espaço de produção de conhecimentos com pesquisa, produção de artigos científicos, projetos, designer gráfico e aprimoramento de tecnologias sociais.

Figura 111: Roda de conversa e autocuidado entre mulheres na Casa Akotirene.



Fonte: acervo Casa Akotirene, 2019.

Durante a pandemia da covid-19, a Casa Akotirene se transformou num ponto de arrecadação e distribuição³⁸⁹ de produtos de higiene para a comunidade e alimentos saudáveis em parceria com produtores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de oferecer diversos serviços e atendimentos na área da saúde, em parceria com a Unidade Básica de Saúde de Ceilândia Norte. Hoje, o território atende cerca de 150 família de Ceilândia, chefiadas por mulheres negras com renda mensal de até R\$ 500.

Outro Quilombo Urbano periférico no DF é a Casa de Cultura Popular Frida Khalo³⁹⁰ em São Sebastião, criada em 2014 com intuito de ser um lar feminista autogerido e independente, onde as mulheres da comunidade possam se sentir seguras, “pedir ajuda, fazer arte, ter lazer e apoiar umas às outras”³⁹¹. Coordenado por 25 mulheres que – integram o Conselho de

³⁸⁹ Ver “Engajados pelo fim da fome”: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/engajados-pelo-fim-da-fome-influenciadores-sociais-usam-as-redes-para-angariar-doacao-de-alimentos>

³⁹⁰ Perfil da Casa Frida Khalo na rede social: <https://www.instagram.com/casafridadf/>

³⁹¹ Entrevista de Hellen, uma das coordenadoras da Casa Frida Khalo. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mulheres-de-sao-sebastiao-criam-rede-de-apoio-a-vitimas-de-violencia>

Cultura Regional, o Conselho de Saúde, o Conselho de Juventude e o Fórum de Entidades Sociais da cidade – alugaram a Casa com dinheiro próprio e decidiram transformá-la em moradia, passando a colaborar voluntariamente como terapeutas, doadoras de roupas, alimentos e recursos para a manutenção do espaço. Assim, o Quilombo compõe uma rede de apoio, proteção e assistência social na comunidade, onde se converteu numa “casa de acolhimento a meninas e mulheres vítimas de violência e espaço de convivência e cocriação, resistindo como uma referência no fortalecimento de mulheres a partir da cultura feminista” (Casa Frida, 2018).

Em São Sebastião não há teatro, cinema, galerias, centros culturais e isso nunca impediu nosso desejo de existir, resistir e realizar juntas. Nós, mulheres da Casa Frida, nos reunimos inicialmente na pista de skate da nossa cidade, estrategicamente situada em frente à delegacia. Não era possível falar livremente sobre a grande parcela de nossas dores e amores, e temas ditos como polêmicos pela sociedade, mas que atravessam a carne da nossa realidade: afetividade LGBTQI+, sexualidade e gêneros diversos e dissidentes, aborto, assédios, drogas, a própria violência policial, a violência do patriarcado. Nos enchemos de coragem e amor, alugamos uma casa e demos início à nossa sede. (Casa Frida, 2018)

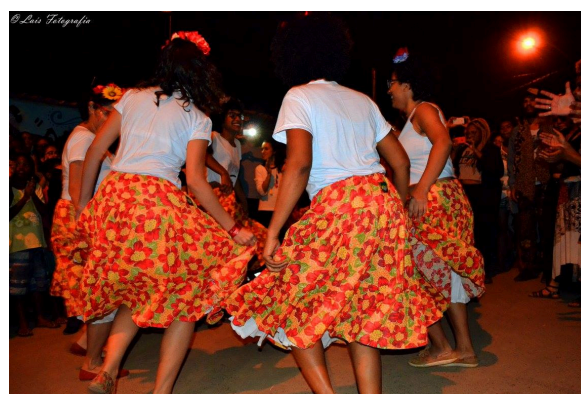
Nesse sentido, a Casa Frida promove cineclubes feministas e Saraus; Economia solidária com brechós e bazar de fazeres e saberes da comunidade; rodas de apoio e autocuidado entre mulheres com atendimento, acompanhamento social e psicoterapia; fomenta o empreendedorismo e empoderamento feminino com cursos de artesanato e padaria; oficinas de moda afro, costura, plantio e manipulação de ervas medicinais usadas na saúde da mulher; oficinas de yoga, *breaking*, capoeira, circo, teatro político, palhaçaria e dança; capacitação de empreendedoras culturais com oficinas sobre mecanismos de financiamento cultural, editais do FAC e elaboração de projetos, entre outras. A Casa tenta se manter por meio destes eventos e bazares de artesanatos produzidos nas oficinas, além de recursos vindos de editais públicos, doações de coletivos e movimentos culturais da cidade (como o Supernova) e campanhas de arrecadação que são destinadas ao pagamento de aluguel e despesas básicas como água, energia, e materiais de higiene para as jovens acolhidas.

Figura 112: Roda de capoeira da Casa Frida.



Fonte: acervo Casa Frida, 2017.

Figura 113: Mulheres da Casa Frida.



Fonte: acervo Casa Frida, 2018.

PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS EM SÃO SEBASTIÃO/DF

O Espaço Comunal Olaria, das Brigadas Populares DF³⁹², também tem desempenhado papel central na luta pelo direito à cidade junto às comunidades de São Sebastião. O território abriga diversas atividades socioculturais que se interseccionam à luta pela Soberania e Segurança Alimentar, por meio de mutirões e “Círculos por Soberania Alimentar” na Agrofloresta Comunal do espaço, onde o movimento visa estreitar o relacionamento com os moradores do Morro da Cruz e proporcionar espaços de formação, mostrando alternativas que fortalecem a constroem o poder popular por meio de mutirões de manejos e plantios, colheita e compartilhamento dos alimentos saudáveis.

Figura 114: Agrofloresta Comunal autogerida do território.



Fonte: acervo Brigadas Populares DF, 2022.

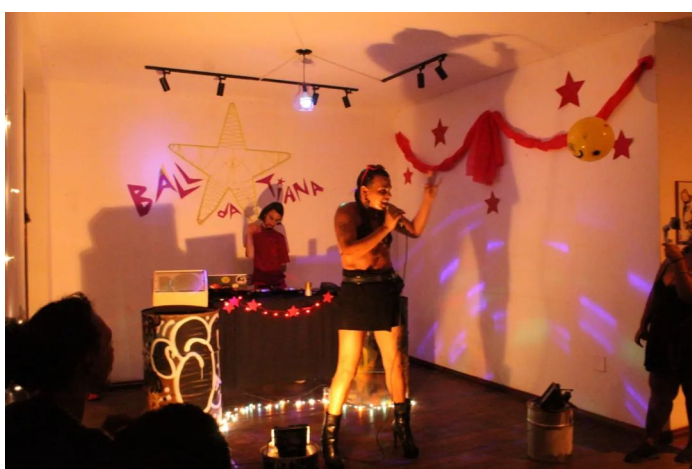
Aglutinando e atuando nas diversas demandas e pautas de luta das comunidades de São Sebastião, que giram em torno da moradia, terra, cultura, alimentação, transporte, saúde e educação, a Comuna Olaria realiza diversas atividades no território, que vão desde formações sobre o direito à cidade, oficinas de agroecologia para trabalhadores rurais, rodas de conversa sobre as demandas comunitárias e organização coletiva de atividades junto aos territórios; além de assessoria jurídica popular voltada para comunidade do Morro da Cruz e entorno, cineclubes, aulas de capoeira, percussão e inicialização musical.

São Sebastião também conta com a Galeria de Arte RA1X4, gerida pelo coletivo Sebastianas, agência potencializadora de artistas de quebrada, que desde 2020 vêm atuando na cena cultural da cidade com a Biblioteca Exu do Absurdo, Feira das Sebastianas, Atitude Feminina e o Leilão, que se insere como principal tecnologia social do coletivo. Criada em 2022, a Galeria RA1X4 vem atuando como território autônomo de difusão, produção e promoção da arte e cultura periférica e fomento do registro e pesquisa da história de São Sebastião, criando

³⁹² Perfil das Brigadas Populares DF: <https://www.instagram.com/brigadaspopulares.df/>

circuitos artístico-culturais contra-hegemônicos que agem no intercâmbio e potencialização de fazeres e artes subalternas, se inserindo na cena cultural do DF como uma das poucas galerias³⁹³ localizadas fora do Plano Piloto, como a Risofloras em Ceilândia. O território vem realizando diversas atividades que aglutinam toda a potência e diversidade emanada pela cultura periférica do DF e Entorno, como Leilões/exposições que reúnem múltiplas linguagens artísticas e obras de artistas de todas as quebradas, batalhas de rima, bailes e saraus/*slams* que condensam variadas estéticas como o *afrobeat*, *hip-hop*, *r&b*, *soul* e *funk*, além de eventos e oficinas *Ballroom*.

Figura 116: 1ª *Ballroom* de São Sebastião “TIANA Ball”.



Fonte: @gue.parda, 2022.

Figura 115: Exposição/Leilão da Galeria.



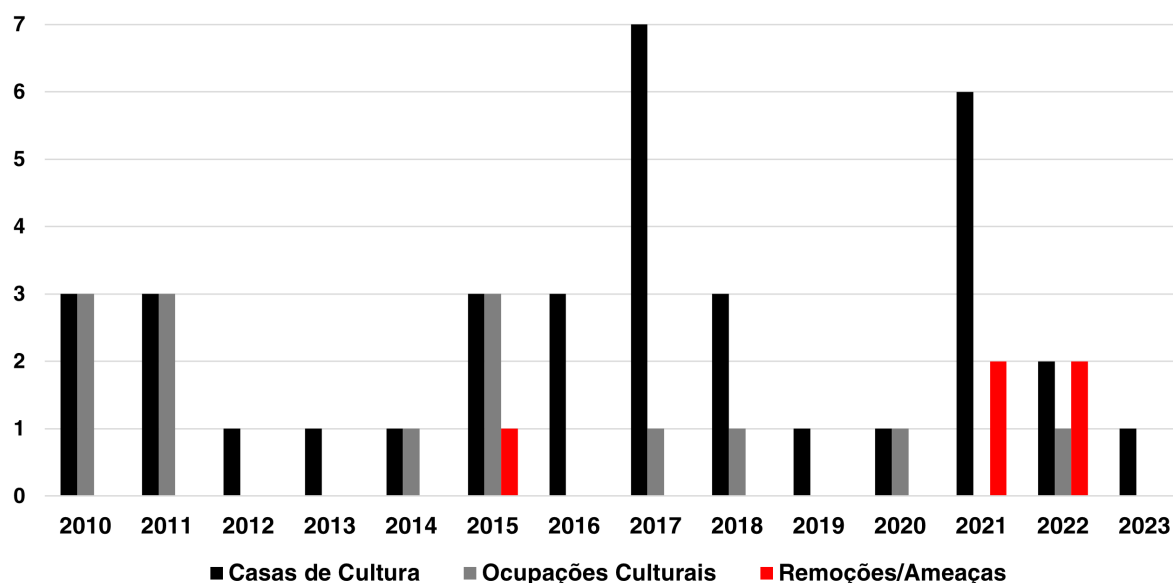
Fonte: Galeria de Arte RA1X4, 2022.

3.3.5 ANÁLISES E PISTAS SOBRE A EXPLOSÃO DE COLETIVOS E TERRITÓRIOS CULTURAIS PERIFÉRICOS

Após realizarmos a cartografia dos territórios culturais, na qual compreendemos suas capacidades, potencialidades, expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas e conflitos territoriais que os atravessam; apresentaremos a seguir, algumas pistas de por que houve o aumento e explosão de coletivos, Ocupações Culturais e Casas de Cultura nas periferias do Distrito Federal a partir da última década, relacionando esta produção insurgente à conjuntura sociopolítica (avanço do autoritarismo, pandemia, etc.) e às diferentes gestões das políticas culturais e urbanas do período. O Gráfico 4 mostra o número de territórios culturais que surgiram em cada ano e as remoções/ameaças de remoção sofridas pelas Ocupações:

³⁹³ Ver “Visibilidade para galerias da periferia na Feira de Arte Contemporânea”: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/06/5017800-visibilidade-para-galerias-da-periferia-na-feira-de-arte-contemporanea.html>

Gráfico 4: Número de territórios culturais e remoções/ameaças de remoção sofridas pelas Ocupações, que surgiram a partir de 2010 no Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2023.

O gráfico acima revela que: (1) entre 2010 e 2015 foi o período em que mais surgiram Ocupações Culturais nas periferias do Distrito Federal (10 das 14 mapeadas); (2) durante a Gestão Ibaneis Rocha (MDB) (2019-atual), surgiram apenas duas Ocupações Culturais; (3) o número de Casas de Cultura saltou nos anos de 2017 e 2021; (4) no período de 2015 a 2018, observa-se uma explosão/aumento de Casas de Cultura; e (5) quatro das cinco remoções e/ou ameaças de remoção de Ocupações Culturais ocorreram em 2021-2022, durante a pandemia de covid-19.

Essa explosão de ocupações e resistências culturais periféricas ocorrida a partir da virada da última década, emerge numa conjuntura de inflexão de lutas populares no Brasil, marcada pela reconfiguração do ativismo social ancorada na fissura do campo participativo engendrada pela crise e rejeição da política representativa, intensificada no pós-Jornadas de Junho de 2013. Tais processos culminaram na explosão massiva de coletivos periféricos juvenis feministas, negros e LGBTQIAP+ nas periferias do Distrito Federal, que passaram a ocupar ostensivamente espaços urbanos no decorrer da década, transformando casas e imóveis ociosos em territórios de acolhimento e emancipação. Junto ao uso massivo das redes sociais, estes sujeitos periféricos também passaram a ocupar variadas instâncias políticas e institucionais e a disputar/tensionar o debate público, reivindicando pautas e demandas comuns entre os territórios culturais. Portanto, a partir desta última década, os movimentos e coletivos culturais periféricos ancorados às mídias sociais, intensificaram suas estratégias de

mobilização popular em rede e passaram a atuar em variadas escalas (local, regional, distrital) e espaços de ação (gabinetes, audiências públicas, mídias alternativas/hegemônicas, etc.), articulando diferentes territórios em prol de objetivos comuns, o que representou um salto qualitativo importante para avançarem na luta pelo direito à cidade.

Como já vimos, foi somente a partir de 2011, com o modelo de Pontuação Diferenciada (2011-2014), que foram implementados novos instrumentos que visavam combater as desigualdades estruturais e a concentração de recursos culturais nas áreas centrais, sobretudo no Plano Piloto. Esse processo de descentralização dos fomentos culturais se intensifica na gestão Rodrigo Rollemberg (PSB) (2015-2018), que se constituiu num período de inflexão de avanços e transformações normativas e instrumentais das políticas culturais. Tal cenário é fruto do desenvolvimento da noção de “cidadania cultural” e do “direito à cultura”, que vieram acompanhados do acesso às diversas políticas públicas – como os Pontos de Cultura (2004), Plano Nacional de Cultura (2010) e a Lei Cultura Viva (nº 13.018/2014) – que marcaram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016, e possibilitaram uma significativa ampliação e potencialização desta produção cultural periférica nas suas mais variadas linguagens.

Assim, a partir de 2015, a gestão da Secretaria da Cultura do DF se assentou na ampliação do diálogo com a sociedade civil e no reconhecimento e valorização dos diversos grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas que compõem o Patrimônio Cultural do DF, por meio de variadas ações: (1) em 2015, institui um processo de construção participativa da política cultural distrital denominada “Diálogos Culturais”, com o objetivo de retomar a elaboração coletiva do Plano de Cultura; (2) em 2016, lança seis novos editais no âmbito do FAC, como o Audiovisual, Ocupação, Manutenção de Grupos e Espaços, Premiação, Conexão FAC e o FAC Regionalizado, que se destina exclusivamente à descentralização dos recursos, valorização e empoderamento das potencialidades e produções socioculturais locais; (3) a partir de 2016, a modalidade da política de premiação no FAC foi colocada em prática, reconhecendo centenas de grupos, coletivos e organizações socioculturais nas categorias de Equidade de Gênero, *Hip-Hop*, Cultura Afro-brasileira, Cultura popular, Cultura LGBTI, entre outras; (4) em 2016, são reestruturados os Conselhos Regionais de Cultura, criados para fortalecer os processos de participação social e atuar no desenvolvimento de políticas públicas nas Regiões Administrativas; (5) em 2017, é aprovada a Lei Orgânica da Cultura (LOC), que uniformiza a legislação cultural e instrumentaliza instâncias de participação social; (6) em 2017 e 2018, a Secult implementa um montante robusto de Programas e Políticas culturais voltadas à promoção e defesa dos direitos culturais, além de ações direcionadas à valorização e reconhecimento da diversidade de expressões

culturais manifestadas no DF e de grupos/populações historicamente excluídas e de maior vulnerabilidade social.

Portanto, esse período (2015-2018)³⁹⁴ de inflexão de transformações normativas ancoradas na ampliação do diálogo com a sociedade civil, somadas ao montante significativo de Programas e Políticas culturais indutoras de ações afirmativas de valorização e reconhecimento de grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas, impactou diretamente a produção cultural do DF. Apesar das limitações e incongruências dos mecanismos e instrumentos de descentralização dos recursos – que ainda se concentram nas áreas centrais –, esta inflexão contribuiu para o fortalecimento de territórios e expressões culturais subalternas, estimulando e possibilitando o surgimento de coletivos culturais periféricos, como verificamos no Gráfico 4.

Esse acúmulo de avanços institucionais e normativos das políticas culturais ocorridos durante duas gestões democráticas (2011-2018), que também se articularam e dialogaram com as ocupações culturais, coletivos e movimentos sociais do DF, foi interrompido bruscamente pela política agressiva de desmonte e sucateamento das políticas culturais e sociais implementada pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB) (2019-2022). Situada numa conjuntura de inflexão antidemocrática engendrada pela ascensão da extrema-direita no país, que culminou na extinção do Ministério da Cultura em 2019 e na paralisação de uma série de políticas públicas, Ibaneis instituiu uma política de interrupção dos espaços de participação e diálogo com a sociedade civil criados nas gestões anteriores; de criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações culturais periféricas; e de aumento vertiginoso de remoções forçadas e conflitos fundiários nas periferias, ancoradas a vetores de expansão imobiliária.

Nesse sentido, observa-se no Gráfico 4, que há uma queda no número de novas Ocupações Culturais neste período, quando surgem apenas duas: o Centro Cultural RIA e a Casa Ieda Santos Delgado (removida com uso de amplo aparato policial e de maneira truculenta); ao mesmo tempo que explode o número de remoções e/ou ameaças de remoção de Ocupações, promovidas pelo GDF. Soma-se a este cenário de ataques: (1) a inexistência de instrumentos urbanísticos que promovam a permanência, proteção e valorização de territórios culturais periféricos; (2) os cortes de serviços essenciais voltados à manutenção e vigilância/segurança do espaço, promovidos pelas Administrações Regionais neste período; (3) os reiterados furtos de materiais e equipamentos; (4) o acúmulo de dívidas e despesas de água, energia e IPTU; (5) e a falta de recursos vindos das políticas públicas culturais – que além de se concentrarem nas regiões centrais, sofreram um progressivo desmonte na gestão Ibaneis. Tais processos ocorreram em plena crise sanitária provocada pelo covid-19, quando o Distrito Federal

³⁹⁴ Período do governo Rodrigo Rollemberg (PSB) (2015-2018).

registrava o maior aumento da pobreza no país durante a pandemia (FGV Ibre, 2021). Portanto, essa escalada dos conflitos fundiários somada à conjuntura de crise urbana/sanitária prolongada, não viabilizou o surgimento de novas Ocupações Culturais, e as existentes tiveram que fechar as portas – como ocorreu com o Imaginário Cultural, em Samambaia – ou enfrentaram diversas dificuldades e/ou ameaças de despejo.

Contudo, em 2021, surge uma quantidade expressiva de Casas de Cultura nas periferias do DF, com o objetivo de atuar no enfrentamento e amenização dos impactos causados pelo covid-19 nas comunidades, como o aumento vertiginoso da fome, da insegurança alimentar e do desemprego. É o caso da Cozinha Popular Mara Maria de Jesus criada pelo MTD-DF e da Cozinha Solidária do MTST-DF, que vêm atuando em ações articuladas de fomento e promoção da saúde, alimentação saudável e cultura, e incidem na educação popular e geração de trabalho e renda voltadas às mulheres do Sol Nascente. Com a pandemia e o aumento da insegurança alimentar, estes movimentos sociais e coletivos culturais potencializaram suas redes de solidariedade e intensificaram suas práticas agroecológicas e socioambientais voltadas à geração de renda e soberania alimentar – como as hortas comunitárias –, que agiram como táticas de subsistência e sobrevivência de seus territórios e comunidades.

Aglutinando variadas frentes de ação e resistência no território, estas Ocupações e Casas de Cultura surgem com o objetivo de atuar na luta pelo direito à cidade nas periferias do DF, incidindo em suas necessidades e demandas concretas, invisibilizadas e negligenciadas pelos instrumentos de planejamento urbano hegemônico e políticas públicas elaboradas de cima para baixo. Como vimos, além do combate à fome e à insegurança alimentar realizado pelas Cozinhas Solidárias do MTD e do MTST, diversos territórios culturais passaram a buscar soluções às dificuldades e demandas cotidianas, como: o Jovem de Expressão, que nasce como resposta ao alto índice de vulnerabilidade social dos jovens de Ceilândia, e vem promovendo saúde, cultura e bem-estar à esta juventude por meio de atividades de formação e empreendedorismo social; o Centro Cultural RIA e a Ocupação Mercado Sul Vive que têm atuado como moradia de artistas e famílias em situação de rua e/ou de baixa renda; as Casas Frida Khalo, Ieda Santos Delgado e Akotirene, que se transformaram em casas de acolhimento, apoio, proteção e empoderamento de mulheres vítimas de violências, e vêm atuando como territórios de afeto e autocuidado; além dos Espaços Moinho de Vento e Comuna Olaria, que vêm atuando ativamente na luta pela soberania alimentar por meio de práticas agroecológicas e hortas comunitárias em suas comunidades.

Portanto, mesmo sendo atacados política e economicamente, estes territórios seguem aglutinando variadas frentes de ação que incidem diretamente nas demandas estruturais e

lutas históricas das periferias, como o combate à fome, insegurança alimentar, violência, racismo/genocídio, entre tantas outras:

Os coletivos culturais das periferias fizeram o que puderam em trinta anos de contexto histórico bastante desfavorável. Politizaram quando os partidos políticos não estavam. Criaram políticas públicas quando o Estado estava ausente. Tiraram milhões de jovens do crime quando a única opção era o tráfico. Geraram renda quando o trabalho nos moldes capitalistas massacrava. A arte e a cultura das periferias tocaram mentes e corações. Ousaram, transformaram, abriram janelas para o sonho e para a imaginação de que um novo mundo pleno de poesia é possível, ainda que estes versos de futuro tenham que ser escritos com lama e raiva. (D'Andrea, 2022, p.181)

A partir do que foi exposto, podemos sistematizar alguns fatores sociopolíticos catalisadores que influenciaram no aumento/explosão de coletivos, Ocupações Culturais e Casas de Cultura nas periferias do Distrito Federal, compreendendo o período temporal de treze anos (2010-2023) – recorte desta dissertação – a partir de dois cenários antagônicos entre si: (1) período 2010-2018, constituído por duas gestões³⁹⁵ distritais de caráter democrático, caracterizadas pela ampliação do diálogo com a sociedade civil e no reconhecimento e valorização dos diversos grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas; e o (2) período 2019-2023, constituído pela Gestão de Ibaneis Rocha (MDB), que vem implementando uma política de desmonte e sucateamento das políticas culturais e sociais, que se soma à criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações culturais periféricas.

No período de 2010-2018, alguns fatores sociopolíticos parecem ter influenciado no aumento/explosão de coletivos e territórios culturais periféricos, como: (1) a ampliação do diálogo com a sociedade civil, movimentos sociais, coletivos e ocupações culturais; (2) a implementação de políticas de regionalização e descentralização³⁹⁶ dos recursos culturais, visando combater as desigualdades estruturais no DF; e (3) os progressivos avanços e transformações normativas e instrumentais das políticas culturais voltadas à valorização e reconhecimento da diversidade de expressões culturais manifestadas por grupos/populações historicamente excluídas e de maior vulnerabilidade social.

Já no período de 2019-2023, podemos elencar alguns fatores resultantes da política de desmonte e retrocesso da Gestão Ibaneis que se sobrepõem aos impactos causados pela pandemia de covid-19, como: (1) o aumento vertiginoso de remoções forçadas e conflitos fundiários nas periferias; (2) o aumento da população em situação de rua; (3) o aumento da fome, da insegurança alimentar, da pobreza e do desemprego; (3) o aumento vertiginoso dos

³⁹⁵ Agnelo Queiroz (PT) (2011-2014) e Rodrigo Rollemberg (PSB) (2015-2018).

³⁹⁶ É importante ressaltarmos que as desigualdades estruturais induzidas pelo processo de urbanização centralizador do Distrito Federal, continuaram sendo reproduzidas, mesmo com as tentativas de descentralização dos recursos culturais. Grande parte dos coletivos periféricos ainda não consegue acessar as políticas de fomento cultural.

casos de violência doméstica e feminicídios; e (4) o aumento da violência institucional na gestão urbana. Todos esses fatores colaboraram para o surgimento de coletivos culturais nas periferias do DF, que passaram a se somar no enfrentamento e amenização destes processos e impactos, por meio de variadas frentes de ação.



AVALIAÇÃO DOS
RESULTADOS
OBTIDOS

IDENTIFICAÇÃO
DAS SITUAÇÕES
INICIAIS

REALIZAÇÃO DAS
ATIVIDADES
PREVISTAS

PROJETAÇÃO DAS
AÇÕES (OBJETIVOS
E PLANEJAMENTO)

CAP 4

4.1 CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DE BAIXO PARA CIMA: A PESQUISA-AÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO

Após avaliarmos e analisarmos os limites, lacunas e contradições dos instrumentos de Planejamento Urbano e das Políticas Culturais do Distrito Federal; e realizarmos a cartografia dos territórios culturais periféricos, na qual compreendemos suas capacidades, potencialidades, expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas e conflitos territoriais que os atravessam; podemos avançar às fases posteriores desta pesquisa-ação, para enfim, sistematizar diretrizes de planejamento territorial visando inserir as Ocupações Culturais no PDOT, como mostra o esquema abaixo:

Figura 117: Desenvolvimento do processo de pesquisa-ação.



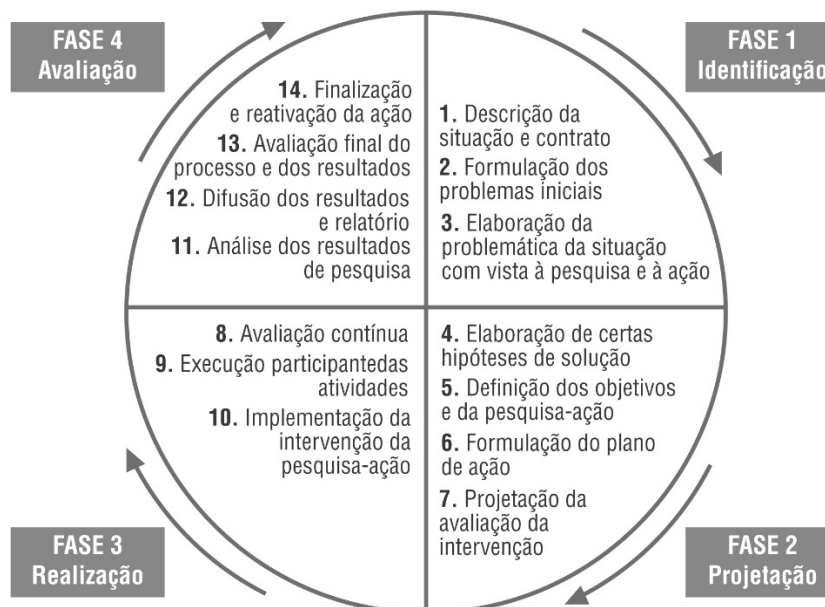
Fonte: elaboração própria, 2023.

Esta pesquisa incorpora a metodologia da **pesquisa-ação**, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de problemas e demandas coletivas, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986). Ou seja, por meio de um processo de construção coletiva, este tipo de pesquisa **visa contribuir para o equacionamento dos problemas e demandas relevantes dentro da situação social**.

Nesse sentido, realizamos esta pesquisa-ação em quatro fases: **(1) identificação das situações/problemas iniciais; (2) projeção das ações (objetivos e planejamento); (3)**

realização das atividades previstas; e (4) avaliação final do processo e dos resultados, como mostra o esquema da figura abaixo:

Figura 118: Síntese das quatro fases da pesquisa-ação sistematizadas por Hugues Dionne (2007).



Fonte: elaboração própria, adaptado de Hugues Dionne (2007).

4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES/PROBLEMAS

Após o percurso de análise e avaliação dos objetos desta pesquisa, realizado nos capítulos 2 e 3, podemos sistematizar os principais problemas identificados:

- (1) A inexistência de instrumentos³⁹⁷ urbanísticos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) que promovam a valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais periféricas;
- (2) O Zoneamento (Zonas Urbanas e Áreas de Diretrizes Especiais) proposto para os territórios periféricos no PDOT/2009, que se restringe exclusivamente ao reconhecimento e proteção de áreas ambientais e exclui/invisibiliza as áreas de produção e fruição cultural;
- (3) A condição de transitoriedade permanente das Ocupações Culturais periféricas, que estão sob constante ameaça de remoção.
- (4) A falta de ações de reconhecimento do Estado: 78% das Ocupações Culturais periféricas (11 das 14 mapeadas) não possuem sequer um instrumento de cessão de uso do espaço;

³⁹⁷ A cessão de uso tem sido o único instrumento utilizado para transferir a posse e resguardar juridicamente as Ocupações Culturais periféricas no Distrito Federal. Tal limitação demonstra a fragilidade jurídica e a instabilidade destes territórios diante dos ataques sistemáticos promovidos pelo Estado.

- (5) A aplicação discriminatória e seletiva da legislação urbana em nome da “manutenção da ordem urbanística”;
- (6) A falta de vigilância/segurança no território, que culmina em reiterados furtos de materiais e equipamentos essenciais que mantêm as Ocupações funcionando;
- (7) A dificuldade de manutenção do espaço, resultante dos cortes de serviços essenciais promovidos pelas Administrações Regionais e da falta de recursos vindos das políticas culturais;
- (8) O acúmulo de dívidas e despesas com água, energia elétrica, danos na infraestrutura e IPTU, mesmo nas Ocupações que possuem cessão de uso;
- (9) A concentração massiva de recursos das políticas culturais nas regiões centrais, onde há maior renda, escolaridade e equipamentos culturais;
- (10) As incongruências da delimitação territorial das macrorregiões definidas pelo Edital FAC Regionalizado – único mecanismo voltado exclusivamente à descentralização dos recursos culturais –, que acaba homogeneizando as desigualdades sociorraciais forjadas no tecido urbano, ao inserir numa mesma macrorregião RAs com baixa, média e alta vulnerabilidade social, ao invés de delimitar faixas territoriais a partir de dados socioeconômicos como critério de demarcação e distribuição das cotas de fomento. Tais distorções têm impactado diretamente a descentralização efetiva dos recursos.

4.1.2 PROJETAÇÃO DAS AÇÕES

Grande parte dos problemas/demandas identificados acima, são decorrentes da inexistência de instrumentos urbanísticos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) voltados à preservação, valorização e regularização de Ocupações Culturais localizadas nas periferias do Distrito Federal. Visando incidir nesta lacuna central, a partir da última década, diversos coletivos e movimentos culturais vêm protagonizando um novo ciclo de debates e mobilizações sobre instrumentos das políticas urbanas, culturais e patrimoniais voltadas à valorização e preservação destes territórios periféricos por meio de estratégias que incidem em variadas instâncias políticas e institucionais, como ciclos de debate e seminários no território, articulações e diálogos com Secretarias de Estado e entidades, audiências públicas e campanhas nas redes sociais.

É o caso da Lei de Vilas Culturais (Lei n. 4775/2012³⁹⁸), que foi proposta em 2012 a partir da mobilização de diversos coletivos e territórios culturais do DF. Aprovada pela Câmara

³⁹⁸ Lei de Vilas Culturais (Lei n. 4775/2012):
https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70615/Lei_4775_24_02_2012.html

Legislativa em 2014, a Lei denomina estas Vilas como “núcleos culturais, geridos pelas próprias comunidades, em parceria com o Poder Público, que funcionam como ambientes de produção e fruição cultural e artística”, e traz no seu Art. 5º, uma série de objetivos específicos destes territórios:

I – garantir autonomia aos cidadãos brasileiros para produzir, gerir e difundir iniciativas culturais; II – estimular o protagonismo social; III – promover a gestão pública e participativa; IV – consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais; V – garantir o respeito à cultura como direito e cidadania, como expressão simbólica e como atividade econômica; VI – promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; VII – potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade; VIII – estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural; IX – aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais; X – promover a diversidade cultural no Distrito Federal, garantindo diálogos interculturais; XI – contribuir para o fortalecimento da autonomia social das comunidades; XII – promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade; XIII – estimular a articulação das redes sociais; XIV – fomentar as economias solidária e criativa.³⁹⁹

Entretanto, a Lei ainda não foi regulamentada pelo GDF. Visando avançar nesse processo, em 2017, diversos coletivos como a Ocupação Mercado Sul Vive, o Família Hip Hop (Santa Maria), o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá, Espaço Circo Inventado (Ocupação Vila Cultural – Plano Piloto) e Amigos do Centro Histórico de Planaltina, construíram círculos de cultura em seus territórios, com o objetivo de discutir e debater coletivamente uma proposta de regulamentação.

Além de tensionar o debate sobre o reconhecimento do Patrimônio Cultural para além do Plano Piloto, a Ocupação Mercado Sul Vive também protagonizou uma importante discussão sobre a aplicação de Zonas Especiais de Interesse Cultural nos marcos regulatórios do DF por meio de diálogos com a Secretaria de Cultura em 2016. Se embasando no potencial das Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, a Secult-DF apontou em ofício⁴⁰⁰ destinado ao MSV, o interesse do GDF em utilizar tal tipo de instrumento no marco regulatório distrital, destacando seu caráter destinado à preservação e valorização do valor histórico e artístico de bens, além de suas vantagens voltadas a desonerações tributárias do território (isenção de IPTU e de taxas para instalação e funcionamento de atividades culturais), afirmando que o Mercado Sul parece “se coadunar às características pensadas para uma Zona Especial de Interesse Cultural”:

³⁹⁹ Lei de Vilas Culturais (Lei n. 4775/2012):

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70615/Lei_4775_24_02_2012.html

⁴⁰⁰ Solicitação de manifestação de interesse na desapropriação da área ocupada pelo Movimento Mercado Sul Vive. Ofício Nº 588/2016-GAB/SEC, 2016.

Nesse contexto, **está se estudando a possibilidade da instituição de Zonas Especiais de Interesse Cultural no novo marco regulatório distrital**, que seriam basicamente porções do território destinadas a garantir a fruição do direito à cultura, entendido como a possibilidade da população de participar de ações e eventos artísticos, musicais, arquitetônicos, paisagísticos, bem como de fomento e liberdade de produção da expressão cultural do cidadão, da diversidade das formas de viver historicamente excluídos pela sociedade, tanto em seu caráter material como imaterial.

Entre as medidas destinadas a essas regiões estariam **desonerações tributárias e disponibilização de crédito de bancos públicos para a instalação e manutenção de equipamentos culturais e limitações quanto ao uso e ocupação das áreas afetadas [...]**.

Apesar de a medida ainda estar em estudo no âmbito do Poder Executivo, **a região do Mercado Sul parece, em uma primeira análise, se coadunar às características pensadas para uma Zona Especial de Interesse Cultural.** (Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, 2016)

Apesar destas discussões não terem avançado concretamente, esse cenário mostra como as Ocupações Culturais vêm dando visibilidade pública às suas pautas e demandas comuns, que se configuram como lacunas centrais do planejamento urbano no DF.

Contrariamente ao direcionamento dado às periferias, onde o Zoneamento proposto pelo PDOT se restringe exclusivamente ao reconhecimento e proteção de áreas ambientais e invisibiliza as áreas de produção e fruição cultural, o Patrimônio Cultural aparece na Zona Urbana do Conjunto Tombado (ZUCT)⁴⁰¹ como parte integrante e balizadora do seu ordenamento territorial, assumindo protagonismo na configuração e definição do conjunto de instrumentos e diretrizes estabelecidas. Para a gestão das políticas de preservação e planejamento desta porção territorial, o PDOT/2009 estabeleceu a necessidade de elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que teve sua minuta apresentada em 2022⁴⁰².

Como já vimos, o PPCUB avança significativamente nas políticas urbanas do DF, pois prevê o Programa de Valorização das Áreas de Interesse Cultural, que visa “estimular iniciativas culturais, educativas e ambientais, por meio da previsão de instrumentos urbanísticos, e incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade”⁴⁰³ por meio de variados instrumentos urbanísticos e fiscais em locais delimitados como **Áreas de Interesse Cultural (AIC)**, que foram classificadas em três tipos: (1) Patrimônio Material e Imaterial – PMI; (2) Reconhecimento de Referências Culturais – RRC; e os (3) **Territórios de Ocupação Cultural – TOC**, constituídos por “porções do território, reunindo conjunto de imóveis e logradouros

⁴⁰¹ A ZUCT compreende o Plano Piloto, a Vila Planalto, o Cruzeiro, o Setor Octogonal, o Setor Sudoeste e a Candangolândia, acrescida do Lago Paranoá.

⁴⁰² Ver “Minuta do PPCUB é apresentada à CLDF, mas votação fica para 2023”:

<https://www.metropoles.com/distrito-federal/minuta-do-ppcub-e-apresentada-a-cldf-mas-votacao-fica-para-2023>

⁴⁰³ Segundo o Art. 38 da minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/12/Minuta_PLC_PPCUB_13.10.2022-1.pdf

públicos que concentram instituições culturais ou apropriação social dos espaços públicos com manifestações, práticas e saberes populares” (Governo de Brasília, 2022, p.16).

Dessa forma, tal Programa avança no sentido de reconhecer a importância das diferentes formas de apropriação e ocupação territorial inscritas no patrimônio material e imaterial, por meio de estratégias de valorização e incentivo articuladas à previsão de instrumentos fiscais que visam o fortalecimento destes territórios, como: (1) estratégias para a valorização, divulgação e captação de recursos das atividades culturais realizadas nas AIC; (2) estratégia para estímulo da apropriação das AIC por grupos sociais dos segmentos populares e minorias identitárias; (3) previsão de desoneração tributária associada à manutenção de atividades culturais e à preservação dos imóveis; (4) previsão de instrumentos urbanísticos e fiscais para incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, induzindo a ocupação por atividades culturais, em imóveis não utilizados; entre outras (Governo de Brasília, 2022).

Por meio destes instrumentos, as AIC visam atuar em três frentes de ação: (1) no reconhecimento e potencialização de territórios e práticas culturais existentes na área central do DF; (2) no estímulo e indução da ocupação e apropriação de imóveis vazios/subutilizados por atividades culturais produzidas por diferentes grupos sociais, sobretudo, por segmentos populares e minorias identitárias, a fim de incentivar o cumprimento da função social da propriedade; (3) e na previsão de instrumentos de isenção fiscal que visam o estímulo, fortalecimento e manutenção destas práticas e territórios culturais. Nesse sentido, mesmo tendo sua aplicação restrita à Zona Urbana do Conjunto Tombado, as Áreas de Interesse Cultural previstas no PPCUB induzem e jogam luz ao debate sobre instrumentos urbanísticos voltados à preservação, valorização e potencialização de territórios culturais em todo o DF.

Contudo, o acúmulo de avanços e articulações no debate sobre instrumentos urbanísticos voltados aos territórios culturais periféricos, protagonizado pela mobilização e incidência contínua de coletivos e Ocupações Culturais em variadas instâncias políticas e institucionais durante a última década⁴⁰⁴, foi freado pela política de criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações implementada pela gestão Ibaneis Rocha (2019-atual). Ao mesmo tempo que resistiam ao desmonte das políticas públicas, furtos e à reiteradas ameaças de remoção em plena pandemia, **as Ocupações Culturais explicitaram e escancararam ainda mais os conflitos socioespaciais decorrentes dessa lacuna central do planejamento urbano no Distrito Federal: a inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência de seus territórios.**

⁴⁰⁴ Constituída por duas gestões distritais de caráter democrático, que estiveram abertas ao diálogo e construção de políticas junto à sociedade civil, movimentos sociais e ocupações.

Portanto, visando contribuir nesta demanda central e dar continuidade ao acúmulo de incidências e debates protagonizados pelos coletivos e Ocupações Culturais, esta pesquisa atuou em duas frentes de ação (objetivos):

- (1) Contribuir no equacionamento das demandas da rede de Ocupações Culturais periféricas;
- (2) Sistematizar diretrizes de planejamento territorial para inserir as Ocupações Culturais no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.

4.1.3 REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS

A CONSTRUÇÃO DA REDE DE OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DF E ENTORNO: COLOCANDO A PERIFERIA NO CENTRO DAS DECISÕES

Para atingir tais objetivos, foram realizados **seis Encontros de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal** que ocorreram mensalmente em diferentes territórios, a partir dos quais vem sendo construída a **Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno (ReOcupa DF e Entorno)**, que já conta com 14 integrantes. A partir do que foi debatido nestes Encontros, pudemos decodificar e sistematizar os principais problemas e demandas levantadas, visando equacioná-las.

Figura 119: Flyer do I Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Figura 120: Flyer do II Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Figura 123: Flyer do III Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Figura 122: Flyer do IV Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



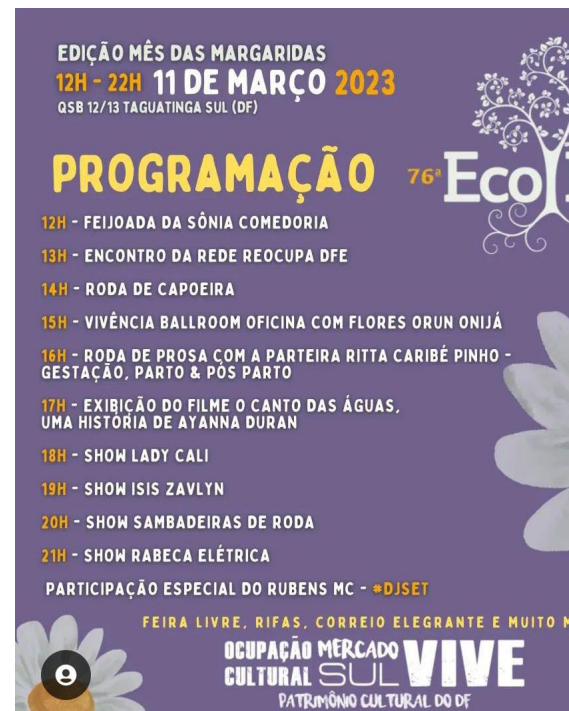
Fonte: elaboração própria, 2022.

Figura 121: Flyer do V Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Figura 124: Flyer do VI Encontro de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal.



Fonte: Movimento Mercado Sul Vive, 2023.

I ENCONTRO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POTÊNCIAS – CENTRO CULTURAL RIA

Em agosto de 2022, a partir da chamada pública⁴⁰⁵ de propostas para compor a programação artística, cultural e educativa do “Festeja RIA”, realizado pela Ocupação Centro Cultural RIA em comemoração aos seus dois anos de resistência no território, surge o primeiro Encontro de articulação entre as Ocupações Culturais do Distrito Federal. Para a construção do Encontro, artistas, coletivos e Ocupações Culturais, com apoio do Grupo Periférico (FAU/UnB) e do BrCidades DF, utilizaram a cartografia presente no nosso artigo “Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal”⁴⁰⁶ (Couto; Andrade, 2022) para mobilizar⁴⁰⁷ e entrar em contato com outras Ocupações de diferentes regiões do DF. Assim, a Rede começou a ser construída.

Esse primeiro Encontro intitulado “Debate sobre as Ocupações Culturais do Distrito Federal: desafios, perspectivas e potências” contou com a presença de integrantes do Centro Cultural RIA (Taguatinga), da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (Taguatinga); do Batalhão das Artes (Taguatinga); do Espaço Imaginário Cultural (Samambaia); e do Espaço Cultural Moinho de Vento/ Coletivo Família Hip Hop (Santa Maria); além de artistas, ativistas, políticos, Campanha Despejo Zero DF, Grupo Periférico (FAU/UnB) e coordenadores do BrCidades DF.

Figura 125: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Centro Cultural RIA.



Fonte: Ubirajara Machado, 2022.

⁴⁰⁵ A chamada pública de propostas para compor a programação do “Festeja RIA” teve como eixos temáticos: Circo e Arte de Rua; Comunidade LGBTQIAP+; Música e Dança; *Punk* e Cultura Libertária e Veganismo; Exposições visuais, sonoras, artes plásticas; Agroecologia e Permacultura; Saúde e bem-estar.

⁴⁰⁶ Artigo “Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal”.

Disponível em:

https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT4_SEM_512_334_20211215195142.pdf;

<http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/45200>

⁴⁰⁷ Nosso camarada integrante do BrCidades DF, Geraldo Fábio Souza (o Fábio), puxou essa articulação.

Figura 126: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Centro Cultural RIA.



Fonte: Ubirajara Machado, 2022.

O debate utilizou a metodologia de roda de conversa e foi estruturado em **quatro momentos**:

(1) Apresentação das Ocupações: espaço para as falas dos representantes, com apresentação de breve histórico e atuação de cada território;

(2) As Ocupações e o Poder Público: a legalidade das Ocupações frente ao Poder Público, financiamento e outros aspectos de interesse;

(3) A comunidade e as Ocupações: a permanência das Ocupações Culturais modifica o entorno das regiões; como ocorre a aceitação da comunidade e os reflexos na segurança local; e outros aspectos do território;

(4) Os indivíduos nas Ocupações: as redes de apoio entre os integrantes, as Ocupações como fonte de renda através da Economia Criativa e Solidária e também como a moradia.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas no encontro:

Quadro 6: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Insegurança de posse.
	Falta de vigilância/segurança e os constantes roubos sofridos.
	Ineficácia e fragilidade da cessão de uso.
	Inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais.
	Falta de ações integradas entre as Ocupações Culturais de diferentes regiões do DF.
	O estigma da comunidade com as Ocupações.
DEMANDAS	Destinar imóveis ociosos/abandonados para moradia popular.
	Regularização fundiária.
	Descentralização dos recursos do FAC.
	Mapear as Ocupações Culturais do DF.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Ao final do debate, as Ocupações Culturais propuseram um **circuito rotativo de encontros em diferentes Ocupações do Distrito Federal e Entorno**, com o objetivo de construir uma Rede de proteção, apoio mútuo e resistência para pensarem juntas soluções, debater possibilidades e estratégias de enfrentamento aos desafios e demandas em comum, a fim de **organizar uma frente representativa para dialogar e pressionar o Estado, disputando o orçamento e políticas públicas**.

Assim, os encontros de articulação entre as Ocupações passaram a ocorrer mensalmente em diferentes territórios.

II ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE

Em setembro de 2022, no mês seguinte ao Festeja RIA, a Ecofeira do Mercado Sul sediou o II Encontro de articulação das Ocupações Culturais, que contou com a presença de artistas e moradores do Mercado Sul (Taguatinga); do Centro Cultural RIA (Taguatinga); integrantes do Batalhão das Artes (Taguatinga); militantes das Brigadas Populares DF; Campanha Despejo Zero DF; coordenadores do BrCidades DF e pesquisadores da FAU/UnB.

Figura 127: Roda de conversa entre Ocupações Culturais na Casa Kaluanã/MSV.



Fonte: Gabriel Couto, 2022.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas no encontro:

Quadro 7: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Aumento da hostilidade/violência institucional.
	Falta de vigilância/segurança e os constantes roubos sofridos.
	Falta de ações integradas entre as Ocupações Culturais de diferentes regiões do DF.
DEMANDAS	Regularização fundiária.
	Autofinanciamento e gestão dos territórios.
	Mapear as Ocupações Culturais do DF.
	Mapear e levantar os edifícios públicos ociosos/abandonados para destiná-los a coletivos culturais e práticas comunitárias.
	Sistematizar as demandas das Ocupações Culturais.
	Sistematizar a situação fundiária das Ocupações Culturais.

Fonte: elaboração própria, 2023.

No encontro, as integrantes também elencaram alguns motivos para a construção de uma Rede de Ocupações Culturais no DF: apoio mútuo entre os coletivos; atuar no reconhecimento e regularização fundiária dos territórios; atuar nos conflitos fundiários como rede de apoio contra os despejos; universalização do conhecimento popular; construir autonomia da rede; trabalhar a partir da Economia Solidária e metodologia de Bancos Comunitários; e a troca de conhecimentos e experiências em rede.

III ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: ESPAÇO CULTURAL MOINHO DE VENTO – FAMÍLIA HIP HOP

Em outubro de 2022, o Espaço Cultural Moinho de Vento sediou o III Encontro⁴⁰⁸ de articulação das Ocupações Culturais, que contou com a presença de integrantes do anfitrião Coletivo Família Hip Hop (Santa Maria); Centro Cultural RIA (Taguatinga); Ocupação Mercado Sul Vive (Taguatinga); Jovem de Expressão (Ceilândia); além do Grupo Periférico (FAU/UnB), Campanha Despejo Zero DF, BrCidades DF e de artistas e moradores locais. A partir deste Encontro, o movimento cultural passou a contar com o apoio do gabinete do Deputado distrital Max Maciel (PSOL/DF) e do Movimento Passe Livre DF (MPL/DF), que representaram importantes articulações para as Ocupações avançarem na luta.

⁴⁰⁸ Ver “Encontro vai debater pluralidade cultural dos territórios do DF neste sábado (15)”: <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/10/14/encontro-vai-debater-pluralidade-cultural-dos-territorios-do-df-neste-sabado-15>

Figura 128: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Espaço Cultural Moinho de Vento.



Fonte: Gabriel Couto; Família Hip Hop, 2022.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas no encontro:

Quadro 8: levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais.
	Insegurança de posse.
	Ameaça constante de reintegração de posse.
	Dificuldade de manutenção do espaço.
	Acúmulo de dívidas e despesas com água, energia elétrica e danos na infraestrutura.
DEMANDAS	Sistematizar as demandas das Ocupações Culturais.
	Regularização fundiária.
	Identificar a situação do conflito fundiário das Ocupações (ameaça, remoção, etc.).
	Levantar a situação geral das Ocupações Culturais para incidir na regulamentação por meio de instrumentos – como a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).
	Fortalecer frentes de apoio para a sustentabilidade das Ocupações (trocas de saberes e serviços, etc.).

DEMANDAS	Destinar um montante maior de verbas do FAC Manutenção de Grupos e Espaços às Ocupações Culturais periféricas.
	Disputar recursos do FAC Manutenção de Grupos e Espaços.
	Desburocratização do CEAC – avaliar a necessidade de comprovação de “legalidade” do espaço.
	Desburocratização dos instrumentos jurídicos voltados à transferência de posse do espaço.
	Construir e intensificar articulações e incidências políticas a nível do legislativo, judiciário e executivo.
	Construir autonomia por meio de estratégias alternativas de geração de renda e trabalho (empreendimentos coletivos, Economia Solidária, Bancos Comunitários, etc.).

Fonte: elaboração própria, 2023.

Após os debates que se iniciaram no encontro anterior (Mercado Sul), sobre como seria denominado o movimento e suas motivações, surge o nome “**ReOcupa**” (**Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno**), proposto por Verona, integrante da Ocupação Centro Cultural RIA. Logo depois, o Jovem de Expressão colocou à disposição sua equipe de comunicação e *design* gráfico para construir coletivamente a identidade visual da Rede que se formava.

IV ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: BATALHÃO DAS ARTES

Em novembro de 2022, o Batalhão das Artes sediou o IV Encontro de articulação das Ocupações Culturais, que contou com a presença de integrantes de grupos e coletivos que atuam conjuntamente no território, como o Boi Jatobá, Mamãe Taguá, Tribo das Artes, Rede de Economia Solidária e Feminista; além de integrantes do Espaço Cultural Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro (Ocupação Vila Cultural – Plano Piloto); Casa Ieda Santos Delgado (Guará), que passava por ameaça iminente de remoção; Ocupação Mercado Sul Vive (Taguatinga); Espaço Cultural Moinho de Vento/Coletivo Família Hip Hop (Santa Maria); Jovem de Expressão (Ceilândia); Movimento Passe Livre DF (MPL/DF); Centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA/DF); Conselho Regional de Cultura de Taguatinga; pesquisadores da FAU/UnB; Campanha Despejo Zero DF; Grupo Periférico (FAU/UnB) e BrCidades DF, além da Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF).

Figura 129: Roda de conversa entre Ocupações Culturais no Batalhão das Artes.



Fonte: Gabriel Couto; Batalhão das Artes, 2022.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas no encontro:

Quadro 9: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Falta de vigilância/segurança e os constantes roubos sofridos.
	Dificuldade de manutenção do espaço.
	Edifícios com infraestruturas danificadas e deterioradas (estrutural, elétrica, hidráulica, cobertura, etc.).
	Acúmulo de dívidas e despesas com água, energia elétrica e danos na infraestrutura.
	Dificuldade de adaptação da infraestrutura e dos espaços preexistentes às necessidades da Ocupação.
	Falta de diálogo com o Estado.

	Insegurança de posse.
	Ameaça constante de reintegração de posse.
DEMANDAS	Construir Audiência Pública sobre as Ocupações Culturais.
	Cartografar as práticas socioculturais desenvolvidas nas Ocupações Culturais.
	Sistematizar as demandas das Ocupações Culturais.
	Regularização fundiária.
	Levantar a situação geral das Ocupações Culturais e criar manual de estratégias para cada uma.
	Elaborar um roteiro das Ocupações Culturais do DF.
	Reformar, adequar e qualificar os espaços físicos das Ocupações Culturais.

Fonte: elaboração própria, 2023.

V ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: JOVEM DE EXPRESSÃO

Em dezembro de 2022, o Galpão Cultural do Jovem de Expressão/RUAS sediou o V Encontro de articulação das Ocupações Culturais, que contou com a presença da equipe de comunicação e *design* gráfico do RUAS/JEX; além de integrantes da Casa Akotirene (Ceilândia); Casa Ieda Santos Delgado (Guará), que estava em situação de ameaça iminente de remoção; Instituto Cultural Menino de Ceilândia (Ceilândia); Coletivo Samba da Guariba (Ceilândia); Ocupação Mercado Sul Vive (Taguatinga); Centro Cultural RIA (Taguatinga); Batalhão das Artes (Taguatinga); Espaço Cultural Moinho de Vento/Coletivo Família Hip Hop (Santa Maria); Associação Cultural Encanto de Itapoã – ACEIP (Itapoã/Paranoá); Além do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Por Direitos DF (MTD-DF); Movimento Passe Livre DF (MPL/DF); Grupo Periférico (FAU/UnB) e BrCidades DF.

O Encontro foi dividido em **três momentos**: (1) apresentação das Ocupações Culturais, coletivos e movimentos presentes; (2) apresentação da identidade visual e das diretrizes do projeto de comunicação do movimento recém criado, construídos coletivamente, pela equipe do Jovem de Expressão; (3) Dinâmica de grupos com o objetivo de construir a Carta Manifesto do ReOcupa DF e Entorno, que ocorreu em dois momentos: (3.1) formação de grupos com os integrantes do Encontro para levantar as principais demandas dos territórios e (3.2) roda de conversa entre os grupos para compartilhamento e debate das pautas discutidas.

Figura 130: Roda de conversa para construção da Carta Manifesto e apresentação da identidade visual do ReOcupa DF.



Fonte: Gabriel Couto; acervo Jovem de Expressão, 2022.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas nas rodas de conversa:

Quadro 10: levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Falta de documentos técnicos sobre os edifícios ocupados.
	Insegurança de posse.
	Ameaça constante de reintegração de posse.
	Inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais.
	Inexistência de Zoneamentos Culturais no PDOT.
DEMANDAS	Regularização fundiária.
	Retomar a mobilização pela regulamentação da Lei de Vilas Culturais (Lei n. 4775/2012).
	Articular e dialogar com os Conselhos Regionais de Cultura.
	Reivindicar a reforma, restauro, manutenção e construção de equipamentos culturais nas periferias.
	Construir e reivindicar políticas públicas voltadas à manutenção de espaços culturais.
	Levantar mecanismos jurídicos voltados à resolução de conflitos fundiários.

DEMANDAS	Levantar possibilidades de instrumentos urbanísticos voltados à preservação, valorização e potencialização de territórios culturais.
	Levantar possibilidades de zoneamentos territoriais que promovam incentivos fiscais e desonerações tributárias do território (água, luz, energia, IPTU).

Fonte: elaboração própria, 2023.

VI ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL: OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE – 76º ECOFEIRA

Em março de 2023, a Ocupação Cultural Mercado Sul Vive sediou na sua 76ª EcoFeira o VI Encontro de articulação das Ocupações Culturais, que contou com a presença de moradores e artistas do Mercado Sul/MSV; integrantes do Centro Cultural RIA (Taguatinga); Batalhão das Artes (Taguatinga); Centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA/DF); além da Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF (CONSEA/DF); FioCruz/DF; Deputado distrital Max Maciel (PSOL/DF); Movimento Passe Livre DF (MPL/DF); Grupo Periférico (FAU/UnB) e BrCidades DF. No Encontro anterior (Galpão Cultural do Jovem de Expressão), o movimento ReOcupa⁴⁰⁹ definiu que o lançamento oficial da Rede seria em janeiro de 2023, na Casa Ieda Santos Delgado (Guará). No entanto, às vésperas do Natal, a Casa Ieda sofreu mais um despejo truculento com amplo contingente militar, ordenado pela Administração do Guará.

A partir do que foi discutido, podemos decodificar e sistematizar os **problemas e demandas** elencadas no encontro

Quadro 11: Levantamento dos problemas e demandas elencados no Encontro.

PROBLEMAS	Dificuldade de manutenção do espaço.
	Edifícios com infraestruturas danificadas e deterioradas (estrutural, elétrica, hidráulica, cobertura, etc.).
DEMANDAS	Regularização fundiária. Investigar e analisar como a Lei Complementar 985/2021, que facilita e amplia regularização de templos religiosos no DF, pode ser utilizada para as Ocupações Culturais.
	Adequar e regulamentar usos das Ocupações Culturais por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

⁴⁰⁹ Atualmente, integram a Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno os seguintes territórios: Espaço Cultural Moinho de Vento (Santa Maria); Centro Cultural RIA (Taguatinga); Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (Taguatinga); Batalhão das Artes (Taguatinga); Casa Ieda Santos Delgado (Guará); Jovem de Expressão (Ceilândia); Galpão Cultural – Galeria Risofloras (Ceilândia); Casa Akotirene (Ceilândia); Espaço Filhos do Quilombo (Ceilândia); Espaço Cultural Filhos do Quilombo (Ceilândia); Galpão do Riso (Samambaia); Espaço Imaginário Cultural Samambaia; Espaço Semente Cia de Teatro (Gama); Domingo no Parque – Movimento Supernova (São Sebastião); Casa de Cultura Carlos Marighella (Planaltina); além do apoio do Grupo Periférico (FAU/UnB) e BrCidades DF.

DEMANDAS	Levantar os usos (LUOS) e zoneamentos (PDOT) propostos para as áreas das Ocupações Culturais e verificar se estão adequados aos usos e atividades desenvolvidas no território, para incidir em estratégias de adequação, regulamentação e regularização.
	Mapear e levantar os edifícios públicos ociosos/abandonados para destiná-los a coletivos culturais e práticas comunitárias.
	Construir Audiência Pública sobre as Ocupações Culturais.
	Organizar mutirões de qualificação e melhoria dos espaços das Ocupações Culturais.
	Sistematizar as demandas das Ocupações Culturais.

Fonte: elaboração própria, 2023.

4.1.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DEMANDAS DA REDE DE OCUPAÇÕES CULTURAIS

A partir do que foi levantado nos seis Encontros de articulação das Ocupações Culturais, podemos aglutinar e sistematizar os problemas e demandas elencadas pelos coletivos e territórios:

PROBLEMAS

1. Insegurança de posse;
2. Ameaça constante de reintegração de posse;
3. Aumento da hostilidade/violência institucional;
4. Ineficácia e fragilidade da cessão de uso;
5. Inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais;
6. Inexistência de Zoneamentos Culturais no PDOT;
7. Dificuldade de manutenção do espaço;
8. Edifícios com infraestruturas danificadas e deterioradas (estrutural, elétrica, hidráulica, cobertura, etc.);
9. Dificuldade de adaptação da infraestrutura e dos espaços preexistentes às necessidades da Ocupação;
10. Falta de documentos técnicos sobre os edifícios ocupados;
11. Falta de vigilância/segurança e os constantes roubos sofridos;
12. Acúmulo de dívidas e despesas com água, energia elétrica e danos na infraestrutura;

13. Falta de ações integradas entre as Ocupações Culturais de diferentes regiões do DF;
14. O estigma da comunidade com as Ocupações;
15. Falta de diálogo com o Estado;

DEMANDAS

1. Regularização fundiária;
2. Mapear as Ocupações Culturais do DF;
3. Cartografar as práticas socioculturais desenvolvidas nas Ocupações Culturais;
4. Sistematizar as demandas das Ocupações Culturais;
5. Sistematizar a situação fundiária das Ocupações Culturais;
6. Identificar a situação do conflito fundiário das Ocupações (ameaça, remoção, etc.);
7. Levantar a situação geral das Ocupações Culturais e criar manual de estratégias para cada uma;
8. Elaborar um roteiro das Ocupações Culturais do DF;
9. Levantar possibilidades de instrumentos urbanísticos voltados à preservação, valorização e potencialização de territórios culturais;
10. Levantar possibilidades de zoneamentos territoriais que promovam incentivos fiscais e desonerações tributárias do território (água, luz, energia, IPTU);
11. Levantar a situação geral das Ocupações Culturais para incidir na regulamentação por meio de instrumentos – como a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS);
12. Adequar e regulamentar usos das Ocupações Culturais por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS);
13. Levantar os usos (LUOS) e zoneamentos (PDOT) propostos para as áreas das Ocupações Culturais e verificar se estão adequados aos usos e atividades desenvolvidas no território, para incidir em estratégias de adequação, regulamentação e regularização;
14. Levantar mecanismos jurídicos voltados à resolução de conflitos fundiários;
15. Investigar e analisar como a Lei Complementar 985/2021, que facilita e amplia regularização de templos religiosos no DF, pode ser utilizada para as Ocupações Culturais;
16. Mapear e levantar os edifícios públicos ociosos/abandonados para destiná-los a coletivos culturais e práticas comunitárias;

17. Autofinanciamento e gestão dos territórios;
18. Fortalecer frentes de apoio para a sustentabilidade das Ocupações (trocas de saberes e serviços, etc.);
19. Construir autonomia por meio de estratégias alternativas de geração de renda e trabalho (empreendimentos coletivos, Economia Solidária, Bancos Comunitários, etc.);
20. Destinar imóveis ociosos/abandonados para moradia popular;
21. Descentralização dos recursos do FAC;
22. Construir e reivindicar políticas públicas voltadas à manutenção de espaços culturais;
23. Destinar um montante maior de verbas do FAC Manutenção de Grupos e Espaços às Ocupações Culturais periféricas;
24. Disputar recursos do FAC Manutenção de Grupos e Espaços;
25. Reformar, adequar e qualificar os espaços físicos das Ocupações Culturais;
26. Organizar mutirões de qualificação e melhoria dos espaços das Ocupações Culturais;
27. Reivindicar a reforma, restauro, manutenção e construção de equipamentos culturais nas periferias;
28. Desburocratização do CEAC – avaliar a necessidade de comprovação de “legalidade” do espaço;
29. Desburocratização dos instrumentos jurídicos voltados à transferência de posse do espaço;
30. Retomar a mobilização pela regulamentação da Lei de Vilas Culturais (Lei n. 4775/2012);
31. Construir e intensificar articulações e incidências políticas a nível do legislativo, judiciário e executivo;
32. Articular e dialogar com os Conselhos Regionais de Cultura;
33. Construir Audiência Pública sobre as Ocupações Culturais;

4.1.5 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DA PESQUISA-AÇÃO

Conforme as demandas foram sendo levantadas nos Encontros de articulação das Ocupações Culturais, esta pesquisa-ação foi contribuindo para equacioná-las, articulando seus objetivos e cronograma.

Como vimos, logo no processo inicial de construção da Rede de Ocupações no primeiro Encontro, a cartografia presente no nosso artigo “Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal”⁴¹⁰ (Couto; Andrade, 2022) se mostrou um importante **instrumento de mobilização e articulação**, quando os territórios e coletivos a utilizaram para entrar em contato com outras Ocupações de diferentes regiões do DF. Este processo de construção da Rede revelou que grande parte das demandas elencadas nos Encontros giraram em torno do **mapeamento, levantamento e sistematização** de informações sobre os territórios.

A medida em que os Encontros foram sendo realizados, a cartografia desta pesquisa-ação foi incorporando parte das demandas que surgiam, com o objetivo de **contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade das Ocupações Culturais**.

No III Encontro (Espaço Cultural Moinho de Vento/Família Hip Hop – Santa Maria), verificou-se a necessidade de **levantar a condição geral das Ocupações e identificar a situação do conflito fundiário (ameaça, remoção, etc.)** de cada uma. Tal demanda gerou a **sistematização da situação de posse legal e do conflito das Ocupações Culturais** (Anexo 3), que permitiu a pesquisa demonstrar que 78% das Ocupações (11 das 14 mapeadas) não possuem sequer um instrumento de cessão de uso do espaço, o que revelou a condição de insegurança de posse e ameaça permanente destes territórios, como também, a falta de ações de reconhecimento e legitimação vindas do Estado.

Já no VI Encontro (Ocupação Mercado Sul Vive – Taguatinga), foi elencada a necessidade de **levantar os Usos (LUOS) e Zoneamentos (PDOT) propostos para as áreas das Ocupações Culturais para incidir em estratégias de adequação, regulamentação e regularização**. Tais demandas geraram o **levantamento dos Zoneamentos (PDOT/2009)** (Anexo 2) das Casas de Cultura e Ocupações mapeadas; e a **sistematização do Uso e Ocupação do solo das Ocupações Culturais** (Anexo 3). Esta cartografia demonstra uma lacuna central do planejamento urbano no Distrito Federal: a inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados aos territórios culturais periféricos e fornece um panorama de onde/como eles se inserem nestas legislações urbanísticas. Assim, estes levantamentos pretendem atuar como um insumo/instrumento de fortalecimento da construção de incidências e estratégias para as Ocupações Culturais avançarem na luta pelo direito à cidade.

O processo de pesquisa-ação nos territórios também revelou a **falta de ações integradas entre as Ocupações Culturais de diferentes regiões do DF**. Mesmo protagonizando um

⁴¹⁰ Artigo “Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal”, disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT4_SEM_512_334_20211215195142.pdf; <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/45200>

novo ciclo de debates e mobilizações sobre instrumentos das políticas urbanas, culturais e patrimoniais voltadas à valorização e preservação de suas práticas e territórios, as Ocupações Culturais ainda não conseguiram se organizar em Rede e intervir/incidir de modo integrado nas variadas instâncias políticas e institucionais para reivindicar e incorporar ao planejamento institucional suas propostas e demandas comuns. Assim, os coletivos e territórios culturais vêm atuando por meio de redes insurgentes locais (em suas comunidades) e regionais (como a rede de Ocupações e Casas de Cultura no Sol Nascente–Ceilândia–Taguatinga–Samambaia), que muito pontualmente, extravasam em ações interterritoriais integradas, como é o caso da atuação do Jovem de Expressão (Ceilândia), da Ocupação Mercado Sul Vive (Taguatinga) e do Espaço Cultural Moinho de Vento (Santa Maria).

Os coletivos também evidenciaram três demandas centrais que se desdobram em **frentes de ação prioritárias** em seus territórios: **(1) formação popular sobre o Plano Diretor e instrumentos urbanísticos; (2) regularização fundiária e mediação de conflitos; e (3) manutenção, reforma, adequação e qualificação de seus espaços físicos**. Ou seja, estas demandas demonstram a centralidade e a necessidade do **trabalho integrado entre as Assessorias Técnicas**⁴¹¹, **movimentos sociais e coletivos** na criação de ações concretas voltadas à transformação socioespacial e redução das desigualdades nas periferias do Distrito Federal.

A demanda por **formação popular sobre o PDOT**, decorre do histórico descolamento de seus instrumentos em relação às potencialidades e demandas concretas dos territórios periféricos e da aplicação discriminatória, fragmentada e seletiva da sua legislação. Enquanto os coletivos culturais buscavam soluções às suas dificuldades e necessidades cotidianas, o planejamento urbano no DF atuou para invisibilizá-las e naturalizá-las. Este descolamento pôde ser verificado nos Encontros de articulação, onde os coletivos sequer citaram esta pauta⁴¹², com exceção dos integrantes da Ocupação Mercado Sul Vive, que vem protagonizando incidências neste campo. Em diálogos com o MSV, verificamos que **a demanda por oficinas e formações populares sobre o PDOT também é prioritária**, o que levanta uma importante frente de ação que pode contribuir para o avanço da pauta e fortalecimento da Rede de Ocupações Culturais frente à política de criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais promovida gestão Ibaneis Rocha.

⁴¹¹ A Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, por meio do Programa Periferia Viva, tem realizado uma aproximação com as Assessorias Técnicas Multidisciplinares do país, com o objetivo de identificar suas práticas, desafios e necessidades específicas para aprimorar o planejamento territorial e promover o desenvolvimento sustentável nas periferias urbanas brasileiras. Ver “Secretaria Nacional de Periferias busca diálogo com Assessorias Técnicas na Implementação do Programa Periferia Viva”: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/secretaria-nacional-de-periferias-busca-dialogo-com-assessorias-tecnicas-na-implementacao-do-programa-periferia-viva>

⁴¹² Mesmo durante o atual processo de revisão do PDOT/2009, os movimentos culturais periféricos do DF não aderiram o instrumento às suas pautas de luta e mobilização.

Já a demanda por **regularização fundiária** articulada à **manutenção, reforma, adequação e qualificação dos espaços físicos** foi levantada em todos os Encontros de articulação, o que revela o quanto as Ocupações Culturais necessitam de **redes de Assessorias Técnicas multidisciplinares** atuando nas potencialidades e deficiências urbanísticas, sociais e fundiárias de seus territórios e comunidades.

Atuando nesta demanda prioritária, em 2017, o Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (EMAU/CASAS)⁴¹³ da FAU/UnB, desenvolveu junto à Ocupação Mercado Sul Vive, o **“Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização – Mercado Sul Vive: um caminho de luta para a revitalização por meio da ressignificação e sustentabilidade”**, que teve como objetivo fundamentar propostas de revitalização da área e oferecer subsídios para propostas futuras – baseadas nas dimensões da sustentabilidade, social, cultural, econômica e ambiental – que contribuam para gerar padrões espaciais e/ou parâmetros de projeto que fortaleçam as ações do movimento Mercado Sul Vive, como suas práticas desenvolvidas no ambiente construído, ações ecológicas e atividades socioculturais (Andrade et al., 2017a). Produto deste mesmo processo coletivo, o EMAU/CASAS também construiu junto ao MSV, o caderno **“Mercado Sul: caderno para construção coletiva de possíveis cenários de reabilitação sustentável arquitetônica e urbanística, e ressignificação do espaço com base no direito à cidade”**⁴¹⁴.

Figura 131: Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização e Caderno.



Fonte: EMAU/CASAS, 2017.

⁴¹³ Coordenado naquele momento pela Prof^a. Dr^a Liza Andrade (orientadora desta dissertação).

⁴¹⁴ O trabalho foi desenvolvido a partir da disciplina de Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – PEMAU ofertada pela cadeia de Projeto do Departamento de Projeto, Expressão e Representação (PRO) da FAU/UnB, ministrada pelos professores: Liza Andrade, coordenadora do CASAS e do Departamento de Projeto, Representação e Expressão, Carlos Luna, Vanda Zanoni e Oscar Ferreira do Departamento de Tecnologia (TEC). Apesar de vinculada ao CASAS, a disciplina foi ofertada aos estudantes do curso de graduação de forma a ampliar o acesso à extensão. Este trabalho foi estruturado de forma horizontal entre professores e estudantes e dividido em cinco partes: (1) verificação da situação existente: a situação fundiária, os aspectos políticos e socioculturais da identidade local entre os membros da comunidade e como isso se expande para a sociedade; (2) identificação de como o Mercado Sul se insere na vizinhança, no contexto urbano local, e em Taguatinga (acessibilidade, legibilidade, identidade, infraestrutura e conforto ambiental); (3) levantamento da organização dos espaços internos e a relação dos usuários com o espaço (conforto ambiental, ergonomia, funcionalidade, instalações); (4) identificação dos problemas nas construções e as soluções que já foram dadas; (5) identificação das ações e práticas mais sustentáveis existentes na comunidade (Andrade et al., 2017b).

O caderno está disponível no link: https://issuu.com/sachaquintino/docs/caderno_pemau_mercado_sul_1

Esse processo coletivo de Assessoria Técnica **contribuiu ativamente na trajetória de resistência contra o processo de reintegração de posse** da Ocupação Mercado Sul Vive e na luta pelo seu **reconhecimento enquanto Patrimônio Material e Imaterial do Distrito Federal**. Assim, o MSV tem utilizado o *Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização* para fortalecer suas pautas de luta e pressionar o poder público por meio de mobilizações e incidências políticas e institucionais, como a Audiência Pública “Cultura – Mercado Sul de Taguatinga: Patrimônio Material e Imaterial DF”⁴¹⁵.

Portanto, além de ter contribuído no equacionamento de parte das demandas da Rede de Ocupações Culturais, visando instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade destes territórios, esta pesquisa-ação pretendeu abrir **novas frentes**⁴¹⁶ **de pesquisa, e sobretudo, de ação, articuladas à Assessorias Técnicas multidisciplinares**, que atuem como instrumento contra-hegemônico de planejamento territorial e reconheçam as potencialidades emancipatórias e transformadoras das práticas, saberes e formas de gestão insurgentes enunciadas e desenvolvidas nos territórios culturais periféricos do Distrito Federal.

4.2 DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO PARA AS OCUPAÇÕES CULTURAIS

A partir dos limites, lacunas e contradições verificadas e analisadas nos instrumentos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e nas Políticas Culturais do Distrito Federal (capítulo 2); dos conflitos, práticas e potencialidades levantadas pela cartografia da ação dos territórios culturais (capítulo 3); e dos problemas e demandas elencadas nos seis Encontros de articulação (capítulo 4); podemos sistematizar diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações Culturais no PDOT, visando contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.

Para atingirmos este objetivo final, esta pesquisa-ação parte de uma concepção de planejamento territorial que incorpora as múltiplas práticas e territorialidades insurgentes que compõem a Cultura, a Economia Criativa e o Patrimônio Cultural existentes e produzidas nos/pelos territórios periféricos, inserindo-as como vetores de transformação socioespacial e como indutoras da política de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Distrito Federal. Esta concepção de planejamento insurgente insere as periferias no centro da

⁴¹⁵ Audiência Pública “Cultura – Mercado Sul de Taguatinga: Patrimônio Material e Imaterial DF” contou com a presença de Deputados, Defensoria Pública, representantes do MSV, Conselho de Cultura e Secretaria de Cultura do DF, BrCidades e UnB (Grupo Periférico FAU/UnB).
Disponível em: <https://youtu.be/xNyOvhZsJbo>

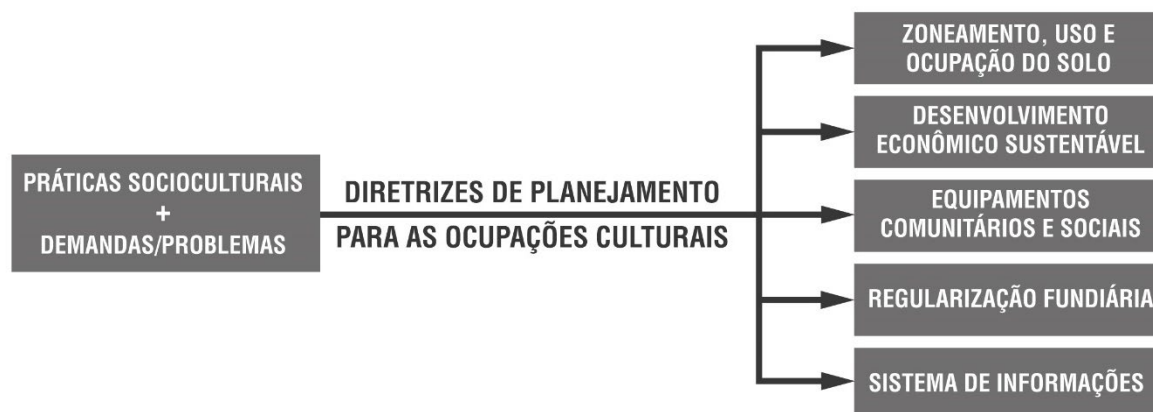
⁴¹⁶ Esta pesquisa-ação pretendeu abrir **novas frentes de pesquisa e ação articuladas à Assessorias Técnicas multidisciplinares** que podem incidir diretamente nas demandas levantadas, como: a (1) formação popular sobre o Plano Diretor e instrumentos urbanísticos; (2) regularização fundiária; e (3) manutenção, reforma, adequação e qualificação dos espaços físicos das Ocupações, entre várias outras.

política urbana, e as reconhece como protagonistas da produção e reconstrução de um espaço urbano mais justo e solidário.

Nesse sentido, **as diretrizes de planejamento foram geradas a partir de duas frentes de ação estruturantes: (1) o fomento, fortalecimento e valorização das práticas socioculturais** aglutinadas nas seis frentes de ação decodificadas nesta pesquisa, tais como Expressões artísticas e culturais, Educação popular, Saúde e autocuidado, Redes de solidariedade, Práticas socioambientais e Economia popular/geração de renda; e **(2) o equacionamento das demandas e problemas** centrais levantados, como a regularização fundiária e a inexistência de instrumentos urbanísticos voltados aos territórios culturais.

A partir destas práticas e demandas, foram gerados **cinco eixos temáticos de diretrizes de planejamento**, que inserem e incorporam as Ocupações Culturais no PDOT, de modo intersetorial e transversal, nos variados aspectos que compõem e orientam o planejamento territorial, como mostra o diagrama da figura 132. Os eixos são os seguintes: **(1) Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo; (2) Desenvolvimento Econômico Sustentável; (3) Equipamentos comunitários e sociais; (4) Regularização Fundiária; e (6) Sistema de Informações.**

Figura 132: Eixos temáticos de diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações Culturais no PDOT.



Fonte: elaboração própria, 2023.

4.2.1 OBJETIVOS GERAIS PARA A POLÍTICA CULTURAL

Os seguintes objetivos da Política Cultural visam incorporar, de modo intersetorial, a Cultura e o Patrimônio Cultural ao PDOT, e orientar os cinco eixos temáticos das diretrizes de planejamento propostos:

I – Promover e incentivar a proteção, preservação, conservação, recuperação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal;

II – Preservar a identidade sociocultural das Regiões Administrativas e das suas respectivas áreas e edificações de interesse histórico, paisagístico e cultural, valorizando e fortalecendo as culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras; do segmento de arte inclusiva; e de grupos culturais historicamente excluídos;

III – Fortalecer iniciativas de fomento, promoção e difusão para os segmentos historicamente excluídos, criando condições favoráveis para preservação de seus saberes e práticas, conforme diretrizes do Plano Distrital de Cultura, formalizado na Lei Orgânica de Cultura (Lei Complementar Nº 934, de 2017);

IV – Inserir a Economia Criativa, a Cultura e o Patrimônio Cultural como indutores da política urbana de desenvolvimento socioeconômico sustentável do Distrito Federal;

V – Adotar uma concepção de desenvolvimento territorial, comunitário e socioeconômico atrelada à preservação do patrimônio cultural e à valorização das iniciativas culturais periféricas, populares, tradicionais, negras, indígenas, LGBTQIAP+, levando em consideração as vocações locais e regionais;

VI – Promover a articulação intersetorial da cultura com outras políticas de reatamento territorial, para o pleno funcionamento da infraestrutura sociocultural nos territórios;

VII – Potencializar e fortalecer coletivos e territórios culturais autônomos, prioritariamente em Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social, por meio de instrumentos urbanísticos, incentivos fiscais e fomento às atividades ligadas à cultura, arte, educação popular, saúde, economia solidária e meio ambiente, visando a geração de oportunidades de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico local e regional sustentável;

VIII – Estimular e fomentar a participação da sociedade civil no processo contínuo de planejamento e gestão das políticas de preservação e desenvolvimento urbano do território;

IX – Contribuir para o fortalecimento da autonomia social das comunidades, conforme objetivos específicos da Lei de Vilas Culturais do Distrito Federal (Lei nº 4.775, de 24 de fevereiro de 2012);

X – Promover e fortalecer os mecanismos de controle social e instrumentos de gestão democrática e participativa de equipamentos comunitários e áreas culturais;

XI – Fomentar e viabilizar a reforma, adequação, restauro, manutenção e qualificação dos equipamentos, logradouros e edifícios ocupados e apropriados por atividades de formação, fruição e produção cultural, prioritariamente em Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

XII – Descentralizar e desconcentrar territorialmente as políticas de fomento e equipamentos culturais, priorizando as periferias e Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

XIII – Evitar a retenção especulativa de imóveis e terras urbanas, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

XIV – Promover e incentivar o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, destinando os lotes vagos e edifícios públicos construídos que estejam desocupados ou subutilizados a atividades de formação, produção e fruição cultural;

XV – Promover e viabilizar a regulamentação e regularização fundiária das ocupações informais de interesse sociocultural, considerando a diversidade e a complexidade dos seus arranjos de uso e ocupação do solo, por meio da criação de políticas públicas voltadas à modalidade de Reurb-S e da aplicação combinada de instrumentos jurídicos e urbanísticos;

XVI – Identificar, mapear, documentar e difundir a diversidade de lugares, saberes, práticas, expressões e manifestações artísticas e culturais do Distrito Federal;

XVII – Estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais, conforme dispõe a Lei Orgânica de Cultura (Lei Complementar nº 934, de 2017);

XVIII – Gerar, sistematizar e disponibilizar cartografias, dados, estatísticas e informações georreferenciadas sobre a Economia Criativa e as políticas culturais, e incorporá-las ao Geoportal/Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal (SITURB);

4.2.2 ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Visando incidir na lacuna da inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT voltados à valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais periféricas; esta pesquisa-ação propõe as **Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC)**, que se sobrepõem e se integram a outros Zoneamentos do Plano Diretor e exigem diretrizes específicas de uso e ocupação do solo. Aqui, definimos estas Áreas Especiais como porções do território constituídas por eixos, corredores, polos, esquinas ou quarteirões culturais, que se destinam à preservação, valorização e potencialização do conjunto de bens materiais e imateriais de valor histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, como espaços públicos; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; bem como os logradouros ou um conjunto de logradouros e edifícios públicos de formação, fruição e produção cultural ocupados e geridos por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, cuja proteção e valorização é necessária à manutenção da identidade e memória da população e para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica do Distrito Federal.

A identificação e delimitação de bens, imóveis, espaços ou áreas a serem enquadrados como Áreas Especiais de Interesse Cultural deve ser feita a partir de propostas e indicações apresentadas, a qualquer tempo, por coletivos culturais, entidades representativas e organizações da sociedade civil com a participação do órgão competente pela política cultural do DF e do órgão responsável pelo desenvolvimento urbano, devendo ser apreciadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC) e aprovadas por ato próprio do Poder Executivo.

Estas Áreas Especiais de Interesse Cultural se orientam pelas seguintes diretrizes:

I – Fortalecimento do senso de pertencimento, da mobilização social, da solidariedade e da cooperação entre as pessoas que habitam um determinado território, conforme diretrizes do Programa Territórios de Cultura do Ministério da Cultura, instituído por meio da Portaria MinC nº 68, de 2023;

II – Incentivar e fomentar o planejamento participativo e a gestão compartilhada (com empoderamento, autonomia e protagonismo social) dos equipamentos de infraestrutura cultural;

III – Promover e propiciar o desenvolvimento e realização de projetos e ações integradas para cultura, saúde, educação popular, assistência social, economia solidária e turismo, visando o fomento e preservação do patrimônio cultural, o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades socioespaciais;

IV – Fortalecer e estimular as atividades de formação, produção e fruição cultural desenvolvidas por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, nas Áreas Especiais de Interesse Cultural, por meio da aplicação dos seguintes incentivos:

a) Concessão de benefícios fiscais;

b) isenção de IPTU;

c) isenção de ISS da construção civil para construção e/ou reforma de imóvel;

d) isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento do espaço;

e) simplificação dos procedimentos para instalação, funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás;

f) formação e orientação técnica e jurídica para elaboração de projetos para acesso a linhas de fomento, patrocínio e incentivos culturais;

V – Incentivar e fomentar, prioritariamente em Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social, as atividades voltadas à Economia Criativa e iniciativas econômicas de

caráter solidário e cooperativo, envolvendo as áreas de cultura, educação, saúde, meio ambiente, turismo, desenvolvimento social, elaboradas nos logradouros e edifícios públicos que abrigam atividades de formação, fruição e produção cultural, que são ocupados e geridos por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda;

VI – Planejar e criar, de forma participativa com os coletivos e comunidades, a implementação de rotas, polos e circuitos culturais, identificando seus bens, logradouros ou um conjunto de logradouros e imóveis apropriados e ocupados por atividades e práticas de formação, fruição e produção artístico-cultural nas suas mais diferentes linguagens e/ou expressões;

VII – Articular ações e integrar territorialmente as rotas, polos e circuitos culturais planejados e criados de forma participativa com as comunidades, às estratégias e diretrizes de intervenção sobre o território, propostas pelas Áreas de Dinamização e Polos Multifuncionais dispostos nos Art.106 e Art.138 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803, de 2009);

VIII – Fortalecer e potencializar programas de formação de agentes comunitários locais, educadores, assistentes sociais e agentes da saúde, preferencialmente integrados com instituições de ciência e tecnologia em saúde e de ensino público superior;

IX – Qualificar os espaços públicos e revitalizar as áreas abandonadas, garantindo o uso integrado dos equipamentos culturais e sociais e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade;

X – Garantir uma gestão democrática e participativa das Áreas Especiais de Interesse Cultural, com controle social e popular e transparência na tomada de decisões;

XI – Criar um Conselho Gestor constituído pelo Poder Público e representantes da sociedade civil, como Comitês Macrorregionais de Cultura, Conselhos Regionais de Cultura e de Economia Criativa, entidades, fóruns e coletivos culturais, para acompanhar, fiscalizar, avaliar, recomendar e aprovar políticas, planos, programas e ações relacionadas às Áreas Especiais de Interesse Cultural;

XII – Criar um Conselho Gestor constituído pelo Poder Público e representantes da sociedade civil para elaborar, de forma participativa, um plano de gestão, integrando políticas, programas e ações relativos às Áreas Especiais de Interesse Cultural, e para fiscalizar o cumprimento de concessões de incentivos fiscais realizadas por órgãos competentes;

4.2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Visando fomentar, **potencializar e promover as atividades econômicas voltadas à geração de trabalho e renda presentes nas redes de economia criativa e solidária** geridas pelos territórios culturais periféricos, esta pesquisa-ação propõe os **Polos de Economia Criativa**. Esta estratégia busca reduzir as desigualdades socioespaciais no Distrito Federal, descentralizando as oportunidades de emprego e renda, e fortalecendo as centralidades regionais, de modo a promover o desenvolvimento urbano, econômico e social, levando em consideração as vocações locais e regionais.

Aqui, definimos estes Polos como porções do território destinadas ao fomento, potencialização e promoção de atividades econômicas e tecnologias sociais que compõem a Economia Criativa, entendida como ações que constituem uma cadeia de criação, produção e distribuição de conhecimentos, serviços e bens culturais, artísticos e inovadores que utilizam a criatividade e os saberes de indivíduos e/ou grupos, com vistas à geração de trabalho e renda. São compatíveis com os Polos de Economia Criativa as atividades relacionadas nas seguintes áreas:

a) Patrimônio Cultural: ofícios, saberes e fazeres portadores de referência à identidade, memória e tradições de grupos e segmentos sociais, envolvendo celebrações, modos de criar, fazer e viver, tais como o artesanato, gastronomia, o lazer, o entretenimento, o turismo, a educação popular; e a fruição cultural a espaços públicos e privados;

b) Artes: atividades e produções voltadas às diversas manifestações e expressões socioculturais, tais como música, dança, teatro, circo, artes plásticas, visuais e cênicas, literatura, moda, *design* e fotografia;

c) Mídias e tecnologias: atividades e produções voltadas às mídias diversas (TV, rádio, jornal e conteúdo digital), publicidade, audiovisual, cinema, eventos, feiras, festas, *software*, jogos e aplicativos eletrônicos, arquitetura e *design* de interiores;

d) Educação popular: atividades e produções voltadas à construção de saberes e práticas populares que englobam expressões artísticas e culturais, modos de criar, fazer e viver, de segmentos sociais populares e tradicionais;

e) Agricultura e agroecologia: atividades socioambientais voltadas à soberania e segurança alimentar, tais como hortas comunitárias, técnicas de gestão e manejo da terra, e à produção e distribuição de alimentos saudáveis à população de baixa renda.

Os Polos de Economia Criativa articulados ao desenvolvimento econômico sustentável do território, se orientam pelas seguintes diretrizes:

I – Estimular, valorizar e fomentar a diversidade cultural e suas formas de expressão material e imaterial, grupos culturais independentes, coletivos, cooperativas e pequenos produtores culturais e suas redes de economia criativa e solidária, visando à inclusão social, geração de renda local e regional e o dinamismo territorial, econômico e socioambiental;

II – Promover a difusão, circulação e produção de serviços e bens culturais, artísticos da economia criativa e solidária desenvolvidos e elaborados por coletivos e produtores culturais, priorizando os de baixa renda localizados em Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

III – Fomento à produção, à difusão e à circulação de conhecimento e bens culturais, conforme diretrizes da Lei de Vilas Culturais do Distrito Federal (Lei nº 4.775, de 24 de fevereiro de 2012);

IV – Autonomia dos agentes culturais, conforme diretrizes da Lei de Vilas Culturais do Distrito Federal (Lei nº 4.775, de 24 de fevereiro de 2012);

V – Fomentar e potencializar as porções territoriais dotadas de redes e atividades de economia criativa e solidária desenvolvidas por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, nos Polos de Economia Criativa, por meio da aplicação dos seguintes incentivos:

a) Concessão de benefícios fiscais;

b) isenção de IPTU;

c) isenção de ISS da construção civil para construção e/ou reforma de imóvel;

d) isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento do espaço;

e) simplificação dos procedimentos para instalação, funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás;

f) formação e orientação técnica e jurídica para desenvolvimento de produtos e para o acesso a linhas de fomento, patrocínio e incentivos culturais;

VI – Articular ações e integrar territorialmente os Polos de Economia Criativa às estratégias e diretrizes de intervenção sobre o território, propostas pelas Áreas de Dinamização dispostas no Art. 106 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803, de 2009);

VII – Articular ações e integrar territorialmente os Polos de Economia Criativa às porções territoriais, rotas e circuitos culturais das Áreas Especiais de Interesse Cultural propostas por esta pesquisa-ação;

VIII – Fomentar e incentivar a produção agroecológica e orgânica e as iniciativas de hortas comunitárias desenvolvidas por movimentos sociais, agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil e coletivos culturais, prioritariamente em Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

IX – Fortalecer e fomentar ações de educação popular e cooperativismo voltadas à segurança alimentar e nutricional existentes nos territórios por meio da criação de Programas que articulem entidades e instituições de ensino e saúde às iniciativas de hortas comunitárias desenvolvidas por movimentos sociais, agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil e coletivos culturais;

X – Fortalecer a economia local e regional por meio do fomento e apoio ao desenvolvimento das cadeias e arranjos produtivos das iniciativas voltadas à Economia Solidária;

4.2.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS

Considerando as **Ocupações Culturais como Equipamentos Comunitários** que aglutinam múltiplas frentes de ação e incidem nas demandas e necessidades concretas dos territórios periféricos do DF, como ações voltadas à **cultura, educação popular, saúde, assistência social, direitos humanos, moradia, geração de trabalho e renda, produção e distribuição de alimentos saudáveis, soberania/segurança alimentar, lazer, esporte**; esta pesquisa-lançamento lança as seguintes diretrizes, que visam fortalecer estes territórios, articulando o planejamento territorial com as políticas públicas de modo **intersectorial e transversal**:

I – Promover e incentivar a ocupação e apropriação dos lotes vagos e dos edifícios públicos construídos que estejam desocupados ou subutilizados, por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, visando cumprir a função social da cidade e da propriedade;

II – Promover a qualificação, recuperação e manutenção dos equipamentos públicos comunitários e dos edifícios e áreas públicas de fruição cultural ocupadas por organizações sociais, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, que estejam degradadas;

III – Destinar aos espaços ocupados e geridos por agentes e coletivos culturais, Fundos e recursos dos Programas nacionais e distritais vinculados às políticas públicas setoriais voltadas à educação, saúde, cultura, lazer, assistência social, segurança alimentar e nutricional;

IV – Elaborar plano e/ou Programa de fortalecimento e potencialização das redes de espaços culturais ocupados e geridos por agentes e coletivos culturais existentes nos territórios, que

integre os Programas e projetos vinculados às políticas públicas setoriais voltadas à educação, saúde, cultura, lazer, assistência social, segurança alimentar e nutricional;

V – Estímulo ao intercâmbio, à troca de conhecimento e à retroalimentação cultural entre centros e periferias a partir da atuação em rede e conexão entre equipamentos culturais de escalas diversas, conforme diretrizes do Programa Territórios de Cultura do Ministério da Cultura, instituído por meio da Portaria MinC nº 68, de 2023;

VI – Regulamentar a Lei de Vilas Culturais do Distrito Federal (Lei nº 4.775, de 24 de fevereiro de 2012);

VII – Promover uma distribuição equitativa dos equipamentos e serviços públicos comunitários, como os voltados à educação, saúde, esporte e lazer, cultura, assistência social, segurança alimentar e nutricional, respeitando as necessidades e demandas de cada localidade e priorizando as áreas de urbanização precária com maior vulnerabilidade social;

VIII – Descentralizar e desconcentrar territorialmente os equipamentos culturais, implementando-os nas localidades das Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

IX – Ampliar o quantitativo de equipamentos e espaços destinados a serviços especializados e multidisciplinares da rede de atendimento, acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência, priorizando as Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

X – Ampliar a rede de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), priorizando as localidades das Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

XI – Implementar parcerias entre agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, instituições, entidades e Secretarias de Estado, para atuar na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero e no desenvolvimento de ações voltadas ao empoderamento e profissionalização de mulheres;

XII – Integrar as redes de educação popular protagonizadas por espaços e coletivos culturais às ações intersecretariais de cunho afirmativo e intersetorial para a implementação de projetos e ações conjuntas nos territórios periféricos;

XIII – Implantar postos territoriais voltados à serviços de Assessoria Técnica multidisciplinar gratuita nos territórios periféricos e localidades das Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social, com o objetivo de promover e desenvolver planos, projetos e ações voltadas à regularização fundiária, habitação de interesse social, assistência jurídica, redução de riscos e recuperação ambiental, direitos humanos e economia solidária, atuando nas necessidades e demandas territoriais concretas por meio de parcerias com instituições de

ensino e Governo Federal (Programa Periferia Viva – SNP/MCidades) e formações de base de agentes e organizações sociais que atuam no território;

4.2.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Lei que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb dos núcleos urbanos informais no território do Distrito Federal (Lei Complementar nº 986, de 2021), e altera a Lei que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803, de 2009), estabelece no seu Art. 9º os núcleos urbanos informais que podem ser enquadrados na modalidade de **Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-S**, tais como:

- a) Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, estabelecidas pelo PDOT, que têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda;
- b) Parcelamento Urbano Isolado de Interesse Social – PUI-S, nos termos do PDOT;
- c) Ocupações informais de interesse social situadas em lotes destinados a Equipamentos Públicos Comunitários – EPC ou em Equipamentos Públicos Urbanos – EPU⁴¹⁷, reconhecidas como Núcleo Urbano Informal – NUI pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal;**
- d) ocupações informais identificadas como passivo histórico, cuja caracterização urbanística seja compatível com o interesse social;
- e) núcleos urbanos informais caracterizados como de interesse social localizados em Zona de Contenção Urbana nos termos do art. 78 do PDOT.

Conforme disposto na Lei de Regularização Fundiária do DF e o PDOT, as **Ocupações Culturais periféricas poderiam se enquadrar como Ocupações informais de interesse social**. No entanto, mesmo as Ocupações Culturais abrigando e aglutinando o conjunto de atividades e serviços relacionados a Equipamentos Comunitários (como os de saúde, educação, cultura, lazer, assistência social, etc.), esta legislação estabelece uma série de **critérios que dificultam e/ou impedem o enquadramento e reconhecimento** destes territórios culturais, que também se encontram em **lotes destinados a Usos de Solo**

⁴¹⁷ O Art. 2º do Decreto nº 38.427, de 2017, define estes dois tipos de Equipamentos Públicos no DF: **(1) Equipamento Público Comunitário – EPC:** equipamento público destinado às atividades de saúde, educação, segurança, cultura, lazer, assistência social, transporte público, esportes e diretamente desenvolvidas pelo poder público; **(2) Equipamento Público Urbano – EPU:** equipamento público de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, fornecimento e distribuição de energia elétrica, manejo de águas pluviais, de comunicação e fornecimento de gás canalizado.

inadequados às suas atividades desenvolvidas (como o Uso do Solo Exclusivamente Institucional do Espaço Cultural Moinho de Vento), além de não se enquadrarem no Uso de Equipamento Público, como dispõe a LUOS.

Considerando estes impasses, podemos lançar algumas diretrizes voltadas à regularização fundiária das Ocupações Culturais:

I – Levantar a situação fundiária e o Uso do Solo dos lotes das Ocupações Culturais para incidir, de forma participativa e cooperativa, em ações e estratégias de adequação, regulamentação e regularização fundiária, com os coletivos e agentes culturais e os órgãos competentes pelo desenvolvimento territorial e urbano, controle patrimonial e pela política cultural no DF;

II – Ampliar o enquadramento territorial da modalidade de Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-S relativa ao reconhecimento das ocupações informais de interesse social, inserindo as ocupações culturais que realizam atividades e serviços relacionados a Equipamentos Comunitários (como os de saúde, educação, cultura, lazer, assistência social, etc.) que se situam em lotes destinados a outros usos de solo – para além de EPC e/ou EPU –, priorizando as necessidades e demandas de infraestrutura das localidades onde se inserem e respeitando as normas urbanísticas dispostas no PDOT (Lei Complementar nº 803, de 2009);

III – Reconhecer e considerar nos critérios da modalidade de Reurb-S da Lei Complementar nº 986/2021⁴¹⁸, a diversidade e a complexidade dos arranjos de uso e ocupação do solo das ocupações informais de caráter sociocultural (moradia, cultura, comércio, etc.), como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda, conforme dispõe a Lei federal nº 13.465/2017 em seu Art.13;

IV – Aplicar de modo combinado⁴¹⁹ nas Ocupações Culturais, considerando as especificidades de cada situação, os instrumentos voltados para a regularização fundiária mencionados no Art.15 da Lei federal nº 13.465/2017, tais como a legitimação fundiária, usucapião, desapropriação por interesse social, e a concessão de direito real de uso;

V – Regularizar logradouros e edifícios públicos ocupados e geridos por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, por meio de cessão de uso (não onerosa e por tempo não inferior

⁴¹⁸ O Art. 10 da Lei Complementar nº 986/2021 que dispõe sobre a Reurb no DF, estabelece como critério de reconhecimento dos ocupantes como beneficiários da Reurb-S, apenas as ocupações informais que possuem predominância de uso habitacional, o que dificulta o reconhecimento das ocupações culturais. A aplicação do instrumento de legitimação fundiária disposta no Art. 24 da mesma Lei, também se restringe aos requisitos do Arts. 10 e 11 da Reurb-S.

⁴¹⁹ Essa combinação entre diferentes instrumentos jurídicos/urbanísticos voltados à regularização fundiária é muito pouco explorada no Distrito Federal.

a 40 anos), desapropriação por interesse social, e concessão de direito real de uso (não onerosa e por tempo não inferior a 40 anos), com previsão de apoio financeiro regulamentado por lei específica para manutenção geral e incentivos fiscais como isenção de IPTU, ISS e de taxas municipais para instalação e funcionamento do espaço;

VI – Criar política pública de regularização urbanística e fundiária atrelada à modalidade de Reurb-S, dos logradouros e edifícios públicos ocupados por agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, como realizado na Lei Complementar nº 806, de 2009 alterada por legislações correlatas de 2014 e 2021⁴²⁰, que permite e facilita a regularização fundiária das unidades imobiliárias e áreas públicas ocupadas por entidades religiosas e entidades de assistência social⁴²¹ que tenham se instalado até 22 de dezembro de 2016⁴²², por meio da concessão de direito real de uso no prazo de 30 anos, prorrogável por igual período;

VII – Instituir uma Comissão e/ou Grupo de Trabalho (GT) para ampliar o diálogo com o Poder Público, debater e construir periodicamente e de modo participativo, uma política pública de regularização urbanística e fundiária destinada às Ocupações Culturais, composto por agentes e coletivos culturais representantes dos territórios (Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno) e órgãos competentes pelo desenvolvimento territorial e urbano, controle patrimonial e pela política cultural no DF;

VIII – Promover e garantir serviços de Assessoria Técnica multidisciplinar gratuita por meio de parcerias com instituições de ensino e Governo Federal (Programa Periferia Viva – SNP/MCidades) à agentes culturais de base comunitária, organizações da sociedade civil, coletivos culturais e grupos dos segmentos populares de baixa renda, visando à regularização fundiária e integrando de modo transversal e intersetorial planos, programas e ações de qualificação e adequação dos espaços e edifícios ocupados, bem como de habitação de

⁴²⁰ **Lei Complementar 985/2021**, sancionada pelo governador Ibaneis, que facilita e amplia a regularização fundiária de igrejas e entidades assistenciais em todo o DF e faz parte do **Programa Igreja Legal** lançado pelo GDF em parceria com a Terracap em 2019. Seguindo a Lei Federal 13.465/2017 que trata da regularização fundiária, esta Lei Complementar 985/2021 permite a regularização da entidade religiosa ou de assistência social, reconhecida e certificada pelos órgãos públicos competentes, que tenha se instalado no imóvel até 22 de dezembro de 2016 e esteja efetivamente realizando suas atividades no local. Se somando à Lei Complementar, em 2021, a Secretaria de Economia publicou o **Decreto nº 42.273**, que regulamenta o **Cadastro de Templos Religiosos (CTR)**, criado em 2019. A medida facilita o reconhecimento das entidades religiosas, desburocratiza os processos e garante a imunidade tributária dos templos com transparência e segurança jurídica para as entidades, para o governo e para a sociedade.

⁴²¹ O § 2º do Art.1 da Lei Complementar nº 806, de 2009 que dispõe sobre a regularização fundiária de áreas públicas ocupadas por entidades religiosas e de assistência social, define as **entidades de assistência social como aquelas que prestam atividades de assistência social gratuita de atenção à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência, ao dependente químico ou a pessoas que comprovadamente vivam em situações de risco**, e preenchem os requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, quanto ao seu funcionamento.

⁴²² Conforme o marco temporal estabelecido pela Lei Federal nº 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

interesse social, de assistência jurídica, de redução de riscos e recuperação ambiental, direitos humanos e economia solidária;

4.2.6 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

As diretrizes a seguir visam gerar e disponibilizar cartografias, dados, estatísticas e informações georreferenciadas (ou não) sobre as políticas e territórios culturais do DF e seus aspectos físicos, territoriais e socioeconômicos, a fim de incorporá-las de modo integrado ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Distrito Federal (SIIC-DF), previsto na Lei Orgânica de Cultura (Lei Complementar nº 934, de 2017), e ao Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal (SITURB), que se insere no PDOT como mecanismo central do sistema de planejamento, sendo responsável por coletar, organizar, produzir e disseminar as informações sobre o território e sua população.

I – Solicitar, disponibilizar e atualizar os dados georreferenciados da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)⁴²³ relativos aos imóveis ociosos/abandonados existentes em cada Região Administrativa do Distrito Federal;

II – Solicitar à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC-DF) para elaborar, com transparência, uma base de dados relativa à situação física e territorial dos equipamentos culturais e bens tombados existentes no Distrito Federal, priorizando os localizados nas Regiões Administrativas com alta vulnerabilidade social;

III – Solicitar à SECEC-DF e ao Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF), a elaboração de censos dos equipamentos e das ocupações culturais, dos trabalhadores da cultura e das iniciativas culturais, integrando-os às Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios (PDAD) e ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Distrito Federal (SIIC-DF);

IV – Disponibilizar e incorporar ao Geoportal/Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal (SITURB) os dados georreferenciados da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal) e da sua Subsecretaria de Operações (SUOP/DF Legal) relativos às operações de remoção de edificações e ocupações informais realizadas em cada Região Administrativa do Distrito Federal, categorizando-os por tipos (moradia, cultura, etc.) e atualizando-os periodicamente;

V – Disponibilizar periodicamente, com ampla transparência, dados e informações sobre a distribuição territorial do cadastro de entes e agentes culturais (CEAC) e do Fundo de Apoio

⁴²³ Os últimos dados georreferenciados relativos aos imóveis ociosos/abandonados no Distrito Federal disponibilizados pela CAESB são de 2016.

à Cultura (FAC), para facilitar o controle social, o monitoramento e a avaliação das políticas de fomento;

VI – Disponibilizar periodicamente, com ampla transparência, dados e informações sobre a distribuição territorial do Edital Regionalizado do FAC, para facilitar o controle social, o monitoramento e a avaliação das políticas de regionalização e descentralização territorial dos fomentos culturais;

VII – Publicizar informações e indicadores de desempenho da execução de políticas públicas culturais do DF, por meio do Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Distrito Federal – SIIC-DF, conforme diretrizes do Plano Distrital de Cultura, formalizado na Lei Orgânica de Cultura (Lei Complementar N° 934, de 2017);

VIII – Criar mecanismos e instrumentos de mapeamento e credenciamento colaborativo dos espaços culturais públicos e privados independentes por meio de editais da SECEC-DF e plataformas digitais, para incidir em ações e estratégias voltadas à regularização fundiária, políticas públicas de fomento específicas e incentivos fiscais;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se realizou por meio do deslocamento teórico-analítico que insere as periferias urbanas no centro das decisões e como chave central para avançar na questão urbana. Tal perspectiva as reconhece como territórios de potências, que elaboram e abrigam múltiplas práticas, saberes e formas de gestão coletivas, subversivas, inventivas e emancipatórias, que têm protagonizado e apontado horizontes e possibilidades para a construção efetiva de um planejamento insurgente e popular.

A partir desta perspectiva contra-hegemônica, o capítulo 1 jogou luz às potencialidades e possibilidades emancipatórias e transformadoras das práticas desenvolvidas pelas insurgências urbanas nas últimas décadas, enfatizando o papel/protagonismo da produção cultural periférica na construção de um planejamento insurgente e popular frente à escalada da crise urbana engendrada pela inflexão antidemocrática e pela consolidação do neoliberalismo colonial-extrativista. Inserir as periferias urbanas no centro analítico permitiu esta pesquisa apontar e desvelar os múltiplos conflitos e disputas travadas nestes territórios, como também, os impasses, fissuras, ambiguidades e contradições do planejamento urbano brasileiro, que criminaliza as práticas e formas de ocupação e organização subalternas, definindo uma geografia de invisibilidade e exceção às periferias, forjada na aplicação arbitrária e seletiva da sua legislação urbanística; na desvinculação das políticas públicas; e no descolamento das realidades e demandas territoriais concretas por meio da ocultação e dissimulação dos conflitos e problemas urbanos.

Esta discussão mostrou como a produção cultural periférica protagonizada pelo movimento *hip-hop* assumiu centralidade na construção de uma consciência e subjetividade legitimamente periférica, que contribuiu para o rompimento de estigmas e representações hegemônicas e atuou na linha de frente para mudar a realidade concreta destes territórios.

Desse modo, o texto mostrou como sujeitas e sujeitos periféricos gestaram uma cultura política potencialmente subversiva e combativa nas últimas décadas por meio de suas produções artístico-culturais, que passaram a condensar e a incorporar temas antirracistas, anticoloniais e antipatriarcais, como o empoderamento e representatividade feminina e LGBTQIAP+, diversidade/equidade étnico-racial e de gênero, justiça racial e ambiental; e a denunciar as desigualdades socioespaciais, a repressão policial, a miséria, o genocídio, o racismo, etc.; enquanto o planejamento urbano de matriz colonialista agiu na dissimulação, ocultação e reprodução destes conflitos e violências.

Após tensionar e desvelar esses processos, o texto discute sobre o período de inflexão de lutas urbanas globais travadas a partir da virada da última década, reconhecendo a

centralidade das periferias urbanas latino-americanas/brasileiras, onde explodiu massivamente um *tsunami* de coletivos culturais juvenis e quilombos urbanos periféricos, que vêm ocupando e ressignificando espaços/edifícios públicos ociosos, enunciando uma diversidade crescente de práticas, territorialidades e estéticas próprias, forjadas em múltiplas relações socioculturais emancipatórias e solidárias. Assim, esta pesquisa reconheceu a potência crítica e transformadora destas territorialidades insurgentes, compreendendo-as como os novos horizontes para o saber urbano – em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento (Velloso, 2020).

Já o capítulo 2 se dedicou em compreender e discutir o processo de urbanização do Distrito Federal e suas contradições; os limites e lacunas dos instrumentos de descentralização das Políticas Culturais; e em avaliar/analisar como as periferias e seus territórios culturais se inserem nos instrumentos do PDOT/2009.

A partir da análise das sucessivas políticas segregacionistas e sanitaristas implementadas durante seis décadas na capital, sintetizamos quatro períodos correspondentes aos processos de segregação e remoções forçadas no DF a partir de 1958 até os dias atuais, com suas respectivas características e mudanças no decorrer das décadas, de acordo com as conjunturas políticas e sociais. São eles: (1) 1958-1971: erradicação de ocupações e acampamentos do Plano Piloto e adjacências para as recém-criadas cidades-satélites, e criação de políticas de contenção do fluxo migratório de trabalhadores; (2) 1971-1985: ascensão do regime ditatorial e instituição da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), além da instrumentalização e radicalização das políticas de remoções forçadas por meio do Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle da Poluição do Distrito Federal (PLANIDRO) (1970) e o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) (1977); (3) 1985-2019: reedição das políticas de controle e expulsão de migrantes ancorada na extrapolação da segregação socioespacial com a erradicação de ocupações para as bordas e entorno do DF; (4) 2019-2023: ascensão da extrema-direita e recrudescimento dos conflitos fundiários, junto à radicalização das políticas de remoção acopladas a novos dispositivos de controle e ferramentas de monitoramento, além do avanço e consolidação de remoções forçadas em áreas periféricas articuladas a vetores de expansão imobiliária.

Dessa maneira, verificamos que o planejamento urbano no DF visou, desde o início da concepção da capital, moldar uma segregação sociorracial e espacial, erradicando e excluindo apenas as ocupações da classe trabalhadora negra de baixa renda das áreas localizadas no interior da Faixa Sanitária. No decorrer das décadas, estas mesmas áreas anteriormente “intocáveis”, passaram a ser destinadas à produção do complexo imobiliário-financeiro e a ser ocupadas por moradias e condomínios das classes médias e altas ligadas à ocupação informal proveniente da grilagem de terras, asseguradas por legislações

permissivas e instrumentos legais aplicados arbitrariamente. Assim, o planejamento urbano agiu como instrumento de indução e legitimação da segregação socioespacial das ocupações de famílias de baixa renda – qualificadas como “invasões” – para as regiões distantes do Plano Piloto, enquanto naturalizava e tolerava a formação de condomínios de média e alta renda no interior da Faixa Sanitária, reforçando o caráter seletivo, arbitrário e ambíguo da aplicação da sua legislação urbanística.

Por meio de bibliografias específicas, verificamos que os Planos Diretores de Ordenamento Territorial (1977 a 2009) ancorados aos Planos Diretores de saneamento (1970 a 2010), agiram como instrumento de efetivação, legitimação e manutenção do *modus operandi* sanitaria, centralizador e repressor imerso no processo de planejamento do Distrito Federal, que operou, e ainda opera, como máquina de apagamento e invisibilização de territórios e suas práticas subalternas. O Ordenamento territorial ancorado ao Zoneamento Sanitário – que ao longo das décadas se mostrou contraditório e socialmente/territorialmente seletivo –, estruturou e balizou a ocupação da mancha urbana e as transformações socioespaciais da capital, passando a estar presente e enraizado em todas as propostas de planejamento territorial das décadas seguintes (Conserva; Derntl, 2023; Oliveira, 2021).

Também identificamos que os discursos de “descentralização” das ações de planejamento adotados pelos planos diretores se limitaram, em geral, ao reconhecimento de centralidades e polarizações de núcleos urbanos periféricos, ancoradas a estratégias e diretrizes desarticuladas das potencialidades e demandas comunitárias destes territórios, que não se traduziram em práticas de planejamento que os legitimassem e potencializassem efetivamente. Assim, os instrumentos de planejamento formulados sem participação popular efetiva e diálogo com formas de ocupação inscritas em práticas subalternas, atuaram no apagamento de territórios periféricos, reproduzindo diacronicamente um planejamento fragmentado e centralizador forjado na condição político-ideológica de preservação do Plano Piloto.

Por meio da análise de dados e discursos, identificamos que, historicamente, as relações de “dependência” das periferias em relação ao Plano Piloto – que concentra 41,1% dos postos de trabalho do DF (PDAD, 2021) –, foram utilizadas como narrativa por parte das mídias hegemônicas, do Estado e do campo acadêmico, para restringir as satélites periféricas à posição de incapacidade e vulnerabilidade, limitando-as ao lugar de “cidades-dormitórios”. Essa condição forjada no estigma territorial da violência e da pobreza, nutriu e legitimou uma política urbana de invisibilização das potencialidades e do protagonismo dos territórios periféricos na produção do espaço urbano, que se reflete diretamente nos instrumentos de ordenamento territorial.

Por meio da análise comparativa dos dados da PDAD 2011 e PDAD 2021, identificamos a consolidação de outras centralidades regionais, que vêm tensionando e colocando em xeque os modelos e narrativas hegemônicas que forjaram o planejamento “planocentrista” da capital, induzindo e consolidando novas relações de poder e autonomia no sistema urbano.

A partir destas análises, esta pesquisa voltou-se ao processo de formação e desenvolvimento dos movimentos culturais periféricos do Distrito Federal, que emergiram em resistência à política de *apartheid* e aos violentos processos de urbanização por apagamento implementados desde a concepção da capital pelo GDF. Assim, direcionamos as análises às múltiplas práticas, formas de ação política e de planejamento e gestão contra-hegemônicas protagonizadas por sujeitos periféricos, reconhecendo-as como centrais no processo de formação e estruturação urbana do Distrito Federal.

Identificamos a partir dos estudos e análises realizados por Marcos Santos (2020), uma explosão de associações de moradores em diversas satélites periféricas do Distrito Federal na década de 1980. Esta confluência de organizações conseguiu explicitar as desigualdades existentes entre o Plano Piloto e as periferias, por meio da promoção de espaços de mobilização, educação e empoderamento popular protagonizados por sujeitos periféricos que passaram a construir uma cultura política contestatória, que contribuiu para subverter os estigmas de “incapacidade” dos discursos hegemônicos, por meio do desenvolvimento de propostas e soluções de planejamento e gestão elaboradas com ampla participação popular, a partir de suas demandas e problemas concretos. Tais resistências aglutinaram uma diversidade de pautas de luta transversais que envolvem o direito à cidade, como moradia, cultura, mobilidade, segurança pública, saúde, violência, antirracismo e participação popular nos espaços de decisão.

Utilizamos como exemplo a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) (1979), que protagonizou um amplo movimento de resistência sociopolítica e cultural junto a outras associações de bairro, políticos, militantes, sindicatos e jornais da grande imprensa, criando espaços de ação fora dos processos formais de planejamento e gestão, conseguindo estruturar frentes de combate às práticas de segregação desenvolvidas pelo GDF.

Por meio de seminários desenvolvidos com a comunidade, a ASSIMOC criou espaços de diálogo e formação popular sobre educação, saúde, saneamento básico e violência, discutindo coletivamente seus problemas enfrentados e possíveis saídas e soluções (Santos, 2020). Outra ferramenta de luta utilizada pela ASSIMOC foi o jornal “A Voz de Ceilândia”, que funcionou como um instrumento de mobilização política e cultural por meio de denúncias, incentivo à participação em eventos culturais e debates sobre direitos e cidadania, dialogando

diretamente com as demandas e realidades concretas da cidade e visibilizando as várias lutas e potencialidades protagonizadas pela população ceilandense em seus territórios.

Assim, ao longo das análises, identificamos que essa confluência de associativismos e movimentos periféricos da década de 1980 aglutinou uma diversidade de pautas de luta transversais que envolvem o direito à cidade, como moradia, cultura, mobilidade, segurança pública, saúde, violência, antirracismo e participação popular, criando frentes de ação e protagonismo popular. Por meio de suas próprias narrativas sujeitas e sujeitos periféricos passaram a construir a partir de suas demandas e problemas concretos, propostas e soluções de planejamento, além de pautar publicamente como suas periferias deveriam ser abordadas, ressemantizando assim, os discursos sobre a cidade e a própria condição periférica.

A partir dos estudos e análises realizados por Tavares (2009), compreendemos como se deu o processo de invisibilização e criminalização da produção cultural negra e periférica do DF. Até os anos 1990, os registros jornalísticos sobre as atividades de lazer e a produção cultural da capital se restringiam aos eventos que aconteciam no Plano Piloto, enquanto que os acontecimentos relacionados às periferias e à sua juventude ligada ao movimento *hip-hop* eram restritos aos cadernos policiais e aos estigmas da grande mídia, que associava estes grupos juvenis apenas à violência e à formação de gangues urbanas (Tavares, 2009).

A partir de tais estudos, analisamos que esta efervescência cultural gestou novas dimensões urbanas de representatividade e a formulação de uma consciência crítica protagonizada pelo *hip-hop* a partir do início dos anos 1990, o que possibilitou a estruturação de um projeto político contra-hegemônico de cidade vindo dos grupos e movimentos culturais periféricos – principalmente de Ceilândia – que passaram a disputar e a ocupar espaços de produção e difusão cultural local, regional e nacional, incorporando narrativas críticas e antirracistas sobre seus problemas sociais e conflitos vividos, denunciando a violência, o racismo, a repressão policial e o genocídio sofrido pela população negra do DF.

Enquanto os planos-discurso não avançavam em estratégias efetivas de descentralização do planejamento urbano, que funcionavam como instrumento de manutenção das práticas de apagamento e negação da classe trabalhadora negra, os movimentos culturais periféricos do DF passaram a tensionar esse projeto de exclusão, disputando narrativas na arena política e formulando novas relações de poder que reconheciam as satélites como centralidades potentes no sistema urbano. Assim, mostramos como a produção cultural periférica forjada por novas subjetividades lançou, a partir da década de 1990, outras bases para a construção de um planejamento contra-hegemônico e insurgente e desempenhou papel central na subversão/disputa de estigmas e discursos hegemônicos sobre as satélites.

Assim, concluímos que esta enunciação de territorialidades periféricas nas últimas décadas possibilitou a construção de um projeto político contra-hegemônico de cidade, que agiu (1) no enfrentamento às desigualdades e à segregação socioespacial/racial; (2) na luta pela ressignificação e subversão de estigmas e discursos negativos sobre seus territórios e estéticas culturais; (3) no resgate da autoestima e na construção do orgulho de ser periférico; (4) no fortalecimento e reconhecimento das satélites periféricas como centralidades potentes e polarizadoras na rede urbana; (5) para inserir as periferias no centro dos espaços de produção e difusão cultural local, regional e nacional; (6) no rompimento com a exclusividade do discurso acadêmico por meio da produção de respostas/propostas desenvolvidas em seus territórios; (7) e permitiu que sujeitos periféricos ocupassem espaços de decisão da arena política e disputassem o debate público com suas pautas de luta e reivindicações.

A partir destas discussões, o capítulo 2 se concentrou em **avaliar/analisar como essa produção cultural periférica e seus territórios se inserem nos instrumentos do PDOT/2009**. Assim, verificamos que o Zoneamento proposto para as áreas periféricas, se restringe exclusivamente ao caráter ambiental, associado à contenção e restrição da ocupação urbana, ancorada à proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais que compõem o Patrimônio Ambiental do DF. Este direcionamento exclusivo à gestão ambiental do território, atua como prática de apagamento e invisibilização das demais formas de ocupação, práticas e territórios culturais existentes nas periferias. Ou seja, enquanto o Patrimônio Ambiental é reconhecido e legitimado com um amplo aparato legal que visa sua proteção e conservação, o Patrimônio Cultural do DF composto por porções territoriais dotadas de diversas identidades e manifestações culturais presentes em territórios de produção e fruição cultural, como casas de cultura, ocupações culturais, áreas indígenas, territórios quilombolas e templos religiosos, sequer são citados e demarcados no Zoneamento e demais instrumentos do PDOT/2009.

Esta pesquisa também verificou que políticas culturais no DF vêm reproduzindo o mesmo *modus operandi* dos instrumentos de planejamento urbano, pois seus recursos se concentram nas regiões onde há maior renda, escolaridade e equipamentos culturais públicos (auditórios, bibliotecas, cinemas, espaços culturais, museus e teatros), que estão majoritariamente localizados no Plano Piloto. A partir de estudos e análises realizados por Thiago Leandro (2022), verificamos que esse processo histórico de centralização (econômica, cultural e simbólica) dos recursos e equipamentos, tensionou e induziu, principalmente na última década, o debate sobre a necessidade da regionalização e descentralização das políticas culturais na capital.

No entanto, verificamos que a instrumentalização do processo de regionalização dos recursos do FAC dependeu exclusivamente do edital Regionalizado (2016), que somado ao montante

insuficiente de recursos vindos do Fundo, revela como as políticas culturais do DF carecem de outros mecanismos de descentralização. Na prática e para além dos discursos, o Regionalizado ainda sinaliza diversas incongruências e limites que dificultam uma efetiva distribuição equitativa dos fomentos. Ele restringe a noção de regionalização ao caráter meramente geográfico, dividindo as macrorregiões pelo grau de proximidade geográfica e regional, aglutinando assim as RAs que apresentam diferentes níveis de vulnerabilidade, o que invisibiliza e reproduz distorções socioespaciais que impactam diretamente a descentralização efetiva e equitativa dos recursos.

Considerando os objetivos específicos e o recorte temporal desta pesquisa, também identificamos dois períodos da gestão das políticas culturais no DF: **(1) período 2011-2018**, marcado pela construção e implementação das políticas de regionalização e descentralização dos fomentos, tendo como ponto de inflexão o período de **2015-2018**, quando houveram significativos avanços e transformações normativas e instrumentais das políticas culturais ancoradas na ampliação do diálogo com a sociedade civil, que induziram a construção e implementação de um montante significativo de Programas e Políticas culturais indutoras de ações afirmativas de valorização e reconhecimento de grupos e expressões culturais historicamente excluídas/invisibilizadas, que impactaram diretamente a produção cultural do DF; e o **(2) período 2019-2023**, marcado pela gestão agressiva de desmonte e sucateamento das políticas culturais e sociais implementada por Ibaneis Rocha (MDB), que promoveu uma política de interrupção dos espaços de participação e diálogo com a sociedade civil criados nas gestões anteriores; de criminalização, ataque e perseguição aos movimentos sociais e ocupações culturais periféricas; e de aumento vertiginoso de remoções forçadas e conflitos fundiários nas periferias, ancoradas a vetores de expansão imobiliária.

Já o capítulo 3 se concentrou na análise e discussão da cartografia das demandas, potencialidades, práticas e expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta e conflitos territoriais das Casas de Cultura e Ocupações Culturais que explodiram nas periferias do Distrito Federal a partir da última década. Para isso, o processo de elaboração desta cartografia envolveu quatro etapas: (1) mapeamento das Casas de Cultura e Ocupações Culturais; (2) levantamento da situação dos conflitos fundiários; (3) mapeamento das práticas e expressões socioculturais desenvolvidas; (4) identificação de categorias, sistematização e decodificação das práticas e expressões socioculturais mapeadas.

Assim, foram mapeados 50 (cinquenta) territórios culturais e sua multiplicidade de territorialidades foi decodificada em 23 (vinte e três) tipos de práticas e expressões socioculturais diferentes, tais como: (1) Expressões artísticas e culturais, constituídas pelo teatro, circo, dança, música, samba, capoeira, *hip-hop*, batalhas de rima, arte urbana,

sarau/*slam*, bailes, cineclube, biblioteca comunitária, galeria de artes, artes plásticas/visuais, literatura, moda/*design*, artesanato; (2) Educação popular; (3) Saúde e autocuidado; (4) Redes de solidariedade; (5) Prática socioambiental; e (6) Economia popular/geração de renda.

Tal cartografia revelou como a potência subversiva, inventiva e emancipatória das práticas socioculturais, saberes e formas de gestão coletivas ancoradas em relações solidárias, enunciadas e produzidas pela ação política de coletivos e movimentos culturais periféricos nas Ocupações Culturais, têm contribuído na transformação socioespacial e enfrentamento das desigualdades nas periferias do Distrito Federal, a partir de múltiplas frentes de ação: (1) construção e fortalecimento de redes de solidariedade, autocuidado e assistência social comunitárias; (2) educação popular como ferramenta de empoderamento e geração de renda; (3) desenvolvimento de práticas socioambientais voltadas à soberania alimentar; (5) fortalecimento e difusão da produção cultural e artística desenvolvida nas periferias; (4) formação política; dentre outras.

A discussão e análise de tais frentes de ação, permitiram esta pesquisa demonstrar como estes territórios aglutinam e incorporam as múltiplas práticas, expressões socioculturais e tecnologias sociais produzidas e desenvolvidas nas periferias, se convertendo em espaços de ação política e emancipação de sujeitos periféricos, que lutam para assegurar a sobrevivência, autonomia e reconhecimento de suas práticas e territorialidades, marcadas pela condição de invisibilidade e ameaça permanente, que é operada e legitimada pela aplicação arbitrária/seletiva da legislação urbana, que se soma à inexistência de instrumentos urbanísticos voltados à proteção e reconhecimento do patrimônio cultural periférico.

A partir do mapeamento e sistematização da situação de posse e do conflitos fundiários, esta pesquisa revelou que 78% das Ocupações Culturais periféricas do DF (11 das 14 mapeadas) não possuem sequer um instrumento de cessão de uso do espaço. Esta condição de ameaça permanente é operada e constituída por múltiplos processos e mecanismos que conduzem à despossessão e expulsão, como: (1) a inexistência de instrumentos urbanísticos que promovam a permanência, proteção e valorização de territórios culturais periféricos; (2) os cortes de serviços essenciais voltados à manutenção e vigilância/segurança do espaço, promovidos pelas Administrações Regionais; (3) os constantes furtos de materiais e equipamentos sofridos; (4) o acúmulo de dívidas e despesas de água, energia e IPTU – mesmo nas Ocupações que possuem cessão de uso; (5) e a falta de recursos vindos das políticas públicas culturais – concentradas nas regiões centrais.

Analisando as formas de ação e resistência, esta pesquisa identificou que mesmo estando na mira das frentes de expansão imobiliária articuladas à vetores de remoções forçadas e não conquistando sequer a cessão de uso ou regularização fundiária, a trajetória de luta de

Ocupações Culturais como o Jovem de Expressão, Mercado Sul Vive e o Espaço Cultural Moinho de Vento, demonstram a importância da combinação entre variadas frentes de ação e resistência, que se traduzem na (1) contínua mobilização territorial por meio de múltiplas práticas e linguagens socioculturais insurgentes que ativam e emanam toda a potência do território, configurando-se como táticas de autodefesa e sobrevivência comunitária; e na (2) articulação e incidência junto aos poderes executivos e legislativos, imprensa, universidades, entidades e movimentos sociais, criando espaços de ação, nos quais os coletivos culturais vêm dando visibilidade pública às suas pautas e demandas comuns, que se configuram como lacunas centrais do planejamento urbano no DF.

A partir de tais análises, esta pesquisa demonstrou como **as Ocupações Culturais e Casas de Cultura vêm atuando como vetores de transformação socioespacial e de enfrentamento às desigualdades nas periferias do Distrito Federal**, incidindo em suas necessidades e demandas concretas, invisibilizadas e negligenciadas pelos instrumentos de planejamento urbano hegemônico e políticas públicas elaboradas de cima para baixo. Também mostramos como estes territórios vêm construindo um planejamento insurgente (Mirafitab, 2016), no qual sujeitos periféricos vêm ocupando e disputando espaços de decisão e poder, incorporando ao planejamento institucional, as propostas e demandas elaboradas coletivamente em seus territórios, subvertendo assim, os aparatos formais e espaços excludentes do planejamento hegemônico. Nesse sentido, diversos coletivos e movimentos culturais vêm protagonizando um novo ciclo de debates e mobilizações sobre instrumentos das políticas urbanas, culturais e patrimoniais voltadas à valorização e preservação destes territórios periféricos por meio de estratégias que incidem em variadas instâncias políticas e institucionais, como ciclos de debate e seminários no território, articulações e diálogos com Secretarias de Estado e entidades, audiências públicas e campanhas nas redes sociais.

Após avaliarmos e analisarmos os limites, lacunas e contradições dos instrumentos de Planejamento Urbano e das Políticas Culturais do Distrito Federal; e realizarmos a cartografia dos territórios culturais periféricos, na qual compreendemos suas capacidades, potencialidades, expressões socioculturais, formas de ação e resistência, pautas de luta, demandas e conflitos territoriais que os atravessam; no capítulo 4, avançamos às fases posteriores desta pesquisa-ação, para sistematizar diretrizes de planejamento visando inserir as Ocupações Culturais no PDOT.

Para isso, incorporamos a metodologia da pesquisa-ação, que **visa contribuir coletivamente para o equacionamento dos problemas e demandas relevantes dentro da situação social em questão**. Nesse sentido, realizamos esta pesquisa-ação em quatro fases: (1) identificação das situações/problemas iniciais; (2) projeção das ações (objetivos e

planejamento); (3) realização das atividades previstas; e (4) avaliação final do processo e dos resultados.

Após o percurso de análise e avaliação dos objetos, realizado nos capítulos 2 e 3, sintetizamos os dez principais problemas identificados nos territórios, dentre eles estão: (1) a inexistência de instrumentos urbanísticos no PDOT que promovam a valorização, regularização e permanência das Ocupações Culturais periféricas; (2) o Zoneamento (Zonas Urbanas e Áreas de Diretrizes Especiais) proposto para os territórios periféricos no PDOT/2009, que se restringe exclusivamente ao reconhecimento e proteção de áreas ambientais e exclui/invisibiliza as áreas de produção e fruição cultural; (3) a falta de ações de reconhecimento do Estado: 78% das Ocupações Culturais periféricas não possuem sequer um instrumento de cessão de uso do espaço; (4) a dificuldade de manutenção do espaço, resultante dos cortes de serviços essenciais promovidos pelas Administrações Regionais e da falta de recursos vindos das políticas culturais; (8) o acúmulo de dívidas e despesas com água, energia elétrica, danos na infraestrutura e IPTU, mesmo nas Ocupações que possuem cessão de uso; dentre outros.

Visando contribuir nestas demandas centrais e dar continuidade ao acúmulo de incidências e debates protagonizados pelos coletivos e Ocupações Culturais, esta pesquisa atuou em duas frentes de ação (objetivos): (1) contribuir no equacionamento das demandas da rede de Ocupações Culturais periféricas; (2) sistematizar diretrizes de planejamento territorial para inserir as Ocupações Culturais no PDOT, a fim de contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência.

Para atingir tais objetivos, foram realizados seis Encontros de articulação das Ocupações Culturais do Distrito Federal que ocorreram mensalmente em diferentes territórios, a partir dos quais vem sendo construída a Rede de Ocupações Culturais do DF e Entorno (ReOcupa DF e Entorno), que já conta com 14 integrantes. A partir do que foi debatido e levantado nestes Encontros, sistematizamos e decodificamos 15 (quinze) problemas e 33 (trinta e três) demandas, que em grande parte, giraram em torno do mapeamento, levantamento e sistematização de informações sobre as Ocupações. Considerando isto, a medida em que os Encontros foram sendo realizados, a cartografia desta pesquisa-ação foi incorporando parte das demandas que surgiam, com o objetivo de contribuir, instrumentalizar e potencializar a luta pelo direito à cidade das Ocupações Culturais.

Esse processo de pesquisa nos territórios evidenciou três demandas centrais que se desdobram em frentes de ação prioritárias em seus territórios: (1) formação popular sobre o Plano Diretor e instrumentos urbanísticos; (2) regularização fundiária e mediação de conflitos; e (3) manutenção, reforma, adequação e qualificação de seus espaços físicos. Ou seja, estas

demandas demonstram a centralidade e a necessidade do trabalho integrado entre as Assessorias Técnicas, movimentos sociais e coletivos na criação de ações concretas voltadas à transformação socioespacial e redução das desigualdades nas periferias do Distrito Federal.

Portanto, além de ter contribuído no equacionamento de parte das demandas da Rede de Ocupações Culturais, esta pesquisa-ação pretendeu abrir novas frentes de pesquisa, e sobretudo, de ação, articuladas à Assessorias Técnicas multidisciplinares, que atuem como instrumento contra-hegemônico de planejamento territorial e reconheçam as potencialidades emancipatórias e transformadoras das práticas, saberes e formas de gestão insurgentes enunciadas e desenvolvidas nos territórios culturais periféricos do Distrito Federal.

A partir dos problemas e demandas levantados nesta pesquisa, sistematizamos diretrizes de planejamento para inserir as Ocupações Culturais no PDOT, visando contribuir nos seus processos de valorização, regularização e permanência. Nesse sentido, as diretrizes de planejamento foram geradas a partir de duas frentes de ação estruturantes: (1) o fomento, fortalecimento e valorização das práticas socioculturais aglutinadas nas seis frentes de ação decodificadas nesta pesquisa; e (2) o equacionamento das demandas e problemas centrais levantados. A partir destas práticas e demandas, foram gerados cinco eixos temáticos de diretrizes de planejamento, que inserem e incorporam as Ocupações Culturais no PDOT, de modo intersetorial e transversal, nos variados aspectos que compõem e orientam o planejamento territorial. Os eixos são os seguintes: (1) Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo; (2) Desenvolvimento Econômico Sustentável; (3) Equipamentos comunitários e sociais; (4) Regularização Fundiária; e (6) Sistema de Informações.

Tais diretrizes demonstraram como esta pesquisa-ação partiu de uma concepção de planejamento territorial que incorpora as múltiplas práticas e territorialidades insurgentes que compõem a Cultura, a Economia Criativa e o Patrimônio Cultural existentes e produzidas nos/pelos territórios periféricos, inserindo-as como vetores de transformação socioespacial e como indutoras da política de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, 2013.

_____. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri. (org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

Akotirene, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALMEIDA, Renato S. de; JESUS, Marcello N. de. Desafios para a cultura de Periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, Tiaraju (Org). **Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo: Editora Dandara: Centro de estudos periféricos, 2021.

ANDRADE, L. M. S. de; NEDER, R. T.; TOSTES, S. P.; SILVA, A. L. A.; WIESINIESKI, L. B.; PAZOS, V. C. (Orgs.). **Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica: integrando pós-graduação e extensão**. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022. 328p.

ANDRADE, L. M. S. de; LOUREIRO, Vânia. LEMOS; Natália da Silva, LENOIR; Juliette Anna Fanny. **Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189-234, 1º sem. 2019.

ANDRADE, Liza Maria Souza de et al. **Mercado Sul: caderno para construção coletiva de possíveis cenários de reabilitação sustentável arquitetônica e urbanística, e ressignificação do espaço com base no direito à cidade**. Centro de Ação em Arquitetura Sustentável (CASAS), Escritório Modelo FAU/UnB, 2017b.

Disponível em: https://issuu.com/sachaquintino/docs/caderno_pemau_mercado_sul_1. Acesso em: 09 out. 2023.

_____. **Relatório de diagnóstico e diretrizes para a revitalização “Mercado Sul Vive”: um caminho de luta para a revitalização por meio da ressignificação e sustentabilidade**. Centro de Ação em Arquitetura Sustentável (CASAS), Escritório Modelo FAU/UnB, 2017a.

ANDRADE, Thiago de. Entrevista – Thiago de Andrade. In: CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Brasília em debate. Economia – Planejamento Territorial do Distrito Federal**. nº 14, 2016.

ANJOS, Suelen Gonçalves dos. **Hip hop e as práticas educativas: um estudo a partir das experiências do coletivo família hip hop, Santa Maria – DF**. 2019. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BARBOSA, Daniela Pereira. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**. 2021. 352 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BICALHO DE SOUSA, Nair Helena. **Reflexões sobre a ideologia enquanto uma questão política: o caso dos trabalhadores da construção**. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 3, p. 171-181, 1989.

BRASIL, Presidência da República. Lei 11.977, 2009.

_____, Presidência da República. Lei 13.465, 2017.

_____, Presidência da República. Medida Provisória 759, 2016.

_____. Lei Federal nº. 10.257/2001. Estatuto da Cidade. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 12 abr. 2022.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

_____. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?**. In: e-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, n. 27, ano 7, 2016.

BRITO, Jusselma Duarte de. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRITO, Maria Carolina Conceição. **“Na de compor, na de me recompor”**: a periferia do DF em primeira pessoa. 2020. 81 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CALABRE, Lia. **Política Cultural em tempos de democracia: a era Lula**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 137-156, jun. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A VIRADA ESPACIAL /// \\\ THE SPATIAL TURN**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 7-16, 2015.

CARMO C. M., HERNANDES L. S., BISNETO M. M., MAKIUCHI M. F. Concentração e desigualdades: um olhar para a política de financiamento à cultura do Distrito Federal. In: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M. e PAVIANI, A. (orgs). **Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

CASA FRIDA. Casa Frida - Portifólio, 2018. Disponível em:
https://issuu.com/espacosideral/docs/portif_lho_casafrida . Acesso em: 20 jul. 2022.

CASTRO, Nelson (Org). **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

CEGATTI, Amanda Carolina. **As ocupações do Movimento Olga Benário e a Desobediência Civil Feminista**. MovimentAção, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 80–95, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD – Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios**, 2018.

_____. **PDAD – Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios**, 2021.

_____. **Perfil da população em situação de rua no DF**, 2022.

COELHO, Juliana. **Na Riqueza e na Pobreza: o Papel da Configuração para o Estudo de Centralidades e Desigualdades Socioespaciais em Brasília**, Tese de Doutorado, PPG/FAU/Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

COELHO, Nathália Dezidério Ramos. **O protagonismo da juventude da quebrada na construção de outros modos de ser/estar na periferia: epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência em Ceilândia – DF**. 2019. 81 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena**. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

CONSERVA, Cátia S. DERNTL, Maria Fernanda. **Água e Território: Planejamento (1970), expansão urbana e transformações socioambientais na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá, Brasília DF.** In: XX Encontro Nacional da ANPUR (XX ENANPUR). Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2023.

COSTA, Lúcio. **Brasília revisitada.** Anexo I do Decreto nº 10.829/1987, Distrito Federal.

_____. **Plano Piloto de Brasília.** Brasília: ArPDF, Codeplan e DePHA, 1991.

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de. **TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal.** In: XIX Encontro Nacional da ANPUR - Planejando o Urbano e o Regional: organizando a Esperança, Blumenau - SC. Anais do XIX ENANPUR, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT4_SEM_512_334_20211215195142.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

COUTO, G. R.; ANDRADE, L. M. S.; LENOIR, J. A. F.. **Práxis extensionista transformadora: panorama da Assessoria Sociotécnica do Grupo Periférico na luta pelo Direito à Cidade.** PROJECTARE (PELOTAS), v. 1, p. 106-123, 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto,** 2007.

D'ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** Tese (doutorado em sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** 1º ed. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

_____. **Contribuições para a definição dos conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos Periféricos.** Novos estudos CEBRAP, 39, p. 19-36, 2020.

_____. **INTRODUÇÃO – Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias.** In: D'ANDREA, Tiaraju (Org). **Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas.** São Paulo: Editora Dandara: Centro de estudos periféricos, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **Anatomia do novo neoliberalismo.** Revista Viento Sur n. 164 e reproduzido por Rebelión, 2019. Tradução disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites.** Cadernos Metrópole, [S. l.], v. 22, n. 47, p. 123–146, 2020.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Brasília: Liber, 2007.

DISTRITO FEDERAL. SEDUMA. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009: documento técnico da redação final.** Brasília, 2009.

_____. Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989. Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências.

ELIAS, Weibert da Cruz. **RETOMAR PARA REINVENTAR: o questionamento do existir na cidade a partir de uma ocupação cultural no Distrito Federal,** 2018. Disponível em: <http://www.retomarparareinventar.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FAMÍLIA HIP HOP. **A Cidade é Nossa.** Brasil de Fato DF, ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2021/08/25/a-cidade-e-nossa>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FARIA, Flavia de. **Epistemologia emancipatória de coletivos políticos**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 33–48, 2020.

FARIAS, Ana Carolina C. **Taxonomia do urbanismo tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes**. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FCZL – Fórum de Cultura da Zona Leste de São Paulo. **UM POUCO DO HISTÓRICO DA LEI DE FOMENTO À CULTURA DA PERIFERIA**, 2015. Disponível em: <https://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2015/07/lei-de-fomento-periferia-historico-e.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Unicamp, 2008.

FREITAS, Clarissa F. S. **Insurgent planning? Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil**. City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, v. 23, n. 3, p. 285–305, 2019.

FREITAS, Giuliana. **Células desconexas. Condomínios fechados e as políticas públicas do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FREY, Klaus; DUARTE, Fábio. **Auto-Segregação e a Gestão das Cidades**. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 109–120, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 206 p.

GOHN, Maria da Glória. **Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019**. Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública, v. 6, n. 1, p. 93-119, 2020a.

_____. **Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas**. ANPOCS, 2020b.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Participação e democracia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

_____. **Pluralidade da representação na América Latina**. Sociedade e Estado, [S.l.], v.29, n.1, p.73–90, 2016.

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (Org). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

_____. Brasília. **A Capital da Segregação e do Controle Social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

GOVERNO DE BRASÍLIA. **Proposta de minuta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB**, 2022. Disponível em: https://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/12/Minuta_PLC_PPCUB_13.10.2022-1.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

_____. **De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana**. In F. Fridman, L. Gennari & S. Lencioni (Eds.), Políticas públicas e territórios: onze ensaios latino-americanos (pp. 267-288). Buenos Aires: CLACSO, 2018.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS.** GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020a.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Território(s) numa perspectiva latino-americana.** Journal of Latin American Geography, v. 19, p. 141-151, 2020b.

_____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade.** Novos Cadernos NAEA v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

_____. The crisis of planetary urbanization. In: GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities.** New York: The Museum of Modern Art, p. 29, [2014] 2015. Tradução do artigo disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **O Novo Imperialismo.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERNANDES, Leonardo Silveira. **Como nascem os editais: a interação dos campos do poder e do teatro na formulação dos instrumentos de fomento do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no período de 2011 a 2018.** 2020. 128 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

HOLANDA, Frederico de. et al. **A configuração da Área Metropolitana de Brasília.** In: RIBEIRO, Rômulo; TENORIO, Gabriela; HOLANDA, Frederico de. (orgs.) Brasília: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____. **Uma ponte para a urbanidade.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 5, p. 59, 2001.

HOLSTON, James. **Rebeliões Metropolitanas e Planejamento Insurgente no Século XXI.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos, 18(2), 191-204, 2016.

_____. **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** (1993), 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

HOPSTEIN, Graciela. **O Programa Cultura Viva: uma referência de política pública inclusiva e articulada com os movimentos culturais.** POLITICS, 2010.

Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/o-programa-cultura-viva-uma-refer%C3%Aancia-de-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-inclusiva-e-articulada-com-os>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IPHAN. Portaria nº 68 de 15 de fevereiro de 2012. **Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília.** BRASIL: 2012.

JESUS, Marcello Nascimento de. **À margem da cultura: o conceito de Periferia na aplicação da Lei 16.496/2016 em São Paulo-SP.** Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2017.

JUSTINIANO, Henrique Macedo. **O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus Anhanguera (TICP JPA): em busca das potencialidades periféricas**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LATENDRESSE, Anne; CUNHA, Luis Felipe. **Práticas insurgentes e contrapoderes no planejamento urbano: o caso de Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, p.1-16, 2019.

LEANDRO, Thiago Rocha. **Direitos culturais e as políticas públicas de regionalização do fomento à cultura no Distrito Federal**. 2022. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris, Anthropos, 1968.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

_____. **De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial**. Paranoá (UnB), v. 1, p. 102-114, 2017.

LYDON, Mike. **Urbanismo Tático 2 – Ação a curto prazo/Mudança a longo prazo**. Miami/New York: The Street Plans Collaborative, 2012.

MAKIUCHI, M. F. R.; RIBEIRO, M.; ARTEAGA, P. E. M. Política Cultural no Distrito Federal: Território, Descentralização e Participação. In: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M. e PAVIANI, A. (orgs). **Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 241-253.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, Ermínia. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Introdução. In: FLEURY E SILVA, Beatriz; AMANCIO, Carina Serra; ROSSI, Pedro; TRINDADE, Thiago Aparecido (orgs). **A cidade em disputa: planos diretores e participação no cenário da pandemia**. Editora: Lutas Anticapital, 2021.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. O duplo desafio para reverter as regressões no direito à cidade. In: Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2019 - relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, p. 57-74, 2019.

MARINO, Aluizio. **"OCUPAS" E INSURGÊNCIAS NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI**. Anais do XVII ENANPUR, v. 17 n. 1, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1923>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. **Mapeando os invisíveis: Desafios e importância em mapear as remoções na Região Metropolitana de São Paulo**. In: XVIII Enanpur: Tempos em/de transformação - Utopias, 2019, Natal. Anais dos trabalhos do XVIII Enanpur, 2019.

_____. **São Paulo ocupada: cartografia das juventudes insurgentes na cidade de São Paulo**, 2016. Disponível em: <https://prezi.com/0xmseeosgmfl/sao-paulo-ocupada/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MARINO, Aluizio; SILVA, Geraldo. **As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal**. Revista Indisciplinar, v. 5, n. 1, 342- 361, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, pp 124–151, 2016.

MENDES, Isaac. **Comunidade se mobiliza em prol do Parque Distrital de São Sebastião**, 2020. Disponível em: <http://isaacmendessn.blogspot.com/2020/07/comunidade-se-mobiliza-em-prol-do.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

MERCADO SUL VIVE, 2015. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/nossas-demandas/>. Acesso em: 03 set. 2023.

_____, 2015. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/iphan-df-produz-nota-tecnica-sobre-as-demandas-do-movimento-mercado-sul-vive/>. Acesso em: 03 set. 2023.

_____, 2015. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/>. Acesso em: 03 set. 2023.

_____, 2016. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/1-ano-de-ocupacao-mercado-sul-vive/>. Acesso em: 03 set. 2023.

_____, 2016. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/1-ano-de-ocupacao-mercado-sul-vive/>. Acesso em: 03 set. 2023.

MESQUITA, Rodrigo Teles. **Usos do espaço: identidade cultural e noção de pertencimento em Taguatinga (DF)**. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. RBEUR - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, v.18, n.3, p.363-377, 2016.

_____. **Insurgent planning: situating radical planning in the global south**. Planning Theory. Vol 8(1): 32–50, 2009.

MORAES, Alana. **Ocupar, fazer funcionar e escapar: pensar com as mulheres sem-teto**. DOSSIÊ: MAGIA E REPRODUÇÃO. Revista DR. Ed. 4, 2017. p. 60-63. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/ocupar-fazer-funcionar-e-escapar-pensar-com-as-mulheres-sem-teto/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Antunes Reis Santos de. **Mulheres do rap: uma antropologia compartilhada sobre agências, performances e identidades nas periferias Brasília**. 2018. 135 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de Oliveira. **Insurgências culturais e políticas e a emergência do intelectual periférico**. In: OLIVEIRA, Dennis de Oliveira, et al. (Org.). Periferias insurgentes: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2021.

OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. **Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)**. 2021. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Eliane Cristina Brito de. **Do gangsta às minas: o rap do Distrito Federal e as masculinidades negras (1990 a 2015)**. 2017. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas**. *Universitas Humanas*, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 49-76, jan./dez. 2008.

PALLAMIN, Vera. Apresentação. In: BERTELLI, Giordano Barbin; FELTRAN, Gabriel (orgs). **Vozes à margem: periferias, estética e política**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

_____. A Metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo. (Org). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985.

_____. Apresentação. In: PAVIANI, Aldo (Org). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

PEIXOTO, Elane Ribeiro et al. **O rap de Ceilândia**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 17., 2017, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANPUR; FAU-USP; IAU-USP; IE-Unicamp; POSPGT-UFABC, 2017.

PEREIRA, Vinicius Carvalho. **O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal**. 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latinoamericana e caribenha**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, pp. 151-197.

QUEIROZ, Beatriz Torres de. **Memória do produto: Invasão cultural: periferia vem à tona**. 2017. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUINTO JUNIOR, Luiz de P.; IWAKAMI, Luiza Naomi. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. In: PAVIANI, Aldo (Org). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. Tese (doutorado em geografia humana). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

RAMOS, Jade Oliveira. **Território e coletivos culturais: resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso Mercado Sul em Taguatinga**. 2018. 142 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. *Cadernos IPPUR*. v. 15, n. 2 e Ano XVI, n.1, 2001, pp.33-52.

_____. **Alessia de Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro**. *Redobra*, Salvador, v. 1, n. 9, p.9-21, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia A.; PERUCCI, Luis; SCHIPPER, Ivy; CARVALHO, Vinicius. **Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro**. *Redobra*, Salvador, v. 1, n. 9, p.22-29, 2012.

RIBEIRO, Daisy; FRANZONI, Júlia Ávila. **Por que a decisão do STF é um marco na luta pelo direito à terra e à moradia?**. *Brasil de Fato DF*. Abr, 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/01/por-que-a-decisao-do-stf-e-um-marco-na-luta-pelo-direito-a-terra-e-a-moradia>. Acesso em: 12 mai. 2023.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **Dominância Financeira, Regulação Legal e Espaço Urbano: o caso da regularização fundiária no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2021.

ROCHA, Marecilda Sampaio da. **Ator principal ou coadjuvante?: o papel do planejamento urbano oficial na ocupação do território do DF**. 2021. 281 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano**. Revista Indisciplinar (Belo Horizonte) vol. 5, n. 1, 18-43, 2019.

ROSA, Marcos. **Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas**. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.); VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (org.). **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: Estados e Distrito Federal**. Salvador: Salvador: Edufba, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: Tristes Tradições**. Revista Galáxia, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SAMPAIO, Alerte. OFÍCIO Nº 344/2021-CESC. Comissão de educação, saúde e cultura, Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2021.

SANDEVILLE JR.; Euler; MANFRÉ, Eliane. **Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano**. São Paulo: Observatório das Metrôpoles, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade**. Rio de Janeiro: FASE, 2009. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/FNURU_ORLANDO.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTOS, Larissa Ramos. **A juventude em rede: mapeamento dos coletivos artístico-culturais de Ceilândia – DF, sob a perspectiva dos gestores**. 2016. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Marcos Vinícius Rodrigues dos. **SHIS e Terracap versus povo: a luta da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (1971-1988)**. 2020. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O dinheiro e o território**. Geographia, ano 1, n. 1. Universidade Federal Fluminense, 1999.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. Revista Geográfica de América Central (online), v. 2, p. 1; Costa Rica, 2011.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, Plano Diretor da Cidade de São Paulo. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL. **Solicitação de manifestação de interesse na desapropriação da área ocupada pelo Movimento Mercado Sul Vive**. Ofício Nº 588/2016-GAB/SEC, 2016. Disponível em: <https://www.mercadosul.org/wp-content/uploads/2016/09/OficioSecult.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

SEDES – Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal. Relatório. 1973.

SILVA, Frederico A. B. da; ZIVIANI, Paula. **OS TERRITÓRIOS DA CULTURA: O DISTRITO FEDERAL NO PLURAL**. In: Frederico A B Silva; Paula Ziviani. (Org.). Políticas Públicas, Economia Criativa e da Cultura. 1ed.Brasília: IPEA, 2020, v. 1, p. 219-244.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; SÁ, Juliana. As práticas culturais e os planos de cultura. In: SILVA, Frederico A. Barbosa da (Org.). **Direito e Políticas Culturais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v.1, 2021.

SILVA, Rafael Montenegro da. **[RAP]ORTAGEM BdE: um documentário sobre a Batalha da Escada**. 2017. 41 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Brenda Ondina Castro de. **A periferia no centro da análise: resistência cultural da juventude periférica, ressignificação dos espaços e subversão dos padrões pejorativos**. 2018. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUZA, Valdeci Moreira de. **Espaço Semente: democratização de práticas artísticas comunitárias em uma periferia de Brasília – DF**. Revista NUPEART, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 235–257, 2020.

_____. **Espaço Semente: o teatro comunitário como agente transformador na periferia**. 2018. 172 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Arte) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TAVARES, Breitner Luiz. **Na quebrada, a parceria é mais forte – Juventude hip hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal**. Tese (Doutorado) apresentada ao Instituto de Ciências Sociais do departamento de Sociologia da UNB, 2009.

TAVARES, Paulo. **A capital colonial**. Revista ZUM, Instituto Moreira Salles, 28 jul 2020. Disponível em: <https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TELLES, Vera da Silva. **As cidades na fronteira do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**. Revista de Ciências Sociais, v. 46, 2015, p. 15-41.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

TIERNO, Rosane de Almeida. Panorama da regularização fundiária no Brasil, de 1970 a 2021. In: COSTA, Fernanda Carolina; TIERNO, Rosane de Almeida. (orgs). **Regularização fundiária como elemento central para resolução dos conflitos urbanos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU, 2022.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**. 2014. 240 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. **Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. Jundiá: Paco, 2017.

VAINER, Carlos. et al. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Recife. Anais. Recife, Anpur, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/168/165>. Acesso em: 20 ago. 2022.

VAL, Ana Paula do; LIMA, Luciana Piazzon; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; PINTO, Viviane Cristine (Org.). **Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo: SMC, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

VELLOSO, Rita. **De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa**. Redobra, n. 15, ano 6, p. 153-176, 2020.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169 – 243.

ZIBECHI, Raúl. **Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

_____. **Debajo y detrás de las grandes movilizaciones**, OSAL, n.34, Buenos Aires, Clacso, 2013.

_____. **Descolonizar la rebeldia: (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias**. Santiago de Chile: Quimantú, 2014.

_____. **Territórios em rebeldia**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

_____. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas da América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

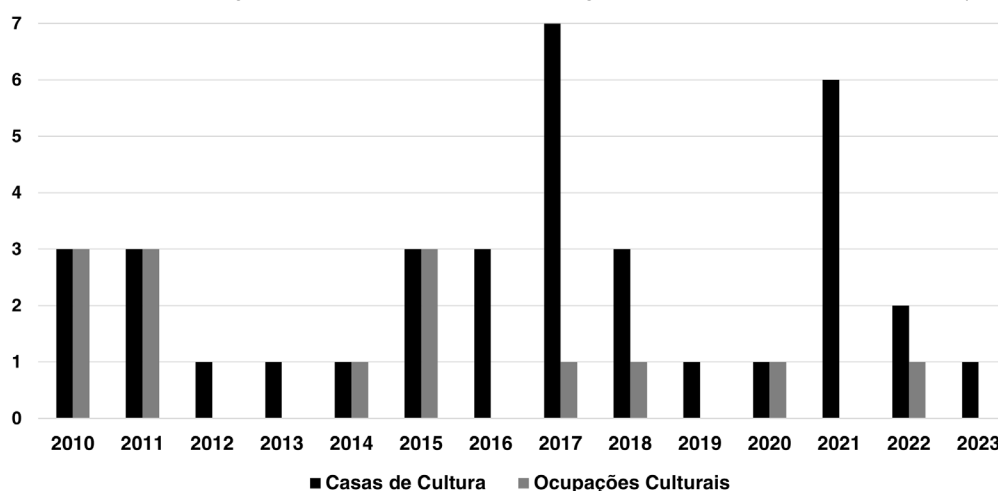
ANEXOS – COMPILAÇÃO DAS CARTOGRAFIAS E LEVANTAMENTOS PRODUZIDOS SOBRE AS CASAS DE CULTURA E OCUPAÇÕES CULTURAIS

ANEXO 1 – SISTEMATIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CULTURAIS MAPEADOS

RA	Nome	Ano	Tipo	Atuação Principal
Ceilândia	Jovem de Expressão	2010	Ocupação Cultural	Educação popular
Ceilândia	Filhos do Quilombo	2010	Ocupação Cultural	Educação popular
São Sebastião	Domingo no Parque – Movimento Supernova	2010	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Santa Maria	Espaço Cultural Moinho de Vento	2011	Ocupação Cultural	Educação popular
Samambaia	Espaço Galpão do Riso	2011	Ocupação Cultural	Circo
Samambaia	Espaço Imaginário Cultural	2011	Ocupação Cultural	Teatro
Ceilândia	Instituto Cultural Menino de Ceilândia	2014	Ocupação Cultural	Música
Taguatinga	Mercado Sul Vive	2015	Ocupação Cultural	Educação popular
Gama	Espaço Semente Cia de Teatro	2015	Ocupação Cultural	Teatro
Planaltina	Casa de Cultura Carlos Marighella	2015	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Taguatinga	Batalhão das Artes	2017	Ocupação Cultural	Sarau/slam
Ceilândia	Galpão Cultural – Jovem de Expressão	2018	Ocupação Cultural	Galeria de Artes
Taguatinga	Centro Cultural Ria	2020	Ocupação Cultural	Circo
Guará	Casa Ieda Delgado	2022	Ocupação Cultural	Saúde e autocuidado
Gama	Cia Lábios de Lua	2010	Casa de Cultura	Teatro
Samambaia	Casa Roxa Coturno de Vênus	2010	Casa de Cultura	Educação popular
Recanto das Emas	Espaço Cultural H2O	2011	Casa de Cultura	Teatro
Planaltina	Mini Teatro Lieta de Ló	2011	Casa de Cultura	Teatro
Estrutural	Coletivo da Cidade	2011	Casa de Cultura	Educação popular
Ceilândia	Centro Cultural Cio das Artes	2012	Casa de Cultura	Sarau/slam
Gama	Espaço Cultural Bagagem Cia dos Bonecos	2013	Casa de Cultura	Teatro
São Sebastião	Casa Popular de Cultura de Rua Frida Kahlo	2014	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
Planaltina	Ponto de Cultura Comuna Panteras Negras	2014	Casa de Cultura	Educação popular
Santa Maria	Espaço Cultural Um Ato	2015	Casa de Cultura	Circo
Taguatinga	Isso aqui é DF	2015	Casa de Cultura	Bailes
Sol Nascente	Coletivo Cultural e Social Sol Nascente	2015	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
Recanto das Emas	Espaço Cultural Ubuntu	2016	Casa de Cultura	Sarau/slam

Gama	Galeria Pólvora	2016	Casa de Cultura	Sarau/slam
Sol Nascente	Casa da Natureza	2016	Casa de Cultura	Educação popular
Ceilândia	Muquifo Conexão Underground	2017	Casa de Cultura	Bailes
Ceilândia	Casa Cultural 7 da Norte	2017	Casa de Cultura	Bailes
Samambaia	Casa do Projeto Popular	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
São Sebastião	Espaço Comunal Olaria	2017	Casa de Cultura	Educação popular
Planaltina	Casa Verde Jardim Cultural	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
Planaltina	Casa Mais Perifa	2017	Casa de Cultura	Sarau/slam
Guará	Galeria A Pilastra	2017	Casa de Cultura	Galeria de Artes
Planaltina	Trupe Espaço Criativo	2018	Casa de Cultura	Educação popular
São Sebastião	Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi	2018	Casa de Cultura	Educação popular
Estrutural	Mulheres Poderosas	2018	Casa de Cultura	Economia popular/geração de renda
Ceilândia	Casa Akotirene	2019	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
Sol Nascente	Coletivo ELAFAV	2020	Casa de Cultura	Saúde e autocuidado
São Sebastião	Biblioteca Exu do Absurdo	2021	Casa de Cultura	Biblioteca comunitária
Taguatinga	Espaço Cultural Caracas Vei	2021	Casa de Cultura	Sarau/slam
Varjão	Casa Afrolatinas	2021	Casa de Cultura	Economia popular/geração de renda
Sol Nascente	Padaria Comunitária MTD DF	2021	Casa de Cultura	Educação popular
Sol Nascente	Cozinha Solidária MTST	2021	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
Planaltina	Cozinha Solidária Maria da Penha MTST	2021	Casa de Cultura	Redes de solidariedade
São Sebastião	R4X1V Galeria de Arte	2022	Casa de Cultura	Galeria de Artes
Ceilândia	Espaço Cultural OLDSKRR	2022	Casa de Cultura	Sarau/slam
Brazlândia	Casa da Cultura MST DF	2023	Casa de Cultura	Educação popular

Gráfico 5: Número de Ocupações e Casas de Cultura que surgiram nas periferias do DF por ano (2010-2023).



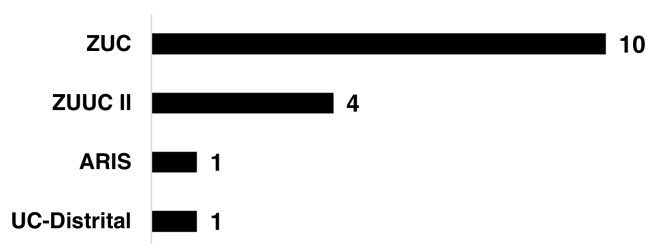
Fonte: elaboração própria, 2023.

ANEXO 2 – SISTEMATIZAÇÃO DO ZONEAMENTO DOS TERRITÓRIOS CULTURAIS NO PDOT/2009

Nome	Tipo	Zoneamento – PDOT/2009
Jovem de Expressão	Ocupação Cultural	ZUUC II
Galpão Cultural – Jovem de Expressão	Ocupação Cultural	ZUUC II
Filhos do Quilombo	Ocupação Cultural	ZUC
Mercado Sul Vive	Ocupação Cultural	ZUC
Batalhão das Artes	Ocupação Cultural	ZUC
Centro Cultural Ria	Ocupação Cultural	ZUC
Espaço Cultural Moinho de Vento	Ocupação Cultural	ZUC
Espaço Semente Cia de Teatro	Ocupação Cultural	ZUC
Espaço Galpão do Riso	Ocupação Cultural	ZUC
Espaço Imaginário Cultural	Ocupação Cultural	ZUC
Domingo no Parque - Movimento Supernova	Ocupação Cultural	UC-Distrital; ZUUC II
Casa de Cultura Carlos Marighella	Ocupação Cultural	ZUUC II; ARIS
Casa Ieda Santos Delgado	Ocupação Cultural	ZUC
Instituto Cultural Menino de Ceilândia	Ocupação Cultural	ZUC
Muquifo Conexão Underground	Casa de Cultura	ZUC
Casa Akotirene	Casa de Cultura	ZUC
Casa Cultural 7 da Norte	Casa de Cultura	ZUC
Centro Cultural Cio das Artes	Casa de Cultura	ZUC
Espaço Cultural H2O	Casa de Cultura	ZUC
Espaço Cultural Ubuntu	Casa de Cultura	ZUC
Casa do Projeto Popular	Casa de Cultura	ZUC
Casa Popular de Cultura de Rua Frida Kahlo	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II
Trupe Espaço Criativo	Casa de Cultura	ZUC
Mini Teatro Lieta de Ló	Casa de Cultura	ZUC
Espaço Comunal Olaria	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II
Casa Verde Jardim Cultural	Casa de Cultura	ZUC
Espaço Cultural Um Ato	Casa de Cultura	ZUC
Casa Mais Perifa	Casa de Cultura	ZUC
Galeria Pólvora	Casa de Cultura	ZUC
Isso aqui é DF	Casa de Cultura	ZUC
Ponto de Cultura Comuna Panteras Negras	Casa de Cultura	UC-APA; ZRUC
Biblioteca Exu do Absurdo	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II
Espaço Cultural Bagagem Cia dos Bonecos	Casa de Cultura	ZUC
R4X1V Galeria de Arte	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II
Cia Lábios de Lua	Casa de Cultura	ZUC
Espaço Cultural Caracas Vei	Casa de Cultura	ZUC

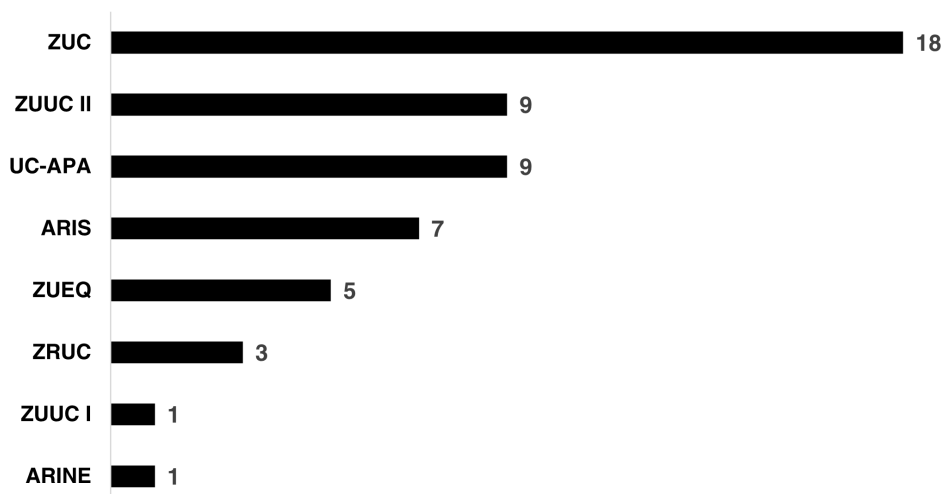
Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II
Casa Afrolatinas	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC I
Espaço Cultural OLDSKRR	Casa de Cultura	ZUUC II
Casa da Natureza	Casa de Cultura	ZUEQ; ARIS
Padaria Comunitária MTD DF	Casa de Cultura	ZRUC
Cozinha Solidária MTST	Casa de Cultura	ZUEQ; ARIS
Mulheres Poderosas	Casa de Cultura	ZUUC II; ARIS; ARIE
Galeria A Pilastra	Casa de Cultura	ZUEQ; ARINE
Coletivo da Cidade	Casa de Cultura	ZUUC II; ARIS
Casa Roxa Coturno de Vênus	Casa de Cultura	ZUC
Coletivo ELFAV	Casa de Cultura	ZUEQ; ARIS
Coletivo Cultural e Social Sol Nascente	Casa de Cultura	ZUEQ; ARIS
Cozinha Solidária Maria da Penha MTST	Casa de Cultura	UC-APA; ZUUC II; ARIS
Casa da Cultura MST DF	Casa de Cultura	UC-APA; ZRUC

Gráfico 6: Zoneamento das Ocupações Culturais no PDOT/2009.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Gráfico 7: Zoneamento das Casas de Cultura no PDOT/2009.



Fonte: elaboração própria, 2023.

ANEXO 3 – SISTEMATIZAÇÃO DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS SOBRE AS OCUPAÇÕES CULTURAIS

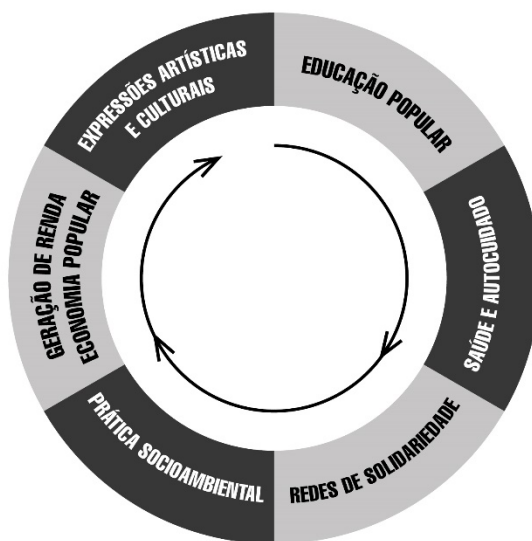
Nome da Ocupação	Instrumento Legal de posse	Território de ação	Destinação/uso anterior
Jovem de Expressão	Não possui	Praça; Edifício público ocioso	Praça do Cidadão
Galpão Cultural – Jovem de Expressão	Não possui	Edifício público ocioso	Batalhão da PM
Instituto Cultural Menino de Ceilândia	Não possui (Declaração de uso)	Edifício público ocioso	Creche
Filhos do Quilombo	Não possui	Lotes ociosos	Área pública (6 lotes) da NOVACAP
Mercado Sul Vive	Não possui	Lojas ociosas	17 lojas abandonadas do Mercado Sul
Centro Cultural RIA	Não possui	Edifício público ocioso	Batalhão da PM
Batalhão das Artes	Não possui (Declaração de uso)	Praça; Edifício público ocioso	Batalhão da PM
Espaço Semente Cia de Teatro	Cessão de uso	Edifício público ocioso	Casa do Artesão do Gama
Casa Ieda Santos Delgado	Não possui	Edifício público ocioso	Casa de Cultura do Guará
Casa de Cultura Carlos Marighella	Não possui (Declaração de uso)	Edifício público ocioso	Centro Educacional Pompílio Marques de Souza
Espaço Imaginário Cultural	Cessão de uso	Edifício público ocioso	Centro Comunitário
Espaço Galpão do Riso	Cessão de uso	Edifício público ocioso	Centro Comunitário
Espaço Cultural Moinho de Vento – Família Hip Hop	Não possui (Declaração de uso)	Edifício público ocioso	Associação da Criança e do Adolescente (ACA)
Domingo no Parque - Movimento Supernova	Não possui (Declaração de uso)	Parque	Parque Distrital de São Sebastião

Nome	Situação do conflito	Outros Usos	LUOS
Jovem de Expressão	Suspensão temporária; Ameaça	-	Inst EP - Institucional Equipamento Público
Galpão Cultural – Jovem de Expressão	Suspensão temporária; Ameaça	-	Inst EP - Institucional Equipamento Público
Instituto Cultural Menino de Ceilândia	Ameaça	-	CSIIR 1
Filhos do Quilombo	Remoção parcial; Ameaça	-	CSIIR 1
Mercado Sul Vive	Suspensão temporária; Ameaça	Moradia	CSIIR 2
Centro Cultural RIA	Ameaça	Moradia	CSIIR 2
Batalhão das Artes	Ameaça	-	Não consta
Espaço Semente Cia de Teatro	Inativo; Ameaça	-	Não consta
Casa Ieda Santos Delgado	Remoção total	Moradia	UE 13
Casa de Cultura Carlos Marighella	Inativo (Desativado)	-	Não consta
Espaço Imaginário Cultural	Inativo (Desativado)	-	CSIIR 1 NO
Espaço Galpão do Riso	Suspensão temporária; Ameaça	-	Inst EP - Institucional Equipamento Público
Espaço Cultural Moinho de Vento – Família Hip Hop	Ameaça	-	Inst (Exclusivamente Institucional)
Domingo no Parque - Movimento Supernova	Inativo	-	Não consta

* Considerando a condição de transitoriedade permanente (Rolnik, 2015) dos territórios periféricos, definimos que as Ocupações Culturais mapeadas se constituem numa dupla situação de conflito, sempre ancorada à situação de “ameaça”.

ANEXO 4 – CATÁLOGO DAS PRÁTICAS CARTOGRAFADAS E DECODIFICADAS

A multiplicidade de saberes e territorialidades produzidas nos/pelos 50 (cinquenta) territórios foi decodificada em 23 (vinte e três) tipos de práticas e expressões socioculturais diferentes, tais como: **(1) Expressões artísticas e culturais**, constituídas pelo teatro, circo, dança, música, samba, capoeira, *hip-hop*, batalhas de rima, arte urbana, sarau/*slam*, bailes, cineclube, biblioteca comunitária, galeria de artes, artes plásticas/visuais, literatura, moda/design, artesanato; **(2) Educação popular**; **(3) Saúde e autocuidado**; **(4) Redes de solidariedade**; **(5) Prática socioambiental**; e **(6) Economia popular/geração de renda**.



Os cinquenta territórios mapeados aglutinam uma enorme variedade de práticas socioculturais, que estão compiladas abaixo:

Expressões artísticas e culturais: teatro, circo, dança, música, samba, capoeira, *hip-hop*, batalhas de rima, arte urbana, sarau/*slam*, bailes, cineclube, biblioteca comunitária, galeria de artes, artes plásticas/visuais, literatura, moda/design, artesanato.

Educação popular: direitos humanos LGBTQIAP+; moda/design; agroecologia; economia solidária; horta comunitária; soberania alimentar; segurança alimentar; serigrafia; compostagem; audiovisual; cinema; fotografia; direção artística; gestão cultural; cenografia; empreendedorismo; empreendedorismo feminino; artesanato; bonecos gigantes (confecção e manipulação); fabricação de instrumentos; reforço escolar; turbante e trança afro; samba; capoeira; música; literatura; idiomas; capacitação para políticas culturais; bioconstrução; capacitação para panificação; comunicação e mídias sociais; discotecagem; grafite; teatro; circo; frevo e brincadeiras populares; *hip-hop*; *slam*; informática; autocuidado; *break dance*; gastronomia; reciclagem; patrimônio cultural; formação política.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual feminina e LGBTQIAP+; atendimento psicossocial e jurídico para mulheres e LGBTQIAP+; acompanhamento psicopedagógico; rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária; yoga.

Redes de solidariedade: cozinha solidária; doação de alimentos.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia; permacultura; compostagem; reciclagem.

Economia popular/geração de renda: economia solidária; padaria comunitária; horta comunitária; gastronomia; artesanato; serigrafia; leilão de artes; brechó; bazar; feira; feira de empreendimentos locais; feira de empreendimentos femininos; reciclagem; empreendedorismo feminino.

ANEXO 5 – CATÁLOGO DAS PRÁTICAS CARTOGRAFADAS EM CADA OCUPAÇÃO CULTURAL

FILHOS DO QUILOMBO

Educação popular (atuação principal): capoeira; artesanato; turbante e trança afro; música; grafite; teatro; frevo e brincadeiras populares;

Expressões artísticas e culturais: capoeira; samba; dança; música; hip-hop.

Economia popular/geração de renda: brechó; feira de empreendimentos locais.

JOVEM DE EXPRESSÃO

Educação popular (atuação principal): audiovisual; cinema; fotografia; direção artística; gestão cultural; cenografia; reforço escolar; comunicação e mídias sociais; informática; capoeira; discotecagem; música; idiomas; autocuidado; capacitação para políticas culturais; empreendedorismo feminino; turbante e trança afro; break dance.

Expressões artísticas e culturais: cineclube; galeria de artes; biblioteca comunitária; música; hip-hop; batalhas de rima; sarau/slam; bailes.

Saúde e autocuidado: atendimento psicossocial; acompanhamento psicopedagógico; saúde mental, corporal e sexual da mulher; terapia comunitária; yoga; rodas de conversa e autocuidado.

Economia popular/geração de renda: feira de empreendimentos femininos; bazar; brechó; feira de empreendimentos locais.

GALPÃO CULTURAL – JOVEM DE EXPRESSÃO

Expressões artísticas e culturais: galeria de artes (atuação principal); artes visuais/plásticas.

Educação popular: fotografia; direção artística.

INSTITUTO CULTURAL MENINO DE CEILÂNDIA

Expressões artísticas e culturais: música (atuação principal); artesanato; dança.

Educação popular: audiovisual; cinema; música; fotografia; artesanato; bonecos gigantes (confeção e manipulação); fabricação de instrumentos; frevo e brincadeiras populares;

Saúde e autocuidado: terapia comunitária.

Economia popular/geração de renda: brechó; bazar.

ESPAÇO SEMEADORA DE TEATRO

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); literatura; sarau/slam; dança; música; arte urbana; artes visuais/plásticas.

Educação popular: teatro; dança; break dance; capacitação para políticas culturais.

CASA IEDA SANTOS DELGADO

Saúde e autocuidado (atuação principal): saúde mental, corporal e sexual da mulher; Atendimento psicossocial e jurídico para mulheres; terapia comunitária; yoga; rodas de conversa e autocuidado.

Educação popular: audiovisual; teatro; capoeira; soberania alimentar; compostagem; comunicação e mídias sociais; formação política.

Expressões artísticas e culturais: arte urbana; hip-hop.

CASA DE CULTURA CARLOS MARIGHELLA

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); cineclube; hip-hop; capoeira; dança; teatro; música; batalhas de rima; arte urbana.

Educação popular: teatro; dança; grafite; literatura; formação política.

IMAGINÁRIO CULTURAL

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); artes visuais/plásticas; sarau/slam; cineclube; hip-hop; batalhas de rima; dança; artesanato; música.

Educação popular: empreendedorismo; música; dança; teatro; artesanato; capoeira; hip-hop; grafite; discotecagem; comunicação e mídias sociais; gestão cultural.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual da mulher;

Economia popular/geração de renda: feira de empreendimentos locais; brechó.

ESPAÇO GALPÃO DO RISO

Expressões artísticas e culturais: circo (atuação principal); teatro; cineclube; música; dança.

Educação popular: circo; teatro.

DOMINGO NO PARQUE (MOVIMENTO SUPERNOVA)

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (**atuação principal**); artes visuais/plásticas; música; dança; literatura; teatro; hip-hop; capoeira; cineclube.

Economia popular/geração de renda: feira de empreendimentos locais; bazar.

MERCADO SUL VIVE

Educação popular (atuação principal): bonecos gigantes (confeção e manipulação); fabricação de instrumentos; circo; teatro; audiovisual; fotografia; música; grafite; samba; capoeira; discotecagem; comunicação e mídias sociais; cenografia; hip-hop; break dance; gastronomia; autocuidado; turbante e trança afro; patrimônio cultural; gestão cultural; empreendedorismo feminino.

Expressões artísticas e culturais: galeria de artes; arte urbana; sarau/slam; batalhas de rima; música; dança; teatro; circo; samba; capoeira; hip-hop; cineclube; artesanato; artes visuais/plásticas.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia; permacultura.

Economia popular/geração de renda: feira de empreendimentos locais; gastronomia; brechó; artesanato.

GENTRO CULTURAL RIA

Expressões artísticas e culturais: circo (**atuação principal**); cineclube; capoeira; dança; música; bailes; samba; teatro; sarau/slam; batalhas de rima; hip-hop; arte urbana; biblioteca comunitária; artesanato; artes visuais/plásticas.

Educação popular: artesanato; circo; teatro; música; reciclagem; grafite; fotografia; soberania alimentar; agroecologia; dança; hip-hop.

Saúde e autocuidado: terapia comunitária; saúde mental, corporal e sexual da mulher.

Prática socioambiental: soberania alimentar; permacultura; agroecologia; horta comunitária.

Economia popular/geração da renda: horta comunitária; gastronomia; brechó; serigrafia.

BATALHÃO DAS ARTES

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (**atuação principal**); samba; dança; música; literatura; teatro; artesanato; artes visuais/plásticas.

Educação popular: artesanato; bonecos gigantes (confeção e manipulação).

Economia popular/geração de renda: brechó; bazar; artesanato; feira de empreendimentos locais; feira de empreendimentos femininos.

ESPAÇO CULTURAL MOINHO DE VENTO

Educação popular (atuação principal): hip-hop; gestão cultural; empreendedorismo feminino; soberania alimentar; agroecologia; teatro; dança; capoeira; discotecagem; música; serigrafia; break dance; idiomas; informática; artesanato; formação política; segurança alimentar.

Expressões artísticas e culturais: capoeira; hip-hop; sarau/slam; arte urbana; batalhas de rima; cineclube; teatro; dança; artes visuais/plásticas; música.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia; permacultura.

Saúde e autocuidado: terapia comunitária; rodas de conversa e autocuidado; yoga.

Economia popular/geração de renda: economia solidária; horta comunitária; agroecologia; feira de empreendimentos locais; brechó; serigrafia.

ANEXO 6 – CATÁLOGO DAS PRÁTICAS CARTOGRAFADAS EM CADA CASA DE CULTURA

CASA AKOTIRENE

Saúde e autocuidado (atuação principal): saúde mental, corporal e sexual da mulher; Atendimento psicossocial; rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária; yoga.

Expressões artísticas e culturais: dança; música; artesanato; sarau/slam; bailes; cineclube; capoeira; moda/design.

Educação popular: empreendedorismo feminino; reforço escolar; soberania alimentar; turbante e trança afro; capoeira; música; literatura; capacitação para políticas culturais; comunicação e mídias sociais; formação política.

Redes de solidariedade: doação de alimentos.

Economia popular/geração de renda: artesanato; brechó; bazar; gastronomia.

MUQUIFO CONEXÃO UNDERGROUND

Expressões artísticas e culturais: bailes (atuação principal); arte urbana; dança; música; hip-hop.

CASA 7 DA NORTE

Expressões artísticas e culturais: bailes (atuação principal); dança; música; arte urbana; hip-hop.

Educação popular: discotecagem; grafite.

CASA DAS ARTES

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); cineclube; música; hip-hop; samba; bailes; artes visuais/plásticas; dança.

Economia popular/geração de renda: brechó; feira de empreendimentos locais; gastronomia.

Educação popular: música.

ESPAÇO CULTURAL OLDSKRR/CASA DE CULTURA PERIFÉRICA

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); bailes; música; dança; arte urbana; hip-hop.

CASA DA NATUREZA

Educação popular (atuação principal): soberania alimentar; artesanato; compostagem; reforço escolar; horta comunitária; agroecologia;

Economia solidária/popular: brechó.

Prática socioambiental: compostagem; reciclagem; horta comunitária; agroecologia.

Expressões artísticas e culturais: arte urbana.

ELA.FAV/ELAFV.PORELAS

Saúde e autocuidado (atuação principal): saúde mental, corporal e sexual da mulher; rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária.

Expressões artísticas e culturais: arte urbana; hip-hop; dança.

Educação popular: empreendedorismo feminino; turbante e trança afro; hip-hop; break dance; grafite; dança; circo; literatura.

Redes de solidariedade: doação de alimentos.

COLETIVO CULTURAL E SOCIAL SOL NASCENTE

Redes de solidariedade (atuação principal): doação de alimentos.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; bailes; hip-hop; batalhas de rima.

Educação popular: capacitação para políticas culturais; fotografia; empreendedorismo feminino; artesanato; grafite; break dance; capoeira; música;

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual da mulher; rodas de conversa e autocuidado.

Economia popular/geração de renda: bazar.

PADARIA COMUNITÁRIA PÃO NOSSO (MTD DF)

Educação popular (atuação principal): soberania alimentar; formação política; empreendedorismo feminino; capacitação para panificação.

Expressões artísticas e culturais: artesanato; cineclube.

Prática socioambiental: soberania alimentar; agroecologia; horta comunitária.

Economia popular/geração de renda: padaria comunitária; gastronomia; artesanato; feira de empreendimentos femininos.

Redes de solidariedade: doação de alimentos.

COZINHA SOLIDÁRIA (MTST) (SOL NASCENTE)

Redes de solidariedade (atuação principal): cozinha solidária; doação de alimentos.

Educação popular: soberania alimentar; segurança alimentar; reforço escolar; bioconstrução; formação política.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado; saúde mental, corporal e sexual da mulher.

COZINHA SOLIDÁRIA MARIA DA PENHA (MTST) (PLANALTINA)

Redes de solidariedade (atuação principal): cozinha solidária; doação de alimentos.

Educação popular: soberania alimentar; Segurança alimentar; reforço escolar; bioconstrução; música;

Expressões artísticas e culturais: samba; música; dança.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado; saúde mental, corporal e sexual da mulher.

GALERIA PÓLVORA

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); música; arte urbana; cineclube; artes visuais/plásticas; galeria de artes.

Educação popular: teatro.

ESPAÇO CIA LÁBIOS DE LUA

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); artes visuais/plásticas; artesanato; cineclube; circo; sarau/slam; literatura; música; arte urbana; hip-hop.

Educação popular: teatro; circo; música; capacitação para políticas culturais.

Economia popular/geração de renda: brechó.

ESPAÇO CULTURAL BAGAGEM CIA DOS BONECOS

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); artes visuais/plásticas; circo; música; artesanato.

Educação popular: bonecos gigantes (confeção e manipulação); circo; teatro.

GALERIA A PILASTRA

Expressões artísticas e culturais: galeria de artes (atuação principal); artes visuais/plásticas; bailes; música; sarau/slam; arte urbana; cineclube; moda/design.

Educação popular: dança; reciclagem; gestão cultural; fotografia; empreendedorismo; artesanato.

Economia popular/geração de renda: feira; brechó.

MINI TEATRO LIETA DE LÓ

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); biblioteca comunitária; hip-hop; cineclube; bailes.

Educação popular: teatro.

COMUNA PANTERAS NEGRAS (ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN)

Educação popular (atuação principal): empreendedorismo feminino; artesanato; economia solidária; soberania alimentar; teatro; música; artes plásticas; agroecologia; bioconstrução; formação política.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual da mulher; terapia comunitária; rodas de conversa e autocuidado.

Prática socioambiental: horta comunitária; agroecologia; soberania alimentar; bioconstrução.

Expressões artísticas e culturais: biblioteca comunitária; sarau/slam; teatro; música; dança; capoeira; cineclube; artesanato.

Economia popular/geração de renda: artesanato; feira de empreendimentos femininos.

TRUPE ESPAÇO CRIATIVO

Educação popular (atuação principal): grafite; fotografia; empreendedorismo.

Expressões artísticas e culturais: arte urbana.

CASA VERDE JARDIM CULTURAL

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); cineclube; literatura; artes visuais/plásticas; teatro; música; samba; dança; arte urbana.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária.

Economia popular/geração de renda: bazar; gastronomia.

CASA MAISPERIFA

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); biblioteca comunitária; cineclube; samba; música; dança; batalhas de rima.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado.

ESPAÇO CULTURAL UBUNTU

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); bailes; artes visuais/plásticas; teatro; música; hip-hop; batalhas de rima; cineclube.

Educação popular: dança; hip-hop; slam; literatura; discotecagem.

Economia popular/geração de renda: brechó.

ESPAÇO CULTURAL H2O

Expressões artísticas e culturais: teatro (atuação principal); cineclube; sarau/slam; música; hip-hop; artesanato.

Educação popular: teatro; música; dança; hip-hop; artesanato.

CASA DO PROJETO POPULAR

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); música; dança.

CASA ROXA/COTURNO DE VÊNUS

Educação popular (atuação principal): direitos humanos LGBTI+; capacitação para políticas culturais.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual LGBTI+; rodas de conversa e autocuidado.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; cineclube.

CASA DE CULTURA DE RUA FRIDA KAHLO

Saúde e autocuidado (atuação principal): Atendimento psicossocial e jurídico para mulheres; rodas de conversa e autocuidado; yoga.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; cineclube; dança; música; capoeira; hip-hop; moda/design; artesanato.

Educação popular: moda/design; circo; teatro; dança; capacitação para políticas culturais;

comunicação e mídias sociais; literatura; audiovisual; break dance; hip-hop; artesanato; gastronomia.

Economia popular/geração de renda: bazar; brechó.

OLARIA CULTURAL (BRIGADAS POPULARES)

Educação popular (atuação principal): horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia; música; formação política.

Expressões artísticas e culturais: biblioteca comunitária; capoeira; cineclube.

Prática socioambiental: horta comunitária; Soberania alimentar; agroecologia.

BIBLIOTECA EXU DO ABSURDO

Expressões artísticas e culturais: biblioteca comunitária (atuação principal); sarau/slam; literatura; dança; música.

Economia popular/geração de renda: leilão de artes; feira de empreendimentos locais; feira de empreendimentos femininos.

R4X1V GALERIA DE ARTE

Expressões artísticas e culturais: galeria de artes (atuação principal); artes visuais/plásticas; bailes; sarau/slam; música; hip-hop; arte urbana; batalhas de rima.

Economia popular/geração de renda: leilão de artes; feira de empreendimentos femininos.

CENTRO DE FORMAÇÃO E CULTURA NAÇÃO ZUMBI

Educação popular (atuação principal): artesanato; empreendedorismo feminino; música; moda; capoeira; gastronomia; serigrafia; formação política.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; artesanato; capoeira.

Economia popular/geração de renda: bazar; gastronomia; artesanato.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual da mulher; rodas de conversa e autocuidado; Atendimento psicossocial e jurídico para mulheres; yoga.

Redes de solidariedade: doação de alimentos.

ISSO AQUI É DF

Expressões artísticas e culturais: bailes (atuação principal); sarau/slam; música; dança; hip-hop.

Economia popular/geração de renda: brechó; feira de empreendimentos locais.

ESPAÇO CULTURAL CARACAS VÉI

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam (atuação principal); música; artes visuais/plásticas.

Economia popular/geração de renda: gastronomia; feiras de empreendimentos locais.

MULHERES PODEROSAS

Economia popular/geração de renda (atuação principal): artesanato; bazar.

Expressões artísticas e culturais: artesanato.

Educação popular: artesanato; empreendedorismo feminino.

Saúde e autocuidado: rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária.

COLETIVO DA CIDADE

Educação popular (atuação principal): teatro; empreendedorismo feminino; artesanato; música; gastronomia; comunicação e mídias sociais.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; cineclube; artesanato.

Saúde e autocuidado: saúde mental, corporal e sexual da mulher; atendimento psicossocial; acompanhamento psicopedagógico; rodas de conversa e autocuidado; terapia comunitária.

Economia popular/geração de renda: reciclagem; bazar; artesanato.

CASA AFROLATINAS

Economia popular/geração de renda (atuação principal): empreendedorismo feminino.

Expressões artísticas e culturais: sarau/slam; bailes; batalhas de rima; artes visuais/plásticas; arte urbana; circo; teatro.

Educação popular: teatro; audiovisual; comunicação e mídias sociais; gestão cultural; empreendedorismo feminino.

Redes de solidariedade: doação de alimentos.

ESPAÇO CULTURAL UM ATO

Expressões artísticas e culturais: circo (atuação principal); sarau/slam; teatro; música.

Educação popular: teatro; circo; reforço escolar; cinema; artesanato; capacitação para políticas culturais; gestão cultural.

Economia popular/geração de renda: bazar.

CASA DA CULTURA MST DF (CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA GABRIELA MONTEIRO)

Educação popular (atuação principal): empreendedorismo feminino; soberania alimentar; agroecologia; artesanato.

Expressões artísticas e culturais: cineclube; artesanato.

Prática socioambiental: horta comunitária; soberania alimentar; agroecologia.

Economia popular/geração de renda: economia solidária; horta comunitária; artesanato.